



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Fernando Nichterwitz Scherer

A Institucionalização da Política Nacional Cultura Viva à Luz da Teoria Política do
Discurso: a (re)articulação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina no Contexto de
Implementação da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc

Florianópolis
2025

Fernando Nichterwitz Scherer

A Institucionalização da Política Nacional Cultura Viva à Luz da Teoria Política do
Discurso: a (re)articulação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina no Contexto de
Implementação da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Administração na Área de
Concentração de Organizações e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eloise Livramento Dellagnelo.

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Scherer, Fernando Nichterwitz

A Institucionalização da Política Nacional Cultura Viva à Luz da Teoria Política do Discurso : a (re)articulação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina no Contexto de Implementação da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc / Fernando Nichterwitz Scherer ; orientadora, Eloise Livramento Dellagnelo, 2025.

377 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Teoria Política do Discurso. 3. Institucionalização. 4. Política Nacional Cultura Viva. 5. Organizações Culturais. I. Dellagnelo, Eloise Livramento. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Administração. III. Título.

Fernando Nichterwitz Scherer

A Institucionalização da Política Nacional Cultura Viva à Luz da Teoria Política do Discurso: a (re)articulação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina no Contexto de Implementação da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc

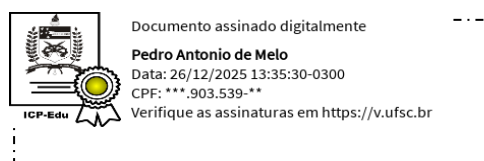
O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado em 30/09/2025 por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho

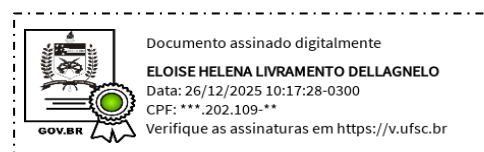
Prof^a Dra. Sueli Maria Goulart Silva

Prof^a Dra Helena Kuerten de Salles Uglione

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em administração.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração



Prof^a Dra. Eloise Livramento Dellagnelo

Florianópolis, 2025

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à todas as pessoas e coletivos que investiram e que investem seus afetos, seu tempo, sua energia e sua potência criativa para a construção e o fortalecimento da cultura popular catarinense e das políticas públicas culturais nesse território.

AGRADECIMENTOS

Encontrar a correta pessoa gramatical da voz narrativa desta tese tem sido, desde o início, uma tarefa desafiadora. A dificuldade, reconheço, transparece ao longo do texto. Se, por um lado, não posso deixar de me colocar como responsável pelas escolhas teóricas, metodológicas e analíticas aqui apresentadas, por outro, não posso deixar de reconhecer que, estivesse sozinho, esta pesquisa jamais teria sido possível. Talvez, em parte ao menos, eu possa justificar essa limitação narrativa pelo fato de que a construção deste trabalho, na prática, é resultado de muitas vozes, encontros e contribuições. A cada capítulo, a cada reflexão amadurecida, é possível encontrar marcas de diálogos, conselhos, frustrações, expectativas, críticas e apoios que, direta ou indiretamente, atravessaram a pesquisa. Reconhecer essa tensão é também reconhecer que a escrita acadêmica, embora atribuída a um sujeito, é sempre coletiva em sua constituição. É com o reconhecimento do caráter compartilhado desta caminhada que inicio os agradecimentos a seguir.

À minha companheira, Letícia, parceira de todas as horas nesta jornada, com quem tenho o prazer e a honra de repartir a vida desde o início de minha trajetória na pós-graduação. Agradeço aos meus familiares e amigos, os quais serviram de apoio e sustentação para todos os movimentos, tentativas, erros e acertos de minha trajetória de vida durante a realização dessa pesquisa - muitas vezes abrindo mão de seu tempo livre para prestar alguma ajuda, apoio, suporte ou carinho.

À minha orientadora, Prof^a. Eloise, cuja dedicação e compromisso foram decisivos para a realização deste trabalho. Sua competência acadêmica e rigor intelectual ofereceram a base necessária para o desenvolvimento da pesquisa e de meu raciocínio crítico. Ao mesmo tempo, sua generosidade se traduziu em abrir portas que ultrapassaram o âmbito estritamente acadêmico, possibilitando o acesso a oportunidades profissionais. Para além desses aspectos, destaco a postura de acolhimento e a transparência com que conduziu nossa relação de orientação, criando um ambiente de confiança que possibilitou enfrentar com segurança os desafios da escrita e da pesquisa.

No escopo deste ambiente, destaca-se ainda as contribuições dos colegas e amigos do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional. Agradeço aos professores e colegas do grupo de pesquisa, cujas contribuições foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho. Os resultados aqui apresentados são tributários dos debates travados em encontros anteriores, das leituras compartilhadas, das críticas recebidas e,

sobretudo, dos momentos coletivos de reflexão. Em especial, registro a importância das conversas do grupo de orientandos nas manhãs de sexta-feira, que funcionaram como espaço de troca, de aprofundamento teórico e de apoio mútuo, contribuindo de forma decisiva para a consolidação de ideias e caminhos de análise.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração e a seus professores, estendo meu reconhecimento pela formação sólida e pela pluralidade de perspectivas oferecidas ao longo da trajetória. As disciplinas cursadas, as discussões em sala e a interlocução com diferentes linhas de pesquisa foram determinantes para ampliar horizontes e consolidar uma base teórica consistente. Esse ambiente acadêmico plural, exigente e crítico foi essencial não apenas para a produção desta tese, mas também para minha formação como pesquisador.

Aos professores das bancas de qualificação e de defesa desta tese, Prof^a Sueli, Prof^a Helena e Prof. Alexandre, os quais acompanham este trabalho desde a etapa de qualificação, contribuindo com críticas e sugestões que foram fundamentais para o aprimoramento da tese. Suas leituras atentas e intervenções qualificadas ampliaram a consistência teórica e metodológica do estudo, apontando caminhos que se mostraram decisivos na presente redação. Registro, ainda, a generosidade com que se dispuseram ao diálogo em diferentes momentos, reforçando o caráter coletivo e colaborativo da produção acadêmica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), pela bolsa de estudos concedida durante a realização do curso de doutorado, a qual contribuiu para a viabilização da presente pesquisa.

Agradeço aos colegas do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis, ao lado dos quais aprendi de forma significativa nas discussões e nas batalhas travadas pelo fortalecimento das políticas culturais da cidade. A convivência nesse espaço, marcada pela diversidade de perspectivas e pelo compromisso coletivo, foi fundamental para ampliar meu entendimento sobre os desafios e possibilidades da gestão cultural em nível local, trazendo aprendizados que reverberam diretamente na elaboração desta tese.

Agradeço à coordenação e aos colegas de equipe do Comitê de Cultura de Santa Catarina, pelo aprendizado construído ao longo da convivência e pela generosidade e solidariedade demonstradas, especialmente no período de fechamento desta tese. A experiência de cerca de 18 meses de trabalho conjunto nesse espaço coletivo foi decisiva não apenas para a pesquisa, mas também para minha trajetória profissional e para a ampliação do meu entendimento sobre realidades e contextos distintos. Ainda no âmbito deste trabalho coletivo, agradeço aos Agentes Territoriais de Cultura e às equipes do IFSC e do IFC

envolvidas no Programa Nacional dos Comitês de Cultura, com os quais muito aprendi durante os momentos de formação, mobilização, culturais, etc., compartilhados.

Agradeço à Secretaria de Cultura e Arte da Universidade Federal de Santa Catarina (SeCArte) pela parceria estabelecida ao longo do período de pesquisa e pelos convites para participação em oficinas e eventos.

Por fim, registro um agradecimento especial às ponteiras e ponteiros catarinenses, à coordenação e à equipe do Pontão Catarina, bem como aos Agentes Cultura Viva. Os aprendizados e trocas vivenciados nos intensos momentos de convivência com esse coletivo marcaram profundamente a trajetória desta pesquisa e, sobretudo, a minha própria formação. A generosidade da equipe do Pontão em me acolher nos processos de construção da equipe, abrindo espaço para participação efetiva e compartilhamento de responsabilidades, foi fundamental para que eu pudesse compreender, na prática, a potência das experiências de gestão compartilhada e de cultura de base comunitária. Mais do que insumos empíricos para a tese, essa vivência revelou um horizonte que transcende o campo acadêmico, apontando para modos de estar no mundo orientados pela solidariedade, pela cooperação e pelo compromisso coletivo com a cultura popular.

“Eu rompi tratados, traí os ritos. Quebrei a lança, lancei no espaço, um grito, um desabafo. E o que me importa é não estar vencido. Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos. Meu sangue latino, minh'alma cativa” (RICARDO; MENDONÇA, 1973)

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma mirada, desde o âmbito dos Estudos Organizacionais, para a dimensão política do processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil. Para tanto, toma como base o arcabouço da Teoria do Discurso Político, desenvolvido a partir dos primeiros escritos conjuntos de Laclau e Mouffe. A análise é centrada nos processos de articulação e práticas organizativas que constituem a Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, e considera o recorte do período de implementação da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) em seu chamado 1º Ciclo de Implementação. O objetivo geral do trabalho consiste em analisar as disputas pelos sentidos de organização e cultura inerentes aos processos articulatórios da Rede-SC e suas relações com a dimensão política dos processos de institucionalização da Política Nacional Cultura Viva no contexto da LPG e da PNAB em Santa Catarina. Fundamentada através da coleta de dados primários e secundários, a pesquisa, de cunho qualitativo e caráter etnográfico, foi realizada entre os anos de 2023 e 2025. O acesso de observação aos eventos e acontecimentos do campo de pesquisa se deu a partir de quatro posições de sujeito distintas: a posição de pesquisador, a posição de representante da Setorial da Música no Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis, a posição de membro da equipe do Comitê de Cultura de Santa Catarina e a posição de membro da equipe de formação do Pontão Catarina. Foram realizadas, ainda, nove entrevistas com entrevistados de perfis distintos, incluindo membros da Rede Pontos de Cultura de Santa Catarina, gestores do Ministério da Cultura e gestores da Fundação Catarinense de Cultura. A coleta de dados secundários priorizou os artigos das referidas leis, os editais lançados com seus recursos e materiais produzidos pelo coletivo estudado. Entre os principais achados de pesquisa, identificou-se três momentos de inflexão no processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil: a implementação das políticas de fomento indireto nos anos 1990; a implementação do Programa Cultura Viva no início dos anos 2000 e os processos de implementação da LPG e da PNAB a partir de 2023. As práticas organizacionais da Rede-SC conferem centralidade aos princípios da horizontalidade e da reciprocidade, priorizando os momentos de presença, as dinâmicas de mobilização de afetos e as práticas de base comunitária. Para mais, verificou-se que o processo articulatório da Rede-SC se deu a partir da reativação de significantes históricos das disputas do Cultura Viva, em especial ‘cultura de base comunitária’ e ‘gestão compartilhada’. O argumento central da tese é que, os processos de institucionalização são processos articulatórios, precários e contingentes, permeados por tensionamentos e antagonismos e constituídos através de sedimentações e reativações que, respectivamente, inscrevem sentidos fixados na arena das disputas políticas nas práticas sociais e (re)inscrevem sentidos anteriormente fixados nas práticas sociais no âmbito da arena das disputas políticas. No âmbito da articulação da Rede-SC, a noção de cultura de base comunitária passa a cumprir um papel estruturante, constituindo-se como um ponto nodal capaz de, simultaneamente, articular as posições diferenciais dos ponteiros em equivalência e estabelecer limites a essa articulação com base em critérios, substancialmente, organizacionais. A partir dessa articulação, a Rede-SC logrou conquistas importantes no âmbito dos processos de implementação da LPG e da PNAB, especialmente para o seu segundo ciclo. A experiência analisada contribui para consolidar a importância de novas perspectivas sobre os processos de institucionalização, capazes de superar as limitações da teoria institucional nos Estudos Organizacionais com relação à apreensão dos processos coletivos de produção de sentidos.

Palavras-chave: Articulação, Rede de Pontos de Cultura, Institucionalização, Teoria Política do Discurso, Políticas Públicas Culturais.

ABSTRACT

This research examines the political dimension of the institutionalization of the cultural field in Brazil from the perspective of Organizational Studies. It draws on the framework of Political Discourse Theory, first developed in the joint writings of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe in 1985. The analysis focuses on the articulatory processes and organizational practices that constitute the Network of Culture Points of Santa Catarina, with particular attention to the implementation of the Paulo Gustavo Law (LPG) and the first cycle of the Aldir Blanc National Policy (PNAB). The general objective of this study is to analyze the disputes over the meanings of organization and culture that are inherent to the articulatory processes of the Rede-SC, as well as their relationship with the political dimension of the institutionalization of the National Cultura Viva Policy within the context of the LPG and the PNAB in the state of Santa Catarina. Based on the collection of both primary and secondary data, the research adopts a qualitative, ethnographic approach and was carried out between 2023 and 2025. Fieldwork involved participant observation from four different subject positions: as a researcher, as a representative of the Music Sector in the Municipal Council of Cultural Policy of Florianópolis, as a member of the Santa Catarina Culture Committee, and as part of the training team of Pontão Catarina. In addition, nine interviews were conducted with participants from diverse backgrounds, including members of the Santa Catarina Network of Points of Culture, officials from the Ministry of Culture, and managers from the Santa Catarina Cultural Foundation. Secondary data collection prioritized the legal texts of the LPG and PNAB, the public calls funded through these policies, and materials produced by the network itself. The findings highlight three key inflection points in the institutionalization of the cultural field in Brazil: the adoption of indirect funding mechanisms in the 1990s; the creation and institutionalization of the Cultura Viva Program in the early 2000s; and the implementation of the LPG and PNAB from 2023 onwards. The organizational practices of the Santa Catarina network emphasize horizontality and reciprocity, privileging presence, affective mobilization, and community-based practices. The analysis also shows that the network's articulatory process reactivated historical signifiers from the Cultura Viva Program, particularly "community-based culture" and "shared management." The central argument advanced in this thesis is that institutionalization should be understood as an articulatory process that is inherently precarious and contingent, shaped by tensions and antagonisms, and constituted through sedimentation and reactivation: while sedimentation inscribes meanings fixed in political struggles into social practices, reactivation reinscribes previously fixed meanings from social practices back into the political arena. Within the articulation of the Santa Catarina network, the notion of community-based culture assumed a structuring role, functioning as a nodal point capable of articulating differential positions into equivalence while simultaneously setting organizational boundaries. From this articulation, the network secured significant achievements in the implementation of the LPG and PNAB, particularly in their second cycle. Overall, the experience analyzed underscores the importance of new perspectives on institutionalization processes—perspectives capable of overcoming the limitations of traditional institutional theory in Organizational Studies when it comes to understanding the collective production of meaning.

Keywords: Articulation; Culture Points' Net; Institutionalization; Political Discourse Theory; Cultural Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos municípios com presença de Pontos de Cultura em Santa Catarina em 2025.	39
Figura 2 - O modelo simplificado de práticas e regimes de Glynos e Howarth	121
Figura 3 - Modelo Analítico Simplificado das Relações entre Práticas Políticas e Práticas Sociais	122
Figura 4 - Dois retratos distintos das Ciências Sociais	133
Figura 5 - Mobilização da Rede-SC pela urgência na publicação dos editais	190
Figura 6 - Apresentação do organograma do Comitê LPG-SC	205
Figura 7 - Ato de lançamento da LPG em Salvador, Bahia	208
Figura 8 - Material de divulgação da reunião da Rede-SC com João Pontes, Coordenador do PNCV, realizada no Instituto Arco Íris	213
Figura 9 - Mobilização dos Pontos de Cultura em julho de 2023	214
Figura 10 - Chamada para a Mobilização realizada em julho de 2023 no Memorial da América Latina.	214
Figura 11 - 4ª Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina	233
Figura 12 - Material de divulgação do Ato Pela Cultura de Florianópolis	235
Figura 13 - Material de divulgação da oitava estadual dos Pontos de Cultura de SC	238
Figura 14 - Chamada da Rede-SC para o Ato Nacional Pela Cultura Viva	243
Figura 15 - Boneca Catarina, expressão da diversidade cultural catarinense idealizada pelo Pontão Catarina	250
Figura 16 - Encontro de Formação dos Agentes Cultura Viva, realizado entre 24 e 26 de janeiro de 2025, em Lages-SC	251
Figura 17 - Dinâmica de roda conduzida por Gilson Máximo na Mini-Teia Oeste/Serra, em Chapecó	254
Figura 18 - Aula Magna da Formação em Políticas Públicas Culturais e Instrumentos de Fomento da Mini-teia Oeste/Serra	254
Figura 19 - Plateia assistindo apresentação de atividade teatral durante a Mini-teia Norte/Vale	257
Figura 20 - Assembleia virtual dos Pontos de Cultura de 07 de maio de 2025	260
Figura 21 - Chamada da Rede-SC para Assembleia de 7 de maio de 2025	260
Figura 22 - Material de divulgação do 2º Ciclo de Formação do Pontão Catarina	265
Figura 23 - Cartazes de divulgação das assembleias da Rede-SC realizadas no mês de	

junho de 2023	266
Figura 24 - Atividade do projeto ‘Barca dos Livros: Porto de Leituras’, ponto de cultura da Grande Florianópolis que teve suas atividades descontinuadas	277
Figura 25 - Material distribuído na Audiência Pública sobre a PNAB na ALESC do dia 13 de maio de 2025: ‘Implementar a PNAB sem desmontar a PNCV’	301
Figura 26 - Foto de lamb distribuído no III Fórum dos Pontos de Cultura de Santa Catarina: ‘Cultura é identidade não competição’	306

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro analítico-conceitual	123
Quadro 2 - Relação dos 100 principais eventos observados 146	(continua)
Quadro 3 - Grupos de WhatsApp acompanhados durante a pesquisa	152
Quadro 4 - Relação dos Entrevistados	153
Quadro 5 - Possibilidades de aplicação de recursos da LPG no audiovisual e nas demais áreas.	198
Quadro 6 - Plano Anual de Aplicação de Recursos de 2024 da FCC: ações gerais	231
Quadro 7 - Plano Anual de Aplicação de Recursos de 2024 da FCC: PNCV	231
Quadro 8 - Alterações de cronograma dos Editais da FCC do primeiro ciclo da PNAB	248

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACCAIA - Associação Casa de Cultura Nzo Nkize Nzazi

ALESC - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

AMORABI - Associação de Moradores e Amigos do Bairro Itinga (AMORABI)

ASCAD - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Braço do Norte (ASCAD)

CCSC - Comitê de Cultura de Santa Catarina

CEC-SC - Conselho Estadual de Cultura de Santa Catari

CINELO - Associação de Cinema e Vídeo de Chapecó e Região

CMPCF - Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis

CNC - Conferência Nacional de Cultura

CNM - Confederação Nacional dos Municípios

CNPC - Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

COA - Comissão de Operacionalização e Acompanhamento

COMITÊ LPG-SC - Comitê Estadual da Lei Paulo Gustavo de Santa Catarina

CONGESC - Conselho de Gestores Municipais de Cultura do Estado de Santa Catarina

COVID-19 - Coronavirus Disease-19

CPF da cultura - Cadastro de Pessoas Físicas da cultura

DAST - Diretoria de Assistência Técnica a Estados e Municípios do MinC

DF -Distrito Federal

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

ECA - Estudos Críticos em Administração

ENECULT - Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura

EOR - Estudos Organizacionais

EPI - Economia Política Institucional

EUA - Estados Unidos da América

FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

FECAM - Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina

FEPese - Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

FCC - Fundação Catarinense de Cultura

FCFFC - Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes

FECATE - Federação Catarinense de Teatro

Ficart - Fundo de Investimento em Cultura e Arte

FNC - Fundo Nacional de Cultura

FSA - Fundo Setorial do Audiovisual

FUNARTE - Fundação Nacional de Artes

GT - Grupo de Trabalho

IN - Instrução Normativa

IMPAR - Instituto de Pesquisa da Arte pelo Movimento

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

LAB I - Lei Aldir Blanc I

LAB II - Lei Aldir Blanc II (Hoje, Política Nacional Aldir Blanc)

LC - Lei Complementar

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais e +

LPG - Lei Paulo Gustavo

MEI - microempresas individuais

MinC - Ministério da Cultura

MP - Medida Provisória

NEI - Nova Economia Institucional

Observa-SC - Observatório da Realidade Organizacional (Santa Catarina)

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAAR - Plano Anual de Aplicação de Recursos

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PL - Projeto de Lei

PLC - Projeto de Lei Complementar

PNAB - Política Nacional Aldir Blanc

PNCV - Política Nacional Cultura Viva

PNCC - Programa Nacional dos Comites de Cultura

PPA - Plano Plurianual Participativo

PPGAdm - Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSC

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

Rede-SC - Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina

SAI - Secretaria de Articulação Institucional

SC - Santa Catarina

SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-americana

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SNC - Sistema Nacional de Cultura

SNECDC - Secretaria Nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural

SNI - Sistema Nacional de Informações

SUS - Sistema Único de Saúde

STF - Supremo Tribunal Federal

TCC - Termo de Compromisso Cultural

TCE-SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

TDP - Teoria do Discurso Político

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	26
1.2 OBJETIVO GERAL	40
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	41
1.4 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DA TESE	41
2. A TRAJETÓRIA DA TEORIA INSTITUCIONAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	43
2.1 PRECURSORES DA TEORIA INSTITUCIONAL NA SOCIOLOGIA	44
2.2 O ‘VELHO’ INSTITUCIONALISMO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	47
2.3 O ‘NOVO’ INSTITUCIONALISMO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	58
2.3.1 A primeira fase do ‘novo’ institucionalismo nos Estudos Organizacionais: emergência e maturação	60
2.3.2 A segunda fase do ‘novo’ institucionalismo nos Estudos Organizacionais: hegemonização, diálogo crítico e limitações analíticas	69
3. UM NOVO OLHAR PARA OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO A PARTIR DAS LENTES DA TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO	79
3.1 FUNDAMENTOS DA TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO	83
3.2 OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO A PARTIR DAS LENTES DA TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO	103
3.2.1 Sedimentação, Reativação e Institucionalização	112
3.2.2 Lógicas e dimensões social, política e fantasmática	115
3.2.3 Reflexões sobre a operacionalização da análise dos processos de institucionalização a partir dos fundamentos da TPD	119
4. ESTRATÉGIA DE PESQUISA E DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS	124
4.1 ONTOLOGIA POLÍTICA DO SOCIAL, TEORIA POLÍTICA DO DISCURSO E ETNOGRAFIA: UMA SUTURA POSSÍVEL DOS FUNDAMENTOS DA TESE	128
4.1.1 Dimensão política na pesquisa etnográfica e a Lógica Orientada ao Problema	130
4.1.2 Imprevisibilidade na etnografia e Retrodução	131
4.1.3 Articulação como modelo de relação entre teoria e realidade e a questão da tradução na Etnografia	134

4.1.4 Lógicas como Unidades Explicativas	136
4.2 CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA	137
4.3 PESQUISA DE CAMPO E REGISTROS ETNOGRÁFICOS	144
4.3.1 Observações e Observações Participantes	145
4.3.2 Análise Documental	150
4.3.3 Entrevistas Complementares	152
4.3.4 Operacionalização da análise da pesquisa	153
5. A QUESTÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DA CULTURA NO BRASIL	156
5.1 AS POLÍTICAS DE FOMENTO INDIRETO DOS ANOS 1990	162
5.2 O PROGRAMA NACIONAL CULTURA VIVA E A AMPLIAÇÃO DO SENTIDO DE CULTURA	169
5.3 OS NOVOS MARCOS DO FOMENTO À CULTURA: A CONSTRUÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO E DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC	185
6. OS SENTIDOS DE ORGANIZAÇÃO E CULTURA DISPUTADOS PELA REDE DE PONTOS DE CULTURA DE SANTA CATARINA NOS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO E DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC	195
6.1 A PARTICIPAÇÃO DA REDE DE PONTOS DE CULTURA NOS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO E DO 1º CICLO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC EM SANTA CATARINA	195
6.1.1 A implementação da Lei Paulo Gustavo em Santa Catarina e os marcos da participação da Rede-SC neste processo	196
6.1.2 A implementação do primeiro ciclo da Política Nacional Aldir Blanc em Santa Catarina e os marcos da participação da Rede-SC no processo	227
6.2 A TRAJETÓRIA DA REDE DE PONTOS DE CULTURA DE SANTA CATARINA	269
6.3 TENSÕES, CONFLITOS E ANTAGONISMOS NOS PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO DA REDE DE PONTOS DE CULTURA DE SANTA CATARINA NO CONTEXTO DOS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA LPG E DA PNAB	282
6.3.1 Os Processos de Articulação da Rede-SC no contexto da implementação da LPG	284
6.3.2 O deslocamento e as novas fronteiras de antagonismo estabelecidas nos Processos de Articulação da Rede-SC no contexto da implementação do primeiro ciclo da PNAB	298
7. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL CULTURA VIVA NO	

CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LPG E DA PNAB: ENCANTAMENTO E RESISTÊNCIA	310
REFERÊNCIAS	320
APÊNDICES	364
ANEXO I	370
ANEXO II	372
ANEXO III	375

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa propõe uma mirada, desde o âmbito dos Estudos Organizacionais (EOR), para a dimensão política do processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil. Para tanto, toma como base o arcabouço da Teoria do Discurso Político (TDP), desenvolvido a partir dos primeiros escritos conjuntos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em 1985 (LACLAU; MOUFFE, 2015a). A análise é centrada nos processos de articulação e práticas organizativas que constituem a Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, e considera o recorte do período de implementação da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc em seu chamado 1º Ciclo de Implementação (BRASIL, 2022a, 2022b). Fundamentada através da coleta de dados primários e secundários, a pesquisa, de cunho qualitativo e caráter etnográfico, foi realizada entre os anos de 2022 e 2025.

Partindo do pressuposto de que a institucionalização é um processo que envolve a fixação precária e parcial de sentidos, interessa-nos explorar os momentos coletivos de sua produção, os sentidos tensionados no processo e suas relações com as práticas organizacionais da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina (Rede-SC). Argumento nesta tese que a dinâmica de institucionalização do campo da cultura no Brasil remete a disputas entre distintos significados de cultura e organização. Tais disputas estão plasmadas nos processos políticos de produção de sentidos que articulam a Rede-SC no período analisado. Buscando maior aderência entre a estratégia de exposição desta pesquisa e os pressupostos por ela adotados, iniciemos a apresentação desta tese por aquilo que lhe é ontologicamente constitutivo: seus limites e fronteiras.

O primeiro recorte constitutivo deste trabalho é o interesse pela diversidade de processos organizacionais existentes no campo artístico e cultural e, em especial, naqueles processos que expressam formas de resistência à lógica hegemônica do organizar (BHM, 2006; PARKER, 2002). O contato com a sólida tradição de pesquisas do Observatório da Realidade Organizacional de Santa Catarina (Observa-SC) voltadas à análise do campo da cultura - em especial, de organizações e políticas públicas culturais - teve impacto significativo na temática adotada, sendo decisivo na orientação dos esforços iniciais e na definição dos pressupostos de pesquisa (XAVIER; DELLAGNELO; NASCIMENTO, 2021; JUSTEN, 2015; GONSALVES, 2023). É a partir desta tradição que o presente trabalho se situa como uma análise que é proposta desde a área dos Estudos Organizacionais (EOR) e se concentra em experiências que atravessam o campo da cultura. Não obstante essa vinculação

fundamental, cabe notar que a temática também remete a elementos importantes de minha trajetória profissional, artística e acadêmica¹.

O interesse nesta temática guiou um processo exploratório de aproximação do pesquisador às questões, desafios, dificuldades e à potência das organizações culturais do território catarinense. Neste período de pesquisa exploratória, foi estabelecido um segundo recorte importante: o foco nos processos de institucionalização que atravessam o campo da cultura. Apesar de minha predisposição em atentar para outras questões, os primeiros esforços da pesquisa exploratória evidenciaram a temática da institucionalização como um problema que atravessava o cotidiano de organizações. Emergia, assim, enquanto uma inquietação por parte daqueles que vivem e experienciam a dinâmica das organizações culturais e políticas públicas, na medida em que se fazia presente nos espaços democráticos de manifestação e diálogo. Nesse âmbito, as evidências encontradas apontam para o fato de que a institucionalização da cultura no Brasil se constitui como uma demanda que articula historicamente os interesses de um conjunto bastante significativo e diverso de organizações (BARBOSA; CALABRE, 2011; BRIZUELA, 2022; CANCLINI, 2022; FCC, 2015; REDE CULTURA VIVA, 2023; RUBIM, 2008; UFBA, 2023).

Porém, já durante os primeiros passos da pesquisa, acumulavam-se indícios de que os processos de institucionalização relacionados à implementação de políticas culturais em Santa Catarina estavam atravessados por tensionamentos, disputas e inúmeras dificuldades estruturais e operacionais (FCC, 2023a, 2023b; INFORMAÇÃO E DEBATE, 2023; UFBA 2023). Tomada como um dos objetivos das políticas públicas culturais a partir da década de 2000, a institucionalização do campo da cultura vem sendo associada às necessidades de constituição de uma estrutura de apoio e de construção de políticas de fomento e incentivo às organizações e atores culturais mais estável e perene (BARBALHO, 2015a; RUBIM, 2008). Não obstante, pesquisas sobre as políticas e iniciativas que buscam alavancar a institucionalização do campo da cultura revelaram, já há algum tempo, processos descontinuados, instáveis e *pró-forma* (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; RUBIM, 2008).

Meu interesse inicial pelos processos de institucionalização enquanto processos articulatórios, precários, contingentes e em disputa, por sua vez, se desdobrou em um trabalho de pesquisa que revelou limitações significativas dos aportes epistemológicos tipicamente utilizados na área dos EOR para a análise destes fenômenos. Trata-se de outra dimensão relevante para fins de compreensão da pesquisa. Foi realizada uma revisão teórica

¹ Inserir breve nota autobiográfica.

das discussões acerca dos limites e possibilidades da teoria institucional nos EOR, com o foco nas discussões de estudos brasileiros realizados, em especial, nos anos 2000, a qual será resumidamente apresentada nesta introdução.

O *mainstream* das pesquisas orientadas pelos pressupostos teórico-metodológicos das correntes institucionalistas hodiernas provenientes deste campo produz análises e diagnósticos que tendem à reificação da ordem institucional e à marginalização do conflito, da política e da contestação como elementos constitutivos da dinâmica organizacional e dos processos institucionais. Conforme procuro argumentar nesta tese, em consonância com autores críticos à teoria institucional, essa tendência parece estar intimamente relacionada às dificuldades do arcabouço teórico-metodológico institucionalista em apreender os processos coletivos de construção de sentidos que constituem os processos de institucionalização (MUNIR, 2019; SUDDABY, 2014; VIEIRA; MISOCZKY, 2003).

A partir da observância deste problema de cunho teórico, constituem-se as bases para a construção de mais uma fronteira importante, a qual se constitui a partir da adesão desta pesquisa à perspectiva da ontologia política do social e aos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria do Discurso Político (TDP) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015a). Pensar os processos de institucionalização a partir das lentes da TDP implica em compreender os processos articulatórios que definem as posições de sujeito, os sentidos e seus processos coletivos de construção, as relações de poder, os processos de sedimentação e reativação, e a dinâmica dos elementos que emergem e submergem do ‘primeiro plano’ das disputas sociais e da vida cotidiana. Desta forma, proponho que um deslocamento interpretativo ancorado nas contribuições da ontologia política do social, conforme a proposta de Laclau e Mouffe (2015a), pode consistir em uma alternativa crítica interessante para a compreensão de processos institucionais no âmbito dos EOR.

O esforço teórico realizado objetiva encontrar uma sutura contingencial, exercitar um novo olhar para os processos de institucionalização, encontrar uma forma possível de situá-los na constelação semântica da TDP. A busca é por um viés analítico aberto para a contingencialidade dos processos de institucionalização, capaz de reconhecer que processos normativos e de regulamentação, por exemplo, também podem resultar em processos de ativação de disputas políticas, trazendo para o primeiro plano da disputa social sentidos e significados anteriormente sedimentados e institucionalizados (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Apresentados os limites do problema e das perspectivas teóricas adotadas, se faz necessário avançar para uma breve apresentação da espaço-temporalidade à qual o estudo se atém. O foco no estado de Santa Catarina pode ser parcialmente explicado pela minha

mudança para o município de Florianópolis, pelo supracitado processo de inserção no Observa-SC, e pelos vínculos institucionais criados com o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Não obstante, o desafio imposto pela amplitude territorial da análise, levou à construção de uma estratégia de investigação que envolveu, entre outros elementos, viagens realizadas para municípios de todas as mesorregiões do estado. Cabe salientar, desde já, que a viabilização destes canais de acesso aos dados só pôde concretizar-se enquanto desdobramento da própria experiência vivencial da pesquisa de campo, ou seja, enquanto expressão de um conjunto de contingências inerentes ao contexto da pesquisa e do pesquisador.

A análise, por sua vez, focaliza o recorte dos processos de implementação da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) em seu chamado 1º Ciclo². A Lei Paulo Gustavo promoveu, a nível nacional e em caráter emergencial, um aporte de R\$4,14 bilhões para fomento à cultura, executados de forma descentralizada entre 2023 e 2024. Já a então chamada LAB II, posteriormente renomeada PNAB, surgiu como uma proposta estruturante, prevendo o investimento de 15 bilhões a serem executados de forma descentralizada durante 5 anos. Em seu primeiro ciclo de execução, previsto para 2024 e prorrogado até junho de 2025, a PNAB disponibilizou um aporte de R\$3 bilhões para a área da cultura. Neste contexto, o foco no contexto de implementação da LPG e do 1º Ciclo da PNAB parte da identificação deste como um período-chave para a investigação de transformações e tensionamentos nos processos de institucionalização, na medida em que estes dispositivos legais alteram a lógica de financiamento à cultura no país, anteriormente calcada nos chamados mecanismos indiretos de fomento, tais como a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual (BARBOSA; CALABRE, 2011; BRIZUELA, 2022; CANCLINI, 2022).

Para mais, a opção por esse recorte oportunizou um trabalho de investigação sustentado, em grande medida, em uma perspectiva vivencial e politicamente engajada de observação participante (HOLCK; VILLESECHE, 2023; RIFIOTIS, 2017). Possibilitou, ainda, a construção de canais de acesso a dados e informações através de diferentes posições de sujeito que foram sendo assumidas pelo pesquisador durante o percurso. A partir destas posições, foram vividas experiências presenciais e *online* muito diversas entre si. O contraste entre momentos mais formalizados da coleta e aquilo que se obteve a partir de diálogos informais, conversas de bastidores, momentos de descontração ou de articulação política, é,

² De forma preliminar, cumpre destacar que o período de duração da pesquisa de campo realizada foi do início de janeiro de 2023 ao final de maio de 2025.

assim, uma das estratégias analíticas. Se esta estratégia ensejou, de um lado, um processo intenso de ‘aproximação’ e identificação do ‘pesquisador’ com relação ao seu ‘objeto’; de outro, implicou em desafios para o ‘afastamento’ analítico que vão além da problemática do estudo de fenômenos ainda em curso e envolvem reflexões éticas fundamentais para a construção deste trabalho e deste trabalhador³ (PEIRANO, 2014; YANOW, 2014).

Passemos, por fim, para aquele que considero o recorte mais importante do estudo, o do ‘fenômeno empírico’ observado, ou seja, os processos organizacionais e de articulação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina (Rede-SC) e, consequentemente nos processos de institucionalização da Política Nacional Cultura Viva (PNCV). Até aqui, não necessariamente a ordem de exposição seguiu a ordem na qual as definições foram realizadas na trajetória de construção da tese. As justificativas preliminares apresentadas para essa escolha, são, em suma: sua vinculação institucional com a PNCV, a qual partia de uma perspectiva de disputa pela ampliação do conceito de cultura nas políticas públicas; a diversidade organizacional e a abrangência territorial que a caracterizam; os pressupostos de articulação em rede, gestão compartilhada e em organização horizontal que lhe dão origem; a participação articulada de seus membros e representantes que foi identificada em momentos-chave da disputa pelas políticas culturais no estado de Santa Catarina. Conforme procurarei argumentar ao longo do trabalho, a trajetória da Rede-SC aponta para um tensionamento com a lógica hegemônica de organização na sociedade capitalista (BÖHM, 2006; BRASIL, 2010a; PARKER, 2002)

Nesta seção preliminar, procurei discorrer brevemente sobre aquilo que considero os principais recortes - ou limites constitutivos do trabalho - a fim de situar o leitor no percurso de sua apresentação. O restante do presente capítulo de introdução está organizado da seguinte maneira: na próxima seção, são apresentados os delineamentos do tema e do problema de pesquisa. Após isso, são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos e, por fim, dedica-se uma breve seção para discorrer sobre a organização geral do texto da tese.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme esclarece Scott (1995), o interesse acadêmico nas instituições e em sua importância para as formas de vida humana associada tem longa trajetória no domínio das

³ Essas reflexões serão apresentadas no Capítulo X, que discorre sobre a estratégia de pesquisa e a coleta de dados.

ciências sociais. Neste sentido, as reflexões acerca de como normas, hábitos, regras, organizações, etc. afetam o comportamento individual e coletivo podem ser identificadas em diferentes áreas do conhecimento⁴, com base em pressupostos variados e, por vezes, divergentes ou contraditórios entre si (CHANLAT, 1989; CONCEIÇÃO, 2000, 2008; SCOTT, 1995). Ainda assim, é possível estabelecer que as origens da teoria institucional remontam ao século XIX, às perspectivas sociológicas de Durkheim e Weber, e às contribuições de economistas norte-americanos como Veblen (1952, 1965), Commons (1931) e Mitchells (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010; SCOTT, 1995).

No campo das ciências sociais aplicadas, Conceição (2000) tenta estabelecer elementos de um núcleo teórico convergente que há entre as diversas abordagens institucionalistas, a despeito da heterogeneidade que as caracteriza. Para o autor (2000, p. 87), “as concepções, que têm nas ‘instituições’ a ‘unidade de análise’ partem da discussão de suas diferenças com o neoclassicismo”. Na economia, os pressupostos institucionalistas emergem em oposição aos fundamentos de equilíbrio, otimização e maximização da economia neoclássica (CONCEIÇÃO, 2000, 2008). Na administração, ou, mais especificamente, nos EOR, as prerrogativas da teoria institucional contrapõem-se aos fundamentos racionalistas associados à herança da escola clássica de administração. São tomados como centrais os conceitos de institucionalização, hábitos, mitos, e regras, compreendidos com base em uma perspectiva processual. A ideia de legitimidade também é um elemento fundamental (DIMAGGIO; POWELL, 2005; MEYER; ROWAN, 1977; SELZNICK, 1996).

Ainda que diferentes aproximações e apropriações da teoria institucional possam significar distintos conceitos de legitimidade, há em comum o fato de que o termo confere à perspectiva institucional uma abertura ao caráter simbólico dos processos sociais. Carvalho, Vieira e Lopes (1999, p. 4) destacam que diferentes vertentes da perspectiva deixam claro “a importância da dimensão cultural, através da valorização do campo simbólico na cena política e do desenvolvimento da ideia de uma certa autonomia das instituições políticas”. Logo, destacam-se no seio desta ótica, os processos de significação e construção de sentidos (CHANG, 2000; CONCEIÇÃO, 2000; FRIEDLAND; ALFORD, 1991; PASSOLONGO; ICHIKAWA; REIS, 2004; SCOTT, 1995; SEARLE, 2008). No âmbito dos EOR, o simbólico ganha proeminência à medida em que se abandona a concepção de um ambiente organizacional formado exclusivamente por recursos materiais, econômicos e humanos e que se passa a considerar, para fins dos processos gestionários, o ambiente organizacional em suas

⁴ Segundo Chanlat (1989), a teoria institucional desenvolveu-se em, pelo menos, três orientações distintas - a econômica, a política e a sociológica.

dimensões técnica e institucional (CARVALHO; VIEIRA, 2003; DIMAGGIO; POWELL, 2005; SELZNICK, 1996).

Tradicionalmente, são distinguidas duas vertentes nos EOR, o ‘velho’ e o ‘novo’ institucionalismo (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012; CARVALHO; VIEIRA, 2003; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010; SCOTT, 1995; SELZNICK, 1996). O ‘velho’ institucionalismo tem sua origem vinculada aos trabalhos de Selznick (1996), sendo tributário da leitura parsoniana dos conceitos de burocracia, poder e legitimidade, da noção de racionalidade limitada de Simon (1979), e de uma concepção da ordem moral como fundamento que transcende a dinâmica social (PARSONS; 1960; SELZNICK, 1966; SCOTT, 1995). Partindo de uma contraposição entre as organizações ‘puras’ (enquanto concernentes apenas ao domínio da técnica) e as instituições; Selznick (1966) define a institucionalização como o processo pelo qual ocorre a infusão de valores que extrapolam os requisitos técnicos de uma tarefa.

Para o autor (1996), faz mais sentido falar em instituições, na medida em que as formações sociais em questão são mais claramente investidas de valores e interesses de grupos ou indivíduos. Consequentemente, admite que as organizações passam por processos de institucionalização ‘por dentro’ e ‘por fora’, e que tais processos são a expressão de sua adaptação ao ambiente institucional (SELZNICK, 1996). O ‘velho’ institucionalismo ocupou-se de compreender tais processos adaptativos tomando como foco organizações em suas dinâmicas particulares. Desta forma, é tradicionalmente conhecida como uma abordagem afeita à análise da diversidade organizacional (SCOTT, 1995).

Já o ‘novo’ institucionalismo - a despeito de consistir em uma proposta multiparadigmática que se propõe a articular elementos do funcionalismo a construções de base fenomenológica e interpretativista -, é frequentemente caracterizado por privilegiar as determinações estruturais da dinâmica organizacional (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005; SCOTT, 1995; VIEIRA; MISOCZKY, 2003). O trabalho de Meyer e Rowan (1977), seminal no âmbito desta abordagem, já introduz uma nova forma de análise das estruturas formais das organizações, evidenciando sua dimensão simbólica e sua capacidade de orientar, restringir e conduzir a ação (PASSOLONGO; ICHIKAWA; REIS, 2004, p. 20).

Posteriormente, DiMaggio e Powell (2005), modificando a noção original presente na obra de Bourdieu (2000), constroem o conceito de campo organizacional, a partir do qual o foco de pesquisa dos adeptos do ‘novo’ institucionalismo desvia rapidamente para a análise dos processos de institucionalização dos campos e de seus efeitos sobre as organizações, frequentemente tratados a partir da ideia de isomorfismo. Mais recentemente, após críticas aos

trabalhos seminais, a relação entre agência e estrutura vem sendo reconsiderada com o aporte da teoria cognitiva em um viés que privilegia os mecanismos individuais e particulares da ação, de modo a compreender como determinadas organizações ou atores sociais podem ‘afetar’ os processos de institucionalização em busca de seus interesses (BERGER; LUCKMANN, 2002; CLEGG, 1997; GIDDENS, 1978, 1984).

Partindo predominantemente deste arcabouço, ou de alguns de seus conceitos, pesquisadores da área dos EOR têm tomado o campo da cultura como objeto empírico. Pesquisas das últimas décadas apontam para a abertura do campo das organizações culturais brasileiras à pressão institucional e isomórfica, destacando entre outras consequências: os processos de empresarização (RODRIGUES; SILVA, 2006; RODRIGUES; SILVA; DELLAGNELO, 2014); transformações de objetivos organizacionais (HOFFMANN; DELLAGNELO, 2007); entre outros elementos de descaracterização de organizações fenonômicas⁵ (GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2003; PARADA, 2016; NOGUEIRA, 2007; SOUZA; CARRIERI, 2011). Entre as principais contribuições destas pesquisas, pode-se salientar as discussões sobre a institucionalização da lógica de mercado no campo cultural brasileiro (GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2003; NOGUEIRA, 2007; PARADA, 2016; RODRIGUES; SILVA; DELLAGNELO, 2014; SOUZA; CARRIERI, 2011).

Conforme já mencionado, após mais de duas décadas dos primeiros esforços sistemáticos do Estado brasileiro para a institucionalização das políticas públicas culturais e do campo da cultura, observa-se que o processo tem sido atravessado por tensões e conflitos, lacunas, insuficiências, instabilidades, avanços, retrocessos e momentos de descontinuidade (BARBALHO, 2014, 2015a; BARBOSA; CALABRE, 2011; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; RUBIM, 2015). Um dos elementos que contribui para a explicação destas dificuldades é o fato de que os esforços para a institucionalização do campo a partir dos anos 2000 propõem novas direções, significações e sentidos para a relação entre o Estado e a sociedade civil, confrontando-se com os hábitos, normas, regras, etc. anteriormente instituídos. Rubim (2008) discorre sobre o histórico do processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil, enfatizando os efeitos autoritários, centralizadores e desestabilizadores da ‘política de balcão’, dominante no contexto das políticas culturais por

⁵ Conforme elucida Parada (2016, p. 120), “as organizações isonômicas e fenonômicas representam uma das categorias delimitadoras do paradigma paraeconômico proposto por Ramos (1989) em resposta ao paradigma predominante nas ciências sociais, unidimensional, que considera o mercado como a única e principal categoria para ordenação dos negócios pessoais e sociais”. Fenonomias consistem em sistemas sociais que ocorrem esporadicamente e de forma apenas relativamente estável. Nelas, prevalece a opção pessoal dos membros, manifestando reduzida subordinação a prescrições formais e/ou operacionais (RAMOS, 1989).

longo período no país. Entre os elementos intimamente relacionados a esta tradição, destaca-se a exclusão de boa parte das organizações e atores sociais cujas produções expressam a diversidade cultural brasileira da esfera institucional das políticas públicas.

Nesse processo, a questão do financiamento ou do fomento à cultura no Brasil ocupa um lugar central. Na década de 1990, surgem dois importantes mecanismos de fomento à cultura: a Lei Rouanet (Lei nº 8.313), criada em 1991; e a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685), criada em 1993 (MONTANARI, 2022). Ambas tiveram um papel importante na estruturação e difusão dos chamados mecanismos indiretos de fomento à cultura⁶, que regulamentam a concessão de isenções fiscais a empresas e organizações de mercado que aportam recursos em projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC). Com a institucionalização destes dispositivos e a subsequente ênfase na maximização de sua efetividade, soma-se ao cenário o deslocamento das prerrogativas de seleção e aprovação de projetos culturais financiados (indiretamente) com verbas públicas, que passam a ser definidas através do mercado (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; MONTANARI, 2022; OLIVEIRA, 2014).

É neste contexto que podemos identificar que os primeiros marcos que indicam possibilidades de outros sentidos para o processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil remetem à década de 2000 (BARBALHO, 2016; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; NASCIMENTO, 2021; RUBIM, 2015). No período, observa-se, de forma inédita no país, um esforço mais sistemático do Estado para a estruturação e o fortalecimento das políticas voltadas ao campo. Neste âmbito, pode-se destacar a realização da primeira Conferência Nacional de Cultura (CNC) da história do país, em 2005, considerada um marco histórico fundamental (RUBIM, 2015, p. 13). Especialmente porque é na esteira das discussões da primeira CNC, ocorrida em 2005, que emergem iniciativas mais efetivas⁷ para o desenvolvimento e a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), as quais vêm sendo tomadas como centrais para a construção de políticas de Estado para a área da cultura

⁶ No que diz respeito à Lei Rouanet, apesar de ela prever, desde sua origem, a existência de três mecanismos distintos de incentivo à cultura - Fundo de Investimento em Cultura e Arte (Ficart), Fundo Nacional de Cultura, e Mecenato -; os dois primeiros tiveram uma relevância econômica historicamente muito menor do que o mecanismo da renúncia fiscal (OLIVEIRA, 2014).

⁷ A despeito de compor o plano de governo da campanha do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, reconhece-se que os primeiros movimentos mais efetivos para a sua implementação começaram alguns anos mais tarde e se intensificaram significativamente a partir da primeira Conferência Nacional de Cultura. Entre tais medidas seminais, destacam-se o “Protocolo de Intenções visando ao desenvolvimento de condições institucionais para a implementação do Sistema Nacional de Cultura” e o estabelecimento do Sistema Federal de Cultura, que articulou todas as ações e programas do governo federal na área (BARBALHO, 2016). O objetivo era o de “estabelecer, em conjunto com a sociedade, um sistema federativo de políticas públicas específico para a cultura” (BARBALHO, 2015, p. 52).

(BARBALHO, 2016; BARROS; JÚNIOR; 2019; BRASIL, 2011; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; NASCIMENTO, 2021; RUBIM, 2008).

Na medida em que propôs a criação de mecanismos mínimos para o seu funcionamento nos estados e municípios do país - tais como: órgão gestor específico, conselho, plano e fundo de cultura (CPF da cultura) -, a implementação do SNC⁸ vem sendo vinculada à constituição de uma estrutura de apoio e fomento às políticas culturais mais estável e duradoura (BRASIL, 2011). Para Rubim (2008, p. 196), o SNC “é vital para a consolidação de estruturas e de políticas, pactuadas e complementares, que viabilizem a existência e persistência de programas culturais de médio e longo prazo”. É possível afirmar que a proposta de implementação do SNC reuniu historicamente os principais esforços de Estado direcionados ao fortalecimento do campo da cultura, sendo considerada uma política central para sua estruturação e institucionalização (BARBALHO, 2014, 2015; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; RUBIM, 2015).

Quase que simultaneamente a esses primeiros esforços pela construção de um sistema nacional para as políticas públicas culturais, observam-se os primeiros indícios de um olhar mais atento para a questão da diversidade cultural brasileira por parte da administração pública brasileira (RUBIM, 2008, 2015). Promovida desde o discurso de posse do ministro Gilberto Gil em 2003, a discussão sobre a ampliação do conceito de cultura para fins de implementação, execução e planejamento das políticas culturais brasileiras foi um dos marcos importantes deste período. Esta ampliação retomou aspectos relevantes da discussão internacional ocorrida em décadas anteriores, e “abriu as fronteiras do ministério para outras modalidades de cultura: populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, de orientações sexuais, das periferias, audiovisuais, digitais, etc.” (RUBIM, 2015, p. 12).

É deste período que data a criação do programa Cultura Viva, instituído⁹ em 2004, marco para a construção desta pesquisa. O principal objetivo do programa - que, de lá para cá, ganhou notoriedade e visibilidade nacional e internacional - é o de fomentar ações culturais de base comunitária e promover o acesso à cultura de forma participativa (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010). Conforme afirma João Pontes (TEIA SP DIGITAL, 2023, *online*), atual diretor nacional do Programa Cultura Viva, a política consiste justamente no principal

⁸ A partir da Lei 13.835/2024, instituiu-se o novo marco regulatório do SNC. A lei pode ser considerada um marco na disputa pelo processo de estruturação e institucionalização do campo da cultura no Brasil, tendo em seu texto a descrição dos componentes do sistema, seus deveres, competências e responsabilidades, bem como as instâncias de articulação e coordenação de tais componentes (BRASIL, 2024e).

⁹ A despeito deste marco adotado no início da década de 2000, o Programa Cultura Viva foi oficialmente reconhecido como Política do Estado Brasileiro apenas em 23 de julho de 2014 – conforme sancionado pela lei nº 13.018.

instrumento de apoio estatal à manutenção e promoção da diversidade cultural no país, tendo “importância estratégica para a promoção de valores democráticos”.

Fundamentado na concepção de nação como o necessário convívio de identidades distintas, o (então) Programa Nacional Cultura Viva “alargou a base social do Ministério da Cultura (MinC), incorporando comunidades até então desassistidas e sem nenhuma relação cultural com o Estado Nacional brasileiro” (RUBIM, 2015, p. 13). Entre 2004 e 2012, foram fomentados 3.662 Pontos de Cultura em todo o país, dos quais 3.034 formaram convênio oficial com os entes federativos da união (FCC, 2015). Em 2014, o programa - que foi originalmente instituído a partir de portaria do MinC - ganha o *status* de política nacional através da Lei 13.018, a qual ficou conhecida como Lei Cultura Viva (BRASIL, 2014).

Nas palavras do ex-ministro da cultura Juca Ferreira (*apud* FCC, 2015, p. 2), o programa objetiva atingir “indistintamente a todos os brasileiros, não apenas àqueles para quem as políticas públicas de cultura já eram um fato, mas também àqueles que nunca tiveram acesso à elas”. A estratégia do programa orienta-se por uma proposta complexa de articulação entre o Estado e a sociedade civil. Apesar de suas várias frentes de construção - entre as quais pode-se destacar as iniciativas da Ação Griô, dos Agentes Cultura Viva, da Cultura Digital, dos Pontinhos de Cultura, e da Escola Viva - a estratégia de maior visibilidade do programa consiste no reconhecimento e credenciamento dos chamados Pontos de Cultura, e na proposta de sua articulação em rede, a qual é impulsionada pela implementação mecanismos horizontais de representação e através do papel dos chamados Pontões de Cultura, que têm um papel mobilizador, formativo e articulatório (TURINO, 2023).

De forma preliminar, pode-se dizer que os Pontos de Cultura são espaços criativos e de protagonismo cultural em comunidades que promovem o acesso, a produção e a difusão de expressões culturais, possuindo autonomia para definir suas atividades e propostas. Para Turino (2010), Ponto de Cultura é um conceito de autonomia e protagonismo sócio-cultural. O autor enfatiza a compreensão dos pontos como ‘fluxos’ e não como ‘estruturas’, de forma a considerar a cultura não como um produto, mas como um processo construído através da autonomia e protagonismo populares. Os Pontões de Cultura, por sua vez, objetivam articular ações entre diferentes Pontos de Cultura de uma mesma área geográfica, contribuindo para a tessitura de redes.

Conforme destacam Barbosa e Calabre (2011, p. 64), desde sua concepção, “a tônica principal [da política] reside na ideia lançada pelo ministro Gilberto Gil de identificar os Pontos de Cultura que já existiam no Brasil, com vista a potencializá-los, dando vazão à dinâmica própria das comunidades”. Disso se extrai que a proposta de fortalecimento está

imbricada em uma ideia de reconhecimento institucional de atores e organizações já existentes. De acordo com o site da Rede Cultura Viva (2023, *online*):

O reconhecimento como Ponto ou Pontão de Cultura garante uma chancela institucional, que pode ser importante para a obtenção de apoios e parcerias, e permite que a entidade ou coletivo se articule com os outros pontos e pontões da rede, a partir de afinidades temáticas ou do pertencimento a um território.

O Cultura Viva consiste em uma política que foi “desenhada para valorizar a cultura realizada na base da sociedade brasileira, a articulação em rede e a gestão compartilhada, com base nos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento da sociedade civil” (REDE CULTURA VIVA, 2023, *online*). Neste sentido, o programa é um dos principais marcos de ruptura (parcial) com a tradição centralizadora das políticas públicas culturais no país, tendo promovido aproximações entre diversos atores e organizações da sociedade civil, bem como tentativas de inclusão de práticas e produções artísticas e culturais.

No percurso desse embate com a tradição centralizadora das políticas públicas culturais brasileiras, os processos de formação de redes de Pontos de Cultura vêm lidando com dificuldades significativas. Entre as dificuldades enfrentadas, destacam-se: a escassez de recursos disponibilizados através de mecanismos diretos de fomento à cultura, as dificuldades de organizações de pequeno porte em captar recursos por vias de fomento direto e indireto, as disparidades estruturais entre diferentes atores do campo, a ausência de dados e informações acerca dos componentes atuais e potenciais, e insuficiências do aparato burocrático da administração pública para lidar com os diferentes contextos e formas de organização da produção artística (ENECULT, 2025).

A promulgação do programa em política nacional, em 2014, ainda que tenha consistido em um marco importante da institucionalização do Cultura Viva, não significou a superação desses problemas¹⁰ - que seguem sendo identificados por autores como Canclini e colaboradores (2022). Desde a origem do PNCV, os Pontos de Cultura enfrentaram um contexto de atrasos de repasses, interrupções em execuções de ações públicas, tensões relativas ao gerenciamento da diversidade de suas ações, e dificuldades relacionadas ao engessamento dos mecanismos de prestação de contas (BARBOSA; CALABRE, 2011; FCC, 2015). Com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Barbosa e Calabre (2011) identificam problemas que emergem da “inadequação entre os princípios institucionais e jurídicos da administração pública e a forma de agir das comunidades,

¹⁰ Sumarizando a transição do Programa Nacional Cultura Viva para a Política Nacional Cultura Viva, o grupo de trabalho organizado durante a mini-teia de Criciúma, em junho de 2025, construiu a seguinte reflexão: “Durante muito tempo lutamos por uma lei, agora temos uma lei para lutar”.

tomadas como modelos positivos e criativos”. Rodrigues (*apud* ENECULT, 2025, *online*), discorre que:

o PNCV esteve - e continua - atravessado por questões estruturais. O excesso de burocracia para organizações da sociedade civil, os entraves jurídicos na execução das ações pactuadas, a alternância de prioridades governamentais, a ausência de continuidades e as fragilidades da política, retirada de recursos, fechamento de espaços participativos e a criminalização de coletivos culturais.

É no bojo destas dificuldades que as redes de coletivos programa têm protagonizado importantes momentos de embates políticos. Conforme procuro argumentar, a política nacional do Cultura Viva, ao vincular-se a uma **disputa pela ampliação do conceito de cultura**, mobilizou a articulação de um conjunto bastante diversificado de grupos, coletivos, organizações etc., até então desassistidos e sem nenhuma vinculação com o Estado, **tensionando a concepção dominante de organização**. Autores como Rubim (2015), Canclini (2022) e Brizuela (2022), corroboram com essa possibilidade, ao reconhecerem que esse processo não se deu sem a presença de tensões e conflitos.

Somente nos últimos anos, Turino (2023) destaca a importância tanto da experiência e do aprendizado prático que o Cultura Viva proporcionou, quanto da participação política de atores e organizações que o compõem nestes processos. Brizuela (2022, p. 126) defende que “é impossível explicar o processo de elaboração e sanção da LAB I no Brasil sem considerar os antecedentes de organização e mobilização artística e cultural; entre eles, as redes construídas pelos Pontos de Cultura”. Segundo esta perspectiva, partilhada também por autores como Melo (2022) e Canclini (2022), o programa Cultura Viva foi um dos precedentes fundamentais do processo de articulação que culminou na construção e aprovação da LAB, da LPG e da PNAB¹¹ (TURINO, 2023). Se, por um lado, a articulação das redes de pontos de cultura possibilitou a construção dos caminhos que levaram à construção, aprovação, implementação, etc. da LPG e da PNAB; por outro, esse conjunto de dispositivos impacta o campo e os coletivos culturais do estado de Santa Catarina de maneira significativa.

A Lei Paulo Gustavo promoveu o investimento de 3,862 bilhões de reais provenientes do Fundo Nacional da Cultura (FNC) e do Fundo Setorial do Audiovisual, acrescidos de cerca de 278 milhões de rendimentos, totalizando. Do total da verba, 2,797 bilhões de reais serão destinados às produções audiovisuais, salas de cinema, cineclubes, mostras, festivais. Outros 1,06 bilhões de reais irão para ações de emergências para os demais segmentos culturais, por meio de editais, chamadas públicas e premiações. A lei foi aprovada em 05 de Julho de 2022 e promoveu uma divisão dos recursos entre os municípios, Distrito Federal e os demais estados

¹¹ Corroborar com essa interpretação, por exemplo, o fato de que - através da portaria MinC nº 80/2023 (BRASIL, 2023q) - a PNCV foi a única política a ter reserva de recursos na PNAB.

(NICOLAU, 2022). Na primeira etapa, houve adesão de 98% dos municípios da federação, os quais se envolveram no projeto enviando planos de ação para a implementação de recursos, assumindo o compromisso de estabelecerem o chamado CPF da cultura (conselho, plano e fundo) até 2024. Cumpre notar, no entanto, que essa previsão foi suspensa através da Portaria do MinC nº 137/2024 até o encerramento do período de implementação da lei, que encerra no dia 30/06/2025.

A Política Nacional Aldir Blanc, por sua vez, tem caráter permanente e já apresenta uma previsão orçamentária de repasses anuais de 3 bilhões de reais por parte da União a estados e municípios até o ano de 2028. Sua aplicação tem previsto um impacto ainda maior para os Pontos de Cultura, uma vez que deve estabelecer a reserva de um percentual dos recursos para tais atores (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2023b). Em suma, o conjunto das leis trouxe um redimensionamento dos mecanismos de fomento público direto, que disponibilizou uma quantia inédita de recursos para a cultura em nosso país (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2023b).

É sabido que o Estado e as fontes de financiamento têm importante papel na institucionalização de todo campo social (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; DIMAGGIO; POWELL, 2005; SCOTT, 1995). Logo, no cenário dos processos de implementação da LPG e da PNAB, o tema da institucionalização do campo da cultura - conforme já mencionado - também voltou à tona, na medida em que a implementação das leis tende a adquirir um papel central no âmbito das políticas dos próximos anos. Tal implementação implica na demanda por novas atividades, instâncias decisórias e formalidades, em especial, por parte dos atores e representantes do poder público.

Por exemplo, o caráter descentralizado das propostas da LPG e da PNAB - que propõe que municípios executem os recursos, ficando à cargo dos processos de recrutamento, seleção, aprovação e controle dos projetos culturais - tem suscitado debates desde 2023, especialmente no que concerne às dificuldades de estrutura e gestão em cidades menores (FCC, 2023a, 2023b, 2023c; INFORMAÇÃO E DEBATE, 2023). Em evento realizado pela FCC com representantes do MinC no dia 13 de junho de 2023, que contou com a participação de representantes do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) e da Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina, uma das questões subjacentes à discussão foi a dificuldade de definição de mecanismos de controle e prestação de contas capazes de respaldar a diversidade de formas e expressões culturais (FCC, 2023b, 2023c). Já no I Encontro Nacional de Cultura e Arte nas Universidades, ocorrido na Universidade Federal da Bahia entre os dias 3 e 5 de julho de 2023, por exemplo, a institucionalização da cultura foi

um dos eixos centrais dos debates do primeiro dia de evento. Entre os compromissos e demandas elencados na Carta de Salvador, documento que procurou sintetizar os achados e orientações do evento, consta a ideia de “fortalecer a institucionalidade cultural” (UFBA, 2023, *online*).

Cabe destacar que a institucionalização dos mecanismos indiretos de fomento à cultura dos anos 1990; a consolidação do modelo empresarial como modelo hegemônico de organização no campo; e as dificuldades que remetem à inconsistência e descontinuidade dos esforços para a ‘estruturação’ do campo entre as décadas de 2000 e 2010 são processos relacionados, em especial, a partir de suas dimensões políticas. Não obstante, os estudos da área dos estudos organizacionais dificilmente se detêm na análise da dimensão política constitutiva da institucionalização, a despeito das diferentes perspectivas que adotam. Em consonância com os preceitos do ‘novo’ institucionalismo, a maioria das pesquisas sobre o tema tendem a privilegiar as determinações estruturais, buscando compreender como as organizações se adaptam aos mecanismos de pressão institucional.

Isso alude ao já mencionado fato de que, na perspectiva institucional, a compreensão da agência se dá pelo viés cognitivo - o que reduz o espaço da ação social ao momento da interpretação, considerada majoritariamente enquanto elemento da subjetividade. Desta forma, as tensões e conflitos que permeiam o processo de institucionalização do campo permanecem pouco exploradas, uma vez que as possibilidades que se colocam dentro do arcabouço do ‘novo’ institucionalismo frequentemente restringem a ação a um enquadramento dicotômico que relaciona a sobrevivência das organizações à processos de submissão ou resistência às pressões institucionais (BOMMEL; SPICER, 2011; FRIEDLAND; ALFORD, 1991; PASSOLONGO; ICHIKAWA; REIS, 2004).

É neste sentido que argumento que a dimensão política dos processos de institucionalização identificados no interior do campo em questão recebe pouca atenção da parte de pesquisadores. Por um lado, são desconsiderados seus momentos coletivos de produção de sentidos. Por outro, tais processos são tomados à parte de suas relações políticas com um movimento mais amplo, a partir do qual a forma empresarial tornou-se hegemônica (BÖHM, 2006; PARKER, 2002). Esta tese consiste em uma tentativa de preencher estas lacunas mediante a proposição de um novo olhar para o processo de institucionalização fundamentado no arcabouço da TDP. Objetiva-se, assim, apreender elementos da articulação das variadas formas organizacionais na construção daquilo que Brizuela (2022, p. 123) caracteriza como uma “nova institucionalidade” para a cultura. Essa ideia expressa o tensionamento de certos sentidos anteriormente fixados no campo a partir da articulação de

organizações e coletivos culturais historicamente excluídos dos diálogos institucionais - em especial, através do programa Cultura Viva. Conforme procuro argumentar, a TDP consiste em uma alternativa válida para a compreensão de importantes elementos deste processo político.

Laclau e Mouffe (2015a) desenvolvem a TDP tomando o conceito gramsciano de hegemonia¹² como ponto de partida e adaptando-o. Na construção dos autores, hegemonia ganha um destaque para a compreensão das unidades existentes em diferentes formações sociais concretas. Para eles (2015a, p. 213), “o campo geral de emergência da hegemonia é o das práticas articulatórias”. Isto porque as formações hegemônicas constroem enlases políticos que envolvem “a articulação de diferentes identidades em torno de um projeto comum” (PAES, 2015, p. 55). A possibilidade de articulação hegemônica existe mediante a formação de cadeias de equivalência, do estabelecimento de fronteiras, antagonismos, e exclusões. Na medida em que os autores afirmam uma posição anti-essencialista e não-racionalista, que não admite pontos de fixação de sentido que estejam além da dinâmica do social, a dimensão política de fixação precária e contingente de sentidos é considerada em primeira instância (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Com isso, a TDP associa-se a uma concepção não ‘totalizante’ da realidade social, a qual é tomada como aberta à possibilidade de mudanças e transformações sociais. A hegemonia gesta em suas fissuras o gérmen do contra-hegemônico, toda formação hegemônica se constitui de um equilíbrio instável, transpassado por tensões e conflitos que podem levar a deslocamentos. No contexto desta discussão, os autores definem:

articulação [como] qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. À totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos discurso. Às posições diferenciais, na medida em que aparecem articuladas no interior de um discurso, chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento toda diferença não discursivamente articulada (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

Apesar de não tratarem diretamente da institucionalização, os autores explicitamente incluem as instituições enquanto práticas discursivas (LACLAU; MOUFFE, 2015). Lopes, Mendonça e Burity (2015) consideram que ainda que o caráter discursivo do social, que marca a perspectiva da TDP, seja arremido a limitações ‘institucionalizadoras’, ele não é alheio a elas”. Preliminarmente, pode-se argumentar que pensar os processos de institucionalização a partir da TDP consiste em considerá-los enquanto práticas articulatórias que promovem fixações precárias e contingentes em campos discursivos. Fundamental como processo que dá

¹² Em sua concepção gramsciana, hegemonia é tanto liderança como dominação nos campos ideológico, político, cultural etc. (GRAMSCI, 2006, 2011).

suporte e continuidade a uma determinada formação hegemônica, a institucionalização também é horizonte de lutas e movimentos contra-hegemônicos que buscam ‘fixar’ novas identidades e conquistas.

Neste sentido, a institucionalização não deixa de ser considerada em suas relações com o âmbito do político, do simbólico e dos processos de significação. Porém, a partir da TDP, é possível repensar tais relações desde uma perspectiva não-funcionalista e não consensualista, que admite os elementos de tensão e disputa em jogo nos processos de produção de identidades coletivas e que se propõe a enfatizar os momentos coletivos de produção da ‘institucionalidade’ (LACLAU; MOUFFE, 2015a, 2015b). Conforme procuro argumentar, a devida compreensão da dimensão política dos processos de institucionalização passa pela análise dos processos de articulação e rearticulação dos atores sociais em um dado campo discursivo.

É a partir dessas dimensões que o período de implementação da LPG e da PNAB foi considerado estratégico enquanto recorte para análise das disputas nos processos de institucionalização da PNCV e das disputas protagonizadas pela Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, uma vez que se identificou que o mesmo consiste em momento-chave para a (re)estruturação e fortalecimento da PNCV (INFORMAÇÃO E DEBATE, 2023; TEIA SP DIGITAL, 2023). A nível nacional, observou-se no período de pesquisa exploratória, uma série de encontros entre representantes do MinC e redes ou teias de Pontos de Cultura foram realizados (ALMG, 2023; INFORMAÇÃO E DEBATE, 2023; REDE RS, 2023; SECULTBA, 2023; TEIA SP DIGITAL, 2023). Pode-se afirmar que tais processos se inserem em um contexto mais amplo de articulações políticas do campo da cultura em 2023, as quais têm na reconstrução do MinC seu marco mais evidente (BRITES, 2023; CRUZ, 2023).

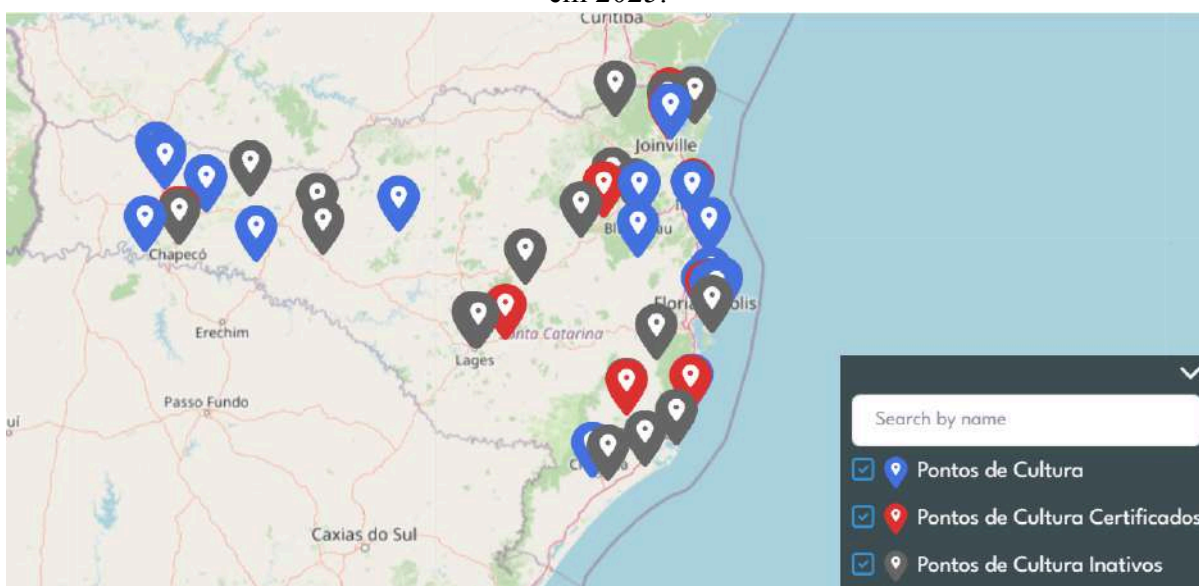
Fundada em 2007, no bojo do supracitado programa, a Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina (Rede-SC) visa promover e estimular a participação social de um conjunto de organizações e iniciativas culturais no estado. A proposta da rede consiste justamente em reforçar o “diálogo institucional com os Pontos de Cultura, bem como o permanente diálogo entre os próprios Pontos”, de modo a privilegiar a identificação de problemas comuns e a participação nos processos de decisão (FCC, 2015, p. 14). O posicionamento político da rede catarinense expressa alinhamento com os objetivos do Cultura Viva, entre os quais se destaca a proposta de ruptura com o caráter centralizador das políticas culturais anteriores (FCC, 2015; REDE CULTURA VIVA, 2023; INFORMAÇÃO E DEBATE, 2023). A própria conformação em rede tende a conceder prioridade a processos que possibilitam uma atuação

autônoma e descentralizada dos pontos. Conforme consta em livro publicado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) em 2015;

essa articulação em rede, contra muitos séculos de assistencialismo e de dependência do poder público, é a condição para o protagonismo e a autonomia em uma sociedade pluralista, sendo que o Ponto de Cultura não possibilita apenas acesso à população de baixa renda, mas também o direito aos meios de produção e de disseminação dos seus bens culturais (FCC, 2015, p. 19).

Atualmente¹³, são reconhecidos e credenciados no âmbito do Programa Cultura Viva um total de 208 Pontos de Cultura em Santa Catarina¹⁴ (PONTÃO CATARINA, 2025a). Tais organizações encontram-se espalhadas por cidades de todas as regiões do estado e apresentam uma diversidade significativa de atividades desenvolvidas, abrangendo desde propostas vinculadas às artes clássicas, até “expressões tradicionais étnicas, ações socioeducativas em comunidades rurais e urbanas e atividades ligadas à economia criativa” (FCC, 2015, p. 13).

Figura 1 - Distribuição dos municípios com presença de Pontos de Cultura em Santa Catarina em 2025.



Fonte: PONTÃO CATARINA (2025a, online)

Em 2015, a rede contava com o credenciamento de 55 organizações em 33 cidades catarinenses (FCC, 2015). Durante o período de construção do projeto, estimava-se que entre os cerca de 80 pontos que já haviam se articulados à rede, apenas cerca de 20 estariam em atividade (INFORMAÇÃO E DEBATE, 2023). Hoje, estima-se que a rede esteja prestes a dobrar o quantitativo de 208 pontos de cultura credenciados - em um indício do impacto da implementação da PNAB nos seus processos articulatórios.

¹³ Dados atualizados em maio de 2025.

¹⁴ Esse número apresentou variações significativas ao longo da pesquisa, as quais serão discutidas ainda nesta seção.

Mais do que oferecer ‘chancela’ institucional aos pontos de produção cultural do país, os desafios do programa Cultura Viva passam por proporcionar instâncias de participação democrática no próprio âmbito dos processos de institucionalização. Fornecendo um indicativo da importância desta dimensão, Célio Turino (2023) argumenta que o programa “serviu de base conceitual e de método de mobilização pelo consenso progressivo” que possibilitou a construção das leis Aldir Blanc I (LAB I), ‘LAB II’ (hoje, PNAB) e LPG. Outro indicativo pode ser extraído de fala de Bentes (2009), a qual, em uma reflexão sobre os primeiros cinco anos da experiência dos Pontos de Cultura, argumentou que ainda era preciso “reconhecer a dimensão produtiva desses movimentos que [...] são modelos embrionários de transformação radical das políticas públicas”, na medida em que “produzem cultura a partir do local em que vivem e moram”.

Ao enfatizar o recorte da Rede-SC e das políticas recentes da LPG e da PNAB, esta tese toma como fio condutor a **disputa pelos sentidos de cultura e de organização**. Trata-se de reconhecer que a institucionalização do campo da cultura no Brasil não se reduz à criação de estruturas normativas ou ao desenho de arranjos burocráticos, mas envolve a fixação precária de significados em permanente conflito.

De um lado, emergem sentidos de cultura historicamente sedimentados em torno da identidade nacional, do mercado ou do patrimônio elitizado; de outro, um miríade de práticas do fazer artístico e cultural da cultura popular brasileira em todas as suas matizes. De forma análoga, no campo da organização, confrontam-se modelos empresariais e gerencialistas com ideias e práticas de rede, horizontalidade e ‘gestão compartilhada’, em políticas como a PNCV (CULTURA CATARINA, 2025a). Nesse embate, os momentos coletivos de produção de sentidos tornam-se espaços decisivos para compreender como a Rede-SC tensiona os limites do campo, reativa significados e disputa novos sentidos para os processos de institucionalização do campo da cultura.

O recorte trabalhado visa contribuir para a compreensão de relações específicas entre os processos de institucionalização da PNCV no contexto da implementação da LPG e da PNAB, tomando como base a análise dos processos de articulação e organização da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina. A proposta de tomar como fundamento a ontologia política do social, vinculada à Teoria do Discurso Político (LACLAU; MOUFFE, 2015), visa à apreensão dos momentos coletivos de produção de sentidos que compõem a dimensão política do processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil. Com base nisso, a presente proposta se orienta pela seguinte pergunta: ***como as disputas pelos sentidos de organização e cultura inerentes aos processos articulatórios da Rede-SC podem contribuir***

para a compreensão da dimensão política dos processos de institucionalização da Política Nacional Cultura Viva no contexto de implementação da LPG e da PNAB em Santa Catarina? Seguindo esse direcionamento, os objetivos que orientam a proposta estão apresentados no item a seguir.

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do trabalho consiste em *analisar as disputas pelos sentidos de organização e cultura inerentes aos processos articulatórios da Rede-SC e suas relações com a dimensão política dos processos de institucionalização da Política Nacional Cultura Viva no contexto da LPG e da PNAB em Santa Catarina*. Por sua vez, os objetivos específicos podem ser elencados como segue:

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as dimensões histórica e política do processo de institucionalização da Política Nacional Cultura Viva no contexto de implementação da LPG e da PNAB em Santa Catarina.
- Analisar as práticas organizativas da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina durante o período de implementação da LPG e da PNAB em seu 1º Ciclo.
- Compreender quais as ideias e sentidos de cultura e organização disputados pela Rede-SC, quais as demandas articuladas e excluídas, quais os sentidos fixados, e quais estratégias são utilizadas no contexto de implementação da LPG e da PNAB em seu 1º Ciclo.
- Analisar como as tensões e possíveis antagonismos e deslocamentos do processo de articulação de atores da Rede de Pontos de Cultura do Estado de Santa Catarina contribuem para a compreensão da dimensão política da institucionalização da Política Nacional Cultura Viva.

1.4 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DA TESE

A presente tese está estruturada em sete capítulos, além desta introdução. No **Capítulo 2**, apresenta-se a trajetória da teoria institucional nos Estudos Organizacionais (EOR), recuperando suas origens, vertentes e principais aportes, bem como discutindo os limites de suas abordagens para a análise de processos institucionais. A revisão permite identificar em

que medida os estudos sobre institucionalização no campo organizacional contribuem - mas também restringem - a compreensão das disputas políticas que permeiam a formação e a transformação de campos sociais.

Já o **Capítulo 3** propõe um deslocamento teórico-analítico, introduzindo as contribuições da Teoria do Discurso Político (TDP) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe como lente alternativa para pensar os processos de institucionalização. Destacam-se as noções de articulação, hegemonia, sedimentação e reativação de sentidos, explorando o potencial da TDP para reintroduzir a dimensão política e conflitiva nos estudos sobre institucionalização.

No **Capítulo 4**, são apresentados a estratégia de pesquisa e os delineamentos metodológicos. Expõem-se as escolhas teóricas, epistemológicas e práticas que orientaram a investigação, com destaque para a abordagem qualitativa, o caráter etnográfico e o uso da observação participante, bem como para os procedimentos de coleta e análise dos dados.

O **Capítulo 5** desenvolve a análise histórica e política dos processos de institucionalização do campo da cultura no Brasil. Identificam-se três pontos de inflexão considerados centrais para esta pesquisa: a) a consolidação dos mecanismos indiretos de fomento nos anos 1990; b) a emergência e institucionalização da Política Nacional Cultura Viva nos anos 2000; e, c) a criação e implementação da LPG PNAB, tomadas como expressões recentes e decisivas das disputas em torno do financiamento e da democratização da cultura no país.

O **Capítulo 6** analisa os sentidos de cultura e organização disputados pela Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina no contexto da implementação da LPG e da PNAB. O capítulo é subdividido em três tópicos principais: o primeiro é narrativo descritivo dos eventos e acontecimentos observados em campo; o segundo objetiva apresentar uma análise da trajetória de articulação da Rede-SC; o terceiro apresenta a análise dos dados primários coletados. A partir do material empírico, discute-se como as práticas articulatórias da rede atualizam tensões históricas, mobilizam antagonismos e constroem equivalências em torno de significantes como ‘cultura de base comunitária’ e ‘gestão compartilhada’.

Por fim, o **Capítulo 7** constitui o momento de fechamento analítico da tese. Nele, são retomados os achados a partir da articulação entre a dimensão empírica e a perspectiva teórica adotada, destacando como a institucionalização do campo da cultura se apresenta simultaneamente como espaço de encantamento e resistência. O capítulo evidencia o protagonismo da Rede-SC nos processos de institucionalização da PNCV, ressaltando sua capacidade de tensionar fronteiras, disputar sentidos e reconfigurar práticas organizacionais em diálogo com os dispositivos da LPG e da PNAB.

2. A TRAJETÓRIA DA TEORIA INSTITUCIONAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Este capítulo procura apontar elementos da origem e do desenvolvimento da teoria institucional considerados fundamentais para esta pesquisa. Mais especificamente, interessa explorar os fundamentos da discussão das últimas décadas acerca dos limites onto-epistemológicos da perspectiva institucional; bem como as implicações de tais limites para o estudo das organizações do campo da cultura. Com isso, o presente capítulo não tem a pretensão de realizar uma revisão extensiva acerca dos precedentes históricos ou da diversidade de perspectivas (heterogêneas entre si) que se vinculam à alcunha de institucionalistas no campo dos EOR; mas de indicar os caminhos que levaram às definições e inquietudes que orientaram a construção desta pesquisa.

O interesse pelo tema da institucionalização tem longa trajetória nas ciências sociais (SCOTT, 1987, 1995, 2008). Para Conceição (2000, 2012), boa parte da diversidade encontrada entre as abordagens institucionalistas pode ser compreendida mediante a existência de uma gama de definições sobre o que são instituições. Preliminarmente, pode-se distinguir essas definições entre aquelas que focam nas regras, hábitos e normas; e aquelas que focam nas instituições enquanto entidades. Autores como Scott (1995), Chanlat (1989), Conceição (2000), Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010) concordam que a teoria institucional foi desenvolvida em três principais vertentes: a sociológica, a política, e a econômica. Especificamente nas ciências sociais aplicadas, a teoria institucional emerge em contraposição às perspectivas neo-clássicas, caracteristicamente racionalizadoras da realidade social (CONCEIÇÃO, 2000; SCOTT, 1995; SEARLE, 2008).

Nos EOR são seminais as obras de Philip Selznick (1996), publicadas entre as décadas de 1940 e 1950, que dão origem à perspectiva denominada¹⁵ como ‘velho institucionalismo’ neste campo; e de Meyer e Rowan (1977) e Dimaggio e Powell (2005), precursoras do ‘novo institucionalismo’ (CARVALHO; VIEIRA, 2003; DIMAGGIO; POWELL, 1991; SELZNICK, 1996). Apesar daquilo que Carvalho e Vieira (2003) denominam como seu relançamento na metade década de 1970, a partir das contribuições dos autores do ‘novo institucionalismo’ nos estudos das organizações, as origens epistemológicas da teoria

¹⁵ Conforme será explorado neste capítulo, a distinção entre o ‘novo’ e o ‘velho’ institucionalismo tem sido motivo de debate entre autores que utilizam estas abordagens em seus estudos e por seus críticos (DIMAGGIO; POWELL, 1991; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010; SELZNICK, 1996; VIEIRA; MISOCZKY, 2003). Neste sentido, a opção em apresentar o ‘velho’ e o ‘novo’ institucionalismo em seções distintas tem como principal fundamento a organização expositiva e não expressa uma adesão às concepções que privilegiam ou salientam os aspectos de descontinuidade entre as duas abordagens.

institucional podem ser resgatadas em formulações das últimas décadas do século XIX, na esteira dos debates sobre o método científico na Alemanha e nos Estados Unidos da América (CARVALHO; VIEIRA, 2003). Na esfera da sociologia, as contribuições dos autores clássicos, especialmente de Durkheim e Weber, lançam as bases que seriam desenvolvidas em meados do século XX por autores como Merton (1968) e Selznick (1996); e, posteriormente, Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1991). No domínio da economia, pode-se recuperar o papel fundante de economistas norte-americanos como Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; SCOTT, 1995).

Orientando-se pelo o objetivo de ordenar a apresentação dos fundamentos da teoria institucional nos EOR, bem como seus limites para o estudo de organizações do campo da cultura, este capítulo será subdividido em três seções. Na primeira, apresento brevemente os precursores da teoria institucional na sociologia. Na segunda, são discutidas as bases do ‘velho institucionalismo’. Por fim, são apresentados os marcos do ‘novo institucionalismo’ a partir do seu recorte em duas fases distintas e conferindo primazia a alguns dos limites da teoria institucional para a compreensão da dinâmica de campos diversos, heterogêneos e marcadamente permeados por conflitos, como o da cultura. Entre estes limites, ganha destaque a incapacidade das lentes teóricas do institucionalismo em compreender a dimensão coletiva dos processos de significação. Conforme busco argumentar, especificamente no campo da cultura, esta dimensão aponta para um tensionamento com a perspectiva hegemônica de organização.

2.1 PRECURSORES DA TEORIA INSTITUCIONAL NA SOCIOLOGIA

No domínio da sociologia, a temática da institucionalização tem raízes históricas longínquas, sendo amplamente difundida em distintos vieses e orientações (SCOTT, 1995). Não é à toa que a origem da perspectiva institucional é vinculada às contribuições de dois grandes pensadores clássicos - Durkheim (2003, 2007) e Weber (1994, 2002). Neste sentido, e considerando a impossibilidade de aprofundamentos ou tentativas de sistematização da temática na área da sociologia, iremos, por ora, nos deter em uma apresentação introdutória de aspectos arbitrariamente selecionados da obra destes autores. O objetivo é o de indicar alguns elementos que auxiliam na compreensão de suas influências sobre a teoria institucional nos EOR.

Carvalho, Vieira e Lopes (1999, p. 4) apontam que, em seus trabalhos mais maduros¹⁶, Durkheim “aproxima-se das proposições básicas do institucionalismo, destacando o papel exercido pelos sistemas simbólicos, os sistemas de conhecimento, de crença e a autoridade moral, identificados como instituições sociais, [como] produtos da interação humana”. Para Durkheim (2003), tais sistemas, ainda que produto da ação humana, são percebidos como objetivos, cristalizando-se enquanto ‘fatos sociais’ - fenômenos vivenciados tanto como externos ao indivíduo, quanto como coercitivos e apoiados por sanções. Durkheim afirmava, desta forma, que as instituições consistem em sistemas de regras, normas e valores compartilhados que auxiliam na regulação do comportamento social. Em sua obra, o autor (2003, 2007) reitera que as instituições desempenham papel fundamental para a manutenção da estabilidade e da coesão social.

Para Durkheim (2003), as instituições possibilitam o estabelecimento de relações estáveis, sendo relacionadas ao processo de formação de laços de solidariedade. Entre as instituições destacadas pelo autor na realização desta função, destacam-se a família, o sistema educacional, e a religião (DURKHEIM, 2007). Sobre esta última, argumentava que atua como um sistema simbólico, de fundamento transcendental, capaz de fornecer valores e crenças compartilhadas, promovendo a união dos sujeitos e fortalecendo o sentimento de pertencimento coletivo (DURKHEIM, 2003)

Neste sentido, é possível afirmar que Durkheim reconhece o papel dos sistemas simbólicos ao passo que imbuí as representações coletivas de uma dimensão ‘religiosa’ cujo fundamento, em última instância, lhes escapa. Sua principal função seria a de fixação de certas formas inicialmente subjetivas e individuais de agir e julgar (SCOTT, 1995). Neste sentido, salienta-se a sua contribuição para a compreensão do caráter variável das bases da ordem social, ainda que tal contribuição esteja associada a um viés essencialista que privilegia a conservação e a manutenção desta mesma ordem (CARVALHO; VIEIRA, 2003; SCOTT, 1995).

A obra de Weber (1994, 2002) também legou um aporte significativo para a matriz institucionalista. Sua perspectiva sociológica buscou apreender os aspectos formais e informais das instituições, de maneira a incluir os elementos culturais, políticos e econômicos na análise sociológica. Conforme destacam Carvalho e Vieira (2003, p. 24) Weber não fez uso direto do conceito de instituição como fez Durkheim, “mas, em seus estudos sobre o nascimento do capitalismo, aprofundou-o tanto na compreensão da influência das normas

¹⁶ Para Scott (2008, p. 10), nos primeiros escritos de Durkheim, a preocupação com as instituições podia já ser observada através do uso do termo "cristalizações".

culturais, quanto na construção e no caráter histórico das estruturas econômicas e sociais”. Há uma preocupação subjacente à sua obra que consiste em compreender as maneiras pelas quais as regras culturais, os costumes, hábitos, os sistemas de regras, as constituições, etc., definem as estruturas e o comportamento social.

Daí a forte aproximação entre a discussão sobre a dominação e as instituições presentes na obra weberiana (TRAGTENBERG, 2018). Scott (1995, p. 11, tradução do autor) expõe que a famosa tipologia de sistemas administrativos - tradicionais, carismáticos e racionais-burocráticos - corresponde a uma tipologia de sistemas de autoridade que é caracterizada a partir de diferentes “tipos de crença ou sistemas culturais que legitimam o exercício da autoridade”. Com isso, é possível afirmar que, de forma semelhante a Durkheim, Weber (1994) toma as instituições em íntima relação com sistemas ordenados de regras e normas que moldam a vida social. No entanto, seu foco recai sobre a relação entre as instituições e os valores incorporados em ações na realidade cotidiana dos indivíduos, de maneira a buscar apreender também as influências sociais que constituem as instituições.

De acordo com Weber (1994), a ação pode ser compreendida enquanto social somente na extensão em que atores atribuem-lhe algum significado¹⁷. Nesta orientação, é fundamental a mediação interpretativa que se coloca entre o ‘estímulo’ e a ação no agir em relação ao outro. Logo, conforme elucidam Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010, p. 95), “ação seguindo a tradição weberiana, pressupõe processamento de estímulos externos, ou seja, significação”. Neste sentido, conforme destacam Carvalho e Vieira (2003), a questão central proposta por Weber com respeito à importância dos processos de significação remete à dimensão subjetiva da realidade social. Por outro lado, é preciso reconhecer que tais processos, na perspectiva weberiana, são realizados através do emprego de sistemas simbólicos socialmente construídos (SCOTT, 1995). Ainda que o resgate e o reconhecimento das contribuições de Weber (1994, 2002) para a teoria institucional seja bastante comum entre seus adeptos, veremos que essa dimensão social dos processos de significação é frequentemente negligenciada no âmbito deste corpo teórico no campo dos EOR (CARVALHO, VIEIRA, GOULART; 2005; CLEGG. 1997; MISOCZKY, 2003; SCOTT, 2008).

Por fim, é interessante destacar que Weber (1994) é um dos primeiros teóricos a propor diferenciações entre as ideias de organização e instituição - ainda que, conforme

¹⁷ A atribuição de significados está na base da distinção weberiana entre as ciências naturais e as ciências humanas. Weber (1994) argumentou que as ciências sociais diferem fundamentalmente das ciências naturais porque, na primeira, tanto o pesquisador quanto o objeto de estudo atribuem significado aos eventos (SCOTT, 2001).

anteriormente destacado com relação à segunda, não operacionalize nenhum destes conceitos. Para o autor (1994), as instituições diferem-se das organizações na medida em que não carecem da necessidade de possuir uma estrutura formal. Scott (1995, p. 14, tradução do autor) observa que havia uma “fusão dos conceitos de instituições e organizações nos escritos de Veblen e Commons, Burgess e Willoughby, Durkheim, Cooley e Hughes”. Weber pode ser visto como uma exceção a essa tendência de generalização, uma vez que “esteve atento aos efeitos das forças institucionais mais amplas em moldar e apoiar diferentes sistemas administrativos”.

Weber e Durkheim lançaram os fundamentos que seriam posteriormente adaptados por outros sociólogos - como Parsons, Merton, Berger e Luckmann - no processo que dá início à abordagem institucional nos EOR. Os elementos da trajetória de tal processo de adaptação serão explorados na seção 2.2. Por ora, cabe apontar que o arcabouço durkheimiano constituiu-se, pelo menos em alguns de seus elementos fundamentais, como uma das bases mais perenes e difusas nas distintas perspectivas do institucionalismo nos EOR (CARVALHO; VIEIRA, 2003; CRUBELLATE, 2007; SCOTT, 1995). Por outro lado, o aporte weberiano dos estudos seminais no campo foi significativamente mediado por uma reinterpretação funcionalista, a qual descaracteriza a tipificação ideal enquanto método sociológico (CAMARA, 2012; CERQUEIRA, 2014; COHEN, 1975; MATITZ; VIZEU, 2012).

2.2 O ‘VELHO’ INSTITUCIONALISMO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Em consonância com autores como March (1965) e Prestes Motta e Vasconcelos (2006), Scott (1995) situa a origem dos EOR nos Estados Unidos da América, no período que vai entre 1937-1947. Neste ínterim, foram publicadas importantes obras, entre as quais se pode destacar as de Gulick e Urwick (1937), Parsons (1937), Barnard (1938), Roethlisberger e Dickson (1939), Maslow (1943), e Simon (1947). A contar das décadas de 1940 e 1950, as contribuições da perspectiva institucional somam-se aos estudos empíricos seminais realizados no campo das organizações sob o enfoque estrutural e comportamental. Scott (1995) sistematiza três eixos principais para a compreensão da emergência da teoria institucional neste contexto.

Primeiro, o aporte da obra de Herbert Simon (1979) e da teoria cognitiva, a partir do qual o viés modernista da racionalidade é problematizado (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010). Segundo, as contribuições da abordagem institucional de

Talcott Parsons (1960), construídas a partir de uma leitura funcionalista da obra de Weber (CAMARA, 2012; CERQUEIRA, 2014; COHEN, 1975; MATITZ; VIZEU, 2012). Terceiro, o subsídio fornecido por uma série de pesquisas empíricas realizadas por um grupo de estudiosos da Universidade de Columbia, que retomou o interesse nos processos de burocratização, suas fontes e consequências para o comportamento nas organizações sob a liderança de Robert Merton (SCOTT, 1995).

Philip Selznick (1957, 1996), considerado precursor da abordagem institucional nos EOR, foi um dos discípulos de Merton. Em sua obra, estão amalgamados e articulados avanços proporcionados pelas discussões científicas que se organizaram ao redor de tais veios. Desta forma, se faz necessária uma breve digressão para apresentar os eixos em questão, destacando suas relações com o ‘velho institucionalismo’ (CARVALHO; VIEIRA, 2003; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010; SCOTT, 1995).

Herbert Simon (1979) foi crítico da concepção racionalista dominante na orientação de pesquisas no campo da administração. Ele “desenvolveu sua teoria do comportamento administrativo para contrapor e corrigir teorias anteriores que faziam suposições heróicas e irracionais sobre a racionalidade” (SCOTT, 1995, p. 21, tradução do autor). Segundo esta concepção em escrutínio, a ação social está subordinada à razão e, desta forma, todas as ações são racionais e orientadas para fins e objetivos definidos. “Ao abordar a questão da complexidade na tomada de decisões, a argumentação racionalista advoga que a tomada de decisão estrutura-se por níveis [...] e que cada nível de decisão é parte de uma deliberação consciente” (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p. 21).

Simon (1979) traz avanços sobre essa compreensão a partir da introdução do conceito de racionalidade limitada, que problematiza os limites ‘computacionais’ da mente humana e toma em consideração os hábitos e o inconsciente como mediações da ação social. Simon (1979) esteve entre os primeiros pensadores a relacionar os limites da capacidade cognitiva individual e a estrutura organizacional, descrevendo “como as estruturas organizacionais funcionam para simplificar e apoiar a tomada de decisão dos indivíduos nas organizações, permitindo-lhes atingir níveis mais elevados de comportamento consistente e ‘limitadamente racional’ do que seria possível de outra forma” (SCOTT, 1995, p. 22, tradução do autor). Com isso, na medida em que os indivíduos aceitam aderir a uma organização, é esperado que assumam algumas premissas de valor como guia para a ação e decisão. Também são frequentemente fornecidas premissas factuais e crenças sobre meios e fins, que assumem a forma de regras, procedimentos e rotinas (SIMON, 1979).

Posteriormente, em seu trabalho em conjunto com March, Simon (1958) elaborou reflexões acerca das maneiras pelas quais as organizações moldam o comportamento dos sujeitos, desenvolvendo rotinas e prescrições a serem seguidas. Para Scott (1995, p. 22, tradução do autor), “os argumentos de March e Simon, embora entre os primeiros, permanecem entre as mais influentes e claras declarações acerca das micro características e funções das formas institucionais”. O comportamento racional é, neste sentido, orientado por premissas valorativas, quadros cognitivos, regras e rotinas - “o indivíduo racional é, e deve ser, um indivíduo organizado e institucionalizado” (SIMON, 1957, p. 102).

Tais concepções de racionalidade e de indivíduo racional compõem o cerne axiológico a partir do qual se estrutura o institucionalismo nos EOR. O conceito de racionalidade limitada foi amplamente disseminado entre os estudos da área da administração, contrapondo-se às perspectivas racionalistas mais estritas que interpretavam a maximização racional dos fins individuais como guia da ação social. Cabe destacar, no entanto, que elementos como costumes, hábitos, inconsciente, etc. são considerados e interpretados a partir de suas supostas funcionalidades. Ante os limites da racionalidade destacados por Simon (1979), os processos de institucionalização se justificam por suas funções de simplificação e regramento da ordem social, abreviando ou suprimindo os processos decisórios corriqueiros e repetitivos.

Os trabalhos de Simon (1947, 1979) e Simon e March (1958) deram-se em paralelo com importantes avanços produzidos no seio da chamada ‘revolução cognitiva’ (SCOTT, 1995). Conforme Lewin (1951), as primeiras pesquisas neste contexto se concentraram em observar como as variáveis emocionais e motivacionais afetam a percepção, a atenção e a memória. Nesta seara, durante as décadas de 1940 e 1950, a abordagem estímulo-resposta (E-R) passou a ser problematizada por pesquisadores da área da psicologia, sendo gradualmente substituída por um modelo que considerava a participação ativa dos organismos (E-O-R). Com essa guinada, “a mente passou a ser vista por muitos como um aparato semelhante a um computador que registrava as informações que chegavam e as submetia a uma variedade de transformações antes de ordenar uma resposta” (MARKUS; ZAJONC, 1985, p. 141). As contribuições da teoria cognitiva se fazem notar de forma mais acintosa entre os autores do ‘novo institucionalismo’, os quais articulam propostas multiparadigmáticas que engendram aspectos do construtivismo e do interpretativismo. Conforme será retomado adiante, neste domínio, a instância de interpretação dos sujeitos é frequentemente resgatada para rebater as críticas à questão da agência na teoria institucional (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010).

A influência da obra de Parsons, por sua vez, a despeito de ser pouco reconhecida pelos pesquisadores que adotaram o arcabouço do ‘velho’ e, especialmente, do ‘novo’ institucionalismo, foi destacada por autores como Colignon e Covalski (1991), Hirsch e Lounsbury (1997), Misoczky (2003), Peci (2006) e Crubellate (2007) nas últimas décadas. No início da década de 1940, algumas seleções dos escritos seminais de Weber sobre burocracia foram traduzidos para o inglês e reinterpretados à luz de uma concepção instrumental. Em uma referência à Parsons (1960), este processo deu origem à chamada leitura parsoniana da burocracia - de caráter intrinsecamente funcionalista - e trouxe importantes repercussões para o estudo das organizações (CAMARA, 2012; CERQUEIRA, 2014; COHEN, 1975; MATITZ; VIZEU, 2012). O autor (1960) reconstruiu a perspectiva weberiana da dominação, favorecendo as dimensões da liderança, do equilíbrio e da coordenação, mais ajustadas às suas reflexões sobre as relações entre estrutura social e função¹⁸ (CAMARA, 2012; CLEGG, 1997).

Cohen (1975) identifica que a reconstrução da sociologia de Weber feita por Parsons tem como ponto de partida a reinterpretação da ação social e da dominação a partir de uma abordagem normativa que substitui a compreensão substantiva original. Para Parsons (1960), a cultura tem o objetivo de manutenção dos padrões sociais em sistemas que visam a integração dos indivíduos em seus papéis, bem como a adaptação de suas ações às contingências do ambiente externo. Daí que a “estrutura cultural revela padrões constantes de relações” entre os sistemas que a compõem e o ambiente - e é a ação funcional dos sujeitos que dá materialidade a tais sistemas de significação (CERQUEIRA, 2014, p. 52). Por estas lentes, as contribuições da sociologia weberiana são tomadas como formalistas e prescritivas.

Esta reinterpretação encontrou um terreno fértil no campo da administração, no qual historicamente prevalecem as concepções racionalistas do *homo economicus* e da “técnica administrativa associada ao desempenho e ao projeto estrutural como neutros e portadores de valores universais a serviço da ciência” (CAMARA, 2012, p. 326). Conforme esclarece Camara (2012, p. 325), a leitura parsoniana teve papel fundamental tanto na ‘transformação’ do tipo ideal de dominação legal em ‘modelo’, quanto “na identificação de Weber como teórico da burocracia”. No corolário dessa interpretação, autores de reconhecida influência no campo dos EOR, tais como Blau e Scott (1970) e March e Simon (1958), consideram Weber um ‘clássico’ da Escola Estruturalista da Administração. Neste sentido, Parsons (1960) é

¹⁸ A importância de Parsons pode ser dimensionada através da amplitude do debate que a publicação de sua obra provocou nas ciências sociais. A perspectiva do autor foi criticada por diversos de seus pares, dentre os quais se pode destacar Giddens e Habermas (CLEGG, 1997)

considerado por Vieira e Misoczky (2003, p. 46), como “o autor mais influente entre os que concebem o poder como um fenômeno consensual” no domínio das ciências sociais aplicadas¹⁹.

Parsons (1960) compreende o ator social como um produto do sistema social. É o poder, nesse constructo, que habilita um sujeito a se tornar um ator no sentido de possuir agência (CLEGG, 1997). Nessa linha de raciocínio, o “poder é a capacidade generalizada para servir à realização das obrigações encadeadas pelas unidades dentro de um sistema de organização coletiva, quando as obrigações são legitimadas por referência à sua relação com os objetivos coletivos” (VIEIRA; MISOCZKY, 2003, p. 47). Assim, para Parsons (1960), o poder é conferido através das condições de legitimação, assumindo um caráter mandatário que implica em uma relação de obrigações mútuas entre quem está no poder e aqueles sobre os quais o poder é praticado. Neste sentido, o poder é derivado da autoridade, que consiste na legitimação instituída subjacente ao poder.

Desta feita, o poder é tomado simplesmente em uma extensão do consenso, dos meios que uma sociedade usa para atingir suas metas (PARSONS, 1960). Conforme elucidam Vieira e Misoczky (2003, p. 47), isso faz com que, “nesta abordagem, o poder [apareça] como funcional à manutenção da ordem, sendo oriundo do sistema social”. O poder ilegítimo só pode existir enquanto ‘desvio’ ou anomalia, cuja funcionalidade é afetada pela ausência de legitimidade. Sendo assim, Parsons optou por expurgar o conflito de seu conceito de poder na construção de seu quadro teórico (CLEGG, 1997; THORNTON; OCASIO, 2017).

Desta concepção de poder decorre a não consideração do conflito, na medida em que o poder é exercido dentro de um contexto social marcado pela estabilidade, recorrência, padronização e interação cooperativa, em que normas e obrigações compartilhadas, tanto pelos que exercem o poder, quanto pelos demais, são mobilizadas pelo exercício de uma autoridade reconhecida (VIEIRA; MISOCZKY, 2003, p. 47).

É assim que Parsons (1960) incorpora a legitimidade no seu conceito de poder. Tal concepção foi um dos eixos centrais sobre os quais se erigiu a teoria institucional nos EOR, tendo sido debatida também na esfera da determinação dos marcos do novo e do velho institucionalismo (DIMAGGIO; POWELL, 2005; GIDDENS, 1978; MISOCZKY, 2003;

¹⁹ Conforme esclarece Clegg (1997, p. 130, tradução do autor): “no cerne da abordagem de Parsons para a análise do poder estava uma analogia entre o conceito de dinheiro e o conceito de poder. Assim como o dinheiro funciona como um mecanismo generalizado ou meio para garantir os recursos disponíveis no sistema econômico, ele sugere que o poder funciona de maneira semelhante no sistema político. Tanto o dinheiro quanto o poder, quando considerados como meios de circulação, podem ser vistos como tendo uma eficácia que está bem acima de sua base real de recursos em metal monetário ou nos meios disponíveis de coerção, influência, persuasão, dissuasão e assim por diante. Cada um é capaz de conseguir isso por causa da legitimidade investida nos símbolos dos recursos subjacentes. A legitimidade simbólica permite que os detentores do poder e do dinheiro evoquem obrigações de outros. É essa legitimidade simbólica que é o pano de fundo ordenado do contexto da teoria de Parsons como um sistema, quer ele esteja se referindo ao dinheiro ou ao poder.

SELZNICK, 1996). Mais do que isso, ao dissociar o conflito e a política de sua concepção de poder, Parsons (1960) aprofunda e reconceitua a concepção da administração enquanto técnica ao direcionar o seu olhar para as organizações.

Por fim, cabe destacar a influência de uma série de estudos empíricos realizados pelos alunos e discípulos de Robert Merton na Universidade de Columbia para o desenvolvimento do ‘velho institucionalismo’. É geralmente reconhecido que este conjunto de pesquisas contribuiu sobremaneira para delimitar as organizações como uma área distinta de investigação (SCOTT, 1995; MATITZ; VIZEU, 2012). As contribuições de Merton (1968) para a construção da teoria institucional nos EOR, por sua vez, costumam ser menos debatidas (SCOTT, 1995). No bojo das formulações durkheimianas e da interpretação parsoniana da obra de Weber (CAMARA, 2012; CERQUEIRA, 2014; MATITZ; VIZEU, 2012), Merton (1968) “fez da análise funcional o eixo de suas construções teóricas” (NUNES, 2007, p. 162).

A concepção de processos institucionais de Selznick (1996) foi bastante influenciada pela obra de Merton. Scott (1995) argumenta que Merton e Selznick lançaram em conjunto as bases para uma interpretação processual das instituições: enquanto Merton descreveu processos gerais que operam nas organizações burocráticas conduzindo ao excesso de conformidade, Selznick se concentrou na diversidade de processos específicos dentro de organizações particulares, os quais dão origem a conjuntos distintos de compromissos valorizados e partilhados. Para além disso, pode-se traçar um paralelo entre as reflexões deste último e aquilo que Selznick define como processo de institucionalização. Para o autor, “no que talvez seja seu principal significado, ‘institucionalizar’ é infundir valor além dos requisitos técnicos da tarefa em questão” (SELZNICK, 1957, p. 17, tradução do autor). Corroborando com a importância desse paralelo entre as obras de Merton e Selznick, Carvalho e Vieira (2003, p. 21), argumentam que a contribuição do ‘velho institucionalismo’ para os EOR pode ser sintetizada em um aspecto principal: “os valores substituem os fatores técnicos na determinação das tarefas organizativas”.

Para Selznick (1992, p. 232, tradução do autor), se pensada como conceito abstrato e desprovido de conotações normativas, “a institucionalização é a emergência de padrões ordenados, estáveis e socialmente integrados a partir de atividades instáveis, frouxamente organizadas ou estritamente técnicas”. Neste constructo, as instituições “fixam processos que são essencialmente dinâmicos”, legitimando e estabelecendo agrupamentos sociais (SELZNICK, 1992, p. 232, tradução do autor). O autor reconhece duas maneiras principais pelas quais a institucionalização constrange a conduta, promovendo tal fixação: “trazendo-a para uma ordem normativa e tornando-a refém de sua própria história” (1992, p. 232).

Ainda que os atos formais possam ser tomados como o mais aparente mecanismo de partida, a sua promulgação - para que seja eficiente, segundo o autor - tem de estar apoiada em “recursos preexistentes de regularidade e legitimidade e deve levar a uma nova história de conduta consistente, de crenças compartilhadas e de apoio social” (1992, p. 233, tradução do autor). Há, para Selznick, uma íntima relação entre o imbricamento social, a função de uma instituição (determinada especificamente pelos valores que tal instituição ‘incorpora’) e a efetividade de um processo de institucionalização. Neste sentido, “as instituições não se estabelecem simplesmente por decreto, mas como um resultado de sua íntima ligação com a fábrica da vida social” (1992, p. 232, tradução do autor). Mais especificamente, é através da compreensão de sua função social, que o teórico propõe uma saída para os embaraços provocados pela utilização de um termo tão abrangente como o de ‘instituição’.

O termo instituição pode fazer referência a um grupo a uma prática social, desde a Igreja Católica até o ritual da comunhão. É fácil de se conviver com tal ambiguidade, uma vez que o fenômeno básico é o mesmo. O próprio grupo pode representar uma forma institucionalizada de realizar uma função social. Seja um grupo, uma prática, ou ambos; uma forma social torna-se institucionalizada à medida que, por meio de crescimento e adaptação, assume um caráter ou função distintiva, torna-se um receptáculo de interesses investidos ou é carregada de significado como um veículo de satisfação pessoal ou aspiração. Uma instituição desenvolvida não está prontamente limitada a objetivos estritamente definidos. É valorizada pelo lugar especial que ocupa em um sistema social mais amplo. As instituições perduram porque pessoas, grupos ou comunidades têm interesse em sua existência continuada (SELZNICK, 1992, p. 233, tradução do autor).

Há alguns elementos nesta definição que merecem ser detalhados. Primeiro, ela é construída sobre o alicerce da funcionalidade, aludindo aos aspectos axiológicos anteriormente destacados. As instituições promovem uma fixação da prática social ao cumprirem com funções distintivas que garantem a manutenção e a estabilidade da ordem. Na medida em que estão inextricavelmente associadas à realização de valores, as instituições têm um papel de “relevância moral” para Selznick (1957, 1992). De acordo com o autor (1992, p. 232), “a socialização e a institucionalização têm funções paralelas; a primeira dá forma aos indivíduos, e a segunda conforma grupos e práticas”.

O ‘lugar especial’ de que trata Selznick (1992) é conferido às instituições na medida em que elas são consideradas a expressão de “envolvimentos ou compromissos sociais” e, por conseguinte, a legitimidade é uma condição *sine qua non* para o processo de institucionalização de determinada prática, conduta ou organização. Corroborando com essa interpretação, Selznick (1992, p. 233) descreve as instituições como produtos da adaptação social, como “resultados de interesses convergentes”. Nesta perspectiva sistêmica e processual, as instituições funcionam como uma espécie de mediação entre a estrutura social e uma ordem moral cujos fundamentos transbordam a esfera do social (SELZNICK, 1992).

Em paralelo a esta concepção consensualista, há, na definição do autor, outro aspecto a ser destacado: uma clara referência aos interesses. Já encontramos em Selznick (1992) a percepção de que as instituições são investidas de interesses de comunidades, grupos e indivíduos. Porém, é interessante salientar como a concepção de ordem moral encerra o ‘social’ neste constructo, como representação de um bem maior ou superior que lhe excede. As instituições ocidentais consolidadas são, neste sentido, produto evolutivo da adaptação social e incorporam os valores morais que fixam o social a partir de limites que lhe são externos.

Selznick (1992, p. 245) até reconhece que alguns ideais²⁰ são precários - ou porque são sutis e exigem consciência sensível ou porque competem diretamente com alternativas “mais urgentes ou mais sedutoras”. Entretanto, segundo o autor, “uma das principais funções da ordem moral é preservar valores inerentemente precários contra a competição ruinosa do barato, do fácil, do mais econômico e do urgente” (SELZNICK, 1992, p. 245). Neste sentido, o fracasso moral derivaria em grande parte de uma competição entre bens indefinidos, elusivos, mas moralmente superiores - aos quais as instituições devem corresponder -, e satisfações mais definidas ou mais imediatas, as quais tensionam as instituições a se corromper (SELZNICK 1992).

Mais recentemente, Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010) resgataram a dimensão dos interesses presente em Selznick (1992) para defender a ideia de que as discussões sobre poder e conflito podem ser aprofundadas desde uma compreensão multiparadigmática da teoria institucional, capaz de articular elementos do funcionalismo, do interpretativismo e do construtivismo. Neste sentido, constroem um importante contraponto às críticas de que a perspectiva institucional suprime a possibilidade da ação racional e da agência²¹. Por outro lado, reconheceram que a ênfase no processo de institucionalização - foco que tem sido privilegiado por pesquisadores que se esforçam em incluir a compreensão das instituições enquanto produtos da ação social em sua análise - “freqüentemente não contemplam uma discussão da mudança, da capacidade de agência, do poder e dos interesses como elementos constitutivos do próprio processo” (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE; 2010, p. 90).

²⁰ Como exemplos, o autor (1992, p. 245) cita os ideais de democracia, educação, escolaridade e amor, defendendo que eles requerem “nutrição sustentada e proteção vigilante”.

²¹ O argumento central dos autores é o de que “mediante referências institucionais, se encontram ações racionalmente limitadas. Na ausência de instituições, o que se pode encontrar é ação que não pode ser propriamente classificada como social, portanto uma forma de ‘não-ação’ do ponto de vista da vida humana associada”. Na medida em que atores e seus interesses são institucionalmente constituídos, caberia explorar esse sentido de determinação.

Em parte, isto pode ser explicado a partir do traço essencialista presente na teoria desde as formulações do ‘velho institucionalismo’. Entre as repercussões dessa herança, pode ser destacada uma tendência à circunscrição do conflito de interesses na teoria institucional a partir de categorizações distintas. Por exemplo, DiMaggio e Useem (1991), em sua clássica pesquisa sobre a construção do campo dos museus estadunidenses, se debruçou sobre o papel da agência e dos conflitos de atores no processo. Em seus achados, argumentou que os processos de contestação e conflito ficam, pelo menos em parte, restritos ao período de construção de novos campos. Scott (1987), por sua vez, discorre que para um melhor entendimento do ambiente institucional, o mesmo deve ser visto em dois níveis distintos: um mais imediato e outro mais geral. É no ambiente institucional mais imediato que aparecem os aspectos de dependência, de poder e políticos. No nível mais amplo, a prevalência seria de entendimentos e normas compartilhadas, de variáveis globais com efeitos implícitos e difusos (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010).

É preciso reconhecer que o conceito de estruturação de Giddens (1978) trouxe importante aporte para a abordagem institucional nos EOR. O autor procurou evidenciar como as estruturas sociais são reproduzidas e modificadas por atores sociais, enfatizando que o processo de estruturação é contínuo e opera não apenas no sentido topo-base, mas também desde a base para o topo²² (SCOTT, 2008). No entanto, os exemplos apresentados acima remetem à ideia de que há um nível da estrutura que se constitui através dos processos de institucionalização que se desprende da dinâmica do jogo social. Procuraremos nos afastar dessa concepção com o aporte do arcabouço da TDP, reconhecendo a inexistência de um fundamento do social que transcenda sua estrutura, e que nenhuma instituição escape ao caráter precário e contingencial do processo de fixação de sentidos (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Selznick reconhece - ao menos parcialmente - que grupos, práticas sociais e instituições são carregados de significado. Para Carvalho e Vieira (2003, p. 27), a contribuição mais importante da teoria institucional nos EOR é a “inclusão de elementos simbólicos na formação dos ambientes organizacionais”. As perspectivas sistêmicas anteriores consideravam o ambiente como composto por elementos de dimensão estritamente objetiva, tais como insumos, tecnologia e capital - o ambiente técnico. A visão institucional inclui neste ambiente elementos simbólicos e cognitivos, de modo a desviar a ênfase das dimensões

²² Falaremos mais sobre o conceito de estruturação no capítulo dedicado ao ‘novo institucionalismo’ nos EOR.

técnicas para as dimensões simbólicas, interpretativas e culturais - o ambiente institucional²³. “Assim, na teoria organizacional, o ambiente, como variável analítica, evoluiu de um enfoque generalista para um enfoque simbólico, saindo de formulações que o identificavam como ambiente tarefa ou exclusivamente fonte de recursos” (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p. 27). Neste sentido, a teoria institucional propõe uma ampliação da noção do ambiente técnico para incluir e compreender o domínio do simbólico.

Não é por acaso que, desde o início de seu trabalho, Selznick (1948, p. 25) procurou definir as organizações como "a expressão estrutural da ação racional" no contexto do ambiente técnico-institucional. Conforme esclarece Scott (1995), as organizações passam a ser percebidas como sistemas orgânicos adaptativos, afetados pelo contexto social e pelas características de seus membros, bem como pelas variadas contingências e pressões ambientais. Neste decurso, as organizações passam por processos de institucionalização em distintos níveis de intensidade. Conforme destacam Carvalho e Vieira (2003), tais processos de institucionalização - na concepção de Selznick - consistem na evolução das organizações que, sujeitas às pressões do ambiente social, se transformam em ‘sistemas orgânicos’. É no processo de constituição de tais sistemas que “as expressões racionais da técnica são substituídas por expressões valorativas compartilhadas no ambiente onde a organização opera” (VIEIRA; MISOCZKY, 2003, p. 39).

Para Selznick (1957, p. 16-17), a institucionalização, enquanto processo, ocorre por dentro e por fora das organizações ao longo do tempo, “refletindo a própria história distinta da organização, as pessoas que estiveram nela, os grupos que ela incorpora, os interesses nela investidos, e as maneiras através das quais se adaptam ao seu ambiente”. Deste juízo deriva a importante vinculação do ‘velho institucionalismo’ à temática da diversidade organizacional (CARVALHO; GOULART; VIEIRA, 2004; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010). Para Carvalho, Goulart e Vieira (2004), algumas categorias centrais da análise de Selznick, como o caráter específico e a competência distinta, promovem a ênfase na diversidade e na mudança organizacionais²⁴. O que se pode acrescentar é que: a) tais categorias são construídas com base numa dissociação bastante clara entre os fatores técnicos

²³ Posteriormente, os teóricos do ‘novo institucionalismo’ contribuíram para definir mais claramente as características que distinguem os ambientes técnicos dos ambientes institucionais (CARVALHO; VIEIRA, 2002).

²⁴ Isso contrasta com a perspectiva do ‘novo institucionalismo’, que dá centralidade à categorias como o isomorfismo, o qual destaca a homogeneidade e a persistência de formas organizacionais. Carvalho, Vieira e Goulart (2004, p. 17-17), em seu trabalho que discute a inflexão conservadora da teoria institucional nos EOR, argumentam que nesta guinada “também se revela a natureza política do velho institucionalismo por meio da centralidade do poder no processo de institucionalização e a neutralidade do mesmo processo na nova versão [...]”. A conformação substitui a mudança e a reprodução assume o lugar da transformação”.

e os fatores institucionais, b) concebem a mudança e a transformação como funcionais à estabilidade da ordem; c) constrói uma concepção essencialista de organização. Segundo Selznick (1992, p. 243),

uma organização pura é uma ferramenta para fins especiais, um instrumento racional projetado para fazer um trabalho, um sistema enxuto e objetivo de atividades conscientemente coordenadas. Uma instituição, por outro lado, é melhor compreendida como um produto de adaptação social, em grande parte não planejada.

A ideia de organização enquanto esforço técnico, objetivo e conscientemente coordenado permanece incólume. É a diversidade que só se explica enquanto um produto da adaptação das organizações ao ambiente institucional. Ainda que o autor reconheça que uma determinada formação social não necessariamente tenha que assumir uma única dessas formas e que a maioria das formações consistem em misturas complexas, há uma concepção reificada da organização ‘pura’ como esfera do domínio técnico (CLEGG, 1997). Para Selznick (1992, p. 243), “quanto mais consolidada a prática, mais firmes os interesses investidos, mais valores em jogo, mais sentido faz falar em “uma instituição”.

Nas discussões sobre os limites da perspectiva institucional marcaram o campo dos EOR no Brasil entre as décadas 2000 e 2010, as concepções de poder e interesses do ‘velho institucionalismo’ foram resgatadas com base em diferentes vieses: para justificar a inflexão conservadora da trajetória da teoria institucional nos EOR (CARVALHO; GOULART; VIEIRA, 2004, 2005); caracterizar aproximações epistemológicas e continuidades entre o ‘novo’ e o ‘velho institucionalismo’ (DIMAGGIO; POWELL, 1991; SELZNICK, 1996); para evidenciar a influência do funcionalismo parsoniano na teoria institucional (CRUBELLATE, 2007; PECI, 2006); para buscar possibilidades de aproximação entre diferentes perspectivas de poder e a teoria institucional (VIEIRA; MISOCZKY, 2003) e para defender a ideia de que existem possibilidades pouco exploradas (e não consideradas pela crítica) de contemplar as dimensões do poder e da política a partir de costuras multiparadigmáticas da teoria institucional (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010).

Até aqui, buscamos resgatar alguns dos elementos onto-epistemológicos fundamentais do ‘velho institucionalismo’ que contribuem para justificar nossa opção em tratar o fenômeno da institucionalização a partir da ontologia política do social (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Apesar das relações que o ‘velho institucionalismo’ estabelece entre legitimidade, interesses e os processos de institucionalização - que vêm sendo resgatadas em tentativas de construção de uma análise das relações políticas e de poder dentro dos marcos do institucionalismo -; procuramos evidenciar que a discussão se coloca em termos consensualistas e essencialistas, sob a égide de um fundamento moral que transcende, em

alguma medida, a ordem social. Entre as repercussões desta postura essencialista, ganha destaque para fins do presente trabalho a concepção das organizações ‘puras’ enquanto instrumentos do domínio técnico desinvestidos de interesses e valores. No próximo item, discorreremos sobre elementos de continuidade e descontinuidade entre o ‘velho’ e o ‘novo’ institucionalismo, concedendo destaque às concepções do segundo.

2.3 O ‘NOVO’ INSTITUCIONALISMO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Conforme anteriormente apontado em nota, não há um consenso acerca dos elementos de continuidade e descontinuidade entre o ‘velho’ e o ‘novo’ institucionalismo. Destaca-se, assim, que a distinção adotada no trabalho tem um caráter majoritariamente expositivo. Powell e DiMaggio (1991), ao apresentarem o ‘novo institucionalismo’ em oposição ao ‘velho’, descrevem o segundo enquanto centrado na perspectiva da ação, com foco em dinâmicas, mudança, construção social e valores. Em sentido contrário, o ‘novo institucionalismo’ seria mais intimamente vinculado à escola estruturalista, com foco na estabilidade, em resultados, na dominação, e continuidade do ambiente. Scott (1995), por sua vez, faz uma distinção a partir dos elementos normativos²⁵ e cognitivos²⁶ da institucionalização. Para o autor, o ‘velho’ institucionalismo se apoia mais claramente nos primeiros, associando-se à busca por explicações sobre quais “as opções estruturais assumidas pelas organizações são derivadas da pressão exercida pelas normas e os valores”. Por sua vez, o ‘novo’ institucionalismo concede primazia aos elementos do segundo conjunto. Entre tais elementos, encontram-se as normas que constituem a natureza da realidade e o arcabouço através do qual os significados são construídos (CARVALHO; VIEIRA, 2003; SCOTT, 1995).

Expoente do ‘velho institucionalismo’, Selznick (1996) elabora um ensaio no qual realiza uma discussão interessante sobre distanciamentos e aproximações entre ambas as perspectivas. Para o autor (1996, p. 273), as continuidades subjacentes a estas teorias são

²⁵ Em referência à Scott (1995), Carvalho e Vieira (2003, p. 29-30) explicam que “o pilar normativo evidencia os valores e as normas como elementos institucionais nos quais se apoiam uma grande parte dos primeiros investigadores institucionalistas como Parsons, Durkheim e Selznick. Para esta versão, os valores representam concepções do preferível ou desejado junto com a construção de princípios com os quais, estruturas e comportamentos existentes podem ser comparados e avaliados. As normas, por outro lado, especificam como deveriam ser realizadas as coisas; definem os meios legítimos para perseguir os fins desejados. Ambos conceitos transmitem uma ideia de estabilidade para as organizações, posto que, tanto os valores como as normas, com o transcurso do tempo e em sua utilização cotidiana e repetida, são interiorizados pelos indivíduos, transformando-se numa obrigação social”.

²⁶ Para Carvalho e Vieira, o pilar cognitivo da teoria institucional propõe “que ademais das condições objetivas, sejam valorizadas também as interpretações subjetivas das ações, somando as representações que os indivíduos fazem de seus ambientes configuradores de suas ações”. Deste modo, há uma guinada em retorno “à questão central proposta por Weber com respeito à importância dos símbolos e significados: a dimensão subjetiva da realidade social”.

fortes, na medida em que “ambas as correntes apresentam uma sensibilidade sociológica profundamente internalizada”. Desta forma, expressa suas preocupações sobre a tendência de se traçar “uma linha nítida e definitiva entre o ‘velho’ e o ‘novo’ institucionalismo, especialmente porque isso inibe a contribuição da teoria institucional às principais questões da burocracia e da política social” (1996, p. 270).

Carvalho e Vieira (2003, p. 25) argumentam que tanto o velho como o novo institucionalismo “reagiram contra os modelos de organização baseados em concepções racionalistas”, de forma a destacar as relações entre a organização e seu ambiente e a valorizar o papel da cultura na formação das estruturas organizacionais. Misoczky (2003) destaca que estabeleceu-se uma falsa contradição entre os pressupostos destas abordagens, na medida em que ambas estão vinculadas a modelos positivos e funcionais do pensamento parsoniano. Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010) repreendem a tendência de estudos críticos à teoria institucional em associar o velho institucionalismo à mudança, e o novo institucionalismo à permanência. Para os autores (2010, p. 83), tal dicotomia “não pode ser aceita, uma vez que, ao contrário do que se apregoa, a persistência de padrões sociais não está ausente dos pressupostos do velho institucionalismo e tampouco o ator social é desconsiderado, como consequência, no novo institucionalismo”.

Depreende-se da diversidade destes posicionamentos, brevemente apresentados, que os limites entre o ‘velho’ e o ‘novo’ institucionalismo nos EOR estiveram em disputa nas últimas décadas. Há contribuições epistemológicas, entretanto, que podem ser destacadas no âmbito dos marcos do ‘novo’ institucionalismo. Seguindo a proposição de Munir (2019), apresentaremos o ‘novo’ institucionalismo distinguindo-o em duas fases, que remetem a contribuições epistemológicas marcadamente distintas. Para cada uma delas, dedicamos uma seção na continuidade deste capítulo.

2.3.1 A primeira fase do ‘novo’ institucionalismo nos Estudos Organizacionais: emergência e maturação

A primeira fase do novo institucionalismo é marcadamente influenciada pelo aporte da teoria cognitiva. “Na metade dos anos setenta, a importância dos sistemas de controle cognitivos foi resgatada para a análise organizacional com a colocação em vigor das proposições institucionais” (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999, p. 2). No processo, a contraposição às concepções racionalistas de ação, marcante desde os primórdios do institucionalismo nos EOR com base no já mencionado conceito de racionalidade limitada,

recebeu um novo aporte, especialmente do trabalho de Hodgson (1994). Para o autor (1994, p. 109), “a mente reage a uma grande quantidade de dados sensoriais que recebe, buscando reduzir a incerteza a nível conceitual e dando à ‘confusão caótica’ de estímulos algum sentido e significado” (HODGSON, 1994, p. 109).

Assim, a deliberação racional totalmente consciente acerca de todos os aspectos do comportamento cotidiano - conduta esperada segundo o viés epistemológico do *homo economicus* - é balizada como uma impossibilidade lógica e factual. “Os seres humanos adquirem, não obstante, mecanismos para subtrair certas ações em curso da avaliação racional contínua” (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999, p. 2). A incapacidade de processamento dos dados em sua totalidade é reafirmada, com o incremento da consideração do uso de conceitos e ideias que, baseadas em experiências anteriores do agente, o ajudam a tomar decisões e agir.

A teoria cognitiva dá lugar, desta forma, aos elementos subjetivos do conhecimento humano e por essa razão constitui um antecedente ontológico da teoria institucional. Propõe a impossibilidade da deliberação racional totalmente consciente sobre todos os aspectos do comportamento, em função da grande quantidade de informação e da imensa capacidade computacional que isso exigiria. Os seres humanos adquirem, não obstante, mecanismos para subtrair certas ações em curso da avaliação racional contínua: os hábitos. Sua função principal: ajudar a manipular e rotinizar a complexidade da vida quotidiana (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p. 22).

O segundo aporte ao novo institucionalismo é o de Berger e Luckmann (2002), que fornecem um fundamento de base fenomenológica²⁷ em seu tratado de sociologia do conhecimento²⁸, alicerce de vários estudos institucionalistas, segundo Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010). Berger e Luckmann (2002) preocupavam-se em investigar a natureza e a origem da ordem social. Seu argumento é assente na proposição de que a ordem social está fundamentada na construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2002). “A mudança de foco que supôs dirigir sua atenção ao sistema cognitivo, foi a base para o desenvolvimento da tendência sociológica da perspectiva institucional, e que se conhece como o novo institucionalismo nas organizações” (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p. 5). Berger e Luckmann (2002) argumentam que a realidade é um produto da interação social e propõem o foco na linguagem como sistema simbólico e na cognição como mediada por processos sociais. Assim, consideram os processos simbólicos e cognitivos como cruciais para a compreensão de como a dinâmica social produz ações repetitivas e estáveis e significados semelhantes ou compartilhados, definindo este processo como institucionalização. Neste

²⁷ Segundo Scott (1995), os autores foram influenciados pelo trabalho de Mead, bem como pelas contribuições de Mannheim e Schutz.

²⁸ Declaram os autores (2002, p. 15) que “a sociologia do conhecimento deve preocupar-se com tudo o que passa por ‘conhecimento’ na sociedade”. O interesse não recai sobre as questões de validade desse conhecimento, mas com sua produção, com os processos de construção social da realidade.

sentido, a institucionalização está relacionada à tipificação de ações tornadas habituais por tipos particulares de atores ou grupos sociais (BERGER; LUCKMANN, 2002).

Seguindo direção contrária aos pressupostos epistemológicos durkheimianos e parsonianos anteriormente destacados, Berger e Luckmann (2002) enfatizaram a criação do conhecimento compartilhado e dos sistemas de crenças mais do que a produção de regras e normas. Desta forma, a ênfase recai sobre as estruturas cognitivas, ainda que se reconheça a mediação social dos processos subjetivos. Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010) estão entre os autores que destacam a importância do conceito de intersubjetividade na obra de Berger e Luckmann (2002). Para Scott (1995, p. 13, tradução do autor), “o foco na centralidade dos sistemas cognitivos forma a base para a versão sociológica do novo institucionalismo nas organizações”. A intersubjetividade é, segundo Berger e Luckmann (2002) uma expressão do mundo que compartilhamos com os outros.

Berger e Luckmann (2002) também sublinham a centralidade dos papéis no âmbito da intersubjetividade, bastante disseminada no âmbito da teoria institucional dos EOR²⁹. Para os autores (2002, p. 74) “toda conduta institucionalizada envolve papéis. [...] Assim que os atores são tipificados como executores de papéis, sua conduta é *ipso facto* suscetível de execução” (p. 74). Os papéis, nesta compreensão, não precisam, necessariamente, surgir formalmente como posições particulares carregadas de expectativas específicas de comportamento; mas podem emergir informalmente ao longo do tempo através da interação de atores sociais (BERGER; LUCKMANN, 2002; SCOTT, 1995).

Berger e Luckmann (2002) estruturam um modelo teórico que apresenta quatro níveis do processo de legitimação, que culminam na estruturação do ‘universo simbólico’: o da legitimação incipiente, o qual acha-se presente logo que um sistema de objetivações linguísticas da experiência humana é transmitido; o das proposições teóricas rudimentares, representadas por provérbios, mitos e histórias populares; o das teorias legitimadoras e especializadas; e, por fim, o universo simbólico coloca-se como o último estágio, assemelhando-se ao conceito de religião de Durkheim (JÓFILI; DIAS; CARVALHO, 2003, p. 210). Daí o caráter voltado, em última instância, à preservação e reprodução dos padrões

²⁹DiMaggio e Powell (2005) ressaltam a importância dos papéis na dinâmica das pressões isomórficas nos campos organizacionais. Para os autores (2005, p. 78), por exemplo, “a necessidade de se depositar responsabilidade e autoridade gerencial, mesmo que cerimonialmente, em um papel definido formalmente para interagir com organizações hierárquicas constitui um obstáculo constante para a manutenção de formas organizacionais igualitárias e coletivistas”.

institucionalizados que está presente em sua obra³⁰ - a despeito das considerações dos autores acerca da dialética³¹ entre estrutura e agência.

Durante a década de 1970, Meyer e Rowan (1977) publicam o artigo “Organizações Institucionalizadas: estruturas formais como mitos e cerimônias”, identificado como seminal na perspectiva do ‘novo institucionalismo’ nos EOR. Apoiados no conceito de Berger e Luckmann (2002), relacionam a institucionalização ao processo através do qual hábitos, obrigações ou circunstâncias assumem a condição de norma tanto no terreno das ações sociais como no da subjetividade. Partindo da crítica às teorias dominantes de sua época - que se debruçaram sobre o gerenciamento de redes relacionais e sobre o exercício da coordenação e do controle -, os autores procuraram destacar a legitimidade como uma variável alternativa das estruturas racionalizadas. O argumento central de seu trabalho, assente na noção weberiana de legitimidade - consiste na afirmação de que “as estruturas formais de muitas organizações na sociedade pós-industrial refletem dramaticamente os mitos de seus ambientes institucionais em vez de demandas de suas atividades de trabalho” (MEYER; ROWAN, 1977, p. 341).

Nas teorias predominantes, a legitimidade é um dado adquirido: as afirmações sobre a burocratização baseiam-se na suposição de normas de racionalidade. Quando as normas desempenham papéis causais nas teorias da burocratização, é porque se pensa que elas foram construídas nas sociedades e personalidades modernas como valores muito gerais, que facilitam a organização formal. Mas as normas de racionalidade não são simplesmente valores gerais. Eles existem de maneiras muito mais específicas e poderosas nas regras, entendimentos e significados ligados às estruturas sociais institucionalizadas. (MEYER; ROWAN, 1977, p. 341-342).

Por sua vez, as “estruturas organizacionais emergem como reflexos das regras institucionais racionalizadas” e as “organizações são levadas a incorporar práticas e procedimentos definidos por conceitos prevalentes e institucionalizados acerca das tarefas organizacionais” (MEYER; ROWAN, 1977, p. 340). Os autores (1977) consideram que à medida que regras institucionais racionalizadas surgem em determinados domínios da

³⁰ A mudança é considerada como uma variação ao longo do tempo que ocorre somente quando as instituições se tornam problemáticas, daí a limitação da teoria em consistir em uma abordagem da preservação e reprodução dos padrões institucionalizados (MISOCZKY, 2003).

³¹ Conforme destacam os autores (2002, p. 78-79), “é importante ter em mente que a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que possa parecer ao indivíduo, é uma objetividade humanamente produzida e construída. O processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade atingem o caráter de objetividade é a objetivação. O mundo institucional é a atividade humana objetivada, e assim é cada instituição. Em outras palavras, apesar da objetividade que marca o mundo social na experiência humana, ele não adquire com isso um status ontológico à parte da atividade humana que o produziu. [...] a relação entre o homem, produtor, e o mundo social, seu produto, é e permanece dialética. Ou seja, [...] a externalização e a objetivação são momentos em um processo dialético contínuo. O terceiro momento neste processo, é a internalização (pelo qual o objetivo mundo social é retrojetado na consciência no curso da socialização) [...] É possível ver a relação fundamental desses três momentos dialéticos na realidade social. Cada um deles corresponde a uma caracterização essencial do mundo social. *A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social. Uma análise do mundo social que deixa de fora qualquer um destes três momentos será distorcida*”.

atividade de trabalho, as organizações formais se constituem incorporando essas regras como elementos estruturais. Mais do que isso, compreendem que as organizações, como resultado de sua adaptação ao ambiente institucional, incorporam em suas estruturas formais elementos racionalizados e socialmente legitimados, de modo a maximizar sua legitimidade e aumentar suas capacidades de sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1977). Desta forma, “quanto mais a estrutura de uma organização é derivada de mitos institucionalizados, mais ela mantém demonstrações elaboradas de confiança, satisfação e boa fé, interna e externamente” (1977, p. 357).

Disso deriva a crítica à compreensão de que a sobrevivência das organizações pode ser estritamente vinculada a parâmetros técnicos de eficiência, e à maximização dos processos (DIMAGGIO; POWELL, 2005; MEYER; ROWAN, 1977). Dentre as proposições do ‘novo’ institucionalismo, destaca-se, para fins de construção da presente proposta, o diálogo crítico que esses autores estabelecem com as perspectivas estritamente racionalistas, dominantes na administração no âmbito da sobrevivência das organizações. Seminalmente tomada como uma mera questão de eficiência e adequação técnica nas teorias da administração (SCOTT, 1995), a sobrevivência das organizações passa a ser (re)discutida por teóricos institucionalistas nos EOR a partir da ideia de adaptação e incorporação de elementos socialmente legitimados (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; DIMAGGIO; POWELL, 2005; GREENWOOD, et al., 2017; LEÃO JÚNIOR, 2001; MEYER; ROWAN, 1977; PERROW, 1991). Dessa forma, para estes teóricos, uma organização ou movimento podem ser considerados legítimos na medida em que suas ações estejam enquadradas no sistema vigente, no ambiente de normas, valores e crenças (PASSOLONGO et al., 2004).

Seguindo pressupostos muito similares, DiMaggio e Powell (2005) cunharam o conceito de campo organizacional³², adaptando significativamente o conceito original de campo em Bourdieu (2000). “Este conceito pressupõe que as organizações operam num determinado ‘espaço’ onde os efeitos das demais organizações que operam no campo se fazem sentir de forma mais intensa” (LEÃO JÚNIOR, 2001, p. 4). “O campo organizacional passa a ser considerado como uma rede complexa formada por várias organizações” (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p. 49). Sua amplitude pode ser estabelecida e

³² Conforme conceituam os autores (2005, p. 76) “por campo organizacional entendemos aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzem serviços e produtos similares. O valor dessa unidade de análise está no fato de que ela direciona nossa atenção não simplesmente para empresas concorrentes, [...], ou para redes de organizações que realmente interagem [...], mas para a totalidade de atores relevantes. Dessa maneira, a ideia de campo abrange a importância tanto da conectividade quanto da equivalência estrutural.

compreendida justamente pela sua ‘influência’ sobre um conjunto de organizações, as quais passam a planejar e coordenar seus processos em conformidade umas com as outras, partilhando/contestando gradualmente hábitos, rotinas e crenças que constituem e conformam o campo em sua especificidade.

Segundo DiMaggio e Powell (2005), o campo organizacional é formado por organizações que, conjuntamente, constituem uma área reconhecida da vida social. É composto por atores, que integram o ambiente significativo de uma organização e de alguma forma se relacionam entre si, tais como: empresas privadas, organizações governamentais e não governamentais, representantes sindicais e de categorias, associações, movimentos da sociedade civil, etc. Neste constructo, campos existem quando são definidos institucionalmente através da interação entre organizações; da construção social de estruturas de dominação entre organizações; da existência de uma carga de informação; e da formação de uma consciência mútua entre participantes (JÓFILI, DIAS, CARVALHO, 2003).

Com a rápida disseminação do conceito de campo organizacional e sua aplicação em diversas pesquisas, o foco nos processos de institucionalização de organizações específicas - marca característica do ‘velho’ institucionalismo - vai gradualmente sendo sobrepujado pelo interesse nos processos mais abrangentes que concernem aos campos organizacionais. Os autores partem do pressuposto de que o mecanismo de burocratização e racionalização se deslocou do mercado competitivo para o Estado e para as categorias profissionais, argumentando que “uma vez que um grupo de organizações emerge como um campo, surge um paradoxo: atores racionais tornam suas organizações cada vez mais similares, à medida que tentam transformá-las” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 74). Desta forma, a institucionalização de um campo organizacional deve ser entendida enquanto um processo que envolve, entre outras dimensões³³, a homogeneização das formas organizacionais nele presentes (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Segundo DiMaggio e Powell (2005, p. 76-77);

o conceito que melhor capta o processo de homogeneização é o de “isomorfismo”. [...] O isomorfismo constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais. Na esfera populacional, tal abordagem sugere que as características organizacionais são modificadas na direção de uma compatibilidade crescente com as características do ambiente; o número de organizações em uma

³³ DiMaggio e Powell (2005) esclarecem tais dimensões. Em afinidade com os aspectos destacados por Jófil, Dias e Carvalho (2003), autores (2005, p. 67) afirmam que “o processo de definição ou “estruturação” institucional consiste em quatro elementos: um aumento na amplitude da interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos; um aumento na carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar; e o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações de que estão envolvidos em um negócio comum”.

população é função da capacidade de sustentação do ambiente; e a diversidade de configurações organizacionais é isomórfica à diversidade ambiental.

Seguindo ideias presentes em Meyer, DiMaggio e Powell (2005) sustentam que existem dois tipos básicos de isomorfismo, o competitivo e o institucional. Reconhecem que o isomorfismo competitivo, considerado mais aderente a campos “nos quais exista competição livre e aberta”, já vinha sendo discutido em estudos que enfatizavam os aspectos de adequação ao mercado, pressupondo uma racionalidade sistêmica instrumental nas organizações. Porém, conforme destacam, “as organizações não competem somente por recursos e clientes, mas por poder político e legitimação institucional, por adequação social, assim como por adequação econômica” (2005, p. 77). Desta forma, apresentam o conceito de isomorfismo institucional como uma ferramenta útil para a compreensão dos elementos políticos e cerimoniais que permeiam as organizações modernas.

DiMaggio e Powell descrevem três processos de isomorfismo institucional – coercitivo, mimético e normativo – que conduzem a esse resultado. Os conceitos buscam exprimir a propensão à similaridade entre organizações de um mesmo campo, uma vez que estas muitas vezes são submetidas às mesmas normas e padrões de conduta (isomorfismo pela via normativa); ou costumam imitar os comportamentos, hábitos e padrões considerados exitosos, valorosos, eficientes ou legítimos (isomorfismo pela via mimética); ou ainda podem ser também social e legalmente coagidas a manterem - ou aparentarem manter - determinados tipos de conduta sob ameaça ou risco de penalizações ou sanções (isomorfismo pela via coercitiva) (CARVALHO; VIEIRA, 2003; DIMAGGIO; POWELL, 2005, LEÃO JÚNIOR, 2001).

Nas primeiras décadas do desenvolvimento do ‘novo’ institucionalismo nos EOR, o eixo de análise mais amplamente utilizado por seus adeptos envolveu os mecanismos isomórficos (miméticos, normativos e coercitivos) dos campos organizacionais cunhados por DiMaggio e Powell (2005). No bojo deste processo, em 1987, Richard Scott escreveu um artigo intitulado “*The Adolescence of Institutional Theory*”, no qual buscou sistematizar os avanços das primeiras décadas após o surgimento do ‘novo’ institucionalismo nos EOR (SCOTT, 1987). Neste período, conforme destaca o autor (1987, p. 504), emergiram estudos³⁴ sobre: a capacidade ou incapacidade de indução/imposição de estruturas organizacionais por

³⁴ Entre eles, pode-se destacar, por sua importante repercussão acadêmica, as análises de DiMaggio sobre os processos isomórficos do campo dos museus nos EUA (1991) e sobre o papel do Estado na estruturação de campos organizacionais (1983). Outra pesquisa bastante disseminada foi a de Tolbert e Zucker (1983) sobre a adoção de reformas do serviço público por parte de agências governamentais. Também tem destaque o estudo de Fligstein (1985) sobre a disseminação de formas multi-divisionais entre as grandes corporações norte-americanas. Ambos os estudos enfatizam o processo de difusão de um novo padrão organizacional através de um campo de organizações similares e autônomas (SCOTT, 1987).

parte de atores sociais privilegiados em um campo organizacional (DIMAGGIO, 1991; DIMAGGIO; POWELL; 1983 MEYER, 1983; SCOTT; MEYER, 1987); a ‘aquisição’ de elementos de legitimação da estrutura organizacional; ou seja, “a deliberada escolha de modelos estruturais pelos atores organizacionais” (FLIGSTEIN, 1985; TOLBERT; ZUCKER, 1983); e sobre os processos de imitação ou ‘impressão’ (*imprinting*) de estruturas organizacionais (KIMBERLY, 1975).

Alguns anos mais tarde, em 1991, Powell e DiMaggio (2012) publicaram a primeira edição do livro “*The new institutionalism in organizational analysis*” que teve importante repercussão. Em seu capítulo introdutório, os autores sintetizaram sua posição acerca das diferenças entre o ‘velho’ e o ‘novo’ institucionalismo nos EOR.

A proposta de sistematização teve ampla repercussão, servindo como uma das principais bases do já mencionado debate acerca dos elementos de continuidade e descontinuidade entre o ‘novo’ e o ‘velho’ institucionalismo (CARVALHO; VIEIRA, 2003; DIMAGGIO, 1991; GREENWOOD et al., 2017; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010; MUNIR, 2019; SELZNICK, 1996). Mesmo Powell e DiMaggio (1991), entusiásticos da vertente do ‘novo’ institucionalismo, reconhecem diversos elementos da dimensão de continuidade. Conforme sustentam os autores (1991, p. 12), ambas as vertentes partilham de um cepticismo em relação aos modelos de organização fundamentados na concepção de atores racionais; ambas compreendem a institucionalização como um processo que “torna as organizações menos instrumentalmente racionais, limitando as opções que podem buscar”; ambas “ênfatisam a relação entre organizações e seu ambiente; e ambas ênfatisam o papel da cultura na formação da realidade organizacional.

Neste sentido, “dado o caráter decididamente racional e materialista da maioria das abordagens alternativas às organizações, estas semelhanças sugerem muita continuidade entre o velho institucionalismo e o novo” (POWELL; DIMAGGIO, 1991, p 12). A essas considerações, somam-se aquelas apresentadas na introdução do presente capítulo. Por outro lado, se aceitarmos tais diferenciações - não obstante elas sejam apresentadas como avanços por Powell e DiMaggio (1991) e como sinais de amadurecimento por Scott (1987) -, veremos que parte dos traços distintivos do ‘novo’ institucionalismo estiveram intimamente relacionados às críticas mais contundentes que incidiram sobre os marcos teóricos de sua ‘primeira fase’.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que tanto o ‘velho’ como o ‘novo’ institucionalismo rejeitam a compreensão de que o comportamento organizacional é a soma dos comportamentos individuais, ainda que o façam a partir de bases marcadamente distintas.

Conforme destacam Powell e DiMaggio (1991, p. 12), “a rejeição neoinstitucionalista da intencionalidade é fundada em uma teoria alternativa de ação individual, a qual enfatiza o caráter irrefletido, rotineiro e dado como certo (natural) da maior parte do comportamento humano”. Nesta compreensão, os interesses e preferências são, eles próprios, institucionalmente constituídos. De uma lado, isso possibilita ao novo institucionalismo um afastamento do quadro essencialmente moral de referência proposto por Selznick (1996). De outro, a rejeição à teoria da socialização - caracterizada pela consideração de elementos afetivos e identitários - levou à preferência (muitas vezes, implícita) por teorias da psicologia, consideradas mais ‘frias’, que incluíam no seu referencial de análise os modelos cognitivos, scripts, e esquemas de tomada de decisão (POWELL; DIMAGGIO, 1991).

Para além disso, a compreensão inaugurada por Zucker (1983), segundo a qual a institucionalização é um processo fundamentalmente cognitivo, levou a uma orientação demasiado enviesada para a análise dos processos individuais de construção de sentidos. Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010) destacam a marginalização do conceito de intersubjetividade³⁵ durante o desenvolvimento do ‘novo’ institucionalismo. Segundo os autores (2010, p. 102), tal conceito “parece ter sido reduzido, ao longo do tempo, primeiramente à subjetividade e, em seguida, à objetividade, desvirtuando a concepção original, reconhecida como um dos fundamentos da teoria neo-institucional [ou do ‘novo’ institucionalismo, nos nossos termos]”. Neste sentido, pode-se argumentar que o deslocamento do *locus* da institucionalização (desde as organizações, até o campo organizacional) foi acompanhado por um demasiada atenção aos elementos de determinação estrutural. Corroborando com a afirmação, parte significativa das pesquisas de adeptos do ‘novo’ institucionalismo assumiram a tarefa de compreender os mecanismos de controle das variáveis institucionais de campos específicos (DIMAGGIO, 1983; MEYER, 1983; SCOTT; MEYER, 1987).

Outro aspecto que merece destaque: a noção de conflito passa a compor o arcabouço teórico do ‘novo’ institucionalismo como uma espécie de variável do processo de institucionalização. Em nossa concepção, mais do que a perda de centralidade, o conflito passa a ser tratado enquanto uma variável exógena e secundária, tomando-se por base a hipótese fundamental de que “organizações que operam em ambientes mais complexos e conflituosos apresentam maior complexidade administrativa e reduzida coerência em seus

³⁵ Décadas mais tarde, os autores defendem a retomada do conceito de intersubjetividade para o trato dos elementos da agência e do poder na teoria institucional com o devido rigor epistemológico (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE; 2010).

programas" (SCOTT; MEYER, 1987, p. 129, tradução do autor). Já vimos que as proposições do ‘velho’ institucionalismo estão fundamentadas em uma concepção parsoniana de poder. Caberia acrescentar que as concepções do ‘novo’ institucionalismo tem demonstrado muitas dificuldades em afastar-se desse referencial. Conforme reconhecem Powell e DiMaggio (1991, p. 12), o ‘novo’ institucionalismo caracteriza-se pela ênfase nas relações entre estabilidade e legitimidade, buscando a compreensão do poder de “entendimentos comuns que raramente são explicitamente articulados”. Essa compreensão remete ao aporte de Berger e Luckmann (2002), os quais partem de uma perspectiva que privilegia a conservação das estruturas sociais (CLEGG, 1997).

Pelo menos em um primeiro momento, a concepção de poder majoritária entre os ‘adeptos’ do novo institucionalismo esteve associada à capacidade ‘indutora’ de determinados atores em orientar os processos isomórficos para a conformação de estruturas particulares. Conforme destaca Scott (1987), trata-se de uma proposição bem conhecida na teoria dos sistemas abertos a de que as organizações tendem a mapear a complexidade dos problemas ambientais. Nesse sentido, o poder é tratado sob a perspectiva da absorção do ambiente de incerteza no processo decisório. Por este prisma, quanto maior for o controle das variáveis de incerteza por parte dos indivíduos, grupos ou organizações, maior será o seu poder (FARIA, 2003). Na medida em que a legitimidade é considerada um dos elementos-chave para a institucionalização de uma prática, rito, regra, etc.; pode-se argumentar que, nesta concepção marcadamente sistêmica, poder e legitimidade reafirmam-se mutuamente de maneira tautológica (MUNIR, 2019).

É interessante atentar para o fato de que a busca por legitimidade é considerada, pelas lentes desses estudos seminais, como um processo que ocorre fundamentalmente através da incorporação de elementos racionalizados e socialmente legitimados, levando as organizações de um mesmo campo a adotarem (por sobrevivência ou indução) práticas, ritos e cerimônias semelhantes ou idênticas. Neste sentido, a abordagem é voltada à compreensão de como as “pressões do circuito de integração social estabilizam configurações particulares de poder em um campo organizacional” (CLEGG, 1997, p. 226). Conforme reconhece Scott (1995, p. 44, tradução do autor), a ênfase de DiMaggio e Powell recai em descobrir até que ponto sistemas de crença e estruturas culturais mais amplas são impostos ou adotados por atores e organizações individuais”, no que constituem um viés que privilegia a estabilidade, a reprodução e a conservação da ordem institucional (BERGER; LUCKMANN, 2002).

2.3.2 A segunda fase do ‘novo’ institucionalismo nos Estudos Organizacionais: hegemonização, diálogo crítico e limitações analíticas

Ante estas limitações, os trabalhos seminais do ‘novo’ institucionalismo sofreram críticas contundentes, entre as quais destacam-se: (a) aquelas direcionadas às dificuldades da teoria em constituir uma devida compreensão do papel da agência humana na transformação das instituições, e (b) suas limitações no que diz respeito ao tratamento das relações sociais de poder e conflito em seu quadro de análise (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012; CLEGG, 1997; GREENWOOD, et al., 2017; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE; 2010; SCOTT, 2008; VIEIRA; MISOCZKY, 2003). Este diálogo levou a significativas modificações das proposições iniciais dos teóricos desta vertente, a partir das quais se identifica uma segunda fase (MUNIR, 2019).

Autores como Greenwood et al. (2008), Munir (2019), Scott (1995) e Suddaby (2014) descrevem que os primeiros anos da trajetória do desenvolvimento do ‘novo’ institucionalismo nos EOR foram marcados por intensos acalorados debates, em especial, com as posições mais ortodoxas e racionalistas da sociologia norte-americana. Cabe apontar que, neste sentido, o ‘novo’ institucionalismo emerge a partir de apreciações e teorizações críticas. Desde essa posição periférica, as proposições iniciais desta vertente sofreram inúmeras contestações, as quais, pode-se argumentar, impulsionaram modificações e aprofundamentos teóricos. Um dos efeitos mais imediatos e aparentes do diálogo entre os teóricos do ‘novo’ institucionalismo e seus críticos foi o deslocamento do eixo dominante de análise entre os institucionalistas (SCOTT, 2008). Podemos situar a ocorrência deste diálogo entre a virada para a década de 1990 e os primeiros anos da década de 2000.

Em detrimento da ênfase nos efeitos isomórficos dos campos organizacionais, que marcou a primeira fase - poderíamos dizer, da infância à adolescência, parafraseando Scott (1987) - do ‘novo’ institucionalismo; uma segunda fase desta vertente pode ser identificada a partir do foco nos processos de mudança e transformação institucional (GREENWOOD, et al., 2017; MUNIR, 2019; SCOTT, 2008). Essa guinada reuniu alguns esforços de resposta às críticas aos trabalhos iniciais do ‘novo’ institucionalismo, logrando em alguma medida costurar novas compreensões acerca da agência e, em menor grau, do poder e do conflito junto ao escopo institucionalista (MUNIR, 2019).

Em consequência disso, entre as décadas de 1990 e 2000, aprofundou-se a atenção concedida a processos mais dinâmicos, de transformação, emergência e desmantelamento dos campos organizacionais. Neste período, foi publicada uma série de estudos empíricos

realizados para examinar a construção de estruturas institucionais e seus campos organizacionais associados. Estes estudos incluíram a investigação de processos de desinstitucionalização e de processos conflituosos e suas relações com o colapso de instituições existentes e sua gradual substituição (CAMPBELL; PEDERSEN, 1996; DEZALAY; GARTH, 1996; LOUNSBURY et al., 2003; OLIVER, 1991; STARK, 1996; THORNTON, 2004; SCHNEIBERG; SOULE, 2005). A mudança do foco principal entre os teóricos do ‘novo’ institucionalismo, foi acompanhada de um resgate de conceitos dos neo-institucionalistas evolucionários anteriormente apresentados (ver item 2.1.3), tais como: dependência de trajetória e da coevolução de organizações e instituições (PIERSON, 2004; SCOTT, 2008). Essa aproximação buscou rebater as críticas de frouxidão conceitual provenientes, em especial, do *mainstream* das teorias administrativas.

No bojo desse debate, o aporte de Giddens (1984) e Giddens e Turner (1999) trouxe contribuições fundamentais para a perspectiva do ‘novo’ institucionalismo ao propor concepções inovadoras acerca da relação entre agência e estrutura em sua teoria da estruturação. O autor (1984) substitui o trato das estruturas enquanto substantivos pela ideia de ‘estruturação’, de modo a enfatizá-las enquanto sistemas continuamente produzidos e reproduzidos ao longo do tempo. O conceito de estruturação também se propõe a lançar luz à dimensão da dualidade da estrutura, ou seja, à relação de interdependência entre estrutura e agência. Em sua concepção original, o conceito expressa uma perspectiva abrangente, servindo como um ponto de referência “à interdependência recursiva das relações sociais, atividades e estruturas” (SCOTT, 1995, p. 113). Giddens (1984) argumenta que a estruturação é um processo recíproco e dialético, no qual os indivíduos têm de ser considerados tanto produtos quanto produtores das estruturas sociais.

O autor (1984) propõe uma distinção entre estrutura e sistema. A estrutura é entendida como um conjunto de regras e recursos que moldam a ação dos indivíduos, enquanto o sistema é a rede de relações sociais nas quais as pessoas estão envolvidas. Outra importante distinção é feita entre estruturação e institucionalização. De acordo com Giddens (1978), o termo institucionalização expressa o momento difuso da interação entre instituições sociais e ação social, uma vez que, em sua concepção, as instituições são compostas por práticas bastante longínquas, que funcionam enquanto fatores duradouros, proporcionando solidez à vida social.

Por sua vez, a estruturação acontece por meio de quatro mecanismos. São eles: a rotinização, a legitimação, a reificação e a recursividade. A rotinização ocorre quando as práticas sociais se tornam rotineiras e enraizadas na vida cotidiana, o que possibilita a

reprodução das estruturas sociais. Para Giddens (1984), a rotina - a qual se constitui por tudo que é feito habitualmente - é elemento básico da atividade social cotidiana. Versa o autor (1984, p. XXV) que a “rotinização é vital para os mecanismos psicológicos por meio dos quais um senso de confiança ou segurança ontológica é sustentado nas atividades cotidianas da vida social”. Neste sentido, a rotina introduziria uma barragem entre o conteúdo potencialmente explosivo do inconsciente e a monitoração reflexiva da ação. Por sua vez, a legitimação, em sua concepção, da qual nos afastamos, envolve a justificação das práticas sociais e das normas que as sustentam. A reificação refere-se ao processo no qual as estruturas sociais são ‘objetivadas’ e assumem uma existência concreta nas mentes das pessoas. Por fim, a recursividade é a constante interação entre agentes e estruturas, por meio da qual as estruturas são ao mesmo tempo construídas e reconstruídas (GIDDENS, 1978).

A partir dessa perspectiva multinível, Giddens (1978, 1984), associa ainda agência à intencionalidade, admitindo que a intenção é aspecto relevante, porém não suficiente para explicar a capacidade da ação. O autor compreende que a agência não pode ser conceituada com base tão somente na intenção que os indivíduos possuem de realizar as coisas - é preciso, em primeiro lugar, considerar a sua capacidade de fazê-las. Neste sentido, defendem Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010), que a intencionalidade não é negada; mas tampouco é encarada como característica principal da agência. Passa a ser concebida e analisada a partir de noções como modelos mentais, esquemas e scripts - os quais são, inequivocamente, referenciados institucionalmente.

As ideias de Giddens (1984) foram rapidamente disseminadas entre teóricos do ‘novo’ institucionalismo e articuladas as suas proposições - o que pode ser, ao menos em parte, explicado pelo caráter marcadamente interpretacionista que lhes é comum. Giddens (1984) compreende que a estruturação ocorre através de processos nos quais os indivíduos interpretam as regras e os recursos disponíveis e agem com base nesses entendimentos. Na medida em que destacou a capacidade dos agentes em alterar as estruturas sociais por meio de sua ação reflexiva, o aporte do autor (1984) contribuiu para afastar o arcabouço do ‘novo’ institucionalismo de uma visão determinista³⁶, não obstante a manutenção do foco desta vertente nas determinações estruturais. Na perspectiva de autores como Scott (2008, p. 438), “as estruturas fornecem um contexto contínuo dentro do qual a ação ocorre, mas são reproduzidas ou alteradas pelos entendimentos e escolhas feitas por atores conhecedores, determinados e reflexivos”.

³⁶Segundo a qual os indivíduos são tomados como meros produtos das estruturas sociais.

DiMaggio e Powell (2005) tomam o termo estruturação emprestado, mas o definem de forma mais restrita, referindo-se “ao grau de interação e à natureza da estrutura interorganizacional que surge no nível do campo organizacional” (SCOTT, 1995, p. 106). Os indicadores da estruturação dos campos organizacionais, neste sentido, são construídos com referência às pré-condições de existência dos campos organizacionais anteriormente desenvolvidas. Conforme destaca Scott (1995, p. 106):

Entre os indicadores que [DiMaggio e Powell] propõem para avaliar a estruturação, estão: até que ponto organizações em um campo interagem e são confrontadas com maiores quantidades de informações para processar; o surgimento de estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coalizão; e o desenvolvimento de consciência mútua entre os participantes de um conjunto de organizações de que estão envolvidos em um empreendimento comum. A estes indicadores podem ser acrescentados outros, incluindo o grau de acordo sobre as lógicas institucionais que orientam as atividades dentro do campo, o aumento do isomorfismo das formas estruturais dentro populações no campo, aumento da equivalência estrutural dos conjuntos organizacionais dentro do campo e o aumento da clareza dos limites do campo.

Mediado por esta adaptação, o conceito de estruturação passou a compor o arsenal dos teóricos institucionalistas, sendo utilizado especialmente no trato analítico dos problemas concernentes à mudança ou transformação institucional (BARTLEY, 2007; GREENWOOD et al., 2017; MACHADO-DA-SILVA; GUARIDA FILHO; ROSSONI, 2006; SCOTT, 1995; POWELL; DIMAGGIO, 1991). Para Scott (2008), ao invocar o conceito de estruturação, DiMaggio vinculou de forma útil argumentos para a teoria da estruturação de Giddens (1979) aos pressupostos da teoria institucional. Em seu artigo, intitulado “*Approaching Adulthood: the maturing of institutional theory*”, publicado em 2008, Scott propõe um balanço dos avanços do ‘novo’ institucionalismo entre as décadas de 1990 e 2000³⁷, concluindo que a vertente já estaria em vias de superar seu estágio de maturação (SCOTT, 2008).

Entre os elementos que expressam esse avanço, o autor (2008) destaca: (a) a passagem de uma conceitualização mais ampla para conceitos e definições mais específicos; (b) o afastamento de seus adeptos de conceitualizações deterministas; (c) o aprofundamento da ideia inicial de conformidade cerimonial, através de teorizações que visam a compreensão de efeitos mais profundos das transformações institucionais; (d) o supracitado deslocamento do eixo das análises desde as organizações até os campos organizacionais; (e) o resgate do papel central da noção de racionalidade, realizado através de formulações que a concebem dentro dos limites de quadros institucionais e modelos mentais; e, (f) a sedimentação do supracitado foco nos processos de mudança institucional (SCOTT, 2008).

³⁷ Mais precisamente, o período utilizado como recorte remete ao ano de publicação do trabalho anteriormente destacado, *The Adolescence of Institutional Theory*, de autoria deste mesmo autor (SCOTT, 1987, 2008).

Machado-da-Silva e colaboradores (2010) destacam que a teoria da estruturação foi associada às concepções neo-funcionalistas da relação entre agência e estrutura. Em alinhamento à compreensão de Seo e Creed (2002), os autores (2010, p. 91) afirmam que tais concepções multiparadigmáticas passam a ser dominantes “nos principais centros de investigação da teoria neo-institucional, a partir de meados da década de 90 do século vinte, e não a suposta vertente determinista”. Neste sentido, concluem que a crítica aos elementos do ‘novo’ institucionalismo entre as décadas de 1990 e 2000 no Brasil restringiu seu diálogo aos trabalhos que compunham, nos termos adotados no presente projeto, a ‘primeira fase’ desta vertente. Entre as evidências que corroboram com essa interpretação, pode-se identificar neste período a emergência de uma série de pesquisas realizadas por adeptos do ‘novo’ institucionalismo e orientadas para a análise da agência.

Neste sentido, há que se reconhecer que os teóricos do ‘novo’ institucionalismo contemporâneo aceitam e até incentivam o foco na agência, mas geralmente o fazem a partir de uma perspectiva neo-funcionalista. No lugar do caráter irrefletido das ações rotineiras e da adoção de padrões de comportamento, frequentemente destacado em estudos da primeira fase, a possibilidade de ‘modelagens’ institucionais passa a ser discutida através de conceitos como ‘trabalho institucional’ (*institutional work*) ou ‘empreendedorismo institucional’. Tratam-se de categorias amplas de ação intencional orientadas para o trato dos processos de criação, manutenção e desmantelamento de instituições, as quais, quando utilizados para a orientação de pesquisas empíricas, costumam direcionar as investigações para a análise de processos que envolvem atores privilegiados ou considerados centrais (ver LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; OLIVER, 1991; TOUBIANA; ZIETSMA, 2017).

Neste sentido, conforme já mencionado, ainda que reconheçam a natureza distribuída e circunscrita da ação, a maioria dos estudos institucionais continua a apoiar-se numa concepção de poder centrada na agência. Dessa forma, preocupam-se com agentes mobilizadores de uma variedade de instrumentos, técnicas, táticas de influência, incluindo enquadramento, definição de agenda, etc. Logo, as possibilidades de mudança e transformação tendem a estar sempre associadas a posturas voluntaristas, motivadas por valores ou crenças, ou capacidades mobilizadoras extraordinárias de atores-chave. Conforme aponta Munir (2019, p. 3) “é esta dependência esmagadora da agência humana e da criatividade que é problemática”. Neste sentido, corroboramos com Munir (2019, p. 4), no que argumenta que tal perspectiva de poder centrada na agência

tem o efeito de “desfocalizar” a operação de ‘compreensões pré-conscientes’, que são resíduos de estruturas sociais, incluindo classe, gênero, raça ou pós-colonialismo, que foram normalizados durante longos períodos de tempo. São

esses resíduos que nos fazem privilegiar certas instituições, crenças, conceitos e entendimentos em detrimento de outros. (MUNIR, 2019, p. 4)

Sucedee que esta abordagem centrada no ator leva a uma simplificação, muitas vezes acrítica, dos fenômenos sociais constitutivamente conflituosos que envolvem a opressão. Seguimos Munir (2019, p. 4) na compreensão de que isso ocorre, ao menos em parte, devido a uma tendência particular de ignorar a “operação hegemônica como uma variável explicativa relevante em muitos contextos sociais e organizacionais”, concebendo as relações de poder em uma perspectiva objetificada de ‘posse’, de recurso utilizado episodicamente pelos actores sociais para atingir os seus objectivos.

Isso traz como uma de suas consequências mais drásticas a dissimulação do caráter socialmente constituído das prerrogativas dos próprios pesquisadores acerca da legitimidade e dos valores e práticas que para eles representam a normalidade socialmente acordada (MUNIR, 2019; SUDDABY, 2014). Neste sentido, a vertente dominante do ‘novo’ institucionalismo contorna as discussões sobre os fundamentos políticos da ordem instituída - a partir de que exclusões ela se estabelece, com articulam-se as posições diferenciais em sua cadeia de equivalência, etc. - e tende “a privilegiar o ponto de vista da elite” acerca das mudanças institucionais necessárias ou desejáveis (MUNIR, 2019, p. 4).

Já no início da década de 1990, Oliver (1991) sugere que as organizações são capazes de responder de distintas maneiras ao ambiente mediante a formulação de ações estratégicas. Aliando preceitos da teoria institucional à elementos da teoria da dependência de recursos, a autora foi uma das precursoras da tendência neo-funcionalista acima apontada, ao defender que tais ações variam desde a conformidade até a resistência, de acordo com as pressões contextuais em cada situação concreta (OLIVER, 1991). Conforme destacam Machado-da-Silva e colaboradores (2010, p. 83), entre os pontos centrais de sua revisão estão as noções de ‘escolha da não-ação’ e de ‘condições institucionais’, cujas definições permitem presumir “que a legitimidade, quando considerada um padrão objetivo e externo, pode ser intencionalmente buscada”.

O trato da legitimidade enquanto padrão objetivo e externo promove sérias restrições para a análise das dimensões políticas da institucionalização, bem como das categorias poder e conflito. Soma-se ainda a marcante influência de Parsons na noção de poder adotada por Giddens (1984). O autor compreende que a agência pressupõe poder, uma vez que agente é definido como aquele que exerce poder ou produz algum efeito (GIDDENS, 1984; MISOCZKY, 2003; VIEIRA; MISOCZKY, 2003). Neste sentido, o poder confunde-se com a capacidade de atingir resultados, como um meio para a ação, numa concepção que desconsidera o fato de que na dinâmica do jogo social os objetivos e propósitos não estão

postos *a priori* e que, a depender das contingências, a manutenção/acumulação do poder pode bem ser tomada como uma finalidade.

Conforme alerta Suddaby (2014), a dimensão histórica também vem sendo concebida a partir da noção de tempo enquanto variável objetiva e externa. Com isso, corroboramos com o autor (2014, p. 94), no que este afirma que a teoria institucional tornou-se ‘a-histórica’, “substituindo uma construção complexa e matizada (ou seja, a história) por um elemento discreto e mensurável (o tempo)”. Nos últimos anos, disseminaram-se análises de correlação de séries temporais no estudo da adoção de práticas institucionalizadas, em detrimento de propostas mais detalhadas e diferenciadas usadas por historiadores. Assim, a complexidade histórica é reduzida por uma operação neo-funcionalista à dimensão do tempo. “A investigação institucional tornou-se, assim, essencialista, estudando os resultados dos processos institucionais em vez de desenvolver uma compreensão rica das fontes de dinâmica desses processos” (SUDDABY, 2014, p. 94).

Uma vez que a noção de dualidade da estrutura permanece estreitamente ligada ao âmbito individual e à uma concepção voluntarista do ‘dualismo’, realiza-se uma dupla redução. Primeiro, ao restringir-se o espaço da ação social ao momento da interpretação, considerada majoritariamente enquanto elemento da subjetividade, despreza-se os momentos coletivos de produção de significados e, conseqüentemente, importantes dimensões da ação coletiva. Segundo, na medida em que a dimensão constitutiva dos processos de institucionalização permanece ancorada em uma concepção voluntarista, as possibilidades de ações sócio-transformadoras são restringidas e limitadas. Neste aspecto, em particular, o caráter neo-funcionalista desta nova concepção se faz mais explícito, dado que as possibilidades de ação são frequentemente concebidas em um enquadramento dicotômico que relaciona a sobrevivência das organizações à processos de adaptação, submissão ou resistência às pressões institucionais (BOMMEL; SPICER, 2011; FRIEDLAND; ALFORD, 1991; OLIVER, 1991; PASSOLONGO; ICHIKAWA; REIS, 2004).

Para além disso, conforme destaca Munir (2019, p. 3, tradução do autor), fundamentados nesta perspectiva neo-funcionalista, os estudos da segunda fase do ‘novo’ institucionalismo costumam enfatizar disputas “entre atores culturalmente competentes que procuram perturbar e aqueles que tentam defender o *status quo*”. Por conseguinte, suas análises “centram-se tipicamente, de uma forma ou de outra, na ideia de ‘empreendedorismo institucional’, através da qual os agentes mobilizam e implantam episodicamente recursos materiais e discursivos à sua disposição para efetuar a mudança”. Isso leva a uma concepção reducionista do conflito, geralmente associada à ideia de que determinados acordos, arranjos

ou convenções são legítimos simplesmente porque funcionam ou proporcionam estabilidade (MUNIR, 2019).

Nessa lógica, pode-se argumentar que, na constelação conceitual do ‘novo’ institucionalismo hodierno, a institucionalização ‘resolve’ o conflito, consolidando as práticas, hábitos e procedimentos legitimados na dinâmica dos campos organizacionais. Daí o motivo de caracterizarmos a teoria institucional não apenas como essencialista (SUDDABY, 2014), mas também enquanto consensualista numa perspectiva que se aproxima da noção habermasiana de consenso, uma vez que assume uma relação tautológica entre o legítimo e o instituído. Cabe antecipar que trata-se de uma proposição da qual procuro me afastar a partir da aceção de que toda fixação de sentido é precária, parcial e contingente (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

As transformações que caracterizam a segunda fase do ‘novo’ institucionalismo nos EOR sedimentam as bases para o processo de hegemonização deste corpo teórico. Tal processo de hegemonização é reconhecido por autores como Munir (2019), Suddaby (2014), Jepperson e Meyer (2021), e corroborada por dados coletados nos procedimentos preliminares deste projeto de pesquisa. Tendo como base, apenas o banco de dados *Scopus*, foram encontrados aproximadamente 1.400 artigos que trazem em destaque o termo ‘Teoria Institucional’ em seus títulos, palavras-chave ou resumos entre 2020 e 2022 apenas nos periódicos da área de administração. Suddaby (2014) propõe uma análise comparada das trajetórias da Teoria Institucional e dos Estudos Críticos em Administração (ECA) no domínio dos EOR. Propõe o autor que a teoria institucional tornou-se hegemônica e, como resultado, perdeu a sua reflexividade teórica. Neste sentido, versa que “por mais que a teoria institucional possa ter sido outrora crítica, essa capacidade foi substancialmente desgastada na sua transição do antigo para o novo institucionalismo, e provavelmente foi completamente perdida com o seu atual projeto” (SUDDABY, 2014, p. 94). Neste contexto, Munir (2019) defende que o caráter crítico da perspectiva foi historicamente esvaziado. Atualmente:

A afirmação da teoria institucional de ser crítica soa vazia. A teoria não só carece de uma agenda emancipatória, mas a maioria dos estudos institucionais privilegia o poder agente em detrimento do hegemônico. Mesmo quando se envolvem com ‘grandes desafios’, os teóricos institucionais tendem a ignorar estruturas maiores de dominação em favor do foco em questões menores e mais administráveis. Como resultado, os teóricos institucionais correm o risco de se tornarem cúmplices na reificação e legitimação de estruturas de dominação. Um processo de autocritica deve ser iniciado para reconhecer o papel que a teoria institucional está desempenhando neste processo (MUNIR, 2019, p. 1).

O presente capítulo procurou destrinchar as limitações epistemológicas da vertente dominante do ‘novo’ institucionalismo hodierno nos EOR. Em outras palavras, o esforço realizado buscou limpar o terreno, identificando o caráter problemático com que o tema da

institucionalização vem sendo muitas vezes tratado neste campo. Dessa forma, buscou-se justificar a necessidade e a pertinência da construção de um novo olhar para a ‘institucionalidade’ e para os processos de institucionalização. De acordo com Munir (2019, p. 7)

Para se tornar crítica, a teoria institucional precisaria de um renascimento, com a sua ênfase a mudar do trabalho institucional criativo para a operação hegemônica do poder. Será necessária uma maior autoconsciência entre os teóricos institucionais sobre como somos cúmplices na reificação e perpetuação de diferenciais de poder. Enfrentar grandes desafios a partir de uma posição conservadora, munida de uma teoria que se afirma neutra e objectiva, não conduzirá ao progresso, muito menos à criticidade (MUNIR, 2019, p. 7).

A presente proposta parece partilhar dos pressupostos críticos do autor, mas orienta-se para outra direção. Recorro à TDP para refletir esses processos enquanto dinâmicas articulatórias nas quais predominam os momentos coletivos de significação. Para isso, enfrentaremos o desafio de buscar os pontos de fixação do significado de institucionalização neste arcabouço, explorando sua relação com os demais conceitos nele presentes.

Cabe destacar, por fim, que existem iniciativas que escapam das armadilhas dos pressupostos neo-funcionalistas do ‘novo’ institucionalismo, e, principalmente, partir de análises multiparadigmáticas propõem novos caminhos e teorizações que nos parecem prósperos. Entre alguns dos exemplos passíveis de destaque, Meyer e Höllerer (2010) apontam como a compreensão das questões pelos atores é determinada pelas suas posições sociais. O já citado artigo de Bommel e Spicer (2011) busca compreender a dinâmica hegemônica do processo de construção social do campo do *slow food*. Searle (2008) procura explorar as relações entre linguagem e institucionalização, sustentando a ideia de que o *status* de fatos institucionais se cristaliza a partir de operações linguísticas. Soetens e Huybrechts (2023) buscam compreender como as ideologias organizacionais podem se conformar em resistência às prescrições institucionais percebidas como hostis ou antagônicas. Buscarei articular elementos de tais reflexões críticas no capítulo seguinte.

3. UM NOVO OLHAR PARA OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO A PARTIR DAS LENTES DA TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe são dois renomados teóricos políticos cujas contribuições têm influenciado as ciências sociais de forma significativa, especialmente mediante o aporte da Teoria do Discurso Político (TDP). Suas ideias desafiam as abordagens convencionais da política, fornecendo uma perspectiva crítica e inovadora acerca das dinâmicas da hegemonia, do poder e das formas de mobilização política (LACLAU; MOUFFE, 2015a, 2015b).

Ernesto Laclau nasceu em Buenos Aires, Argentina, em 1935, e faleceu em 2014. Ele foi um filósofo e teórico político de base marxista, conhecido por suas contribuições no campo da teoria do discurso. Argumenta o autor que a política não pode ser reduzida somente a uma luta por interesses materiais ‘objetivos’, mas também envolve um embate simbólico entre diferentes identidades e significados. Ele destaca a importância do discurso na construção das identidades políticas e na formação de alianças e antagonismos entre os coletivos e grupos políticos. Suas obras mais relevantes incluem "Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical", escrita em colaboração com Chantal Mouffe (LACLAU; MOUFFE, 2015a), e "A Razão Populista" (LACLAU, 2018).

Chantal Mouffe, teórica política nascida na Bélgica em 1943, colaborou com Laclau no desenvolvimento da TDP. Ela tem contribuído para a compreensão das relações entre política e discurso, destacando a importância dos conflitos e da contestação na esfera política (MOUFFE, 2009). Mouffe (2009) argumenta que a democracia não deve buscar eliminar o conflito, mas sim transformar-se de forma a estabelecer as bases para que conflitos mobilizem embates propositivos. Ela postula que os antagonismos políticos são inerentes à vida em sociedade e que o desafio é direcionar esses antagonismos de maneira legítima, representativa e democrática. Suas obras mais influentes incluem "O Paradoxo Democrático" e "Sobre o Político" (MOUFFE, 2009, 2015).

A TDP desenvolvida por Laclau e Mouffe (2015a) é de grande aporte para as ciências sociais, especialmente no domínio dos estudos críticos contemporâneos. Sua abordagem desafia os paradigmas tradicionais que enfatizam o consenso e a estabilidade nas relações políticas, e busca a compreensão da política enquanto um campo constituído a partir de processos de construção das identidades, os quais envolvem disputas simbólicas e de construção de sentidos. Conforme procuramos argumentar, ao destacar a importância do

discurso e suas práticas políticas na formação das identidades e mobilização dos atores políticos, Laclau e Mouffe (2015a) oferecem uma análise complexa da dinâmica das relações de poder e das práticas políticas que pode contribuir para preencher algumas das lacunas da teoria institucional identificadas no capítulo anterior e significativas para o estudo das organizações.

De um lado, conforme aponta Coelho (2012), a proposta da TDP é cunhada no cenário de discussões críticas ao estruturalismo francês, a partir das quais a relação entre agência e estrutura é redimensionada - o que nos remete à questões problemáticas da teoria institucional nos estudos organizacionais - EOR, anteriormente discutidas. Nesse sentido, consiste em uma proposta de viés pós-estruturalista. De outro lado, o arcabouço teórico-metodológico proposto por Laclau e Mouffe (2015a) parte da tradição marxista, propondo uma revisão de seus traços essencialistas, economicistas e fundacionais acerca da realidade social. Assim, é destacada a primazia ontológica da dimensão política para a constituição de toda 'sociedade'. É neste sentido que argumentamos que os pressupostos pós-estruturalistas e pós-marxistas (que fundamentam a crítica radical ao fundacionalismo presente na TDP) podem contribuir para preencher lacunas dos EOR anteriormente apontadas.

Nascimento (2021) ressalta o caráter interdisciplinar do empreendimento de Laclau e Mouffe (2015a), o qual engendra noções de diversas áreas do conhecimento, entre as quais se incluem: filosofia, ciências sociais, linguística, psicanálise e teoria política. Burity (2014) salienta que este caráter interdisciplinar leva o arcabouço à constituir-se a partir de uma linguagem técnica que presta tributos aos grandes movimentos intelectuais do século XX, entre os quais arrola o marxismo, a filosofia heideggeriana, a filosofia analítica, a desconstrução derridiana, o estruturalismo e o pós-estruturalismo. O objetivo inicial da proposta da TDP foi a busca de caminhos para a construção de “uma nova política para a esquerda, baseada no projeto de uma democracia radical” (2015a, p. 54). Neste propósito, o problema central³⁸ enfrentado inicialmente pelos autores foi a identificação das condições de emergência de ações coletivas e populares de confrontação a desigualdades sociais ou a relações de subordinação (NASCIMENTO, 2021).

Não obstante a explicitude de seu projeto político, conforme destacam Lopes, Mendonça e Burity (2015), a proposta da TDP não deve ser entendida como uma proposta política de normatividade sistemática ou forte. Para além disso, segundo os autores (2015),

³⁸ Conforme destacam Laclau e Mouffe (2015a, p. 236): “Nosso problema central é identificar as condições discursivas de emergência de uma ação coletiva que objetive a lutar contra desigualdades e a questionar relações de subordinação. Poderíamos também dizer que nossa tarefa é identificar as condições em que uma relação de subordinação se torna relação de opressão, constituindo-se, portanto, no lugar de um antagonismo”.

suas contribuições não se restringem ao âmbito da ciência política. Lopes, Mendonça e Burity (2015, p. 21-11) destacam que:

A centralidade do político não faz de Hegemonia uma obra meramente de teoria política. Isso se deve ao fato de que o político aqui não possui um caráter regional apartado, por exemplo, das dimensões social e econômica. Antes, o político assume uma dimensão ontológica geral, a da instituição de toda e qualquer ordem, seja econômica, social, ou cultural, seja a ordem em escala micro, como orientação (pre)dominante na dinâmica interna e relacional das organizações sociais. [...] Esta centralidade do político é que faz Hegemonia ser uma obra tão atraente aos mais diversos campos das ciências humanas e sociais. Na verdade, a partir dos pressupostos presentes nesta, abriu-se um campo de estudos abrangente, apoiado na orientação pós-fundacional ali assumida.

Posto isso, constata-se que os resultados e alcances da obra ultrapassaram as fronteiras de seu campo de origem. A partir de seu caráter interdisciplinar - as fontes que subsidiam sua construção, segundo Lopes, Mendonça e Burity (2005, p. 19), incluem “da filosofia à política, passando pela linguística, a psicanálise e os estudos culturais” - a TDP inaugurou possibilidades analíticas para o campo dos EOR. Tais possibilidades vêm sendo exploradas há mais de uma década, oferecendo contribuições originais, especialmente no que tange à esfera dos estudos críticos das organizações. Cabe apresentar brevemente algumas dessas contribuições que decorrem de produções realizadas, as quais, acredito, reforçam a pertinência de nossas escolhas teórico-metodológicas.

Dellagnelo e Böhm (2010) estiveram entre os pioneiros no uso da teoria para o estudo das organizações. Os autores (2010) procuraram estabelecer algumas possibilidades e limites para o uso da TDP em estudos empíricos sobre a organização de movimentos de resistência. Alguns anos mais tarde, Dellagnelo, Böhm e Mendonça (2013) aprofundam essa discussão, agregando à ela achados e conclusões de pesquisas sobre novas formas de organização. Coelho (2012) parte deste aporte para compreender a organização de movimentos contra-hegemônicos, centrando sua análise nas práticas organizacionais de resistência à proposta de um novo plano diretor para a cidade de Florianópolis (SC). Conforme evidencia, tais manifestações de resistência são conduzidas por práticas organizacionais cujas formas de tomada de decisão, liderança e comunicação podem contribuir ao conhecimento de formas alternativas de organizar.

Barcellos, Dellagnelo e Salles (2017) investigam a dinâmica das formas de organização que escapam ao organizar dominante, marcadamente burocrático, hierárquico e impessoal tomando como objeto de pesquisa a organização do Circuito Fora do Eixo. Partindo do arcabouço teórico-conceitual da TDP, propõe um reposicionamento da ideia de organização, evidenciando a necessidade de novas posições políticas sobre o conceito para o trato analítico de organizações alternativas. Paes (2015) também recorre ao aporte em

questão para compreender os processos de formação do sujeito político nas organizações de resistência, tomando como objeto empírico o Centro de Mídia Independente de Florianópolis (SC). Partindo de uma compreensão lacaniana de sujeito e de uma ontologia pós-estruturalista, a autora (2015) sustenta que a busca pelos princípios da organização autonomista não escapa aos princípios da incompletude, da contingência e da conflitividade do social e que, neste sentido, o autonomismo, enquanto totalidade fechada, é uma impossibilidade.

Avançando nesta direção, Justen (2017) estuda a organização da resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública a partir das lentes. O autor (2017) propõe uma percepção ampliada do fenômeno organizacional enquanto uma disputa discursiva. Nestes termos, conforme bem descreve o autor (2017), a organização é sempre um fenômeno político vinculado aos atos significativos de inclusão e exclusão de sentidos que moldam a realidade imediata. Nascimento (2021) posteriormente investiga a dinâmica de identificação entre os membros do Conselho Estadual de Cultura (CEC-SC) no contexto da pandemia da COVID-19. Partindo da psicanálise Freudiana e do arcabouço de Laclau e Mouffe (2015a), a autora (2021) identifica que as identidades não são dotadas de características essenciais e imutáveis, tal como preconiza o mainstream dos EOR. Gonsalves (2023) avançou ainda mais nessa discussão. A partir dos dados coletados em sua pesquisa sobre as disputas em torno das políticas de revitalização para o chamado Centro Leste de Florianópolis, a autora apresenta forte sustentação para o argumento de que a organização é um fenômeno político, articulatório e afetivo. Franz (2024) apresenta um estudo sobre as disputas do segmento do *hip hop* no âmbito da ocupação do espaço urbano da cidade de Florianópolis.

Ante ao exposto, e considerando que as lacunas da teoria institucional têm repercussões importantes para o estudo das organizações, buscarei, neste capítulo, fundamentar as bases de um novo olhar para os processos de institucionalização a partir da ontologia política do social. Ao mesmo tempo em que procuro esclarecer a relevância deste exercício identificando brechas no âmbito da teoria institucional nos EOR, reconheço que este é apenas um dos caminhos possíveis para enfrentá-las. Delineado o desafio teórico a que nos propomos, o restante deste item subdivide-se em duas partes: na primeira, apresentamos os fundamentos da TDP; na segunda, buscarei definir e situar os processos de institucionalização no âmbito deste arcabouço teórico-epistemológico.

3.1 FUNDAMENTOS DA TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO

Howarth e Stavrakakis (2010) esclarecem que a TDP possui suas bases epistemológicas assentes, em especial, no pós-estruturalismo, apresentando uma ontologia antiessencialista e pós-fundacional³⁹. Entre os marcos do horizonte histórico do processo de sua construção, pode-se salientar: a crise do estado de bem-estar social; a emergência dos novos movimentos sociais; a intensificação da fragmentação da tessitura social; o declínio da classe operária tradicional e a crise dos meios tradicionais de representação de classe (GIACAGLIA, 2014). Lopes, Mendonça e Burity (2015) asseveram que estas transformações trouxeram como desdobramentos contestações às tradicionais hegemonias e estimularam o aparecimento de novas proposições teóricas que se distanciassem da racionalidade essencialista e totalitária da modernidade. No âmbito da tradição marxista, como discorrem Laclau e Mouffe (2015a), isso levou a diversas posições contrárias às concepções economicistas e reducionistas dominantes na primeira metade do século XX, período de transição entre a segunda internacional e a terceira internacional.

Mendonça e Rodrigues (2008) apontam que o pós-estruturalismo está associado à crise do estruturalismo, a qual se aprofunda a partir de 1968, cerca de uma década após as publicações seminais de Lévi-Strauss. O arcabouço estruturalista, orientado para a apreensão das determinações estruturais homólogas em diferentes sociedades, encampou a aspiração teórica de desvelar as estruturas subjacentes a toda ordem social. No entanto, marcadamente a partir dos movimentos sociais que eclodiram em maio de 1968 na França, suas bases constitutivas demonstraram pouca aderência aos problemas sociais emergentes e baixa capacidade explicativa dos eventos em curso⁴⁰.

Em especial, houve fortes críticas às subsunções do sujeito e da agência humana às determinações estruturais. Com isso, a partir da década de 1970, um conjunto de esforços procurou rearticular as concepções teóricas no que tange à relação entre estrutura e ação (BURITY, 2014; COELHO, 2012; PAES, 2015; MENDONÇA; RODRIGUES, 2008). Cabe rememorar que, no capítulo anterior, aprofundamos as formas através das quais a teoria institucional nos EOR enfrentou a problemática em questão, fundamentando-se, primordialmente, nas contribuições de Giddens (1984). É neste cenário que surgem, nos Estados Unidos da América, as ideias frequentemente associadas ao termo pós-estruturalismo.

³⁹ Conforme destaca Paes (2015, p. 45), “Essa menção é importante já que se trata de uma Teoria do Discurso Político e o pós-fundacionalismo do qual ela compartilha gira em torno da marcação da diferença ontológica entre o político e a política”.

⁴⁰ Ante a eclosão dos movimentos sociais de maio de 1968 em Paris, as teorias das ciências política e social, especialmente as de cunho crítico, tiveram de buscar novas respostas e formas de engajamento às transformações políticas provocadas ou demandadas.. No âmbito do estruturalismo, o movimento de maio de 1968 trouxe a sensação, descrita por Coelho (2012), de que as estruturas estariam ‘saindo às ruas’.

Conforme destaca Coelho (2012, p. 56), o surgimento desta matriz expressa uma mirada para as obras de autores⁴¹ como Bourdieu (2000), Giddens (1984), os quais buscam, a partir da década de 1970, “a rearticulação de teorias que voltem a contemplar sujeito e ação”.

Marchart (2009) esclarece que os traços pós-fundacionalistas que qualificam a TDP têm fundamentos no pensamento nietzscheano-heideggeriano e nos debates que se dão na esteira do pensamento pós-estruturalista. Tais traços incluem questionamentos a figuras metafísicas, tais como: a essência, a universalidade, a razão, a totalidade⁴², etc. (PAES, 2015). Ainda que façam ressalvas acerca de diferenças entre a matriz teórica da TDP, o pensamento nietzscheano-heideggeriano e outras vertentes pós-fundacionais, autores como Marchart (2014) e Mendonça e Rodrigues (2014) reconhecem aproximações consideradas fundamentais. Entre estas aproximações, pode-se salientar, por sua relevância:

a primazia do discurso, anunciando o poder da linguagem na constituição da realidade social; a identidade enquanto relacional e associada ao discurso, contrapondo-se a uma concepção de identidade fixa e de um sujeito racional, unificado e autônomo; a impossibilidade de um centro ou fundamento último da realidade social, rejeitando-se as grandes narrativas, essencialismos e determinismos (NASCIMENTO, 2021, p. 83-84).

Para fins do presente projeto, tais aspectos de aproximação merecem ser destrinchados. Seguirei apenas uma ordem de apresentação distinta. Primeiramente, se faz necessária a diferenciação entre pós-fundacionalismo e não-fundacionalismo. Nesta concepção, segundo aponta Paes (2015), o pós-fundacionalismo não pode ser confundido com o não-fundacionalismo. Marchart (2009) argumenta que a perspectiva pós-fundacionalista de Laclau e Mouffe (2015a) não tem a pretensão de eliminar por inteiro toda e qualquer noção de fundamento de suas análises; mas, ao contrário, tece um questionamento ontológico acerca da possibilidade de um fundamento último, transcendental à dinâmica do jogo social. Butler (1998) argumenta que a tarefa do pós-fundacionalismo não reside na eliminação dos fundamentos da ordem social, mas na interrogação acerca daquilo que autoriza ou exclui os movimentos discursivos que estabelecem os fundamentos contingentes de dadas formações.

Ou seja, a questão que se coloca não é a da negação da *existência* de fundamentos nas formações sociais ‘concretas’, mas a negação de qualquer tentativa de compreendê-los de maneira a-histórica e/ou essencialista. Nesta crítica, desvelam-se: o caráter contingencial de todo fundamento social; e o caráter discursivo, articulatório, precário e contingente de todas as tentativas de ‘fechamento’ do social. A base que possibilita essas tentativas - ou

⁴¹ Outros autores citados por Coelho (2012) como influentes para a emergência desta vertente são Touraine, Luhmann e o próprio Laclau.

⁴² A TDP propõe uma concepção não-fundacionalista da relação entre o universal e o particular - a qual será explorada adiante. Cumpre adiantar que a categoria totalidade é considerada uma das preocupações centrais da trajetória intelectual de Laclau (2011, 2013, 2014) por autores como Burity (2014) e Lopes e Mendonça (2011).

fundamentos contingentes, na terminologia de Butler (1998) - é justamente a abertura inerradicável de toda formação social existente. Sendo assim, o fundamento da ordem social pode ser entendido sempre como uma ausência, a qual constitui o terreno da disputa política. Mais precisamente, na constelação semântica da TDP, isso pode ser expresso da seguinte forma: é diante da ausência de um fundamento transcendental que se colocam todas possibilidades indecidíveis de construção (política) das formações hegemônicas (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

A noção de **indecidibilidade**, derivada da obra de Derrida, é considerada crucial para a TDP por Laclau e Mouffe (2015a). De acordo com eles (2015a, p. 38), “se, conforme demonstrado na obra de Derrida, o campo que havia sido previamente visto como governado pela determinação estrutural é permeado por ‘indecidíveis’, pode-se ver a hegemonia como uma teoria da decisão tomada num terreno indecidível”. Elucidam Lopes, Mendonça e Burity (2015, p. 22) que:

toda ordem, todo regime é o resultado de decisões políticas, tomadas num terreno indecidível, o que significa que outras decisões poderiam ter tido lugar, mas a contingência histórica configurou-se de uma determinada forma, com a exclusão de outras possibilidades. O político não subsiste apenas no Estado, enfim, nem informando as atividades explicitamente designadas como “políticas”. O político está onde quer que se produza uma ordem de coisas, um regime de práticas.

Este imbricamento do político no social remete a outro aspecto de aproximação entre a TDP e as bases pós-fundacionalistas a ser destacado. Trata-se do fato de que, na ontologia da TDP, o social tem um caráter marcadamente discursivo. O **discurso**, enquanto categoria, foi preliminarmente apresentado no texto como uma totalidade estruturada a partir de um conjunto de práticas articulatórias (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Tal definição não é suficiente para a explicação do referido caráter discursivo (portanto, político) do social. Buscarei, assim, desenvolver este conceito com maior atenção.

Refletindo sobre a TDP enquanto uma teoria do discurso, Burity (2014) identifica que existem dois principais pontos de partida para a construção desta categoria no aporte teórico em questão. O primeiro deles remete a algumas características da noção de discurso utilizada em seu sentido comum, não-técnico. Neste domínio, o discurso é entendido como a ativação de recursos linguísticos: um pronunciamento, uma fala, entre outras expressões do uso social da linguagem. “Associa-se ao discurso, no linguajar corrente, uma fala estruturada de uma pessoa numa determinada posição socialmente relevante” (BURITY, 2014, p. 61). Do mesmo modo, neste sentido não-técnico, o discurso é vinculado a intervenções de organizações⁴³,

⁴³ No campo dos EOR, pode-se argumentar que algumas construções teóricas do ‘velho’ institucionalismo suscitam temáticas semelhantes a partir de uma abordagem distinta. Cabe retomar a compreensão de Selznick (1996) de que as organizações são atravessadas pela institucionalização ‘por dentro’ e ‘por fora’.

coletivos e atores sociais, as quais são realizadas através de mensagens, pronunciamentos, notas, etc.

O segundo ponto de partida é assente nas concepções de discurso provenientes do campo disciplinar da linguística. Especialmente a partir dos trabalhos de Ferdinand de Saussure (2006), posteriormente modificados e elaborados nas escolas linguísticas de Copenhague e de Praga, este campo logrou constituir um corpo de reflexões no qual, já no início do século XX, “o conceito de discurso aparece para dar conta de uma unidade de significação que vai além da frase” (BURITY, 2014, p. 61). A emergência do conceito, neste sentido, se deu à luz da necessidade de formulações sobre um sistema de relações entre objetos, elementos, o qual constitui uma unidade significativa. Burity (2014) esclarece que a trajetória de consolidação do conceito percorreu algumas décadas, de maneira que a concepção de discurso da linguística tornou-se uma referência importante a partir da década de 1950.

Seguindo Marx (2013), Laclau e Mouffe (2015a) confrontam as perspectivas clássicas das ciências sociais, segundo as quais a preocupação de um saber sobre a realidade é a de que “tal saber interfira o mínimo possível sobre a constituição dessa realidade, porque ela é concebida como existindo independentemente do mesmo” (BURITY, 2014, p. 62). Nesta perspectiva clássica de que se afastam, o real reflete-se sobre o conceito, cuja função seria descritiva. Marx (2013) teceu críticas à atitude contemplativa dos filósofos de seu tempo, afirmando que o conhecimento científico e filosófico tem de estar vinculado ao ímpeto de transformação da realidade social⁴⁴. Pode-se afirmar que Laclau e Mouffe (2015a) articulam sua concepção de discurso com referência neste pressuposto. Isto porque os autores insistem tanto sobre a importância da significação na produção científica, quanto sobre “o caráter constitutivo da realidade que a significação possui” (BURITY, 2014, p. 62). Essa prerrogativa contribui para explicar o papel constitutivo da ciência, e dos processos de produção de conhecimento na dinâmica das formações hegemônicas. Além disso, pode ser vinculada à explicitude do engajamento da obra de Laclau e Mouffe (2015a) no processo de construção das bases de uma democracia radical.

Nessa toada, conforme deslinda Burity (2014), o conceito de discurso da TDP propõe uma reelaboração da posição dominante e presente no pensamento de autores como Kant e Hegel, bem como de outras teorias do conhecimento que resistiam à expectativa ou apreensão de um conhecimento não-mediado da realidade. Na concepção clássica, coloca-se

⁴⁴ Versa a famosa citação de suas teses sobre Feuerbach: “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas formas; o que importa é modificá-lo” (MARX, 2023, *online*)

historicamente uma tensão (se não, uma oposição) entre as dimensões da realidade ‘objetiva’, aquela que existe em sua concretude independentemente do pensamento, e da produção de sentidos. Daí que a produção de sentidos é tomada como uma dimensão que acrescenta sobre a realidade objetiva e, comumente, a distorce e deforma, ‘contagiando-a’ com interesses ou perspectivas particulares e subjetivas⁴⁵ (BURITY, 2014; NASCIMENTO, 2021).

Tal concepção acerca do sentido, a qual pode ser considerada como subjetivista e intencionalista, se dissocia de duas importantes marcas presentes no campo da linguística científica desde a primeira metade do século XX. A primeira delas é a de que o sentido é sempre socialmente constituído e só pode circular socialmente. A segunda é o fato de que existem regras historicamente definidas de produção de sentidos, às quais “todo falante/escritor de uma língua, ou todo agente social na maioria das vezes precisa dobrar-se, para que sua fala ou ações tornem-se reconhecidas por outros e produza efeitos no mundo” (BURITY, 2014, p. 63). Desta forma, para que os sujeitos produzam ou comuniquem sentido, é necessário que realizem uma performance a partir de regras que não foram construídas ou inventadas por si. Na medida em que nenhum indivíduo detém o controle destas regras e relações, tais regramentos não podem ser modificados individualmente ou de forma intempestiva ou arbitrária.

Laclau e Mouffe (2015a) retomam tais elementos da linguística científica para forjar sua concepção de discurso e dos processos de produção de sentido. Mais do que isso, conforme desenvolve Burity (2014, p. 61), é com base nestas referências, que o conceito de discurso é introduzido na TDP nas reflexões sobre política, “justamente para dar conta, inicialmente, do lugar que a questão do sentido precisa ter numa reflexão da ação social”. O autor (2014, p. 62) ressalta dois pontos com base nesse resgate, fundamentais para a consolidação de nossa argumentação:

[Primeiro], o sentido é co-constitutivo da realidade social, de modo que se pode dizer, sem qualquer associação com uma postura idealista, que não há nenhuma realidade social sem (o) sentido. E o sentido sempre é produzido socialmente. Segundo, o sentido não é produzido ou não se constitui enquanto um ato puramente mental. O sentido não é intencionalidade, algo que procede da vontade de um sujeito presente a si, que sabe o que é, quem é, o que quer, e por isso fala, escreve, age, se comunica, etc. (BURITY, 2014, p. 62)

Por conseguinte, a distinção entre práticas discursivas e práticas não discursivas é rejeitada, uma vez que, na dinâmica social, todo objeto se constitui enquanto objeto de discurso. Logo, o discurso consiste sempre em prática - prática social, prática discursiva. Por este prisma, é concebido como uma categoria dotada de uma natureza material, que resulta da

⁴⁵ Cabe apontar que esta postura onto-epistemológica acerca dos processos de produção de sentidos reverbera, com algumas poucas modificações, no âmbito da teoria institucional nos EOR, constituindo o olhar dominante para os processos de mudança e transformação institucional.

articulação de elementos linguísticos e extralinguísticos. Para mais, toda prática social é inevitavelmente discursiva, uma vez que toda ação social tem caráter significativo (PAES, 2015). Burity (2014, p. 65) descreve que:

não há uma apreensão possível da realidade que não demande constitutivamente uma passagem pelo discurso, pelo sentido, pela inserção de fatos físicos, humanos ou naturais, em sistemas de significação que situem e hierarquizam esses fatos no mundo, e que se articulem ou disputem com outros a estabilização do ser dos objetos que descrevem e situam no mundo. (BURITY, 2014. p. 65)

Essa precária e contingente estabilização do ‘ser’ dos objetos, o sentido que contingencialmente assumem na ordem das coisas em uma dada espaço-temporalidade, é justamente aquilo que se entende por sua **identidade**. Entendido o espaço político como um espaço sobredeterminado, e compreendida a identidade como uma sutura que estanca temporária e debilmente os fluxos de significação que posicionam o ‘ser’ no mundo, pode-se avançar para a assunção de que toda identidade é relacional e discursivamente articulada. Por este prisma, a identidade não pode ser vista como propriedade do ‘objeto’/‘sujeito’; ao contrário, ela só pode constituir-se a partir de uma diferença em relação a algo que lhe é externo. Neste sentido, a afirmação da diferença é condição da fixação de uma identidade. Na esteira dessa reflexão e seguindo as concepções de Mouffe (2007), Nascimento (2021) esclarece que, nos marcos da TDP, a identidade é sempre precária e contingente, podendo fixar-se apenas temporariamente na interseção das posições de sujeito, sendo relacional, porquanto sujeita a assumir formas (identificações) específicas e contingentes (NASCIMENTO, 2021).

Assim, nenhuma identidade pode se constituir plenamente e a noção de um sujeito definido *a priori* por conta da estruturação ‘objetiva’ da sociedade perde lugar para a ideia de que os sujeitos assumem diferentes **posições de sujeito** na dinâmica do jogo social capitalista. Acerca deste conceito, explicam os autores (2015, p. 92) que as pessoas assumem “uma pluralidade de posições no interior do aparato cultural e institucional” e que este conjunto de posições não se articula em torno de nenhum fundamento ou lei necessários, “então as relações entre ela se tornam uma articulação aberta, que não oferece nenhuma garantia *a priori* de que virá a adotar uma determinada forma”. Com isso, surgem possibilidades de que

posições de sujeito sejam contraditórias e até mutuamente neutralizadoras⁴⁶ (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Considero que estes elementos teórico-epistemológicos pós-estruturalistas - o caráter contingente dos fundamentos do social, a primazia do discurso, e o caráter relacional das identidades - conferem uma base para a crítica a diferentes tratos concedidos aos processos de produção de sentido por teóricos institucionalistas⁴⁷. É preciso lembrar que os próprios teóricos institucionalistas admitem que os processos de institucionalização são marcadamente constituídos através da produção de sentido (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 2005; SEARLE, 2008). A noção de contingencialidade implica em um tensionamento com as concepções funcionalistas de legitimidade que marcam o ‘velho’ e o ‘novo’ institucionalismo. A primazia do discurso e a ontologia política do social aprofundam o entendimento do caráter político das práticas sociais de organização, evidenciando-as como um fenômeno articulatório (JUSTEN, 2017). O caráter relacional das identidades contrapõe-se a ideias presentes em produções recentes dos teóricos do novo institucionalismo, tais como empreendedorismo institucional e trabalho institucional, uma vez que nos remete às condições de impossibilidade da gestão de tais processos ao caracterizá-los como atravessados por dimensões afetivas, políticas e de construção de identidades.

Mas, para (muito) além disso, tais concepções associam-se à proposta de longo prazo da TPD de constituir uma concepção da **política** como ontologia do social - um objeto, ao mesmo tempo, necessário e impossível (BURITY, 2014; LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015a). Trata-se de uma concepção que procura apreender o social de maneira abrangente, admitindo que este “pode vir a ter qualquer feição, qualquer configuração, unicamente limitada por suas próprias condições de emergência e instituição”. (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015, pp. 22). Condições estas que são política e contingencialmente articuladas. Laclau (2011, p. 125) defende que, porquanto “os atos de instituição do vínculo social são atos contingentes de decisão que pressupõem relações de

⁴⁶ Para Laclau e Mouffe (2015a), as transformações do capitalismo no século XX trouxeram profundas modificações relacionadas à sobreposição de elementos distintos e contraditórios no processo de formação das identidades populares. Conforme procuram argumentar (2015a, p. 92-93), “se o trabalhador não é mais apenas proletário, mas também cidadão, consumidor e participante em uma pluralidade de posições no interior do aparato cultural e institucional do país; se, ademais, este conjunto de posições não está mais unido por nenhuma ‘lei do progresso’ (nem, obviamente, pelas “leis necessárias” da ortodoxia), então as relações entre ela se tomam uma articulação aberta, que não oferece nenhuma garantia a priori de que virá a adotar uma determinada forma. Existe também a possibilidade de surgirem posições de sujeito contraditórias e mutuamente neutralizadoras”. Para os autores, ainda que esta temática tenha sido inicialmente suscitada nas discussões revisionistas, é Gramsci, através do conceito de ‘guerra de posição’ quem endereça uma primeira resposta adequada ao problema.

⁴⁷ Para mais, corroboram com a interpretação de que os processos de produção de sentido não podem ser tomados com base numa perspectiva interpretativista que privilegia os momentos individuais de sua construção.

poder”, o que concede primazia ontológica à política e à hegemonia como “lógica governante de toda a intervenção política”.

Laclau e Mouffe (2015a) utilizam o conceito de discurso não enquanto conceito descritivo ou empírico, mas enquanto categoria teórica, buscando a apreensão das regras de produção de sentido através das quais os fenômenos são situados no mundo social. Nesta concepção, os fenômenos sociais são **sobredeterminados**, ou seja, não apresentam uma única forma de abordar, de descrever, de explicar. Ao contrário, estão investidos de uma pluralidade de sentidos e de agências, as quais implicam na costura de relações causais complexas e na possibilidade de inúmeras explicações e atribuições de sentido acerca de seu caráter e de seus desdobramentos no tempo e no espaço. Deste modo, “todo fenômeno social é o cruzamento de diversas formas” de pelas quais sua construção é significada (BURITY, 2014, p. 66). Disso decorre a compreensão de que todo acontecimento social tem sua construção política e discursivamente articulada.

Conforme esclarece Paes (2012, p. 46), nesta concepção de mundo, o social é entendido enquanto um social significativo e simbólico, não aparecendo “como algo a ser desvendado, desvelado, mas compreendido, a partir de suas formas, das várias possibilidades de se alcançar múltiplas certezas, note-se, sempre contingentes e precárias”. Por estas lentes, o ‘mundo objetivo’ não é desprezado, mas compreendido enquanto uma realidade que se estrutura de forma relacional, a qual não possui qualquer sentido finalístico que esteja além daqueles social, política e contingencialmente propostos. Arguem Laclau e Mouffe (2015a, p. 182-183) que daí decorrem duas importantes conclusões.

A primeira é que o caráter material do discurso não pode ser unificado na experiência ou na consciência de um sujeito fundante; pelo contrário, as diversas posições de sujeito aparecem dispersas numa formação discursiva. A segunda consequência é que a prática da articulação, como fixação/deslocamento de um sistema de diferenças, não pode consistir em fenômenos puramente linguísticos; mas deve, ao contrário, atravessar toda a densidade material da multiplicidade de instituições, rituais e práticas através das quais uma formação discursiva é estruturada.

Paes (2012, p. 47) elucida que disso deriva a compreensão de que as práticas articulatórias ultrapassam “sobremaneira os fenômenos linguísticos, atravessando as organizações e as instituições”. Em outras palavras, o sentido do social é discursivamente articulado - não escapa à dinâmica de construção das formações discursivas, entendidas enquanto constituídas de elementos linguísticos e extralinguísticos. Na compreensão de Laclau e Mouffe (2015a), as formações discursivas não se unificam nem em termos da coerência lógica de seus elementos, nem na figura de um sujeito transcendental. Seu momento de unidade está contido numa concepção foucaultiana, segundo a qual é a regularidade do

processo de dispersão de elementos em posições diferenciais que, em certos contextos, pode ser significada como totalidade (unidade).

As **formações discursivas** são compreendidas como essa ‘totalidade’ estruturada e se estabelecem a partir da consolidação de posições diferenciais no domínio de regularidades articuladas. Aquilo que Laclau e Mouffe (2015a; 2015b) tratam como o *ser* de um dado fenômeno - seu sentido social precária e contingencialmente estabelecido - se constrói a partir de sua inscrição em camadas mais amplas de significação. O mundo ‘objetivo’ se estrutura através de sequências relacionais que não necessariamente tem um sentido final e que, comumente, realmente não requerem qualquer sentido, sendo suficiente que certas regularidades estabeleçam posições diferenciais para que possamos falar em uma formação discursiva. Por este viés, formações discursivas consistem em conjuntos articulados e heterogêneos de sistemas de regras de produção de sentidos, ou seja, de discursos (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015a, 2015b).

Toda formação discursiva apresenta um exterior constitutivo. Laclau (2011) e Laclau e Mouffe (2015a, 2015b) explicam que é a partir da exclusão de determinados elementos - e, portanto, da formação de um exterior que lhe constitui enquanto força antagônica ao ‘outro’, o qual lhe interpela (mesmo que apenas potencialmente) enquanto ameaça, enquanto elemento desestabilizador - que toda ordem política e social se erige. Versam Laclau e Mouffe (2015a) que as formações discursivas, enquanto práticas articulatórias, se estabelecem a partir da operação de duas lógicas distintas e indissociáveis⁴⁸: a **lógica da equivalência** e a **lógica da diferença**.

Enquanto a lógica da equivalência opera no espaço político de forma a estabelecer uma fronteira, divisão ou antagonismo entre dois campos distintos; a lógica da diferença leva à expansão de um dado sistema de diferenças e à conseguinte dissolução das cadeias de equivalência existentes mediante a articulação de elementos anteriormente desarticulados em um sistema em expansão. Nascimento (2021, p. 95) advoga que, neste sentido, “a lógica da equivalência representaria uma lógica de simplificação do espaço político, enquanto a lógica da diferença seria concebida como uma lógica de sua expansão e complexidade crescente”. A operação simultânea e associada destas lógicas, leva à compreensão de que, mesmo quando constituídas, as cadeias de equivalência não assumem jamais um caráter definitivo; mas, ao

⁴⁸ Nascimento (2021) clarifica que a lógica da equivalência existe, apenas a partir da existência de um efeito discursivo que decorre da lógica da diferença.

contrário, permanecem abertas à possibilidade de se transformar em sistemas de diferenças (NASCIMENTO, 2021).

Disso deriva uma das concepções centrais da perspectiva da TDP, a de que os **antagonismos** são constitutivos de toda ordem social. Na concepção de Laclau e Mouffe (2015a), as articulações políticas se dão mediante o estabelecimento de fronteiras, de distinções jamais peremptórias ou permanentes entre o ‘nós’ e o ‘eles’. Porém, não obstante a definição de seus limites ser condição de sua existência e fato de que sua sustentação se dá a partir de pontos de fixação precários, instáveis e contingentes, as formações discursivas tendem a almejar a totalização, a perseguir um fechamento que não podem jamais alcançar; quer seja, visam constituir-se enquanto a representação de uma totalidade ausente (LACLAU; MOUFFE, 2015a, 2015b). Mouffe coloca a contestação no centro da política democrática, ressaltando o papel constitutivo que a dissidência e as disputas exercem na vida política.

A autora propõe que os espaços democráticos de cooperação devem ser concebidos de modo a acolher divergências e rupturas na ordenação simbólica do social (GONÇALVES, 2023; MOUFFE, 2009). Nesse sentido, o conceito de **agonismo** designa uma forma de luta especificamente democrática, pautada pelo confronto entre adversários que, embora em disputa, compartilham uma base comum: a gramática da vida democrática. É precisamente esse reconhecimento mútuo que distingue o agonismo do antagonismo, na medida em que impede que o conflito assuma contornos extremos ou violentos (GONÇALVES, 2023, p. 41). Assim, agonismo e antagonismo são dois dos elementos fundamentais da dinâmica da hegemonia em Laclau e Mouffe (2015a).

Retome-se que, pelo viés da TDP, “a sociedade e os agentes sociais carecem de qualquer essência, e suas regularidades consistem meramente em formas relativas e precárias de fixação que acompanham o estabelecimento de uma certa ordem” (2015a, p. 169). Essa ausência constitutiva d’O Fundamento, e a conseqüente miríade de possibilidades discursivas de sua representação são basilares para a compreensão do conceito de hegemonia proposto por Laclau e Mouffe (2015a). De acordo com os autores;

As duas condições de uma articulação hegemônica são: a presença de forças antagonísticas e a instabilidade das fronteiras que as separam. Somente a presença de uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação a campos opostos - que implica uma constante redefinição destes últimos - constituem o terreno que nos permite definir uma prática como hegemônica. Sem equivalência e sem fronteiras, é impossível falar estritamente de hegemonia. (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 215)

É preciso, portanto, destrinchar a categoria de **hegemonia**, o que remete a outro domínio. Por ora, cabe destacar que Laclau e Mouffe (2015a) partiram de tais pressupostos para realizar o escrutínio da tradição marxista. Daí a origem dos fundamentos pós-marxistas

supracitados e do diálogo que inauguram no domínio desta tradição. Tais origens remetem a um contexto no qual despontam não apenas transformações no modo de produção capitalista; mas, também, questionamentos e contestações no âmbito das proposições teóricas da tradição marxista - então caracterizada pela prevalência de posições que identificavam-se com concepções essencialistas e totalitárias da modernidade, marcadamente a partir da segunda internacional (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Especialmente a partir da década de 1960, o problema da unidade da classe operária esteve no centro dos debates realizados entre os marxistas e a noção abstrata de um sujeito privilegiado da luta revolucionária que estaria definido de antemão, mostrava-se, cada vez mais, como uma das dimensões problemáticas deste campo discursivo (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Para Laclau e Mouffe (2015a, p. 63), “se a unidade da classe trabalhadora fosse um dado infraestrutural constituído fora do processo de sobredeterminação revolucionária, não se colocaria a questão do caráter de classe do sujeito revolucionário”. Ao contrário, considerando que o sujeito não pode ser constituído anteriormente às lutas, é preciso estabelecer alguma explicação independente para a justaposição entre subjetividade política e posições de classe (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

No lugar de um jogo racionalista, constituído a partir de interesses perfeitamente definidos, no qual atores sociais travam uma luta igualmente definida - como supunham autores marxistas; o desenvolvimento capitalista evidenciou as dificuldades da classe trabalhadora em constituir-se enquanto sujeito histórico, a fragmentação das posições de classe e a emergência de formas de reagregação social e política - vide conceitos como ‘massa’, ‘bloco histórico’, ‘vontade coletiva’, ‘setores populares’ (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Laclau e Mouffe (2015a, p. 47) retomam o processo de constituição do conceito de hegemonia, afirmando que este é conceito-chave para a compreensão do problema, na medida em que se trata de uma categoria que emerge não como “o desenrolar majestoso de uma identidade específica, mas como resposta a uma crise”. Assim, não surge para definir um novo tipo de relação em sua identidade particular, mas preenche “um hiato que havia sido aberto na cadeia da necessidade histórica” (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 47).

Conforme seria de se esperar, dado a ampla disseminação e o longo histórico do conceito, o termo hegemonia é associado a uma miríade de significados distintos (LIGUORI; VOZA, 2017). Em geral, conforme destacam Liguori e Voza (2017), as concepções contemporâneas oscilam desde aquelas que adotam um sentido mais restrito de hegemonia como direção, até aquelas que propõem um sentido mais amplo que abarca os elementos de dominação - entre as quais se inclui a proposta de Laclau e Mouffe (2015a, 2015b). As

origens do conceito podem ser reconstituídas desde seu uso na social-democracia russa, mas foi Gramsci quem atribuiu-lhe um novo significado, a partir do qual Ernesto Laclau e Chantal Mouffe desenvolvem seu arcabouço teórico. Nele, a noção de hegemonia ganha um destaque central para a compreensão das unidades existentes em diferentes formações sociais concretas.

Em sua concepção gramsciana ‘original’, conforme anteriormente destacado em nota, hegemonia é tanto liderança como dominação nos campos ideológico, político, cultural etc. (GRAMSCI, 2006, 2011). Expressa o poder de um determinado conjunto de forças sociais sobre a sociedade como um todo. No âmbito de um debate orientado para a dimensão da dominação de classes, o conceito de hegemonia remete aos elementos de integração e articulação capazes de levar à cabo a realização de uma vontade coletiva (GRAMSCI, 2006). Hegemonia trata de um foco de constante luta que incide, sobretudo, nos pontos de maior instabilidade entre classes e blocos sociais. O exercício da hegemonia, por sua vez, caracteriza-se "pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria" (GRAMSCI, 2011, p. 95).

Cabe salientar de antemão, ecoando os achados de Gonsalves (2023), que a noção de consenso da qual se originam as concepções de Mouffe (2009) e da própria TPD se afasta da compreensão ‘habermasiana’ de consenso racional, bastante disseminada na área da administração e, mais especificamente, no estudo das formas alternativas de organização e gestão (GONSALVES, 2023). Por esse viés, o consenso é sempre uma construção social, política e histórica (nesse sentido, o conceito se afasta da compreensão ‘habermasiana’ de consenso racional, bastante disseminada no campo do estudo das formas alternativas de organização e gestão). Trata-se de um conceito dedicado à apreensão dos acordos e pressupostos socialmente compartilhados e frequentemente não declarados, de convenções que anulam simbolicamente aquilo que omitem e definem o escopo do que é e não é discutível (GRAMSCI, 2006).

Fundamentando-se em uma filosofia do devir, a filosofia da práxis, Gramsci (2006) estabelece o entendimento de que a disputa hegemônica é uma fase política da relação de forças, na qual elementos disruptivos podem sempre emergir (COSPITO, 2016; LIGUORI; VOZA, 2017). O equilíbrio hegemônico, portanto, não é estático, mas tênue, mutável e historicamente constituído por diferentes combinações de força e consenso. Neste sentido, a função hegemônica é aquela que logra acomodar este equilíbrio dinâmico entre interesses

diversos, provando-se capaz de suplantar propostas ou significações alternativas (GRAMSCI, 2006, 2011). Para o autor, as práticas discursivas:

Entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou, pelo menos, uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade moral e intelectual pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2011, p. 41).

Ao atuar simultaneamente como liderança e dominação, ao conceito gramsciano de hegemonia subjaz a ideia de que as classes subalternas absorvem o aparato de interpretação da realidade fundamentado na concepção hegemônica. Assim, um grupo subalterno é aquele que toma emprestada uma “concepção que não é sua [...] e a afirma verbalmente e também acredita segui-la” (GRAMSCI, 2006, p. 97). Gramsci (2011, p. 34) defende que “o grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente” determina o grau de ‘tranquilidade’ em um contexto de disputa hegemônica. Quando uma classe hegemônica, em certo ponto de sua trajetória histórica, deixa de ser reconhecida como a expressão das classes subalternas, ocorre a chamada crise de hegemonia. Para Gramsci (2011, p. 60), isso ocorre:

ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução.

Desta forma, a concepção gramsciana de hegemonia ‘resolve’ alguns desequilíbrios⁴⁹ frequentemente manifestos na literatura entre as propriedades constitutivas e criativas do discurso e dos processos de produção de sentido (FAIRCLOUGH, 1995, 2001), possibilitando que os enunciados gerais sobre a mudança social e cultural sejam relacionados aos “mecanismos e às modalidades precisas dos efeitos da mudança social” (PEREIRA, 2006, p. 23). A complexidade da transformação social é apreendida, nesse sentido, a partir dos conceitos de guerra de posição e guerra movimento, o que constitui uma perspectiva que contrapõe-se às posições dualistas que situam toda prática ‘não-revolucionária’ no campo do reformismo e da traição de princípios. Mais do que isso, a hegemonia, a partir de Gramsci, fornece a base para a análise das relações entre discurso, identidade e poder no âmbito da teoria marxista. Laclau e Mouffe (2015a) argumentam que o conceito gramsciano de hegemonia já apresenta elementos de ruptura com os traços fundacionais do marxismo. Segundo eles (2015a, p. 132);

⁴⁹ Por exemplo, a noção de poder do ‘jovem’ Foucault (1970) toma uma perspectiva unilateral dos processos de luta e conflito, privilegiando o âmbito das determinações estruturais.

Através dos conceitos de bloco histórico e de ideologia como cimento orgânico, uma nova categoria totalizante nos leva além da velha distinção base/superestrutura. O que não é suficiente, contudo, porque a liderança intelectual e moral ainda poderia ser entendida como a inculcação ideológica, por parte de uma classe hegemônica, de todo um conjunto de setores subordinados. Neste caso, não existiriam posições de sujeito transversais às classes, pois quaisquer que assim parecessem fazê-lo seriam, na realidade, apêndices da classe dominante, e sua presença em outros setores poderia ser entendida apenas como um fenômeno de falsa consciência. É neste ponto crucial que Gramsci introduz seu terceiro e mais importante deslocamento: a ruptura com a problemática reducionista da ideologia. Para Gramsci, os sujeitos políticos não são - estritamente falando - classes, mas "vontades coletivas" complexas; de modo semelhante, os elementos ideológicos articulados por uma classe hegemônica não têm um pertencimento de classe necessário.

Em especial, o constructo emerge como tentativa de superação de dois pontos identificados problemáticos desta tradição (LACLAU; MOUFFE, 2015a). O primeiro é a noção do proletariado como sujeito privilegiado da história, aquele capaz de representar as demandas populares e sociais em sua plenitude. O segundo é a ideia de que o horizonte necessário de toda formação social contra-hegemônica é a formação da unidade de classe, a simultânea afirmação e negação de uma identidade específica e *necessária* para a transformação das relações sociais de produção. Cabe notar que, na esteira de tais concepções, há aspirações deontológicas do horizonte de constituição de uma unidade da classe trabalhadora - um vir-a-ser de uma identidade futura⁵⁰. Desta forma, os elementos de tensão e conflito entre diferentes categorias ou segmentos de classe foram historicamente compreendidos a partir do foco em categorias como falsa consciência, cooptação, ideologia, etc. Acerca desta questão, Laclau e Mouffe (2015a, p. 182-183) alegam que a complexidade dos processos articulatórios - em especial, sua constituição a partir de elementos linguísticos e extralinguísticos - foi sendo reconhecida através de um caminho tortuoso no domínio dos debates da tradição marxista:

O reconhecimento desta complexidade, bem como do seu caráter discursivo, foi demarcando um caminho obscuro no terreno da teorização marxista. Sua forma característica foi a progressiva afirmação, de Gramsci a Althusser, do caráter material das ideologias, posto que estas não sejam meros sistemas de ideias, mas incorporadas em instituições, rituais, e assim por diante. O que, entretanto, tornou-se um obstáculo ao pleno desenvolvimento teórico dessa intuição foi que, em todos os casos, ela se referia ao campo das ideologias; isto é, às formações cuja identidade era pensada com base no conceito de "superestrutura". Tratava-se de uma unidade a priori, vis-à-vis a dispersão de sua materialidade, de modo que se exigia um apelo ao papel unificador de uma classe (Gramsci), ou às exigências funcionais da lógica da

⁵⁰ Sobre esse ponto, versam Laclau e Mouffe (2015, p. 40) que sua obra busca evidenciar que, historicamente, "a categoria da hegemonia foi originalmente elaborada na social-democracia russa, como tentativa de dar conta da intervenção política autônoma permitida pelo deslocamento estrutural entre atores e tarefas democráticas que resultou do desenvolvimento tardio do capitalismo na Rússia; como, mais tarde, a noção de "desenvolvimento desigual e combinado" ampliou-a para descrever as condições gerais da política na era do imperialismo; e como, com Gramsci, a dimensão hegemônica tomou-se constitutiva da subjetividade dos atores históricos (que assim deixam de ser meramente atores de classe)". Ainda assim, segundo os autores (2015a), na obra de Gramsci, posto o estágio ainda inicial de seu desenvolvimento, esta reflexão não levou a uma ruptura radical com os traços fundacionalistas que a tradição marxista herda do pensamento hegeliano.

reprodução (Althusser). Contudo, uma vez que esta suposição essencialista é abandonada, a categoria de articulação adquire um status teórico diferente: articulação é agora uma prática discursiva que não tem um plano de constituição anterior ou exterior à dispersão dos elementos articulados. (2015a, p. 182-183)

Com isso, Gramsci (2006) inaugurou pontos de ruptura significativos com relação ao viés dos debates da segunda internacional. No entanto, conforme destacam Laclau e Mouffe (2015a), na obra de Gramsci (2006), esta concepção, em estágio ainda pouco sedimentado, não chegou a promover uma ruptura mais profunda a partir da revisão de pressupostos essencialistas e fundacionalistas do marxismo, permanecendo atachada a uma compreensão de que a disputa social tem sempre, como horizonte, o papel unificador de um conjunto de posições dispersas em uma classe. Laclau e Mouffe (2015a) propõem que a TDP rejeita esta compreensão, ainda que encontre seus fundamentos de ruptura na própria obra de Gramsci (2006).

Dessa forma, a compreensão de hegemonia por parte de Laclau e Mouffe (2015a, 2015b) incorpora modificações que, por sua vez, podem ser vinculadas ao processo de escrutínio da tradição com base nos pressupostos pós-fundacionalistas anteriormente apontados. Retomemos alguns desses pressupostos para explorar suas implicações para o entendimento desta categoria, e a trama conceitual que, na TDP, ela passa a mobilizar.

Já mencionamos que a formação discursiva é concebida como uma regularidade em dispersão, ou seja, como um conjunto de posições diferenciais em uma cadeia de equivalência. Por conseguinte, toda identidade é tomada como relacional, na medida em que todo elemento ocupa uma posição diferencial em uma totalidade discursiva articulada. Em suma, conforme apontam Lopes e Macedo (2011, p. 9), no viés que assumimos, “o discurso é uma totalidade relacional de significantes que limitam a significação das práticas e que, quando articulados hegemonicamente, constituem uma formação discursiva”. As formações discursivas, por sua vez, podem ser compreendidas enquanto um conjunto de discursos articulados por meio de diferentes práticas hegemônicas.

Uma vez que esse conjunto não consiste em expressão de qualquer princípio subjacente a ele próprio; ele tem de ser compreendido enquanto “uma configuração que, em certos contextos de exterioridade, pode ser significada como totalidade” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 179). Por este prisma, a representação de uma totalidade sempre se constitui através de um particular que se ‘universaliza’ a partir do esgarçamento de seu próprio significado - modificando a sua identidade e a dos momentos que articula. Desta compreensão da totalidade deriva o fato de que a ‘sociedade’, como estrutura fechada, é um objeto impossível na concepção da TDP. Para Laclau e Mouffe (2015a, p. 187)

Se o social não consegue fixar a si mesmo nas formas inteligíveis e instituídas de uma sociedade, o social só existe, no entanto, como um esforço para construir esse objeto impossível. Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro.

Na relação entre o universal e o particular, isso implica em uma concepção de totalidade que tem sempre um caráter incompleto, aberto, indefinido, que é o símbolo de uma plenitude ausente. Segundo Laclau (2011, p. 63), o universal não tem um conteúdo concreto próprio, “mas é o horizonte sempre móvel que resulta da exclusão de uma cadeia indefinida de demandas equivalentes”. O particular, por sua vez, “existe apenas no movimento contraditório da afirmação simultânea de uma identidade diferencial e seu cancelamento por meio de sua inclusão num meio não diferencial”. Pode-se dizer, nesse sentido, que a TDP busca preencher o vazio historicamente constituído nos limites entre a lógica do espontaneísmo e a lógica essencialista (LACLAU; MOUFFE, 2015b).

Toda prática social consiste, portanto, na construção de novas diferenças - apresentando sempre uma dimensão discursiva e articulatória. “Se a democracia é possível, é porque o universal não tem corpo e conteúdo necessários; antes, diferentes grupos competem entre si para dar temporariamente a seus particularismos uma função de representação universal” (LACLAU, 2011, p. 64). Laclau (2011, p. 71) argumenta, pois, que “toda luta concreta está dominada por esse movimento contraditório que simultaneamente afirma e anula a própria singularidade”. O autor (2011, p. 75) assevera que essa relação, “segundo a qual um conteúdo diferencial particular passa a ser o significante da plenitude comunitária ausente, é exatamente o que chamamos relação hegemônica” (LACLAU, 2011, p. 75). Para o autor, as duas características nucleares das relações hegemônicas são; (a) o caráter contingente de suas articulações; e (b) seu caráter constitutivo, ou seja, que elas “instituem relações sociais num sentido primário, não dependente de qualquer racionalidade social a priori” (LACLAU, 2011, p. 137-138).

Conforme aponta Coelho (2012, p. 21), “os projetos hegemônicos tentam enredar diferentes vertentes do discurso, com o intuito de dominar ou estruturar um campo de significado” de forma a fixar, ainda que contingencialmente, “identidades de objetos e práticas de modo particular”. Conforme argumentam Laclau e Mouffe (2015a, p. 187)

A impossibilidade de uma fixação última de sentido implica que deve haver fixações parciais, do contrário, o fluxo das diferenças seria impossível. Mesmo para que se possa diferir, subverter o sentido, há de haver um sentido. Se o social não consegue fixar a si mesmo nas formas inteligíveis e instituídas de uma sociedade, o social só existe, no entanto, como um esforço para construir esse objeto impossível. Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro. Chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de pontos nodais.

A categoria **ponto nodal** tem sua origem vinculada ao conceito de *points de capiton*⁵¹, elaborado por Lacan (1998). Conforme explicitado, o conceito dá conta de capturar a existência de significantes distintos, cuja particularidade é a capacidade de fixação, em um dado momento e arranjo contingencial, o sentido de uma cadeia de equivalência. Tal fixação parcial das possibilidades da cadeia significante “estabelece as posições que tornam possível a predicação - um discurso incapaz de gerar qualquer fixação de sentidos é o discurso do psicótico” (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 187). Na concepção proposta por Laclau e Mouffe, os pontos nodais remetem à “noção de um elemento particular assumindo uma função estruturadora ‘universal’ dentro de um certo campo discursivo”, de tal forma que, “qualquer organização que este campo assuma seja resultado daquela função” (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 38). O conceito de ponto nodal nos permite “conceber transições hegemônicas que são inteiramente dependentes de articulações políticas e não de entes constituídos fora do campo político - tais como ‘interesses de classe’”. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 39). Nesta concepção, as articulações políticas e hegemônicas criam os interesses que aspiram representar.

Howarth e Stravakakis (2000) argumentam que a articulação de um discurso político só pode ter lugar a partir da circunscrição de um significante vazio que funciona como um ponto nodal, e que representa o parâmetro por meio do qual os elementos de um discurso são significados. Indo ao encontro desta compreensão, a dinâmica da hegemonia de que se trata envolve disputas entre discursos antagônicos que concorrem para a construção e a sedimentação de um significado particular, de forma a articular elementos possíveis ao redor de certos pontos privilegiados dos processos de significação (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Neste sentido, os pontos nodais se constituem a partir dos chamados significantes vazios, o que indica não apenas que “a particularidade do elemento não é determinante para o cumprimento desta função”; mas, antes, que é esvaziando-se de sua identidade específica que um determinado significante pode vir a articular um conjunto de diferenças (2015a, p. 38).

A categoria **significante vazio** remete ao processo de esgarçamento e universalização de um significado particular anteriormente mencionado (LACLAU, 2011). Ao mesmo tempo, remete a uma aparente contradição semântica e a uma impossibilidade prática. Impossibilidade prática porque o pleno esvaziamento de sentido de um significante é sua condição de inexistência enquanto significante. Aparente contradição, uma vez que tal

⁵¹ Conforme esclarece Nascimento (2021), o conceito de *points de capiton*, tem origem na inversão, realizada por Lacan, das posições do significado e do significante do modelo proposto por Saussure (2006) e na compreensão de que, no lugar de serem representados por uma barra, eles formam uma unidade.

impossibilidade é reconhecida e serve de fundamento da própria categoria. Laclau (2013, p. 166) admite que o termo expressa “um lugar, no sistema de significação, que é constitutivamente irrepresentável”. Os significantes vazios emergem das fissuras dos processos de significação e sua possibilidade de emergência é sempre contingente, relativa à capacidade política de articulação dos sujeitos (LACLAU, 2011; NASCIMENTO, 2021).

Os elementos do sistema têm um caráter de **significantes flutuantes**, na medida em que sua identidade é relacional - e não se submetem a uma articulação plena em qualquer formação discursiva. Tal caráter flutuante penetra a identidade social, tensionando constantemente os pontos de fixação de sentido. Por conseguinte, “a sociedade nunca consegue ser idêntica a si mesma, já que todo ponto nodal se constitui no interior de uma intertextualidade que lhe excede” (2015, p. 188). Porquanto os elementos não se fixam plenamente a nenhum sistema relacional, existe sempre a possibilidade de **deslocamento** de um dado elemento desde um sistema de referência significativo para outro (BURITY, 2014). A noção de deslocamento representa o momento de desestabilização de um discurso que resulta da emergência de elementos que não podem ser articulados pelo discurso em questão (LACLAU; MOUFFE, 2015a; MENDONÇA, 2012; TORFING, 1999). Conforme Mendonça (2012), o deslocamento de uma estrutura corresponde ao seu questionamento, à interpelação dos sentidos que lhe são hegemonicamente atribuídos.

A noção de deslocamento utilizada na TDP é proveniente da psicanálise lacaniana, para apreender o instante em que o extra discursivo apresenta seus limites de sentido. Trata-se de uma referência ao esgotamento das possibilidades de significação em um dado discurso, um momento de ‘ruptura’ que decorre do tensionamento dos pontos de fixação do social (LACLAU, 1993; MENDONÇA, 2012). Logo, o termo expressa “uma desestabilização de um discurso que resulta da emergência de eventos os quais não podem ser domesticados, simbolizados ou integrados pelo discurso em questão” (TORFING, 1999, p. 301). É neste “instante em que o extra discursivo demonstra o limite do sentido” (NASCIMENTO, 2021, p. 94).

O deslocamento é entendido como anterior, é externo à significação – e externo ao antagonismo. É um processo pelo qual a contingência das estruturas discursivas se torna visível. Enquanto experiência traumática, o deslocamento desajusta a estrutura a qual precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação (NASCIMENTO, 2021, p. 94).

Tais processos consistem em novas articulações. Neste contexto, o conceito de **articulação** expressa qualquer prática que estabeleça uma relação entre diferentes elementos, de tal modo que isso resulte na modificação de suas identidades. A prática da articulação “consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial

desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 188). Para os autores (2015a, p. 162), o conceito de hegemonia supõe um campo teórico dominado pela categoria de articulação, e que, portanto, os elementos articulados possam ser identificados separadamente. (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 162)

Devemos, portanto, começar analisando a categoria articulação, que fornecerá nosso ponto de partida para a elaboração do conceito de hegemonia. A construção teórica desta categoria exige que sigamos dois passos: estabelecer a possibilidade de especificar os elementos que compõem a relação articulatória, e determinar a especificidade do momento relacional que abrange essa articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 63).

Daí que o discurso pode ser compreendido como a totalidade estruturada destas práticas, a qual se estrutura através da exclusão de elementos não discursivamente articulados e da articulação de posições diferenciais enquanto momentos de uma cadeia de equivalência (LACLAU; MOUFFE, 2015a). No entanto, é preciso avançar nessa compreensão. Uma vez que admitimos que o sentido dos fenômenos sociais é dado por uma inseparável articulação entre a dimensão significativa e a dimensão física, temos de ampliar a concepção do discurso enquanto parte inerradicável da ontologia social, enquanto “uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes” (BURITY, 2014, p. 66).

Práticas hegemônicas são práticas políticas que unem identidades e forças sociais distintas, criando uma certa ordem social a partir da articulação de elementos dispersos. É a partir desta compreensão que podemos situar o ‘privilegio’ que a TDP atribui ao momento político no processo de estruturação da sociedade - aspecto fundante da abordagem (LACLAU; MOUFFE, 2015a; LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015). Na esteira do pensamento foucaultiano anteriormente destacado, Laclau e Mouffe (2015a) compreendem que a hegemonia é o reflexo de uma formação discursiva na qual todos os objetos e ações envolvidos têm significados que se articulam na constituição de identidades diferenciais inseridas na ‘ordem’ hegemônica. De modo que, conforme elucida Burity (2014, p. 67);

Uma formação discursiva não é uma espécie de coleção amorfa de discursos. Ela possui uma ordem, ela é uma orientação, um sentido, e agora não em termos de significado, mas de direção para esses acontecimentos. Trata-se de um campo de práticas. Mas a ordem que produz não se define pela distribuição homogênea e ubíqua de traços e características comuns. Como diz Foucault, trata-se antes de uma regularidade em dispersão: o discurso define regras de produção de sentido que permitem um número indefinido de enunciados e ações. O que caracteriza a existência de um fenômeno que tenha direção socialmente identificável é o fato de que à medida que nos ‘aproximamos’ dele, percebemos a sua heterogeneidade, o fato de que ele é uma trama de relações em várias direções; e, no entanto, não é uma trama inteiramente tecida ao acaso; é uma trama tecida em torno de um desses discursos que se mostra capaz de apresentar-se em nome dos demais.

Burity (2014) salienta que as formações discursivas já emergem ‘hegemonizadas’ por um determinado discurso dentro de uma pluralidade de outros possíveis. Logo, uma formação discursiva não consiste em um todo monolítico - produz efeitos de autorização, restrição e posicionamento sobre os sujeitos, atores e organizações que nela se expressam e constituem. Não obstante sua ‘materialidade’ e ‘objetividade’, tais efeitos são sempre o resultado de articulações contingenciais, sujeitas a deslocamentos⁵². Lopes e Macedo (2011, p. 10) advogam que o entendimento da dinâmica de uma formação discursiva passa pela compreensão da dinâmica de um processo hegemônico, ou seja, pela apreensão de “como são definidos os termos de um debate político, quais agendas e ações são priorizadas, que instituições, diretrizes, regras e normas são criadas”.

Deste conjunto de concepções derivam duas questões centrais da presente proposta. A primeira delas é a compreensão do campo da cultura enquanto um campo discursivo (formação discursiva, ou regime discursivo), o qual é trespessado por uma pluralidade de práticas (sociais, portanto, discursivas) articuladas e constituído a partir de seus limites e antagonismos. A segunda é o pressuposto que assumimos de que a devida compreensão dos supracitados efeitos de autorização, restrição e posicionamento sobre as organizações que constituem um campo discursivo passam pela questão da institucionalização. *Por este postulado, compreender a dimensão política dos processos de institucionalização implica na análise tanto dos processos articulatórios que envolvem, quanto das tensões, posições, sentidos e possíveis novas fronteiras e limites de exclusão que estruturam e sedimentam as práticas sociais.*

Para mais, tais concepções indicam a pertinência do exercício de reflexão que propomos, quer seja, o de buscar desenvolver uma concepção da institucionalização a partir das lentes da TDP. De um lado, tal exercício tem a pretensão de contribuir, ainda que timidamente, para a compreensão da dinâmica das formações discursivas. De outro, pretende-se explorar novas possibilidades teóricas para o trato das relações entre os processos de institucionalização e os processos organizacionais. Na próxima seção, partindo das bases e fundamentos apresentados até aqui, buscaremos constituir uma dentre as possíveis formas de se ‘situar’ a ideia de institucionalização nesta perspectiva onto-epistemológica.

⁵² Versa o autor que uma formação discursiva é um conjunto de discursos articulados hegemonicamente um discurso em particular. O discurso em torno do qual tal articulação se efetiva: “não é, em si nem necessariamente, o mais rico, o mais bem articulado, o mais representativo, ou talvez nem seja o mais combativo [...]. Mas é aquele discurso que, naquele momento, é capaz de significar os fenômenos/interlocutores a que se dirige, de modo a oferecer-se como uma superfície de inscrição de diferentes demandas, em resposta a um desafio, uma crise ou uma ameaça percebida” (BURITY, 2014, p. 66).

3.2 OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO A PARTIR DAS LENTES DA TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO

Conforme já mencionado, Laclau e Mouffe (2015a) não desenvolvem a noção de institucionalização enquanto categoria. Pode-se acrescentar que, no livro seminal da TDP, *Hegemonia e Estratégia Socialista*, os autores sequer chegam a conceituar ou definir o termo. Ainda assim, a obra realiza reiteradas menções⁵³ às noções de *instituição*, *instituir*, *instituído*, etc. Por vezes, tais termos aparecem relacionados a categorias importantes, ou mesmo, articulados para sua construção. Por outras, a ideia de institucionalização parece contribuir para o posicionamento dos autores em seus debates com as tradições marxista e pós-estruturalista. De maneira geral, é possível observar que, na obra em questão, os sentidos associados à institucionalização podem ser expressos a partir de significantes como *fixação*, *consolidação*, *entrincheiramento* - palavras que, como veremos, são por vezes explicitamente associadas no texto ao tema das instituições (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Minha tentativa de suturar um sentido e operacionalizar a institucionalização enquanto categoria no domínio da TDP parte de um ponto comum bastante simples e reconhecido entre diversos institucionalistas dos campos dos EOR, ciências sociais, economia e ciências políticas. Trata-se da noção de que os processos de institucionalização se expressam como processos sociais de produção de sentidos (BOMMEL; SPICER, 2011; SEARLE, 2008). A questão foi apresentada no item 2 do presente documento, mas cabe retomar que as concepções acerca da dimensão simbólica e de sua importância para as estruturas e formas organizacionais estiveram entre as principais contribuições da teoria institucional para o estudo das organizações (SCOTT, 1995).

Obviamente que, na maior parte das vezes, a consideração da dimensão simbólica não implicou no reconhecimento dos processos de institucionalização enquanto práticas articulatórias discursivas⁵⁴. No entanto, diante da prerrogativa de que as práticas sociais são discursivas e articulatórias, abre-se o fundamento ontológico para análise dos processos de institucionalização enquanto tal (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015a, 2015b). Algumas colocações de Laclau e Mouffe (2015a) ajudam a consolidar essa proposição. Em

⁵³ Apenas na obra seminal da TDP, em sua edição brasileira, encontram-se 59 referências ao conjunto desses termos (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

⁵⁴ Sobre as perspectivas que reafirmam o caráter discursivo dos processos de institucionalização, merece destaque a de Bommel e Spicer (2011). Searle (2008) destaca o papel da linguagem na institucionalização, pondo em destaque os elementos discursivos que o constituem. Indo ao encontro destes entendimentos, a vertente da EPI, em especial na figura de autores como Chang (2000) e Grazziotin, Ávila e Herrlein Jr (2003), também demonstra aproximar-se da concepção dos processos institucionais enquanto processos discursivos.

suas explanações acerca dos elementos linguísticos e extralinguísticos articulados nas práticas discursivas e do caráter material que estas assumem, a ideia de ‘instituições’ tem seu lugar no debate que propõem-se a realizar os autores (PAES, 2015).

Já destaquei que a compreensão de que as instituições são discursivamente articuladas aparece explicitamente no debate estabelecido com intelectuais da tradição marxista. Discorrendo sobre a complexidade das práticas de articulação política, Laclau e Mouffe (2015a) asseveram que tais práticas atravessam a densidade material das distintas instituições e analisam o processo de assimilação deste entendimento no domínio da referida tradição. Para os autores, neste campo, as contribuições de Gramsci (2006) foram fundamentais. Versam eles (2015a, p. 131-132) que;

Gramsci introduz dois novos deslocamentos fundamentais com respeito à problemática clássica. O primeiro é sua concepção da materialidade da ideologia. A ideologia não é identificada com um "sistema de ideias" ou com a "falsa consciência" dos agentes sociais; ela é, antes, um todo orgânico e relacional, incorporado em instituições e aparatos, que solda um bloco histórico em torno de um certo número de princípios articulatórios básicos. Isto previne a possibilidade de uma leitura "superestruturalista" do ideológico.

A mesma compreensão aparece no domínio da crítica às perspectivas anteriormente caracterizadas enquanto subjetivistas e intencionalistas dos processos de produção de sentidos. Nesta interlocução, Laclau e Mouffe (2015) novamente constroem o seu argumento com base na ideia explícita de que as instituições não escapam ao âmbito da discursividade. Versam os autores:

Primeiro, se os chamados complexos não-discursivos - **instituições**, técnicas, organização produtiva etc. - forem analisados, só encontraremos formas mais ou menos complexas de posições diferenciais entre objetos, que não provêm de uma necessidade externa ao sistema que os estrutura, e que **portanto só podem ser concebidos como articulações discursivas**. (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 185, destaque do autor).

Lopes e Macedo (2011, p. 10) também destacam o fato de que o discurso envolve as instituições, dado que, na ontologia política do social, o discurso consiste no funcionamento do social compreendido como uma linguagem; “dessa forma, a teoria do discurso visa não separar a linguagem (retórica), o indivíduo (sua psique) e o político (a sociedade e o social)”. Por sua vez, Lopes, Mendonça e Burity (2015) recorrem à ideia de institucionalização para posicionar a proposta da TDP em outra instância de discussão. Para os autores (2015, p. 16), a ontologia política do social constitui, de um lado, uma forma de “resistência em pensar a política para além de suas formas pragmáticas”, quer seja, aquelas “contidas na mecânica da institucionalidade jurídico-política, no dinamismo negociado das políticas públicas, no ‘alquimismo’ às vezes perverso e oportunista das alianças eleitorais e das composições de equipes de governo, ou no apelo à intuição”.

Em vista disso, a ideia de institucionalidade é utilizada para situar a TDP em oposição às propostas empiristas da ciência política, as quais são criticadas por seu escopo restrito de compreensão da política e do político. De forma complementar, Lopes, Mendonça e Burity (2015, p. 17), afirmam que Laclau e Mouffe (2015a) põem sob escrutínio

a denúncia movimentalista de qualquer fixação, que se alimenta de sua própria fragilidade e incompetência política ou de sua rejeição principista-apocalíptica de qualquer comércio com "as coisas do mundo", para assimilar institucionalização a traição de princípios, corrupção do poder ou força de irresistível cooptação.

Na mesma direção, Laclau (2011) dirige uma crítica aos defensores desse ‘particularismo extremado’, asseverando que tal argumentação política está ancorada em uma incoerência fundamental. Conforme discorre o autor (2011), entusiastas do particularismo “defendem o direito à diferença como um direito universal”. Isso posta a necessidade de seu engajamento em lutas pela transformação de leis, garantias, proteções, etc., o que consiste na articulação de uma “luta pela reforma interna do arranjo institucional”. Porém, na medida em que afirmam que este arranjo está enraizado em valores políticos e culturais dominantes que nada têm a ver com sua realidade, “suas demandas não podem ser articuladas a qualquer operação hegemônica mais ampla para reformular aquele sistema – o que os condena a uma relação periférica ambígua com as instituições existentes, que só pode ter efeitos políticos paralisadores” (2011, p. 61).

A reincidência das menções a termos relacionados à ideia de institucionalização nestes debates corrobora, pelo menos em alguma medida, com a justificativa de nossa proposta. Neste sentido, argumentamos que a despeito da institucionalização, na qualidade de categoria, apresentar-se enquanto uma ausência na trama que a TDP mobiliza; trata-se de uma ausência que tem lugar nesse arranjo conceitual, expressando os contornos de uma reflexão teórica possível. Retomemos que Lopes, Mendonça e Burity (2015) corroboram com essa compreensão, na medida em que admitem que o caráter discursivo do social, postulado pela TPD, ainda que arredo, não é alheio às delimitações estabelecidas através de processos institucionais.

Uma vez firmada a compreensão de que as instituições são elementos articulatórios, pode-se encontrar outro ponto de ancoragem: o de que a dinâmica de sua constituição se dá em relação com a dimensão política. Em termos gerais, como visto na seção anterior, o privilegiamento do momento político na estruturação da sociedade é considerado um dos aspectos nucleares da abordagem pelos próprios Laclau e Mouffe (2015). Neste entendimento, o social é politicamente constituído. Conforme apontam Lopes, Mendonça e Burity (2015, p. 21), isso significa que “o político adquire centralidade, pois indica o momento propriamente

ontológico, ou seja, o da instituição de uma nova lógica social em substituição a uma que lhe antecede”. Trata-se, pois, de uma ontologia política do social. Admitindo-se que as estruturas sociais se constituem a partir da dimensão política e que as instituições são resultado de processos articulatórios; temos que os processos de institucionalização são processos - em última instância - políticos. Cabe ressaltar que esta conclusão não chega a ser novidade, o que nos leva a outro ponto no qual encontramos algumas aproximações com as concepções dos teóricos institucionalistas - os quais frequentemente chamam a atenção para o caráter político dos processos institucionais (BOMMEL; SPICER, 2011; FRIEDLAND; ALFORD, 1991; SELZNICK, 1992).

No entanto, paradoxalmente, são os desdobramentos de tal ponto de aproximação os quais fundam também as bases das distinções de nossa proposta. No âmbito dos EOR, vimos que a concepção de política dominante entre os teóricos institucionalistas gira em torno da ideia de legitimidade. Neste prisma, as instituições se estabelecem porquanto são aceitas e consideradas legítimas por uma série de atores de um campo organizacional, os quais, de forma progrediente, passam a partilhar valores comuns conforme o campo se erige enquanto tal (DIMAGGIO; POWELL, 2005; SCOTT, 1995). É nesse processo de aceitação que tais teóricos situam o *locus* da agência humana nos processos de institucionalização. No entanto, via de regra, por essa compreensão aborda-se os processos de construção de sentido a partir do foco nos momentos individuais e subjetivos. Isso se expressa no foco interpretativista e subjetivista criticado por autores como Munir (2019), Suddaby (2014) e Vieira e Misoczky (2003).

A presente proposta de situar a institucionalização enquanto processo articulatório e político a partir da ontologia da TDP tem desdobramentos distintos. Retomo o fato de que Laclau e Mouffe (2015a, p. 40) asseveram que “compreender os processos articulatórios enquanto contingentes é enunciar uma dimensão central da política”. Portanto, um dos pontos fundamentais da concepção pós-estruturalista que buscamos costurar provém da apreensão dos fenômenos políticos enquanto fenômenos contingenciais e sobredeterminados (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Laclau e Mouffe (2015a, p. 176) argumentam que, pela lógica da sobredeterminação

o sentido de toda identidade é sobredeterminado, na medida em que toda literalidade aparece como constitutivamente subvertida e excedida; longe de ser uma totalização essencialista, ou uma separação não menos essencialista entre objetos, a presença de alguns objetos nos outros impede que quaisquer de suas identidades sejam fixadas. Os objetos aparecem articulados não como peças de uma engrenagem, pois a presença de uns nos outros impede a sutura da identidade de qualquer um deles (2015a, p. 177).

É nestes termos que Laclau e Mouffe (2015) afirmam que hegemonia implica em mudança de identidade e que qualquer prática articulatória só pode ser considerada enquanto tal, na medida em que modifica a identidade dos elementos que envolve. De minha parte, argumento que os processos de institucionalização não escapam a essa lógica. Logo, pensada por este viés, a ‘estruturação’ (formação, consolidação, etc.) de uma instituição se dá, primordialmente, em momentos coletivos dos processos de fixação de sentidos e de constituição de identidades coletivas. Tenho insistido nesse aspecto, considerando que ele representa uma dimensão importante da presente proposta de contribuição para o campo dos EOR. Para Laclau (2011, p. 82-83):

Se [um] grupo lutar para mudar sua localização no interior da comunidade e romper com sua situação de marginalidade, terá de se engajar numa pluralidade de iniciativas políticas que o levarão além dos limites que definem sua identidade presente – por exemplo, lutas no interior das instituições existentes. Como estas são, entretanto, ideológica e culturalmente moldadas pelos grupos dominantes, o perigo é que a identidade diferencial do grupo em luta se perca. Se os novos grupos conseguirem transformar as instituições, ou se a lógica das instituições conseguirá diluir – via cooptação – a identidade deles, é algo que, naturalmente, não pode ser decidido de antemão e depende da luta hegemônica. Certo, porém, é que não há qualquer mudança histórica de vulto em que não seja transformada a identidade de todas as forças intervenientes. Não existe possibilidade de vitória em termos de uma autenticidade cultural já adquirida (2011, p. 82-83).

Nesse ponto, cabe ressaltar, interessa-me especificamente compreender as formas através das quais os processos de institucionalização do campo da cultura, entendido enquanto formação discursiva, podem expressar a articulação de determinados atores e organizações e a exclusão de outros a partir do estabelecimento de seus limites⁵⁵. Em outras palavras, interessa compreender como as organizações e atores sociais disputam a fixação e o esgarçamento de sentidos particulares que constituem os processos de institucionalização, tomando a PNCV enquanto objeto de análise. Trata-se de uma compreensão que possibilita uma nova mirada para a relação entre a institucionalização e as formas de organização das práticas contra-hegemônicas.

Sendo assim, dos fundamentos pós-estruturalistas de Laclau e Mouffe (2015a) também extraímos outro desdobramento importante: o fato de que os processos de institucionalização atravessam a dinâmica de formação das hegemonias, e que tal imbricamento tem de ser pensado de maneira ampla.

Por um lado, a ‘institucionalidade’ é fundamental para a manutenção ‘do hegemônico’. Uma formação hegemônica é uma formação que está em alguma medida ‘institucionalizada’, ou seja, os processos de institucionalização fazem parte de sua

⁵⁵ Frisamos, nesse sentido, que a nossa concepção de campo enquanto formação discursiva procura lançar luz ao fato de que o campo da cultura se estabelece a partir da articulação de determinados discursos e da exclusão de outros.

constituição, conferindo-lhe pontos de suporte e ancoragem parciais. Por outro lado, a institucionalização também pode ser pensada na qualidade de um possível e provável horizonte das lutas e movimentos sociais contra-hegemônicos, os quais almejam a fixação de novas identidades, o que comumente se realiza através da formalização de direitos, garantias, ou formas de reconhecimento que representem a articulação de suas demandas.

Por tal prisma, a institucionalização é um processo que envolve tensões, conflitos e disputas pela fixação de sentidos particulares enquanto representações que articulam as posições de uma dada coletividade em uma cadeia de equivalência (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Laclau (2013, p. 143-144) fornece pistas valiosas para compreender os processos de formação de cadeias de equivalência e suas relações com a definição de institucionalização no trecho reproduzido abaixo.

Para qualquer demanda democrática, sua inscrição numa cadeia de equivalência é uma bênção dúbia. Por um lado, essa inscrição fornece à demanda uma corporeidade que, de outro modo, ela não teria. Ela deixa de ser uma ocorrência efêmera, transitória, e torna-se parte daquilo que Gramsci denominou uma "guerra de posição": um conjunto discursivo/institucional que assegura sua sobrevivência no longo prazo. Por outro lado, o "povo" (a cadeia de equivalência) possui leis estratégicas de movimento próprias, e nada garante que essas leis não levariam ao sacrifício (ou, pelo menos, comprometeriam substancialmente) as solicitações envolvidas em algumas das demandas democráticas individuais. A possibilidade torna-se ainda mais real porque cada uma dessas demandas está ligada a outras unicamente através da cadeia de equivalência, que resulta de uma construção discursiva contingente, e não de uma convergência imposta *a priori*. As demandas democráticas, em suas relações mútuas, assemelham-se aos porcos-espinhos de Schopenhauer, a que Freud se refere. Se estiverem muito distantes uns dos outros, sentem frio; caso se aproximem demais para se aquecerem, acabam se ferindo com seus espinhos. E não é só isso: o lugar no qual ocorre essa incômoda alternância de calor e frio - ou seja, o "povo" - não é um lugar neutro, que atua como uma câmara de compensação para as demandas individuais, pois na maioria dos casos transforma-se numa hipótese que começa a ter demandas próprias.

Essa compreensão nos fornece fundamentos para afastarmos-nos de certo maniqueísmo no trato dos processos de institucionalização. Com ela, rechaçamos tanto as percepções conservadoras que concebem legitimidade e institucionalização a partir de relações que reafirmam a legitimidade da ordem estabelecida, quanto as concepções 'movimentalistas' que associam a institucionalização à traição de princípios, à corrupção de poder ou à cooptação (MUNIR, 2019; LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015). Das disputas hegemônicas decorrem 'rearranjos' - estabelecem-se novos pontos de fixação de sentido, novas relações entre os elementos da ordem estabelecida, surgem novas intersecções entre as diferentes posições de sujeito (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Considero, pois, que os **processos de institucionalização** são *práticas articulatórias sobredeterminadas que promovem fixações precárias e contingentes que co-constituem as*

*formações discursivas*⁵⁶ (LACLAU; MOUFFE, 2015a; LOPES; MACEDO, 2011). Neste sentido, as instituições podem ser entendidas como trincheiras ou emaranhados constituídos no processo de dispersão de regularidades discursivas (BURGOS, 2017). Com essa definição, almeja-se compreender a institucionalização sem deixar de expressá-la através de suas relações com as dimensões política e simbólica. No entanto, essas relações adquirem novos contornos pelas lentes de uma compreensão não-consensualista e não-funcionalista, nos quais se sobressaem os elementos de tensão e disputa que atravessam os processos de produção de identidades coletivas e, conseqüentemente, a dimensão da ‘institucionalidade’ (LACLAU; MOUFFE, 2015a, 2015b). A proposição teórica inicial, costurada na esteira de tal definição, é a de *que a compreensão da dimensão política dos processos de institucionalização passa pela análise dos processos de articulação e rearticulação dos atores sociais em um dado campo discursivo*.

Assim, a ‘legitimidade’ do que se institucionaliza, se institui, ou está instituído, segue sempre suspensa em um equilíbrio dinâmico, precário e instável, sujeito a possíveis deslocamentos e à contingencialidade. Neste viés, a institucionalização não resolve tensões, não elimina disputas e conflitos, não resulta de qualquer consenso que se conceba em termos racionais habermasianos. Sua dimensão política não pode ser analisada simplesmente a partir de seus efeitos sobre as organizações, ou da capacidade de atores em mobilizarem os meios necessários à realização de seus ‘projetos institucionais’. Ao contrário, toda ‘institucionalidade’ está sujeita à contestação social, a processos de desestabilização, os quais envolvem não apenas elementos da racionalidade, mas mobilizam também afetos e identificações (GONSALVES, 2023; NASCIMENTO, 2021). Conforme Laclau (2011, p. 30), as práticas sociais constroem instituições cujo funcionamento interior pode estar baseado na operação de lógicas incompatíveis, e “a operação de lógicas contraditórias pode perfeitamente estar na raiz de muitas instituições e práticas sociais”.

Por sua natureza política, a dimensão da institucionalidade é tensionada a partir de suas fissuras e dos limites de exclusão que estabelece. Isso implica em uma mirada original para a questão da indissociabilidade entre a institucionalização e as relações de poder presente na TDP que toma por base fundamentos que remetem ao conceito gramsciano de hegemonia. Para Burgos (2017, p. 150), os marcos conceituais que adotamos implicam em uma revisão minuciosa tanto do “conceito estreito de poder visto sob a forma de ‘dominação/coerção’”,

⁵⁶ Conforme já apontado no item 5.1, Lopes e Macedo (2011) corroboram com essa interpretação ao defender que a investigação das formações discursivas implica numa análise de “como são definidos os termos de um debate político, quais agendas e ações são priorizadas, que instituições, diretrizes, regras e normas são criadas”.

quanto da “concepção essencialista e instrumentalista do conceito que o entende como concentrado em determinadas instituições e aparatos”. Desta crítica resulta o tratamento do poder como relações sociais que são transformadas no processo de mudança histórica, as quais “não se deixam de plasmar, certamente, em instituições específicas, sobre cuja objetivação em órgãos de coerção as forças sociais transformadoras devem estar permanentemente atentas” (BURGOS, 2017, p. 150). Parafraseando Portantiero (1978), Burgos (2017, p. 153) propõe que:

O poder deve ser concebido como uma relação de forças sociais a ser modificada, não como uma instituição a ser ‘tomada’ [...]. O “poder” não é um “lugar”, um aparato ou um conjunto de aparatos que se deve ocupar: a ideia é a de que o poder não se ‘toma’ por assalto, porque ele não está concentrado em uma única instituição, o Estado-governo, mas que está disseminado em inúmeras trincheiras. [...] Assim, a teoria da organização política em Gramsci é muito mais que uma teoria do partido: é uma teoria das articulações que devem ligar entre si a pluralidade de instituições em que se expressam as classes subalternas. (BURGOS, 2017, p. 153)

Também é possível observar algumas colocações de Laclau (2011, 2013, 2014) e Laclau e Mouffe (2015a, 2015b), que contribuem para desenvolver a reflexão. Entre elas, cabe destacar aquelas concernentes à dimensão da formação de fronteiras antagônicas e as formas pelas quais ela foi relacionada à ideia de institucionalização na origem da TDP. Laclau (2011, p. 96) argumenta que “a linguagem política de qualquer sociedade cujo grau de institucionalização tenha sido, em alguma medida, abalado ou minado também será dividida”. Isso nos fornece um indicativo importante que a formação de fronteiras entre discursos antagônicos se relaciona ao tensionamento de sentidos instituídos/institucionalizados. Dado que, pelo viés adotado, a institucionalização é sempre parcial e contingente, pode-se assumir que as possibilidades desse tensionamento permeiam todas as esferas do social. Acerca da temática, aprofunda o autor:

Enquanto num discurso político institucionalista há uma multiplicação de posições diferenciais, numa relação de combinação umas com as outras, num discurso antagônico de ruptura, o número de posições diferenciais sintagmáticas é radicalmente restrito e todas as identidades estabelecem relações paradigmáticas de substituição com todas as outras em cada um dos dois pólos. Em meus textos, chamei essas duas lógicas políticas opostas de lógica da diferença e lógica da equivalência, respectivamente. (2011, p. 203)

Novamente, aqui, tem-se reforçada a compreensão de que os processos de institucionalização são ponto de suporte para o estabelecimento das formações hegemônicas. À distinção entre a posição de um ‘discurso institucionalista’ (ou seja, aquele articulado enquanto identidade diferencial em uma formação discursiva) e a de um discurso que se constitui enquanto antagônico, de ruptura, subjaz uma compreensão de que os processos de institucionalização são, em alguma medida, co-constitutivos das posições de sujeito em uma dada ordem social. Considero que a compreensão deste papel constitutivo pode contribuir

para a apreensão da dimensão do poder na presente pesquisa. Seguindo Laclau (2011, p. 154), admitindo-se que “a política é o conjunto das decisões tomadas num terreno indecível, isto é, num terreno em que o poder é constitutivo”, consideramos que o social consiste em “formas sedimentadas de um poder que borrou os traços de sua própria contingência”.

Desta feita, pode-se relacionar a temática dos processos de institucionalização àquilo que Rauber (2005, p. 60) define como um “circuito desgastante e frustrante” de conquistas setoriais esporádicas por parte de movimentos sociais e organizações contra-hegemônicas, as quais não se sustentam ao longo do tempo, ou seja, não conseguem constituir pontos suficientes de fixação do sentido que propõem (RAUBER, 2005, p. 62). Trata-se de uma dimensão que carece ser explorada e aprofundada na pesquisa, posto que minha preocupação central jaz na possibilidade de que o advento da LPG e da PNAB promovam uma ‘institucionalidade’ democrática, aberta e impulsionadora da diversidade cultural e social que atravessa o campo da cultura no Brasil. Isso passa pela reativação das trincheiras nas quais a tradição centralizadora e autoritária esteve historicamente firmada; mas passa, igualmente, pela institucionalização de outros sentidos, os quais sejam capazes de articular as demandas das culturas populares. Trata-se, pois, da construção de um horizonte possível ao qual este documento se engaja explicitamente. A esse respeito, pode-se encontrar importantes apontamentos propositivos na discussão de Laclau (2011) sobre a institucionalização de um projeto de democracia radical, reproduzidos abaixo:

A diversidade e a complexidade institucional que caracterizam uma sociedade democrática devem ser concebidas de uma maneira muito diferente da diversificação de funções própria de um sistema burocrático complexo. [...] a diversificação se transforma numa diversidade, já que cada um desses elementos e níveis diversos não é mais a expressão de uma totalidade que os transcende. [...] A conciliação, o caráter precário de todo arranjo, o antagonismo, são os fatos primários, e é só no contexto desta instabilidade que o momento da positividade e sua gestão se dão (2015a, p. 281).

Posto isso, reconheço que as definições postulam desafios teóricos significativos. Entre eles, ganha destaque o problema da articulação entre as dimensões da institucionalização e da constituição de pontos nodais. Na medida em que assimila-se os processos de institucionalização à ideia de fixação de sentidos, é necessário o reconhecimento de que esta compreensão aproxima-se de uma das categorias teóricas mais relevantes da TDP. Um dos pressupostos para tratar a questão é o de que existem elementos e ‘níveis’ de fixação distintos entre um significante vazio que assume a condição de ponto nodal e aquilo que se institucionaliza enquanto sentido fixado em práticas sociais, saindo do primeiro plano da disputa política. Acerca destas distinções de ‘nível’ ou ‘grau’ dos processos de fixação do social, Laclau (2011, 2013) e Laclau e Mouffe (2015a) desenvolvem os conceitos de

sedimentação e reativação. Acerca da definição e entendimento deste ‘primeiro plano’, me apoio nas contribuições de Glynos e Howarth (2007).

Sendo assim, nas próximas seções, à luz deste desafio, busco uma maneira de tecer a operacionalização dos processos de institucionalização enquanto categoria de análise na TPD. Para isso, são mobilizados os supracitados conceitos de sedimentação e reativação, e, em seguida, a discussão sobre as três lógicas e dimensões da vida social - **social, política e fantasmática** - propostas por Glynos e Howarth (2007), com base nas contribuições da TPD.

3.2.1 Sedimentação, Reativação e Institucionalização

Conforme explicitam Laclau e Mouffe (2015a), sedimentação e reativação são categorias que derivam da obra de Edmund Husserl⁵⁷ (1970). Embora ambos os pares conceituais se relacionem com a historicidade da experiência e da linguagem, suas inflexões epistemológicas e ontológicas divergem significativamente. Laclau (2011, 2013) e Laclau e Mouffe (2015a) já advertem que esses conceitos aparecem com significados marcadamente distintos na TPD, os quais escapam e subvertem os limites de sua compreensão original em alinhamento aos pressupostos pós-estruturalistas que adotam.

Na perspectiva husserliana, a sedimentação é um processo inerente à dinâmica da consciência e da constituição dos sentidos. Trata-se do modo pelo qual significações originalmente vividas vão se estabilizando ao longo do tempo, tornando-se disponíveis como saberes já tomados como ‘dados’, passíveis de serem retomados sem a necessidade de revivência direta da experiência originária. Esses sedimentos constituem o pano de fundo da intencionalidade cotidiana e estruturam a forma como o mundo é experienciado intersubjetivamente. A *reativação*, por sua vez, é o ato pelo qual a consciência retoma, de maneira reflexiva, essas experiências sedimentadas, tornando-as novamente presentes em sua vivacidade originária — um gesto que reabre a possibilidade de crítica, revisão ou reconexão com os sentidos fundantes do saber (HUSSERL, 1970).

Já em Laclau (2011) e Laclau e Mouffe (2015a), os conceitos de sedimentação e reativação são apropriados em chave discursiva e política. A sedimentação refere-se à fixação contingente de significados dentro de formações discursivas hegemônicas, resultando em práticas e instituições que passam a operar como se fossem naturais, ‘despolitizadas’ e/ou autoevidentes. Esses significados estabilizados, no entanto, estão sempre sujeitos a fissuras,

⁵⁷ É possível também relacionar a origem do conceito à influência da obra de Althusser para a constituição da TPD, reconhecida por Laclau e Mouffe (2015a), a despeito dos afastamentos explicitados pelos autores.

pois a estrutura do discurso é marcada pela incompletude e pela possibilidade de rearticulação. Nesse contexto, a *reativação* ocorre quando essas formações sedimentadas são postas em crise, reabrindo o campo do político por meio da disputa de significados e da emergência de novas articulações hegemônicas. A reativação, aqui, não é uma retomada fenomenológica de sentido, mas uma ruptura política e discursiva, que desestabiliza a pretensa naturalidade da ordem instituída (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Com isso, enquanto Husserl (1970) pensa a reativação como um movimento epistemológico e reflexivo da consciência diante do saber sedimentado, Laclau e Mouffe (2015a) compreendem esse processo como um gesto político e agonístico, inscrito na lógica da hegemonia e da contingência. Em suma, pode-se dizer que, em Husserl (1970), o foco está na retomada do sentido originário da experiência⁵⁸; em Laclau (2011) e Laclau e Mouffe (2015a), na ruptura com o sentido estabilizado, abrindo espaço para novas disputas e articulações discursivas. Para Laclau e Mouffe (2015a, p. 35), em contraste com Husserl (1970) - o momento da reativação tem de “mostrar a contingência original da síntese” do que se instituiu. Neste sentido, os autores se afastam da ideia de um sujeito transcendental como fonte de sentido, presente em Husserl (LACLAU, 2011).

Laclau (2011) e Laclau e Mouffe (2015a) lançam mão das categorias de sedimentação e ativação para discorrer sobre a própria dinâmica de emergência das categorias teóricas. Nos processos de sedimentação, determinadas categorias e construções teóricas têm o ato de sua instituição/seu processo de institucionalização obnubilados. A reativação dessas categorias revela este ato/processo. Categorias teóricas e procedimentos de pesquisa são instituídos contingencialmente e levadas à cabo em um campo sulcado pela presença de forças antagônicas. Conforme esclarece Laclau (2014, p. 151), “o ato de instituição só se manifesta plenamente através daquilo que o questiona”. Daí que o campo de uma ontologia fundamental é, para fins da presente pesquisa, o campo de uma ontologia política.

Assim, a dinâmica de ativação e sedimentação dos sentidos do social atravessa a trajetória histórica do desenvolvimento filosófico e científico (e dos processos de produção do conhecimento, de maneira geral), denotando a natureza reconstrutiva das práticas de pesquisa científica. “Essa reconstrução demonstra-se na rearticulação dos elementos da experiência concreta, a partir de uma complexa teia composta tanto pelas posições discursivas quanto pela

⁵⁸ Nas palavras de Glynos e Howarth (2007, p. 116); “o Husserl tardio invoca esses conceitos para explicar como a intuição subjetiva original, que torna possível a constituição de um objeto intelectual ou verdade — como um teorema geométrico —, é frequentemente eclipsada no momento em que é formalizada. Ele, portanto, defende a necessidade de “reativar” o momento de sua origem animadora, para que a verdade da intuição original não seja esquecida. Nos termos de Husserl, a rotinização e o esquecimento das origens é chamada de “sedimentação”, enquanto a recuperação da atividade “constitutiva” do pensamento é denominada “reativação”.

subjetividade política do pesquisador e dos indivíduos pesquisados, mediadas por formações discursivas particulares” (JUSTEN, 2017, p. 100). A noção de posições de sujeito foi tratada anteriormente. Já a subjetividade política concerne às motivações e formas através das quais as pessoas agem. Pelo aporte da TDP, como vimos, a relação entre agência e estrutura é ressignificada, de forma que toda ação se insere na “contingência daquela estrutura discursiva através da qual um sujeito obtém sua identidade” (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000, p. 19).

Laclau (2014, p. 151) interpreta que “a sedimentação seria o momento plenamente ôntico dos objetos, quando os vestígios da instância contingente de sua instituição original foram apagados. A reativação seria o retorno àquela instância original, àquela instituição contingente”. Neste sentido, as categorias e sentidos mais sedimentados, “são aquelas que ocultam os atos de sua instituição original, enquanto o momento reativante toma aqueles atos novamente visíveis” (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 35). Para Laclau (2014, p. 151), níveis de contingência mais profundos requerem articulações hegemônicas e o momento da reativação é “a recuperação de um ato de instituição política”, consistindo em uma espécie de ‘realocação’ de determinados sentidos para a arena do que está em disputa⁵⁹. Assim, a ideia de sedimentação indica a possibilidade de explorarmos a institucionalização como um categoria que remete a uma das dimensões da disputa hegemônica.

Restam ainda, no entanto, pelo menos duas questões sensíveis a serem tratadas. Primeiro, cumpre-me o desafio de refletir sobre os diferentes ‘níveis’ ou ‘graus’ de fixação de sentidos sem incorrer nas armadilhas e deslizes da lógica positivista. Para mais, se faz necessário definir o que se quer dizer exatamente com a noção de um ‘primeiro plano’ das disputas sociais, a qual ampara meu argumento. No âmbito dessa discussão, Glynos e Howarth (2007) fornecem elementos fundamentais para a construção de um *lôcus* para os processos de institucionalização no arcabouço teórico da TPD, ao proporem a distinção de três dimensões indissociáveis da vida social, ou da ‘realidade social’, as dimensões social, política e fantasmática, às quais correspondem ao que caracterizam como três lógicas distintas.

⁵⁹ Conforme Laclau (2014, p. 151), “o ato de instituição só se manifesta plenamente através daquilo que o questiona”. Mas estes actos de instituição contingente, que ocorrem num campo sulcado pela presença de forças antagônicas, são exactamente o que entendemos por política (no sentido ontológico do termo, claro, que tem pouco a ver com as organizações e estruturas políticas no seu sentido atual, que podem corresponder perfeitamente a práticas inteiramente sedimentadas). Mas, nesse caso, o campo de uma ontologia fundamental seria também o campo de uma ontologia política”.

3.2.2 Lógicas e dimensões social, política e fantasmática

A proposta teórica desenvolvida por Glynos e Howarth (2007), ao conceber as lógicas como unidades explicativas, oferece um modelo alternativo às abordagens causais tradicionais nas ciências sociais, especialmente adequado à análise de práticas sociais em contextos marcados por disputas políticas. A noção de unidade explicativa dos fenômenos sociais provém das contribuições da perspectiva hermenêutica, sendo definida originalmente como a autointerpretação contextual dos sujeitos nesta tradição. Conforme Oliveira *et al.* (2013, p. 1339), por este viés, cada grupo social “constrói, de forma intersubjetiva, sua própria interpretação do mundo”. Nessa interpretação, “os elementos fundamentais - e limites - para a explicação ou compreensão das ações de cada sujeito seriam, portanto, as interpretações que ele desenvolve sobre si mesmo e sobre sua realidade”. No entanto, entre os principais aspectos problemáticos desta proposta, está o fato de que:

ela não permite analisar como esse sistema de sentidos foi ou é constituído e quais as suas contradições e/ou possibilidades de transformação. Consequentemente, a abordagem puramente hermenêutica também não proporciona, por si mesma, ferramentas para o desenvolvimento de análises relacionais e comparativas entre diferentes contextos, nem para uma crítica desconstrutiva – que não seja enunciada a partir de uma racionalidade totalmente alheia ao próprio campo – e que permita deslocar e dinamizar os sentidos fixados nos discursos sociais (OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 1340).

Glynos e Howarth (2007) propõem a noção de *lógica* - compreendida em suas dimensões social, política e fantasmática - como uma unidade analítica mais adequada para a formulação de modelos teóricos nas ciências sociais. Essa proposta se apresenta como uma alternativa tanto às explicações fundadas em leis ou hipóteses causais quanto às abordagens centradas na auto interpretação contextual. Nesse sentido, busca-se superar, por um lado, o determinismo generalizante típico do positivismo e, por outro, o particularismo predominantemente descritivo das correntes hermenêuticas. Lopes *et al.* (2018) destacam que essa abordagem permite uma forma de explicação situada, que combina descrição e crítica, sensível às disputas por sentido e às condições de possibilidade que estruturam o campo social. Tal perspectiva é considerada especialmente potente na medida em que desloca o foco da explicação da simples identificação de causas para a problematização das articulações discursivas e afetivas que instituem as práticas sociais.

Diferentemente dos mecanismos causais do realismo crítico, as lógicas são concebidas como estruturalmente dependentes das articulações discursivas e hegemônicas produzidas pelos próprios sujeitos sociais — não se constituem, portanto, como instâncias externas ou pré-discursivas. Isso não significa negar sua materialidade ou seus efeitos no real, mas, sim,

reconhecer que a própria realidade é, em sua constituição, radicalmente discursiva e contingente. As três lógicas identificadas pelos autores — social, política e fantasmática — correspondem a diferentes dimensões da vida social, sendo analiticamente distintas, mas empiricamente articuladas.

A **lógica social** refere-se à dimensão normativa e organizacional das práticas, à **dimensão da prática social**. A dimensão social concerne “ao aspecto das relações sociais no qual os sujeitos estão absorvidos em suas práticas, ou seja, para os quais a contingência radical das relações sociais não foi registrada na forma de contestação pública” (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 112). Neste sentido, a lógica social permite compreender como determinadas formas de agir, pensar e organizar tornam-se reconhecíveis, legítimas e até mesmo naturalizadas em um dado contexto. É por meio dela que se pode explicar o funcionamento regular das práticas sociais, aquelas que parecem operar de maneira ‘automática’ ou irrefletida, amparadas em convenções. A lógica social fornece a gramática de inteligibilidade para aquilo que se torna “normal” ou “esperado” dentro de um campo social. Claro, essa estabilidade aparente não é isenta de disputa (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

A noção de lógicas sociais, assim, é bastante próxima da noção de formação discursiva em Foucault (2000), com a importante diferença de que as lógicas sociais podem ser vistas como vigentes em contextos sociais parciais, hegemonicamente contestados e, portanto, nunca plenamente totalizáveis. Nesse sentido, as lógicas sociais estão intrinsecamente relacionadas à própria percepção da discursividade da realidade social (OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 1341).

É justamente nesse ponto que entra em cena a **lógica política**, que se refere à **dimensão política da vida social**. É a concepção da lógica política em caráter inelutavelmente agonístico que possibilita a análise dos momentos em que a ordem social é desafiada, os significados estabelecidos são postos em questão e novas articulações tornam-se possíveis. Essa lógica permite compreender o modo como práticas sociais são constantemente atravessadas por conflitos, antagonismos e lutas por hegemonia a partir dos conceitos da TDP destacados ao longo deste capítulo (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Sua dinâmica pode ser explicada a partir das proposições de Laclau e Mouffe (2015a) acerca das supracitadas lógicas da equivalência e da diferença, as quais se relacionam com os eixos paradigmático e sintagmático na linguística estruturalista. Para os autores (2015a), a dinâmica das lógicas de equivalência e diferença consiste no mecanismo fundamental de construção e contestação de articulações entre significantes, de discursos e, consequentemente, de lógicas sociais (LOPES *et al.*, 2018; OLIVEIRA, *et al.*, 2013). A dimensão política, nesse sentido, é o campo no qual são lançadas as tentativas e disputas de simbolização do real.

Por fim, a **lógica fantasmática** aborda a **dimensão libidinal e afetiva** das práticas. Ela se refere aos investimentos emocionais, aos imaginários e fantasias que sustentam a reprodução de determinadas práticas, mesmo diante de sua disfuncionalidade, ineficácia ou contestação. A lógica fantasmática explica por que certos arranjos institucionais continuam a ser desejados ou defendidos mesmo quando seus efeitos não correspondem às promessas que os legitimaram. Trata-se de uma dimensão crucial para a compreensão da persistência de práticas, pois revela que elas não se mantêm apenas por coerência lógica ou adequação funcional, mas também por meio de desejos e medos profundamente enraizados nos sujeitos e nos grupos sociais.

Conforme Oliveira *et al.* (2013, p. 1341), a lógica fantasmática “busca suprir uma lacuna na teorização da TPD em relação “ao tipo de força que impulsiona a constituição, fixação e/ou ruptura das relações de articulação, identificação e oposição na formação de discursos e identidades”. Partindo da teoria lacaniana da fantasia, Laclau e Mouffe (2015a) relacionam os processos de identificação à necessidade de se promover uma sutura – mesmo que sempre parcial e contingente – na falta constitutiva que caracteriza o próprio sujeito⁶⁰. A dimensão fantasmática compreende, portanto, a força que impulsiona os sujeitos - sejam eles individuais e coletivos⁶¹ - “a manter os atuais ou a buscar novos pontos de identificação, seja no sentido de reforçar e atualizar os discursos hegemônicos em vigor, seja no de criar novos discursos e identidades alternativas” (OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 1341).

Essas três lógicas, embora distintas, operam conjuntamente na constituição das práticas sociais. Uma prática reconhecida como regular e legítima (lógica social) pode ser desestabilizada por disputas políticas (lógica política), mas ainda assim continuar a existir por força dos investimentos simbólicos e afetivos que a sustentam (lógica fantasmática). Para Glynos e Howarth (2007), compreender uma prática exige reconstruir esse entrelaçamento de dimensões, por meio de uma explicação crítica. É justamente no âmbito da discussão sobre

⁶⁰ Conforme explicam Glynos e Howarth (2007, p. 107); “as lógicas fantasmáticas nos fornecem os meios para explicar a força ou o apelo de uma prática ou regime social existente ou antecipado. Elas derivam de uma ontologia lacaniana do gozo, na medida em que a fantasia é compreendida como a moldura que estrutura o gozo do sujeito. No entanto, gozo (*jouissance*) não deve ser entendido como sinônimo de prazer, até porque esse gozo é frequentemente — embora não necessariamente — vivenciado conscientemente como sofrimento. De fato, Lacan define o gozo em oposição ao prazer. Associado de forma estreita às noções freudianas de libido e perda primordial, o gozo é uma categoria utilizada em conjunto com outros termos como fantasia, desejo, repressão, entre outros, para explicar a inércia de um sintoma. Assim, a noção de gozo capta o modo de ser de um sujeito, seja ele individual ou coletivo. A culpa que pode acompanhar a transgressão de um ideal oficialmente afirmado é um possível — e até bastante comum — modo de experiência do gozo. Portanto, se alguém insistir em utilizar o termo ‘prazer’, este deve ser entendido como prazer inconsciente”.

⁶¹ Cumpre notar que trabalhos provenientes da área dos EOR e, mais especificamente, do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional (SC), têm promovido avanços significativos no âmbito das relações entre a dimensão fantasmática e o fenômeno organizacional enquanto fenômeno político e articulatório (GONSALVES, 2023; JUSTEN, 2017; NASCIMENTO, 2021; FRANZ, 2024).

essa transição que Laclau (2011), Laclau e Mouffe (2015a) e Glynos e Howarth (2007) mobilizam os conceitos de sedimentação e reativação, apresentados no item anterior.

Para Glynos e Howarth (2007, p. 104, tradução do autor);

toda prática social também é articulatória, já que os seres humanos estão constantemente engajados no processo de conectar diferentes elementos de suas vidas sociais em sequências contínuas e projetivas de ação. Pegar um ônibus para o trabalho pela manhã é uma atividade que realizamos regularmente e, por isso, possui um caráter repetitivo. No entanto, como vimos [...], cada vez que o fazemos é um pouco diferente, exigindo pequenas modificações e ajustes na sua realização. Isso significa que todas as práticas sociais compreendem atividades temporais e iterativas, que necessariamente conectam o presente ao passado e ao futuro.

Nessa mesma orientação, Laclau (1990, *apud* GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 116) afirma que “qualquer construção política ocorre contra o pano de fundo de uma série de práticas sedimentadas”, ainda que reconheça que, nessas práticas, “a fronteira entre o que é social e o que é político na sociedade está constantemente sendo deslocada”. Ao mobilizarem referências a elementos temporais, os trechos acima destacados remetem diretamente aos elementos ‘assíncronos’ das formações ou regimes discursivos (do campo da cultura, para fins deste estudo). No meu entender, a reflexão sobre os processos de institucionalização pode contribuir para a compreensão dessa dimensão assíncrona pouco explorada até aqui na ontologia política do social.

Já apresentei anteriormente minha adesão à compreensão de que a organização é um fenômeno político, articulatório e afetivo (GONSALVES, 2023; JUSTEN, 2017). Partindo dessa concepção em articulação com a noção das lógicas social, política e fantasmagórica, é possível afirmar que trabalhos anteriores, como os de Nascimento (2021) e Gonçalves (2023), exploraram, de forma mais aprofundada, elementos e relações co-constitutivos das dimensões fantasmática e política (FRANZ, 2024; GONSALVES, 2023; JUSTEN, 2017; NASCIMENTO, 2021). A partir do conceito de institucionalização, a presente proposta busca avançar nas suturas das relações entre a organização enquanto um fenômeno político e a dimensão das práticas sociais (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

3.2.3 Reflexões sobre a operacionalização da análise dos processos de institucionalização a partir dos fundamentos da TPD

Com os elementos expostos até aqui, busquei costurar um sentido para os processos de institucionalização no âmbito da ontologia pós-estruturalista da TDP, cabe agora descrever o caminho encontrado para sua operacionalização enquanto categoria teórica. Voltando-nos aos processos de institucionalização do campo da cultura no Brasil, temos que algumas

concepções instituídas passam a ser reativadas a partir da década de 2000, (re)inaugurando um processo de disputas pelo sentido de cultura e - no nosso entender - também pelo sentido de organização. Desta forma, pensar os processos de institucionalização a partir da LPG e da PNAB pelas lentes da TDP implica em compreender os processos articulatórios que definem as posições de sujeito, os sentidos, as relações de poder, os processos de sedimentação e reativação e a dinâmica dos elementos que emergem e submergem daquilo que poderíamos preliminarmente chamar de ‘primeiro plano’ das disputas sociais - a dimensão política, nos termos de Glynos e Howarth (2007).

Em meu argumento, os processos de institucionalização aparecem fortemente associados aos conceitos de reativação e sedimentação e ao que pode-se significar como as transições de alguns sentidos e significados desde a dimensão política para a social - e *vice versa* (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Conforme esclarecem Glynos e Howarth (2007), o eixo político-social pode ser construído com referência à noção de **contestação pública**. Para os autores (2007, p. 111), na medida em que o ‘momento de instituição’ de uma prática social se torna visível, “seja por meio de contestação pública, seja pela absorção ativa da contestação pública, ou pela resolução da contestação pública por meio de mobilização e decisão coletiva, então a dimensão política é destacada”. Trata-se, assim, da “dimensão instituidora – constitutiva das práticas sociais – que [os pós-marxistas] chamam de ‘o político’” (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p., 111).

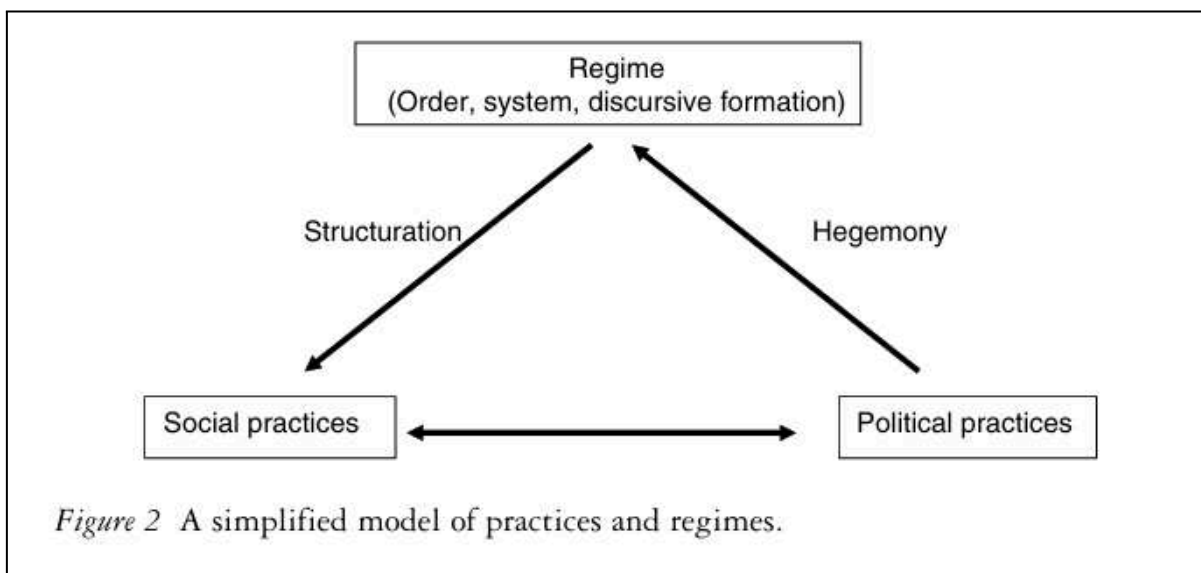
Glynos e Howarth (2007) avançam ainda com outro elemento importante da noção que teço sobre os processos de institucionalização, o qual faz referência à **função estruturante das formações discursivas**.

os regimes [formações discursivas] exercem uma função estruturante, na medida em que ordenam um sistema de práticas sociais, contribuindo assim para a caracterização dessas práticas. Isso ocorre porque a instituição de um determinado regime [...] é sempre definida em oposição a um regime contestado [...], e esse contraste oposicional imprime uma tonalidade específica às práticas do regime em questão (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 105).

A noção de estruturação é utilizada para designar a capacidade que determinados conjuntos de práticas e significações têm de organizar e conferir coerência a um campo social. Em outras palavras, trata-se da forma como um regime discursivo estrutura e estabiliza um sistema de práticas sociais, moldando os sentidos compartilhados, os comportamentos institucionalizados e os modos possíveis de identificação dos sujeitos dentro de determinado contexto histórico e político (GLYNOS; HOWARTH, 2007; LOPES, *et al.*, 2018). Assim, a função estruturante de uma formação discursiva está diretamente relacionada aos processos coletivos de produção e fixação de sentidos e às proposições do presente trabalho de pesquisa.

Porém, essa função estruturante não é neutra nem definitiva: ela depende de articulações discursivas contingentes e de processos de hegemonia e exclusão. Uma formação discursiva só adquire estabilidade (mesmo que provisória) ao se instituir em oposição a outras possibilidades discursivas que são contestadas ou marginalizadas. Esse caráter contingente é fundamental na abordagem pós-estruturalista da teoria do discurso, pois indica que toda ordem é sempre precária, sustentada por relações de poder e suscetível à reativação e transformação. Já foi repetido que os processos de fixação de sentidos são precários, contingentes e instáveis, e toda ordem discursiva está aberta à disputa, à contestação e à possibilidade de rearticulação. A Figura 2, extraída de Glynos e Howarth (2007), expõe seu modelo simplificado de práticas e regimes.

Figura 2 - O modelo simplificado de práticas e regimes de Glynos e Howarth



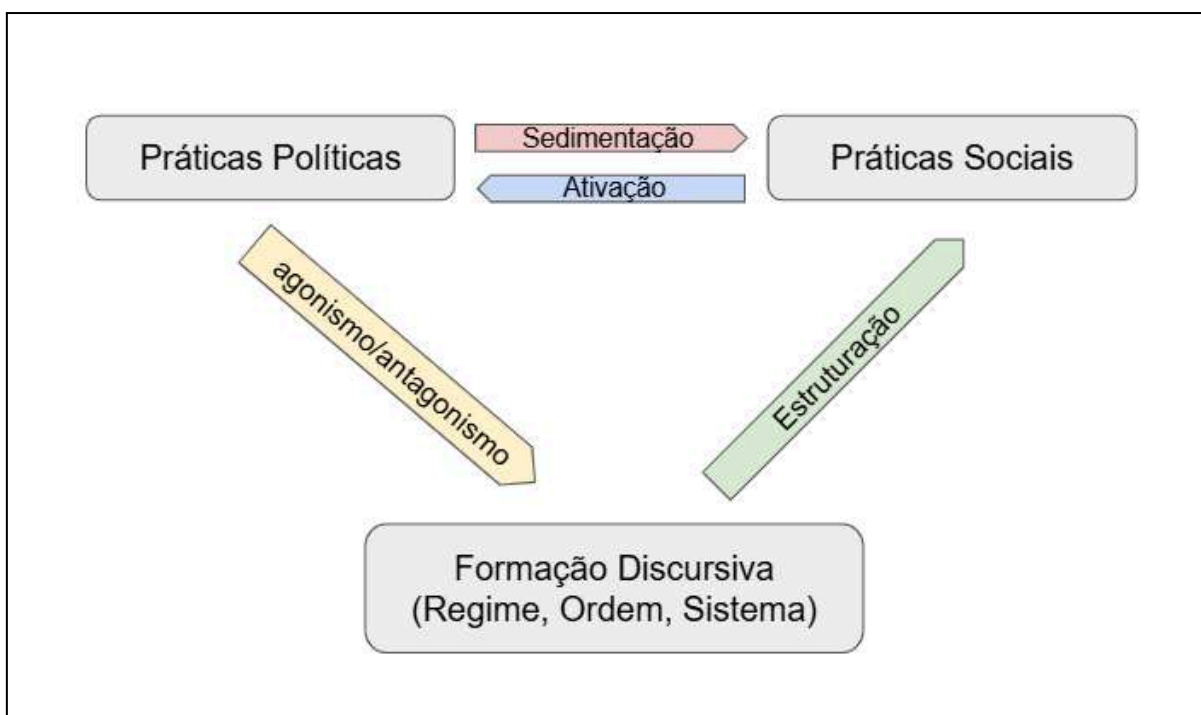
Fonte: Glynos e Howarth (2007, p. 105)

Essas elucubrações são centrais para a construção do argumento teórico que sustento. Já se tratou de como as relações entre as dimensões política e social podem ser refletidas a partir das categorias de sedimentação e ativação. Cumpre apenas destacar, por fim, que as formações discursivas e seus limites de exclusão e articulação são politicamente sobredeterminados a partir dos processos articulatórios e da dinâmica do agonismo e do antagonismo. Nesse sentido, proponho uma relação mais específica do que aquela caracterizada por Glynos e Howarth (2007, p. 105) na figura 2 (anterior), que trata essa relação como ‘hegemonia’. A compreensão é de que a hegemonia não pode ser subsumida apenas à dinâmica pela qual as práticas discursivas constituem os regimes - e que, neste caso, os autores se referiam especificamente à forma pela qual o político constitui os limites de

exclusão e de articulação das formações discursivas a partir das relações de agonismo e antagonismo (GONSALVES, 2023; LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Neste constructo, os processos de institucionalização podem ser pensados a partir das diferentes possibilidades de ‘transição’ dos processos de fixação de sentidos desde a dimensão política até a dimensão social. *Por este postulado, compreender a dimensão política dos processos de institucionalização implica na análise dos processos articulatórios que estes processos envolvem, quanto das tensões, posições, sentidos e possíveis novas fronteiras e limites de exclusão que estruturam e sedimentam as práticas sociais.* Com pequenas adaptações do modelo original apresentado, a Figura 3 apresenta um quadro analítico-conceitual das transições entre os diferentes planos analíticos apresentados, considerado para fins da investigação dos processos de institucionalização nesta tese.

Figura 3 - Modelo Analítico Simplificado das Relações entre Práticas Políticas e Práticas Sociais



Fonte: adaptado de Glynos e Howarth (2007, p. 105)

Retomemos brevemente duas das principais limitações do *mainstream* da teoria institucional apresentadas no capítulo anterior - as dificuldades no trato da dualidade agência/estrutura, e as dificuldades em apreender os processos coletivos de produção de sentido. Minha proposta visa avançar nessas lacunas a partir de um mesmo fundamento ontológico: a primazia do momento político na instituição do social (LACLAU; MOUFFE,

2015a). No que diz respeito à relação entre agência e estrutura, traçando um paralelo útil, ainda que pouco preciso, pode-se afirmar que os estudos da área dos EOR estiveram historicamente mais preocupados com as relações entre as práticas políticas e o regime e/ou entre o regime e as práticas sociais. Desta feita, pode não ser coincidência o fato de que o significativo estruturação já é apropriado para esta discussão dos EOR desde Giddens (1978).

No que diz respeito aos momentos coletivos de produção de sentidos, o arcabouço teórico-conceitual da TDP, apresentado neste capítulo, consiste em alternativa bastante frutífera. Cumpre apenas avançar na compreensão de que, ainda que os momentos de ativação e os processos articulatórios e de disputa por sentidos que eles disparam possam ser abruptos, disruptivos e radicais; os processos de sedimentação e estruturação de novos sentidos nas práticas sociais tendem a ser cumulativos e processuais. Retomando a discussão deste capítulo, o Quadro 1 resume os elementos analítico-conceituais da pesquisa.

Quadro 1 - Quadro analítico-conceitual

Plano Analítico	Fenômeno empírico analisado	Foco de análise	Conceitos-chave
Regime ou Formação Discursiva	Campo da Cultura	Contexto de implementação da PNAB e da LPG	Discurso, Estruturação, Hegemonia, Contra-hegemonia,
Práticas Políticas	Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina	Práticas organizacionais; processos articulatórios; disputa pelos sentidos de organização e cultura	Antagonismo, articulação, ponto nodal, deslocamento, hegemonia, contra-hegemonia, significante vazio
Práticas Sociais	Processos cotidianos associados à implementação da PNAB e da LPG com impacto na PNCV	Dinâmicas de sedimentação, reativação e estruturação dos sentidos de cultura e organização impressos nas práticas sociais;	Sedimentação, ativação, estruturação, institucionalização, hegemonia, contra-hegemonia

Fonte: elaborado pelo autor.

4. ESTRATÉGIA DE PESQUISA E DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

A presente proposta de pesquisa parte do método da análise qualitativa. Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação, atravessando disciplinas, campos e temas. Em torno do termo, podemos encontrar um conjunto interligado e complexo de conceitos, suposições e formas distintas de aproximação com os fenômenos do mundo social (DENZIN; LINCOLN, 2006). Segundo os autores (2006, p. 23), os métodos qualitativos são especialmente aderentes e poderosos em investigações “sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência”. A abordagem qualitativa debruça-se em aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se frequentemente na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Assim, na medida em que buscamos a compreensão dos processos articulatórios e das dinâmicas e práticas organizacionais dos coletivos da Rede-SC, encontramos respaldo na literatura acerca desta proposição metodológica fundamental.

A partir deste recorte, a presente proposta erigiu-se através de uma perspectiva não-essencialista e não-fundacionalista, identificada enquanto pós-marxista e pós-estruturalista, de forma a sustentar premissas que precisam ser evidenciadas de antemão (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000; LACLAU; MOUFFE, 2015a). A primeira delas, é de que “não há neutralidade possível na ordem do discurso, não há como separar sujeito e objeto, tampouco excluir do processo de pesquisa as experiências vividas pelos sujeitos em todos os aspectos de sua vida” (PAES, 2015, p. 80). Nessa perspectiva, em consonância com Nascimento (2021), parto do pressuposto de que não existem fórmulas ou receitas para a realização de pesquisas realizadas a partir desta orientação. O que existe são processos contingentes de construção de caminhos possíveis, e em grande parte experimentais, orientados por escolhas e posicionamentos ontológicos e epistemológicos de pesquisadores.

Ante o reconhecimento da impossibilidade de uma ciência não engajada, neutra, apartada da intencionalidade mundana, resta assumir as prerrogativas e valores empregadas na pesquisa, bem como as formas pelas quais o ‘objeto’ mobiliza os afetos do pesquisador. Em outras palavras, o que se pode fazer é escrutinar os valores imbricados nas categorias e prerrogativas que assumidas, questioná-los, escová-los à contrapêlo e, por fim, assumi-los. Na esteira das contribuições de Bourdieu e Wacquant (1992), pode-se, na melhor das hipóteses, almejar a construção de uma sociologia capaz de disparar continuamente contra si mesma as armas científicas que produz.

Conforme elucida Paes (2015, p. 80), “abraçar os pressupostos do pensamento anti-essencialista e anti-fundacionista, é entender que não realizamos investigações/pesquisas livres de valores e afetos”. É por mediação de tais prerrogativas que se pode definir uma lógica de atribuição de sentido aos fenômenos sociais, bem como seus critérios de verificação, aferição e cientificidade. Achados de pesquisa têm de ser operacionalizados de maneira a tensionar as determinações sociais que pesam no processo de constituição da pesquisa e, em especial, os “constrangimentos e [...] todas as limitações associadas ao fato de ocupar uma posição definida num campo definido, num determinado momento e com uma determinada trajetória”, na tentativa de localizar e explicitar, tanto quanto possível os seus efeitos (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 213, tradução do autor). Com base nesse conjunto de fundamentos teóricos e epistêmicos, evidencia-se a necessidade de uma postura investigativa que reconheça os atravessamentos afetivos, políticos e posicionais envolvidos em todo processo de pesquisa.

A posição política expressa neste trabalho pode ser apresentada a partir de algumas de suas principais dimensões correlacionadas: a) meu vínculo à perspectiva crítica da área dos estudos organizacionais, que orienta minha trajetória enquanto pesquisador e se relaciona às minhas atividades de militância política; b) a adesão aos pressupostos políticos que trespasam a própria Ontologia Política do Discurso; e, c) um compromisso ético, militante e afetivo para com o fortalecimento da Rede-SC (também) enquanto movimento que disputa a construção de políticas públicas no estado de Santa Catarina, o qual desenvolveu-se como um desdobramento dos contatos, afetos, choques e atravessamentos do percurso de pesquisa.

Meu vínculo com a perspectiva crítica na área dos EOR foi-se consolidando desde o período da graduação em Administração realizada entre 2010 e 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Inicialmente, o interesse pela área esteve intimamente vinculado às minhas primeiras experiências de representação estudantil - marcantes para a minha trajetória. É a partir desse vínculo que, posteriormente, ocorre minha inserção no grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional de Santa Catarina - já no curso de Doutorado em Administração. Trabalhos acadêmicos anteriormente realizados, como Scherer (2017); Scherer (2019); Scherer e Fritzen (2020); Scherer e Abdala (2021); Nascimento, Scherer e Dellagnelo (2023), Scherer e Dellagnelo (2024) e Scherer, Franz e Dellagnelo (2024), também se orientam a partir dessa vinculação.

Com relação aos pressupostos políticos da Teoria Política do Discurso, pode-se resumi-los a partir de suas principais esferas: a defesa de uma democracia radical e plural, a defesa do Socialismo Democrático e a concepção da hegemonia e do antagonismo como

lógica política. Na primeira esfera, a TPD propõe uma concepção de democracia que ultrapassa os marcos liberais tradicionais. Para Laclau e Mouffe (2015a), a democracia deve ser entendida como um campo de disputa constante, onde diferentes demandas sociais (inclusive antagônicas) são articuladas. A “radicalidade” reside na abertura à contestação e ao antagonismo, e a “pluralidade” na valorização da diferença como elemento constitutivo da ordem social.

A segunda esfera diferencia a TDP das tradições marxistas clássicas que pressupõem uma lógica revolucionária e economicista, ao propor um projeto socialista baseado na articulação hegemônica de demandas democráticas. Trata-se de um socialismo não essencialista, que não parte de uma “classe universal”, mas da possibilidade de construir cadeias de equivalência entre diferentes lutas (trabalhistas, feministas, antirracistas, ambientais etc.). Por fim, uma outra esfera relaciona-se à reformulação do conceito gramsciano de hegemonia para pensar a política como um campo contingente de construção discursiva. A sociedade é vista como incompleta, fragmentada e marcada por antagonismos que impedem qualquer totalidade fechada. A política, então, consiste na tentativa de constituir unidades (identidades, sujeitos, projetos) por meio de articulações hegemônicas, sempre parciais e contestáveis (LACLAU, 2011).

Com relação às relações de afeto e identificação que se estabeleceram entre o pesquisador e o fenômeno, elas serão melhor delineadas a partir da narrativa acerca dos caminhos e descaminhos que constituíram a estratégia deste estudo apresentada no item 4.2. Preliminarmente, pode-se destacar que, conforme apontam Ybema, Yanow e Hulst (2009), a etnografia organizacional desafia o pesquisador a reconhecer-se como parte do campo, cujas ações e interpretações influenciam os próprios fenômenos estudados. O percurso etnográfico exige, nessa medida, um compromisso ético renovado a partir do qual o pesquisador não apenas recolhe dados: ele se insere nas relações sociais e participa dos processos de construção de sentidos (YBEMA, et al., 2009).

Amparado pelas contribuições de Laclau e Mouffe (2015a), e em seu projeto para a construção de uma democracia radical, busquei me engajar na defesa de que os processos de institucionalização do campo da cultura no Brasil (e, mais especificamente da PNCV) promovam uma abertura à diversidade cultural e, conseqüentemente, organizacional que lhe caracteriza. Trata-se de uma pauta que me mobiliza afetivamente, articulando-me a discursos que me atravessaram e interpelaram, movimentando o foco de atenção, daquilo que foi julgado pertinente para a análise, das vozes que optei por escutar (PAES, 2015).

Sendo assim o exercício de exposição de alguns dos balizadores do posicionamento político expresso neste trabalho não implica apenas em um reconhecimento dos limites da neutralidade científica, mas a proposição de um fazer acadêmico que incorpore criticamente os posicionamentos acima apresentados como parte constitutiva de sua própria estrutura. Ao acolher os pressupostos pós-estruturalistas e pós-marxistas como balizas ontológicas, esta proposta busca construir um itinerário metodológico que não se furte ao confronto com as ambivalências e impasses próprios da pesquisa situada em campos em disputa — seja no plano empírico, seja no plano da teoria. Sendo assim, o presente capítulo objetiva fundamentalmente reconstituir alguns dos principais momentos de minha trajetória de pesquisa. Trata-se, de assumir uma escrita que se quer também performática, capaz de expressar as marcas do percurso e os rastros da interlocução com os sujeitos e contextos que a constituem.

A fim de dar sequência à exposição dos caminhos teóricos e metodológicos desta tese, este capítulo é organizado em três subitens. O primeiro, *4.1 Ontologia política do social, Teoria Política do Discurso e Etnografia: uma sutura possível dos fundamentos da tese*, dedica-se à articulação entre os fundamentos metodológicos, ontológicos e epistemológicos que sustentam a pesquisa, propondo uma leitura transversal entre a teoria do discurso e os pressupostos da etnografia crítica (GLYNOS; HOWARTH, 2007; HOLCK; VILLESECHE, 2023; LACLAU; MOUFFE, 2015a; YBEMA, et al., 2009). Em seguida, o item *4.2 Caminhos e Descaminhos da Estratégia de Pesquisa* aborda o percurso metodológico empreendido a partir das diferentes posições de sujeito ocupadas ao longo da pesquisa, com ênfase nas escolhas que marcaram o processo investigativo e nas estratégias de entrada no campo. Por fim, no item *4.3 Pesquisa de Campo e Registros Etnográficos*, são apresentados os procedimentos e os modos de registro utilizados, buscando evidenciar as implicações práticas e teóricas da pesquisa empírica desenvolvida.

4.1 ONTOLOGIA POLÍTICA DO SOCIAL, TEORIA POLÍTICA DO DISCURSO E ETNOGRAFIA: UMA SUTURA POSSÍVEL DOS FUNDAMENTOS DA TESE

Este tópico é dedicado à tessitura de algumas relações possíveis entre as dimensões onto-epistemológicas e metodológicas que delineiam a pesquisa. Para tanto, fundamenta-se, de um lado, na discussão que Glynos e Howarth (2007) propõem sobre método em pesquisas orientadas pelos pressupostos da TDP e nas discussões propostas por etnógrafos sobre a

potência e os limites do método etnográfico (MARSHALL; ROSSMAN, 1989; SPRADLEY, 1980; YBEMA *et al.*, 2009). De outro, orienta-se por um esforço de reflexão que recai sobre a trajetória da pesquisa. Sendo assim, trata-se de uma tentativa de articulação dos sentidos atribuídos a eventos e contingências do meu percurso de pesquisa com algumas proposições teóricas encontradas na literatura.

É preciso alertar, de antemão, sobre os riscos de compreender tal esforço como a costura de uma justificativa para escolha do método etnográfico neste estudo. Esse caminho interpretativo pode ser tentador, mas contraria de muitas formas os pressupostos epistemológicos e metodológicos desta tese, bem como a minha narrativa dos caminhos de sua trajetória. O que se pretende argumentar, ao invés, é que minha escolha pelo método etnográfico não foi propriamente uma escolha; e que a etnografia, conforme destaca Peirano (2014), não é propriamente um método. Aparentemente jocosa, esta declaração revela dimensões da minha experiência etnográfica consideradas fundamentais na literatura: a necessidade de capturar a imprevisibilidade, a imersão progressiva e o envolvimento subjetivo do pesquisador no campo (HULST *et al.*, 2017; PEIRANO, 2014).

Afirmar que a etnografia não é propriamente um método é reconhecer sua condição liminar: ela é ao mesmo tempo prática, teoria, escrita e vivência. Peirano (2014) propõe que a etnografia não deve ser reduzida a um simples conjunto de técnicas; trata-se de uma forma de pensamento e engajamento que transforma inclusive a própria postura epistemológica do pesquisador⁶². Hulst, Ybema e Yanow (2017) argumentam que a etnografia não opera como uma simples aplicação de técnicas sobre um objeto já delimitado, mas como um modo de produzir conhecimento sensível às dinâmicas e processos organizacionais em sua complexidade. A etnografia, nessa acepção, se configura como um “modo de conhecer” em processo, em que as categorias analíticas emergem do engajamento com o campo, em constante tensão entre descrição, interpretação e análise (HULST *et al.*, 2017).

Por sua vez, afirmar a ausência de uma ‘escolha propriamente dita’ remete à natureza das relações entre a pergunta de pesquisa e o método de investigação. Conforme destaca Yanow (2014), a formulação da pergunta de pesquisa e o método escolhido para investigá-la são inseparáveis e se constituíam mutuamente. Geertz (1989) argumenta que a etnografia é uma forma de descrição densa, que busca interpretar os sistemas simbólicos e os significados compartilhados por um grupo. Peirano (2014) sustenta que a etnografia é particularmente útil

⁶² Gonsalves (2023) reforça esse ponto ao mostrar como o engajamento etnográfico implicou deslocamentos tanto metodológicos quanto ontológicos. A pesquisadora relata que, ao longo de sua imersão, o que estava em jogo não era apenas uma técnica de observação participante, mas a constituição de uma forma particular de se posicionar frente aos sujeitos e às lógicas que compõem o campo.

para compreender os sentidos construídos nas interações cotidianas. Hulst *et al.* (2017) defendem que, nos estudos organizacionais, a etnografia é meio fundamental para captar a produção contínua de sentido nas práticas organizacionais. Argumentam, ainda, que ela é particularmente eficaz para investigar processos discursivos e simbólicos em contextos institucionais. Para os autores:

a história dos estudos organizacionais revela que a pesquisa etnográfica sempre demonstrou sensibilidade a um aspecto central dos processos de organização ao longo do tempo: os processos intersubjetivos de construção da "realidade social". A etnografia, em geral, pressupõe um período prolongado de imersão do pesquisador no ambiente investigado, onde o trabalho de campo é realizado. Essa imersão tem inspirado diversos estudos organizacionais de grande relevância, tanto nos primórdios da disciplina quanto nas pesquisas mais contemporâneas (HULST *et al.*, 2017. p. 3, tradução do autor).

Na medida em que se propõe a contribuir para a compreensão da disputa dos sentidos de organização e cultura promovidos pela Rede-SC no contexto de implementação da LPG e da PNAB, o presente estudo articula-se enquanto etnográfico não a partir do resultado de uma escolha consciente entre alternativas metodológicas disponíveis. Ao contrário, seu caráter etnográfico provém de uma implicação progressiva. As escolhas realizadas pelo autor, desta feita, precedem a sutura metodológica.

Meu processo progressivo de implicação foi atravessado por diversas contingências do campo e do contexto da pesquisa, e se constituiu a partir de escolhas contingentes do pesquisador, tomadas sem qualquer relação com a intenção ou a proposta de constituição de um trabalho de pesquisa etnográfico estabelecido *a priori*. Decisões como assumir a representação titular na Setorial da Música da gestão 2024/2025 no Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis, ou de participar das equipes do Comitê de Cultura de Santa Catarina e do Pontão Catarina - fundamentais para a trajetória de pesquisa, conforme será apresentado adiante - ilustram bem o argumento. Nesse sentido, a etnografia foi menos uma “escolha técnica” e mais decorrência de uma posição teórico-prática que se erige a partir da convivência com o campo, da abertura ao inesperado e de uma orientação onto-epistemológica contingente (HULST *et al.*, 2017; PEIRANO, 2014).

Aderindo à compreensão de Peirano (2014), para quem a operacionalização da etnografia é também teórica, as principais reflexões sobre as proposições teórico-metodológicas que orientam a tese são apresentadas a partir de quatro fundamentos metodológicos desenvolvidos por Glynos e Howarth (2007) para pesquisas orientadas por pressupostos pós-marxistas e pós-estruturalistas, também destacados por Oliveira *et al.* (2013). Essas proposições são relacionadas a questões e desafios pertinentes à etnografia. Primeiro, relaciono a discussão da *lógica orientada ao problema* à já debatida questão da

dimensão política na pesquisa etnográfica; a seguir, relaciono a noção de *retrodução* ao também já destacado caráter imprevisível da etnografia; depois disso, proponho algumas reflexões sobre a questão da tradução na etnografia e a noção de *articulação como modelo de relação* entre a teoria e a ‘realidade’; e, por fim, discorro sobre a pertinência das *lógicas como unidades explicativas* para pesquisas etnográficas.

4.1.1 Dimensão política na pesquisa etnográfica e a Lógica Orientada ao Problema

Já foi destacado que, ante os pressupostos da presente pesquisa, escolhas metodológicas são dotadas de uma dimensão política (JUSTEN, 2017; NASCIMENTO, 2021). O reconhecimento dessa dimensão política também é bastante debatido por etnógrafos críticos. A partir das contribuições de autores como Geertz (1989), Becker (1993), e Peirano (2014), pode-se compreender que a etnografia, como prática investigativa situada, não opera em um vazio neutro de observação, mas em campos atravessados por relações de poder, disputas de sentido e lógicas de exclusão. Sendo assim, a recusa em tematizar tais dimensões pode reduzir a etnografia a um exercício técnico-descritivo, esvaziado de implicação epistemológica e política (BECKER, 1993; GEERTZ, 1989).

Neste ponto, a contribuição de Glynos e Howarth (2007) sobre a *Lógica Orientada ao Problema* torna-se especialmente pertinente. Inserida no arcabouço da Teoria do Discurso pós-estruturalista, essa lógica propõe que a pesquisa crítica deve partir do reconhecimento de um problema social específico, entendido não como uma anomalia objetiva do mundo, mas como um campo de sentidos em disputa, onde diferentes lógicas — políticas, sociais e fantasmáticas — operam para naturalizar ou desestabilizar certas ordens institucionais.

Pensada à luz da etnografia, essa perspectiva exige que o pesquisador vá além da mera documentação empírica e assuma o caráter político do ato de pesquisar. Ao decidir o que e como observar, com quem interagir e a partir de quais pressupostos fazê-lo, o etnógrafo está inevitavelmente inserido em um campo de decisões políticas. Segundo Glynos e Howarth (2007), a lógica orientada ao problema demanda precisamente esse tipo de postura: a de um pesquisador que não apenas descreve, mas se engaja com os impasses, antagonismos e contradições de um campo social dado.

Para a etnografia, isso significa que o método deve ser continuamente reavaliado à luz do campo, dos sujeitos e dos problemas que emergem — o que demanda uma vigilância reflexiva sobre os dispositivos de visibilidade e invisibilidade acionados pelo pesquisador (GEERTZ, 1989). Além disso, a ênfase no "problema" como ponto de partida analítico evita

tanto o risco da neutralidade ilusória quanto o da normatividade moralizante. Em vez de pressupor o campo como uma realidade coesa e inteligível por meio de protocolos técnicos, a lógica orientada ao problema propõe que o campo seja lido como uma formação discursiva instável, em permanente (re)configuração, cuja inteligibilidade depende de processos de articulação entre demandas sociais distintas (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Ao fazer isso, a etnografia pode ser alinhada a um projeto de explicação crítica que não busca apenas “entender o mundo”, mas também “problematizá-lo” — nos termos em que Glynos e Howarth (2007) propõem. A lógica orientada ao problema, nesse sentido, não apenas reconfigura a maneira como formulamos perguntas de pesquisa, mas pode reorientar o próprio sentido da investigação etnográfica como prática politicamente situada. Por este prisma, a construção de um objeto de pesquisa consiste em uma representação discursiva de um dado fenômeno, a qual é politicamente posicionada⁶³ desde os passos iniciais de sua gênese (JUSTEN, 2017).

4.1.2 Imprevisibilidade na etnografia e Retrodução

Marshall e Rossman (1989, p. 21) nos alertam que a pesquisa real, diferentemente da imagem idealizada e linear muitas vezes apresentada em artigos científicos, é um processo “confuso, bagunçado e intensamente frustrante”. A prática etnográfica, longe de seguir um itinerário rígido e linear, caracteriza-se por sua natureza profundamente contingente e imprevisível. Essa imprevisibilidade também foi tematizada por Spradley (1980), que reconhece a etnografia como um processo no qual as categorias emergem do próprio envolvimento com o campo. O pesquisador etnográfico, segundo ele, precisa estar disposto a rever suas hipóteses iniciais, seus instrumentos e até mesmo seus interesses, à medida que se depara com a complexidade da vida social.

A constatação é central para compreender o percurso etnográfico não como mera aplicação de técnicas previamente definidas, mas como um processo aberto, marcado pela constante negociação com o campo, com os interlocutores e com os próprios limites do pesquisador. Isso implica que o trabalho etnográfico exige uma postura de abertura metodológica e reflexiva. Por este viés, já afirmei que, na medida em que a etnografia exige do pesquisador uma disposição para habitar essa desordem criativa, permitindo que a lógica do campo influencie a própria trajetória investigativa, sua operacionalização dificilmente pode

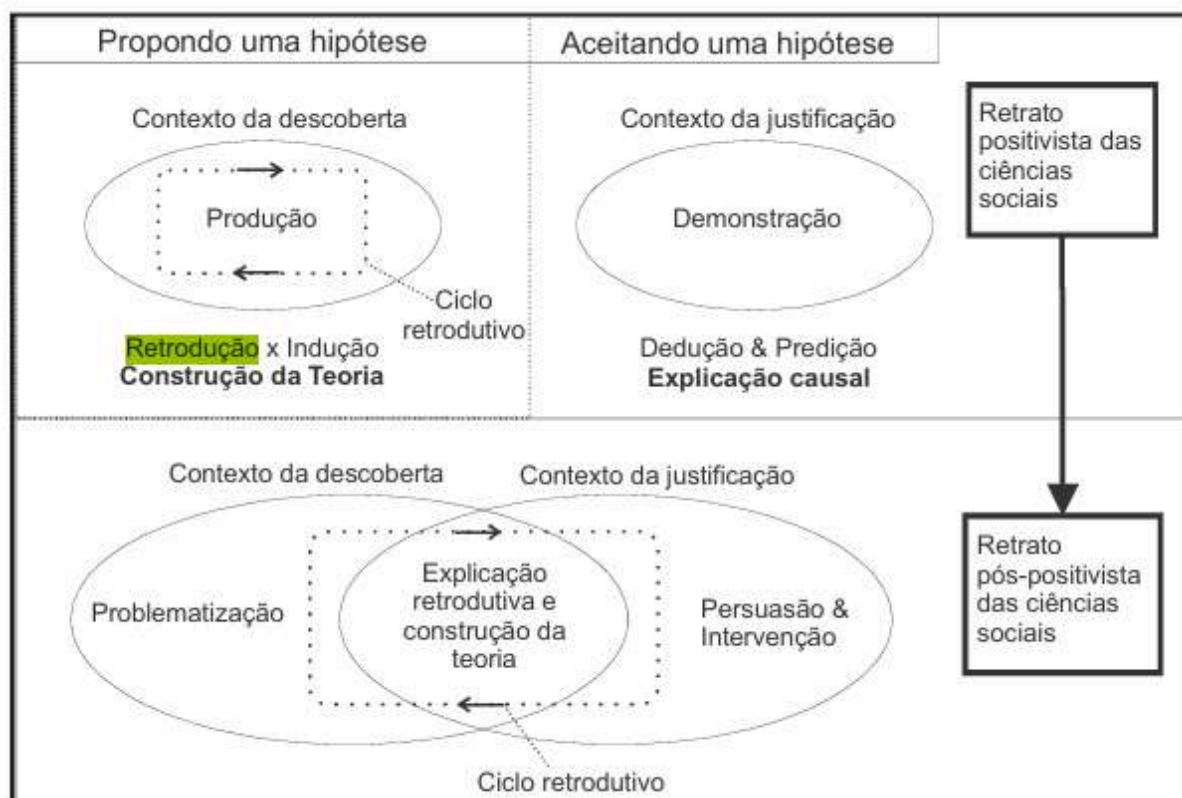
⁶³ Como explica Justen (2017, p. 99), as decisões metodológicas são sempre decisões hegemônicas, isto é, impõem-se diante de um terreno ontológico de possibilidades, da existência de outras decisões alternativas.

ser determinada *a priori* (MARSHALL; ROSSMAN, 1989).

Isso pode ser considerado problemático para algumas perspectivas epistemológicas, na medida em que, na tradição da filosofia da ciência, os contextos de descoberta e de justificativa são tratados como esferas distintas (GLYNOS, HOWARTH, 2007). O contexto de descoberta refere-se aos caminhos criativos e contingentes pelos quais uma hipótese ou problema de pesquisa emerge; já o contexto de justificativa diz respeito à racionalidade formal de validação dessa hipótese — tradicionalmente associada à lógica e ao método (OLIVEIRA, et al., 2013). Entretanto, a proposta de explicação crítica via retrodução, conforme desenvolvida por Glynos e Howarth (2007), desestabiliza essa separação rígida ao articular os dois momentos como mutuamente implicados no processo investigativo. Isso ocorre porque, ao buscar explicar criticamente uma prática social, o pesquisador não parte de hipóteses neutras e exteriores, mas de uma problemática situada, moldada por seu engajamento teórico e político com o objeto (GLYNOS; HOWARTH, 2007). A Figura 4 ilustra essa distinção.

Ancorados na noção de retrodução, Glynos e Howarth (2007) defendem que a pesquisa qualitativa deve ser compreendida como um movimento de construção e reconstrução de sentidos em contextos específicos, nos quais o pesquisador é parte ativa na constituição das problematizações. A imprevisibilidade, assim, não é um obstáculo, mas um componente estruturante dos procedimentos metodológicos, o que permite capturar as dinâmicas contraditórias, os conflitos e as ambiguidades dos fenômenos sociais investigados (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Figura 4 - Dois retratos distintos das Ciências Sociais



Fonte: Glynos e Howarth (2007, p. 33)

A retrodução pode ser compreendida como uma forma de raciocínio investigativo que procura identificar as condições e os mecanismos que tornam possível um fenômeno social específico (GLYNOS; HOWARTH, 2007; OLIVEIRA *et al.*, 2013). Ao contrário da indução (que generaliza a partir de observações) ou da dedução (que deriva conclusões de premissas gerais), a retrodução trabalha, em suma, formulando hipóteses sobre o que deve ser verdade para que determinado acontecimento ou prática possa existir.

Na proposta de Glynos e Howarth (2007), a retrodução mobiliza as três lógicas sociais apresentadas no capítulo teórico — social, política e fantasmática — como recursos heurísticos que orientam tanto a construção da problemática quanto a justificativa da explicação proposta. Isso significa que o ato da descoberta já está atravessado pelas categorias explicativas que orientarão sua validação, dissolvendo a fronteira rígida entre descoberta e justificação. Esse entrelaçamento é particularmente evidente na trajetória de construção desta tese, na qual a própria formulação da pergunta de pesquisa é resultado de um engajamento situado com o campo, e para a qual o caráter de validade explicativa só pode ser auferido a

partir da coerência interpretativa e do poder de problematização que ela produz — jamais da verificação de suas hipóteses como universais.

4.1.3 Articulação como modelo de relação entre teoria e realidade e a questão da tradução na Etnografia

Do ponto de vista epistemológico, autores como Geertz (1989) já propuseram que o trabalho etnográfico é mais uma arte de “descrever culturas” do que uma busca por leis gerais. Tradicionalmente, no entanto, a tradução em etnografia é entendida como o esforço de transpor os significados de uma cultura para uma linguagem compreensível ao leitor acadêmico. Nessa perspectiva, a tradução aparece como uma operação quase técnica, cujo sucesso dependeria da fidelidade à experiência do outro e relacionada a parâmetros como acesso, escrita, sensibilidade, etc. Contudo, essa visão pressupõe uma separação estável entre o campo (a prática) e o texto (a teoria, a análise).

Fabian (1983) argumenta que a concepção de tradução como transposição técnica depende da construção do outro como radicalmente separado e fora do tempo do pesquisador. Rosaldo (1989) critica o ideal positivista da etnografia como tradução objetiva, defendendo que a própria posição do etnógrafo — afetiva, política e situada — condiciona o modo como a experiência do outro é representada, ou ‘traduzida’. Strathern (1991), por sua vez, aponta que o desejo de traduzir fidedignamente os significados do ‘outro’ frequentemente se apoia em uma separação artificial entre sujeito e objeto, campo e texto, cultura e análise, teoria e prática.

Argumento que é justamente essas separações e suas consequências que a noção de articulação ajuda a combater - na medida em que o conceito expressa uma rejeição aos dualismos tradicionais. A proposta de Glynos e Howarth (2007) de pensar a articulação como modelo para a relação entre teoria e prática está no cerne da abordagem pós-estruturalista que eles desenvolvem, pondo em destaque a co-constituição entre teoria e prática. Para os autores (2007), a articulação é um ato de construção política e discursiva: práticas não existem em si mesmas, mas são tornadas inteligíveis por meio de significantes, regras, afetos e estruturas simbólicas. Da mesma forma, as teorias não são neutras, mas emergem em contextos específicos e ganham sentido à medida que são mobilizadas para interpretar ou transformar realidades sociais. “A teoria e a prática não são esferas separadas que podem ser conectadas mecanicamente. Elas estão articuladas em processos históricos, políticos e discursivos específicos” (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 28, tradução do autor).

Ao adotar a articulação como modelo da relação teoria-prática, o pesquisador: a) recusa a neutralidade epistêmica, reconhecendo sua posição e os efeitos de poder de suas escolhas teóricas; b) assume a reflexividade, percebendo que as categorias analíticas que usa também produzem efeitos no campo; c) reconhece a contingência, entendendo que os vínculos entre teoria e prática são sempre históricos e contestáveis; d) reconhece que opera politicamente, pois toda explicação é também uma forma de intervenção discursiva. Estas consequências foram vivenciadas e tensionadas em minha vivência etnográfica, na qual a atuação em tarefas relacionadas à articulação da Rede-SC e/ou à implementação da LPG e, especialmente, da PNAB foram relacionadas às práticas de pesquisa - por vezes de forma voluntária e refletida; por outras, a partir de afetos, interpelações e/ou contingências.

Oliveira *et al.* (2013) e Lopes *et al.* (2018) também reforçam que a noção de articulação é o que permite compreender como uma prática se torna inteligível à luz de uma teoria, e vice-versa. A articulação é, portanto, uma operação contingente, situada e produtiva, e não um mero encaixe técnico de conceitos. Isso significa que a teoria não “explica” mecanicamente a prática, mas sim que ela é ativada e ressignificada na medida em que é mobilizada em processos concretos de investigação e intervenção. Por outro lado, a prática não é um “objeto dado” a ser descrito, mas uma realidade discursivamente constituída, que exige interpretação.

Com isso, a proposta de Glynos e Howarth (2007) de pensar a articulação como modelo da relação entre teoria e prática oferece uma chave conceitual potente para repensarmos o problema da tradução na etnografia - especialmente quando esta é orientada por uma perspectiva pós-estruturalista e crítica. Ao propor a articulação como modelo da relação entre teoria e prática, os autores deslocam a tradução de uma operação de espelhamento para um processo de produção de sentido.

Em termos gerais, isso implica reconhecer que: a) não há uma ‘prática pura’ a ser traduzida, pois a própria prática já é discursivamente estruturada e interpretada; b) a teoria não é um molde a ser aplicado sobre a realidade, mas uma lente que se articula ao campo, co-produzindo o que se considera inteligível; c) a tradução, portanto, é melhor entendida enquanto uma prática articulatória - situada, parcial, politicamente implicada e contingente - que relaciona elementos das dimensões ‘teórica’ e ‘prática’.

Tal concepção aproxima a tradução etnográfica daquilo que autores como Strathern (1991) e Geertz (1989) sugerem ao reconhecer que o etnógrafo nunca é um mediador neutro, mas um agente que articula saberes, categorias e sentidos entre mundos heterogêneos. Nesse contexto, a análise etnográfica não busca reproduzir o ‘original’, ou restringir-se à

compreensão que determinados grupos ou culturas têm de si mesmos; mas criar articulações provisórias e politicamente situadas entre diferentes regimes de sentido. Assim, o problema analítico central deixa de ser “como traduzir fielmente?” e passa a ser: quais articulações são possíveis, legítimas e politicamente significativas neste contexto?

4.1.4 Lógicas como Unidades Explicativas

Crang e Cook (2007, p. 8) defendem que “ao utilizar métodos etnográficos, é altamente recomendável que o(a) pesquisador(a) incorpore teorias sociais e culturais desde o início do estudo, pois elas possibilitam considerar essas questões fundamentais desde o princípio” (tradução do autor). Essa recomendação aponta para a necessidade de que o processo etnográfico não seja conduzido apenas como uma sequência técnica de observação e descrição, mas como um empreendimento teórico e epistemologicamente informado, no qual os quadros analíticos assumem papel central na constituição do próprio objeto de pesquisa.

Os elementos onto-epistemológicos que orientam o presente trabalho já foram apresentados anteriormente. Cabe destacar, porém, que a concepção das lógicas como unidades explicativas, proposta por Glynos e Howarth (2007), é considerada central para a orientação da etnografia delineada nesta tese. Cada uma das lógicas — social, política e fantasmática — corresponde a diferentes dimensões da vida social, as quais foram apresentadas em articulação com a noção de institucionalização desenvolvida no capítulo teórico. Se faz necessário, no entanto, avançar para as consequências metodológicas da concepção de Glynos e Howarth (2007)..

Ao propor as lógicas como unidades explicativas, Glynos e Howarth (2007) rejeitam a lógica de explicações causais ou externalistas, frequentemente associadas a abordagens neopositivistas ou funcionalistas. Em seu lugar, propõem uma forma de explicação crítica, fundada na retrodução e na problematização dos pressupostos que sustentam uma prática social. Essa explicação não busca elencar variáveis explicativas universais, mas reconstruir as condições de possibilidade que tornam determinada prática inteligível, aceitável ou desejável em contextos específicos (GLYNOS; HOWARTH, 2007; LOPES et al., 2018).

Segundo Lopes *et al.* (2018), esse movimento explicativo retroutivo e contingente situa-se entre a descrição densa e a reconstrução crítica, o que o torna particularmente adequado a investigações orientadas por métodos qualitativos como a etnografia. Nesse sentido, o trabalho etnográfico não se limita à coleta de dados em campo, mas se realiza plenamente quando articulado a uma explicação crítica que desnaturaliza a aparência das

práticas e revela os processos pelos quais elas são instituídas, mantidas e/ou contestadas. O campo empírico, por sua vez, é compreendido como um espaço de múltiplas articulações, onde sentidos são negociados e onde a tarefa do pesquisador não é revelar uma essência, mas traçar os fios que sustentam a contingência do social.

Assim, a análise baseada nas lógicas explicativas contribui para que a etnografia não se limite à observação empírica e à descrição de regularidades, mas se transforme em uma prática crítica e politicamente situada. A partir dessa concepção, o pesquisador é convocado a interrogar as estruturas de sentido que sustentam o campo investigado, a mapear os conflitos que atravessam as práticas e a compreender os investimentos que tornam essas práticas desejáveis e persistentes, mesmo diante de suas contradições.

Importa frisar que a proposta desloca a ideia de teoria como instância explicativa exterior ao campo. Em consonância com perspectivas pós-estruturalistas mais amplas (ST. PIERRE, 2011; JACKSON; MAZZEI, 2012), a explicação torna-se, ela própria, uma prática discursiva e política, implicada nas formas de produção de saber e na dinâmica do ‘objeto’ pesquisado. Trata-se, portanto, de uma abordagem que amplia o alcance analítico da etnografia, conectando-a às dimensões estruturais, políticas e subjetivas da vida social.

4.2 CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA

Conforme destaca Yanow (2014, p. 35), a tomada de decisões é um dos elementos centrais da pesquisa de campo etnográfica, a qual precisa ainda estar apoiada por uma “atenção reflexiva às implicações dessas escolhas”. No âmbito desta pesquisa, três decisões contingenciais tomadas durante a trajetória de sua realização tiveram implicações bastante significativas para seu decurso. Cada uma dessas escolhas esteve relacionada à assunção de uma nova posição de sujeito no campo de pesquisa, possibilitando ‘canais’ de entrada e acesso ao campo a partir das posições de: pesquisador, representante da Setorial da Música no Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF), membro da Equipe do Comitê de Cultura de Santa Catarina, e membro da equipe de formação do Pontão Catarina. Em um exercício que se propõe reflexivo, este tópico apresenta as contingências nas quais essas posições de sujeito foram assumidas (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Conforme alerta Yanow (2014, p. 35), é preciso ter cuidado para “não tornar a etnografia organizacional, que se baseia em um amplo grau de flexibilidade em cenários de campo para responder às circunstâncias locais, rígida com relação ao ‘rigor’ e à

‘metodologia’. Para o autor, a liberdade e a flexibilidade na pesquisa etnográfica são fundamentais para permitir o espaço da improvisação à medida que a pesquisa se desenvolve. Segundo ele:

Essa liberdade e capacidade necessárias para improvisar à medida que a pesquisa se desenvolve – para responder às exigências do campo à medida que surgem – é o que Mintzberg apontava, na epígrafe, ao defender a observação em detrimento de outros modos de investigação para o estudo de aspectos gerenciais e outros da vida organizacional que não são bem compreendidos. (YANOW, 2014, p. 35)

Isso não significa, porém, abdicar da clareza na descrição dos procedimentos de pesquisa e dos percursos trilhados - e, menos ainda, abdicar da possibilidade de aferição e validação científica dos resultados alcançados nas pesquisas etnográficas. Resgatando os pressupostos da TDP, pode-se afirmar que a pesquisa etnográfica se constitui a partir de um conjunto de escolhas do pesquisador tomadas em um terreno de indecidibilidade na tentativa de suturar pontos de fixação e articulação dos sentidos de determinado fenômeno ou experiência da realidade social (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015a). Ainda que orientadas por pressupostos políticos, éticos e onto-epistemológicos, tais escolhas de pesquisa são, via de regra, contingenciais. Isso significa que as decisões e caminhos trilhados em uma etnografia não podem ser derivados de nenhuma lógica ou método definido *a priori* como externalidade aos processos da própria investigação e da tomada de decisão.

O primeiro ponto de inflexão na trajetória desta pesquisa se dá na ocasião da 10ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis, realizada entre os dias 23 e 25 de outubro de 2023 na Faculdade SENAC Prainha, em Florianópolis. Participei da conferência na condição de **pesquisador** - posição através da qual vinha coletando dados em observações realizadas desde **o início de 2023**. Na programação do evento, estava incluído o espaço de definição dos representantes dos fóruns setoriais no Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF), concluindo um processo que havia se iniciado com votação *online* algumas semanas antes. Entre as setoriais que não haviam apresentado chapas - contendo candidatos titular e suplente - para o pleito, estava o Fórum Setorial da Música. Nas conversas de corredor, durante o intervalo para o *coffee break*, fui apresentado para um dos articuladores da Setorial da Música, por intermédio de outra pesquisadora, Bianca Kaiser, que introduziu minha trajetória como professor de violão e músico independente.

Foi a partir desta conversa que se construíram os caminhos para que, em **janeiro de 2024**, eu assumisse a função de **representante do Fórum Setorial da Música no CMPCF**⁶⁴. Houve certa relutância de minha parte em aceitar o convite, mas, àquela época, eu já vinha

⁶⁴ . Inserido no arranjo institucional do Sistema Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis opera como órgão colegiado de caráter público e natureza paritária entre poder público e sociedade civil e tem caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador das políticas públicas do município.

sendo afetado pelas relações que se estabeleceram, durante a pesquisa de campo, com as pessoas, desafios e encantamentos que compõem a cena cultural da cidade. É a partir desses afetos, mais do que a partir de uma preocupação com o ‘acesso’, que se pode explicar a minha tomada de decisão naquelas contingências. Não obstante, a participação no CMPCF possibilitou o acesso a uma ampla gama de espaços, eventos, documentos e informações extremamente relevantes para fins da construção da presente pesquisa.

No que diz respeito aos espaços de observação acessados a partir desta posição de sujeito, ganha destaque: o acesso às reuniões do CMPCF, o acesso às comissões externas de elaboração do Plano de Aplicação Anual de Recursos e de elaboração dos Editais Municipais da PNAB de 2024 e 2025 em Florianópolis; o acesso à participação, na condição de representante do CMPCF, em sessões de oitivas relativas ao 1º e ao 2º ciclo de implementação da PNAB em SC; o acesso à operativa do Coletivo Conselhos em Rede (da qual participei entre janeiro e junho de 2025), que reúne conselheiros municipais do estado de Santa Catarina; e o acesso à participação na comissão interna da PNAB do CMPCF nos anos de 2024 e 2025.

Em termos de acesso a documentos, a posição de conselheiro possibilitou o acesso às atas, histórico de registros, ofícios, moções e comunicados elaborados ou recebidos pelo CMPCF. Por intermédio da participação no coletivo Conselhos em Rede, também tive acesso a informações e documentos de conselhos de outros municípios. Além disso, a participação em comissões externas do CMPCF, compostas junto a trabalhadores da Fundação Franklin Cascaes e de outros órgãos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, possibilitou o acesso a documentos importantes, entre os quais se destacam as minutas dos editais da PNAB oferecidas pelo MinC e os documentos que sustentaram os processos de elaboração do PAAR e dos editais municipais em 2024.

Um segundo ponto de inflexão fundamental para a construção desta pesquisa foi a minha entrada na equipe do Comitê de Cultura de Santa Catarina (CCSC). O CCSC é uma instância de articulação da sociedade civil voltada à incidência, à divulgação, ao acompanhamento, à democratização e à qualificação das políticas públicas de cultura no estado. Selecionado no edital do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC), de 2023, o projeto é coordenado pela Associação Baiacu de Alguém, de Florianópolis (SC) (BRASIL, 2023a). As principais metas e objetivos do programa direcionam a estratégia do CCSC para a realização de ações de: articulação, mobilização, formação, socioculturais, de mapeamento e diagnóstico, de comunicação e divulgação. Ainda que o foco principal do projeto sejam ações voltadas à sociedade civil, o escopo do comitê abrange também ações e

parcerias realizadas com gestores municipais e estaduais (COMITÊ DE CULTURA DE SC, 2025).

O início de minha participação no CCSC se deu a convite de minha orientadora, Professora Eloise Dellagnelo, na condição de apoiador voluntário do projeto e pesquisador do campo da cultura. Já na época da elaboração da proposta submetida ao edital, contribuí com alguns levantamentos e informações subsidiárias. Depois, participei de reunião realizada em 22 de fevereiro de 2024, para alinhamento da equipe e apresentação do PNCC. Foi somente após a necessidade de recomposição da **equipe do CCSC**, por contingência do atraso no início do programa, que pude assumir uma função mais definida no projeto a partir de **abril de 2024**⁶⁵, a convite do coordenador do projeto, Nelson Motta. Com relação às possibilidades de acesso ao campo, destaca-se que a PNAB e a PNCV têm sido, desde o início, as políticas prioritárias do CCSC.

No âmbito do apoio ao processo de implementação da PNAB, merecem ser apontadas:

- a) a realização das jornadas *online* de capacitação em projetos culturais - das 5 jornadas realizadas até aqui, 4 tiveram a PNAB ou editais específicos da política como tema central -;
- b) a participação na Força-Tarefa da PNAB 2025, que reuniu esforços de representantes do CCSC, do Conselhos em Rede, do Pontão Catarina, do Conselho Estadual de Cultura (CEC-SC), da FCC, do MinC (Dep. de Assitência Técnica a Estados e Municípios e Escritório Regional do MinC), e da Confederação dos Gestores Municipais de Cultura de SC (CONGESC) para garantir a adesão dos municípios catarinenses ao segundo ciclo da PNAB;
- c) a realização de ações formativas presenciais sobre a PNAB e seus dispositivos de distribuição, incluindo ações realizadas junto a comunidades indígenas (José Boiteux e Morro dos Cavalos) e quilombolas (Quilombo São Roque e Quilombo Terra do Micuim); em d) as ações de apoio e articulação junto às gestões municipais; e) a elaboração do Documento de Acúmulos do 1º Ciclo de Implementação da PNAB do Comitê de Cultura de Santa Catarina; e, f) a participação na organização da audiência pública da PNAB, realizada em maio de 2025 (CULTURA CATARINA, 2025a).

Já no âmbito do apoio do CCSC à consolidação da PNCV, destacam-se as seguintes ações: a) ações formativas presenciais sobre a PNCV em Florianópolis e outras cidades; b) processos de apoio e assessoria para o credenciamento de cerca de 30 coletivos culturais à PNCV; c) o canal de assessoria a projetos voltado especificamente ao edital estadual de Pontões de Cultura da PNAB da FCC, o edital Expressões Culturais; d) as oficinas do CCSC

⁶⁵ Inicialmente, compus a equipe como Assessor a Projetos e Parcerias e, a partir de novembro de 2024, passei à função de Coordenador Metodológico.

realizadas em parceria com o Pontão Catarina para capacitação para os editais estaduais da PNAB voltados à PNCV (Conexões Culturais e Premiação para Pontos de Cultura); e) a realização do 1º Encontro Multicultural Latino Americano para a celebração dos 20 anos do Cultura Viva em Florianópolis.

Como membro da equipe do CCSC, realizei viagens para 14 municípios catarinenses⁶⁶ entre maio de 2024 e junho de 2025, contribuindo para a realização de ações de mobilização, articulação, formação e mapeamento, em especial. Em suma, o conjunto de ações realizado proporcionou uma mirada mais próxima aos problemas e dificuldades de implementação da LPG e, especialmente, da PNAB e da PNCV - tanto no que diz respeito aos desafios e dificuldades de gestões municipais e estaduais, quanto no que tange às dificuldades de acesso, compreensão dos processos e inclusão de coletivos e grupos da sociedade civil considerados prioritários nessas políticas. Para além disso, o convívio e o trabalho em conjunto com ponteiros e ponteiros do estado (maioria da equipe do CCSC é composta por pessoas com alguma relação com a Rede-SC) possibilitou uma aproximação aos problemas enfrentados pelos Pontos de Cultura do estado.

E é a partir deste convívio com alguns ponteiros catarinenses que se constituem as relações que possibilitam o terceiro ponto de inflexão do percurso de pesquisa - a entrada na equipe de formação do Pontão Catarina a convite de Rafaela Catarina Kinas, coordenadora da meta de formação do Pontão Catarina e colega de trabalho na equipe do CCSC. Considerando que este coletivo, selecionado através de edital do MinC, tem como missão institucional a atuação em prol da articulação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, a entrada para a **equipe do pontão** - que ocorreu em **dezembro de 2024** - trouxe repercussões importantes para a tese⁶⁷ (CULTURA CATARINA, 2025a). O Pontão Catarina foi selecionado através de edital nacional lançado em 2023 (BRASIL, 2023b). Essa participação só foi possível graças a um conjunto de contingências. Houve, por exemplo, um atraso significativo⁶⁸ nas ações do Pontão Catarina, as quais tinham seu início previsto para março de 2024, o que provou novamente uma necessidade de recomposição da equipe. Também meu interesse de pesquisa na Rede-SC foi um dos fatores levados em consideração para o convite do Pontão. Além

⁶⁶ Biguaçu, São José, Palhoça. Laguna, Pescaria Brava, José Boiteux, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, Brusque, Itajaí, Lages, Criciúma, Praia Grande e Chapecó

⁶⁷ Consequentemente, este terceiro ponto é, provavelmente, aquele que apresenta a tomada de decisão na qual o peso das implicações na pesquisa foi mais determinante.

⁶⁸ Este atraso foi motivado por atrasos dos repasses do próprio MinC. Conforme será descrito no item de análise dos resultados, o atraso é um dos dados importantes desta tese, tendo aparecido em relação com os processos articulatórios da Rede-SC que lhe são pertinentes.

disso, o calendário de viagens da equipe de formação exigia uma flexibilidade maior de seus componentes.

Participar da equipe de formação do Pontão Catarina possibilitou um acesso muito mais próximo aos processos de articulação da Rede-SC. Entre os momentos de mais intensa convivência, pode-se apontar as três mini-teias realizadas (Chapecó, Criciúma e Araquari/Joinville), e o Encontro de Formação dos Agentes Cultura Viva (Lages-SC), todos realizados durante os finais de semana, com programação que se estendia das sextas-feiras aos domingos. Após a janela de coleta de dados, entre julho e agosto de 2025, participei ainda do Encontro de Alinhamento da Equipe do Pontão (Rodeio), realizado no mesmo formato dos encontros anteriores, e do III Fórum da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina (Florianópolis), realizado em dois dias de intensas atividades.

Às ações de formação em Políticas Públicas e Instrumentos de Fomento que ajudei a conduzir nas mini-teias - denominadas, no projeto do Pontão Catarina, de ‘aulas magnas’ - somam-se ainda três ciclos de formação realizados de forma *online*, nos quais assumi parte das tarefas referentes à mesma temática. Essas tarefas incluíram reuniões de alinhamento, produção de materiais, elaboração de plano da formação, a condução das formações (4h divididas em dois encontros por ciclo). Para mais, compor a equipe do pontão possibilitou o acesso a reuniões *online* de alinhamento da equipe do Pontão - incluindo as do grupo de trabalho (GT) de formação. Além disso, possibilitou o acesso às reuniões, GTs e aos grupos de *Whatsapp* utilizados para a articulação da Rede-SC, das mini-teias realizadas e do fórum. Para mais, essa aproximação possibilitou canais de validação de ideias, informações e pressupostos que vinham sendo trabalhados na tese.

Em termos de Teoria do Discurso Político (TDP), as posições de sujeito que ocupei ao longo da pesquisa - e, de modo decisivo, a participação na equipe do Pontão Catarina - não podem ser tratadas como simples ‘papéis’ agregados a uma identidade prévia e fixa; elas integram processos articulatórios que reconfiguram a própria identidade do pesquisador. Em Laclau e Mouffe (2015a, p. 178–179), articulação é precisamente a prática que estabelece relações entre elementos “de tal modo que a sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória”; o conjunto estruturado que daí emerge é significado como o discurso, e as posições diferenciais a ele articuladas tornam-se momentos.

Obviamente que o caráter relacional da identidade de todo pesquisador independe da assunção de novas funções, ‘papéis’ ou posições de sujeito durante a pesquisa, e que - dessa forma - transformar-se enquanto sujeito durante a trajetória de pesquisa não é prerrogativa de uma trajetória ou outra em específico. Assim, os marcos descritos e arbitrariamente

escolhidos constituem apenas uma tentativa de condensar a explicação dos processos de rearticulação das ancoragens de minha própria identificação durante a pesquisa (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Entretanto, as implicações são, aparentemente, diretas: ao transitar da posição de observador para a de formador e articulador junto ao Pontão, não apenas adicionei uma função, mas atravessei um ponto de sutura discursiva.

Esse deslocamento é inteligível porque, na TPD, a categoria de sujeito é atravessada pela mesma precariedade e ausência de fechamento que marca toda identidade discursiva; a dispersão de posições de sujeito não se resolve nem por uma exterioridade unificadora qualquer, nem por um pluralismo de papéis simplesmente somáveis, mas por sobredeterminações que tornam a articulação hegemônica possível (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 198–199). Ao mesmo tempo, a passagem para o ‘lado de dentro’ do fazer-rede aproxima o pesquisador de cadeias equivalenciais que, ao expandirem-se, consolidam identidades e intensificam fronteiras frente a ‘outros’ percebidos como exterioridade na dinâmica constitutiva do antagonismo e da própria consolidação identitária em lutas democráticas (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 271). Isso ajuda a explicar por que certas decisões metodológicas e afetivas - como ocupar uma função de formação no Pontão - atuaram performativamente na (re)produção de uma identidade investigativa-militante, na qual ‘o político’ não é exterior, mas condição da objetividade e da identificação (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015; LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Em vista do exposto, o ganho analítico mais promissor não reside em compor uma imagem ‘complementar’ dos dados coletados a partir de cada posição de sujeito, mas precisamente em tomar as fraturas e articulações entre eles como dado teórico privilegiado. Os atritos, desencontros, faltas e contradições que emergem das passagens entre o ‘pesquisador’, o ‘conselheiro’, o ‘membro do Comitê’ e o ‘formador do Pontão’ não são ruídos a serem eliminados por uma síntese analítica. Ao contrário, são evidências da dinâmica política de um campo discursivo no qual identidades se deslocam, fronteiras se reconfiguram e sentidos permanecem em disputa. Assumir essa perspectiva implica, assim, numa tentativa de leitura da heterogeneidade como expressão dos antagonismos constitutivos da realidade social e, portanto, como terreno da explicação crítica. Em outras palavras, não se trata de cercar os fatos e acontecimentos, como nos sugerem as disseminadas técnicas de avaliação e pesquisa 360°, mas de cultivar metodologicamente a tensão entre as diferentes formas pelas quais esses fatos são significados. É nessa tensão que se torna proeminente a gramática política que deu forma à presente pesquisa (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

4.3 PESQUISA DE CAMPO E REGISTROS ETNOGRÁFICOS

Acerca dos procedimentos para a coleta de dados, Denzin e Lincoln (2006, p. 17) descrevem que “a abordagem qualitativa emprega o uso e a coleta de um conjunto variado de materiais empíricos, os quais descrevem momentos e sentidos rotineiros e problemáticos da vida social” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). A posição acerca do caráter constitutivo que os processos de produção de significado têm para o social já foi anteriormente desenvolvida. Para fins desta pesquisa, “os significados sociais são contextuais, relacionais e contingentes” (NASCIMENTO, 2021, p. 38). Isso implica em possibilidades bastante variadas de procedimentos para a coleta de dados de pesquisa. Nesse sentido, o processo de pesquisa com viés pós-estruturalista tende a assumir uma compreensão hermenêutica dos processos para coleta de dados (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

A pesquisa de campo realizada teve **duração** de cerca de **2 anos e 6 meses**, tendo seu marco de início em **janeiro de 2023** e seu encerramento oficial em **junho de 2025**. A pesquisa utilizou a combinação de uma série de mecanismos de coleta, com destaque para as técnicas de: **observação participante** de eventos presenciais e *online*, a **pesquisa documental** de dados secundários, e a realização de **entrevistas complementares**. Também foram realizadas exposições das ideias desta pesquisa para validação junto aos ponteiros, tanto em conversas informais, quanto na ocasião do Encontro da Equipe do Pontão Catarina realizado no Ponto de Cultura Biblioteca Rural entre os dias 18 e 20 de julho, em Rodeio (SC), após o fechamento da coleta de dados no campo.

4.3.1 Observações e Observações Participantes

Jaccoud e Mayer (2008, p. 254) defendem que “de modo geral, a observação dos fenômenos, qualquer que seja sua natureza, constitui o núcleo de todo pensamento científico”. Para Jaccoud e Mayer (2008, p. 255), a observação,

se harmoniza com uma sociologia que coloca no centro de seu objeto de estudo, não fatos constituídos, à maneira de Durkheim, mas sim ações coletivas e processos sociais que podem ser em parte apreendidos por meio de interações diretas, cuja significação - cabe não negligenciar - não determinada previamente”.

Para Vidich e Lyman (2006, p. 50), “[...] exige tanto o ato de observar quanto o de comunicar a análise dessas observações aos outros”. Angrosino e Perez (2000) compreendem que a observação tem sido caracterizada como base para praticamente todos os métodos de investigação nas ciências sociais e comportamentais, o que se aprofunda nos momentos

exploratórios de pesquisa. Nesse sentido, Nascimento (2021) destaca que “os pesquisadores destas áreas costumam recorrer à observação para análise de linguagem corporal e outros gestos que podem contribuir com a pesquisa efetuada” e, ao mesmo tempo, serem apreendidos a partir do método. Paterson, Bottorff e Hewat (2003) levantam que a observação participante tem sido utilizada para coletar dados que não são facilmente acessados por outros métodos. Como exemplo disto, Nascimento (2021, p. 40) destaca os processos psíquicos, na medida em que “esta experiência possibilita aos pesquisadores adentrarem nos bastidores, naquilo que geralmente é escondido, estranho a outros métodos”.

A observações e observações participantes consistiram no principal mecanismo de coleta de dados e informações durante a pesquisa realizada. Tais observações foram registradas em cadernos de campo físicos *in locu*, sempre que possível. Também foram utilizadas planilhas de registro na plataforma *Google Docs*. Os principais eventos observados aparecem no Quadro 2. A última coluna discrimina as observações não-participantes (sem função) das observações-participantes. O roteiro das observações está disponível nos Apêndices do trabalho.

Quadro 2 - Relação dos 100 principais eventos observados

(continua)

Nº	Data	Evento	Local	Função
1	16/03/23	Plenária Comitê LPG-SC	<i>online</i>	Não houve (pesquisador)
2	18/05/23	Reunião de Apresentação do Formulário de Oitivas da LPG	<i>online</i>	Não houve (pesquisador)
3	06/06/23	Plenária Comitê LPG-SC	<i>online</i>	Não houve (pesquisador)
4	10/06/23	Arraiá do Baiacu	Sede da Associação Cultural Baiacu de Alguém	Não houve (pesquisador)
5	13/06/23	Oficina Sobre a Aplicação da LPG da FCC	ALESC	Não houve (pesquisador)
6	16/06/23	Reunião da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina com João Pontes	Instituto Arco-Íris	Não houve (pesquisador)
7	19/06/23	Sessão de Escuta da FCC c/ Pontos de Cultura (LPG)	<i>online</i>	Não houve (pesquisador)
8	18/07/23	Audiência Pública da LPG para o Audiovisual (FCC)	<i>online</i>	Não houve (pesquisador)
9	16/08/23	Audiência Pública da LPG para as Demais Áreas (FCC)	<i>online</i>	Não houve (pesquisador)
10	23/10/23 a 25/10/23	10ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis	Auditório da CESUSC - Florianópolis	Representante Eleito

11	09/12/23	Trama Cultural na Ponta do Sambaqui	Ponta do Sambaqui - Florianópolis	Não houve (pesquisador)
12	08/01/24	Reunião ordinária do CMPCF	online	Conselheiro
13	15/01/24	Reunião extraordinária do CMPCF	online	Conselheiro
14	22/01/24 a 24/01/24	4ª Conferência Estadual de Cultura	Teatro do CIC - Florianópolis	Delegado do CMPCF
15	05/02/24	Reunião ordinária do CMPCF		
16	15/02/24	Reunião de Alinhamento da Equipe do CCSC	Sede do SINTRASEM - Florianópolis	Colaborador do projeto
17	28/02/24	Reunião com Zena Becker (Secretária) sobre a PNAB	Escola Silvério de Souza	Conselheiro
18	04/03/24	Reunião ordinária do CMPCF	online	Conselheiro
19	15/03/24	Ato Pela Cultura	Largo da Alfândega	Não houve (pesquisador)
20	01/04/24	Reunião ordinária do CMPCF	online	Conselheiro
21	17/04/04	Plenária Comitê LPG-SC	online	Não houve (pesquisador)
22	08/04/24	Reunião extraordinária do CMPCF	online	Conselheiro
23	06/05/24	Reunião ordinária do CMPCF	online	Conselheiro
24	08/05/24	Sessão de Oitiva da PNAB (Lagoa da Conceição)	Casa das Máquinas - Florianópolis	Conselheiro
25	13/05/24	Sessão de Oitiva da PNAB (Monte Cristo)	Centro de Convivência Novo Horizonte - Florianópolis	Conselheiro
26	14/05/24	Sessão de oitiva da PNAB (Tapera)	Escola do Futuro - Florianópolis	Representante do CMPCF na mesa
27	15/05/24	Sessão de oitiva da PNAB (centro)	Auditório da Prefeitura - Florianópolis	Conselheiro
28	17/05/24	Reunião de Escuta Ampliada da FCC junto a Pontos de Cultura (PNAB)	online	Não houve (pesquisador)
29	21/05/24	Reunião da Comissão de Elaboração do PAAR de Florianópolis (PNAB)	Sede da Fundação Franklin Cascaes - Florianópolis	Representante do CMPCF
30	24/05/24	Reunião da Comissão de Elaboração do PAAR de Florianópolis (PNAB)	Sede da Fundação Franklin Cascaes - Florianópolis	Representante do CMPCF
31	27/05/24	Reunião da Comissão de Elaboração do PAAR de Florianópolis (PNAB)	Sede da Fundação Franklin Cascaes - Florianópolis	Representante do CMPCF

32	28/05/24	Reunião da Comissão de Elaboração do PAAR de Florianópolis (PNAB)	Sede da Fundação Franklin Cascaes - Florianópolis	Representante do CMPCF
33	03/06/24	Reunião ordinária do CMPCF	Silveira de Souza	Conselheiro
34	25/06/24	Reunião da Rede-SC	<i>online</i>	Não houve (pesquisador)
35	01/07/24	Reunião ordinária do CMPCF	<i>online</i>	Conselheiro
36	20/07/24	1º Encontro Multicultural Latino Americano - 20 anos Cultura Viva	Sede da Associação Baiacu de Alguém	Membro do CCSC
37	29/07/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	Sede da Fundação Franklin Cascaes - Florianópolis	Representante do CMPCF
38	30/07/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	Sede da Fundação Franklin Cascaes - Florianópolis	Representante do CMPCF
39	02/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
40	05/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
41	05/08/24	Reunião ordinária do CMPCF	<i>online</i>	Conselheiro
42	08/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
43	09/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
44	12/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
45	13/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
46	16/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	Sede da Fundação Franklin Cascaes - Florianópolis	Representante do CMPCF
47	19/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
48	23/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
49	26/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
50	30/08/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF

51	02/09/24	Reunião ordinária do CMPCF	<i>Silveira de Souza</i>	Conselheiro
52	03/09/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
53	03/09/24	Curso de Pareceristas PNAB/PNCV	<i>online</i>	Nao houve (pesquisador)
54	04/09/24	Curso de Pareceristas PNAB/PNCV	<i>online</i>	Nao houve (pesquisador)
55	05/09/24	Curso de Pareceristas PNAB/PNCV	<i>online</i>	Nao houve (pesquisador)
56	09/09/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	<i>online</i>	Representante do CMPCF
57	10/09/24 a 13/09/24	1º Jornada de Capacitação do CCSC - editais PNAB	<i>online</i>	Membro do CCSC
58	10/09/24	Curso de Pareceristas PNAB/PNCV	<i>online</i>	Nao houve (pesquisador)
59	11/09/24	Curso de Pareceristas PNAB/PNCV	<i>online</i>	Nao houve (pesquisador)
60	12/09/24	Curso de Pareceristas PNAB/PNCV	<i>online</i>	Nao houve (pesquisador)
61	13/09/24	Reunião da Comissão de Elaboração de Editais da PNAB de Florianópolis	Sede da Fundação Franklin Cascaes - Florianópolis	Representante do CMPCF
62	17/09/24	Curso de Pareceristas PNAB/PNCV	<i>online</i>	Nao houve (pesquisador)
63	18/09/24	Curso de Pareceristas PNAB/PNCV	<i>online</i>	Nao houve (pesquisador)
64	07/10/24	Reunião ordinária do CMPCF	<i>online</i>	Conselheiro
65	04/11/24	Reunião ordinária do CMPCF	<i>Silveira de Souza</i>	Conselheiro
66	04/11/24 e 05/11/24	2ª Jornada de Capacitação em Projetos - editais PNAB	<i>online</i>	Membro CCSC
67	13/11/24	Oficina Pontão + Comitê - Editais PNAB/PNCV da FCC	<i>online</i>	Membro CCSC
68	26/11/24	Formação PNAB Quilombo São Roque	<i>online</i>	Membro CCSC
69	27/11/24	Oficina Pontão + Comitê - Editais PNAB/PNCV da FCC	<i>online</i>	Membro CCSC
70	09/12/24	Reunião ordinária do CMPCF	<i>online</i>	Conselheiro
71	20/01/25	Reunião ordinária do CMPCF	<i>online</i>	Conselheiro
72	22/01/25	Formação PNAB (Comunidade Laklanô Xokleng)	José Boiteux	Membro CCSC
73	23/01/25	Formação PNAB (Comunidade Guarani Nbya)	Morro dos Cavalos	Membro CCSC
74	23/01/25	3ª Jornada de Capacitação em Projetos	<i>online</i>	Membro CCSC
75	24/01/25 a 26/01/25	1º Encontro Pontão Catarina	Lages	Equipe Pontão
76	03/02/25	Reunião ordinária do CMPCF	<i>online</i>	Conselheiro
77	04/02/25	Reunião GT Mapeamento Pontão	<i>online</i>	Equipe Pontão
78	06/02/25	Reunião Organização Mini-teia Oeste/Serra	<i>online</i>	Equipe Pontão

79	06/02/25	Reunião de Alinhamento da Equipe de Formação do Pontão	online	Equipe Pontão
80	11/02/25	Reunião Organização Mini-teia Oeste/Serra	online	Equipe Pontão
81	10/03/25	Reunião ordinária do CMPCF	online	Conselheiro
82	14/02/25 a 16/02/25	Mini-teia Oeste/Serra	Chapecó	Equipe Pontão
83	10/03/25	Início do 1º Ciclo de Formação do Pontão Catarina (10, 11, 12, 13, 17, 18, 19 e 20/03/25)	online	Equipe Pontão
84	24/03/25	Assembleia do Coletivo Conselhos em Rede-SC	online	Representante do CMPCF
85	04/04/25 a 06/04/25	Mini-teia Norte/Vale	Araquari/Joinville	Equipe Pontão
86	17/04/25	Reunião de Preparação para Audiência Pública sobre a PNAB	online	Membro CCSC
87	22/04/25	Início do 2º Ciclo de Formação do Pontão Catarina (22, 23, 24, 25, 28 e 29/04)	online	Equipe Pontão
88	05/05/25	Reunião ordinária do CMPCF	online	Conselheiro
89	07/05/25	Assembleia Rede-SC	online	Equipe Pontão
90	08/05/25	Reunião Movimento Ocupa Cultura no Instituto Arco-Íris	Instituto Arco Íris	Não houve (pesquisador)
91	13/05/25	Audiência Pública da PNAB em Sc	ALESC	Membro CCSC
92	23/05/24	Circula Cultura Viva MinC em SC	online	Equipe Pontão
93	28/05/25	Assembleia Rede-SC	online	Equipe Pontão
94	02/06/25	Reunião ordinária do CMPCF	online	Conselheiro
95	06/06	Mini-teia Sul/Grande Florianópolis	Criciúma	Equipe Pontão
96	11/06/25	Assembleia Rede-SC	online	Equipe Pontão
97	17/06/25	Assembleia Rede-SC	online	Equipe Pontão
98	23/06/25	Início do 3º Ciclo de Formação do Pontão Catarina (23, 24, 26 e 27/06/25)	online	Equipe Pontão
99	25/06/25	Reunião de Escuta Ampliada da FCC junto a Pontos de Cultura (PNAB)	online	Equipe Pontão
100	26/06/25	Formação no Quilombo Terra do Micuim	Pescaria Brava	Membro do CCSC

Fonte: elaborado pelo autor

4.3.2 Análise Documental

O documento escrito constitui fonte de altíssimo valor para a pesquisa em ciências sociais e, não raro, permanece como o único testemunho de atividades ocorridas em passado recente (CELLARD, 2008, p. 295). Tradicionalmente, a noção de documento aplicava-se quase exclusivamente a textos, em particular a arquivos oficiais. A história social, entretanto, ao privilegiar uma abordagem mais abrangente e contemporânea, ampliou significativamente esse conceito, compreendendo como documento tudo aquilo que serve de testemunho ou fonte, incluindo textos escritos, materiais iconográficos e cinematográficos, bem como quaisquer outros tipos de registros (CELLARD, 2008; GONSALVES, 2023).

A análise documental seguiu uma estratégia orientada por dois eixos. De um lado, foram analisados os documentos oficiais relacionados à operacionalização dos processos de implementação em análise. Neste eixo estratégico, os principais documentos analisados foram: a) as leis, decretos, instruções normativas e portarias referentes à PNCV, à LPG e à PNAB publicadas pelo MinC; b) os editais estaduais⁶⁹ da LPG e da PNAB publicados pela FCC; c) os editais municipais⁷⁰ da LPG e da PNAB publicados pelos órgãos gestores das Prefeituras dos municípios de Santa Catarina; d) os documentos de registro de sessões de escuta e audiências públicas relativas à implementação da LPG e da PNAB; e) atas e registros de outros espaços de debate sobre as políticas culturais, tais como conferências, assembleias e reuniões do CEC-SC e dos conselhos municipais.

No que diz respeito a outras fontes de dados secundários, sublinha-se que estes foram provenientes de variados canais, tais como: notícias, informes, cartilhas, materiais produzidos por coletivos culturais e pesquisas. A primazia foi concedida às produções e espaços que representavam a voz ou os sentidos atribuídos por atores envolvidos com a Rede-SC e com o programa Cultura Viva de maneira geral. Essa arbitrariedade alinha-se ao posicionamento anteriormente explicitado. Outro ponto a ser destacado foi a importância do exercício de resgate das produções de pesquisadores da área dos EOR, a partir das quais surgiram diversos apontamentos teóricos e empíricos, além de indicações relevantes sobre o histórico de institucionalização do campo da cultura.

⁶⁹ Todos os editais estaduais da LPG e da PNAB publicados pela FCC entre 2023 e 2025 foram analisados.

⁷⁰ Foram analisados cerca de 15 editais municipais da LPG. Quanto aos editais municipais da PNAB, realizei junto à equipe do CCSC um levantamento das publicações que ocorriam entre abril e outubro de 2024. Dos cerca de 170 editais lançados no período e identificados no exercício. O levantamento está disponível no link: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1vVg_jjesq9Gu3bo-ee_YvgvyFQjC21bdDRA6TLBdX8Y/edit?usp=sharing

A coleta de arquivos e documentos se deu simultaneamente à observação participante e foi conduzida de forma sistemática ao longo da pesquisa. Para tanto, além das fontes oficiais de notícias da implementação da LPG e da PNAB, foram monitorados grupos de *WhatsApp* e perfis de diferentes pessoas e organizações no *Instagram*. O Quadro 3 distribui os principais grupos de *WhatsApp* que acompanhei durante a pesquisa, distribuídos em quatro categorias, de acordo com o seu escopo. Em negrito, aparecem os grupos que se destacaram pelo conjunto de informações e questões pertinentes à análise realizada.

Quadro 3 - Grupos de *WhatsApp* acompanhados durante a pesquisa

Rede de Pontos de Cultura de SC	Campo da Cultura em SC (geral)	Campo da Cultura em Florianópolis	Comitê de Cultura de SC
GA Rede Cultura Viva; GA Grande Florianópolis e Sul; GA Contestado; GA Grande Florianópolis; GA Norte e Vales; GA Oeste e Planalto Serrano; Pontões SC; Formação Pontão Catarina	Conselhos em Rede-SC ; Operativa Conselhos em Rede-SC, Setoriais de Música de Santa Catarina; Ato Pela Cultura ; Operativa Conselhos em Rede; Força Tarefa PNAB SC	Setorial do Hip Hop; Setorial Música Org.; Setorial Música Geral; Notícias Música Florianópolis CMPCF; CMPCF - Sociedade Civil; Lei Aldir Blanc (Comissão de Elaboração de Editais Municipais PNAB); Comissão PNAB CMPCF ; PNAB/Fpolis 24 (Rep. do CMPCF)	GT Metodologia, Formação e Apoio a Projetos; Indígenas e CCSC; Agentes Territoriais de Cultura e CCSC; Movimento Negro e Quilombola e CCSC

Fonte: elaborado pelo autor

4.3.3 Entrevistas Complementares

Conforme destaca Angrosino (2014), as entrevistas são uma consequência lógica de uma pesquisa etnográfica que decorre da observação, geralmente realizada de forma aberta e em profundidade e ocorre junto a pessoas que se tornaram próximas do pesquisador (GONSALVES, 2023). As entrevistas realizadas tiveram um caráter complementar na coleta de dados de pesquisa. Foram direcionadas a três grupos focais distintos: gestores, pessoas com trajetória na Rede-SC e pessoas recém articuladas à Rede-SC.

Foram entrevistas com 9 entrevistados distintos, sendo 3 entrevistados de cada grupo (alguns entrevistados também ocupam mais de uma posição de sujeito). Dessas entrevistas,

três foram registradas a partir de anotações em diário de campo e outras sete foram gravadas mediante autorização e consentimento dos entrevistados. Cada entrevista durou, em média, 45 minutos. No total, as entrevistas gravadas somaram cerca de 5h de gravação e a transcrição de seu conteúdo foi realizada com ajuda da ferramenta *Clipto*. Aos entrevistados foram atribuídos nomes fictícios para fins de exposição do trabalho.

Como destaca Gonçalves (2023, p. 90) a entrevista etnográfica pode fluir como uma conversa, possibilitando espaço para digressões, as quais “podem abrir novos caminhos de investigação que o pesquisador originalmente não havia considerado”. Nessa dinâmica, “o entrevistado ajuda o pesquisador a compreender o significado, explorar nuances e identificar áreas cinzentas que podem passar despercebidas na observação”. A condução das entrevistas partiu de perguntas derivadas das questões formuladas e dispostas nos **Apêndices**, buscando um enfoque nos temas que permaneciam em aberto, por explorar, ou com dados considerados inconsistentes até então.

Quadro 4 - Relação dos Entrevistados

Nome Fictício	Grupo Focal	Perfil	Data entrevista	Duração	Registro
Ademar	Ponteiros c/ trajetória	Articulador histórico da Rede-SC, antigo representante da Rede-SC no CNPC	22/07/25	1h	Gravação
Andrea	Ponteiros c/ trajetória	Coordenadora de Ponto de Cultura da Região da Gde. Florianópolis	22/07/25	30min	Gravação
Miranda	Ponteiros c/ trajetória	Representante de Ponto de Cultura catarinense credenciado antes de 2010	22/06/25	1h	Caderno de Campo
Juliana	Gestores (MinC)	Gestora do com função a nível do estado de SC no MinC	28/05/25	1h	Gravação
Felipe	Gestores ⁷¹ (MinC)	Gestor com função a nível do estado de SC no MinC	15/08/25	1h	Gravação
Milena	Gestores (FCC/MinC)	Gestora vinculada ao PNCV	03/06/25	45min	Gravação
Larissa	Ponteiros Inexperientes	Ponteira Recém Articulada à Rede-SC	02/06/25	1h	Gravação
Lucas	Ponteiros Inexperientes	Agente Cultura Viva	04/06/25	45min	Gravação
Antonia	Ponteiros Inexperientes	Ponteira recém articulada à Rede-SC	09/06/25	45min	Caderno de Campo

Fonte: elaborado pelo autor

⁷¹ Além de gestor, identifica-se como ponteiro

4.3.4 Operacionalização da análise da pesquisa

Este capítulo procurou apresentar as dimensões fundamentais da operacionalização da análise realizada nesta pesquisa, explicitando os caminhos pelos quais a investigação empírica e teórica foi construída e articulada. Buscou-se demonstrar como a combinação entre a Teoria Política do Discurso (TPD) e o método etnográfico orientou a definição do campo, a produção do material empírico e a construção analítica das disputas em torno do processo de institucionalização da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) em Santa Catarina. A arena de investigação foi definida tomando como base a compreensão do campo da cultura como um espaço relacional e politicamente disputado, no qual se articulam políticas públicas, organizações culturais, atores estatais, etc. Essa delimitação permitiu reconhecer o caráter multi-situado do campo empírico e a necessidade de acompanhar a política em movimento a partir de diferentes espaços de interação e decisão.

Também foram apresentados o posicionamento do pesquisador e a dimensão reflexiva da etnografia, numa busca por evidenciar como a inserção no campo e os deslocamentos de posição ao longo da pesquisa constituíram elementos centrais para a produção e interpretação do material empírico. A análise reconhece, assim, a não neutralidade do pesquisador e a implicação de sua trajetória nos processos observados. No que diz respeito às principais estratégias de produção do material empírico, destaca-se a observação etnográfica, as entrevistas em profundidade e a análise documental como práticas complementares, tratadas não como técnicas isoladas, mas como modos articulados de acesso às práticas discursivas e organizacionais em curso. Os apêndices da pesquisa apresentam materiais complementares, como pré-roteiros de entrevistas e de observação utilizados como base para a coleta e sistematização de dados.

Por fim, foram explicitados os procedimentos analíticos adotados, ressaltando a construção da análise a partir de episódios etnográficos, a atenção à temporalidade dos processos e a articulação entre empiria e conceitos da TDP. Essa abordagem permitiu compreender a institucionalização da PNCV como um processo contingente, marcado por disputas, sedimentações e reativações de sentidos, que se expressam simultaneamente nos discursos, nas práticas políticas e nas práticas sociais. Retomando os elementos do quadro analítico-conceitual apresentado ao final do capítulo anterior (**Quadro 1**), a estratégia metodológica delineada neste capítulo se organiza de modo a articular os conceitos de sedimentação, ativação, antagonismo, hegemonia e contra-hegemonia às práticas políticas, organizacionais e sociais observadas em campo. Tal articulação permite compreender como as

disputas de sentido emergem no processo de institucionalização do campo da cultura, sendo operacionalizadas por meio da análise etnográfica, da observação participante, da análise documental e das entrevistas complementares. A utilização do quadro analítico anteriormente apresentado não se restringe a uma ferramenta de síntese, mas atua como guia interpretativo que sustenta a leitura das práticas e discursos da Rede-SC no contexto de implementação da LPG e da PNAB, visando conferir aderência teórica e consistência empírica à análise proposta.

A operacionalização da análise desta tese combina a TDP e o método etnográfico para apreender, de forma articulada, os diferentes níveis em que se produzem as disputas em torno da institucionalização da PNCV em Santa Catarina, especialmente no contexto de implementação da LPG e do primeiro ciclo da PNAB. O quadro analítico-conceitual orienta essa operacionalização ao estruturar a análise em três planos interdependentes, permitindo captar práticas organizacionais e sociais cotidianas. No plano do regime ou formação discursiva, a análise incide sobre o campo da cultura, examinando o contexto de implementação da PNAB e da LPG como um espaço de disputa por sentidos. Nesse nível, investigam-se os discursos que estruturam o campo, os processos de institucionalização e as tentativas de estabilização hegemônica, bem como as contra-hegemonias que emergem a partir de diferentes atores. Conceitos como discurso, estruturação, hegemonia e contra-hegemonia permitem compreender como determinados significados sobre cultura, política pública e participação social buscam se fixar como referências legítimas.

No plano das práticas políticas, o foco empírico desloca-se para a Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, entendida como um espaço privilegiado de articulação e disputa. A análise etnográfica das práticas organizacionais da Rede permite identificar processos articulatórios nos quais se confrontam diferentes projetos de institucionalização da PNCV. Nesse nível, são mobilizados conceitos centrais da TPD, como antagonismo, articulação, ponto nodal, deslocamento e significante vazio, possibilitando analisar como os sentidos de organização, cultura e gestão compartilhada são disputados, reconfigurados e temporariamente estabilizados nas relações entre a Rede, o Estado e outros atores do campo cultural.

Por fim, no plano das práticas sociais, a atenção se volta aos processos cotidianos associados à implementação da LPG e da PNAB e seus impactos na PNCV, captados por meio da imersão etnográfica. Esse nível permite observar como os sentidos discursivos se materializam, se sedimentam ou são reativados nas práticas sociais concretas, revelando dinâmicas de institucionalização que não se reduzem aos marcos normativos. Conceitos como

sedimentação, ativação, estruturação e institucionalização são acionados para compreender como hegemonias e contra-hegemonias se expressam nas experiências vividas, nos conflitos, nas negociações e nos arranjos práticos que conformam a política no território.

5. A QUESTÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DA CULTURA NO BRASIL

Este capítulo objetiva realizar uma análise das dimensões histórica e política do processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil no contexto da LPG e da PNAB, sendo, portanto, construído em referência ao primeiro objetivo específico da tese. Sendo assim, o presente capítulo não tem por objetivo realizar uma revisão histórica exaustiva do processo de institucionalização do campo das políticas culturais no Brasil, mas sim, desenvolver uma análise das principais tensões e conflitos que atravessam a institucionalização da PNCV no contexto implementação da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Estudos que propõem análises da trajetória das políticas públicas culturais brasileiras (RUBIM, 2007; SIMÕES; VIEIRA, 2010) e do processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019) já foram publicados e subsidiam a análise aqui proposta.

Foram identificados três marcos importantes para o recorte desta pesquisa - a emergência das políticas de fomento indireto dos anos 1990, a emergência do Programa Nacional Cultura Viva e seu contexto nos anos 2000, e a alteração na estrutura de fomento à cultura que ocorre a partir dos dispositivos da LAB I, da LPG e da PNAB. Para cada um destes marcos, na sequência desta seção inicial, é reservado um subitem específico. Conforme procuro argumentar, na medida em que se vinculam a processos de reativação de categorias e sentidos anteriormente sedimentados, estes ‘momentos-chave’ do processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil são nevrálgicos para a apreensão das disputas pelos sentidos de cultura e organização protagonizadas pela Rede-SC (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

No Brasil, as políticas públicas de cultura são historicamente marcadas por um conjunto de características estruturantes que revelam não apenas fragilidades institucionais, mas também um caráter centralizado e efêmero, orientado pela reprodução de lógicas excludentes e hierarquizantes no trato com a diversidade cultural do país. (BARBALHO, 2007; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; NASCIMENTO, 2021; RUBIM, 2007a, 2007b). Rubim (2007a, 2015) identifica três "tristes tradições" que atravessam a constituição discursiva das políticas culturais brasileiras: a ausência, o autoritarismo e a instabilidade.

O primeiro termo se refere à histórica marginalização da cultura como dimensão estratégica das políticas públicas, frequentemente tratada como acessória ou decorativa, sem orçamento adequado, prioridade institucional ou articulação intersetorial. Essa omissão estatal

contribuiu para a sedimentação de sentidos em um campo discursivo marcado por descontinuidades, pela precariedade laboral, pela informalidade e por relações paternalistas e de patronato, dificultando a construção de políticas de Estado voltadas à cultura (RUBIM, 2007a; NASCIMENTO, 2021). A segunda tradição identificada por Rubim (2007a) - o autoritarismo - remete ao modo centralizado, verticalizado e tecnocrático com que o Estado brasileiro historicamente formulou e implementou suas ações e políticas culturais.

Mesmo em contextos democráticos, observa-se a persistência de lógicas decisórias pouco permeáveis à participação social efetiva e ao reconhecimento das multiplicidades culturais que compõem o país (BARBALHO, 2007). Esse padrão autoritário de gestão cultural está fortemente vinculado à tradição eurocêntrica que organiza o campo cultural brasileiro, conforme apontam autores como Lander (2005) e Quijano (2000), na medida em que privilegia expressões artísticas e patrimoniais de matriz europeia - consideradas ‘cultas’, ‘eruditas’ e ‘universais’ - em detrimento das manifestações oriundas de povos indígenas, afrodescendentes, comunidades periféricas e grupos populares⁷². Com isso, entre os desdobramentos da tradição autoritária, está o caráter centralizado e desigual das políticas culturais, o qual remete novamente à supracitada exclusão histórica de uma série de organizações culturais e de formas de produção artística e cultural da esfera da institucionalidade (BRIZUELA, 2022; CANCLINI, 2022; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; NASCIMENTO, 2021).

Por fim, a instabilidade, expressa-se na descontinuidade das ações a cada mudança de governo ou de orientação política. A ausência de políticas de longo prazo, associada à fragilidade institucional dos órgãos de cultura, compromete a efetividade das políticas públicas e acentua desigualdades regionais e estruturais. Essa instabilidade foi historicamente agravada pela falta de mecanismos de governança democrática e pelo frágil enraizamento dos princípios da diversidade cultural e da equidade nas estruturas do Estado. Nesse sentido, vincula-se às tradições anteriores, derivando de fatores como descontinuidades⁷³, fragilidades

⁷² Pode-se argumentar que a colonialidade do saber, tal como formulada por Quijano (2000), opera aqui como um filtro epistemológico que define o que é reconhecido como cultura legítima e, portanto, digno de financiamento e visibilidade.

⁷³ Acerca destas descontinuidades, pode-se trazer alguns desdobramentos ainda presentes. Trazendo evidências dos marcos da descontinuidade no período recente, Barbalho (2018) identificou que entre 2016 e 2018 as políticas de cultura se caracterizam por uma reaproximação com pautas e pressupostos de reformas neoliberais, promovendo um enfraquecimento da participação política e democrática nos temas concernentes à cultura.

institucionais⁷⁴ e períodos de intensa repressão política (BARBALHO, 2007; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; RUBIM, 2015).

A pesquisa realizada por Simões e Vieira (2010) sobre o papel do Estado e do mercado na formação do campo da cultura no Brasil entre os anos de 1920 e 2002 também nos fornece valiosas informações acerca dos sentidos sedimentados nas práticas sociais que compõem o campo da cultura no Brasil. Identificando Estado e mercado como agentes historicamente centrais na distribuição dos papéis e na configuração do referido campo, os autores descrevem quatro configurações distintas de sua ordenação. Apesar dos limites teórico-epistemológicos da perspectiva institucionalista adotada pelos autores no estudo, a qual concebe o campo em termos de sua ‘estrutura’ (configuração), o recorte proposto parece bastante frutífero para fins da presente discussão.

No primeiro período, entre 1920 e 1945, os autores (2010) identificam uma configuração específica, a qual nomeiam ‘cultura como identidade’. Neste ínterim, com apoio do estado e de inúmeras produções culturais, literárias e artísticas, a cultura foi representada como um elemento de unificação das identidades nacionais. Acerca desta questão, a crítica de Albuquerque Jr. (2008) é elucidativa e certa ao demonstrar como o discurso da identidade nacional - frequentemente mobilizado nas políticas culturais desde então - sustenta uma concepção homogênea e excludente de cultura, pautada em matrizes eurocêtricas silenciadoras das múltiplas vozes que compõem o Brasil profundo.

Simões (2006, p. 80) ressalta que “o Papel do Estado foi central nesse período no intuito de construir os primeiros alicerces de uma estrutura administrativa e legal para a cultura brasileira”. A constituição desta estrutura possibilitou a mediação de uma relação de “interesse mútuo entre o Ministério [da Educação e Saúde Pública] e os intelectuais” (SIMÕES, 2006, p. 78). Nos termos da TDP, pode-se argumentar que o discurso da cultura como identidade nacional possibilitou a formação de uma cadeia de equivalência entre as demandas do Estado e as demandas de uma ‘elite intelectual’. Neste processo, para além de da sedimentação de um sentido particular, excludente e restritivo de cultura, observa-se a sedimentação de sentidos próprios das relações paternalistas, patriarcais e de mecenato nas práticas organizacionais, constituindo, no âmbito da administração pública, as bases daquilo que Rubim (2007b) denomina ‘política de balcão’.

⁷⁴ Canclini (2022, p. 30) afirma que “a fragilidade da institucionalização da cultura” nos países latino-americanos, vem sendo evidenciada por diversos estudos, entre os quais se destaca o realizado[#] pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, pela SEGIB, pelo Mercosul Cultural e pela UNESCO (UNESCO, 2021).

Considerada recorrente nas políticas culturais brasileiras, a ‘política de balcão’ pode ser definida pela informalidade, pelo clientelismo e pela personalização das decisões. Nesse modelo, o acesso a recursos e incentivos culturais depende menos de critérios públicos, transparentes e universais, e mais de relações pessoais, favores políticos e mediações informais entre agentes culturais e gestores públicos. Em vez de políticas de Estado estruturadas, com planejamento de longo prazo e base normativa consolidada, predomina a negociação caso a caso — como se os recursos culturais fossem distribuídos “no balcão”, a partir de pedidos individuais e relações de poder locais. Essa prática reforça desigualdades no acesso às políticas públicas e compromete a construção de sistemas democráticos e participativos de cultura (RUBIM, 2007a, 2015).

Entre 1945 e 1964, Simões e Vieira (2010) apontam para uma segunda configuração do campo, a da “cultura como ideologia”, a qual emerge ante o processo de desenvolvimento da sociedade de consumo, das discussões sobre a massificação da cultura e sobre o processo de industrialização tardia latino-americano. Simões (2006, p. 91) destaca que, no período, o Estado teve um papel importante na sedimentação de uma perspectiva desenvolvimentista da cultura, na medida em que atuava “como financiador para a manutenção de um número já considerável de organizações culturais”. De forma complementar, Simões e Vieira (2010) salientam que as mudanças tecnológicas e contingências econômicas do período levam à transformação dos processos organizacionais e de produção de um conjunto significativo de organizações a partir de pressupostos desenvolvimentistas.

Simões (2006) aponta que, entre o final da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960, com o aprofundamento das disputas políticas no Brasil, houve “uma nova mudança no campo da cultura”. Para a autora (2006, p. 23), “a efervescência político-cultural que se nutria sem dúvida da proximidade da esquerda com o poder, no interior de um projeto nacional-popular que se afirmava com a presença de João Goulart na presidência da República [...], vai refletir numa nova mudança da lógica que orienta o campo”. Como desdobramento desse contexto de disputas, uma terceira configuração é apontada por Simões (2006) e Simões e Vieira (2010) entre 1964 e 1985, identificada enquanto a da “cultura como estratégia” [de repressão].

Tal configuração é referente ao período em que as iniciativas estatais configuraram uma estrutura que promovia a cultura como elemento de repressão e de intervenção na ditadura civil-militar. Nesse contexto, o Estado intensificou sua presença no campo cultural

não apenas como fomentador, mas sobretudo como controlador da produção simbólica⁷⁵. Como observam Rubim (2007b) e Albuquerque Jr. (2009), esse controle não era meramente administrativo, mas implicava a imposição de um modelo normativo de cultura nacional, assentado em valores conservadores, moralistas e eurocêtricos, apagando a pluralidade cultural do país.

No período, consolidou-se um sentido de cultura como patrimônio da nação, submetido a um ideal homogêneo, higienista e civilizatório. As políticas públicas buscaram controlar e padronizar as manifestações culturais, promovendo uma visão de Brasil pautada por símbolos que correspondiam à ordem, ao progresso, retomando a ideia de “unidade nacional”. Assim, a cultura foi mobilizada como mecanismo de disciplinamento social, silenciando vozes dissidentes, saberes não hegemônicos e formas de expressão populares, negras, indígenas e periféricas (LANDER, 2005; QUIJANO, 2000). Além disso, como destacam Simões e Vieira (2010), esse período assistiu à construção de um campo organizacional cultural centralizado, tecnocrático e instrumentalizado pelo regime.

Em suma, pode-se argumentar que os sentidos de cultura que se sedimentaram nas práticas sociais e políticas públicas era funcional à ordem, podendo ser caracterizados enquanto ‘despolitizados’, ‘estetizados’ e desvinculados de dimensões críticas ou transformadoras. Essa configuração autoritária da cultura produziu efeitos duradouros na ‘institucionalidade’ cultural brasileira (RUBIM, 2007b; 2015). O Estado, por meio de órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), aliava controle institucional à vigilância cultural, promovendo formas de organização diretamente subordinadas à lógica autoritária. As evidências apontam que isso contribuiu para a sedimentação de uma concepção hegemônica de organização autoritária no campo, a qual contribui para explicar a desconfiança histórica em relação à autonomia dos fazedores de cultura - ainda presentes no contexto de implementação da LPG e da PNAB.

Ao mesmo tempo, as reações de resistência artística — como os movimentos da contracultura, o teatro de resistência, o cinema novo e a música engajada — revelaram que, mesmo sob intensa censura, a cultura continuava a operar como espaço de disputa simbólica, um campo onde se confrontavam projetos de sociedade - e, conseqüentemente, de organização - em disputa. O destaque para esses elementos de continuidade afasta-me da compreensão mais ‘estruturada’ e totalizante do campo da cultura expressa na ideia das

⁷⁵ A censura prévia, institucionalizada a partir de 1968 com o AI-5, tornou-se um dos principais dispositivos de vigilância ideológica sobre a produção artística e cultural, alcançando expressões populares, obras literárias, espetáculos teatrais, músicas e filmes.

configurações de Simões e Vieira (2010). Brizuela (2022, p. 123) retoma que, na esteira do enfrentamento a esse contexto característico dos países latino-americanos:

Os movimentos artísticos dos anos 1980 lutaram inicialmente pela desinstitucionalização da cultura pública sedimentada por governos autoritários, em especial da política de ‘pedra e cal’, que reproduzia perspectivas mais elitistas e restritivas do campo cultural. Isto é, os processos de institucionalização de uma cultura pública, democrática e cidadã são a exceção e não a regra nos nossos países ao longo do século XX.

Canclini (2022) descreve que “várias reformas constitucionais realizadas em países latino-americanos desde os anos 1980 proclamaram que a Argentina, Colômbia, Equador e México são países multiculturais” (CANCLINI, 2022, p. 46). Rubim (2015) retoma que a discussão sobre políticas públicas marcadas pelo olhar da diversidade cultural se intensificou justamente nesta época - entre as décadas 1980 e 1990. O processo foi permeado por conflitos, tendo apresentado divergências, em especial, entre as posições dos países centrais e dos países periféricos, no bojo das discussões sobre imperialismo, globalização e dominação cultural (GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2003; KAUARK, 2009).

Algumas mudanças impulsionadas por tais conflitos podem ser consideradas marcos internacionais importantes, tais como: a criação da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento⁷⁶ em 1991, composta por intelectuais como Lévi-Strauss, Celso Furtado e Ilya Prigogine e presidida por um ex-secretário-geral da Organização das Nações Unidas; a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos divulgada pela UNESCO em 1996; a aprovação do Código Internacional de Ética Para Comercialização de Bens Culturais em 1999; e o aprofundamento dos debates sobre a ampliação do conceito de cultura e atenção concedida ao âmbito da diversidade cultural - a ser retomado adiante (KAUARK, 2009).

No Brasil, tais mudanças têm desdobramentos significativos. Entre eles, salienta-se o aprofundamento das discussões iniciadas nos anos 1980 sobre a descentralização das políticas públicas para a cultura e o resgate do tema da diversidade cultural brasileira. Nesse sentido, ainda que o período tenha sido marcado por forte repressão, ele também evidencia a potência da cultura como campo de conflitos e reações, cuja complexidade institucional permanece viva nos desafios enfrentados pelas políticas culturais contemporâneas, como a Lei Paulo Gustavo (LPG) e a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). É justamente a partir da dinâmica social provocada por estes tensionamentos que Simões e Simões e Vieira (2010) vislumbram o impulso para a constituição de uma quarta ‘configuração’ do campo da cultura

⁷⁶ Parte dos resultados do trabalho da comissão está compilado no relatório Nossa Diversidade Criadora, que indica, entre os novos desafios para o campo o respeito à diversidade cultural e sua relação com o desenvolvimento sustentável (KAUARK, 2009).

no Brasil entre 1985 e 2002, quer seja, a da cultura como nicho de mercado - a qual se dá a partir do período de redemocratização desde um viés neoliberal.

É precisamente nessa historicidade marcada por fragilidades e descontinuidades que emergem momentos de inflexão capazes de reabrir fronteiras e repolitizar a institucionalização. Assim, ao invés de uma trajetória linear de avanços e retrocessos, o que se tem é um campo permanentemente tensionado, no qual processos de sedimentação e de reativação se entrelaçam de forma contingente e precária. É nesse movimento que se destacam os três marcos selecionados para este recorte analítico: a emergência das políticas de fomento indireto nos anos 1990, a constituição do Programa Nacional Cultura Viva e de seu contexto nos anos 2000, e, por fim, a alteração da estrutura de fomento produzida pelos dispositivos da LAB I, da LPG e da PNAB. Esses três momentos-chave permitem compreender melhor como se disputaram (e ainda se disputam) os sentidos de cultura e de organização no Brasil contemporâneo, constituindo-se como pontos nevrálgicos da análise desta pesquisa.

5.1 AS POLÍTICAS DE FOMENTO INDIRETO DOS ANOS 1990

Brizuela (2022, p. 121) discorre que, ainda que não tenham sido “tão evidentes, regulares ou frequentes no seu desenvolvimento em relação a outras políticas públicas setoriais”, não se pode “afirmar que não existiam políticas públicas nos países latino-americanos antes da década de 1990”. No Brasil, em especial, a década de 1980 foi marcada pela criação do MinC durante o governo de José Sarney, em 1985, através do Decreto nº 91.144/1985. A institucionalização do ministério pode ser considerada como um dos marcos do início do ‘lento, gradual e seguro’ processo de redemocratização do país. Com sua promulgação, o MinC assumiu parte das atribuições até então delegadas à Fundação Nacional das Artes (FUNARTE). O primeiro ministro nomeado, José Aparecido de Oliveira, permaneceu poucos meses no cargo. Celso Furtado assumiu o ministério e foi quem deu a tônica de sua gestão. Segundo Melo (2022, p. 80);

O economista levou para a gestão grande parte de suas convicções teóricas, afirmando, em seu discurso de posse, que a ‘essência da democracia’ consiste em ‘criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude’. Nesse sentido, o papel do Estado seria o de difundir valores, mas também o de garantir a liberdade para que a “atividade cultural brote da própria sociedade”.

Na esteira desse projeto, foi criada, em 1986, a Lei Sarney (Lei 7.505/1986), primeiro mecanismo de renúncia fiscal voltado ao setor cultural do Brasil. Melo (2022, p. 80) argumenta que, “após anos de regime totalitário, [a] ferramenta parecia afastar a arte e a

cultura do dirigismo político ao transferir para a sociedade civil a decisão sobre as obras a serem apoiadas”. Em contrapartida, reconhece a autora, dado o contexto de reformas do aparato estatal brasileiro entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, “a proposta também abriu o caminho para outra forma de dirigismo: a do mercado”. Acerca da temática, destaca-se que as transformações provocadas pela dissipação dos chamados mecanismos indiretos de financiamento da cultura no Brasil se deram no bojo das discussões do campo econômico norteadas por uma agenda neoliberal, as quais debatiam a redução dos gastos e do tamanho do Estado (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; MONTANARI, 2022; PUELLO-SOCARRÁS, 2015).

À criação da Lei Sarney sucedeu o advento de duas importantes leis que impulsionam e aprofundaram as transformações relacionadas ao referido ‘dirigismo’: a Lei Rouanet (Lei nº 8.313), criada em 1991; e a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685), criada em 1993 (BRASIL, 1991, 1993; MONTANARI, 2022). Ambas tiveram um papel importante na estruturação e difusão dos mecanismos indiretos de fomento à cultura, os quais regulamentam a concessão de isenções fiscais a empresas e organizações de mercado que aportam recursos em projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC). No que diz respeito à Lei Rouanet, apesar de ela prever, desde sua origem, a existência de três mecanismos distintos de incentivo à cultura - Fundo de Investimento em Cultura e Arte (Ficart), Fundo Nacional de Cultura (FNC), e Mecenato -; os dois primeiros tiveram uma relevância econômica historicamente muito menor do que o mecanismo da renúncia fiscal (OLIVEIRA, 2014).

A Constituição Federal de 1988 representou outro marco fundamental para a consolidação dos direitos culturais no Brasil, ao reconhecer a cultura como um direito social e um dever do Estado. Propondo, pelo menos em parte, uma ruptura com a tradição autoritária e centralizadora que historicamente caracterizou as políticas culturais brasileiras (RUBIM, 2007a), o texto constitucional incorporou os princípios da diversidade, da participação e da valorização das manifestações culturais de todos os grupos formadores da sociedade brasileira. No artigo 215, estabelece-se que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, devendo “apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Já o artigo 216 amplia a noção de patrimônio cultural, incluindo não apenas os bens materiais, mas também os saberes, modos de fazer, expressões e celebrações que compõem a identidade dos diversos grupos sociais. Essa concepção ampliada de cultura foi resultado direto das pressões exercidas pelos movimentos sociais e setores da sociedade civil que participaram do processo constituinte (SCHWARTZMAN, 2011; GONÇALVES, 2009),

conferindo à Constituição de 1988 um caráter inovador no reconhecimento da pluralidade cultural do país. Em síntese, a Constituição de 1988 conferiu respaldo jurídico às demandas históricas por reconhecimento cultural, instituindo as bases normativas para a política cultural no Brasil. A partir desse marco legal, abriu-se espaço para a construção de políticas públicas pautadas na descentralização, na participação social e na valorização das culturas populares, afro-brasileiras, indígenas e regionais, ainda que a efetivação desses direitos tenha enfrentado diversos entraves institucionais e políticos nas décadas subsequentes (CANO, 2007).

Neste contexto, Dellagnelo, Salles e Silva (2019, p. 54) consideram que a política cultural no Brasil constituída durante a década de 1990 “representou um marco em relação aos períodos anteriores, pois foi submetida ao controle do parlamento” e “implicou em mais participação da sociedade civil e do mercado nas decisões que afetam diretamente a área”. Com isso, corroboram com a interpretação de Melo (2022) de que os mecanismos de fomento indireto à cultura apresentaram uma dimensão de ruptura com tradições autoritárias e centralizadoras, caracterizadas por Rubim (2008) como ‘política de balcão’. Entretanto, as autoras (2019, p. 54) também denunciam os limites e as restrições de tais políticas, as quais “restringiam-se a sofisticar e divulgar as leis de incentivos e desconsideravam qualquer tipo de ação no campo da cultura”.

No que tange a tais limitações, pode-se dizer os anos 1990 trouxeram uma renovação da tradição da ausência do Estado no campo, posto que as políticas culturais do período impulsionaram a presença da iniciativa privada como o principal pilar do fomento das ações e organizações culturais (BARBALHO, 2014; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; MONTANARI, 2022; RUBIM, 2015). Essa ausência de fomento do Estado se expressa, por exemplo, no baixo índice de participação da pasta no orçamento federal, de apenas 0,14% à época. Uma consequência já destacada desse processo (especialmente significativa para fins da construção do presente projeto) foi a crescente institucionalização de sentidos inerentes à lógica de mercado nos processos organizacionais relacionados à produções artísticas e culturais. Tais processos promoveram, desta feita, a hegemonização de compreensões e sentidos tipicamente mercadológicos acerca do que é cultura, o que são organizações culturais, e de quais os critérios de sua validação.

Montanari (2022) destaca que a década de 1990 foi marcada pela promoção da cultura enquanto negócio. Não por acaso, a publicação mais famosa do ministério no período foi uma brochura denominada “A Cultura é um Bom Negócio”, recheada com termos típicos da gestão empresarial, como, por exemplo, ‘marketing cultural’ (MONTANARI, 2022). Tal forma de promoção esteve voltada aos interesses empresariais, buscando promover o investimento na

cultura através do revestimento das ações culturais em uma roupagem publicitária. Consta no documento (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1995, *apud* MONTANARI, 2022, p. 53) que o “marketing cultural oferece a mais rica gama de opções no universo simbólico, de valores que o empresário pode agregar à imagem de seu empreendimento ou à marca de seu produto, a depender da estratégia estabelecida”.

Rubim (2007b, p. 110) chama a atenção para a “utilização de dinheiro público subordinado à decisão privada” no financiamento das ações e organizações culturais e os aprofundamentos provocados pela Lei Rouanet nesta seara. O autor (2007) destaca a diminuição da participação direta das empresas no financiamento de atividades culturais entre 1995 e 2000. Houve, nesse sentido, a predominância de uma quase identidade entre Estado e mercado e entre as leis de incentivo indireto e a política pública cultural no período. A renovação dos mecanismos de fomento à cultura, em alguma medida, escamoteou o projeto de construção de uma política cultural estruturada para o campo. Na mesma direção, Dellagnelo, Salles e Silva (2019, P. 54), esclarecem que apesar dos governos social-democratas da década defenderem publicamente a democratização do acesso à cultura⁷⁷, suas políticas estiveram orientadas pela “maximização da efetividade dos mecanismos de fomento”.

Oliveira (2014) também pontua que as leis de incentivo à cultura que tomam como base mecanismos de renúncia fiscal operam fundamentalmente com recursos públicos, uma vez que o Estado abre mão de arrecadar a totalidade do imposto devido por empresa ou pessoa física. No entanto, a prerrogativa de seleção dos projetos a serem financiados deixa de ser do Estado, passando a ser de responsabilidade de empresas privadas - as quais atuam de acordo com os critérios mercadológicos. Para o autor (2014, p. 85), “com esse formato de incentivo, os interesses do mercado tendem a substituir o interesse público no processo de distribuição dos recursos (públicos) para a cultura”. Mais do que isso, “os resultados das decisões sobre o financiamento, tomadas sob a lógica de mercado, apresentam toda sorte de concentrações, injustiças e desigualdades” (OLIVEIRA, 2014, p. 85). Como consequência do processo, Canclini (2022) reforça que as políticas da década manifestaram profunda desatenção às populações e comunidades ‘fora do eixo’.

No âmbito dos Estudos Organizacionais (EOR), pesquisas realizadas nas últimas décadas apontam para alguns dos desdobramentos desse tensionamento com os limites de exclusão do campo discursivo da cultura. Conforme já destacado no capítulo introdutório,

⁷⁷ Acerca dessas discrepâncias, destaca Canclini (2022, p. 33), que “a classificação das instituições culturais no grupo das atividades não essenciais” entrou historicamente em contradição com “as declarações políticas que exaltam o valor da cultura”.

partindo predominantemente do arcabouço teórico dos Estudos Organizacionais de base institucionalista, ou da apropriação de alguns de seus conceitos centrais - como isomorfismo, estruturação e campos organizacionais -, diversos pesquisadores têm voltado seu olhar analítico ao campo da cultura como objeto empírico desde a década de 2000. Nesta tradição, acumula-se um conjunto expressivo de estudos que evidenciam como as organizações culturais brasileiras vêm sendo crescentemente expostas às chamadas pressões institucionais e isomórficas, o que tem provocado transformações significativas em seus formatos, práticas e sentidos.

Um dos principais efeitos observados diz respeito aos processos de *empresarização* dessas organizações (RODRIGUES; SILVA, 2006; RODRIGUES; SILVA; DELLAGNELO, 2014), por meio dos quais práticas de gestão empresarial - como planejamento estratégico, indicadores de desempenho, marketing cultural e estruturação hierárquica - passam a ser incorporadas, muitas vezes de forma acrítica, a organizações que tradicionalmente operavam sob outras lógicas, como a militante, a comunitária ou a artístico-autoral. As mudanças relacionadas a esse processo têm contribuído para a alteração dos objetivos organizacionais originais, conforme apontam Hoffmann e Dellagnelo (2007), marcando uma mudança nos sentidos atribuídos à atuação cultural, frequentemente em direção à busca por sustentabilidade financeira e captação via leis de incentivo, em detrimento de compromissos socioculturais mais amplos.

Tal movimento é amplamente discutido por autores como Goulart, Menezes e Gonçalves (2003), Nogueira (2007), Parada (2016) e Souza e Carrieri (2011), que problematizam os processos de *descaracterização* das chamadas organizações fenomênicas - aquelas que emergem de dinâmicas populares, periféricas ou de base identitária - à medida que se veem compelidas a adotar formatos e linguagens legitimados pelo campo organizacional hegemônico. Entre as principais contribuições dessas pesquisas, destaca-se a crítica à crescente institucionalização da lógica de mercado no campo cultural brasileiro, marcada pela conversão da cultura em mercadoria e pela redefinição de seus sentidos em função de critérios de eficiência, produtividade e visibilidade pública (GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2003; NOGUEIRA, 2007; PARADA, 2016; RODRIGUES; SILVA; DELLAGNELO, 2014; SOUZA; CARRIERI, 2011).

Argumento que os processos identificados no interior do campo da cultura, refletem um movimento mais amplo, a partir do qual a forma empresarial tornou-se um modelo para a organização de todas as esferas da vida humana associada (RODRIGUES; SILVA; DELLAGNELO, 2014). A ideia de gerencialismo é frequentemente utilizada para expressar o

processo histórico e gradual de combinação das técnicas e métodos da gestão empresarial a uma concepção particular de mundo – e, mais especificamente, de organização do trabalho (BÖHM, 2006; KLIKAUER, 2015; PARKER, 2002). Esse processo tem sua origem⁷⁸ nas organizações empresariais com fins lucrativos dos Estados Unidos da América (EUA) entre o final do século XX e o início do século XXI (KLIKAUER, 2015).

Conforme reconhecem Parker (2002), Klikauer (2015) e Böhm (2006), atualmente o fenômeno é bastante disseminado internacionalmente e extrapola o reino das organizações de mercado, perpassando virtualmente todas as esferas da sociedade civil e do Estado. Como discurso que ‘hegemoniza’ uma concepção particular de organização, o gerencialismo busca uma totalização que jamais pode alcançar (BÖHM, 2006). No que concerne a essa tentativa de suturar o sentido do social, Parker (2002) denuncia a falsa pretensão de que as técnicas gerenciais atuem como uma solução adequada para todas as formas de organização social. Conforme Van Neutgem (2018, p. 14);

o management emerge como técnica geral de controle, para produzir e reproduzir o modelo hegemônico de organizar. Na medida em que o management passa a representar a condição natural de ordenação social em direção a uma ideia de progresso, vê-se uma difusão de suas práticas e princípios para todos os domínios da vida, para além dos espaços econômicos. [...] nos estudos organizacionais, ainda que se questione sobre as formas tradicionais ou contemporâneas do management (no sentido de suas práticas), pouco se questiona sobre a sua essência, seus princípios fundacionais. (VAN NEUTGEM, 2018, p. 14)

Para Böhm (2006, p. 6, tradução do autor), “é possível afirmar que o gerencialismo descreve a forma particular pela qual as organizações e as teorias organizacionais vêm sendo posicionadas ou alocadas em consonância com o discurso hegemônico do capital”. Tal dimensão política⁷⁹ das teorias organizacionais é identificada por diversos pesquisadores, entre os quais se pode destacar alguns dos expoentes da teoria crítica no campo dos EOR no Brasil, como Maurício Tragtenberg (1992), Alberto Guerreiro Ramos (1989), e Fernando Prestes Motta (1990). Böhm (2006, p. 71, tradução do autor), relaciona a hegemonia do gerencialismo a “um projeto que posiciona a organização social em redes particulares de

⁷⁸ Klikauer (2015) elucida que gestão (*management*) e gerencialismo (*managerialism*) não são conceitos utilizados para representar fenômenos sociais que se desenvolvem em paralelo. A gestão (*management*) é anterior ao gerencialismo (*managerialism*), e sua origem remete ao início do século XX. Para ele (2015, p. 1103, tradução do autor), a compreensão acerca do gerencialismo não pode restringi-lo a um “modelo gerencial moderno”, e tampouco a um “modelo institucional”, na medida em que o fenômeno envolve “uma ideologia para a qual as escolas de administração consistem no solo mais fértil”.

⁷⁹ Esse caráter é expresso, por exemplo, a partir do conceito de ideologia (PRESTES MOTTA, 1990; TRAGTENBERG, 1992). Essa compreensão é corroborada por Klikauer (2015) para quem, ao constituir e propagar conceitos que legitimam as práticas gerenciais e empresariais capitalistas, tais como “competição, eficiência, livre mercado, ganância é bom [*greed is good*], entre outros, a gestão [*management*] transformou-se em uma operação ideológica que infectou praticamente todos os setores da sociedade” (KLIKAUER, 2015, p. 1105).

racionalidade, representação e institucionalidade, que não podem ser desconectados dos ‘acontecimentos’ mais amplos do capitalismo”. O gerencialismo é, nessa concepção (2006, p. 96, tradução do autor), um discurso que logra “articular uma enorme cadeia de equivalência entre os atores sociais [...] com a finalidade de construir uma concepção hegemônica da realidade. Esse discurso hegemônico preenche a lacuna da realidade simbólica”.

A operação que dá origem ao gerencialismo está, portanto, associada à dominação de um modelo particular de organização o qual se constitui enquanto hegemônica no mundo moderno. Mas, conforme procuramos argumentar, não se pode confundir essa particularidade com unidirecionalidade ou com ausência de diferenças. Em consonância com a proposta da TDP e com a concepção de Böhm (2006), deve-se, ao invés disso, atentar para o processo de esvaziamento de seu significante, o qual possibilitou que uma combinação particular de pressupostos seja reproduzido por um conjunto de organizações tão diversas e distintas quanto gigantes multinacionais, microempresas individuais (MEI) e coletivos culturais. Tal processo é inerente à própria dinâmica da hegemonia, e remete ao fato de que a concepção hegemônica de organização se constitui como uma sutura precária e instável que reúne um conjunto de identidades diferenciais em uma cadeia de equivalência (BÖHM, 2006; LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Argumento que o processo de articulação do discurso da cultura como “um bom negócio”, amplamente difundido nos anos 1990, pode ser interpretado, à luz da Teoria do Discurso Político (TDP), como uma operação hegemônica que reorganizou os sentidos da cultura e organização no campo discursivo a partir dos pressupostos da lógica de mercado inerentes ao estágio neoliberal do capitalismo (PUELLO-SOCARRÁS, 2015). O significante “cultura”, nesse novo contexto, foi deslocado e rearticulado como parte de uma gramática empresarial, em que a legitimidade das práticas culturais passou a ser medida por sua capacidade de gerar retorno econômico, inserção no mercado, potencial de captação de recursos e visibilidade midiática. Conforme propõem Laclau e Mouffe (2015a), essa reconfiguração discursiva é resultado da dinâmica da hegemonia. Assim, o discurso da ‘cultura como um bom negócio’ consolidou-se como uma formação discursiva dominante, sedimentando, ainda que de forma precária, significados nas práticas sociais justamente por sua capacidade de suturar as contradições entre o valor simbólico da cultura e sua instrumentalização econômica durante o período em análise.

5.2 O PROGRAMA NACIONAL CULTURA VIVA E A AMPLIAÇÃO DO SENTIDO DE CULTURA

O Programa Cultura Viva foi instituído pelo Ministério da Cultura em julho de 2004, durante a gestão do ministro Gilberto Gil, tendo como principal instrumento de execução os Pontos de Cultura. Estes foram definidos como entidades culturais da sociedade civil com atuação consolidada em seus territórios e que passaram a ser reconhecidas e apoiadas financeiramente pelo Estado por meio de convênios ou termos de parceria. A Portaria Interministerial nº 156/2004 firmou as bases administrativas iniciais do programa. Originalmente intitulado ‘Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária’, a proposta objetivava alcançar a população de baixa renda e setores socialmente mais vulneráveis, além de minorias (comunidades indígenas, comunidades rurais, comunidades quilombolas, ciganos e LGBTQIAPN+), lado a lado com agentes culturais e ativistas sociais envolvidos em ações de combate à exclusão sócio cultural (BRIZUELA, 2022; CANCLINI, 2022).

Partindo de uma proposta de reconhecimento institucional de pontos de cultura já existentes na sociedade civil, a estratégia do Cultura Viva propõe como eixo central a articulação entre Estado e sociedade civil. Os Pontos de Cultura são formalmente caracterizados enquanto espaços criativos e de protagonismo cultural em comunidades que promovem o acesso, a produção e a difusão de expressões culturais, possuindo autonomia para definir suas atividades e propostas. Por sua vez, os Pontões de Cultura não consistem em mera ampliação dos Pontos de Cultura (não são pontos culturais maiores), mas atuam em nível temático, regional e/ou estadual, com o objetivo de articular ações entre diferentes Pontos de Cultura de uma mesma área geográfica. Os Pontões se propõem a ampliar o alcance do programa, promovendo trocas de experiências, formação de redes, capacitações e apoio técnico aos Pontos de Cultura (MARTINS, 2011).

É fundamental, para fins deste estudo, destacar os papéis previstos para cada um dos coletivos previstos formalmente na política, suas relações com alguns dos principais conceitos do presente trabalho: pontos, pontões e redes. Os pontos de cultura atuam nas comunidades, promovendo espaços de garantia dos direitos culturais previstos constitucionalmente. Já os pontões de cultura têm previsto o dever de atuar pela articulação das redes de pontos de cultura, promovendo ações de mobilização, articulação, formação e apoio. Neste sentido, os pontões atendem especificamente às redes de pontos de cultura, os quais por sua vez atendem

a demandas comunitárias. A articulação em rede dos pontos de cultura é, assim, formalmente prevista visando o fortalecimento e a potencialização de ações (DA SILVA; LABREA, 2017).

Cabe frisar ainda outras iniciativas do programa, entre as quais se incluem ações, como Agente Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva e Griôs - mestres de saberes populares (CULTURA CATARINA, 2025a). O Agente Cultura Viva, iniciado em outubro de 2005, visava integrar cultura e trabalho por meio da formação de agentes culturais vinculados a Pontos de Cultura, tornando-se um elo entre a comunidade e a gestão pública. Já a ação Cultura Digital incentivava a apropriação de tecnologias de software livre pelos Pontos para ampliar sua visibilidade e disseminação simbólica. O programa ‘Escola Viva e os Griôs – mestres dos saberes populares’ foram pensados como dispositivos educativos e de reconhecimento da memória cultural dos territórios, articulando educação formal e saberes tradicionais dentro do campo das políticas culturais de base comunitária (CANCLINI, 2022; SILVA; ARAÚJO, 2010)

Não obstante a relevância destas ações, o recorte proposto requer foco nos sentidos e ideias relacionados aos conceitos de *ponto de cultura* e *pontão de cultura*, e à proposta de sua articulação *em rede*. Na proposta original, os pontos de cultura consistem em espaços de desenvolvimento de ações em comunidades nas quais estão inseridos a partir do recebimento de repasses de verbas públicas (MELO, 2022). Conforme será retomado adiante, esse vínculo com as questões comunitárias é bastante significativo tanto para a trajetória da PNCV, considerada a principal política de base comunitária do MinC, quanto para a construção das fronteiras e limites de processos articulatórios analisados nesta pesquisa. Brizuela (2022, p. 131-132) destrincha a origem do termo ‘pontos de cultura’:

O termo ‘ponto de cultura’ nasceu no final da década de 1980 na gestão do então secretário municipal de cultura de Campinas Antônio Augusto Arantes - antropólogo e professor da Unicamp - para nomear dois espaços culturais públicos da periferia da cidade. Na sua avaliação [do gestor], houve uma efetiva adesão ao processo de institucionalização do Cultura Viva por parte de setores da sociedade civil, a ponto de identificá-lo como um movimento social e de gestores dos pontos de Cultura se auto denominarem ‘ponteiros’, além de assumirem como próprios os principais conceitos do programa: a autonomia, protagonismo e empoderamento. (BRIZUELA, 2022, p. 131-132)

Nos anos seguintes à sua criação, o PNCV se expandiu por meio de editais públicos e convênios com estados e municípios, que passaram a replicar o modelo dos Pontos de Cultura em seus territórios. Nesse período, o Cultura Viva consolidou uma rede nacional de articulação de coletivos culturais. Após anos de amadurecimento, o Programa Cultura Viva foi transformado em Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) por meio da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, a qual ficou conhecida como Lei Cultura Viva e foi aprovada mediante forte mobilização da sociedade civil (CANCLINI, 2022). A lei instituiu novas formas de

pactuação entre Estado e sociedade, como o Termo de Compromisso Cultural (TCC), simplificando, em alguma medida, a burocracia e reconhecendo a especificidade das organizações culturais populares e comunitárias (BRASIL, 2014). Além disso, foi criado o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, estabelecendo diretrizes para a adesão à política, independentemente de fomento financeiro direto.

Entre os marcos do processo de institucionalização do Cultura Viva, podemos frisar, para além do advento de sua promulgação à política nacional: a realização das primeiras Teias de Cultura⁸⁰ nacionais em Belo Horizonte (2007), Brasília (2008) e Fortaleza (2010), com destaque para esta última como um momento significativo para a articulação dos pontos de Cultura brasileiros com os demais países da América Latina⁸¹; a conquista de uma notoriedade que possibilitou que o programa obtivesse, no ano de 2010, a fatia mais generosa do orçamento do MinC dentre os programas voltados à cultura; e o fomento de um total de 3.662 Pontos de Cultura em todo o país entre 2005 e 2022, dos quais 3.034 formaram convênio oficial com os entes federativos da união (CANCLINI, 2022; BRIZUELA, 2022; FCC, 2015).

No que diz respeito ao contexto de sua implementação, considero que a década de 2000 pode ser caracterizada a partir da reativação de sentidos fixados e institucionalizados no campo da cultura brasileiro⁸². Em especial, interessam os processos de disputa relacionados aos sentidos de cultura e organização. Brizuela (2022, p. 127) destaca que “uma ampla e consolidada bibliografia” evidencia que, no período⁸³, testemunhou-se uma retomada do Estado no cumprimento de seu “papel formulador e executor de políticas públicas da cultura, o que implicou, entre outras consequências, um esforço pela institucionalização dessas iniciativas”. Dellagnelo, Salles e Silva (2019), identificam que, durante a década de 2000, observou-se um esforço inédito do Estado, por meio do MinC, na busca pelo fortalecimento do campo e pela consolidação das políticas públicas a ele voltadas. As autoras (2019)

⁸⁰ Teias de Cultura foram encontros presenciais de pontos de Cultura de todo o país realizados durante a gestão de Célio Turino (responsável no MinC pelo Cultura Viva), período de efervescência do programa, ocorreram em três capitais estaduais: Belo Horizonte, Brasília e Fortaleza (BRIZUELA, 2022).

⁸¹ Este evento contou com participação de representantes de 3.000 pontos de Cultura, de quase 6 mil pessoas de todo o Brasil, aos quais se somaram cerca de 30 pessoas de outros países latino-americanos, no que consistiu em um dos momentos de maior germinação no campo da cultura na história do Brasil (BRIZUELA, 2022).

⁸² Pondera-se, contudo, que as transformações que levam ao nosso reconhecimento dos anos 2000 como um marco de tensionamento da disputa pelos sentidos fixados nos processos de institucionalização no campo da cultura têm limites significativos, lacunas e insuficiências no que diz respeito à sua capacidade de atender às demandas populares e democráticas, além de aspectos contraditórios e paradoxais que se vinculam a uma dinâmica de avanços e retrocessos nas últimas duas décadas na consolidação jurídica e estrutural da cultura (BARBALHO, 2015a). Ainda assim, essas transformações nos parecem um ponto de partida possível e frutífero.

⁸³ Entre os marcos do processo, o autor sublinha a “elaboração de um Plano Nacional de Cultura, de duração decenal com a implantação do Sistema Nacional de Cultura e o traçado de programas e ações inovadoras” (BRIZUELA, 2022, p. 127).

asseveram que esse esforço implicou na implementação de ações que refletiram, em algum grau, na estruturação e institucionalização do campo organizacional da cultura no Brasil - ainda que reconheçam tal processo enquanto precário, tardio, instável e incompleto.

Pode-se afirmar com certa segurança que o SNC é o movimento mais amplo e explicitamente vinculado à proposta de institucionalização das políticas públicas culturais no país e, em sentido mais profuso, ao projeto de institucionalização, ou ‘estruturação’, do campo da cultura no Brasil. Associando-se à proposta de criação de mecanismos federais, estaduais e municipais para a execução das políticas culturais - órgão gestor, conselho, plano e fundo de cultura -; o processo de implementação do SNC tem sido associado à constituição de uma proposta duradoura e estável de apoio e fomento a tais políticas⁸⁴. Com isso, é reconhecido que o SNC consiste em um projeto em torno do qual articularam-se demandas de um conjunto significativo de atores na disputa pela institucionalização do campo da cultura (BARBALHO, 2014, 2016; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019; SEMENSATO; BARBALHO, 2021a, 2021b; RUBIM, 2015). As ferramentas teóricas de Laclau e Mouffe (2015a) ajudam na análise deste contexto, possibilitando-me tecer algumas reflexões sobre as relações entre as duas políticas (SNC e PNCV), a partir dos processos articulatórios que engendram.

Semensato e Barbalho (2021a, p. 86-87) recuperam que, com baixo apoio popular no início do processo, “a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) teve que enfrentar resistências no próprio governo e convencer os demais entes da Federação e a sociedade civil, pouco afeitos a entender a cultura como direito fundamental, da necessidade e da viabilidade do Sistema”. Para os autores (2021b, p. 20):

Para conquistar o reconhecimento interno junto ao MinC e ao próprio governo, foi necessário construir um saber sobre o que seria um “sistema de cultura”, que por sua vez implicou em um poder disponibilizado aos seus defensores para a implantação do SNC. Quer dizer, o SNC, a partir de determinadas condições históricas e discursivas, impôs-se dentro do Estado como um saber e uma política.

Para Peixe (2016), a implementação do SNC foi uma disputa que progressivamente se espalhou pelo país, tornando-se um dos principais desafios da administração pública (em suas diferentes esferas, mas, especialmente na municipal) para a área da cultura. Corroborando com esse entendimento, tem-se que movimentos mais efetivos dessa retomada podem ser identificados especialmente a partir do ano de 2005, após a realização da primeira CNC, a qual foi precedida por conferências regionais, municipais e estaduais. Contando com ampla participação popular - participaram cerca de 60 mil pessoas, de 1.190 cidades e 17 estados - o

⁸⁴ Cabe retomar a já destacada colocação de Rubim (2008, p. 196), o qual considerou, já nos primeiros anos de implementação do programa, que SNC tornaria-se “vital para a consolidação de estruturas e de políticas, pactuadas e complementares, que viabilizem a existência e persistência de programas culturais de médio e longo prazo”.

evento teve como um de seus principais encaminhamentos a definição do projeto de estruturação do SNC como prioridade (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2023c).

A articulação em torno da construção do Sistema Nacional de Cultura envolveu o estabelecimento de novas cadeias de equivalência entre grupos, artistas e segmentos artísticos e culturais já articulados historicamente - ainda que precária e contingente - ao campo discursivo. O PNCV, por sua vez, mobilizou, desde sua origem, disputas pelo estabelecimento das fronteiras e limites de exclusão deste campo. Parada, Dellagnelo e Will (2016, p. 13) destacam que, especialmente a partir do Programa Cultura Viva, o ministério adotou uma definição ampla com referência à perspectiva antropológica, que objetivava articular diferentes dimensões da cultura, englobando as diversas formas de produção cultural. Esta definição se propunha a engendrar: “a [dimensão] simbólica, referenciada à imaginação, às expressões artísticas e práticas culturais; a [dimensão] cidadã, do direito assegurado na Carta Magna e nas declarações universais; e a [dimensão] econômica, capaz de gerar crescimento, emprego e renda”.

Segundo Medeiros, Alves e Farah (2015), a concepção do Cultura Viva foi marcada por uma lógica relacional voltada à valorização de práticas culturais locais, muitas vezes invisibilizadas pelas políticas oficiais. Esse novo paradigma foi amparado por uma concepção ampliada de cultura, ancorada nos marcos estabelecidos pela Conferência Mundial da UNESCO (Mondiacult, 1982), que entendia a cultura como “o conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social”. Nesta conferência costurou-se uma definição segundo a qual - em oposição às concepções anteriores que restringiam o significado de cultura à produção, comercialização e consumo de bens culturais - cultura passava a ser definida como o “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2001, p. 1). A conferência destacou a rejeição a qualquer hierarquia entre culturas - nada poderia justificar “discriminação entre ‘culturas superiores e inferiores’” - e defendeu o reconhecimento e respeito recíproco entre todas as identidades culturais a partir de discussões anti-imperialistas guiadas por referências latino-americanas (UNESCO, 2001, p. 4).

Contrastando com a tradição centralizadora das políticas públicas culturais no Brasil, o então Programa Cultura Viva rapidamente ganhou ampla notoriedade nacional e internacional nos anos 2000, especialmente entre países latino-americanos, por seu caráter inovador e disruptivo e pelo fato de que o esforço para a construção do programa esteve acompanhado,

desde o início, por um olhar mais atento para a questão da diversidade cultural brasileira (BRIZUELA, 2022; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010; RUBIM, 2008, 2015). Por essa prerrogativa, o programa Cultura Viva apresentou uma forte orientação e abertura para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira, promovendo a compreensão de que ‘nação’ consiste no necessário convívio de identidades distintas.

Para perseguir a proposta de atingir “indistintamente a todos os brasileiros”, e “não apenas àqueles para quem as políticas públicas de cultura já eram um fato, mas também àqueles que nunca tiveram acesso à elas”; o programa construiu sua capilaridade a partir de uma estratégia explicitamente calcada no ‘empoderamento’ e na promoção de iniciativas já em curso no âmbito das comunidades locais, especialmente àquelas vinculadas a seus territórios e às tradições populares regionais (FCC, 2015, p. 2). Com isso, reconhece-se que a política ampliou as fronteiras do MinC, de maneira a incorporar comunidades, grupos e organizações até então desassistidas e sem nenhuma relação com o Estado (RUBIM, 2015).

O caráter eminentemente aberto à diversidade cultural que caracterizou o programa levou a um processo considerado estratégico de ‘reconhecimento institucional’ de uma série de organizações e movimentos articulados ao seu entorno enquanto “criadores de modos distintos de experimentar o social e o simbólico, de construir cidadania em relação às condições imediatas da vida” (CANCLINI, 2022, p. 22). Brizuela (2022, p. 125), por exemplo, defende que o programa propõe “um desenho inovador a fim de relacionar o campo artístico e cultural com os grupos comunitários tradicionalmente afastados das chamadas ‘Belas Artes’”. Conforme aponta o autor (2022, p. 127), o Cultura Viva orientou-se para englobar “segmentos da sociedade brasileira historicamente marginalizados pelas políticas públicas culturais, adotando uma concepção ampla de cultura e privilegiando sua dimensão comunitária popular e participativa”.

Para Montanari (2022), a primeira década do novo milênio foi um momento histórico no qual se disputou o sentido da cultura em um processo que passou a incorporar novos significados como o da cultura enquanto “investimento capaz de desenvolver políticas públicas em sua acepção mais plena e ampla possível: cidadã, simbólica e econômica”. Fica bastante evidente que o PNCV teve um papel central no âmbito desta disputa. A orientação de sua constituição se expressa em uma estratégia que, conforme apontam diversos autores, “estimula o ‘protagonismo social’” (BARBALHO, 2016; CANCLINI, 2022; XAVIER; DELLAGNELO; NASCIMENTO, 2021; MELO, 2022, p. 87; RUBIM, 2015).

Corroborando com essa compreensão, Brizuela (2022) reúne evidências de que, ainda que constituída a partir de uma política estatal, essa iniciativa apresentou um horizonte de

diálogo e incorporação de outros espaços de debate e participação autônoma da sociedade civil, de forma a pautar a dimensão cultural em debates políticos de variados movimentos sociais à época. Argumenta o autor (2022, p. 132) que:

ao longo de sua execução inicial (2004 a 2010), essa iniciativa governamental induziu a formação - mais ou menos intencional - de um movimento social e uma rede nacional que retroalimentam, ou mais, que são constitutivos da política estatal. Trata-se de uma experiência inédita no Brasil, que procurou conectar e dar nome a diversas entidades artísticas e culturais (BRIZUELA, 2022, p. 132).

É ao encontro dessa percepção que Canclini (2022, p. 23) define o Cultura Viva como “uma rede de centros com um ordenamento institucional” baseado na “participação local”.

A análise realizada identificou que, neste processo articulatório, as Teias - encontros nacionais e regionais promovidos no âmbito do Programa Cultura Viva - desempenharam papel estratégico fundamental, configurando-se como espaços de co-presença, troca de experiências e construção de sentidos compartilhados em torno da política cultural de base comunitária⁸⁵. Neste contexto, cumpre destacar o papel das Teias Nacionais realizadas em 2006, 2007, 2008, 2010 e 2014. O primeiro encontro nacional dos Pontos de Cultura, realizado em São Paulo (SP), de 5 a 8 de abril de 2006, no Parque Ibirapuera, com foco em Economia Solidária. Já o segundo encontro, denominado ‘Tudo de todos’, ocorreu em Belo Horizonte (MG), de 7 a 11 de novembro de 2007, marcando o I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e formalizando a criação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPC) - constituindo um dos marcos da disputa pelo sentido de organização no âmbito do PNCV. A terceira Teia Nacional, realizada em Brasília (DF) entre 10 a 16 de novembro de 2008, teve temática voltada à igualdade de direitos e diversidade cultural, sendo nominada ‘Iguais na Diferença’. Entre 25 e 31 de março de 2010, foi realizado o quarto encontro nacional em Fortaleza com o tema ‘Tambores Digitais’. Por fim, destaca-se a realização da Teia da Diversidade em Natal entre os dias 19 e 24 de maio de 2014 (BRASIL, 2014; LIMA, 2014).

Esses encontros foram estruturas fundamentais para a construção discursiva e institucional do Cultura Viva, promovendo a articulação das redes de Pontos de Cultura em torno de pautas como diversidade, cultura digital, economia solidária, gestão participativa e reconhecimento dos saberes comunitários. Nas Teias, a presença física opera historicamente como um mecanismo privilegiado de *reencontro afetivo* e *reativação política* das práticas culturais, permitindo que atores até então isolados em seus territórios construam relações de afeto e solidariedade. Esses encontros performam, na prática, a articulação de uma cadeia

⁸⁵ A importância das teias e mini-teias na mobilização dos afetos transpareceu na fala da maioria dos entrevistados desta pesquisa e em muitas conversas realizadas com articuladores da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina. Também foi evidenciada na estratégia adotada pelo Pontão Catarina, a ser apresentada no capítulo seguinte.

discursiva que vai além da simples soma de experiências, produzindo um campo simbólico no qual a noção de “Ponto de Cultura” adquire centralidade enquanto um ponto nodal capaz de agregar diferenças sob um projeto comum de cultura como direito e cidadania. A partir dessa lógica, as Teias funcionam como momentos de rearticulação de sentidos, tecendo alternativas às lógicas centralizadoras do Estado e do mercado.

A proposta de gestão compartilhada, surgida nos debates e resoluções das primeiras Teias, exemplifica esse movimento: ela condensa uma crítica à verticalização das políticas públicas e enuncia a legitimidade da sociedade civil na co-gestão da política cultural. Do mesmo modo, a centralidade da base comunitária expressa um deslocamento epistemológico, no qual os saberes populares e os territórios periféricos passam a ser reconhecidos como lugares legítimos de produção cultural (e política). Assim, as Teias foram identificadas enquanto espaços instituintes da subjetividade política que leva às relações de identidade dos ‘ponteiros’, nos quais se disputa a significação do que é cultura, do que é política pública e de quem fala em nome da coletividade. Nesse sentido, as teias nacionais realizadas na primeira década de implementação do programa consistiram em momentos privilegiados de luta discursiva, nos quais se articularam demandas heterogêneas em torno de um projeto comum - ainda que precário e contingente - de transformação da política cultural no Brasil.

Brizuela (2022, p. 123) caracteriza que o Cultura Viva mobiliza um movimento de resistência, o qual busca, “renovar as instituições e/ou promover outra institucionalização da cultura, mais ampla, participativa, democrática e pública no seu sentido mais profundo”. Durante o período de pesquisa, observou-se diversas situações nas quais a Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, ou parte dela, foi apresentada e discutida por seus membros como um movimento de resistência, ou um movimento social⁸⁶. Nas palavras do próprio ministro Gilberto Gil (*apud* XAVIER, p. 15), a política já teria nascido como “parte de um projeto geral de construção de uma nova hegemonia”. É a partir destes elementos que autores como Brizuela (2022) destacam uma dimensão contra-hegemônica do Cultura Viva (BRIZUELA, 2022). Esta disputa histórica é um elemento central da análise aqui proposta.

Isso não significa, porém, que os processos de redemocratização cultural e de construção de cidadania propostos no bojo do programa não tenham manifestado “episódios contraditórios de desmobilização, ‘descidadanização’ e ‘desdemocratização’ da cultura

⁸⁶ Em conversas com membros que experienciaram a trajetória de construção da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, descobri que esse entendimento do coletivo de pontos de cultura enquanto movimento social esteve presente historicamente na constituição da rede. Isso pode ser explicado, ao menos em parte, pela participação de coletivos culturais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de outros movimentos sociais do estado no PNCV.

pública”, como é característico das dinâmicas de disputa social (BRIZUELA, 2022, p. 122). A mirada desta pesquisa propõe justamente o foco nestas tensões e nos processos articulatórios a elas relacionados. À diversidade cultural articulada pela política, corresponde uma miríade muito diversa de formas e práticas de organização da produção, do saber e do fazer artístico e cultural das iniciativas de base comunitária, as quais - a princípio - pouco dialogam com os sentidos de organização inerentes às práticas da administração pública e distanciam-se, em especial, dos processos organizacionais e de controle das políticas públicas culturais cunhados nos anos 1980 e 1990 a partir de um viés marcadamente gerencialista.

Daí decorre um dos argumentos centrais para esta pesquisa que consiste na proposição de que o processo de ampliação do sentido de cultura inerente ao Programa Cultura Viva esteve historicamente relacionado a tensionamentos com a concepção hegemônica de organização. Tais tensionamentos se fizeram explícitos nas disputas políticas pelos sentidos do próprio programa - expressos em suas definições, marcos regulatórios, regimentos, escopo e limites. A questão é central para a análise proposta no objetivo específico (a) do trabalho e constitui o pressuposto que direciona o objetivo específico (b).

Cabe retomar que a tônica do Cultura Viva, foi a de ‘identificação’ de pontos já existentes, de forma a conferir vazão às dinâmicas próprias das comunidades. Desde sua origem, o programa se associa a uma proposta de reconhecimento institucional de iniciativas culturais da sociedade brasileira. Como é colocado no site da Rede Cultura Viva (2023, *online*), uma das principais dimensões da proposta é a de conferir uma ‘chancela institucional’ aos Pontos de Cultura - ou seja, a um conjunto profundamente heterogêneo de coletivos, os quais se constroem a partir de processos organizacionais bastante diversos.

A partir da TDP, podemos compreender que esse movimento não consiste apenas em um reconhecimento técnico ou administrativo, mas de um processo político de articulação discursiva (LACLAU; MOUFFE, 2015a). O ‘reconhecimento institucional’ de determinadas práticas culturais realiza uma operação política subjacente: articula sentidos diversos e potencialmente conflitivos de ‘cultura’ (e de ‘organização’). Ao inscrever essas práticas em um campo discursivo, ela redefine os contornos do que é reconhecido como cultura e organização, reorganizando relações de poder. Os coletivos culturais, ao se tornarem Pontos de Cultura, não apenas recebem uma validação externa, mas passam a se reinscrever em uma nova lógica de pertencimento e visibilidade pública. Trata-se de uma reconfiguração

identitária – um processo no qual os sujeitos culturais se (re)constituem em relação a um novo horizonte de possibilidades discursivas⁸⁷.

Há fartos indícios na literatura sobre transformações nos perfis de organizações decorrentes da adesão ao PNCV, os quais alertam para os riscos de instrumentalização da lógica de ação original destes coletivos e para as possibilidades de incorporação do modelo burocrático de gestão no processo (NOGUEIRA; ANDRADE, 2007; BEZERRA et al., 2013; MEDEIROS et al., 2015). Conforme aponta Xavier (2015, p. 5) “estudos identificaram uma tendência ao isomorfismo, concluindo que as organizações incluídas [pelo PNCV] sofreram pressões e tornaram-se semelhantes às organizações já inseridas no campo cultural e historicamente reconhecidas e legitimadas”.

Mas essa é apenas uma das dimensões da questão - a dimensão da ‘pressão estruturante’ frequentemente destacada em estudos da área dos EOR sobre os processos de institucionalização dos campos organizacionais. Pensar os processos de institucionalização em foco a partir da TDP requer investigar em que medida a proposta do Cultura Viva de ‘institucionalizar’ práticas comunitárias já existentes também promove uma disputa política pelo significado da cultura e pelos modos legítimos de sua organização no âmbito do próprio campo discursivo - e, conseqüentemente, nos processos de construção das políticas públicas culturais. Desta feita, cumpre destacar que a novidade do presente estudo está em lançar luz aos processos articulatórios das redes de pontos de cultura compreendidos ‘desde baixo’ e a partir da TDP (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Por essa compreensão, o caráter contra-hegemônico do programa não transparece a partir de suas normativas e instrumentos jurídicos, ou da constituição de um campo mobilizado por uma lógica de legitimação não mercadológica; mas dos processos articulatórios que tensionam os sentidos de cultura e organização expressos nestes mecanismos e nesta lógica. Este tensionamento foi protagonizado por segmentos tradicionalmente excluídos das discussões sobre as políticas públicas culturais e possibilitado através da construção de espaços de protagonismo social no PNCV. Avançando na reflexão, a disputa pelo sentido de organização pode ser identificada como um dos elementos centrais do processo articulatório que leva à constituição das relações de identificação entre os ‘ponteiros’, na medida em que foram estabelecidas relações de equivalência entre suas variadas demandas a partir do antagonismo aos mecanismos de gestão e controle do programa

⁸⁷ Como afirmam Laclau e Mouffe (2015a), todo ato de articulação implica a constituição de identidades – nunca fixas, mas sempre marcadas por sua precariedade e abertura ao conflito.

- orientados por uma perspectiva gerencialista e burocrática-flexível (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Neste sentido, assumo a mesma perspectiva de Brizuela e Melo (2021, p. 45), os quais identificam que os pontos de cultura e as redes por eles constituídas consistem em “movimentos de resistência que buscam renovar as instituições e/ou promover uma outra institucionalização da cultura, mais ampla, participativa, democrática e pública no seu sentido mais profundo”. São fartos os indícios de que a construção do PNCV tem sido recorrentemente atravessada por tensionamentos com a lógica de organização da administração pública brasileira. Brizuela (2022) reúne evidências de que, ainda que constituída a partir de uma política estatal, essa iniciativa apresentou um horizonte de diálogo e incorporação de outros espaços de debate e participação autônoma da sociedade civil, de forma a pautar a dimensão cultural em debates políticos de variados movimentos sociais à época.

Um dos primeiros marcos deste tensionamento foi a ampla repercussão das discussões sobre gestão compartilhada na primeira teia nacional dos pontos de cultura, realizada entre os dias 5 e 9 de abril de 2006 no Pavilhão da Bienal, em São Paulo. Segundo o relato de ponteiros presentes no evento, a despeito do fato de que a noção de gestão compartilhada estivesse presente desde a concepção do programa, foi somente na primeira teia nacional, a partir de provocações da sociedade civil, que foram estabelecidos os canais e instrumentos necessários para essa construção (MINC, 2014). A partir deste evento, a discussão sobre o sentido e as implicações da gestão compartilhada⁸⁸ perpassam a construção do PNCV.

Essa preocupação pode ser percebida no dossiê elaborado pelo Instituto Paulo Freire, por encomenda da Secretaria de Cidadania Cultural em 2006, para a gestão do então programa. No dossiê, já existia um reconhecimento de que a proposta do Cultura Viva

necessitava romper com a lógica de organização hegemônica na administração pública:

O Programa Cultura Viva foi concebido para ser implantado de forma descentralizada, a partir de editais e da formação de parcerias entre o MinC e Organizações Governamentais e Não-Governamentais. Se por um lado esta concepção potencializa recursos humanos e mobiliza dinâmicas culturais locais já existentes – permitindo uma agilidade operacional e perspectiva de continuidade do Projeto –, por outro, requer o desenvolvimento compartilhado de uma metodologia de gestão, que vise a assegurar a autonomia, o empoderamento e a articulação das organizações da sociedade civil que participam do projeto, de forma a colimar as

⁸⁸ Para Turino (2009, p. 77), “a gestão compartilhada e transformadora se realiza neste processo de aproximação e compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade, no qual gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogo e aprendizado mútuo”. Este é um caminho que repensa o Estado, ampliando suas definições e funções ao “escancarar as portas para partilhar poder e conhecimento com tradicionais e novos sujeitos sociais, dividindo espaços e buscando novas possibilidades”.

ações para os objetivos do Programa, estimulando assim a sinergia do processo (INSTITUTO PAULO FREIRE, 2006, p.4).

No bojo desta discussão sobre a gestão compartilhada, a partir de 2008, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) foi instituída como espaço colegiado de diálogo entre governo e sociedade civil, reforçando a governança democrática do programa (SANTOS, 2021). Essa instância teve papel estratégico nas discussões e disputas sobre a formalização de um marco legal próprio para a política, consistindo em espaço central na disputa por protagonismo dos movimentos culturais na institucionalização do programa.

Mais recentemente, a discussão foi atualizada, novamente a partir de provocações da sociedade civil organizada, levando ao lançamento, do Pacto Pela Gestão Compartilhada da Política Nacional de Cultura Viva em julho de 2024, produzido por técnicos e gestores do Ministério da Cultura, integrantes da Rede de Pontos e Pontões de Cultura, representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC), gestores e gestoras da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), municipais, estaduais e distrital, representantes de universidades e instituições culturais, e demais agentes da PNCV que estiveram reunidos no Encontro Nacional Cultura Viva 20 anos, realizado em Salvador durante os dias 3 a 6 de julho de 2024.

Outro marco importante se relaciona aos processos de prestação de contas. Especialmente durante os primeiros anos do programa, o Estado brasileiro não dispunha de estruturas institucionais, legais e normativas adequadas para lidar com a diversidade cultural e as dinâmicas singulares das políticas de base comunitária. Essa realidade afetou entidades culturais e gerou um passivo de prestações de contas em um período que ficou popularmente conhecido como de ‘caça às bruxas’ (MINC, 2025a). Para Magalhães (2018), as normas e leis que regiam o programa de prestação de contas não estavam adaptadas à realidade local dos Pontos de Cultura, trazendo complicações para a gestão pública e para os grupos e coletivos culturais.

Mesmo após a promulgação da Lei Cultura Viva em 2014, a qual buscou trazer algumas soluções para tais dificuldades, observou-se a continuidade do conflito. Conforme apontam Oliveira (2014) e Nascimento (2021), entraves decorrentes de legislações como a Lei 4.320/64 e a Lei 8.666/93, além de outras normatizações que versam sobre a utilização de recursos públicos, são historicamente relacionados a críticas, dissidências, dificuldades e conflitos no âmbito do PNCV. Barbosa e Calabre (2011, p. 2) identificam problemas que emergem da “inadequação entre os princípios institucionais e jurídicos da administração pública e a forma de agir das comunidades, tomadas como modelos positivos e criativos”.

Muitas vezes identificados como oriundos da falta de orientação do setor público para a execução do PNCV, os desafios na prestação de contas enfrentados pelos ponteiros também

podem ser interpretados a partir das contradições e antagonismos entre o sentido de organização dominante na administração pública e os diversos sentidos impressos nas práticas organizacionais dos Pontos de Cultura. Corroborando com essa perspectiva, o Ministério da Cultura lançou a Força-Tarefa Nise da Silveira em resposta a esses desafios⁸⁹.

As tensões entre diferentes concepções de organização que atravessam a trajetória da implementação da política também transparecem na análise dos pressupostos organizacionais que a orientam. Formalmente, entre os pressupostos organizacionais que aparecem associados ao programa, destacam-se as noções de constituição em rede e de gestão compartilhada, e a orientação segundo os princípios da autonomia e do protagonismo e o empoderamento (COMITÊ DE CULTURA SC, 2025a). Para além destes elementos, as práticas organizacionais da rede nacional de pontos de cultura são apresentadas a partir dos princípios de informalidade, horizontalidade e consenso; por valores inclusivos e de participação direta; pela prevalência de processos de autodeterminação; pelas relações de solidariedade e reciprocidade e pela ênfase no território, na presença e na convivência (REDE CULTURA VIVA, 2023).

Contudo, ao analisar a concepção de organização presente na lei que institui a Política Nacional Cultura Viva, na instrução normativa que regulamenta a referida lei e nas falas dos dirigentes responsáveis pela política, Xavier (2016, p. 1), conclui que o reconhecimento de “grupos populares como fazedores de cultura e a valorização da diversidade e identidade da cultura que produzem, não encontrou correspondência no reconhecimento das práticas e na valorização das diferentes formas e identidades organizacionais de seus fazedores”. O estudo de Xavier (2016, p. 1) é motivado por uma premissa muito próxima da que procuro sustentar, quer seja, a de que “a ampliação da noção de cultura provocou uma aparente ampliação da noção de organização, e deu sinais de um movimento de reposicionamento”. A análise realizada destacou uma importante dimensão da disputa em voga, ao apontar para elaboração de um pensamento mantenedor do *status quo* estabelecido em relação ao que é entendido por organização, especialmente no âmbito dos dispositivos legais do PNCV (XAVIER, 2016).

Acerca dos mesmos pressupostos organizacionais, Da Silva e Lábrea (2017, p. 24) asseveram que:

os discursos relacionados à autonomia, protagonismo, redes, empoderamento, gestão compartilhada etc. são muito importantes para a dinâmica global do programa, mas tem-se a pergunta, sem resposta muito clara, a respeito da capacidade [...] dos atores que compõem o programa em ajustar operações concretas de planejamento às

⁸⁹ Orientado por uma lógica da burocrática-flexível, o esforço teve como objetivo central reduzir o passivo de prestações de contas de projetos culturais, incluindo os do Programa Cultura Viva.

necessidades reais tanto da administração quanto dos seus participantes. Em uma perspectiva instrumental, mais ligada à relação de meios e fins, típica da administração, dir-se-ia que o programa convive com dificuldades em selecionar formas organizacionais e alocar recursos de maneira racional e segundo critérios explícitos. Muitos dos conceitos são opacos e por demais fluidos, impossíveis de serem avaliados ou de se tornarem objeto de uma reflexão estratégica (DA SILVA; LABREA, 2017, p. 24).

É possível reconhecer e dimensionar o problema sem recorrer à perspectiva instrumental que suporta o pensamento dos autores. Os termos, conceitos e sentidos destacados no trecho acima remetem à características frequentemente associadas, na literatura dos estudos organizacionais, ao fenômeno das organizações que escapam à lógica dominante do organizar (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014; GAMEIRO; MENEZES; CARVALHO, 2003; HOLANDA, 2010; MENER, 2005; NASCIMENTO, 2021; PARADA; DELLAGNELO; WILL, 2016; VAN NEUTGEM, 2018; VECCHIO, 2007). Neste sentido, mais do que um desafio relacionado às capacidades técnico-operacionais, o problema transparece a partir de sua dimensão política.

As dificuldades enfrentadas pelos pontos e pontões de cultura para a manutenção de suas atividades também podem ser advogadas enquanto marcos da referida disputa. Nos anos seguintes à aprovação da Lei Cultura Viva, a política enfrentou desafios de financiamento e gestão, especialmente no contexto de mudanças políticas e cortes orçamentários do governo federal. Entre as dificuldades enfrentadas por pontos de cultura, destacam-se: a escassez de recursos disponibilizados através de mecanismos diretos de fomento à cultura, as dificuldades de organizações de pequeno porte em captar recursos por vias de fomento direto e indireto, as disparidades estruturais, sociais e políticas entre diferentes atores do campo, a ausência de dados e informações acerca dos componentes atuais e potenciais, e insuficiências do aparato burocrático da administração pública para lidar com a pluralidade de formas alternativas de organização que atravessa o campo da cultura; dificuldades de comunicação, no que se destaca a busca por informações acerca dos critérios e requisitos para a obtenção da ‘chancela’ de ponto de cultura; de manutenção das suas atividades, muitas vezes associadas a questões organizacionais e laborais, à desproteção trabalhista e ao caráter eminentemente ‘pessoal e intransferível’ dos processos de produção artística (BARBOSA; CALABRE, 2011; CANCLINI, et al., 2022; FCC, 2015; INFORMAÇÃO E DEBATE, 2023).

Constituídos a partir de processos organizacionais que seguem a lógica das práticas e saberes da cultura de base comunitária, os pontos de cultura enfrentam obstáculos estruturais para acessar mecanismos de fomento indireto, especialmente aqueles vinculados às leis de incentivo fiscal, como as já mencionadas Lei Rouanet e Lei do Audiovisual. Como destaca Rubim (2007a), existe uma assimetria profunda entre os dispositivos legais de fomento e a

realidade das organizações culturais populares, o que contribui para um ciclo de exclusão das políticas de financiamento que, especialmente a partir dos sentidos de organização e cultura sedimentados ao longo das décadas de 1980 e 1990, se orientam por critérios de atratividade mercadológica, visibilidade institucional e capacidade técnico-burocrática. A lógica do fomento indireto, marcada pela intermediação de empresas e pela necessidade de captação junto à iniciativa privada, apresenta baixa aderência às organizações comunitárias, geralmente carentes de infraestrutura, equipe especializada ou redes de relacionamento que favoreçam a obtenção de patrocínios.

Nesse cenário, os Pontos de Cultura se colocam como dispositivos de democratização, mas seu acesso ao financiamento público permanece limitado quando os instrumentos disponíveis operam com base em lógicas excludentes. Brizuela (2022) observa que a dificuldade de permanência e sustentabilidade das redes culturais de base comunitária decorre, em grande parte, da fragilidade dos marcos institucionais e da ausência de um sistema regular de financiamento contínuo, que permita às organizações planejar e desenvolver suas atividades com estabilidade. A crítica a esse modelo excludente está no cerne do pensamento de Turino (2023), que compreende a cultura viva como uma dimensão das políticas públicas que deve se orientar pelo reconhecimento da legitimidade das experiências comunitárias, e não pela adaptação dessas experiências às lógicas do mercado. A distinção entre o sentido ampliado de cultura e a compreensão que reduz cultura à noção de bens ‘mercantilizáveis’ ajuda a compreender por que tantas iniciativas culturais de base comunitária permanecem às margens dos editais e dispositivos de fomento que operam pela via da renúncia fiscal. Assim, as dificuldades enfrentadas pelos Pontos de Cultura no acesso ao fomento indireto devem ser compreendidas à luz de um modelo de administração pública historicamente orientado por uma racionalidade tecnocrática e mercadológica.

A despeito de todas as dificuldades enfrentadas pela PNCV, as quais levaram a um processo de desarticulação das redes de pontos de cultura a nível nacional observado entre 2016 e 2022, a estrutura legal da política permitiu sua continuidade e sua rearticulação por meio de novos programas e pactuações federativas mesmo nos períodos de desmanche do MinC e da triste reorientação político-ideológica promovida no governo Bolsonaro. A adesão à PNCV passou a integrar a lógica do Sistema Nacional de Cultura (SNC), e os Pontos de Cultura foram reconhecidos como entidades culturais locais de interesse público. Neste processo, tomando os elementos teóricos da TDP, é possível afirmar que a construção do Cultura Viva logrou constituir articular um conjunto de coletivos artísticos e culturais ao que Brizuela (2022) caracteriza como o âmbito da institucionalidade das políticas públicas de

cultura no Brasil. A partir do ‘esvaziamento’ do significante cultura, a trajetória do programa aponta para processos de articulação de coletivos muito diversos e heterogêneos que, com o passar do tempo, passam a identificar-se como ‘ponteiros’.

A partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015a), pode-se compreender essas articulações como processos nos quais diferentes demandas e identidades culturais se articulam por meio de uma lógica equivalencial em torno de certos pontos nodais - entre os quais identificou-se os de *ponto de cultura*, *gestão compartilhada* e *base comunitária*, entre outros. Refletindo sobre “que tipo de institucionalidade é possível criar a partir dos movimentos socioculturais” e sobre “que tipo de alcance, êxito e estabilidade pode ter essa institucionalidade”, Brizuela (2022, p. 123-124) observa que a trajetória da implementação do programa tem sido pouco linear e contínua. Canclini (2022, p. 48) defende que a análise do PNCV põe em destaque disputas e conflitos “não resolvidos, mas já indisfarçáveis, que alertam para o esgotamento de certos tipos de governança”. Nesse sentido, é preciso retomar as contribuições de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), para os quais a política cultural implica em uma relação inextricável entre cultura e política, posto que as práticas sociais e seus sentidos não podem ser considerados à parte das relações de poder. O entendimento das tensões, conflitos e antagonismos entre o discurso hegemônico de organização e os pressupostos do PNCV pode contribuir para explicar, ao menos em parte, as dificuldades enfrentadas por pontos, pontões e redes de pontos de cultura na última década e os desafios políticos a elas relacionados.

Ao garantir recursos públicos diretos e ampliar a responsabilidade federativa pelo financiamento da cultura, tanto a LPG quanto a PNAB não apenas enfrentam a histórica ausência de recursos no setor, mas inauguram um novo patamar de institucionalização da política cultural brasileira. Pela primeira vez, a cultura deixa de depender quase exclusivamente de patrocínios privados ou de programas intermitentes e passa a contar com mecanismos robustos e estáveis de transferência direta de recursos. Esse movimento redefine as condições de disputa no campo, pois reconhece os Pontos de Cultura e demais expressões comunitárias como sujeitos prioritários do financiamento, reposicionando-os de meros beneficiários ocasionais a protagonistas da política cultural. Trata-se, portanto, de uma inflexão decisiva: a partir da LPG e da PNAB, abre-se a possibilidade concreta de superar barreiras históricas de exclusão e de instaurar uma nova gramática de fomento, em que a cultura de base comunitária se consolida como eixo estruturante da política. É justamente nesse contexto que se situa o último marco desta análise, no qual se condensam as tensões

mais recentes e relevantes para compreender os atuais rumos da institucionalização do campo da cultura no Brasil.

5.3 OS NOVOS MARCOS DO FOMENTO À CULTURA: A CONSTRUÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO E DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

Estudo realizado pela UNESCO e diversos colaboradores (2021), demonstra que pelo menos 2.647.000 postos de trabalho nas indústrias culturais e criativas foram comprometidos na América Latina durante a pandemia da COVID-19. Conforme discorrem Nascimento (2021) e Semensato e Barbalho (2021a), a pandemia, como fator externo e intempestivo, aprofundou problemas e dificuldades históricas do campo da cultura no Brasil, adicionando ainda novos desafios. Canclini (2022, p. 29) identifica, contudo, que no enfrentamento aos transtornos inesperados da pandemia da COVID-19, “o Brasil foi o país latino-americano onde se conseguiu o maior volume de recursos emergenciais e uma distribuição descentralizada para os municípios”. Melo (2022, p. 87) destaca, nesse sentido, que o ‘jogo’ entre a produção independente ou precarizada e a institucionalização da Cultura também foi uma peça fundamental na Lei Aldir Blanc” - a chamada LAB I.

Isso foi possível apenas na medida em que, como resposta à conjuntura delicada que ameaçou a sobrevivência de uma pluralidade de trabalhadores da cultura, ocorreram mobilizações que envolveram agentes e gestores municipais e estaduais da cultura, sindicatos, artistas, equipes parlamentares, organizações, movimentos sociais, entre outros (BARBALHO; SEMENSATO, 2021a, 2021b; NASCIMENTO, 2021). Nascimento (2021) descreve que, no período, - a despeito de inúmeros elementos dificultadores para o processo organizacional, sobretudo formal - estratégias de ação foram desenvolvidas e uma rede de atores sociais se engajaram em articulações de grande amplitude, possibilitando, um ‘(re)organizar’ contra-hegemônico que pode contribuir com caminhos e ensinamentos a novos movimentos sociais, lutas e formas de resistência”.

A publicação da LAB I se concretizou em agosto de 2020, através da Lei nº 14.170/20, a qual ficou inicialmente conhecida como lei de emergência cultural, posteriormente ganhando o nome em homenagem ao letrista e compositor Aldir Blanc, vítima da COVID-19 (NASCIMENTO, 2021). No entanto, esse processo de consolidação política esteve relacionado a importantes desafios, tendo frustrado expectativas especialmente relacionadas aos procedimentos burocráticos estabelecidos para requerer e aplicar o recurso em nível municipal ou estadual. Dentre as exigências, constava a apresentação de um Plano

de Ação com: a previsão de destinação dos recursos; a divisão de responsabilidades entre estados e municípios; a exigência de um relatório final de gestão, a ser preenchido pelo gestor do ente federado e que incluía detalhamentos da aplicação do recurso em nível local (SEMENSATO; BARBALHO, 2021a). As formas de aplicação do recurso eram restritas à ações de:

(1) renda emergencial mensal aos trabalhadores(as) da cultura, sendo a distribuição desse recurso de responsabilidade dos estados e Distrito Federal; (2) subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, sendo esse recurso de responsabilidade dos municípios e Distrito Federal; (3) editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, espaços e iniciativas; sendo esse recurso de responsabilidade dos estados, Distrito Federal e municípios (SEMENSATO; BARBALHO, 2021a, p. 91).

Outro elemento dificultador foram os prazos estabelecidos. Os municípios tiveram, inicialmente, 60 dias a partir da liberação dos recursos, para destiná-los. A previsão inicial era de que os recursos não destinados neste prazo, seriam automaticamente revertidos aos fundos e órgãos estaduais. Nesta proposta, os estados teriam 120 dias para destinar os recursos recebidos da União e 60 dias para destinar os recursos revertidos pelos municípios. Nascimento (2021) relata as formas pelas quais os atores sociais do campo da cultura se articularam politicamente para reverter esta normativa, ante o fato de que - com essas exigências - parte expressiva dos recursos não foram disponibilizados no prazo definido.

A despeito das dificuldades contidas na regulamentação, a LAB I viabilizou a distribuição descentralizada e em parcela única, de três bilhões de reais para estados, Distrito Federal e municípios. Conforme destacam Semensato e Barbalho (2021a), a lei renovou o impulso ao SNC junto aos agentes do campo cultural e aos gestores culturais municipais, gerando uma externalidade positiva e revigoramento da complexa política do SNC. Desde então, estados e municípios vêm concedendo maior atenção para cumprir com requisitos do recebimento de recursos do governo federal, muitos deles reavivando as instituições de seus sistemas de cultura (SEMENSATO; BARBALHO, 2021a).

É na esteira dos processos da LAB I, que a LPG e a PNAB são construídas, tendo como principal mote a proposta de descentralização de recursos adotada originalmente para fins emergenciais (CANCLINI et al., 2022; SILVA JÚNIOR, 2021). Conforme destaca Silva Júnior (2021), muito por conta da influência do significativo desempenho da LAB I, os agentes culturais e lideranças políticas encaminharam o Projeto de Lei nº 73, no primeiro dia de setembro de 2021, denominado Lei Paulo Gustavo e o Projeto de Lei (PL) nº 1518, de 28 de abril de 2021, denominado Política Nacional Aldir Blanc (SILVA, 2021). Ambos os

projetos tinham o mesmo caráter descentralizador da LAB I, tratando da liberação de recursos distribuídos pela União e executados pelos estados e municípios.

O PLC 73/21 - que criou a Lei Paulo Gustavo (LPG) - teve sua origem no Senado Federal, a partir da proposição do senador Paulo Rocha (PT/PA). Contando com amplo apoio e mobilização da sociedade civil na sua construção, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, no dia 24 de fevereiro de 2021, com 411 votos favoráveis e 27 contrários, e, no Senado Federal, em 24 de novembro de 2021, com 68 votos favoráveis e 5 votos contrários. Apesar da aprovação por maioria expressiva, o PLC foi vetado pelo Governo Federal à época, através da figura do então presidente Jair Bolsonaro, sob a alegação de que criava despesa pública sem compensação fiscal e contrariava o teto de gastos e o interesse público.

Já o PL n.º 1518/2021, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), tramitou inicialmente na Câmara dos Deputados. Aprovado com ampla maioria, o texto foi submetido ao Senado Federal e aprovado com total de 69 votos favoráveis e nenhum contrário, em 15 de março de 2022. De forma idêntica ao que ocorreu com o PLC 73/2021, apesar da unanimidade de sua aprovação no Senado Federal, o texto foi integralmente vetado por Jair Bolsonaro, sob alegações muito similares: o texto seria inconstitucional por contrariar o interesse público ao criar obrigação de despesa anual continuada de R\$ 3 bilhões, sem indicar a fonte da compensação fiscal. Após muita mobilização social, ambos os vetos presidenciais foram derrubados pelo Congresso Nacional no dia 05 de julho de 2022.

Em agosto, o Governo Federal editou a Medida Provisória (MP) 1.135/2022, com o objetivo de adiar os repasses para a Lei Paulo Gustavo, o que mais uma vez frustrou as expectativas. No entanto, ao final de 2022, o Supremo Tribunal Federal foi provocado a se manifestar sobre o tema e decidiu suspender a MP, garantindo a manutenção dos valores conforme previstos no texto inicial. Em fevereiro do ano seguinte, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou a liminar que assegurou o repasse de recursos da LPG durante o exercício do ano de 2023. Já no caso da PNAB, ainda que os repasses a estados e municípios tenham sido realizados a partir de dezembro de 2023, a demora na regulamentação da lei e no estabelecimento dos critérios para a aplicação dos recursos disponibilizados fez com que seu primeiro ciclo tivesse início somente a partir de abril de 2024.

O apoio no congresso e no senado federal para a aprovação da LPG e da PNAB e para a derrubada dos vetos presidenciais e da MP 1.135/2022 pode, ao menos em parte, ser explicado pelo caráter ‘suprapartidário’ que os processos de articulação da sociedade civil procuraram promulgar às propostas de descentralização de recursos desde sua gênese. Conforme destacam Nascimento, Scherer e Dellagnelo (2024) a partir do trabalho de

Nascimento (2021), com o desenvolvimento das primeiras pesquisas de impacto da Covid-19 no setor cultural - em alguns casos em conjunto com universidades e conselhos estaduais de cultura -, observou-se a criação de outros grupos, projetos, coletivos independentes; e o fortalecimento daqueles que já haviam sido criados em outros momentos⁹⁰. Nesta construção, realizada em um contexto de domínio de perspectivas alinhadas à extrema-direita e à direita tanto no congresso nacional como no senado, apresentou-se um esforço para apresentar o projeto enquanto suprapartidário e ‘desvinculado’ da agenda política dos partidos de esquerda. Posteriormente, observou-se iniciativas de vinculação entre as manifestações do campo da cultura e o interesse da sociedade como um todo (NASCIMENTO, 2021).

Neste processo articulatório da sociedade civil, destaca-se o papel dos chamados Comitês da Lei Paulo Gustavo, criados como instâncias organizadas de diálogo, acompanhamento e mobilização da sociedade civil em torno, inicialmente, da aprovação e sanção da LPG. Esses comitês atuaram em diferentes escalas: nacional e estadual, funcionando como instâncias articulatórias entre os agentes culturais e o poder público. Posteriormente, tais coletivos teriam atuação fundamental nos processos de implementação dos recursos da LPG.

No plano federal, foi instituído um Comitê Gestor da Lei Paulo Gustavo, composto por representantes do Ministério da Cultura, entes federativos e sociedade civil, encarregado de coordenar a distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Cultura para estados, municípios e Distrito Federal. Esse comitê foi responsável por definir critérios, cronogramas e diretrizes para adesão, planos de ação e liberação dos recursos conforme o Decreto nº 11.453/2023. Paralelamente, os estados passaram a constituir Comitês Estaduais da Lei Paulo Gustavo, compostos por secretarias estaduais, conselhos de cultura, gestores municipais e representantes de movimentos culturais locais.

A atuação dos comitês possibilitou a construção de um modelo descentralizado e participativo no processo de construção da LPG, compatível, em alguma medida, com princípios da cultura de base comunitária e gestão compartilhada. No estado de Santa Catarina, por exemplo, o Comitê Estadual organizou plenárias com a presença do Ministério da Cultura para esclarecer etapas de regulamentação e execução da LPG. Cabe notar de antemão que - espelhando uma realidade que pôde ser observada também a nível nacional - o

⁹⁰ Acerca disto, Nascimento (2021) destaca que após a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, houve o desencadear de ataques, aparelhamentos e desmontes na cultura notou-se uma ascendência em termos de mobilização no referido campo.

Comitê da Lei Paulo Gustavo em Santa Catarina só foi viabilizado através da participação de lideranças relacionadas ao PNCV.

Já apontei anteriormente que a participação de redes e coletivos que constituem o PNCV tiveram papel central na construção dos mecanismos descentralizados de fomento da LAB, da LPG e da PNAB - isso tem sido ressaltado por outros autores. Para Moreira (2022, p. 93), a mobilização que viabilizou a aprovação e a implementação da LAB I foi “fortemente conduzida por participantes de diversos Pontos de Cultura, articulados em redes comunitárias e em espaços autogestionados de produção cultural”. Melo (2022, p. 88) afirma que no processo de gênese da LAB I, “as principais lideranças e os mobilizadores pela lei vieram e foram formados a partir dos Pontos de Cultura”. A autora (2022, 2024) destaca que as primeiras articulações para a construção da LAB I envolveram pessoas ligadas ao PNCV desde sua origem. Corroborando com essa afirmação, a Figura 5, extraída da página da Rede-SC no Instagram, também indica essa atuação no âmbito estadual.

Figura 5 - Mobilização da Rede-SC pela urgência na publicação dos editais



Fonte: adaptado de PONTOS SC (2020, *online*)

Nascimento (2021) também põe em evidência esse protagonismo, destacando o papel dos canais de comunicação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina nas mobilizações políticas relacionadas à aprovação, sanção, regulamentação e prorrogação da LAB I. Para Canclini (2022, p. 36), as mobilizações digitais decisivas para redigir a lei de emergência cultural Aldir Blanc se estenderam para a construção da PNAB, passando pela construção da LPG, por terem sustentação na Cultura Viva Comunitária e “graças às comunidades e seus Pontos de Cultura, edifícios, grupos musicais e de teatro, organizações comunitárias”. Ao encontro desta afirmação, Melo (2024, p. 6) argumenta que:

o uso tático dos recursos digitais revelou-se um dos motivos de êxito da criação da medida emergencial, transformando-se também no principal eixo das análises publicadas até o momento, em que relacionamos a cultura digital — impulsionada pela Política Nacional de Cultura Viva e pelos Pontos de Cultura — às habilidades de comunicação dos articuladores da [Lei] Aldir Blanc I.

Somando-se a isso, Moreira (2022) argumenta que houve uma influência conceitual direta da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) sobre os fundamentos das leis emergenciais - LAB I e LPG - e da PNAB. Para ele, tais mecanismos incorporaram princípios estruturantes do PNCV - centrais na trajetória da política e de seus dispositivos operacionais. Turino (*apud* MOREIRA, 2022, p. 93) argumenta que esta relação política e discursiva pode ser notada a partir de elementos tais como “o princípio da universalidade, da descentralização, da emergência, bem como o aspecto da desburocratização”.

Exposta esta relação, pode-se argumentar que os processos de articulação relacionados à construção da LAB I, da LPG e da PNAB podem ser explicados, pelo menos em parte, a partir de uma retomada dos processos articulatórios e das relações contingentes de identificação explorados no item anterior. Essa retomada indica certa reativação de sentidos disputados na trajetória do PNCV e que passam, novamente, ao primeiro plano das disputas sociais no contexto da análise proposta. Nesse sentido, frisa-se que - assim como a institucionalização dos mecanismos indiretos de fomento à cultura dos anos 1990; a consolidação do modelo empresarial como modelo hegemônico de organização no campo; e as dificuldades que remetem à inconsistência e descontinuidade dos esforços para a ‘estruturação’ do campo entre as décadas de 2000 e 2010 - o PNCV e o conjunto de leis que constituem o recorte do presente projeto são fenômenos relacionados a partir de suas dimensões políticas (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

No que diz respeito aos impactos da LPG e da PNAB para o campo da cultura, pode-se argumentar que estas propõem uma reconfiguração inédita dos mecanismos de fomento à cultura no Brasil. A LPG previa o repasse de cerca de R\$ 3,862 bilhões para ações emergenciais no setor cultural em todo o país, mobilizando, em 2023, o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil (BRANDÃO, 2022; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2023e). Deste total, R\$ 2,797 bilhões foram destinados ao setor audiovisual para serem executadas em: produções audiovisuais, salas de cinema, cineclubes, mostras, e festivais. Outros R\$ 1,06 bilhões foram destinados a ações emergenciais para os demais segmentos culturais, por meio de editais, chamadas públicas e premiações. Por meio da adesão à lei para o recebimento dos recursos, os entes federados se comprometeram a aderir ao SNC, implementando seus componentes ou fortalecendo-os quando já implementados (BRASIL, 2024a).

Já a PNAB teve prevista uma vigência inicial de cinco anos, propondo originalmente, um repasse anual de R\$3 bilhões de recursos federais a estados e municípios. Em oposição à LAB I e à LPG, as quais consistiram em propostas emergenciais, a PNAB foi proposta enquanto política estruturante para o setor. Conforme mencionado na introdução do trabalho, sua aplicação teve um impacto maior e mais direto para os Pontos de Cultura, uma vez que - ao longo de sua regulamentação - foi estabelecida a reserva de um percentual dos recursos especificamente para a política⁹¹ (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2023b).

Por este prisma, os processos de implementação da LPG e da PNAB não apenas emergem relacionados aos desafios estruturais do financiamento à cultura e das políticas públicas culturais históricos no Brasil, mas também mobilizam um processo de reativação dos sentidos sedimentados e institucionalizados no campo discursivo da cultura no Brasil. Essa reativação atravessa sentidos fixados em práticas sociais, especialmente administrativas e burocráticas do estado, e as inscreve no terreno do político, conforme formulado na TDP de Laclau e Mouffe (2015a). Neste enquadramento teórico, a cultura não pode ser entendida como uma categoria neutra ou consensual, mas como um campo de significações em disputa, onde diferentes projetos societários procuram hegemonizar o sentido legítimo do que deve ser reconhecido, valorizado e financiado como produção cultural.

O que se observa é uma reconfiguração do campo cultural enquanto espaço de disputa por hegemonia, no qual os sentidos de cultura e de organização passam a ser reativados por meio de lógicas políticas que confrontam formas neoliberais e tecnocráticas de gestão cultural. As lógicas que estruturam as ações da LPG e da PNAB não apenas propõem mecanismos descentralizados de fomento, mas também produzem uma transição desde uma perspectiva centralizadora da gestão pública para formas de gestão descentralizada e cooperativa e de participação social - práticas que reatualizam demandas organizadas nos movimentos por políticas públicas de cultura desde o início dos anos 2000.

O resultado das eleições presidenciais de 2022 fez com que o contexto de implementação da LPG e do primeiro ciclo da PNAB tenha sido muito diferente do seu contexto de aprovação e sanção - bem como do contexto de implementação da LAB I. Na esteira da vitória da chapa de Lula e Alckmin na disputa das eleições presidenciais de 2022, no início do ano de 2023 houve a recriação do MinC e a nomeação de Margareth Menezes como responsável pela pasta. Após algumas críticas iniciais a uma suposta morosidade do

⁹¹ Os dados sobre o processo de implementação da LPG e da PNAB serão expostos no capítulo seguinte, mas cumpre adiantar que a garantia deste recurso está relacionada à mobilização da Rede de Pontos de Cultura a nível nacional. O processo também teve desdobramentos em Santa Catarina, mobilizando posicionamento da Rede-SC e de coletivos que a compõem.

processo de reconstituição da pasta, os projetos supracitados, que tramitaram no aparato burocrático do estado sem muitos avanços após a derrubada do veto, passaram a ser estruturados e respaldados com recursos através de sua vinculação ao superávit financeiro do FNC.

O retorno do MinC no terceiro governo Lula representou não apenas a reativação de uma estrutura administrativa para a execução das políticas públicas culturais, mas uma reconfiguração simbólica do campo cultural brasileiro a partir de novos limites discursivos. O processo de reconstrução do MinC logrou articular uma série de demandas de atores sociais que protagonizaram as disputas pela LAB I, pela LPG e pela PNAB, a partir da relação de antagonismo com as práticas de governo dos anos anteriores, caracterizadas pelo desmonte administrativo e pelo silenciamento da diversidade cultural. Para além das evidências desse processo que podem ser encontradas, por exemplo, nas cartilhas de apresentação da LPG e da PNAB elaboradas pelo ministério (BRASIL, 2023c, 2023d), e nos discursos oficiais de suas autoridades; observou-se que, em Santa Catarina, parte significativa das lideranças envolvidas nas disputas do campo discursivo da cultura nos últimos anos foi absorvida pelos quadros do ministério.

Os processos de implementação da LPG e a PNAB envolvem, assim, práticas articulatórias que desestabilizam sedimentações anteriores. Tais práticas, como procuro argumentar, reintroduzem na arena política demandas historicamente marginalizadas - especialmente aquelas vinculadas à cultura de base comunitária, às expressões populares, aos territórios periféricos e aos modos coletivos de organização. Dessa forma, abrem espaço para a construção de novas cadeias de equivalência entre coletivos culturais que antes não eram reconhecidos como legítimos interlocutores do Estado (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Em síntese, a análise do processo de institucionalização do campo da cultura no Brasil, no recorte desta pesquisa, permitiu identificar três pontos de inflexão que revelam tanto continuidades quanto rupturas nas disputas pelos sentidos de cultura e de organização. O primeiro deles, associado às políticas de fomento indireto dos anos 1990, marcou a hegemonização da lógica de mercado no campo cultural e a difusão do discurso da cultura como “bom negócio”, reconfigurando práticas organizacionais sob parâmetros empresariais. O segundo, vinculado ao Programa Nacional Cultura Viva e à sua posterior transformação em política, representou a ampliação do sentido de cultura a partir do protagonismo comunitário, tensionando a tradição centralizadora das políticas culturais e abrindo espaço para disputas contra-hegemônicas. Por fim, o terceiro, desencadeado pelos dispositivos da LPG e da PNAB,

sinaliza uma alteração estrutural no financiamento público da cultura. Esses três momentos não configuram uma trajetória linear de avanços, mas pontos nevrálgicos em que a institucionalização se mostra como processo precário, instável e permanentemente tensionado, no qual sentidos sedimentados são reativados e reconfigurados em práticas sociais e políticas.

6. OS SENTIDOS DE ORGANIZAÇÃO E CULTURA DISPUTADOS PELA REDE DE PONTOS DE CULTURA DE SANTA CATARINA NOS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO E DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

O presente capítulo é dedicado, em especial, à análise da maior parte dos dados primários obtidos nesta pesquisa. Propõe-se aqui um exercício que visa o cumprimento dos objetivos específicos (b) e (c) do estudo, constituindo as prerrogativas para a discussão relativa ao objetivo (d). A proposta consiste em apresentar uma análise das práticas organizativas da Rede-SC no recorte do período de implementação da LPG e da PNAB em associação às disputas que o coletivo protagoniza em torno das ideias e sentidos de cultura e organização nestes mesmos processos de implementação. No primeiro tópico são apresentados separadamente os marcos fundamentais da implementação da LPG e do primeiro ciclo da PNAB. No segundo subcapítulo, é apresentado um breve histórico dos processos de constituição e articulação da Rede-SC, considerada necessária para fins de conferir à análise certo grau de historicidade. No terceiro capítulo, são analisadas as tensões, os conflitos e os antagonismos que atravessam a organização e articulação da Rede-SC.

6.1 A PARTICIPAÇÃO DA REDE DE PONTOS DE CULTURA NOS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO E DO 1º CICLO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC EM SANTA CATARINA

Esta seção tem o propósito de apresentar os dados gerais e os marcos da institucionalização da PNCV no contexto de implementação da LPG e do primeiro ciclo da PNAB em Santa Catarina. Dentre estes marcos, são priorizados aqueles que contribuem para ilustrar ou dimensionar o envolvimento da Rede-SC e/ou de coletivos e artistas que a compõem no âmbito dos processos analisados. São utilizadas fontes primárias e secundárias para a realização desta narrativa, a qual não se propõe ‘objetiva’ na medida em que é realizada desde os pressupostos teórico-epistemológicos da TDP (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015a). Ao caráter descritivo proposto, subjaz, assim, um recorte politicamente orientado, reconhecido de antemão⁹².

⁹² Conforme disposto no Capítulo 4, referente à estratégia de pesquisa e aos procedimentos metodológicos realizados.

Em suma, destaca-se no recorte deste item a presença dos integrantes da Rede-SC nas operativas nacional e estadual da lei; a participação articulada na Conferência Estadual de Cultura e nas reuniões prévias; a atuação nos comitês de oitivas da FCC para o audiovisual e demais áreas; a articulação junto a outros coletivos do PNCV! na Conferência Nacional de Cultura; a presença ativa nas audiências públicas de junho e julho; os tensionamentos com prazos de execução, modelos de editais e atrasos nos repasses; bem como o expressivo número de projetos contemplados de seus membros nos editais da LPG.

A estratégia de exposição adotada, portanto, apresenta um recorte mais descritivo (este item 6.1) e outro mais analítico (itens 6.2 e 6.3). Tal estratégia apresenta a vantagem de possibilitar uma espécie de reconstituição dos procedimentos da pesquisa etnográfica, descrevendo eventos observados, decisões tomadas, e caminhos trilhados na pesquisa de campo. O objetivo central é conferir maior verificabilidade e transparência à pesquisa na medida em que a descrição dos acontecimentos pode contribuir para vincular determinados achados e conclusões a eventos, posições, disputas ou situações específicas. O ônus associado a esta escolha expositiva mais maçante aos leitores, espera-se, pode assim ser justificado.

Optou-se ainda por dividir a presente seção em duas partes. A primeira discorre sobre os marcos do processo de implementação da LPG, e a segunda apresenta os marcos do processo de implementação da PNAB. Apesar da sobreposição destes dois processos em boa parte do período analisado, especialmente no ano de 2024, a escolha realizada justifica-se por contribuir para uma maior clareza na exposição dos acontecimentos. Cumpre salientar que esta sobreposição é um dado explorado na análise e que, para fins da análise e compreensão dos processos articulatórios da Rede-SC nos termos propostos neste trabalho, estes processos podem ser considerados indissociáveis.

6.1.1 A implementação da Lei Paulo Gustavo em Santa Catarina e os marcos da participação da Rede-SC neste processo

A Lei Complementar (LC) nº 195, de 8 de julho de 2022, ficou conhecida popularmente como Lei Paulo Gustavo (LPG), em homenagem ao artista de mesmo nome, vítima de Covid-19, cuja morte gerou comoção nacional, repercutindo no fortalecimento da atuação da classe artística e da sociedade em defesa da categoria. A criação desta lei teve como principal motivação a crise econômica vivida pelo setor cultural como consequência do contexto de pandemia, na esteira de um processo que ficou conhecido como crise de

emergência cultural (NASCIMENTO, 2021). A verba de R\$3.862.000.000,00⁹³ destinada para a LPG teve originalmente como fontes principais os superávits do Fundo Setorial do Audiovisual⁹⁴ (FSA) e de outras fontes de receita vinculadas ao Fundo Nacional de Cultura⁹⁵ (FNC). Sua proposta continha um caráter descentralizador, na medida em que previa o repasse do total dos recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios para aplicação em ações emergenciais que visem combater e mitigar os efeitos sociais e econômicos da pandemia da Covid-19 sobre o setor cultural (NICOLAU, 2022).

Do valor total destinado à LPG, foi reservado o total de R\$2.797.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e noventa e sete milhões de reais) exclusivamente a ações na modalidade de recursos não reembolsáveis ao audiovisual. A divisão deste recurso foi feita da seguinte forma: a) R\$1.957.000.000,00 para apoio a produções audiovisuais, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento; b) R\$447.500.000,00 para apoio a reformas, restauros, manutenção e funcionamento de salas de cinema; c) R\$224.700.000,00 para capacitação, formação e qualificação no audiovisual, apoio a cineclubes e à realização de festivais e mostras de produções audiovisuais; e d) R\$167.800.000,00 para apoio às microempresas e às pequenas empresas do setor audiovisual. Neste último caso, o recurso é disponibilizado exclusivamente para Estados e Distrito Federal.

Somando-se a isso, o valor de R\$1.065.000.000,00 (um bilhão, sessenta e cinco milhões de reais) foi reservado às demais áreas, exclusivamente a ações na modalidade de recursos não reembolsáveis, da seguinte forma: a) apoio ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária; b) apoio, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento; e c) desenvolvimento de espaços artísticos e culturais, de microempreendedores individuais, de microempresas e de pequenas empresas culturais, de cooperativas, de instituições e de organizações culturais comunitárias. O Quadro 5 resume as possibilidades de aplicação de recursos estipulados nas diretrizes da LPG⁹⁶.

Quadro 5 - Possibilidades de aplicação de recursos da LPG no audiovisual e nas demais áreas.

Audiovisual (72,5%)	Demais Áreas (27,5%)

⁹³ Do valor total, ressalta-se uma possibilidade de utilização de até 5% do valor destinado aos entes federativos para gestão e operacionalização da LPG, conforme previsto na LC nº 195/2022 (BRASIL, 2022a).

⁹⁴ O FSA foi criado pela Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006a).

⁹⁵ O FNC foi criado pela supracitada Lei Rouanet.

⁹⁶ Puderam concorrer à verba da LPG: pessoas físicas; empresas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos, como associações, fundações e organizações da sociedade civil. Para que pessoas físicas ou jurídicas tenham direito ao recurso, é imprescindível que atue na área de cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2023d).

Produções audiovisuais	Apoio ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária
Reforma, restauro, manutenção e financiamento de salas de cinema	
Capacitação, formação e qualificação em audiovisual	Apoio, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento, a agentes, iniciativas, cursos, produções ou a manifestações culturais
Apoio a cineclubes	
Realização de festivais e mostras	
Realização de rodadas de negócios	
Desenvolvimento de cidades de locação	Desenvolvimento de espaços artísticos e culturais, de microempreendedores individuais, de micro e pequenas empresas culturais, de cooperativas, de instituições e de organizações comunitárias que tiveram as atividades interrompidas devido às medidas de isolamento social para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.
Apoio a micro e pequenas empresas	
Serviços independentes de vídeo por demanda, cujo catálogo seja composto por ao menos 70% de produções nacionais	
Licenciamento de produções audiovisuais	
Distribuição de produções audiovisuais nacionais	

Fonte: elaborado pelo autor

Para Santa Catarina, a LPG destinou um total de cerca de R\$125 milhões, divididos entre o estado e os municípios catarinenses. A verba destinada à gestão estadual totalizou o montante de R\$60,2 milhões. Deste valor, cerca de R\$46,71 milhões de reais foram destinados ao audiovisual. Os restantes R\$16,74 milhões foram destinados às demais áreas. Já o total distribuído para os municípios catarinenses foi de R\$64,8 milhões. Este montante foi rateado para os 286 municípios do estado que aderiram à LPG conforme os critérios de alocação e distribuição previstos na LPG e no Decreto nº 11.525/2023, que regulamenta a lei⁹⁷ (BRASIL, 2022a, 2023c). Cabe ressaltar que a adesão de estados e municípios ocorreu mediante a assinatura do termo de adesão e o envio do Plano de Ação na plataforma Transfere Gov até a data do dia 11 de julho de 2023 e que a adesão de 286 municípios é bastante expressiva, representando uma taxa de cerca de 97% dos municípios catarinenses⁹⁸ (FECAM, 2023).

⁹⁷ Os critérios de distribuição entre os municípios seguiram princípios idênticos aos de distribuição dos valores estaduais, considerando: a) população do estado, DF ou município (80% de peso na alocação dos recursos); e, b) Cota de contribuição do estado, DF ou município para o Fundo de Participação dos Estados ou para o Fundo de Participação dos Municípios (20% de peso na alocação dos recursos) (BRASIL, 2022a).

⁹⁸ Conforme dados do IBGE (2025), são reconhecidos, no total, 295 municípios no estado de Santa Catarina.

O percentual de adesão é ainda mais significativo se consideradas as responsabilidades assumidas pelos entes federados na assinatura do termo de adesão da LPG. Para além do compromisso de realização e comprovação de adequação orçamentária através da plataforma Transfere Gov, a LC nº 195/2022 estabeleceu critérios claros acerca dos mecanismos de aplicação dos recursos, determinando que os entes federativos deveriam “desenvolver ações emergenciais por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios ou outras formas de seleção pública simplificadas” (BRASIL, 2022a, *online*). Ademais, os entes federativos assumiram a responsabilidade de implementação do chamado CPF da cultura (conselho de cultura, plano de cultura e fundo de cultura) até a data do dia 30 de junho de 2024. Esta vinculação ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) prevista na lei foi recorrentemente suscitada em debates e conversas observadas em minha pesquisa de campo⁹⁹.

A LPG também introduziu uma modificação relevante no campo das políticas públicas culturais ao permitir, entre as formas possíveis de prestação de contas, a modalidade por execução do objeto, conforme disposto no §1º do artigo 10. Essa diretriz representa um avanço em relação às práticas tradicionais centradas predominantemente na comprovação financeira dos gastos, uma vez que desloca o foco da fiscalização para os resultados efetivamente alcançados com os recursos públicos, permitindo que a comprovação da devida aplicação do recurso se dê, prioritariamente, pela entrega dos produtos e serviços culturais previstos no plano de trabalho (BRASIL, 2022a).

A norma explicita que a prestação de contas pode ser efetuada por meio da vistoria direta do ente público (possibilidade que foi identificada como pouco explorada em virtude das dificuldades estruturais da gestão pública estadual e nos municípios) ou por entrega do objeto, nos termos dos artigos 9º e 10 da lei, desde que se demonstre a realização das ações culturais pactuadas e a observância dos critérios de economicidade e razoabilidade. O §2º do artigo 10 reforça essa perspectiva ao permitir que os entes federativos adotem procedimentos simplificados de análise e aprovação das prestações de contas, desde que garantida a verificação do cumprimento do objeto pactuado, ancorada na lógica dos resultados e na valorização da função social das políticas culturais, especialmente em contextos de fomento direto a artistas, coletivos e pequenas organizações culturais, que frequentemente enfrentam dificuldades na comprovação formal de despesas, apesar de realizarem plenamente suas propostas (BRASIL, 2022a).

⁹⁹ Conforme apontou um dos membros da Rede-SC à época, a LPG “tem um caráter emergencial, mas também esse vínculo estruturante com o SNC, que é muito importante” (COMITÊ LPG-SC, 2023g, *online*).

Além disso, o §3º do mesmo artigo prevê que, em casos de impossibilidade de comprovação por meio de documentos fiscais, admite-se a utilização de outros meios, como registros audiovisuais, listas de presença, materiais de divulgação, entre outros, para demonstrar a realização das ações culturais. Essa abertura normativa dialoga com as disputas travadas pela Rede Nacional de Pontos de Cultura, conforme exposto no capítulo anterior. Para mais, essa medida se alinha a uma tendência mais ampla de reformulação das práticas de controle e avaliação no campo das políticas públicas, aproximando-se das diretrizes estabelecidas por instrumentos como a Lei nº 13.019/2014, que institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (BRASIL, 2014a, 2022a).

O montante dos recursos executados através da LPG no território estadual superou o valor destinado originalmente - somando-se aí os rendimentos das aplicações dos recursos depositados -, totalizando R\$126,67 milhões de reais destinados ao fomento, o que representou uma taxa de 95,6% de execução¹⁰⁰. A título de comparação, conforme dados apresentados por representantes do MinC, a LAB I, executada alguns meses antes, atingiu o índice de cerca de 79% de execução do recurso destinado a SC (ALESC, 2023). Do total executado, R\$91,49 milhões foram destinados a projetos audiovisuais e R\$35,19 milhões às demais áreas (BRASIL, 2025d). A nível estadual, observou-se uma taxa de execução de 99,6% dos recursos. Já entre os municípios, foi verificado um percentual ligeiramente mais baixo de execução, de pouco mais de 91%. Joinville foi a cidade que mais recursos aplicou: cerca de R\$4,76 milhões, dos quais R\$3,4 milhões foram utilizados em projetos audiovisuais e R\$1,37 milhão em projetos relativos às demais áreas. Florianópolis, com R\$4,2 milhões na soma das duas rubricas, Blumenau (R\$2,93 milhões), São José (R\$2,03 milhões) e Itajaí (R\$1,9 milhão) também estiveram entre as cidades que mais receberam aporte (BRASIL, 2025d).

É preciso realizar uma digressão para destacar o papel do Comitê Estadual da Lei Paulo Gustavo de Santa Catarina (Comitê LPG-SC) no processo que resultou nessa significativa adesão à LPG em Santa Catarina. Conforme apresentou uma das ‘ponteiras’ integrantes do coletivo:

Somos o Comitê de Santa Catarina da Lei Paulo Gustavo e, neste momento, representamos 295 Municípios do nosso Estado, é em nome desse Comitê que agradeço a iniciativa desta audiência pública. Estamos articulados com o comitê nacional e com os comitês estaduais de todo o País, que também nos acompanham agora *on-line*, integrando um processo de construção coletiva. Foi por meio de plenárias que participamos e construímos o texto desta Lei, nos mobilizamos e articulamos a aprovação dela no Congresso, e depois, com muita determinação e

¹⁰⁰ A soma dos valores destinados ao estado de Santa Catarina e aos municípios catarinenses com os rendimentos desses valores durante o período de execução da LPG totaliza cerca de R\$132,5 milhões (BRASIL, 2025d).

colaboração entre várias áreas das artes, derrubamos o veto presidencial da antiga gestão federal. Podemos dizer, então, que a Lei Paulo Gustavo é fruto da luta organizada de artistas, produtores, técnicos, fazedores e gestores de cultura, que há 23 meses se dedicam sobre essa matéria.” E a comunidade de Santa Catarina faz parte dessa história.

Para fins desta pesquisa, destaca-se no Comitê LPG-SC a participação dos ‘ponteiros’ de Santa Catarina. Isso fica expresso por uma participação ativa destes coletivos e artistas tanto no grupo de WhatsApp, quanto no grupo menor da Operativa do Comitê, quanto na representação estadual na Operativa do Comitê Nacional da LPG. Dos três representantes estaduais, identificou-se que dois compunham historicamente a Rede-SC. Conforme procuro evidenciar a seguir, este coletivo teve um papel fundamental na construção dos mecanismos e canais de participação social no processo de implementação da LPG em SC, constituindo-se enquanto um dos elementos empíricos centrais para a análise das disputas de sentido em torno do mesmo.

Corroborando com a proposição de centralidade do papel do Comitê LPG-SC, os primeiros marcos significativos do processo de implementação da LPG em Santa Catarina se dão a partir da publicação oficial da Portaria do MinC nº 2 em 15 de fevereiro de 2023, a qual instituiu o Grupo de Trabalho (GT) da LPG a nível nacional, composto por representantes de diversas secretarias e departamentos do MinC. A despeito de ser composto exclusivamente por representantes governamentais, o GT emergiu articulado às mobilizações da sociedade civil que desencadearam na construção da LPG, especialmente a partir da mediação de Márcio Tavares, uma das lideranças envolvidas na criação do Comitê Nacional da Lei Paulo Gustavo, que foi nomeado Secretário-Executivo do MinC no início de janeiro de 2023 e intitulado Presidente do Comitê Gestor da LPG. Segundo afirma a comunicação oficial do MinC (BRASIL, 2023e, *online*), a partir da criação do GT:

Representantes do ministério e das entidades vinculadas realizaram amplo processo de escuta ativa junto à sociedade civil, secretários estaduais e municipais de Cultura, fóruns e organizações de gestores estaduais e municipais em plenárias, audiências públicas, dentre outros – sempre com a intenção de prestar assistência técnica a municípios, estados e Distrito Federal. Mais de 15 mil pessoas participaram do processo. Foram apresentadas dúvidas e sugestões que nortearam os trabalhos da equipe do MinC com o objetivo de tornar a Lei acessível e facilmente aplicável nas mais diversas regiões do país, respeitando suas especificidades e urgências.

Também merece destaque a criação da Secretaria dos Comitês de Cultura (posteriormente intitulada Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura), a qual teve garantida a participação no GT da LPG, conforme previsto no artigo 2º da Portaria do MinC nº 2/2023 (BRASIL, 2023f, 2023g). Importante notar que a criação da secretaria e dos programas a ela vinculados ocorre a partir de um reconhecimento do papel do Comitê Nacional da Lei Paulo Gustavo e dos comitês estaduais criados para fins de articulação da

sociedade civil durante a disputa pela construção da LPG. Adianta-se também que, em Santa Catarina, o Escritório Estadual do Ministério da Cultura teve um papel bastante significativo para a implementação da LPG e da PNAB em seu primeiro ciclo e relações importantes com o processo de articulação da Rede-SC.

Após a criação do GT da LPG a nível nacional no dia 15 de fevereiro de 2023, ocorreu uma série de reuniões internas de articulação da Operativa do Comitê da Lei Paulo Gustavo em Santa Catarina (Comitê LPG-SC) entre o final de fevereiro de 2023 e o início de março de 2023. Essas reuniões somaram-se a um processo de mobilização através de grupo no WhatsApp, o qual reuniu cerca de 275 pessoas até culminar na realização da primeira assembleia do Comitê LPG-SC identificada no escopo desta pesquisa, realizada no dia 16 de março de 2023 de forma *online* através da plataforma Google Meet. Na reunião, uma das integrantes do Comitê LPG-SC apresenta o coletivo como uma iniciativa de organização voluntária da sociedade civil e explica a sua estrutura (COMITÊ LPG-SC, 2023a, *online*):

atualmente, contamos com um grande grupo de *WhatsApp*, que até o início dessa reunião contava com um total de 275 pessoas de diferentes atuações artísticas e culturais em Santa Catarina. Neste grupo, somos acompanhados pelo Binho [Nunes], que é coordenador geral do Departamento de Assistência Técnica a Estados e Municípios do MinC. [...] Esse grupo foi formado de forma espontânea pelas pessoas que assumiam tarefas que apareciam durante o nosso momento de mobilização pela derrubada de vetos, pela aprovação da lei, ainda na sua fase anterior. É também esse grupo que se responsabiliza por acompanhar então as notícias e calendários da lei, chamar reuniões, plenárias e afins.

Algumas considerações podem ser tecidas sobre a realização desta assembleia. Um aspecto a ser salientado foi a participação expressiva de representantes do poder público no encontro. Houve a participação de: Binho Perinotto e Thiago Leandro, representantes da Diretoria de Assistência Técnica a Estados e Municípios do MinC (DAST); Ana Lígia Becker, representante da Fundação Catarinense de Cultura (FCC); da Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputada Luciane Carminatti (PT/SC) e do deputado Marquito (PSOL/SC), também representante desta comissão; do Presidente do Conselho Estadual de Cultura (CEC-SC), Luiz Moukarzel; de Célia de Bortolli, representando o Conselho de Gestores de Cultura de Santa Catarina (CONGESC). Para mais, relatou-se, durante o evento, que o encontro estava sendo acompanhado por artistas, produtores e conselheiros municipais e estaduais de cultura (COMITÊ LPG-SC, 2023a).

Não obstante a significativa participação dos representantes do poder público, a reunião ficou marcada por dificuldades relacionadas ao acesso e à participação mediante ampla adesão de artistas e coletivos do estado ao debate. Problemas operacionais com a plataforma *Google Meet* levaram à restrição do acesso para apenas 100 pessoas

simultaneamente, o que gerou reclamações e insatisfação daqueles que não conseguiram acessar o debate. Além disso, foi destacada a necessidade da Operativa do Comitê LPG-SC de mais pessoas para dividirem as tarefas. Destacou-se em três oportunidades que “a operativa estadual est[ava] precisando, n[aquele] momento, de mais pessoas para assumir tarefas” durante a primeira assembléia do Comitê LPG-SC (COMITÊ LPG-SC, 2023a, *online*). A questão chegou a ser explorada e discutida no âmbito da própria reunião, uma vez que considerou-se que os problemas técnicos enfrentados refletiam a carência de estrutura de organizações voluntárias e autônomas da sociedade civil (COMITÊ LPG-SC, 2023a, *online*).

depois do problema técnico de hoje, é importante dizer que: todas as nossas atividades são realizadas a partir de uma estrutura que não tem dinheiro, então a gente usa mecanismos de organização que são emprestados. Então hoje a gente está usando uma sala emprestada, que teria capacidade muito maior do que para 100 pessoas, mas tivemos um problema técnico que não conseguimos resolver com a velocidade que o encontro merecia, por que não era o nosso *login*.

Nesta plenária, foi apresentada e aprovada uma proposta de organização e articulação territorial da sociedade civil, a ser efetivada a partir da realização de plenárias mesorregionais. Também foi apresentado um esforço do Comitê LPG-SC para a construção de dois formulários base de apoio para a realização das oitivas municipais e estaduais. O esforço foi associado explicitamente a preocupações com o calendário de execução da LPG, tendo em vista que a liberação da plataforma para a execução da lei estava prevista para meados de março¹⁰¹. Nas palavras de um dos membros da Operativa do Comitê LPG-SC: “esses formulários foram baseados em outros formulários que nós fomos discutindo, utilizando como exemplo, para construir a nossa contribuição”. Conforme expôs este mesmo membro, os documentos foram pensados para serem usados como uma base¹⁰² que objetivava permitir que fossem realizados “pré-entendimentos, levantamentos preliminares”, não substituindo a responsabilidade dos entes em estabelecerem buscas ativas em seus territórios (COMITÊ LPG-SC, 2023a, *online*).

A assembleia realizada pelo Comitê LPG-SC teve efeitos imediatos. No dia seguinte, 17 de março de 2023, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) enviou ofício a uma série de entidades, com destaque para o Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC) e

¹⁰¹ Conforme relatou um dos membros da Operativa do Comitê da LPG-SC, “depois que a plataforma estiver aberta, a própria lei diz, são 60 dias. Então você esperar a regulamentação, estudar a regulamentação, fazer as oitivas, escrever o plano de ação, em 60 dias... Só Houdini para fazer um negócio desses, ou um grupo de notáveis que se senta numa salinha e sai escrevendo, mas isso não é o objetivo da lei. Então façam as movimentações, comecem a explicar aos seus gestores municipais que essas coisas precisam estar acontecendo, precisam estar caminhando. Mas o MinC diz que vai demorar mais 30 dias [para abertura da plataforma], por que eu vou fazer agora? Não deixa para fazer de última hora, vai por mim, não vai dar tempo!” (2023, *online*).

¹⁰² O caráter de apoio foi bastante frizado na assembleia, a partir de falas como: “em momento nenhum nós [Comitê LPG-SC] queremos impor o uso desses formulários”; e, “Então use esses formulários, inspire-se nesses formulários, derive as suas perguntas iniciais [dele]” (COMITÊ LPG, 2023a, *online*).

para o próprio Comitê LPG-SC, convocando a nomeação de representantes para compor os grupos de organização das oitivas do audiovisual e das demais áreas. Novamente, estes grupos foram formados a partir da presença de membros da Rede-SC que ocuparam espaços de representação a partir de diferentes posições de sujeito - como conselheiros, como membros da operativa, e até como representantes governamentais (COMITÊ LPG-SE, 2023a, 2023b, 2023c, 2023d). Soma-se a isso o início das movimentações para a realização de uma Audiência Pública em articulação com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da ALESC, através da figura do Deputado Marquito (PSOL/SC).

As plenárias mesorregionais definidas como estratégia para a continuidade do processo de mobilização do Comitê LPG-SC foram realizadas entre a segunda quinzena de março e a primeira quinzena de abril de 2023. A plenária da mesorregião Oeste, organizada através de um grupo regional de *WhatsApp* foi realizada no dia 21 de março de 2023, contando com a participação de cerca de 32 pessoas através da plataforma Google Meet, na conta emprestada da Associação de Cinema e Vídeo de Chapecó e Região¹⁰³ (CINELO). O grupo criado contou com a participação de cerca de 40 municípios da região. A proposta geral da reunião foi apresentada a partir de uma ideia de nivelamento de informações para o início do trabalho regionalizado.

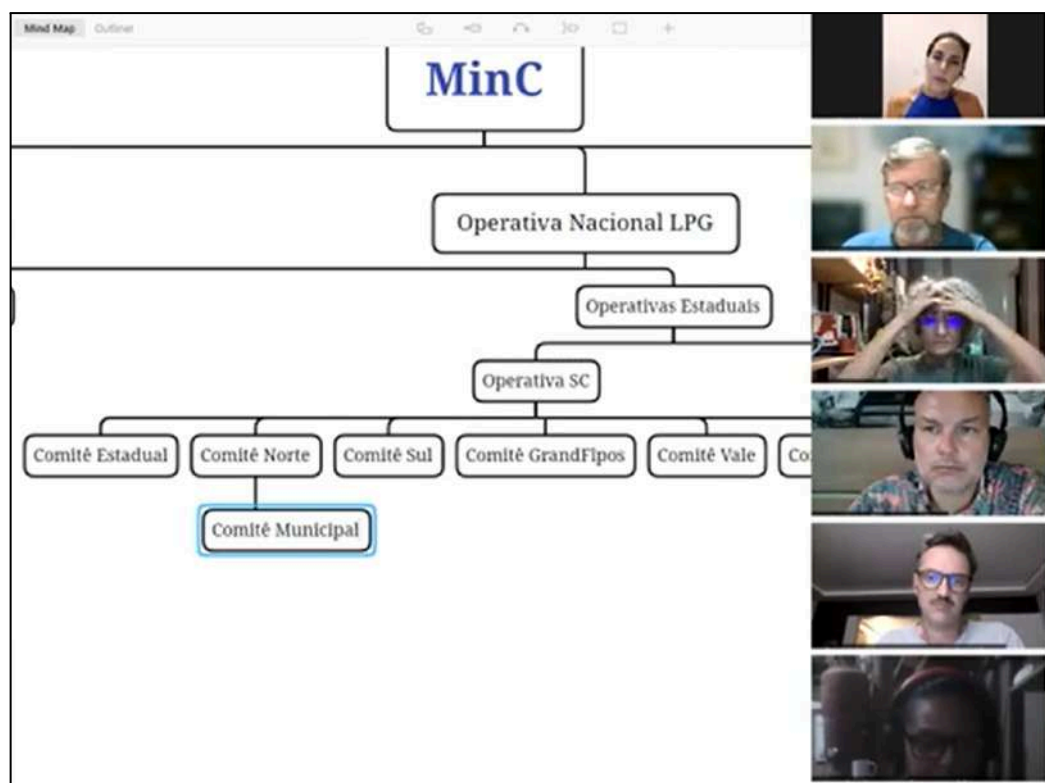
Segundo palavras de um dos representantes da Operativa do Comitê LPG-SC, “a gente observou ali no grupo que algumas pessoas estão bastante incluídas, já estão embrenhadas nos trâmites da LPG e outras, por outro lado, ainda nem sabem do que se trata, né... muitos gestores estão com dúvidas” (COMITÊ LPG-SC, 2023b, *online*). Dessa forma, cerca de dois terços da plenária foram dedicados à apresentação da LPG e de seus mecanismos, possibilidades, valores e processos. O tempo restante foi dedicado a perguntas e interações, e à organização da escolha de uma diretiva para a regional - realizada posteriormente pelo grupo de *WhatsApp* (COMITÊ LPG-SC, 2023b).

A assembleia regional da região norte foi realizada no dia 30 de março de 2023, através da plataforma Zoom, em conta cedida por um dos participantes, e contou com a participação de cerca de 25 pessoas. Após o início do encontro com uma roda de apresentação, chamou atenção a apresentação de um organograma do Comitê LPG-SC que ilustrava sua articulação com o Comitê Nacional da LPG, bem como a sua estratégia de organização por grupos mesorregionais. Destaca-se a participação de Carol Freitas, coordenadora de planejamento do PNCV no MinC. A figura 6, extraída do vídeo da reunião

¹⁰³ A força da CINELO foi saudada no âmbito da própria reunião. Cumpre também destacar que a associação foi uma das entidades convocadas pela FCC na construção do Comitê Gestor da LPG da FCC.

disponível no canal do Comitê LPG-SC no youtube, traz este recorte da apresentação. Nesta apresentação, foram destacadas as relações do grupo mesorregional com o Comitê LPG-SC, bem como as relações entre a operativa estadual e a operativa nacional através das instâncias anteriormente mencionadas. Houve também o incentivo para a criação de grupos municipais, conforme exposto na Figura 6 (COMITÊ LPG-SC, 2023c).

Figura 6 - Apresentação do organograma do Comitê LPG-SC



Fonte: Comitê LPG-SC (2023c, online)

No dia 03 de abril de 2023, foi realizada audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da ALESC no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, do Palácio Barriga Verde. A audiência foi realizada por solicitação do Deputado Estadual Marquito (PSOL/SC) e contou com falas do próprio deputado; da Deputada Estadual Luciane Carminatti (PT/SC); do então presidente da FCC, Rafael Nogueira; do presidente do CEC-SC, Luís Moukarzel; da representante do Conselho de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina (CONGES), Camila Rozette da Rosa; e da representante da Operativa do Comitê LPG-SC, Catarina Kinas. Ao final da audiência, foram realizadas manifestações e perguntas por parte das demais pessoas presentes. Destaca-se, na ocasião, a participação do Comitê LPG-SC, que, àquela altura, já estava representado na grande maioria dos municípios do

estado. Outro destaque do encontro foi a chamada para a realização do XI Fórum de Gestores da Cultura¹⁰⁴.

Um dia após a realização da audiência pública, no dia 04 de abril de 2023, o Comitê LPG-SC realizou a assembleia da mesorregião da Grande Florianópolis. A assembleia contou com a participação de: membros do quadro da FCC (Carol Freitas e Ademir Bussolo); de representante do CONGESC (Célia de Bortoli); de representantes da Associação de Jogos do Estado de Santa Catarina (Daniel Lima, Eliandro Saly e Thaynam Mariano), do presidente do CEC-SC, Luiz Moukarzel; e do recém nomeado coordenador do Escritório Estadual do MinC em Santa Catarina, Alexandre Martins. Nesta assembleia, destacou-se a baixa participação de representantes da sociedade civil. Destacou-se também a apresentação do Comitê Municipal da LPG em Florianópolis¹⁰⁵ - recém criado à época. Conforme apresentado na ocasião, o coletivo:

foi criado a partir do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis. É um conselho bastante organizado [...], com periodicidade documentada. Então acho que foi um caminho orgânico de organização, de já tirar as representações [para a operativa], que vai auxiliar a Fundação de Cultura de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC) e ajudar a criar as oitivas. Não é que a gente vá ser ‘a’ oitiva... a gente está pensando em modelo de três dias, um para abertura geral, um para o artigo 5º e outro para o artigo 8º. Então... a gente pensa é nesses modelos. O grupo tem pessoas bem articuladas, bastante articuladas com Brasília, então o grupo também faz essa ponte com o MinC. Então é um grupo de trabalho de apoio, mas isso não substitui em nada a participação da sociedade civil organizada (COMITÊ LPG-SC, 2023d, *online*).

Outro assunto bastante explorado na reunião foi o acúmulo de atividades, reuniões e eventos de articulação e mobilização da sociedade civil para a implementação da LPG. Neste sentido, um dos dados provenientes da observação de campo foi o fato de que as instâncias de articulação nacional, estadual, mesorregional e municipal dos Comitês LPG apresentaram composições relativamente similares, indicando a sobreposição de papéis por parte de membros da operativa estadual e de representantes na operativa nacional.

Cabe também destacar que os primeiros indícios de articulação da Rede-SC no processo de implementação da LPG puderam ser observados justamente na articulação em torno da escolha para a coordenação do Escritório Regional do Ministério da Cultura em Santa Catarina¹⁰⁶. Conforme relatou Ademar, um dos entrevistados desta tese:

¹⁰⁴ O Fórum de Gestores da Cultura ocorreu em Lages entre os dias 10 e 12 de maio de 2023, com participação de cerca de 300 pessoas, reunindo representantes de 135 municípios. Consistiu em um “importante momento de trocas de experiências e de nivelamento dos conhecimentos das gestões municipais do estado com relação à LPG”, segundo gestor com quem conversei durante uma atividade de formação promovida pelo Comitê de Cultura de Santa Catarina. Também merece menção a palestra de encerramento do encontro, a qual foi intitulada “Lei Paulo Gustavo e os Desafios para a Gestão Pública” (FECAM, 2023, *online*).

¹⁰⁵ Incentivado pelos membros da operativa estadual, o movimento de criação de operativas municipais dos Comitês da LPG reverberou, em especial, nos maiores municípios do estado.

¹⁰⁶ O nomeado, Alexandre Martins, é ‘ponteiro’ e bastante articulado à Rede-SC, conforme o próprio identificou-se em algumas oportunidades observadas (COMITÊ LPG-SC, 2023d, COMITÊ LPG-SC, 2023g).

Nós fizemos lives, organizamos debates, fizemos os mandatos se envolverem, mandato do Pedro Uczai (PT/SC), Mandato da Luciane Carminatti (PT/SC), entende? Sensibilizar os prefeitos. Ai já estava mais estruturada a operativa, né, a Catarina fez um trabalho muito legal na operativa - e articulado com a Rede-SC. Quando troca o governo, tem a recriação do MinC, aí eu lembro que o Pedro Vasconcellos esteve aqui e teve uma conversa na ALESC, pública, e depois no Instituto Arco-Íris tivemos uma conversa mais fechada entre a gente. A maioria que estava ali era ponto de cultura, os remanescentes, que era meia dúzia de gato pingado. [...] Ai houve duas articulações muito importantes. Primeiro para apoio ao Alexandre Martins para coordenador do Escritório do MinC. Foi uma batalha, havia um nome forte do MDB. Então fizemos muitas conversas, eu realizei algumas. O campo progressista foi unânime em apoio ao Alexandre e a Rede-SC foi muito importante no processo, em avaliar isso e costurar com lideranças.

No dia 10 de abril de 2023 foram realizados os encontros do Comitê LPG-SC referentes à articulação das mesorregiões do Vale do Itajaí e do Sul Catarinense. Ambas foram realizadas através da plataforma *Google Meet*; a assembleia do vale¹⁰⁷ reuniu cerca de 40 pessoas, enquanto a assembleia da região sul reuniu cerca de 25 pessoas. Ambas seguiram estratégia similar à assembleia da região norte, sendo marcadas pela apresentação do organograma do Comitê LPG-SC. Observou-se, ainda, uma maior ênfase no esclarecimento do caráter voluntário do trabalho na operativa do coletivo (COMITÊ LPG-SC, 2023e, 2023f). No encontro da mesorregião sul, salienta-se, para mais, a ausência de representantes das diferentes esferas da administração pública, fato que contrasta com o observado nas demais assembleias. Na assembleia do Vale do Itajaí, destaca-se a presença de representação da FCC na figura de Carol Freitas.

No plano normativo federal, destaca-se a publicação do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023, que regulamentou formalmente a Lei Paulo Gustavo, definindo diretrizes para a aplicação dos recursos por parte dos entes federativos (BRASIL, 2023h). Entre outras medidas relativas ao rateio e distribuição dos recursos, cabe ressaltar o estabelecimento de cotas de 20% para pessoas e/ou coletivos compostos por pessoas negras e de 10% para pessoas e/ou coletivos compostos por pessoas indígenas. Esse marco foi fundamental para orientar tecnicamente os gestores estaduais e municipais quanto à elaboração dos planos de ação e à execução dos recursos vinculados ao Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e ao Fundo Nacional de Cultura (FNC). No mesmo dia, na Concha Acústica do Teatro Castro Alves, em Salvador (BA), ocorreu o evento de lançamento da LPG, que contou com a presença da Ministra Margareth Menezes e do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (ver Figura 7).

¹⁰⁷ A mesorregião do Vale do Itajaí foi a que mais reuniu coletivos, artistas e trabalhadoras da cultura em seu grupo no WhatsApp.

Figura 7 - Ato de lançamento da LPG em Salvador, Bahia



Fonte: LACERDA, 2023

Cabe notar que o lançamento oficial da LPG esteve acompanhado de um certo senso de urgência por parte dos gestores e proponentes do estado de Santa Catarina. Àquela altura, ante o cronograma que previa a execução dos recursos até o dia 15 de dezembro de 2023, já identificava-se um cenário de dificuldade para o cumprimento dos prazos estabelecidos na lei. A recente experiência do processo de implementação da LAB I trouxe um melhor entendimento dos gargalos e insuficiências estruturais, especialmente a nível das gestões municipais, para a execução de recursos de políticas culturais (NASCIMENTO, 2021). Esse entendimento ficou expresso em falas e orientações dos componentes da operativa do Comitê LPG-SC identificadas já nas primeiras assembleias realizadas (2023a, 2023b, 2023c).

À luz deste cenário, pouco tempo depois, em 18 de maio de 2023, a FCC convocou uma reunião para apresentar à sociedade o formulário de oitivas elaborado como instrumento de escuta pública (FCC, 2023a). Essa ferramenta foi concebida com o objetivo de coletar informações sobre demandas e prioridades dos setores culturais catarinenses, subsidiando a elaboração dos editais estaduais da LPG. Este marco é fundamental para o processo, uma vez que o formulário suscitou diversos questionamentos e críticas por parte da sociedade civil, apontando para um tensionamento em torno do processo de implementação da LPG. Em especial, observou-se que o formulário apresentado não dialogava com a proposta previamente elaborada por parte do Comitê LPG-SC. O modelo utilizado ficou caracterizado como insuficiente para fins de mapeamento e diagnóstico. Ainda, nos grupos e fóruns de participação a necessidade de medidas complementares para escuta e busca ativa de grupos

historicamente sub-representados no acesso às políticas culturais do estado (COMITÊ LPG-SC, 2023g, 2023h).

Em decorrência disso, nos dias 23 de maio e 06 de junho de 2023, logo após a apresentação do formulário de oitivas da FCC, o Comitê LPG-SC realizou novas assembleias gerais pelo *Zoom*, mantendo o ritmo intenso de mobilização e diálogo com os territórios (COMITÊ LPG-SC, 2023g, 2023h). A reunião do dia 23 de maio teve participação de representantes da CONGESC, do Escritório do MinC, além de ser pautada por uma lógica de devolutivas: retorno da participação nas comissões de oitivas da FCC, e do XI Fórum de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina. Nestas devolutivas, destacou-se a baixa participação da sociedade civil nas decisões da FCC e no processo de construção do formulário de oitivas (COMITÊ LPG-SC, 2023g). Ressalta-se, para ilustrar essa afirmação, o seguinte relato proferido por um dos ‘ponteiros’ que participaram das comissões de oitivas da FCC:

nos propuseram a discussão de um questionário que já estava pronto... [há] ausência de disposição em chegar nos espaços por busca ativa. Isso só muda com a participação da sociedade civil, precisamos aprender, como comunidade artística e cultural a nos apropriarmos desses espaços. [...] O questionário de escuta ficou confuso, não ficou muito efetivo, não sabemos se servirá para uma base de dados. Foi o que de melhor conseguimos, dentro de todas as derrotas que tivemos em questões importantes (COMITÊ LPG, 2023g, *online*).

Outra contingência que contribuiu para o aprofundamento dos tensionamentos observados no bojo do processo de implementação da LPG em Santa Catarina neste período foi o estabelecimento do prazo final para envio dos planos de ação a nível nacional. Após prorrogação, ficou estabelecido que os planos de ação deveriam ser enviados até a data do dia 11 de julho de 2023. Para mais, em termos de operacionalização financeira, os primeiros repasses da LPG foram realizados entre meados de junho e o final de julho. Seguindo o cronograma nacional do Ministério da Cultura, foram estabelecidos 4 lotes para a distribuição dos recursos, definidos conforme a data de envio e aprovação dos planos de ação dos entes federativos (BRASIL, 2023a).

Como desdobramento da movimentação no campo e das exigências do cronograma nacional de implementação da LPG, entre o início de junho e o início de agosto de 2023, a FCC intensificou suas atividades participativas. Foram realizadas quatro audiências públicas, dedicadas especificamente ao setor do audiovisual¹⁰⁸, duas realizadas de forma *online* nos dias 01 e 05 de junho, e outras duas realizadas de forma presencial nos dias 18 e 20 de julho na Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (FEPESE) (FCC, 2023e).

¹⁰⁸ A prioridade concedida ao segmento pode ser, em parte, explicada pelo já mencionado fato de que, conforme a própria lei, este segmento recebe a maior parte dos recursos disponíveis (BRASIL, 2022a).

Especificamente para a discussão relativa às demais áreas, houve também uma sessão de audiência pública *online* realizada no dia 1º de agosto de 2023 (FCC, 2023f). A primeira audiência *online*, realizada no dia 01 de junho, ficou marcada por restrições formais à participação dos representantes da sociedade civil, delimitadas em falas de até 1 minuto, intercaladas por respostas da equipe da FCC de até dois minutos. Também se caracterizou por longos momentos expositivo-explicativos a cargo da equipe do órgão gestor. Foi disponibilizado um formulário de inscrição para cada um dos momentos, que tinha encerramento previsto no decorrer dos encontros. Os inscritos puderam optar por realizar a manifestação de forma oral ou escrita, mas não era permitida a utilização do tempo disponível para realizar mais de uma pergunta. Após críticas, o regimento foi levemente flexibilizado a partir do encontro do dia 05 de junho, possibilitando o uso livre de um tempo de 2 minutos de fala para cada inscrito.

Ainda no mês de junho de 2023, no dia 13, a FCC promoveu uma oficina presencial com agentes culturais, dedicada à aplicação prática da LPG no estado de Santa Catarina, à qual compareci presencialmente (FCC, 2023b). Essa atividade teve como objetivo orientar gestores e produtores culturais sobre os instrumentos legais, operacionais e técnicos disponíveis para o uso dos recursos. Logo após, entre os dias 15 e 21 de junho de 2023, a FCC promoveu as chamadas sessões de escuta ampliada, voltadas a segmentos específicos. Observou-se, nestes encontros, uma dinâmica que possibilitou abertura maior à participação da sociedade civil em relação ao que foi observado nas audiências públicas. Foram ouvidos representantes dos movimentos de *Hip Hop* e comunidades periféricas (15/06), Pontos e Pontões de Cultura (19/06), Economia Solidária (20/06) e da cultura LGBTQIAPN+ (21/06). Para além do atendimento à segmentos historicamente sub-representados na construção de políticas públicas, dentre essas sessões ganha destaque, para os fins desta pesquisa, a escuta específica junto aos Pontos e Pontões de Cultura (SANTA CATARINA, 2023a).

Cumprir adiantar que o mês de junho de 2023 apresentou fortes indícios do processo de rearticulação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina (Rede-SC). Conforme pude observar, a garantia da sessão de escuta específica para Pontos de Cultura pode ser atribuída à estratégia de atuação de membros da Rede-SC junto aos quadros de funcionários da FCC e do MinC e junto à assessores parlamentares. Para mais, durante o processo de observação das sessões de escuta ampliada, notei que, ao lado da setorial de cultura LGBTQIAPN+, a sessão voltada aos Pontos de Cultura foi marcada pela apresentação de propostas previamente discutidas e organizadas, especialmente através de grupos no *WhatsApp*.

Entre as principais reivindicações observadas na escuta junto a Pontos de Cultura, destaca-se: a) o pedido para o que os editais das demais áreas incluíssem explicitamente os Pontos de Cultura entre os possíveis proponentes; b) as demandas por descentralização dos recursos, em alinhamento à atuação dos membros da Rede-SC junto à Operativa do Comitê LPG-SC; c) as demandas pela simplificação e desburocratização dos processos de inscrição, incluindo-se a garantia de inscrições por proponentes pessoa física e de coletivos culturais sem CNPJ e a possibilidade de inscrição oral; d) as demandas pelo esforço das gestões estadual e municipais pela realização de buscas ativas, especialmente junto às populações e segmentos com pouco acesso às políticas culturais no estado, tais como o segmento do *hip hop* e as manifestações culturais de povos indígenas, quilombolas e tradicionais.

Outra evidência da rearticulação da Rede-SC durante junho de 2023 foi a realização de uma reunião presencial no dia 16 de junho de 2023, nas dependências do Instituto Arco-Íris, Ponto de Cultura bastante tradicional de Florianópolis, com a presença de João Pontes, coordenador-geral do Programa Nacional Cultura Viva (PNCV) no Ministério da Cultura. A reunião sinalizou a previsão para as políticas culturais federais emergenciais e estruturantes (como a LPG, a ‘LAB II’ e o PNCV) e proporcionou a interlocução direta com agentes dos movimentos sociais e coletivos culturais vinculados ao PNCV. A pauta da reunião estava dividida em três tópicos principais: Lei Paulo Gustavo, reorganização do Ministério da Cultura em Santa Catarina, e trabalho dos Pontos de Cultura no próximo período, com ênfase nas perspectivas da ‘LAB II’. Estiveram reunidas, aproximadamente, 20 pessoas, incluindo ‘ponteiros’, assessores parlamentares e pesquisadores¹⁰⁹.

Para além da supracitada reunião no Instituto Arco-Íris, outro marco fundamental desta movimentação identificada ocorreu no dia 16 de junho de 2023. Nesta data, houve a apresentação, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), dos Projetos de Lei Cultura Viva para o estado e para o município de Florianópolis. O projeto estadual original, apresentado em 2014 pelos deputados Padre Paulo e Angela Albino foi substituído por uma nova proposta, debatida com membros da Rede-SC e apresentada pelos gabinetes dos deputados Luciane Carminatti e Marquito (INFORMAÇÃO E DEBATE, 2023; SKARNIO, 2023). O ato também contou com a presença de João Pontes, para além de diversas autoridades da casa.

¹⁰⁹ Além de mim, estiveram presentes outras duas pesquisadoras do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional de Santa Catarina.

Figura 8 - Material de divulgação da reunião da Rede-SC com João Pontes, Coordenador do PNCV, realizada no Instituto Arco Íris



Fonte: SETORIAL DE ARTES VISUAIS DO CMPCPH (2023)

Cabe notar que, pelo menos em alguma medida, esse processo de rearticulação local da Rede-SC teve correspondência na mobilização nacional que ocorria em torno da Política Nacional Cultura Viva e que se acirrou, em especial, no mês de julho de 2023. As Figuras 9 e 10, indicam diferentes momentos da disputa que a Rede Nacional de Pontos de Cultura travou pela conquista da reserva de orçamento nas políticas públicas federais e pelo lançamento de editais específicos para o PNCV. A Figura 9 produzida pela Rede Nacional de Pontos de Cultura, ilustra a mobilização dos Pontos de Cultura no ano de 2023. Sua publicação se insere no contexto de articulações realizadas em julho daquele ano, que tiveram como pauta a luta pela “destinação de recursos anuais permanentes para a ampliação e o fortalecimento” da política Cultura Viva (PONTOS DE CULTURA, 2023, *online*). O movimento buscou ocupar as instâncias democráticas do processo de elaboração do Plano Plurianual Participativo (PPA) 2024-2027, pressionando pela criação de mecanismos de efetivação e garantia do programa. Os Pontos de Cultura de São Paulo organizaram também uma mobilização por esta pauta que ocorreu no Memorial da América Latina no dia 14 de julho (ver Figura 10).

Figura 9 - Mobilização dos Pontos de Cultura em julho de 2023



Fonte: PONTOS DE CULTURA (2023a)

Figura 10 - Chamada para a Mobilização realizada em julho de 2023 no Memorial da América Latina.



Fonte: PONTOS DE CULTURA (2023b).

Em um contexto de mobilização da Rede Nacional de Pontos de Cultura, no mês de agosto de 2023, foram publicados os últimos regramentos da esfera federal necessários para o lançamento dos primeiros editais da LPG. No dia 10, foi publicada a Instrução Normativa nº 5/2023, que definiu ações afirmativas e medidas de acessibilidade na LPG. No dia 23, foi publicada a Instrução Normativa nº 6/2023, que orientou a coleta de dados pelos entes federados para os repasses previstos na lei (BRASIL, 2023i, 2023j). Pode-se considerar que, muito em virtude dos processos de articulação da sociedade civil que possibilitaram o adiantamento de uma série de discussões e pactuações com os órgãos gestores municipais, a FCC e o MinC, o lançamento dos editais estaduais foi bastante célere a partir desses marcos, bem como o lançamento de editais em diversos municípios catarinenses.

Já a partir da segunda quinzena de agosto de 2023, houve o lançamento dos primeiros editais municipais da LPG em cidades como Chapecó, Bom Jesus do Oeste, Iraceminha, Orleans, Descanso e Nova Veneza. Para mais, no dia 31 de agosto de 2023, foi oficialmente lançado o primeiro edital estadual com recursos da LPG em Santa Catarina, voltado ao setor do Audiovisual, no formato do já tradicional Prêmio Catarinense de Cinema. Na ocasião, foram utilizados recursos estaduais complementados por recursos da LPG, distribuindo cerca de R\$38,8 milhões de reais, no total (SANTA CATARINA, 2023b, 2023d).

Exatamente no mesmo dia da publicação do Prêmio Catarinense de Cinema (31/08/2023), houve a publicação, na esfera federal, de dois editais específicos para o PNCV - os quais, em alguma medida, responderam às demandas e mobilizações dos meses anteriores. Cumpre destacar que estes editais não têm relação direta com LPG, sendo relativos à aplicação de recursos federais de forma direta. Primeiro, houve o lançamento oficial do Edital Sérgio Mamberti SCDC MinC nº 08/2023, que objetivava a seleção e premiação de 1.117 iniciativas culturais, prevendo um investimento de R\$33,5 milhões (BRASIL, 2023r). A proposta orienta-se por reconhecer “agentes culturais que promovem a preservação, valorização e a difusão da diversidade cultural brasileira, bem como fortalecimento das expressões das culturas populares e tradicionais protagonizadas por Mestres e Mestras” (BRASIL, 2024b, *online*).

Segundo, houve, neste dia, a publicação do Edital de Seleção Pública nº 09/2023, voltado ao fomento à Pontões de Cultura, o qual destinou pouco mais de R\$28 milhões para a seleção de 31 pontões estaduais e 15 pontões temáticos, prevendo uma vaga para pontão reservada para o estado de Santa Catarina (BRASIL, 2023b). O lançamento deste último edital foi um marco no processo de articulação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, na medida em que foi identificado como um espaço estratégico para a (re)articulação da Rede-SC. Conforme relata Ademar, entrevistado desta pesquisa:

quando saiu o edital do pontão, eu fui lá no gabinete da [Deputada Estadual] Luciane Carminatti, [...] e disse para ele ‘Caê, preciso de estrutura. Pra articular e começar a ligar pro interior, para todo mundo’. Ele disse, ‘não, pega essa sala e fica à vontade’, e aí começamos a fazer as conversas para ter uma proposta nossa, da Rede-SC, pra pontão. Aí também foi uma conversa muito difícil de reunir as pessoas, de fazer as pessoas entenderem. E aí tinha as pressões, gente que queria fazer o pontão no sul [...] Fizemos, fomos acumulando, e eu lembro que a última conversa que a gente fez foi presencial, lá no gabinete da Carminatti [...] Fizemos uma conversa muito franca, porque tinha gente, por exemplo, que achava que [o pontão] tinha que ser em Florianópolis. Então tinha isso. Então, primeiro houve o convencimento geopolítico, vamos dizer assim, de tirar da capital. Tinha que ser numa região no antro da extrema-direita, com gente que tem experiência pra tocar isso pra frente. [...] Aí fizemos essa conversa todinha, já tinha a indicação de que haveria o edital do Programa Nacional dos Comitês de Cultura. Aí articulamos ser

a Matakiterani [a proponente], expandimos o comitê gestor - ao invés de 5 organizações, ficou com 10 [posteriormente 12], e nos preparamos para a disputa.

Dessa forma, uma contingência importante para fins da presente análise consiste no fato de que o lançamento dos primeiros editais da LPG no estado de SC se deu simultaneamente ao lançamento de editais nacionais mais diretamente relacionados aos princípios e propósitos do PNCV.

Durante o mês de setembro de 2023, a estratégia relatada logrou articular as principais organizações da Rede-SC que ainda estavam ativas, possibilitando a construção de uma proposta coletiva para o pontão. Entraram no comitê gestor do projeto, além da supracitada Associação Matakiterani, os seguintes coletivos, provenientes de todas as mesorregiões do estado: Associação de Moradores e Amigos do Bairro Itinga (AMORABI); o Instituto Arco-Íris; o coletivo Arreda Boi; o Ponto de Leitura Biblioteca Rural; o coletivo Nossa Maloca; o Instituto Alquimídia; o coletivo Tom Sobre Tom; o Museu Comunitário Engenho do Sertão; a Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Braço do Norte (ASCAD); o Instituto de Pesquisa da Arte pelo Movimento (IMPAR); o Coletivo Intervenção Cultural; e Companhia de Teatro Circula-Dô.

A despeito da previsão de embate com outros possíveis interessados, observou-se que o projeto coordenado pelo Ponto de Cultura Associação Matakiterani, intitulado Pontão Catarina, foi o único inscrito no edital em questão. Para mais, cumpre destacar que a avaliação do projeto esteve entre as melhores do país. Outro ponto a ser destacado foi o fato de que a articulação para participação no edital considerou um cenário mais amplo e a perspectiva de outra posição estratégica a ser ocupada: a do Comitê de Cultura do estado.

No dia 3 de outubro de 2023, o Ministério da Cultura (MinC) lançou o edital de Chamamento Público para selecionar Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que executariam ações no âmbito do Programa Nacional dos Comitês de Cultura em todas as unidades federativas da esfera estadual. O valor total destinado foi de aproximadamente R\$ 58,8 milhões. Um dos entrevistados desta tese, Ademar, explica que a articulação para participação neste edital se deu no mesmo espaço da articulação para participação no edital nacional de pontões (BRASIL, 2023a).

E nesse bojo aí veio o comitê, nessa mesma conversa, né. Passou um mês e pouco e saiu o edital do PNCC. E aí nós voltamos a conversar nesse mesmo grupo, articulamos a conversa: 'olha já temos uma primeira vitória'. Aí pegamos algumas informações vindas de Brasília e vimos que a coisa era mais perigosa, porque a verba era maior. [...] Aí o consenso era no Baiacu, e foi assumida a tarefa. E não deu outra, neste edital teve a disputa. Nós ganhamos de uma ONG de Jaraguá. Quando eles entraram, [nós pensamos] 'perdemos, a gente não ganha desses caras, eles não entram em edital para perder, nunca vi antes' [...] Então, só aconteceu isso tudo porque manteve um resquício da Cultura Viva, manteve uma articulação

mínima [da Rede-SC], e se não fosse a Rede de Pontos de Cultura, pode ter certeza que o Comitê do nosso estado não seria do campo democrático, e nem o pontão.

No íterim da articulação da Rede-SC para ocupação dessas posições, entre os meses de setembro e outubro de 2023, foram lançados editais municipais da LPG em cidades como, por exemplo, São José (01/09/23), Guaraciaba (04/09/23), Videira (05/09/23), Vargem (05/09/23), Lebon Régis (25/09/23), Guatambu (29/09/23), Ermo (29/09/23), Campo Alegre (02/10/23), Mafra (04/10/23), Matos Costa (09/10/23), Macieira (13/10/23), Curitiba (18/10/23), Garuva (19/10/23), Meleiro (19/10/23), Florianópolis (20/10/23), Joinville (20/10/23), Porto União (23/10/23), Calmon (26/10/23) e Santa Cecília (30/10/23).

Com relação aos demais editais estaduais da LPG, foram lançados todos no mês de outubro. No dia 02 de outubro de 2023, foi lançado o edital Prêmio de Exibição (FCC+RNCP) e no dia 03 de outubro de 2023 foi lançado o Edital de Modernização e Adaptação de Salas de Cinema, ambos com recursos da LPG voltados à área do audiovisual (SANTA CATARINA, 2023e, 2023f). No dia 19 de outubro de 2023, ocorreu o lançamento do edital Prêmio à Micro e Pequenas Empresas do Audiovisual (SANTA CATARINA, 2023g). Em 23 de outubro foi lançado o edital Prêmio de Mérito Cultural, para as demais áreas da LPG. Em 26 de outubro foi publicado o edital LPG D +, voltado ao fomento à projetos das demais áreas da LPG com valor total de R\$11,82 milhões. Estes dois últimos, com a porcentagem de recursos destinados às demais áreas do segmento cultural (SANTA CATARINA, 2023h, 2023i).

No íterim da articulação da Rede-SC para ocupação dessas posições e do lançamento destes editais, entre os meses de setembro e outubro, observou-se certo arrefecimento das discussões e mobilizações da sociedade civil de nível estadual. Os editais lançados em outubro pela FCC trouxeram a perspectiva de execução do recurso da lei em sua plenitude e sofreram menos críticas que o primeiro edital lançado, no formato do Prêmio Catarinense de Cinema. Em contrapartida, esse processo foi acompanhado de um acirramento das discussões em diversos municípios do estado. Há, pelo menos, três fatores identificados que contribuíram para isso: a) as dificuldades de gestão e operacionalização da LPG nos municípios; b) a constituição dos comitês municipais da LPG no território catarinense; c) os prazos do calendário para a realização das conferências municipais.

Ao mesmo tempo em que o Ministério da Cultura impulsionava os primeiros editais da Região Sul e oferecia modelos e orientações, alguns sinais concretos de “ajuste de rota” apareceram em cidades catarinenses. Por exemplo, a Fundação Cultural de Itajaí prorrogou prazos de submissão em 01/11/2023, indicando a necessidade de mais tempo para adequações e inscrições (ITAJAÍ, 2023). A prefeitura de Rodeio publicou ato específico de prorrogação

em 04/10/2023 (RODEIO, 2023). Em nível de controle externo, o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) anunciou, ainda em maio de 2023, uma atuação colaborativa para “alinhamento de entendimento” sobre a aplicação da LPG, evidenciando dúvidas operacionais e normativas na ponta municipal (SANTA CATARINA, 2023c).

Posteriormente, em 2024, o próprio MinC manteve agenda de capacitações (Circula MinC) com foco explícito em PNAB e LPG, o que corrobora a persistência de desafios de implementação junto à gestores (BRASIL, 2023l). Ao final de outubro, conforme depoimento de um ‘ponteiro’ membro da operativa do Comitê LPG-SC que foi anotado posteriormente em caderno de campo, *“grande parte dos municípios ainda não havia lançado os seus editais e já se percebia que não teriam tempo hábil para realizar todas as etapas necessárias para transferência dos recursos em 2023”*. Corroborando com este depoimento, outra participante da operativa do Comitê LPG-SC, afirmou posteriormente, em reunião realizada em dezembro de 2023, que “o mais preocupante” seria o fato que, àquela época, haviam “municípios que ainda não lançaram os seus editais” (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*).

Para mais, muitos municípios formalizaram comissões/comitês para condução, análise e acompanhamento da LPG. Por exemplo, São Miguel do Oeste (2023, *online*), pela Portaria nº 0501/2023 (26/09/2023), nomeou comissão “para fiscalizar e acompanhar a execução” da Lei Complementar 195/2022; enquanto em Antônio Carlos (2023, *online*), os editais municipais registraram que recursos administrativos seriam dirigidos ao “Comitê Municipal Organizador da Lei Paulo Gustavo, constituído pela Portaria n. 555/2023”. Já em Sangão (2023), atos oficiais citam a criação de comissão de análise específica para a LPG com participação da sociedade civil. Esses exemplos mostram uma tendência de criação de instâncias técnicas e participativas para dar conta das etapas de seleção, recursos e acompanhamento que apareceram como ‘ajustes’ durante o processo de implementação da LPG. Ao mesmo tempo, o fenômeno se relaciona a uma estratégia que foi adotada pelo Comitê LPG-SC que fica descrita na fala de uma de suas componentes:

A nossa tendência é ir se diluindo, porque nós estamos totalmente voltados à parte da mobilização. Trazer gente, para que as pessoas fiquem sabendo que tem uma LPG aí, que se informem, que vão atrás dos gestores, ‘ó, vocês têm que fazer’... Então, nessa estrutura que a gente tá falando, a operativa estadual vai se diluindo conforme os comitês municipais vão sendo fortalecidos (COMITÊ LPG-SC, 2023d, *online*).

Além disso, o lançamento de parte significativa dos editais da LPG em Santa Catarina coincidiu com a convocação da 4ª Conferência Nacional de Cultura e a orientação do MinC para que as conferências municipais/intermunicipais ocorressem até 30 de outubro de 2023¹¹⁰

¹¹⁰ Em virtude da calamidade climática que atingiu municípios do sul do estado ao final do ano de 2023, houve ampliação do prazo de realização das conferências municipais para o dia 31/12/23 (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*).

(BRASIL, 2023m). Esse marco temporal pressionou agendas locais e deslocou parte da mobilização para os territórios, com etapas estaduais previstas até 08/12/2023 e a etapa nacional em março de 2024. Essa simultaneidade (implementação da LPG e organização das conferências) ajuda a explicar o “arrefecimento” das pautas estaduais e a intensificação do debate nos municípios.

Já apresentei a X Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis, realizada em outubro de 2023, como um dos momentos-chave da pesquisa de campo, destacando, em especial, as possibilidades de acesso que ela suscitou. Resta apontar que a conferência esteve marcada por discussões relacionadas à implementação da LPG no município. Recebi um depoimento da pessoa envolvida na comissão municipal da LPG em Florianópolis formada junto ao órgão executor, a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC). O depoimento relata que os acordos firmados na Comissão de Operacionalização e Acompanhamento da LPG, com participação de representantes da sociedade civil, foram descumpridos a mando da prefeitura.

Foi chamada uma reunião da COA da LPG pela FCC. [...] e nessa reunião foi comunicado que em reunião anterior só da equipe da fundação com a prefeitura, foi decidido - passando por cima do coletivo que estava discutindo o edital - que o edital da LPG de Florianópolis seria somente de premiação. Quando veio essa notícia, fiquei muito nervosa e tive que me posicionar enquanto conselho - que nós fomos desrespeitados, que não era admissível que uma reunião fechada deliberasse decisões que passaram por cima do que a comissão havia discutido e acordado.

O relato da situação de Florianópolis ilustra bem os desafios observados na implementação da LPG a nível estadual naquele momento. Ante a iminência do término do prazo de execução da LPG ao final do ano de 2023, transpareceram as dificuldades estruturais dos órgãos gestores dos municípios em atender às demandas para implementação e execução da lei. Neste cenário, já no início de novembro de 2023, observou-se uma articulação a nível nacional pela prorrogação dos prazos da LPG. O acúmulo de tarefas, neste contexto, foi um dos pontos destacados, pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM):

A CNM ressalta que no segundo semestre deste ano os gestores tiveram que realizar suas Conferências Municipais de Cultura e estão se preparando para as etapas estadual e nacional. O momento atual igualmente demanda dos Municípios a elaboração e o cadastramento de plano de ação para solicitação dos recursos previstos na Lei 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, além da obrigatoriedade de elaborar instrumentos de seleção e realizar os pagamentos dos beneficiários finais da Lei Paulo Gustavo (CNM, 2023, online).

No dia 16 de novembro de 2023, foi aprovado no Senado o Projeto de Lei Complementar (PLC) 205/2023, que prorrogou até 31 de dezembro de 2024 o prazo de execução dos recursos na Lei Paulo Gustavo. A perspectiva de prorrogação do prazo foi comemorada pela própria CNM (2023), que defendeu abertamente a medida, afirmando que,

com ela, os entes federativos poderiam estruturar melhor a execução da verba. O projeto de lei seguiu para tramitação no congresso e posterior sanção e aprovação presidencial. Após aprovação no congresso ao final de novembro, no dia 15 de dezembro de 2023, foi sancionada e publicada a Lei Complementar (LC) nº 202/2023, a qual estendeu o prazo da LPG (BRASIL, 2023n) até 31 de dezembro de 2024. Segundo o Secretário-Executivo Adjunto do MinC Cassius Rosa (BRASIL, 2023o, *online*):

a prorrogação da execução da LPG, sancionada pelo presidente Lula e publicada hoje, será vital para que os estados e municípios possam utilizar integralmente os recursos advindos desta lei emergencial, qualificando a escuta à sociedade e a participação popular na definição das ações a serem realizadas, potencializando, com isso, que reste recurso chegue na ponta, nos fazedores e fazedoras de cultura . (BRASIL, 2023o, *online*).

Já nas palavras do Diretor de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios do MinC, Thiago Rocha Leandro:

com a prorrogação do prazo de execução da LPG, estados, Distrito Federal e municípios poderão publicar novos editais ou finalizar editais em andamento com maior tranquilidade. A prorrogação permitirá maior prazo para utilização integral dos recursos, mas é importante que os entes federativos se atentem à data final para realização da adequação orçamentária, bem como à urgência de repassar os recursos aos agentes culturais (BRASIL, 2023o, *online*).

No íterim deste processo, a partir de meados do mês de novembro, observou-se uma retomada das discussões de âmbito estadual. Para além da própria prorrogação concedida pelo MinC, pode-se destacar, entre os fatores relacionados a essa retomada, a publicação dos resultados preliminares da etapa de avaliação dos editais estaduais da LPG - que ocorreu entre os dias 6 de novembro e 4 de dezembro de 2023 -; as dificuldades relatadas para a organização da 4ª Conferência Estadual de Cultura; e a iminência de encerramento dos prazos de adesão ao primeiro ciclo da PNAB. Ainda que o processo de implementação da LPG tenha sido estendido oficialmente até o final de agosto de 2025, quando encerra o prazo para prestação de contas dos entes federativos e que muitos editais municipais tenham sido executados durante 2024, inclusive com o saldo remanescente das aplicações dos recursos; o período entre o início de dezembro de 2023 e o final de fevereiro de 2024 traz alguns marcos significativos de certa ‘transição’ a partir da qual as discussões sobre a PNAB passam a tomar centralidade, especialmente para fins da análise dos processos de articulação da Rede-SC.

Corroborar com esta análise o fato de que no dia 1º de dezembro de 2023, o Comitê LPG-SC realizou nova assembleia *online* através da plataforma *Zoom*. A plenária contou com a participação de membros da operativa, entre eles quatro ‘ponteiros’, e com a representação da CONGESC. Esta foi a primeira reunião do coletivo identificada no escopo da pesquisa de campo que tratou de questões não diretamente relacionadas à LPG e/ou à organização do coletivo. Ganham destaque na pauta as discussões sobre: a) as conferências municipais e a

conferência estadual de cultura; e, b) a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) (COMITÊ LPG-SC, 2023h).

Neste contexto de transição entre as discussões relativas à LPG e à PNAB, destaca-se a seguinte fala de um dos ponteiros membro da operativa, a qual remete às continuidades entre a implementação destes dois dispositivos: “o fundamental, como pilar dessa estrutura toda, é que a gente se organize nos municípios, participem dos conselhos, criem comitês. Doravante, será uma constante, a gente terá PAAR pelos próximos 5 anos. (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*). Para além disso, o acúmulo gerado pela sobreposição das tarefas de implementação da LPG, das conferências e da PNAB foi tema apontado com preocupação por representantes da CONGESC e por ponteiros.

Um dos ponteiros que compõem a operativa destacou que “os municípios que já estão com seus processos andando é importante que a sociedade pressione para que continue com esse processo e executem o quanto antes, porque se aproveitar essa extensão [de prazo] e deixar para o ano que vem, vai ficar mais complicado ainda porque vai acumular como com a PNAB. Então não é porque o prazo da LPG se estendeu que a gente vai relaxar” (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*). A ampliação do escopo das discussões do comitê foi tratada no próprio encontro. Conforme asseverou uma das ‘ponteiras’ participante do coletivo:

Temos várias pautas que são bem importantes que sejam passadas em nossos conselhos, em nossos municípios, para que nós possamos ter um alinhamento estadual de organização em pautas que nos são muito importantes. A LPG, com o acompanhamento do que está acontecendo agora com a [perspectiva de] ampliação do prazo e as novas perspectivas de desenrolar o cumprimento da lei aqui em SC. A PNAB, que a gente tem até o dia 11 de dezembro para fazermos as nossas adesões municipais e estamos com uma baixa enorme no estado. Então, precisamos fazer a tarefa de casa e esse é um assunto que este comitê, que originalmente tratava exclusivamente da LPG, teve que assimilar para que a gente pudesse usar a nosso favor esse canal de comunicação e articulação (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*).

Retomaremos a discussão sobre a PNAB a seguir no item 6.1.2. No que diz respeito à discussão sobre as conferências, manifestou-se uma preocupação específica com a participação na plenária da 4ª Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina, posto que era sabido que o quórum da plenária teria impacto no número de delegados de Santa Catarina que seriam enviados à 4ª Conferência Nacional de Cultura realizada em Brasília. Também houve importante relato acerca da participação do Conselho Estadual de Cultura (CEC-SC) na organização da conferência estadual, considerada insatisfatória pelos conselheiros. Conforme relatou uma das conselheiras nomeadas para o grupo de trabalho, essa participação ocorreu “aos 45 minutos do segundo tempo [...] Como a gente começou falando, estamos fazendo uma contenção de danos” (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*). Conforme colocou:

o tempo está correndo e a gente precisa se organizar para que SC seja bem representada na conferência nacional. Leve propostas importantes que possam ser

aprovadas, então não é momento de pensar no seu umbigo, na sua arte, na sua cidade... por que essas aprovações nas setoriais elas ainda vão para uma votação na plenária. Então não é só por que a gente deseja que 50% do [Edital Elizabete] Anderle seja para a dança que isso vai ser cumprido, vai ser votado [...] Então é preciso pensar no coletivo em primeiro lugar. (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*)

Já no concernente à LPG, a reunião propôs um balanço acerca da conjuntura de sua implementação e das possibilidades em curso com a ampliação de seus prazos - que, àquela altura, estava nos trâmites finais de sanção e aprovação. Neste balanço apresentado, ficaram claras as dificuldades de implementação da lei nos municípios. Confirmou-se também que em diversos municípios do estado, a urgência dos prazos de execução foi utilizada como justificativa para processos de escuta e participação social considerados insuficientes¹¹¹. Além disso, foram traçadas possibilidades de ação e estratégia a partir da prorrogação do prazo de execução da LPG.

Cumpre destacar, neste contexto, as manifestações dos membros da operativa do Comitê LPG-SC que são também membros da Rede-SC. Por exemplo, uma das ponteiros presente no evento pontuou: “documentos de regulamentação foram um entrave, porque são muitas novidades. Então essa necessidade de a gente aproveitar o tempo dessa prorrogação para fazer bem o dever de casa com a LPG e fazer disso um aquecimento para a PNAB” (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*). Outro membro da Rede-SC asseverou que o novo prazo permitiria “acionar o MinC em relação a alguns absurdos que a gente está vendo aqui no estado”, estimulando a articulação e organização da sociedade civil (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*). Conforme pontuou, “a gente precisa se habituar a participar, a contribuir, a fazer pressão junto às gestões públicas, para que depois não seja aquela ‘choradeira’ nos editais. Se os editais não refletem o que a sociedade deseja, um pouco é por que a gente como fazedores de cultura não participa desses processos ou não pressiona para que eles sejam instituídos, então a gente precisa ir pra briga mesmo, fazer pressão política, fazer pressão social, para que as coisas aconteçam. Se a gente ficar esperando a boa vontade da gestão, em alguns casos, acontece... mas, na maioria, não” (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*).

Entre as principais denúncias relativas aos editais municipais da LPG no estado de SC observadas durante a pesquisa de campo, estão: a retenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o não cumprimento das medidas afirmativas estabelecidas por lei, dificuldades relacionadas à descentralização do acesso ao recurso, dificuldades relacionadas à definição e ao entendimento dos marcos regulatórios da prestação de contas

¹¹¹ Cumpre notar que, durante a militância e o trabalho de pesquisa no campo ao longo dos últimos dois anos, observei que essa justificativa tem sido recorrente nos últimos anos.

dos projetos, distorções das definições de editais de fomento à projetos e editais de premiação de trajetória, entre outros (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*)

Outro marco fundamental que justifica esta ‘transição’, ou recorte analítico, foi a realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura entre os dias 22 e 24 de janeiro de 2024¹¹². A conferência contou com ampla participação da sociedade civil, de representantes do MinC, gestores municipais, e da gestão e coordenação da FCC. O evento ocorreu em um contexto no qual, com a prorrogação do prazo para execução dos recursos estabelecida pelo MinC ao final de 2023, a FCC prorrogou os prazos previstos para o repasse dos recursos aos proponentes selecionados nos editais da LPG voltados às demais áreas para meados de fevereiro de 2024 (SANTA CATARINA, 2023b). Além disso, houve atraso não justificado no pagamento do Prêmio Catarinense de Cinema de 2023, que utilizou recursos da LPG. Neste sentido, observou-se diversas manifestações de oposição à gestão da FCC, especialmente de conselheiros do CEC-SC, no evento (SANTA CATARINA, 2023d).

Duas moções de repúdio aprovadas em plenária por unanimidade contribuem para ilustrar esse conjunto de manifestações em oposição à gestão estadual. A primeira, proposta por representantes do Setor do Audiovisual, repudiou não apenas o atraso no pagamento do Prêmio Catarinense de Cinema, mas também a estratégia da FCC de realizar os primeiros pagamentos justamente no dia da abertura da 4ª Conferência Estadual de Cultura. Segundo o texto da moção aprovada, a estratégia visou “evitar manifestação dos trabalhadores do audiovisual perante os representantes do MinC presentes no evento” (CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA, 2023a, p. 1). Já a segunda criticou a alteração de cronograma dos editais Elisabete Anderle (edital de fomento estadual), ‘SC D+’, e Prêmio de Mérito Cultura (editais da LPG voltados às demais áreas). Segundo o texto da moção:

Os contratos foram assinados e o Governador alterou o cronograma sem diálogo prévio, impactando gravemente a geração de emprego e renda do setor. Diversos projetos precisam necessariamente começar em janeiro, outros em fevereiro, e muitos necessitam de uma organização prévia. A exemplo, entre muitos outros, trabalhadores do carnaval, ou dos circos itinerantes, precisaram pedir empréstimo para poder fazer a mudança entre cidades (como é característico dessa especificidade), ou mesmo iniciar os trabalhos (CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA, 2023b, p. 1).

Outro ponto do evento a ser destacado foi a estratégia utilizada pelo Comitê LPG-SC em ‘diluir-se’ a partir de sua realização. Conforme me relatou uma das ponteiros que compunha a operativa do coletivo: *“a gente teve uma estratégia, ainda que não consensual, de diluir o Comitê estadual a partir da conferência, porque sentíamos a necessidade de fortalecer outros grupos e o comitê foi criado para acompanhar uma lei emergencial, era*

¹¹² Conforme já mencionado, participei da conferência como delegado representando o CMPCF.

transitório”. Os efeitos dessa estratégia puderam ser observados a partir de uma diminuição expressiva no número de atividades que foram realizadas após a 4ª Conferência Estadual de Cultura; da intensificação das atividades dos membros da operativa do Comitê LPG-SC junto a outros coletivos, entre eles a Rede-SC; e do que foi relatado como uma diminuição no número de mensagens e trocas nos grupos de *WhatsApp* do Comitê Estadual (COMITÊ LPG-SC, 2023, 2025).

Por fim, destaca-se para fins da presente análise, os processos protagonizados pela Rede-SC durante o evento. Já no primeiro dia da conferência, pude participar de um encontro improvisado em uma ante sala do Centro Integrado de Cultura (CIC). A reunião foi protagonizada por ‘ponteiros’ membros das equipes dos projetos selecionados nos editais do Programa Nacional dos Comitês de Cultura e de seleção de Pontões de Cultura estaduais. Nela, foi alinhada a participação da Rede-SC no evento junto a outras pautas consideradas estratégicas. Ficou definido que a Rede-SC concentraria sua participação no eixo de Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social, no intuito de aprovar propostas a nível estadual e federal¹¹³, o que - de fato - ocorreu. Especialmente nas propostas de nível estadual do eixo estrategicamente escolhido, observou-se um viés fortemente orientado do texto às demandas dos ponteiros. Consta na proposta oficializada, a recomendação de:

considerar a lei Cultura Viva como uma importante política pública para a democratização do direito e acesso cultural; ampliar a articulação dos pontos e ponteiros para o reconhecimento de mais pontos de cultura no Estado, formar agentes culturais territoriais, conselheiros, trabalhadores da cultura, gestores culturais, consolidar servidores efetivos para garantir a continuidade das políticas públicas culturais na perspectiva da educação popular e de base comunitária [...] com garantia da aprovação e execução da Lei Cultura Viva Estadual na ALESC para viabilizar o acesso ao direito cultural e as políticas públicas, com a manutenção da arte educação nas escolas públicas e privadas; e a ampliação da Cultura Viva nos diversos territórios em Santa Catarina.

Além disso, houve duas moções aprovadas em plenária da 4ª Conferência Estadual de Cultura relativas ao PNCV. Uma delas diz respeito à recomendação da inclusão da diversidade linguística no rol do artigo 5º da Lei 13.018/2014 (BRASIL, 2014). A outra, mais expressiva em termos de articulação e representatividade na Rede-SC, foi uma moção de apoio e apelo pela aprovação, “promulgação e implantação do Projeto de Lei 0325/2023, que institui a Política Estadual de Cultura Viva, para a produção e a difusão da cultura e a promoção do acesso aos direitos culturais” (CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA,

¹¹³ A conferência foi organizada em seis eixos principais: 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; 2 - Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social; 3 - Identidade, Patrimônio e Memória; 4 - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; 5 - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; e, 6 - Direito às Artes e Linguagens Digitais. Para cada um dos eixos temáticos do evento foram aprovadas 2 propostas estaduais e duas propostas nacionais.

2023c, p. 1). Conforme expresso no texto da moção, foi solicitado sensibilidade aos parlamentares, para que:

o projeto volte a tramitar nas comissões permanentes e seja pautado em plenário o mais breve possível. Vale ressaltar que a instituição da referida política pública atenderá as demandas de fomento e economia da cultura de inúmeros trabalhadores, trabalhadoras, Pontos e Pontões de Cultura nos municípios catarinenses. O referido projeto de lei, que tramita no Parlamento Estadual, desde agosto de 2023, nasce do movimento dos fazedores de cultura em Santa Catarina e atende as demandas e anseios das políticas públicas debatidas na 4ª Conferência Estadual de Cultura de SC, atendendo à pluralidade e diversidade cultural catarinense. (CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA, 2023c, p. 1).

Estas evidências reunidas no texto apontam para o fato de que a 4ª Conferência Estadual de Cultura, para além de um marco na transição entre os processos de implementação da LPG e da PNAB, foi também um marco importante para o processo de (re)articulação da Rede-SC analisado. No evento, observou-se uma força de atuação política da Rede-SC já contrastante com o cenário observado nos primeiros registros de campo, no início do ano de 2023. Por fim, cabe destacar ainda a representatividade da Rede-SC na comissão de delegados nomeados para a 4ª Conferência Nacional de Cultura. Conforme dados do portal Floripa LGBT (2024, *online*), “a imagem dos 40 eleitos e eleitas registra, portanto, a forte presença de pessoas negras, LGBTQIAPN+, indígenas, PCDs (pessoas com deficiência), quilombolas, 60+ e de religiões de matriz africana”. Dos 40 representantes eleitos, 11 eram LGBTQIAPN+, e 5 eram indígenas, representando as três etnias presentes no território catarinense (DUARTE, 2024).

Na sequência da realização da conferência estadual, o ano de 2024 foi marcado pelo lançamento de editais em municípios que não conseguiram realizar os processos necessários para isso durante o ano de 2023. São exemplos, os municípios de Joaçaba (2024), Xanxerê (2024), Biguaçu (2024) e Fraiburgo (2024). Somaram-se a esses editais, outros lançados com o saldo remanescente da LPG, portanto, com saldos menos expressivos. A despeito de movimentações mais significativas ao final do ano de 2024 para o lançamento destes editais de saldo remanescente, que provinha dos rendimentos da aplicação dos recursos da LPG, observou-se que estas mobilizações tiveram pouca relação com os processos articulatórios da Rede-SC.

Em suma, pode-se argumentar que a execução da LPG, impôs aos municípios catarinenses um conjunto de exigências normativas e operacionais que, somadas a janelas temporais estreitas, produziram um ambiente de implementação desafiador, especialmente no segundo semestre de 2023. Entre o que poderíamos caracterizar como ‘vetores’ dessa complexidade, destacam-se: a pressão de prazos e concorrência de agendas federativas; a necessidade de adequação e conformidade com ações afirmativas e de acessibilidade inéditas;

a necessidade de arranjos institucionais locais (comissões/comitês); as dificuldades de apoio, informação, divulgação e esclarecimento por parte de órgãos de controle; os ajustes recorrentes de cronogramas e prorrogações, visíveis em atos oficiais das esferas federal, estadual e nos municípios, os quais trouxeram certo grau de instabilidade e insegurança para o processo.

A Instrução Normativa MinC nº 5/2023 determinou cotas étnico-raciais mínimas (20% para pessoas negras e 10% para povos indígenas) nos editais custeados pela LPG, além de procedimentos para verificação e pontuação, o que demandou capacitação de equipes, adequação de minutas e revisão de critérios. Concomitantemente, os materiais oficiais da LPG preveem reserva mínima de 10% do valor do projeto para acessibilidade e tecnologias assistivas, exigência que implicou redesenho de rubricas e orientação a proponentes. Esses elementos, embora essenciais à democratização do acesso, aumentaram a complexidade regulatória na esfera municipal. Observei que a necessidade de aderência a parâmetros federais de inclusão foi especialmente desafiadora para os projetos culturais. Foi observado, ainda, que as prorrogações e ajustes de cronograma funcionaram como válvulas de acomodação da demanda e da capacidade administrativa por parte das administrações municipais. (ITAJAÍ, 2023; BRUSQUE, 2023; SANTA CATARINA, 2023b, 2023d).

A política logrou capilaridade e alcance em Santa Catarina, mas o percurso de sua implementação revelou desafios de coordenação intergovernamental, exigências regulatórias densas, capacitação de equipes e necessidade de ajustes temporais, compatíveis com a proposta de um programa de fomento descentralizado e condicionado a novas salvaguardas de inclusão e acessibilidade. Por outro lado, os vínculos estruturantes da política foram, em sua maioria, preteridos em privilégio de suas dimensões emergenciais. Entre os indícios que corroboram para essa análise, destaca-se a publicação da Portaria do MinC nº 137, de 08 de julho de 2024. A portaria suspendeu a necessidade de implementação do conselho, do plano e do fundo de cultura, antes prevista nos termos de adesão da LPG. Na prática, a medida suspendeu a necessidade de contrapartida dos entes federativos durante o período analisado no presente trabalho, ao interromper a vigência do prazo para estas ações durante o período de execução da LPG.

6.1.2 A implementação do primeiro ciclo da Política Nacional Aldir Blanc em Santa Catarina e os marcos da participação da Rede-SC no processo

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, consolidou-se como um marco no financiamento contínuo e estruturado da cultura no Brasil. Inicialmente conhecida como Lei Aldir Blanc II (LAB II), a política passa a ser denominada PNAB a partir do final de 2023, com o reconhecimento de seu caráter permanente. Diferentemente das ações emergenciais anteriores, como a primeira Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, a PNAB previu repasses anuais de R\$ 3 bilhões da União a estados, municípios e Distrito Federal, por cinco anos (2023-2027), com vistas ao fortalecimento do sistema federativo de financiamento cultural. No primeiro ciclo de implementação, Santa Catarina recebeu aproximadamente R\$ 100,7 milhões, sendo cerca de R\$ 56,6 milhões destinados aos municípios e R\$ 44,1 milhões à execução pelo governo estadual (BRASIL, 2022b).

A PNAB manteve importantes semelhanças com a LPG, como a possibilidade de utilização de até 5% dos recursos para gestão e operacionalização da política, incluindo a contratação de pareceristas, a exigência de medidas de acessibilidade nos projetos e a prestação de contas por relatório de execução do objeto (BRASIL, 2022a, 2022b). Avançou, ainda, no processo de simplificação ao prever a prestação de contas por Relatório de Verificação Presencial para projetos de até R\$ 200 mil. Contudo, em razão das limitações estruturais dos órgãos gestores estaduais e municipais, essa possibilidade foi pouco explorada em Santa Catarina, dado o envolvimento direto das equipes públicas exigido por esse modelo de aferição (BRASIL, 2022b).

No âmbito das ações afirmativas, regulamentadas pela Instrução Normativa do MinC nº 10, de 28 de dezembro de 2023, a PNAB estabeleceu a reserva de 25% das vagas para a população negra, 10% para a população indígena e 5% para artistas Def (PCDs), além da exigência de aplicação de 20% dos recursos em zonas periféricas (BRASIL, 2023p). Esta última diretriz apresentou dificuldades de operacionalização, sobretudo em função da pouca clareza dos critérios de aplicação, especialmente em municípios de pequeno porte (BRASIL, 2022b, 2023j). Sobre esse ponto, Juliana, gestora do MinC entrevistada nesta pesquisa, relatou:

A questão dos 20% para zonas periféricas também foi uma coisa que complicou muito, gerou muitos desentendimentos. [...] Muita gente ficou sem entender direito como isso seria feito e verificado. Por exemplo, em municípios menores, muitos gestores dizendo: ‘minha cidade é pequena, não temos periferia ou favelas’. E aí é todo um trabalho de explicar para as pessoas que esse entendimento de zona periférica é mais amplo. Pode ser um bairro que não tem equipamento cultural, ou a zona rural de uma cidade de pequeno ou médio porte.

No que diz respeito às reservas orçamentárias da PNAB, ganha destaque para fins deste estudo a consolidação da portaria do MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023, a qual

garantiu a reserva de recursos da PNAB para o PNCV (BRASIL, 2023q). O texto da portaria estabeleceu a reserva mínima de 10% dos recursos sob gestão dos governos estaduais aplicados exclusivamente para o PNCV. Além disso, os municípios que receberam R\$360 mil ou mais, deveriam dedicar, no mínimo, 25% dos recursos da PNAB ao Cultura Viva (BRASIL, 2023q). Já apresentamos no tópico anterior as mobilizações nacionais das entidades vinculadas ao PNCV para a garantia dessa reserva de recursos. Caberia adiantar apenas que foi observado um baixo grau de envolvimento dos atores da Rede-SC neste processo. Isso pode ser, ao menos em parte, explicado pelo estágio de desarticulação da própria rede, especialmente até meados do ano de 2023.

Conforme relatou Milena, entrevistada com experiência nas gestões estadual e federal, com o amparo das mobilizações que aconteceram entre junho e setembro de 2023, a proposta de reserva de recursos que foi apresentada pelo coordenador do PNCV, João Pontes, não sofreu resistência para ser aprovada no âmbito do MinC. A garantia foi considerada uma conquista por Milena, por ponteiros e pela coordenação da pasta da Cultura Viva no ministério, tendo sido comemorada nos espaços de participação social dos processos de implementação da LPG e da PNAB analisados.

Não obstante, para atender às demandas relativas à operacionalização dessa reserva, algumas diretrizes complementares foram estabelecidas por parte da gestão federal, dentre as quais podemos destacar duas com desdobramentos mais significativos para o processo de articulação da Rede-SC. Primeiro, foram disponibilizadas minutas de editais específicos PNAB/PNCV, as quais, pelo menos inicialmente, tinham pouca relação com os termos e especificidades da Lei 13.018 e do PNCV de maneira geral. Ilustra essa afirmação a presença de termos como: ‘empreendedor cultural pessoa física’; e a existência de critérios de avaliação que envolvem: ‘capacidade gerencial do proponente’, e ‘qualidade técnica ou artística’.

Segundo, para garantir a ‘vazão’ dos recursos dedicados ao PNCV em um contexto de interrupção do processo de credenciamento de novos pontos de cultura e desarticulação das redes a nível nacional, tendo-se em vista o hiato da PNCV entre os anos de 2016 e 2022, ficaram estabelecidos critérios de credenciamento e certificação automáticos de novos pontos de cultura através dos editais estaduais e municipais do primeiro ciclo da PNAB. Para obtenção desta certificação, ficou estabelecido o critério de obtenção de, no mínimo, 50% da pontuação na avaliação realizada (BRASIL, 2023p). Nesse sentido, mesmo pontos de cultura que não receberam recursos da PNAB no seu primeiro ciclo estão passando por um processo de certificação (ainda em curso no momento de fechamento desta tese). Retomaremos a

discussão sobre as duas diretrizes apresentadas acima durante a análise. Cabe apenas ressaltar, por ora, a centralidade que tiveram nos processos articulatórios analisados.

Outra medida que visou, segundo diversas manifestações de representantes do MinC observadas ao longo do período de pesquisa, à ‘desburocratização’ do processo de inscrições da PNAB foi a inversão das etapas de habilitação e de avaliação. Em editais anteriores, como os implementados no âmbito da Lei Aldir Blanc (LAB) e mesmo em algumas linhas da LPG, a habilitação documental costumava funcionar como etapa eliminatória inicial, o que ocasionava a exclusão de proponentes antes mesmo que o mérito das propostas fosse analisado (BRASIL, 2022a; BRASIL, 2022b). A mudança proposta inicialmente em algumas linhas de fomento da LAB e consolidada na PNAB buscou reduzir esse “gargalo”, garantindo que todos os inscritos passassem primeiro por avaliação de mérito e só depois pela conferência documental, ampliando, em tese, as possibilidades de participação de coletivos e agentes culturais com menor estrutura técnica para a formatação de projetos (MINC, 2023).

Apesar de seu caráter inovador, observei que a medida foi comunicada de forma insuficiente e pouco clara. Muitos gestores municipais e estaduais, acostumados à lógica tradicional de análise, interpretaram a inversão como uma flexibilização indevida das exigências legais, o que gerou insegurança administrativa e, em alguns casos, atrasos na tramitação dos editais. De forma complementar, muitos proponentes cujos projetos foram bem avaliados tiveram dificuldades na etapa de habilitação, por vezes manifestando, inclusive, desconhecimento das exigências ou do processo de habilitação com um todo (COMITÊ DE CULTURA DE SANTA CATARINA, 2025).

Outro dispositivo importante da lei em voga foi a garantia de participação social na construção do Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR). O texto da Portaria do MinC nº 119/2024, que estabeleceu a obrigatoriedade do plano, previa que “a sociedade civil dever[ia] ser ouvida na elaboração do PAAR, preferencialmente através dos seus representantes nos Conselhos de Cultura, ou se não tiver, através de assembleias junto a agentes e fazedores de cultura” (BRASIL, 2024c, *online*). De forma complementar, no próprio modelo geral do PAAR, fica clara a importância da reserva de recursos para o PNCV na PNAB. Em sua primeira coluna, o modelo dividia as rubricas em algumas metas. A meta das “Ações Gerais” incluía rubricas para: fomento; obras, reformas e aquisições de bens culturais; custo operacional (até 5%); e subsídio para a manutenção de espaços¹¹⁴. O segundo tipo fazia

¹¹⁴ Tanto a nível dos recursos estaduais, como no âmbito dos municípios, observou-se que houve uma alocação de recursos expressiva na rubrica de fomento, em detrimento das rubricas destinadas à realização de obras, à aquisição de bens culturais e à manutenção de espaços.

referência específica à meta de operacionalização, com rubricas relativas aos custos operacionais¹¹⁵. Por fim, havia uma meta específica para as ações relativas à PNCV, abrindo possibilidades de fomento através de premiações, editais de projetos e editais para estabelecimento de Termo de Compromisso Cultural (TCC), ferramenta específica de fomento do Cultura Viva. Demonstra-se nos Quadros 6 e 7 os valores destinados a essas rubricas no PAAR do estado de Santa Catarina elaborado em 2024:

Quadro 6 - Plano Anual de Aplicação de Recursos de 2024 da FCC: ações gerais

Metas

Meta - Ações Gerais

Ação	Atividade	Valor Estimado (R\$)	Forma de Execução	Produto/Entrega	Quantidade	A atividade destina recursos para áreas periféricas e/ou de povos tradicionais?
Fomento Cultural	Edital Prêmio Cultura Indígenas, Quilombolas e Povos Tradicionais	R\$ 3.150.000,00	Chamamento público - Premiação Cultural (Decreto 11.453/2023)	Prêmio Cultural concedido	140	Sim
Fomento Cultural	Prêmio Mestres da Cultura Popular	R\$ 1.1050.000,00	Chamamento público - Premiação Cultural (Decreto 11.453/2023)	Prêmio Cultural concedido	35	Sim
Fomento Cultural	PNAB SC 2024	R\$ 22.200.000,00	Chamamento público - Fomento a execução de ações culturais - Projeto (Decreto 11.453/2023)	Ação Cultural/Fomentada Projeto cultural fomentado	659	Sim
Obras, Reformas e Aquisição de bens culturais	Revitaliza SC PNAB	R\$ 4.2000.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Equipamento/Espaço Cultural reformado/modernizado	43	Sim
Subsídio e manutenção de espaços e organizações culturais	PNAB Espaços SC	R\$ 6.090.000,00	Chamamento público - Fomento a execução de ações culturais - Projeto (Decreto 11.453/2023)	Ação Cultural Fomentada/Projeto cultural fomentado	203	Sim

Fonte: Santa Catarina (2024i, *online*)

¹¹⁵ Os valores limites para a rubrica dos custos operacionais foram frequentemente utilizados. No âmbito dos municípios pequenos, chamou bastante a atenção a realização de contratos com empresas e organizações que realizaram todo o processo de operacionalização da lei.

Quadro 7 - Plano Anual de Aplicação de Recursos de 2024 da FCC: PNCV

META/AÇÃO - Custo Operacional (Até 5%):

Atividades	Valor Estimado(R\$)	Quantidade Fomentada	Produto/Entrega	Quantidade
Contratação de Plataforma FEPESE	R\$ 635.855,04	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Sistema/Plataforma contratada	01
Pareceristas	R\$ 500.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Parecerista/Avaliador contratado (a)	35
OSC Busca Ativa e Inscrições Orais	R\$ 500.000,00	Parceria MROSC (Lei 13.019/2014)	Serviço ou profissional contratado	01
Curso de Capacitação ENA	R\$ 150.000,00	Convênio/Termo de Execução Descentralizada	Capacitação realizada	01
Contratação de empresa para desenvolvimento e programação de plataforma própria	R\$ 150.000,00	Licitações e contratos (Lei 14.133/2021)	Sistema/Plataforma contratada	7

META/AÇÃO - Política Nacional de Cultura Viva - Chamamento Público - Lei 13.018/2014

Atividades	Valor Estimado(R\$)	Quantidade Fomentada	Produto/Entrega
Fomento a projetos continuados de Pontões de Cultura	R\$ 900.000,00	04	Sim
Premiação de Pontos de Cultura	R\$ 4.950.000,00	110	Sim

Fonte: Santa Catarina (2024i, *online*)

A nível estadual, a implementação do primeiro ciclo da PNAB foi realizada pela FCC a partir do lançamento de seis editais¹¹⁶, publicados entre os meses de outubro e dezembro de 2024. Destes editais, ganham destaque para fins da presente análise o Edital 049/2024 Prêmio Para Pontos de Cultura e o Edital 053/2024 Conexão Cultural, dedicado à seleção de Pontões de Cultura. A nível dos municípios de Santa Catarina, chama novamente atenção a expressiva taxa de adesão à PNAB desde seu primeiro ciclo. No referido período, Santa Catarina registrou uma taxa de adesão municipal próxima a 97%, o que resultou no repasse de aproximadamente R\$ 56,26 milhões aos municípios. Esse índice é ainda mais relevante se considerada a necessidade de mobilização das gestões municipais para processos administrativos necessários para envio do Plano de Ação, do PAAR e assinatura dos termos de adesão.

Neste contexto, a partir das observações realizadas durante a pesquisa de campo, foi possível afirmar que o elevado índice de adesão por parte dos municípios catarinenses refletiu menos a eficiência dos mecanismos administrativos mobilizados do que o protagonismo da sociedade civil organizada em favor da consolidação da política pública. Identificou-se que a

¹¹⁶ São eles: 49/2024 Edital Prêmio para Pontos de Cultura; 50/2024 Edital Circuito Catarinense de Cultura: voltado para a circulação de espetáculos e atividades culturais em diferentes regiões do estado; 51/2024 Prêmio Mestres da Cultura Popular; 52/2024 Edital Expressões Culturais dos Povos Indígenas, Quilombolas e Tradicionais; 53/2024 Edital Conexão Cultural (Pontões de Cultura); 55/2024 Edital Revitaliza SC (SANTA CATARINA, 2024b, 2024c, 2024d, 2024e, 2024f, 2024g).

mobilização da sociedade civil, por meio de conselhos de cultura, das redes de agentes culturais com destaque para a Rede-SC, e de outras instâncias de participação social, contribuiu decisivamente para a condução do processo, inclusive respaldando tecnicamente os gestores locais. Paralelamente, a postura colaborativa dos entes federativos — mediante a cooperação entre MinC, FCC e prefeituras — viabilizou o cumprimento de prazos e procedimentos no âmbito da TransfereGov, facilitando a homologação dos planos e a liberação dos recursos.

Os primeiros marcos relevantes do processo de implementação do primeiro ciclo da PNAB em SC para fins da pesquisa datam, justamente, do período de encerramento dos prazos para assinatura dos termos de adesão de estados e municípios, ao final do ano de 2023. Em aludida reunião do Comitê LPG-SC realizada no dia 1º de dezembro de 2023, a qual tratou conjuntamente de temas concernentes à implementação da LPG e da PNAB, uma das ponteiros da operativa discorreu:

nós temos que garantir que nossos municípios façam a adesão e que a gente consiga executar a PNAB da melhor maneira possível. A gente também vai tratar das conferências, para que as conferências cumpram com o seu papel e que a gente possa chegar como trabalhadores organizados para pautar o que nos é de direito (COMITÊ LPG-SC, 2023h, *online*).

Na assembleia, ficaram definidas as estratégias de mobilização e atuação junto às prefeituras para que estas se comprometessem com a assinatura do termo antes do prazo limite, definido como sendo o dia 11 de dezembro de 2023 (COMITÊ LPG-SC, 2023h). Calcada na utilização dos processos organizacionais e dos canais de comunicação do próprio Comitê LPG-SC, bem como de outros coletivos envolvidos nas lutas pela construção da LPG e da PNAB, a estratégia de mobilização foi um dos marcos da transição dos processos de implementação da PNAB e da LPG no recorte adotado nesta tese.

Na sequência destes acontecimentos, o ano de 2024 inicia, sobretudo, com a realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina, realizada entre os dias 22 e 24 de janeiro em Florianópolis e com os repasses iniciais aos proponentes contemplados da LPG. A Figura 11 registra minha participação como delegado da conferência estadual. Nela, observei que o tema da PNAB levantou apenas discussões ainda incipientes, tendo sido atravessado por poucas posições divergentes e/ou conflitantes. Corrobora com essa avaliação o fato de que a PNAB não esteve diretamente relacionada à nenhuma das propostas estaduais e nacionais encaminhadas pela plenária da conferência. Da mesma forma, não foram identificadas moções aprovadas que abordassem a temática (CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA, 2023a, 2023b, 2023c).

Figura 11 - 4ª Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina



Fonte: arquivo pessoal

Neste ponto, novamente há uma sobreposição entre os processos de implementação da LPG e da PNAB que merece ser destacada - o início dos repasses dos recursos da LPG se dá neste período. A presença dos Pontos de Cultura entre os(as) contemplados(as) da Lei Paulo Gustavo (LPG) em Santa Catarina se verificou, sobretudo, na execução municipal, onde alguns editais criaram linhas específicas para Pontos e outros abriram categorias do audiovisual que contemplam espaços de exibição em teatros, Pontos de Cultura e equipamentos culturais, dando lastro para que Pontos atuassem como proponentes ou como espaços de execução. Em Passo de Torres (2023a), o Edital de Chamamento Público n.º 10/2023 - Ponto de Cultura destinou recursos da LPG exclusivamente a estes coletivos. A prefeitura registrou a entrega de premiação a iniciativas locais, evidenciando repasse efetivo de recursos (PASSO DE TORRES, 2023a; 2023b, 2023c). Já em Indaial (2023), a homologação do resultado do edital de audiovisual (Decreto n.º 6703/2023) explicita, entre as linhas do art. 6º da LPG, apoio a “sala de cinema em teatro, ponto de cultura ou espaço cultural”. Este desenho possibilitou que mesmo proponentes que não eram Pontos de Cultura, canalizassem recursos para atividades realizadas nesses espaços (INDAIAL, 2023).

Além desses atos administrativos, e das declarações de ponteiras e ponteiros em conversas informais, encontros e assembleias, os quais identificaram-se como proponentes de projetos contemplados pela LPG; há também evidências públicas de realização que apontam diversos Pontos de Cultura em SC executando atividades com recursos da LPG. Por exemplo, o Ponto de Cultura Artes Reviradas (Criciúma) divulga projetos e festivais realizados com a LPG municipal, sob gestão da Fundação Cultural local; outro exemplo foram as ações financiadas pela Edição Especial LPG do Prêmio Catarinense de Cinema 2023 as quais

envolveram ponteiros e Pontos de Cultura (PONTOS CATARINA, 2024; CIRQUINHO DO REVIRADO/ARTES REVIRADAS, 2024). Estes dados reforçam a percepção de um efeito ‘indutor’ da LPG sobre a rede Cultura Viva no estado de Santa Catarina.

Cabe notar que a dispersão das publicações (Diários Oficiais municipais, páginas de Fundações Culturais e redes dos próprios Pontos) e as diferentes modalidades do art. 6º da LPG fazem com que a consolidação de uma listagem exaustiva dependa de verificação caso a caso em cada município; ainda assim, os atos oficiais de Passo de Torres e Indaial e as divulgações institucionais citadas demonstram, com documentação, que Pontos de Cultura receberam (no caso de Passo de Torres) e operaram ações financiadas (como espaços e proponentes) por meio da LPG em Santa Catarina (PASSO DE TORRES, 2023a; INDAIAL, 2023; PONTOS CATARINA, 2024).

No plano normativo-federativo, após as publicações, em 2023, dos decretos nº 11.453 de 23 de março¹¹⁷ e nº 11.740, de 18 de outubro¹¹⁸, e das portarias do MinC nº 80¹¹⁹ de 30 de outubro e nº 105¹²⁰ de 28 de dezembro; o ano de 2024 começou com poucas novidades. Neste período, em Florianópolis, a morosidade no andamento da PNAB, somada às insatisfações com o processo de implementação da LPG e à ausência de editais do Fundo Municipal de Cultura, levou à convocação do Ato pela Cultura de Florianópolis, que ocorreu no Largo da Alfândega no dia 15 de março de 2024, articulando agentes, coletivos e trabalhadores da cultura - com destaque para a participação de ponteiros do município. A Figura 12 traz um material elaborado para a divulgação da mobilização. Este foi um indicador de pressão social por cronogramas claros e por editais transparentes no ciclo 2024.

¹¹⁷ Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 institui os mecanismos de fomento que estruturam o sistema de financiamento à cultura, conforme previsto no inciso VI do § 2º do art. 216-A da Constituição Federal. Essa norma estabelece diretrizes gerais para operacionalização de instrumentos como prêmios, bolsas, projetos de infraestrutura cultural, convênios e demais formas de repasse, consolidando um marco institucional para a execução de políticas culturais, entre as quais se insere a futura regulamentação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

¹¹⁸ Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, regulamenta diretamente a Lei nº 14.399/2022, que instituiu a PNAB, detalhando os procedimentos para repasse dos recursos, habilitação de entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), além de critérios de execução e prestação de contas. Este Decreto constitui o principal dispositivo operativo da PNAB, conferindo segurança jurídica e operacional à política.

¹¹⁹ A Portaria MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023, estabelece diretrizes complementares para a solicitação e aplicação dos recursos da PNAB nos exercícios de 2023 e 2024. Entre outras disposições, a norma define percentuais vinculantes de destinação de recursos: ao menos 10 % para implantação da Política Nacional de Cultura Viva nos Estados e Distrito Federal; até 20 % para CEUs da Cultura; e, para municípios que recebam repasses iguais ou superiores a R\$ 360.000,00, no mínimo 25 % desses recursos devem ser alocados à Cultura Viva

¹²⁰ A Portaria MinC nº 105, de 28 de dezembro de 2023, altera a Portaria n.º 80, de 27 de outubro de 2023.

Figura 12 - Material de divulgação do Ato Pela Cultura de Florianópolis



Fonte: Setorial LGBTQIAPN+ de Florianópolis (2023, *online*)

Foi apenas em 28 de março deste ano, com atraso no calendário previsto, que o MinC publica a Portaria MinC nº 119, de 28 de março de 2024, que disciplina o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) da PNAB; e, conforme já mencionado, o texto estabelece procedimentos e prazos administrativos para estados e municípios (BRASIL, 2024c). A publicação da portaria foi um marco do início das discussões e debates em torno da implementação do primeiro ciclo da PNAB em SC, especialmente na medida em que estabeleceu a exigência de realização de processos de escuta e de busca ativa. Entretanto, a definição de um prazo de cerca de dois meses para a realização desses processos e elaboração do PAAR esteve atrelada à inúmeras dificuldades, desafios, e às primeiras tensões observadas no processo de implementação da PNAB em SC. Tais desafios foram ainda potencializados a partir das dificuldades estruturais de gestão em atender as comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, grupos prioritários da política, observadas já durante a implementação da LPG (BRASIL, 2024e).

Em abril de 2024, com atraso de cerca de 5 meses, foram realizados os repasses de recursos da primeira parcela do edital dos Comitês de Cultura, possibilitando o início oficial das atividades do Comitê de Cultura de Santa Catarina (CCSC), entidade composta a partir da articulação de quatro OSCs pontos de cultura: Associação Cultural Baiacu de Alguém, Instituto Arte Para Todos, Instituto Rua de Fogo, e Associação de Afrodescendentes de São Miguel do Oeste. Conforme já destacado, durante o recorte da pesquisa de campo, compus a equipe do CCSC - inicialmente na função de Assessor a Projetos e Parcerias, posteriormente na função de Coordenador Metodológico. Isso vem à tona aqui porque o CCSC teve um importante papel de apoio aos processos de articulação da Rede-SC a partir da segunda

quinzena de 2024, conforme será apresentado adiante. Em contrapartida, o início de maio ficou marcado por frustrações com relação às expectativas dos repasses dos recursos federais relativos ao edital de Pontões de Cultura (BRASIL, 2023b).

Nos dias 12 e 17 de abril foram realizados dois encontros do Comitê LPG-SC, Voltados à discussão da PNAB, essas foram as últimas atividades públicas do coletivo identificadas nesta pesquisa. O encontro realizado em formato de assembleia do dia 12 de abril ficou marcado por uma invasão que impossibilitou a continuidade das atividades (COMITÊ LPG-SC, 2024a, 2024b). No período também as atividades e iniciativas de reunião virtual de outros coletivos foram alvos de ataques cibernéticos. Durante o trabalho realizado junto ao CCSC, bem como em sessões de escuta e/ou de debates públicos, pude presenciar esses ataques pessoalmente em mais de uma ocasião. Dessa forma, foi marcada nova reunião para o dia 17, tendo como tema a implementação da PNAB no estado de Santa Catarina, a qual foi transmitida apenas por *Youtube*, limitando a interação em prol da segurança dos participantes. Conforme apresentou um dos membros da operativa, *live* foi uma “resposta a uma solicitação que nós recebemos nos grupos estaduais”, cujo objetivo foi “colocar algumas informações a todos aqueles que querem saber como implementar e como executar a PNAB nos seus municípios”(COMITÊ LPG-SC, 2024b, *online*). Destaca-se também a participação dos representantes do Escritório Estadual do MinC de SC, Alexandre Martins e Priscila Appella.

O mês de maio de 2024 ficou marcado pela realização, em sequência, de uma série de sessões de oitivas estaduais e municipais. No dia 14 de maio de 2024, a FCC promoveu duas sessões de escuta; uma com os gestores municipais de cultura e outra com as comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. No dia seguinte, 15 de maio, foram realizadas reuniões de escuta com o Conselho Estadual de Cultura e com as comunidades de periferias urbanas e rurais. Logo após, no dia 16 de maio, a FCC promoveu escuta junto à comunidade da economia solidária e criativa. No dia 17 de maio de 2024 houve escuta junto aos Pontos de Cultura do estado. No dia 20 de maio, foi realizada a sessão de oitiva junto aos técnicos em cultura; no dia seguinte, 21 de maio, foi realizada a sessão junto à comunidade da diversidade. Nos dias 22 e 23 de maio foram realizadas escutas junto à comunidade das artes e à comunidade do patrimônio e da cultura popular. Por fim, houve, no dia 24 de maio de 2024, sessões de oitiva junto à comunidade PCD e aos representantes de espaços culturais privados de SC (SANTA CATARINA, 2024a).

Todas as reuniões de escuta da FCC foram realizadas de forma *online*, seguindo uma lógica de organização similar à lógica relatada nas audiências e escutas do órgão no tópico

anterior, o que dificultou a participação de alguns segmentos e grupos. Para fins da análise aqui proposta, ganha destaque a sessão de escuta junto aos Pontos de Cultura do estado. A reunião promovida pela FCC foi precedida por uma reunião dos ponteiros para alinhamento das demandas e proposição de documento elaborado coletivamente. Outro elemento importante observado foi a mobilização nos grupos de *Whatsapp* da rede e/ou constituídos por ponteiros, e nas redes sociais. A Figura 13 indica uma das ações de divulgação realizadas nesse contexto.

Figura 13 - Material de divulgação da oitiva estadual dos Pontos de Cultura de SC



Fonte: Pontos SC (2024a)

Na realização da reunião preparatória da Rede-SC para a sessão de oitiva, observei que tiveram um papel central as equipes de coordenação do Comitê de Cultura de SC e do Pontão Catarina. Isso ocorreu a despeito do fato de que as ações previstas nos cronogramas de ambos os projetos apresentaram atrasos significativos por conta da demora na transferência dos recursos pelo governo federal. Conforme declarou um dos representantes da coordenação do Pontão Catarina, em explicação à Elisa Docena, representante da FCC que conduziu a sessão:

Nós ontem deliberamos numa reunião da rede de pontos de cultura que houvesse a constituição de um documento com a colaboração de toda a rede. Esse documento ficou aberto à edição hoje até as 17h, então é muito provável que outras sugestões, quando tiverem esse volume de informações, sejam praticamente as mesmas. [...] Lembrando que o que a gente fez foi colocar algumas sugestões construídas em reunião e que quem se sentisse à vontade, se sentisse representado por elas, que as colocasse no formulário [de escuta da FCC] (LEI ALDIR BLANC, 2024, *online*).

Nesta reunião prévia ficaram acertadas as pautas que foram reiteradamente apresentadas no formulário, tendo sido observada uma adesão significativa à estratégia e às propostas apresentadas no documento de construção coletiva. No encontro, esta adesão ficou evidenciada nos diálogos e manifestações orais realizadas na audiência, cuja gravação ficou disponibilizada em canal no *Youtube* (LEI ALDIR BLANC, 2024). No âmbito da adesão no envio de sugestões no formulário das oitavas da FCC, a ampla adesão ficou registrada na ata da sessão (SANTA CATARINA, 2024f). As propostas finais do documento, conforme sumarizadas em ata oficial, foram:

1. Lançar dois tipos de editais: Premiação para Pontos de Cultura e Celebração de TCCs (Termos de compromisso cultural, via lei 13.018/14) Manutenção de Pontos de Cultura, considerando neste último, despesas de custeio e capital. - c. No caso do edital que celebrem TCCs, que haja cota reservada para Pontos de Cultura já certificados;
2. Edital para 02 Pontões de Cultura, com as seguintes previsões e referências: 01 Pontão de Cultura de mobilização da Rede, prevendo em seu plano de trabalhos recursos para realização de intercâmbios entre Pontos de Cultura, de Teias mesorregionais e da Teia Estadual; e 01 Pontão de Cultura formativo para articulação de rede, com atividades de comunicação física e digital, acessibilidade, educação popular; usar o edital de Pontões de Cultura 2023 do MinC como referência.
3. Constar nos editais a serem lançados a inclusão obrigatória no plano de trabalho das seguintes cláusulas: a) Diárias de viagem, permitindo que os Pontos de Cultura possam circular nos eventos da Rede como as Teias, intercâmbios e as atividades de articulação e mobilização; b) A exemplo do edital de Pontões de Cultura 2023 do MinC, incluir a necessidade de formação de comitê gestores de outros Pontos de Cultura para concorrer ao edital, havendo uma instituição proponente e outros Pontos de Cultura parceiros, para ajudar a gerir, democratizar e dar maior transparência ao desembolso dos recursos. Nesse caso o comitê gestor deve ser formado por Pontos de Cultura já certificados, mesmo que o proponente ainda não possua certificação.
4. Fazer os editais descentralizados, como referência, o edital estadual de Pontos de Cultura de 2008 [...] que previa dos 60 aprovados, 01 Ponto de Cultura por microrregião atendida pelas extintas SDRs, somando 36 Pontos, mais 24 Pontos distribuídos por densidade populacional. Em suma, é necessário garantir a capilaridade da Rede por todo o estado, evitando grande concentração de Pontos de Cultura numa única mesorregião, ou município de grande porte.
5. Ainda acerca da descentralização, considerar a realidade de grupos e coletivos que possuem trabalhos itinerantes ou que são comunidades que se espalham por diversos territórios, ou mesmo já atuam como redes, como artistas circenses, povos ciganos, povos indígenas, territórios quilombolas, entre outros.
6. Restituir a gestão compartilhada de Rede de Pontos de Cultura com participação ativa da Comissão Estadual de Pontos de Cultura, instância horizontal de representação da Rede Cultura Viva SC (SANTA CATARINA, 2024f, p. 20).

Há muitos elementos importantes no conjunto de reivindicações apresentadas pelos ponteiros na oitava. Por ora, cumpre notar alguns pontos cruciais. Primeiro, o fato de que a proposta apresentou um nível de estruturação e robustez expressivo, especialmente se comparado às propostas e manifestações apresentadas nas sessões de escuta da LPG e da PNAB promovidas pela FCC durante os anos de 2024 e 2025. Segundo, a mobilização de ideias como: ‘gestão compartilhada’, ‘comitê gestor’, e a busca por instrumentos que

viabilizassem a participação da Rede-SC na construção e no planejamento das políticas públicas culturais no estado. Terceiro, aponta-se que a reivindicação de rubricas para deslocamento, estadia e hospedagem emergiu em consonância com uma lógica de organização que prioriza os encontros presenciais em formato de imersão. Essa lógica, cumpre notar, é a que orientou a construção do projeto do Pontão Catarina - o qual dedicou a parte mais expressiva de seus recursos para promover encontros mesorregionais durante os finais de semana (CULTURA CATARINA, 2025a).

Outro aspecto importante das manifestações dos ponteiros articulados em rede foi a defesa da manutenção do “espírito de cultura de base comunitária”. Conforme destacou um dos ponteiros, “Ponto de Cultura é território Quilombola, é povo indígena, é povo cigano, é artista circense, é caboclo e cabocla do contestado. É pra chegar onde o estado ainda não chegou” (SANTA CATARINA, 2024f, p. 19). Também o histórico da rede foi reiteradamente resgatado. Um dos ponteiros representantes da equipe do CCSC declarou: “nesses 20 anos de cultura viva, Santa Catarina avançou muito”(LEI ALDIR BLANC, 2024a, *online*). Em outra manifestação, foi defendida importância de que os ponteiros estivessem “conectados e fortalecendo a rede” e levantada a questão da trajetória de coletivos no PNCV:

Esses pontos novos que surgiram agora com certificação, devem ser bastante avaliados, na sua atuação atual e os que vão surgir agora. Tem uma turma trabalhando a muito tempo pelos pontos de cultura e agora com a nova certificação através dos editais, outros grupos vão surgir, mas que tenha uma pontuação diferenciada para quem já está na estrada há bastante tempo pra poder continuar com o seu trabalho. Que seja valorizado quem já está na estrada (SANTA CATARINA, 2024f, p. 23).

Em contraste com a participação qualificada dos membros da Rede-SC na sessão de escuta específica e a robustez dos processos organizativos que precederam essa participação, observou-se muitas dificuldades de participação nas sessões de escuta estaduais e municipais do primeiro ciclo da PNAB em Santa Catarina. A nível estadual, os encontros evidenciaram um conjunto expressivo de dificuldades práticas e estruturais, relacionadas tanto ao acesso quanto à efetividade dos processos participativos. Os relatos das reuniões de escuta, conduzidas pela Comissão de Organização e Acompanhamento (COA), apontaram entraves como a dificuldade de participação de povos indígenas, quilombolas, ciganos e comunidades tradicionais devido à linguagem excessivamente técnica dos editais, às exigências documentais desproporcionais e à falta de infraestrutura tecnológica adequada para inscrição e acompanhamento (SANTA CATARINA, 2024f).

As falas registradas, por exemplo, destacaram que a ausência de mecanismos de inscrição oral e de acompanhamento contínuo por agentes de campo restringiu a inclusão, mesmo diante da previsão legal de ações afirmativas, reforçando assim desigualdades

históricas de acesso ao fomento cultural (SANTA CATARINA, 2024f). Outro desafio amplamente ressaltado nas oitivas foi a disparidade territorial e institucional no que se refere à capacidade de gestão cultural. Gestores municipais relataram carências técnicas e jurídicas para lidar com processos de licitação, obras e prestação de contas, fatores que impactam diretamente a execução da PNAB (SANTA CATARINA, 2024f). Além disso, apontamentos feitos por representantes da sociedade civil expuseram a dificuldade de assegurar mecanismos efetivos de descentralização e equidade regional, já que regiões como a Serra Catarinense historicamente apresentam menor acesso e menor número de projetos contemplados (SANTA CATARINA, 2024f).

Neste contexto de incertezas, o primeiro edital da PNAB no território catarinense identificado na pesquisa data de abril e foi lançado pelo município de Guaraciaba com um prazo de 5 dias para inscrições (GUARACIABA, 2024). Ao seu lançamento, sucedeu a publicação de uma série de editais lançados no mês de maio por prefeituras de pequenos municípios catarinenses, tais como Taió, Jaguaruna e Lebon Régis. Neste ínterim, muitos municípios maiores, como Florianópolis, Joinville e Chapecó, assim como a FCC, ainda estavam no processo de realização de escutas para a elaboração do PAAR.

Observou-se que o tempo insuficiente de divulgação dos editais por parte dos gestores públicos do estado e o tempo insuficiente destinado ao período de inscrições estiveram entre os principais problemas dos primeiros editais da PNAB publicados no estado. Ainda que os mecanismos de acompanhamento e controle dos processos de divulgação não tenham sido devidamente estabelecidos, as orientações e determinações para divulgação da PNAB foram disponibilizadas pelo Ministério da Cultura (MinC) em abril de 2024. No entanto, a falta de campanhas informativas eficazes e de prazos adequados para disseminação das oportunidades faz com que muitas pessoas e coletivos sequer tenham conhecimento da existência dos editais em tempo hábil para participar. Também foram observados casos de divulgação de editais municipais que não cumpriram com as exigências e padrões de comunicação estabelecidos pela PNAB enquanto política nacional. Esse cenário comprometeu a visibilidade e o alcance da política no estado, dificultando processos de letramento e formação de artistas, fazedores de cultura e da sociedade de maneira geral no que tange à construção, ao acesso, à participação, ao usufruto e à relevância das políticas públicas culturais.

Foi somente no dia 29 de maio de 2024, dois dias antes do encerramento do prazo para envio do PAAR, que foi publicada a Portaria MinC nº 133, que alterou o prazo final de envio do PAAR para 31 de julho de 2024, ajustando o cronograma federativo em resposta a dificuldades operacionais de entes subnacionais (BRASIL, 2024h). Na prática, a medida

possibilitou a flexibilização para inclusão dos municípios que haviam assinado o termo de adesão, porém, ainda não haviam realizado os processos necessários para o envio do PAAR. Por outro lado, a forma como foi proposta a prorrogação impossibilitou, na maioria dos casos, revisões ou complementações de processos de oitivas elaborados às pressas e com pouco planejamento. Por exemplo, a comissão de elaboração do PAAR de Florianópolis encerrou suas atividades no dia anterior à publicação da prorrogação.

Ao final de junho de 2024, entrou em vigor a Lei nº 14.903/2024, novo marco regulatório federal do fomento à cultura, que impactou rotinas de seleção, execução e prestação de contas de políticas e programas culturais (inclusive da PNAB), ao consolidar parâmetros gerais para instrumentos de fomento (BRASIL, 2024f). Ainda no plano federal, ocorre a já mencionada publicação da Portaria MinC nº 137, de 8 de julho de 2024, a qual suspende, no âmbito da LPG, a exigência temporária de implementação de Conselho, Plano e Fundo de Cultura (CPF da Cultura) no termo de adesão - medida que respondeu a pleitos municipalistas e mitigou incertezas administrativas durante a execução, em detrimento das demandas por estruturação do SNC (BRASIL, 2024g; CNM, 2024).

No dia 26 de junho de 2024, a Rede-SC realiza nova reunião, com pauta preparatória para a participação em outro encontro virtual chamado pela Rede Nacional dos Pontos de Cultura para o dia seguinte, 27 de junho. Tais reuniões foram realizadas em um contexto de atrasos de repasses para os editais nacionais de Pontões e Sérgio Mamberti (BRASIL, 2023b, 2023r). Na pauta da reunião realizada no dia 26, destacaram-se os informes sobre a realização das comemorações e mobilizações dos 20 anos do Cultura Viva e as discussões sobre a implementação da PNAB. Pontos de Cultura do estado, como a Associação Matakiterani e o Instituto Ímpar, inseriram-se na programação nacional das comemorações previstas para julho. Conforme colocou Carol Freitas, funcionária da FCC alocada no MinC que participou da reunião, “a gente hoje tem o recurso, e quer divulgar a política para quem não conhece”. Ainda segundo declarou ela:

não tem nenhuma outra política que tenha [reserva de] 10% do recurso da PNAB, quem conquistou isso foi a Política Nacional Cultura viva, por que ela é profunda, ela tem um compromisso, ela é completa, tem um sistema um cadastro [...] e, assim, 20 anos para uma política, eu acho que agora é que a gente pode dizer que temos acúmulo, temos algo a dizer.

No início de julho, entre os dias 3 e 6, houve a realização do encontro Cultura Viva 20 anos, na Casa Rosa em Salvador (BA), com participação dos coordenadores do Pontão Catarina e do CCSC (PONTOS SC, 2024b). Conforme me relatou em conversa o coordenador do CCSC, o encontro ficou marcado por questionamentos dirigidos aos representantes do

MinC acerca da demora na liberação dos recursos dos editais específicos do PNCV, em especial dos Pontões de Cultura.

Em julho, a rede Cultura Viva mobiliza ações comemorativas dos 20 anos da política em todo o país; em Santa Catarina, o Pontão Catarina e parceiros divulgaram convocações e atividades específicas do 'Julho Cultura Viva', reforçando os processos de organização da rede em SC. O Julho Cultura Viva pelo Brasil mobilizou mais de 800 ações culturais em todos os estados brasileiros (MINC, 2024a). No contexto dessas ações, o Ato Nacional Pela Cultura Viva foi chamado para o dia 25 julho¹²¹, configurando um marco entre os processos de celebração e de afirmação de políticas públicas de promoção da diversidade cultural (MINC, 2024a). Nesse contexto, nos dias 16 e 24 de julho de 2024 identificou-se duas postagens de manifestação da Rede-SC em convocação para o ato nacional realizado no dia 25 de julho de 2024.

Figura 14 - Chamada da Rede-SC para o Ato Nacional Pela Cultura Viva



Fonte: Pontos SC (2024c)

¹²¹ A data escolhida promoveu uma articulação simbólica com a celebração do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, data oficial no Brasil desde 2014, criada para homenagear a líder quilombola do século XVIII e, de modo mais amplo, reconhecer a luta e o protagonismo das mulheres negras em todo o território nacional. A data de 25 de julho, ao se associar à cultura negra e à figura histórica de Tereza de Benguela, permitiu reforçar a centralidade da cultura como território de memória, resistência e afirmação identitária, alinhando a PNCV (Política Nacional de Cultura Viva) à agenda de justiça étnico-racial (MINC, 2024a).

A Figura 14 traz, a título de ilustração, a segunda convocação realizada na véspera do evento. No texto da chamada, há a seguinte provocação: “talvez imaginem que por conta da Política Nacional Aldir Blanc ter um orçamento de 3 Bilhões anuais que não podem ser contingenciados, que o Ministério já está bem de recursos”. Entretanto, segue o texto da chamada, “estes recursos são executados por estados e municípios, o que inclusive exige que o MinC tenha mais servidores e recursos para fazer esta operação de descentralização de recursos de forma mais eficiente” (PONTOS SC, 2024c, *online*).

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) convida toda a Ponteirada dos Pontos e Pontões de Cultura, mestras(es), artistas, agentes, ativistas, técnicos, produtores, gestores públicos da cultura para a Mobilização Nacional de defesa do Orçamento do Ministério da Cultura e pagamento imediato dos Prêmios Sérgio Mamberti, Pontões de Cultura e Prêmio Hip Hop Cultura Viva. É extremamente urgente que a equipe econômica do governo federal libere os recursos financeiros para os pagamentos do prêmio Sérgio Mamberti e dos Pontões de Cultura que ainda não foram pagos. E também efetue a reposição do orçamento do Ministério da Cultura. Assim, a mobilização nacional terá seu primeiro Ato Nacional na próxima semana, no dia 25 de julho, quinta-feira, às 16 h, com a realização de mutirão digital de solicitações ao Ministério da Fazenda, Fernando Haddad, à Ministra do Planejamento Simone Tebet, ao presidente do Senado Rodrigo Pacheco, ao presidente da Câmara Federal Arthur Lira e outros líderes do Congresso Nacional, para imediata reposição do orçamento e ajuste financeiro do MinC.

Não obstante o atraso no repasse dos recursos do Pontão Catarina, observou-se que a coordenação do projeto já havia assumido um papel central na articulação da Rede de Pontos de Cultura do estado. Conforme projeto original contemplado no edital de pontões, intitulado Estruturação e Ampliação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina, o pontão tinha as atividades e encontros previstos para serem realizados durante o ano de 2024. No entanto, com as dificuldades provocadas pelo atraso nos repasses - realizados a partir de setembro de 2024 - houve diversas repactuações do cronograma de atividades definidas em reuniões do comitê gestor do projeto, composto por 12 pontos de cultura. No desenrolar dos acontecimentos, as primeiras atividades presenciais e públicas do Pontão Catarina foram realizadas apenas em 2025 (BRASIL, 2023b; CULTURA CATARINA, 2025a).

A serviço da equipe do CCSC, realizei um levantamento¹²² dos editais municipais da PNAB publicados no estado de Santa Catarina entre os meses de abril e setembro de 2024. Foram identificados 166 editais municipais lançados no período em 109 municípios catarinenses, identificados a partir dos registros destas ações nos diários oficiais. Entre setembro e outubro, outras duas frentes se destacam: a) a realização de um curso de formação de avaliadores para a política Cultura Viva/PNAB, com chamadas públicas e cursos voltados a pareceristas oferecidos pelo pontão de São Paulo (incluindo postagens do Pontão Catarina

¹²² Disponível no link:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1vVg_jjesq9Gu3bo-ee_YvgvyFQjC21bdDRA6TLBdX8Y/edit?usp=sharing

que anunciam turmas e inscrições); e, b) a preparação, pela FCC, de um bloco de editais estaduais financiados pela PNAB, a qual foi atravessada por discussões acirradas a respeito da participação do CEC-SC no processo.

Em meados de outubro de 2024, a abertura da fase estadual dos editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) em Santa Catarina teve início com o Edital de Chamamento Público nº 50/2024 – Circuito Catarinense de Cultura – PNAB SC, publicado em 18 de outubro de 2024. Esse edital ofertou um valor total de R\$ 22.220.000,00, distribuído entre 659 projetos selecionados em diversas modalidades, tais como festivais, eventos culturais, ações de formação e ações artísticas, com valores unitários que variaram de R\$ 20.000,00 a R\$ 100.000,00 por proposta (SANTA CATARINA, 2024b). Logo após, foram publicados os dois editais mais pertinentes ao recorte da presente pesquisa.

A publicação do Edital Prêmio Pontos de Cultura PNAB 2024, em 25 de outubro de 2024, representou um marco na política cultural catarinense, ao destinar R\$ 4.950.000,00 a 110 entidades e coletivos culturais do estado (SANTA CATARINA 2024c). Contudo, o desenho normativo que dividiu os proponentes em classes conforme seu perfil jurídico revelou tensões estruturais do programa. A diferenciação estabelecida entre organizações da sociedade civil (OSCs) formalizadas — que receberam valores mais altos — e coletivos não formalizados — contemplados com prêmios menores — foi alvo de críticas incisivas por parte de “ponteiros” vinculados a experiências comunitárias e autônomas. Essa distinção, embora sustentada pelo argumento da maior segurança jurídica e fiscalização dos recursos públicos, acabou por reproduzir uma lógica excludente que desconsidera a trajetória de mobilização do Programa Cultura Viva, historicamente voltado à valorização da diversidade organizacional da sociedade civil, incluindo grupos não formalizados (Lei nº 13.018/2014). Assim, o próprio dispositivo que deveria fortalecer a rede de Pontos de Cultura gerou ressentimento e questionamentos sobre a coerência entre diretrizes legais e práticas de implementação.

No caso do Edital Conexão Cultural para Pontões de Cultura, aberto em 1º de novembro de 2024 e com inscrições entre 2 de novembro e 15 de dezembro de 2024, os problemas se mostraram ainda mais sensíveis. O objetivo oficial era fortalecer a Rede Cultura Viva catarinense, assegurando suporte a Pontões, que são estruturas de articulação em rede, com a função de apoiar, mobilizar e formar Pontos de Cultura (SANTA CATARINA, 2024d). No entanto, o edital permitiu a inscrição de proponentes sem credenciamento prévio na Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e sem histórico de articulação junto à Rede-SC, decisão justificada pela ausência de orientação restritiva por parte do Ministério da Cultura.

Essa abertura, embora formalmente legal, foi considerada pela Rede-SC como um desvio em relação ao sentido comunitário e à organicidade do programa, pois fragilizou o reconhecimento do papel desempenhado por Pontões com trajetória consolidada na articulação cultural. Em consequência, demandas apresentadas pela Rede-SC em consultas e oitivas foram desconsideradas, revelando uma contradição entre a retórica da descentralização e da democratização e os mecanismos efetivos de distribuição e seleção adotados (SANTA CATARINA, 2024d).

É preciso destacar que, apesar dos problemas mencionados, ambos os editais incorporaram a previsão de cotas e indutores para povos indígenas, quilombolas, populações periféricas e pessoas com deficiência, incorrendo em um avanço relevante e alinhado ao marco normativo federal. Não obstante, a operacionalização concreta revelou limites institucionais e políticos: de um lado, avanços normativos e a criação de oportunidades inéditas; de outro, exclusões simbólicas e práticas que geraram tensões entre sociedade civil e poder público. Nesse sentido, o ciclo de editais estaduais de 2024 em Santa Catarina se constituiu como uma experiência ambígua, marcada pela expansão dos recursos e pela formalização de mecanismos inclusivos, mas também pela reprodução de desigualdades internas e pela falta de aderência a demandas comunitárias historicamente articuladas no âmbito da trajetória de lutas do PNCV.

Outros editais estaduais subsequentes foram publicados em novembro de 2024. Primeiro, o de Seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para operacionalização da PNAB, a partir de 4 de novembro de 2024. Depois disso, o Edital Expressões Culturais dos Povos Indígenas, Quilombolas e Tradicionais de Santa Catarina, em 9 de novembro. Por fim, o Prêmio Mestres da Cultura Popular, lançado em 15 de novembro; e o programa Revitaliza SC, publicado em 22 de novembro de 2024 — todos organizados pela FCC e divulgados por meio de suas redes institucionais (SANTA CATARINA, 2024e, 2024g, 2024h).

Nos dias 13 e 27 de novembro, foram realizadas as Oficinas dos Editais da PNAB para Fomento à Política Nacional Cultura Viva, através de uma parceria entre o Pontão Catarina e o CCSC. Participei das oficinas como um dos ministrantes do primeiro encontro e como mediador do segundo encontro. Nela, a discussão sobre os princípios do PNCV foi bastante demarcada, com base na defesa do espírito de base comunitária do programa. No segundo dia do encontro, merece destaque os posicionamentos, questionamentos e dúvidas acerca das organizações e coletivos que poderiam ser consideradas pontos de cultura, independentemente do processo de credenciamento (COMITÊ DE CULTURA DE SANTA CATARINA, 2024b, 2024c). Outro aspecto bastante relevante para fins da presente análise foi a discussão sobre a

gestão compartilhada prevista na lei cultura viva. O **Anexo I** apresenta o roteiro da oficina realizada.

Ao final de novembro, repetindo a prática observada no processo de implementação da LPG de anunciar prorrogações às vésperas dos prazos definidos para execução das políticas, o MinC publicou o Decreto nº 12.257/2024, o qual alterou o prazo de execução dos recursos da PNAB de 31 de dezembro de 2024 para 30 de junho de 2025. A medida, embora tenha representado um alívio imediato para os entes federativos, foi marcada por um contexto de incertezas e insegurança, já que a comunicação tardia gerou instabilidade nas gestões em curso, obrigadas a revisar cronogramas, prazos de prestação de contas e estratégias de execução em tempo reduzido (BRASIL, 2024d).

De um lado, a prorrogação atendeu à pressão de municípios que alegavam não dispor de capacidade técnica e institucional para realizar a execução dos recursos dentro do prazo originalmente estabelecido, evitando a devolução de montantes significativos ao Tesouro Nacional (CNM, 2024). De outro, a decisão teve o efeito de atravessar gestões em andamento, tanto em nível municipal quanto estadual, pegando de surpresa equipes já engajadas em processos avançados de execução e contratação, e impondo reprogramações que, em alguns casos, atrasaram pagamentos e dificultaram o acompanhamento das ações culturais em território (BRASIL, 2024d).

Assim, a prorrogação se insere na ambivalência recorrente das relações entre as políticas estruturantes e as políticas emergenciais e extraordinárias de fomento cultural: se, por um lado, ampliou a margem temporal para garantir maior inclusão dos entes menos estruturados, por outro, comprometeu a previsibilidade administrativa e a segurança institucional necessária para a efetividade da política. Na prática, uma parte considerável dos municípios, entre os quais podemos incluir as maiores cidades do estado, como Florianópolis e Joinville, lançaram seus editais da PNAB entre novembro e dezembro de 2024, com vistas ao atendimento dos prazos inicialmente estabelecidos. Uma vez prorrogados os prazos, a flexibilização não implicou em uma incrementação dos processos de escuta, participação social ou de coleta, trato e sistematização de dados para diagnósticos; mas na flexibilização dos prazos estabelecidos entre o início das inscrições e o repasse dos recursos.

A nível estadual, essas alterações se vincularam a uma série de alterações nos cronogramas originais dos editais lançados pela FCC, que foram arroladas no Quadro 8. A nível municipal, a prorrogação atravessou os processos de lançamento de editais em cidades como Florianópolis, São José, Chapecó e Joinville. Entre as alterações mais significativas para fins da análise dos processos de articulação da Rede-SC, destaca-se a prorrogação do

prazo de inscrições para o edital Conexão Cultural para 31 de janeiro de 2025. A partir da prorrogação, uma parceria entre as equipes do Pontão Catarina e do CCSC foi firmada para promover a assessoria a projetos de Pontão provenientes de articulações orgânicas da Rede-SC. Este trabalho de assessoria, durante os meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025, promoveu contribuições para 4 dos 6 pontões contemplados com recursos do primeiro ciclo da PNAB em SC (SANTA CATARINA, 2024d).

Quadro 8 - Alterações de cronograma dos Editais da FCC do primeiro ciclo da PNAB

Data da Alteração	Edital	Natureza da Alteração
29/11/24	Edital Prêmio para Pontos de Cultura	prazo final de inscrição vai de 01/12/22 para 13/01/25, incluindo-se adequações nas etapas posteriores
29/11/24	Circuito Catarinense de Cultura	prazo final para divulgação dos resultados da etapa de avaliação vai de 09/12/24 para 13/01/25, incluindo-se adequações nas etapas posteriores.
13/12/24	Edital Conexão Cultural	prazo final para inscrição vai de 15/12/24 para 31/01/25, incluindo-se adequações nas etapas posteriores.
24/01/25	Edital Revitaliza SC	prazo final de inscrição vai de 26/01 para 16/02, incluindo-se adequações nas etapas posteriores
30/01/25	Edital Expressões Culturais dos Povos Indígenas, Quilombolas e Tradicionais	prazo final de inscrição vai de 02/02/25 para 09/03/25, incluindo-se adequações nas etapas posteriores
06/02/25	Prêmio Mestres da Cultura Popular	prazo final de inscrição vai de 09/02/25 para 09/03/25, incluindo-se adequações nas etapas posteriores.
07/02/25	Edital Prêmio para Pontos de Cultura	prazo final para divulgação dos resultados da etapa de avaliação vai de 10/02/25 para 10/03/25, incluindo-se adequações nas etapas posteriores.
23/02/25	Edital Conexão Cultural	prazo final para divulgação dos resultados da etapa de avaliação vai de 24/02/25 para 07/03/25, incluindo-se adequações nas etapas posteriores.
26/02/25	Edital Prêmio para Pontos de Cultura	prazo final para divulgação dos resultados da etapa de avaliação vai de 10/03/25 para 21/03/25, incluindo-se adequações nas etapas posteriores.
06/03/25	Edital Conexão Cultural	prazo final para divulgação dos resultados da etapa de avaliação vai de 07/03/25 para 21/03/25, incluindo-se adequações nas etapas posteriores.
17/03/25	Edital Revitaliza SC	prazo final para divulgação dos resultados da etapa de avaliação vai de 17/03 para 18/03, incluindo-se adequações nas etapas posteriores

24/03/25	Circuito Catarinense de Cultura	prazo final para assinatura do termo de execução cultural vai de 24/03/25 para 26/03/25.

Fonte: elaborado pelo autor.

Em paralelo a este conjunto de alterações realizadas entre os últimos meses de 2024 e o primeiro trimestre de 2025, o Pontão Catarina iniciou a execução das atividades previstas em seu projeto original no início de 2025. O projeto original previa a realização de três mini-teias e do Fórum Estadual dos Pontos de Cultura, no qual foi prevista a eleição de nova comissão de representação da Rede-SC na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura¹²³.

Neste período, as atividades promovidas pelo Pontão Catarina e pela Rede-SC configuraram uma intensa agenda de mobilização territorial em variadas mesorregiões do estado de Santa Catarina (CULTURA CATARINA, 2025c). O projeto do Pontão Catarina foi pensado a partir de cinco metas principais: Agentes Cultura Viva; Mapeamento e Diagnóstico; Formação e Capacitação; Articulação e Mobilização da Rede; e Gestão do Projeto, Comunicação e Cultura Digital. Conforme consta na plataforma do projeto, “o principal objetivo do Pontão Catarina é rearticular a Rede Cultura Viva de Santa Catarina”, daí a centralidade do projeto e das ações do coletivo para fins da presente pesquisa (CULTURA CATARINA, 2025a, *online*).

Figura 15 - Boneca Catarina, expressão da diversidade cultural catarinense idealizada pelo Pontão Catarina



¹²³ Não obstante a previsão original, foram realizados 4 mini-teias, dois encontros (de abertura e fechamento) da equipe do Pontão Catarina, e o Fórum Estadual da Rede-SC. Tomando como ponto de corte para a pesquisa de campo realizada o final do mês de junho, desses encontros, cabe destacar, porém, que uma das mini-teias (Mini-teia do Contestado) e o fórum da rede foram realizados após o período da pesquisa de campo. Não obstante, manteve a participação nesses eventos, o que contribuiu para reflexões acerca dos desdobramentos dos eventos observados em campo, bem como para um processo de validação dos achados de pesquisa junto aos pares do Pontão e aos ponteiros de maneira geral.

Fonte: Cultura Catarina (2025a)

Entre os elementos simbólicos da identidade do Pontão Catarina, destaca-se a criação da ‘Boneca Catarina’, criada no intuito de reforçar a diversidade cultural do território. A Figura 15 ilustra esse elemento, presente em todas as peças e materiais produzidos pelo coletivo. Conforme descrito na plataforma do projeto:

A principal proposta de uso de mais de uma cor na “Boneca Catarina” é reforçar a diversidade cultural em Santa Catarina, um Estado que, apesar de ser comumente referenciado como uma região de descendentes de alemães e italianos, é composto por muitas outras etnias, como portugueses, japoneses, austríacos, poloneses, indígenas e africanos. A presença dos “dreads” na cabeça da boneca remete a uma ideia de movimento. Sua postura corporal e alguns detalhes nas formas dos elementos gráficos no corpo e na base dos pés sugerem uma vestimenta circense. A fonte é uma criação específica para o Pontão Catarina inspirada na tipografia vernacular, que consiste na produção de letras e caracteres para peças de comunicação, como cartazes, muros e fachadas, e que tem como características principais os aspectos culturais e a informalidade técnica muito utilizada em Santa Catarina e em toda a América Latina (CULTURA CATARINA, 2025a, *online*).

Na primeira ação presencial do Pontão Catarina, entre os dias 24 e 26 de janeiro de 2025, foi realizado o Encontro de Formação dos Agentes Cultura Viva, na sede da Associação Matakiterani, em Lages. O encontro seguiu uma programação muito similar a das mini-teias e atividades presenciais propostas na sequência, incluindo: a previsão de chegada dos participantes a partir de sexta-feira à noite, um sábado intenso com agenda de atividades nos três turnos, e atividades na manhã e início da tarde de domingo, com encerramento por volta das 14h ou 15h.. Neste encontro, tive o primeiro contato mais imersivo com as práticas organizacionais e articulatórias que o Pontão Catarina propunha para o processo de rearticulação da Rede-SC. A Figura 16 ilustra o momento no qual foram recebidos os equipamentos destinados aos dez Agentes Cultura Viva selecionados no projeto.

Figura 16 - Encontro de Formação dos Agentes Cultura Viva, realizado entre 24 e 26 de janeiro de 2025, em Lages-SC



Fonte: Pontão Catarina (2025a)

No âmbito da organização do Pontão, destacou-se já neste primeiro encontro, a articulação de duas dimensões metodológicas fundamentais, observadas ao longo da execução do projeto. De um lado, foram recorrentemente evocados os princípios da Educação Biocêntrica, desenvolvida por Rolando Toro (2002) no âmbito da Biodança. Neste campo, destacam-se três princípios centrais: a autorregulação, que valoriza os processos de equilíbrio natural do ser humano e da coletividade; a progressividade, que reconhece a necessidade de respeitar o ritmo e a singularidade de cada indivíduo e grupo; e a reciprocidade, que pressupõe a construção de vínculos afetivos e solidários como fundamento da vida social (TORO, 2002; BRANDÃO, 2010). Estes princípios, aplicados em contextos educativos e culturais, estimulam práticas que priorizam o viver em harmonia, a valorização da diversidade e a convivência como matriz da aprendizagem. Nas atividades do Pontão Catarina, observou-se que esses princípios contribuíram para a organização e mediação da participação nas dinâmicas de grupo, dos debates e das intervenções.

De forma complementar, a Pedagogia Griô, sistematizada a partir da Lei Cultura Viva e das práticas de Pontos de Cultura em comunidades tradicionais, tem como princípios o cuidado com o eu, o cuidado com o outro e o cuidado com o todo, organizando-se a partir do reconhecimento do conhecimento ancestral e da oralidade como base pedagógica (MINC, 2010b). O cuidado com o “eu” refere-se ao fortalecimento identitário e à valorização das memórias pessoais; o cuidado com o “outro” enfatiza o respeito, a escuta e a solidariedade nas relações interpessoais; e o cuidado com o “todo” remete à responsabilidade coletiva, em

diálogo com práticas da coletividade. Ao ser incorporada na política dos Pontos de Cultura, a Pedagogia Griô contribui, segundo Santos (2018) para a ressignificação da educação, afirmando a centralidade dos saberes populares e tradicionais na formação cidadã.

Em conjunto, esses princípios possibilitaram a condução de encontros marcados por repactuações e ajustes nos tempos e conteúdos das programações pré-estabelecidas. Para mais, observou-se uma alternância bastante significativa entre os momentos mais ‘duros’ de planejamento, discussão e encaminhamentos práticos e os momentos mais lúdicos constituídos por dinâmicas de grupo provenientes, em sua maioria, dos saberes culturais e organizacionais da tradição griô, ou dos exercícios teórico-práticos do teatro do oprimido (BOAL, 1975). Em especial, pode-se destacar que as dinâmicas utilizadas são reconhecidas explicitamente em sua função de mobilização de afetos, nos termos discutidos por Gonsalves (2023), e que essa mobilização foi um dos pilares da estratégia para a articulação e a organização da Rede-SC durante toda a execução do projeto.

No que diz respeito às discussões do primeiro encontro, destacam-se algumas dimensões importantes para fins da análise aqui proposta. Primeiro, no debate sobre a estratégia de mapeamento, deliberou-se por uma estratégia orientada para atender às demandas de mapeamento e diagnóstico dos pontos da chamada ‘base legada’, ou seja, os pontos certificados e identificados no âmbito do projeto como pertencentes à Rede-SC no momento de submissão do mesmo. Sobre essa base legada, esclareceu o Coordenador do Pontão Catarina em oitiva da FCC: “totaliza 158 pontos de cultura e destes, 78 são certificados por meio de editais - 18 por 2 editais federais e 60 por edital estadual e 80 são certificados pela certificação simplificada da Lei 13.018” (SANTA CATARINA, 2024f, p. 19). Esse recorte foi importante em um contexto de ampliação significativa do número de Pontos de Cultura credenciados e operantes durante o primeiro semestre de 2025.

Um segundo aspecto a ser destacado foi a estratégia pensada para a viabilização do encontro no Oeste, o qual requereu dispêndios relativos a uma série de custos adicionais de transporte para o deslocamento da equipe, incluindo coordenadores de meta, ministrantes das atividades de formação e os Agentes Cultura Viva de outras regiões do estado. Fundamentalmente, os mecanismos para a superação das dificuldades orçamentárias foram baseados em relações de confiança e solidariedade - caronas, agrupamentos para diminuição dos custos de transporte, utilização dos recursos disponibilizados através das rubricas de diárias segundo a lógica da equidade e não da igualdade¹²⁴.

¹²⁴ Entre os inúmeros exemplos que ilustram como os laços de solidariedade e confiança constituídos a partir do primeiro encontro da equipe possibilitaram a flexibilização necessária para a adequação da logística de

Por fim, um terceiro aspecto foram as primeiras discussões identificadas acerca da proposta de orientação política do Pontão Catarina no âmbito da organização e composição dos Pontos de Cultura que iriam participar da 1ª Mini-teia do projeto. Pensadas para oferecer diária, hospedagem e alimentação para todos os ponteiros e participantes convidados, as mini-teias tinham orçamento para acolher cerca de 40 participantes por encontro. Neste sentido, a escolha dos participantes foi pensada a partir de um viés estratégico, o qual considerou as mini-teias como momentos também preparatórios para a realização do Fórum Estadual dos Pontos de Cultura de SC. Neste contexto, evidenciou-se uma clara preocupação com o processo de expansão dos pontos de cultura do território catarinense credenciados no PNCV através dos editais da PNAB, na medida em que esse processo de expansão foi identificado enquanto descolado dos princípios do PNCV que nortearam a trajetória da Rede-SC.

Algumas das falas de membros da equipe do Pontão, anotadas *in locu* no caderno de registros de campo, contribuem para ilustrar o recorte político das decisões tomadas: “*temos que articular os pontos de cultura que estão alinhados às nossas concepções do PNCV em primeiro lugar*”; “*tem pontos de cultura que atuam como secretarias de cultura em cidades pequenas*”; “*nem todo mundo que ganha dinheiro com editais do Cultura Viva é Ponto de Cultura*”; “*nós temos uma orientação política clara, que é de fortalecimento da cultura de base comunitária*”. Para mais, no dia 11 de fevereiro de 2025 foi realizada uma reunião preparatória para a primeira mini-teia na qual estas decisões políticas também tiveram centralidade. Nela, estiveram presentes representantes da equipe do Pontão Catarina e representantes dos Pontos de Cultura da região de Chapecó articulados à Rede-SC. Os últimos ‘espaços disponíveis’ foram discutidos com viés estratégico, a partir de uma identificação de quais seriam os coletivos mais alinhados às ideias de descentralização, desconcentração e democratização do acesso às políticas públicas e às concepções de cultura de base comunitária do coletivo.

Em fevereiro de 2025, entre os dias 14 e 16, ocorreu a Mini-Teia Oeste-Serra na Sede do Movimento das Mulheres Camponesas, em Chapecó. O encontro, primeira mini-teia do projeto, reuniu pontos de cultura das regiões Oeste e Serrana e foi organizado por pontos de cultura do território, entre os quais se destaca o Ponto de Cultura Nossa Maloca, que sediou parte da programação do evento. A Figura 17 e a Figura 18 consistem em imagens capturadas

realização das teias, destaco as vivências de deslocamento para os encontros do Pontão Catarina junto a outros membros da equipe e, em especial, junto aos Agentes Cultura Viva.

durante a realização do evento e demonstram momentos distintos e, em alguma medida, contrastantes de sua programação (PONTÃO CATARINA, 2025b).

Figura 17 - Dinâmica de roda conduzida por Gilson Máximo na Mini-Teia Oeste/Serra, em Chapecó



Fonte: Pontão Catarina (2025b)

Figura 18 - Aula Magna da Formação em Políticas Públicas Culturais e Instrumentos de Fomento da Mini-teia Oeste/Serra



Fonte: Pontão Catarina (2025b)

O encontro ficou marcado como um marco da retomada e da rearticulação da Rede-SC, tendo sido realizado após um hiato de muitos anos que se desdobrou no desmantelamento do PNCV no estado. A sua programação foi composta por “ações

interativas, integrativas, de formação e aprofundamento dos representantes dos pontos sobre a Política Nacional Cultura Viva” (PONTÃO CATARINA, 2025c, *online*). Outro momento relevante, conforme destaque nas mídias sociais do coletivo, foi a discussão sobre a estratégia de mapeamento e “a apresentação do trabalho que [vinha] sendo realizado pelos Agentes Cultura Viva, reforçando a importância do diálogo e da construção coletiva para o fortalecimento das iniciativas culturais locais” (PONTÃO CATARINA, 2025c, *online*). Destaca-se, ainda, que novamente foram observadas discussões envolvendo dúvidas e preocupações com relação ao processo de credenciamento de novos pontos de cultura no estado através dos editais da PNAB.

À mini-teia de Chapecó sucedeu o 1º Ciclo de Formação do Pontão Catarina, que ocorreu nos dias 10, 11, 12 e 13 e 17, 18, 19 e 20 de março de 2025, sempre no turno da noite das 19h às 21h, em formato *online*, porém vinculado aos conteúdos e às inscrições da teia realizada. A programação incluiu formações sobre: Cidadania e Direitos Culturais, Política Nacional Cultura Viva; Políticas Públicas e Instrumentos de Fomento; e Cultura Digital e a Plataforma Cultura Catarina - esta última pensada como uma ferramenta a serviço da Rede-SC e não como ferramenta do projeto do Pontão Catarina. Cabe destacar, de antemão, que minha participação como ministrante de um dos cursos oferecidos, assim como a participação nas reuniões de alinhamento da equipe de formação, possibilitou acesso a informações e à reflexões coletivas bastante relevantes para fins da presente pesquisa.

Destaca-se que a proposta formativa trouxe consigo uma espécie de resgate - ou **reativação**, conforme será apresentado adiante - de alguns sentidos disputados na construção histórica do ‘imaginário coletivo’ do PNCV, tais como: cultura de base comunitária, ponto de cultura, pontões de cultura, teias, fóruns, entre outros. Nos encontros de alinhamento, discutiu-se a importância da reativação desse léxico em um contexto no qual a preocupação central esteve relacionada ao fato de que muitos coletivos que seriam credenciados ou estavam em processo de credenciamento desconheciam as bases e princípios do PNCV.

Logo após o último encontro do 1º Ciclo de Formação do Pontão Catarina, no dia 21 de março de 2025, foram publicados os resultados das etapas de avaliação dos editais Conexão Cultural e Prêmio para Pontos de Cultura da FCC (2024b, 2024c). A publicação destes resultados provocou algumas manifestações de descontentamento com os processos de avaliação e inscrição dos referidos editais. Em especial, foram identificadas discrepâncias nos pareceres dos avaliadores responsáveis, como, por exemplo, relatos de diferença de 10 pontos entre um e outro parecer em alguns critérios. Não obstante a identificação dessas movimentações, observou-se nos grupos e espaços de discussão que presenciei que estes

tensionamentos ainda apareciam como divergências específicas acerca de critérios empregados para pontuação de determinados coletivos - emergindo enquanto descontentamentos e divergências particulares, muitas vezes, contraditórias entre si.

No início do mês de abril, entre os dias 4 e 6, foi realizada a Mini-teia Norte/Vale, reunindo coletivos culturais dessas duas mesorregiões. As Figuras 19 e 20 ilustram momentos do encontro, realizado nas sedes da Associação Casa de Cultura Nzo Nkize Nzazi (ACCAIA) e da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Itinga (AMORABI), em Araquari (SC). O **Anexo II** traz, na íntegra, a programação do evento, que seguiu um formato muito similar em termos de programação ao que foi relatado anteriormente. No âmbito das propostas de ‘aulas magnas’ dos cursos de formação do 2º ciclo, destaca-se que houve mudanças importantes no formato do curso de Políticas Públicas e Instrumentos de Fomento pensadas para adequar a proposta ao contexto de discussões sobre a expansão da Rede-SC.

Figura 19 - Plateia assistindo apresentação de atividade teatral durante a Mini-teia Norte/Vale



Fonte: Pontão Catarina (2025d)

No plano normativo, o MinC edita a Portaria MinC nº 200, de 11 de abril de 2025, que estabelece diretrizes complementares para a solicitação e a aplicação dos recursos da PNAB no ciclo 2 (BRASIL, 2025a). Essa portaria, ao atualizar e detalhar procedimentos

administrativos, busca oferecer maior segurança jurídica e orientar a execução pelos entes federativos, sobretudo após as dificuldades observadas no primeiro ciclo de implementação. Entre os aspectos destacados, constam a definição de prazos e fluxos operacionais no sistema TransfereGov, orientações específicas para o envio dos Planos de Ação, bem como parâmetros adicionais para a prestação de contas e a comprovação das contrapartidas socioculturais. O texto normativo reforça ainda o cumprimento das ações afirmativas previstas na Instrução Normativa MinC nº 10/2023, vinculando a execução de recursos à observância das cotas para populações historicamente sub-representadas (BRASIL, 2025a).

Embora o objetivo declarado da Portaria nº 200/2025 seja o de consolidar avanços em termos de padronização e simplificação, sua publicação deve ser interpretada também como resposta às críticas levantadas durante o primeiro ciclo, quando se observaram inconsistências na comunicação das regras, dificuldades de operacionalização por parte dos municípios e elevada assimetria de capacidades institucionais entre os entes subnacionais. Dessa forma, observou-se que as alterações normativas não apenas regulamentaram tecnicamente o processo do segundo ciclo, mas também cumpriram um papel político, numa tentativa de ‘reposicionar’ o Ministério da Cultura. A portaria publicada estabeleceu prazos e critérios de execução dos recursos do 1º ciclo para garantia dos repasses referentes ao 2º ciclo. Em suma, ficou disposto que os municípios teriam até o dia 26 de maio de 2025 para assinatura do termo de adesão, o qual seria referente não apenas ao ano de 2025, mas aos quatro próximos exercícios, o que aumentou a importância do ato. Foi estabelecido que os municípios teriam, ainda, até o dia 31 de maio de 2025 para envio do Plano de Ação na plataforma TransfereGov, documento extremamente simplificado que apenas indicava a soma das rubricas dos próximos quatro anos e a intenção do ente em contar com os recursos. Para mais, ficou definido que os municípios teriam de executar, pelo menos, 60% dos recursos do primeiro ciclo até o dia 30 de junho de 2025 para receberem os recursos ainda em 2025¹²⁵.

No dia 14 de 2025, a FCC divulga o resultado das etapas de habilitação dos editais Conexão Cultural e Premiação de Pontos de Cultura. O ato constituiu um dos marcos fundamentais para o processo de articulação observado no recorte de pesquisa. Isso porque os resultados provisórios publicados, em especial, do edital de premiações, apontavam para a desclassificação e inabilitação de diversos Pontos de Cultura articulados à Rede-SC e que haviam obtido pontuação alta na avaliação de seus projetos. No que tange ao resultado da

¹²⁵ No caso de não execução dos recursos do primeiro ciclo no prazo estabelecido, os municípios poderão realizar a solicitação dos recursos do segundo ciclo em 2026, desde que realizem a execução de um mínimo de 60% dos recursos originalmente depositados, desconsiderando-se para esse cálculo os rendimentos das aplicações dos recursos no período

etapa de habilitação do edital de pontões, observou-se o não atendimento de algumas solicitações consideradas básicas da Rede-SC.

Na sequência da publicação dos resultados, diversas manifestações e questionamentos acerca do processo foram levantadas, em especial, no grupo de *Whatsapp* Pontos SC e Pontões SC. Ante essa expressiva repercussão, logo em seguida, no 16 de abril de 2025, o Pontão Catarina divulgou uma publicação intitulada Nota Sobre a Etapa de Habilitação dos Editais Conexão Cultural e de Premiação de Pontos de Cultura. Nela, a coordenação do projeto manifestou que (2025e, *online*):

É com muita apreensão que a Coordenação do Pontão Catarina acompanha as inúmeras manifestações de descontentamento e questionamentos sobre os resultados da etapa de habilitação dos Editais Conexão Cultural e Pontos de Cultura da Fundação Catarinense de Cultura. Recebemos mensagens de todas as regiões do Estado apontando problemas como o indeferimento de projetos pela falta de documentos que foram enviados pelos proponentes, além de discrepâncias gritantes nas pontuações dos avaliadores. Foram mais de 100 inscrições não habilitadas nesta etapa. A equipe do Pontão Catarina está procurando maiores informações sobre esta situação junto à Fundação Catarinense de Cultura e recomenda aos proponentes o envio de recursos com o máximo de detalhes possíveis por meio das plataformas de cada edital dentro do prazo estabelecido: até às 23h59 do dia 17/04/2025.

No ínterim do processo de mobilização da Rede-SC em oposição aos resultados das etapas de avaliação e habilitação da PNAB, outros coletivos como o CCSC e o Coletivo Conselhos em Rede-SC, a Federação Catarinense de Teatro (FECATE), e os representantes do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, estavam se mobilizando também em relação às dificuldades de implementação da PNAB nos municípios. Especialmente a partir da sobreposição das posições de sujeitos de alguns membros destes coletivos, os quais compunham paralelamente, por vezes, três ou quatro desses grupos; foi iniciada uma aproximação das pautas durante o mês de abril. Esta aproximação culminou: a) na mobilização para uma chamada de Audiência Pública solicitada para o dia 13 de maio de 2025 por mediação da deputada Luciane Carminatti (PT/SC), presidenta da comissão de Educação e Cultura da ALESC; e, b) na criação de uma força-tarefa para impulsionar municípios à realização dos procedimentos necessários para adesão e implementação da PNAB no ano de 2025.

Na esteira desses acontecimentos, corroborando com a interpretação deste como um momento de intensificação dos processos de articulação da Rede-SC, foram marcadas 4 assembleias da Rede-SC entre os meses de maio e junho. A primeira delas foi marcada para o dia 7 de maio de 2025, em preparação para a Audiência Pública que ocorreria na semana seguinte. Conforme publicado na página do Pontão Catarina, o encontro foi considerado “um momento estratégico” para construção coletiva dos “debates e encaminhamentos para o

fortalecimento da PNAB” no estado. As figuras 20 e 21 ilustram respectivamente a foto do encontro e a peça de divulgação do encontro.

Figura 20 - Assembleia virtual dos Pontos de Cultura de 07 de maio de 2025



Fonte: Cultura Catarina (2025b)

Figura 21 - Chamada da Rede-SC para Assembleia de 7 de maio de 2025



Fonte: Pontão Catarina (2025f)

Na discussão promovida no encontro, merece destaque as colocações sobre o papel de articulação do Pontão e o papel de representação institucional da Rede-SC. No cenário de incertezas provocado pelas dificuldades de implementação do primeiro ciclo e a iminência dos prazos para adesão e implementação do segundo ciclo da PNAB, observou-se que foi cobrado, por parte de ponteiros, um papel ativo do Pontão Catarina junto aos órgãos executores. Neste contexto, a reunião foi marcada por esclarecimentos acerca das distinções entre o papel de representação da Rede-SC - exercido por representação institucional eleita

em fórum - e o papel de articulação da Rede-SC que é incumbência do Pontão Catarina e de outros pontões nacionais e estaduais. Não obstante o hiato de anos no preenchimento do espaço de representação institucional da Rede-SC, deliberou-se - inclusive no âmbito da decisão de convocação da própria assembleia - que a situação exigia medidas excepcionais.

A reunião do dia 07 de maio de 2025 deu início à construção coletiva de um segundo documento da Rede-SC através da utilização de plataforma de edição de textos *online*¹²⁶. O documento está disponível na íntegra no **Anexo III** e foi apresentado e lido durante a audiência pública. Outra importante instância de organização da sociedade civil para a participação da audiência se deu no bojo das articulações entre coletivos e representações do campo no território catarinense. A sobreposição de papéis de alguns coletivos e artistas possibilitou a sistematização das pautas por segmento/representação. Enquanto o Pontão Catarina levaria a representação das pautas da Rede-SC, o CCSC representou as demandas pela calendarização da PNAB no estado; a FECATE organizou um documento com demandas pertinentes aos grupos teatrais, circenses e nômades; e o Coletivo Conselhos em Rede-SC, representou as demandas de conselhos municipais por maior transparência e participação social nos mecanismos de fomento do 2º ciclo (COMITÊ DE CULTURA SC, 2025b; REDE-SC, 2025a).

A realização da audiência pública do dia 13 de maio de 2025 foi um marco dos processos de implementação da PNAB no estado de Santa Catarina, evidenciando tensionamentos claros no contexto da transição entre o primeiro e o segundo ciclo da PNAB. Contou com a participação de representantes do MinC, da FCC, do CONGES, da Comissão de Educação e Cultura da ALESC e de representantes de muitos coletivos e entidades da sociedade civil. Entre os pontos a serem destacados, está o contexto de incertezas ante a iminência de encerramento dos prazos para realização dos procedimentos de adesão ao segundo ciclo. O documento apresentado pela Rede-SC na audiência apresenta diversos pontos importantes a serem destacados. Primeiro, a proposição de ‘sugestões’ que indicam tensionamentos importantes com o MinC. No documento, há a sugestão de que “os princípios de gestão compartilhada também sirvam ao Ministério da Cultura, pois este liberou modelos de editais para os estados e municípios que induziram ao erro nos processos estaduais e municipais no que diz respeito à PNCV” (REDE-SC, 2025a, p. 3).

Outro ponto levantado como problemático pela peça foi o “caráter restritivo dos editais e quais são as bases de orientação para que o Gestor possa ‘convidar’ pareceristas sem remuneração para realizar as atividades de avaliação das inscrições nos editais da PNCV”

¹²⁶ Foi utilizada a plataforma *Google Docs*.

(REDE-SC, 2025a, p. 3). Entre os aspectos levantados nas discussões de preparação da carta, notou-se que a maioria dos avaliadores e pareceristas dos editais PNCV/PNAB no estado haviam trabalhado de forma voluntária. Para além disso, foi sugerida a “criação de um Grupo de Trabalho do Ministério da Cultura para aferição dos Pontos que foram certificados de forma compulsória pelos editais de Santa Catarina, uma vez que os pareceristas foram arbitrários aos interesses da PNCV” (REDE-SC, 2025a, p. 3).

Para além de sugestões ao MinC e à FCC, a carta da Rede-SC fez um levantamento dos principais problemas identificados pelos ponteiros no 1º ciclo de implementação da PNAB. Destacam-se: a) a ausência de celebração de termos de compromisso; b) ausência de cota reservada para pontos de cultura já certificados; c) pareceristas sem especialização na PNCV; d) análises de mérito arbitrárias; e) discrepância de pontuação entre avaliadores; f) dificuldades com a plataforma de inscrição; g) pontuações extra não consideradas; h) aprovação de projeto de Pontão de Cultura que não articula a Rede de Pontos de Cultura; i) ausência de gestão compartilhada (REDE-SC, 2025a). No que diz respeito a este último item, o documento reforçou a importância do Inciso III do artigo 2º da Lei 13.018/2014, que dispõe sobre a promoção de “uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil” como responsabilidade do Estado (BRASIL, 2014; REDE-SC, 2025a). Conforme consta no documento lido na audiência:

Além da oitiva, mecanismo obrigatório e instituído pela PNAB, a Rede Cultura Viva SC não participou de nenhum outro momento de construção e gestão dos editais da PNCV. Se faz necessária a participação da Rede por meio da Comissão Estadual de Pontos de Cultura instância civil, democraticamente eleita pelos seus pares e com legitimidade para representar os Pontos de Cultura de Santa Catarina no diálogo com as instâncias governamentais (REDE-SC, 2025a, p. 2).

Já no que concerne à discussão sobre a seleção do edital de Pontões de Cultura, é bastante ilustrativo o seguinte trecho da carta de acúmulos:

Talvez a maior distorção do conjunto dos editais da PNCV aconteceu no edital 53, para seleção de Pontão de Cultura. Cabe inicialmente uma crítica ao nome do edital, ele se trata de um edital para Pontões de Cultura, e é assim que deveria ser amplamente divulgado, e não pela nomenclatura “Conexão Cultural”. A nomenclatura, por si, já induz a uma visão equivocada do objeto do edital. No entanto, o mais grave é a aprovação de um projeto que não cumpre o papel definido em lei para um Pontão de Cultura [...]. Sem tecer crítica à entidade premiada que tão somente inscreveu seu projeto no edital, a iniciativa em questão possui ações restritas a um único município catarinense e destinadas, em sua maioria, ao beneficiário final, de uma entidade que sequer fazia parte da Rede Cultura Viva de Santa Catarina, e mesmo assim, foi melhor pontuada que outras iniciativas com histórico de atuação na rede e articulações em diferentes mesorregiões do estado.

Outro trecho bastante importante aparece no tópico dos pareceristas, ilustrando diversas ideias que vinham sendo debatidas nos encontros da Rede-SC à época. Segundo o documento, o teor dos pareceres dos projetos de pontos de cultura indicava desconhecimento

dos pareceristas acerca da PNCV, a qual, “se baliza de forma central na cultura de base comunitária, feita pelas comunidades, com as comunidades e não para as comunidades”, de forma a estimular “a atuação em rede, na qual as iniciativas demonstram sua articulação e mobilização com outros Pontos de Cultura, de maneira solidária e cooperativa” (REDE-SC, 2025a, p. 2). A carta teceu ainda críticas ao fato de que “grande parte das iniciativas aprovadas adota uma lógica de prestação de serviços às comunidades, em detrimento do reconhecimento e valorização de ações efetivamente desenvolvidas a partir da base comunitária” (2025a, p. 2).

No mesmo dia, na esfera normativa federal, o MinC editou, em 13 de maio de 2025, a Portaria MinC nº 206, a qual estabeleceu diretrizes complementares para aplicação dos recursos da Política Nacional Cultura Viva no âmbito da PNAB. Os marcos atualizam procedimentos e consolidam aprendizados do primeiro ciclo e, em grande medida, emergem como uma resposta das manifestações e mobilizações nacionais, entre as quais se pode destacar a mobilização da Rede-SC (BRASIL, 2025b).

A medida organizou os instrumentos de repasses em cinco modalidades: a) Termo de Compromisso Cultural para Pontos de Cultura, com duração de até 36 meses e valores anuais entre R\$ 90.000,00 e R\$ 300.000,00; b) Termo de Compromisso Cultural para Pontões de Cultura, com valores anuais entre R\$ 300.000,00 e R\$ 800.000,00; c) Termo de Premiação Cultura Viva, que prevê entre R\$ 10.000,00 e R\$ 60.000,00 para entidades formalizadas e até R\$ 30.000,00 para coletivos informais; d) Bolsa Cultura Viva para Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares, com valor equivalente à bolsa de mestrado do CNPq por até 12 meses prorrogáveis; e e) apoio a Fóruns e Teias de Pontos de Cultura, limitado a até 10 % dos recursos destinados à PNCV (BRASIL, 2025b).

Além da definição dos instrumentos e de seus limites máximos e mínimos, a portaria introduz percentuais mínimos de destinação dos recursos: estados e Distrito Federal devem aplicar entre 15 % e 30 % dos valores a Pontões de Cultura. Já os entes federativos com repasse superior a R\$ 200.000,00 na cota do PNCV devem comprometer, no mínimo, 50 % dos recursos para Termos de Compromisso com pontos de cultura já credenciados no PNCV. A medida também impõe requisitos de escala regional para os editais de pontões: apenas entes com mínimo de cinco Pontos de Cultura certificados podem celebrar Termos de Compromisso com Pontões (BRASIL, 2025b).

Administrativamente, a portaria também facilita a execução local, possibilitando que Pontos e Pontões de Cultura participem de outros editais da PNAB mesmo após terem sido contemplados pela PNCV. Para mais, estabelece que os editais de premiação podem

contemplar coletivos ainda não certificados, desde que sejam passíveis de certificação no Cadastro Nacional (BRASIL, 2025b). Por fim, outro elemento da portaria que merece destaque é a exigência de inclusão de pelo menos 30 % de Pontos ou Pontões de Cultura com atuação comprovada nas culturas tradicionais e populares em editais, definindo um rol de grupos como quilombolas, indígenas, caiçaras, ceramistas, extrativistas, entre outros (BRASIL, 2025b).

No contexto local, após a realização da audiência pública, houve alguns desdobramentos importantes e compromissos assumidos pela FCC, entre os quais se destacam a promessa de um acompanhamento específico para a PNCV na fundação. Além disso, houve, na audiência, o anúncio do remanejo de recursos não utilizados no edital Revitaliza para o edital Conexão Cultural, possibilitando o fomento para três outros projetos de pontões de cultura, além dos três inicialmente previstos (SANTA CATARINA, 2024d, 2024g).

No mês de maio foi ainda convocada outra assembleia geral para o dia 28/05, da qual participaram cerca de 30 pessoas, corroborando com a interpretação deste como um momento de intensificação das disputas protagonizadas por coletivos da Rede-SC. A assembleia teve como principal objetivo a discussão dos rumos e estratégias futuras da rede (PONTÃO CATARINA, 2025g). Além disso, o calendário de maio concentrou a maior parte da realização do 2º Ciclo de Formação do Pontão Catarina, realizado nos dias 22, 23, 24, 25, 28, 29 e 30 de maio, estendendo-se até 2 de junho, em atividades *online*. Este ciclo teve uma adesão menor de participantes que o anterior, cerca de 20 pessoas. Conforme descreveu a página do Pontão Catarina (2025h, *online*), a atividade foi

especialmente voltada para agentes culturais dos Pontos de Cultura certificados no estado, além de grupos, coletivos e entidades culturais situados nas regiões do Norte e do Vale catarinense. O 2º Ciclo oferece, além de formação, um espaço de integração e articulação regional da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina.

Figura 22 - Material de divulgação do 2º Ciclo de Formação do Pontão Catarina



Fonte: Pontão Catarina (2025h)

O final de maio ainda ficou marcado por esforços da Força-tarefa da PNAB em Santa Catarina, grupo que reuniu representantes do Pontão Catarina, do CCSC, do Departamento de Assistência Técnica a Estados e Municípios e do Escritório Estadual do MinC, da FCC, do CONGES, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara e de parlamentares ligados à pasta da cultura. A força-tarefa contribuiu sobremaneira para a conquista de adesão de 100% dos municípios catarinenses no segundo ciclo da PNAB, atendendo aos requisitos de assinatura dos planos de adesão e de envio do Plano de Ação até os dias 26 e 31 de maio de 2025, respectivamente (BRASIL, 2025e).

Entre os dias 6 e 8 de julho foi realizada a mini-teia Sul/Grande Florianópolis em Criciúma, com a presença de cerca de 45 pessoas. Organizada de forma descentralizada a partir de decisão tomada coletivamente em reunião preparatória, a teia foi sediada pelos coletivos Nunca Pare de Sonhar, Associação de Dança de Criciúma e na Sociedade Recreativa Clube União Operária. Destaque para a inclusão, na programação, de uma reunião de alinhamento dos novos pontões do estado de Santa Catarina contemplados no edital Expressões Culturais. Neste encontro, notaram-se alguns tensionamentos importantes a partir da expansão provocada pelos editais da PNAB na Rede-SC, os quais ficaram patentes nos grupos de articulação da teia e nas decisões sobre quem participaria da teia. Observou-se que, devido à grande quantidade de Pontos de Cultura na região e à situação precária de continuidade das atividades de muitos deles, a organização da terceira mini-teia provou-se a mais complicada em termos de definição de datas e locais.

Nos dias 11 e 17 de junho de 2025 a Rede-SC realizou outras duas assembleias de articulação da participação na oitava da FCC específica dos Pontos de Cultura para o segundo

ciclo da PNAB, a qual foi realizada no dia 25 de junho de 2025. Nestas assembleias, destacou-se a continuidade dos processos de articulação entre representantes dos novos pontões do estado de Santa Catarina. Neste processo, observou-se uma preocupação muito grande com a articulação dos Pontos de Cultura recém credenciados ao PNCV. As assembleias também foram marcadas por uma presença expressiva de ponteiros, especialmente a do dia 17, na qual cerca de 40 pessoas participaram.

Por fim, o 3º Ciclo de Formação – Pontão Catarina em parceria com o Comitê de Cultura de SC (CCSC) promoveu atividades nos dias 23, 24, 26 e 27 de junho, com enfoque na gestão de redes, metodologias de trabalho colaborativo e articulação entre sociedade civil e poder público (COMITÊ DE CULTURA DE SC, 2025b, 2025c, 2025d). O ciclo atendeu a um número maior de pessoas, na medida em que possibilitou o acesso de forma assíncrna. Em contraste com os ciclos anteriores, o 3º ciclo procurou atuar de forma a articular os novos pontos que estavam se inserindo no PNCV através do avanço nos processos de credenciamento do MinC e dos editais do primeiro ciclo da PNAB. A estratégia utilizada foi a realização de parceria com o CCSC para disponibilização dos vídeos das formações no *Youtube* de forma mais acessível, aproveitando também a capilaridade das mídias do comitê.

Figura 23 - Cartazes de divulgação das assembleias da Rede-SC realizadas no mês de junho de 2023



Fonte: Pontão Catarina (2025i; 2025j)

Em resumo, pode-se dizer que o primeiro ciclo de implementação da PNAB incorreu em dificuldades muito semelhantes ao processo de implementação da LPG, porém com o

agravante de que, no caso da PNAB, as dificuldades comprometeram o caráter estruturante da política. A série de dificuldades operacionais e políticas refletiram, pelo menos em alguma medida, os desafios inerentes à execução descentralizada de políticas culturais em um estado com forte heterogeneidade territorial. Entre os principais entraves relatados, destacam-se as questões relacionadas aos prazos, frequentemente considerados exíguos e de difícil cumprimento tanto por parte dos órgãos gestores quanto pelos proponentes culturais. A publicação de normativos com alterações de prazos às vésperas do encerramento dos ciclos - como já observado no caso da LPG - gerou insegurança jurídica e administrativa, obrigando equipes gestoras a reverem cronogramas em curto espaço de tempo e provocando insegurança no planejamento dos agentes culturais (BRASIL, 2024b; SANTA CATARINA, 2024f).

Outra dificuldade importante foi a sobreposição de agendas entre a PNAB e a execução da LPG, especialmente durante o ano de 2024. A concomitância de dois grandes mecanismos de fomento, cada um com marcos normativos, prazos e exigências próprias, sobrecarregou as estruturas administrativas estaduais e municipais. Muitos gestores apontaram que as equipes, já reduzidas, não conseguiam dar conta da tramitação simultânea de processos complexos, o que resultou em atraso na análise de propostas e, em alguns casos, no subaproveitamento dos recursos disponíveis (SANTA CATARINA, 2024f).

As dificuldades dos órgãos gestores municipais também foram evidentes. Diversas prefeituras relataram carência de pessoal técnico qualificado para lidar com os sistemas digitais exigidos (como o TransfereGov), além de limitações na gestão de contratos, licitações e prestação de contas. A Fundação Catarinense de Cultura chegou a propor, em reuniões da Comissão de Organização e Acompanhamento (COA), que parte dos recursos de custeio operacional fosse utilizada para capacitação de gestores, justamente em razão das fragilidades técnicas diagnosticadas (SANTA CATARINA, 2024f).

Por fim, as barreiras de acesso enfrentadas pelos proponentes evidenciam um problema estrutural da política cultural. Grupos marginalizados, periféricos e representantes de culturas tradicionais, indígenas e quilombolas encontraram obstáculos significativos para acessar os recursos, seja pela linguagem excessivamente técnica dos editais, seja pela exigência de documentação formal que não dialoga com suas formas de organização social. Apesar da previsão legal de ações afirmativas e da Instrução Normativa MinC nº 10/2023, que determinou cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência, a efetividade desses dispositivos ficou aquém do esperado, em razão da ausência de mecanismos de acompanhamento adequados e da falta de estratégias de busca ativa (BRASIL, 2023p; SANTA CATARINA, 2024f).

Assim, o primeiro ciclo da PNAB em Santa Catarina combinou avanços inegáveis, ao descentralizar recursos em larga escala e incorporar princípios afirmativos, com limitações práticas que expuseram a fragilidade das estruturas administrativas e a persistência de desigualdades no acesso às políticas culturais como problemas politicamente relacionados. Conforme consta no Relatório de Acúmulos do Comitê de Cultura de Santa Catarina (2025a), ao fim do período de campo desta pesquisa, encontravam-se “processos de implementação nos mais variados estágios, à cargo de órgãos executores muito diversos e heterogêneos em sua capacidade operacional de execução de recursos para o fomento à cultura”.

Por fim, às vésperas do encerramento do prazo para execução de 60% dos recursos do primeiro ciclo, que se encerraria no dia 30 de junho de 2025, foi editada a Portaria MinC nº 222, de 30 de junho de 2025, a qual ampliou a janela de execução até o dia 08 de julho de 2025 (BRASIL, 2025e). Conforme relatou o documento de acúmulos do Comitê:

Essas alterações constantes nos cronogramas não afetam apenas o andamento técnico-administrativo dos processos, mas geram um conjunto de dificuldades concretas para os proponentes e para a sociedade civil como um todo. Para os proponentes, a insegurança em relação às datas compromete o planejamento das equipes, interfere na disponibilidade de recursos humanos e financeiros, e prejudica a articulação com parceiros e fornecedores, especialmente quando há necessidade de reagendamento de compromissos previamente estabelecidos, autorizações, etc. Já para a sociedade civil, essas mudanças dificultam a mobilização comunitária e o acompanhamento transparente das políticas públicas (COMITÊ DE CULTURA DE SANTA CATARINA, 2025, *online*).

Os tópicos 6.1.1 e 6.1.2 deste tese buscaram constituir, em conjunto, uma narrativa politicamente orientada dos processos de implementação da LPG e da PNAB no estado de Santa Catarina, com foco nos marcos de participação da Rede-SC nestes processos e nas disputas protagonizadas por este e outros coletivos junto às instâncias do poder público e entre si. Cabe notar que, conforme meu alinhamento aos pressupostos da TDP, tal narrativa se torna possível a partir de uma sutura possível, precária e contingente dos sentidos que atribuo a esse processo (LACLAU; MOUFFE, 2015a). A partir das experiências de campo de pesquisa e vivências profissionais, especialmente entre os anos de 2024 e 2025, pude experimentar a implementação da LPG e da PNAB através de distintas posições de sujeito, cada qual implicando em miradas originais para os problemas e disputas que suscitam. Nesse sentido, mais do que aquilo que a narrativa expõe, também aquilo que ela omite está vinculado a escolhas atravessadas por questões de ética de pesquisa, pela formação de laços afetivos e por um posicionamento político (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

6.2 A TRAJETÓRIA DA REDE DE PONTOS DE CULTURA DE SANTA CATARINA

“Rede é uma porção de buracos amarrados com barbante”
(GUIMARÃES ROSA, 1985)

Este tópico tem por objetivo apresentar resumidamente o histórico dos processos de articulação da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina (Rede-SC), com foco nas disputas protagonizadas por seus membros, tanto no âmbito de sua articulação interna, como no âmbito da disputa pelas políticas públicas de cultura em Santa Catarina desde a segunda metade dos anos 2000. Sendo assim, não se propõe a uma descrição narrativa dos fatos, mas a uma tentativa de costura dos dados coletados a partir de fontes secundárias, observações e entrevistas relativos às memórias das ponteiras e ponteiros do estado. De antemão, cumpre salientar o quão valiosas são as experiências de articulação e organização da Rede-SC enquanto processos prático-reflexivos de construção de sentidos e saberes coletivos, e que produzem respostas concretas para problemas que assombram os pesquisadores da área dos EOR há algumas décadas. Este capítulo, obviamente, não tem qualquer pretensão de esgotar a complexidade dos processos articulatórios de uma trajetória de quase 20 anos, resguardando-se em apresentar alguns dos diversos elementos que compõem a riqueza, diversidade e a miríade de identidades que constituíram e teceram a Rede-SC em sua história a partir dos recortes teóricos e ontológicos que orientam o estudo.

Já se destacou que os Pontos de Cultura são fenômenos paradigmáticos das políticas culturais na América Latina (BRIZUELA, 2022). No período de maior efervescência da política nacional até o início desta pesquisa, entre 2004 a 2012, foram fomentados 3.662 Pontos de Cultura em todo o país. É deste período que data a origem da Rede-SC, reconhecida “como uma articulação que envolve as comunidades em atividades de arte, cultura, educação e cidadania” (DEBATIN, 2015, p. 14). Esta organização tem como objetivo promover a participação social de um conjunto de organizações e iniciativas culturais no estado, os Pontos de Cultura.

Conforme destaca a plataforma Cultura Catarina, a ‘base legada’ dos Pontos de Cultura reconhecidos no estado no ano de 2023 era de 158 coletivos. Estes coletivos estavam, à época (entre meados de 2023 e o início de 2024)

presente[s] em 63 municípios dos 295 que compõem o estado, sendo Florianópolis o lugar com maior número de certificações: 23 Pontos de Cultura ao todo. A partir dos dados disponíveis, 21,35% dos municípios catarinenses possuem pelo menos um Ponto de Cultura. Essa ampliação quantitativa será acompanhada de um aumento qualitativo, na abrangência territorial e na diversidade cultural (CULTURA CATARINA, 2025a, *online*).

Resgatando informações sobre a origem destes 158 pontos catarinenses cadastrados no PNCV, identifiquei que 36 eram provenientes dos editais nacionais do Prêmio Cultura Viva

lançados entre 2005 e 2009¹²⁷, outros 60 pontos eram provenientes de edital estadual lançado pela FCC (2008) ao final de 2008, porém implementado entre 2009 e 2010, e 80 pontos foram certificados através do processo simplificado de certificação do MinC a partir de 2014.

Os primeiros anos da trajetória de articulação dos Pontos de Cultura do Estado foram marcados por uma expressiva concentração de Pontos de Cultura na região da Grande Florianópolis e litorânea do estado, os quais haviam sido contemplados nos editais nacionais do Prêmio Cultura Viva. Conforme destacou Andrea, uma das pontteiras entrevistadas durante a pesquisa, *“aqui em Floripa a gente tinha 16 pontos, então a gente conseguia fazer uma articulação entre os pontos, que era muito legal”*. Em que pesem os efeitos negativos desta concentração para regionalização do fomento à cultura no estado e para a garantia dos direitos culturais de uma parcela significativa da população catarinense, a proximidade geográfica entre os Pontos de Cultura do estado foi, aparentemente, uma das condições históricas para a formação dos laços afetivos e dos processos coletivos de construção sentidos. Conforme relato de Andrea:

Então, assim, tinha uma coisa que já era instituída assim, de uma colaboração e rede mesmo de pontos, sabe? E isso era muito vivo. Era todo mundo participando da atividade do outro e tal. Não era só quando acontecia a teia, entendeu? A diferença é isso. Não é só no momento da teia que a gente vai sentar junto e vai se reunir.

Outro entrevistado da pesquisa, Ademar, relatou suas percepções acerca do período em questão, resgatando também a importância das realizações das primeiras teias nacionais neste processo:

Na época, não tinha internet direito, não tinha celular, não tinha phone, não tinha Zoom, não tinha como fazer uma conversa que nós estamos fazendo aqui. Então, todo mundo aprendeu junto na prática. E aí começamos a participar, sim, das teias nacionais, estaduais e nacionais. Então foi aprendizado pra todo mundo.

A primeira teia nacional, “Venha Ver e Ser Visto”, ocorreu entre os dias 05 e 08 de abril de 2006, no Pavilhão da Bienal do Parque Ibirapuera, em São Paulo. A segunda teia nacional, “Tudo de Todos”, aconteceu entre os dias 07 e 11 de novembro de 2007, em Belo Horizonte. Em 2008, aconteceu a teia nacional intitulada “Iguais na Diferença”, realizada em Brasília (DF), entre os dias 12 e 16 de novembro. Esses três encontros aconteceram em um contexto no qual ainda havia apenas cerca de 18 pontos de cultura credenciados no estado, através dos primeiros editais Prêmio Cultura Viva. Não obstante, Ademar, um dos pontteiros entrevistados, compartilhou, em entrevista, memórias que contribuem para o resgate da importância histórica desses primeiros encontros nacionais:

A primeira pessoa que foi nos representar em uma teia nacional de Cultura Viva, a primeira [sic] teia em Brasília, foi o Alário¹²⁸ [...] Quando ele voltou da teia, voltou

¹²⁷ Foram contemplados pontos de cultura catarinenses nos editais: Edital Mestre Duda (2007), Edital Mestre Humberto de Maracanã (2008), Edital Mestre Dona Izabel (2009) (BRASIL, 2007, 2008, 2009).

¹²⁸ Nome fictício.

maravilhado, disse “é Isso aí, a gente faz isso aí que estão fazendo lá, cara. E aí, nós fomos fazendo CNPJ, essas coisas, e tudo pra se preparar pro Edital [lançado em 2008]. E depois, essa aprendizagem foi toda na prática.

Entre os anos de 2008 e 2009, através de nova edição do edital nacional Prêmio de Pontos de Cultura e, especialmente, do lançamento do Edital de Seleção nº 01/08 de 20 de Outubro de 2008 da FCC, o qual selecionou 60 pontos de cultura no estado¹²⁹, houve significativa expansão do número de coletivos catarinenses cadastrados no PNCV (FCC, 2009). Este edital foi referenciado pela Rede-SC, em coletivo, enquanto um marco muito importante da descentralização e desconcentração das políticas públicas no estado de Santa Catarina, na medida em que direcionou o fomento a, pelo menos, um Ponto de Cultura por microrregião do estado (SANTA CATARINA, 2024f).

Para além disso, no ano de 2009 começou a atuação do Pontão Ganesha de cultura digital, primeiro coletivo com a missão de contribuir para a articulação das redes do programa. Não obstante sua localização no território catarinense, o Pontão Ganesha, enquanto pontão temático, tinha uma missão institucional a nível de toda a região sul (ALQUIMÍDIA, 2009). Ainda assim, conforme relato de Milena, uma das gestoras com envolvimento significativo na PNCV entrevistada, o pontão Ganesha cumpriu um papel muito importante: *“o pontão de cultura digital [...] fazia uma articulação imensa. [...] Naquela época, ele era fervoroso, uma articulação, uma potência”*.

De outro lado, houve um segundo Pontão de Cultura credenciado em 2009, o Pontão de Cultura da UFSC, sobre o qual pode-se encontrar informações e dados incompletos, além de bastante contraditórios entre si. Por exemplo, Lima e Dietrich (2010, p. 10) defendem que *“a experiência de construção de um Pontão de Cultura na UFSC pode ensinar tanto à rede de Pontões coordenada pelo Ministério da Cultura quanto às Universidades públicas”*. A despeito de advogarem sobre a importância do Pontão da UFSC para fins acadêmicos, educacionais e culturais, os autores que reconheceram que ainda era preciso avançar nas reflexões sobre a *“articulação entre os Pontos e os Pontões de Cultura que estão vinculados a instituições de ensino superior, especialmente as universidades públicas federais”* (2010, p. 11). Ademar, relatou em entrevista que essas reflexões jamais avançaram, para ele o Pontão da UFSC *“foi fantasma total... Até hoje, a gente não sabe se recebeu a verba ou não recebeu, porque tinha um pessoal dos pontos que foi fazer uma reunião lá, mas achou muito estranho. [...] nunca*

¹²⁹ Conforme dados da FCC (2008, *online*), “o edital selecionou 60 projetos para conceder apoio financeiro, que será de até R\$ 180 mil por projeto, distribuídos em um período de três anos. Ao todo serão investidos R\$ 10,8 milhões, recursos oriundos do Programa Mais Cultura - Pontos de Cultura e do Governo do Estado. Todos os projetos deverão ser provenientes de entidades de caráter cultural, que explorem diferentes meios e linguagens artísticas, empenhadas na inclusão social e na construção da cidadania, seja com geração de emprego e renda, seja por meio de ações de fortalecimento das identidades culturais”.

mais houve reunião”.

Em 2010, foi realizada a Teia dos Pontos de Cultura da Região Sul em São Francisco do Sul, que ocorreu entre os dias 26 e 28 de fevereiro. Ademar, Andrea e Felipe, três dos entrevistados nesta pesquisa, destacaram este encontro como um marco muito importante de articulação da Rede-SC. Ademar discorre:

[A gente] organizou a primeira teia da região sul em São Francisco do Sul. Isso foi um ‘peitão’, cara! Você não imagina como é que foi isso aí. Veio muita gente, sobretudo, o pessoal do Rio Grande do Sul veio em peso. Tem gente do Rio Grande do Sul que eu nunca tinha visto, sabe? Do Paraná também. [...] Ali que a gente começou a se conhecer, a se tocar, a fazer conversa, a fazer debate. Aquela teia ali foi o marco para todo mundo. Foi o contato inicial.

Milena, por sua vez, destacou a relação entre a Rede-SC e a gestão estadual à época, salientando as dificuldades relativas aos instrumentos jurídicos e legais que consolidassem as instâncias de participação social e gestão compartilhada. Nas palavras da entrevistada: *“querendo ou não, fizemos a teia [...] Mas foi muito mais uma coisa de sensibilização naquele momento do que, de fato, tinha algum instrumento que que fizesse o que, de fato, obrigasse a ter essa gestão compartilhada”*. Esta participação se deu mediante a criação de uma comissão organizadora (FCC, 2017a).

Segundo os representantes desta comissão, o objetivo da Teia Sul foi "aproximar outras ações culturais que ainda não fazem parte do Programa Cultura Viva, bem como os agentes culturais e públicos que atualmente buscam uma aproximação com a rede de ações do Programa" (FCC, 2017a, *online*). Interessante destacar que, segundo as palavras da própria comissão, o caráter do encontro era explicitamente político e articulatório: "será um evento político, cultural e técnico, que objetiva a articulação de temas fundamentais, o desenvolvimento de atividades lúdicas e a expressão cultural de Pontos de Cultura e da Ação Griô" (FCC, 2017a, *online*). A Teia Sul reuniu representantes, segundo informações da FCC, de cerca de 78 pontos de Santa Catarina, 60 pontos do Rio Grande do Sul, e 70 pontos do Paraná (FCC, 2017a).

Neste mesmo ano, também foi marcante a realização do I Fórum Catarinense dos Pontos de Cultura, entre os dias 26 e 28 de setembro, no Museu Histórico de Itajaí. Na ocasião do fórum, foi eleita a representação da Rede-SC para participação na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC). O fórum, organizado por uma parceria do Pontão Ganesha com outras instituições, teve uma programação bastante densa, incluindo a divisão dos participantes em grupos de trabalho para elaboração de um plano de ação da Rede de Pontos de Cultura do estado (FCC, 2017a).

A pujança do período esteve relacionada também às primeiras evidências das disputas

internas da Rede-SC. Conforme relatou Ademar, havia “*uma disputa muito forte com um setor mais à direita, mais conservador*” pela rede no estado. Segundo relatou o entrevistado na teia da Região Sul, houve uma disputa pela representação estadual, tanto na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC), quanto na Teia Tambores Digitais, de nível nacional, realizada em março de 2010 em Fortaleza (CE). Segundo Ademar, a despeito da derrota do campo mais conservador nas eleições do primeiro fórum, a partir das cadeiras de representação temáticas do CNPC, surgiram lideranças capazes de articular uma disputa interna na Rede-SC. Não obstante, a emergência de dissidências na Rede-SC, Andrea identificou o período entre 2008 e 2013 como o de maior pujança da rede até os tempos atuais. Conforme relatou a entrevistada:

É aquela coisa viva do que é uma teia, que não é só lá a teia, realmente, que mergulha num intercâmbio de trocas. Ele vai e volta, sabe? E que era o que era a riqueza daquele 2009 lá até 2013, mais ou menos, onde foi que a gente teve a verba, né? Então, acho que isso precisa estar muito presente.

Entre os anos de 2011 e 2013, identificou-se também os primeiros relatos das dificuldades relacionadas ao período ‘de caça às bruxas’ da PNCV, no qual a disputa pelos sentidos de organização e cultura, indicados como históricos no capítulo 5, se fizeram mais evidentes na trajetória da Rede-SC. Acerca do impacto dessas disputas e das dificuldades de ‘adequação’ dos processos da administração pública para a realidade dos coletivos culturais de base comunitária, há alguns relatos que são bastante ilustrativos. Milena, por exemplo, gestora entrevistada na pesquisa, comenta que, à época, “ninguém queria saber da cultura viva porque tinha aquele universo de prestação de contas, ninguém [da gestão] queria pegar”. Conforme relatou:

tiveram alguns problemas porque, para eles receberem a segunda parcela, tinha que fazer uma análise dessa primeira prestação de contas da primeira parcela. Então, houve atraso e tudo mais. Realmente, não foi um convênio, não era um cenário ideal, longe disso [...] na experiência de ‘Caça às Bruxas’, esse momento de dificuldade da prestação de contas, que houve muita gente que acabou não recebendo a segunda parcela, e não conseguiu entender direito do processo. Então, tem esse momento. Acho que tem uma importância histórica”.

Andrea e Ademar, outros dois entrevistados desta pesquisa, relataram que os processos de comunicação e troca de experiências foram muito importantes para contornar os problemas que surgiram à época, destacando também a postura colaborativa de figuras que emergiram como referências para o PNCV no estado desde então. Alguns relatos pessoais dos gestores entrevistados nos ajudam a entender o tensionamento dos processos organizacionais da administração pública no período. Conforme recorda Felipe:

Por exemplo, lá atrás, recibos feitos à mão, não em papel, de a pessoa escrevendo mesmo o que recebeu e tal, porque era isso. Muitas vezes, dependendo da realidade do local, as organizações não tinham essa expertise da contabilidade. Por exemplo, lá no interior da Bahia, peguei um projeto de um ponto de cultura que tinha

previsão de alimento. E é muito difícil conseguir isso, né? Com recurso público e tal, mas enfim, eles tinham uma boa justificativa: as crianças vinham de uma área rural, passavam o dia inteiro fazendo atividades e tal. E aí, o que eles compraram? Um boi! [...] E aí, a prestação de contas deles foi rejeitada porque boi não é alimento, segundo as normas da contabilidade brasileira. Um boi inteiro vivo é semovente.

Já Milena, por sua vez, destacou que:

nós tínhamos lá uma prestação de contas, de fato, que era aquela coisa de ter que, obrigatoriamente, você bater a nota fiscal com o plano de trabalho. O que tinha no cronograma físico-financeiro tinha que ‘bater’. uma coisa com a outra, super difícil. Então, tivemos alguns problemas, mas vou te falar que foram pouquíssimos. É incrível, assim, com uma rede de 60 pontos de cultura... Se eu tive um problema com 4, 5 prestações, foi muito. Uma de fato é que apresentou irregularidades, porque, bem inocente mesmo, usou recurso para fazer churrasco, comprar cerveja e entregou a nota fiscal com a cerveja ainda lá. Então, assim, é um processo de inocência, porque não estava tentando desviar recurso. Quem está tentando desviar recurso não coloca uma nota fiscal com churrasco e tudo mais, e cerveja no meio da história.

Na sucessão do período de dificuldades com as prestações de contas, que ocorreu a nível nacional, encontram-se os primeiros indícios de processos de desarticulação da Rede-SC enquanto instância coletiva dos ponteiros do estado de Santa Catarina. Em que pesem esses primeiros indícios, observou-se que a instância da Rede-SC manteve-se ativa em suas representações estaduais e em seu papel nas instâncias de representação nacional do programa nos anos seguintes, ainda que a partir de dois projetos em disputa, que Ademar e outros ponteiros articulados à Rede-SC identificam a partir do viés mais conservador de um e mais progressista de outro.

Entre os dias 29 e 31 de janeiro de 2015, ocorreu o encontro da Teia Catarina 2015, no largo da alfândega, em Florianópolis. A teia incluiu a realização do II Fórum dos Pontos de Cultura de Santa Catarina, à qual sucedeu um hiato de dez anos sem a realização de um terceiro fórum no estado¹³⁰. No fórum, houve uma mudança significativa na forma de representação, que passou a ser colegiada e composta por seis membros, um de cada mesorregião do estado. Coletei relatos, opiniões e posicionamentos bastante divergentes acerca do processo que originou essa mudança e dos resultados práticos da nova conformação adotada. Cumpriria apenas destacar a percepção de Ademar de que a mudança foi muito estratégica em um contexto de disputa pelos espaços de representação da Rede-SC, possibilitando a participação de representações de ambos os ‘projetos’ em disputa.

No ano seguinte, 2016, as evidências coletadas apontam para um aprofundamento das tensões entre os dois diferentes projetos políticos identificados para a Rede-SC. Entre os dias 26 e 29 de julho daquele ano, em meio à crise política e institucional que levou ao golpe de estado no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), foi realizada a Teia Catarina 2016 no

¹³⁰ Não obstante, houve a realização de um Fórum considerado ilegítimo pela grande maioria dos ponteiros com quem tive contato, e que foi desconsiderado na contagem oficial de construção do III Fórum de Pontos de Cultura de Santa Catarina, realizado em agosto de 2025.

Teatro do Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis. A realização da teia em um contexto de instabilidade muito forte foi descrita por Ademar como algo *sui generis* no Brasil, uma vez que ela foi realizada com recursos remanescentes do edital estadual do PNCV de 2010 proveniente do não pagamento das parcelas 2 e 3 de convênios realizados com pontos de cultura do estado que tiveram problemas em suas prestações de contas. Esse recurso possibilitou a execução de um edital de premiação para Pontos de Cultura já cadastrados e a realização da Teia Catarina 2016. Conforme recorda Ademar, em um contexto de afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT), houve uma votação para decidir sobre a abertura de diálogo, ou não, da Rede-SC com o então presidente interino Michel Temer (MDB). Favorável à não abertura do diálogo, ele relatou: “*ganhamos por um voto, um votinho, pra você ver como tava rachado, rachado mesmo*”.

Em um contexto de iminência do golpe político-institucional que derrubaria o segundo Governo Dilma sob pretextos espúrios, as evidências apontam que os projetos distintos passaram a confrontar-se enquanto antagônicos. Muitos ponteiros retratam o período como “o racha”. Este foi um reconhecido marco do processo de desarticulação dos Pontos de Cultura do estado que perdurou até o início do ano de 2023. São diversas as evidências que corroboram com essa análise, entre as quais se pode destacar: a ausência e o esvaziamento progressivo da representação colegiada da rede junto ao CNPC; a descontinuidade dos encontros presenciais e *online* do grupo de representação colegiada e dos ponteiros de maneira geral; a perda de documentos importantes para registro da memória do coletivo com a trágica morte por Covid-19 de um dos ponteiros responsáveis pelo registro de documentos, atas e etc., a qual levou à perda de importantes documentos da memória do coletivo que estavam em seu domínio privado; o hiato na realização de fóruns e teias; a ausência de Pontões de Cultura no estado entre os anos de 2014 e 2024.

Para além dos marcos locais da desarticulação da Rede-SC enquanto instância de articulação política dos Pontos de Cultura, esse processo de descontinuidade esteve relacionado ao processo mais amplo de desestruturação das bases administrativas e financeiras das políticas públicas culturais no Brasil. Conforme destacou um dos ponteiros em sessão de escuta pública para a implementação da PNAB:

Nesses 20 anos de cultura viva, Santa Catarina avançou muito, nós fomos, talvez um dos últimos estados a fazermos uma teia, lá em 2016, por aí. Nós salvamos um recurso pendente no apagar das luzes do governo Dilma, tinha mais ou menos um milhão de reais lá parados, e nós conseguimos, com esse recurso, realizar uma teia e lançar um edital de premiação que deu algum fôlego. Mas depois disso, faz praticamente 6 anos, que a rede não tem fomento nenhum... então muitos pontos de cultura ficaram pela estrada, não conseguiram sobreviver. Aos quais faço uma homenagem sincera aqui: à Toca, à Barca dos Livros, à Biblioteca da Dona Bilica,

enfim temos uma série de pontos de cultura que não resistiram por questões básicas, de não poder pagar uma conta de luz para manter suas atividades (LEI ALDIR BLANC, 2024,*online*).

Figura 24 - Atividade do projeto ‘Barca dos Livros: Porto de Leituras’, ponto de cultura da Grande Florianópolis que teve suas atividades descontinuadas



Fonte: FCC (2015).

A partir de 2023, a Rede-SC experimentou um processo de retomada de suas atividades marcado pela reconfiguração do campo cultural brasileiro após a derrubada dos vetos presidenciais à LPG e à PNAB, e pela reconstrução institucional decorrente da recriação do MinC. Esse contexto foi decisivo para que ponteiros assumissem protagonismo em instâncias de debate, deliberação e acompanhamento da implementação das políticas culturais no estado. A participação da rede tornou-se visível tanto em espaços formais, como nas operativas nacional e estadual da LPG e nas conferências estadual e nacional de cultura, quanto em arenas de mobilização política, como reuniões preparatórias, plenárias e audiências públicas. Tais marcos evidenciam um processo de rearticulação que resgatou a centralidade da rede no debate cultural catarinense, reafirmando sua vinculação histórica à Política Nacional Cultura Viva e ao campo das culturas comunitárias. Atualmente, a rede passa por um processo de expansão que deve culminar na presença de cerca de 400 pontos cadastrados na PNCV além de 6 pontões em atividade no estado.

Ao mesmo tempo, a retomada da Rede-SC esteve atravessada por tensões estruturais e conjunturais que expressam as contradições da institucionalização da cultura no Brasil. A

participação nos comitês de oitivas da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), os tensionamentos com os prazos de execução, a inadequação de modelos de editais e os atrasos na liberação dos recursos ilustram como a rede se manteve vigilante e crítica diante dos riscos de descaracterização da política. Ainda assim, a inserção significativa de projetos ligados à Rede-SC nos editais da LPG demonstra não apenas sua capacidade organizativa, mas também sua eficácia na disputa por sentidos e recursos. Nesse sentido, a retomada de 2023 consolidou a Rede-SC como ator coletivo central no processo de implementação das novas políticas de fomento, reafirmando a potência das articulações da sociedade civil como vetor contra-hegemônico no campo da cultura.

No início do ano de 2025, fui interpelado por uma ponteira companheira de trabalho que me chamou a atenção para uma tendência em minha fala de tratar a Rede-SC como dada nas nossas conversas e discussões. *‘A Rede não existe’*, me falou, *‘ela está sendo construída nesse momento’*. Trata-se de uma provocação bastante frutífera para se tomar como ponto de partida para uma reflexão teoricamente orientada sobre os acontecimentos descritos até aqui. O que é a Rede, afinal?

A literatura dos EOR vem contribuindo para a compreensão das relações entre as conformações interorganizacionais horizontalizadas e elementos da autonomia, criatividade e autodeterminação (BARCELOS; DELLAGNELO, 2014; GAMEIRO; MENEZES; CARVALHO, 2003; HOFFMANN, et al., 2009; PARADA; DELLAGNELLO; WILL, 2016). Nesse sentido, tem-se que a conformação em rede tende a conceder prioridade a processos que possibilitam uma atuação autônoma e descentralizada. No caso da Rede-SC, a proposta deste padrão de organização é explicitamente defendida a partir de um viés pluralista e como uma forma de combate à tradição assistencialista e centralizadora de dependência do poder público. Nesse sentido, pode-se encontrar em produções institucionais a defesa de que esta forma de organização é condição para o protagonismo e a autonomia dos Pontos de Cultura (FCC, 2015).

Não obstante, os estudos do campo aparentam não debruçar-se sobre uma compreensão desses fenômenos a partir da orientação da ontologia política do social. Em vez de tomar redes como ‘entidades’ instituídas por decreto ou lei, ou meras malhas técnicas, trato-as, desde os pressupostos de Laclau e Mouffe (2015a) como efeitos sociais produzidos por práticas que ligam elementos dispersos em cadeias de equivalência e fixam sentidos de modo parcial, contingente e precário nas práticas da pluralidade dos processos que articulam. Isso desloca o foco da “coisa rede” para o processo do ‘fazer a rede’, um fazer que é

simbólico, político e afetivo, envolvendo a construção de um ‘imaginário comum’ dos Pontos de Cultura de Santa Catarina.

Pelos pressupostos da TDP, é possível compreender a organização em rede não como um mero arranjo técnico-organizacional, mas como um processo **articulatório**, **político** e **afetivo** no qual identidades coletivas se constituem e se transformam continuamente (GONSALVES, 2023). A chave dessa leitura é a ideia de que não existe um fundamento último que estabilize, de antemão, os elementos de uma rede: há sempre contingência e disputa de sentidos. Em Laclau e Mouffe, essa contingência se traduz na impossibilidade de fixação final do sentido e na necessidade de pontos de sutura sempre provisórios, os chamados pontos nodais, que limitam momentaneamente o “fluxo das diferenças”, tornando possível a prática social (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Nesse horizonte, a articulação é a operação que reúne elementos dispersos (práticas, signos, demandas) em uma configuração relativamente estável, e tal operação nunca é neutra: ao articular, desloca-se e modifica-se o que se articula. É por isso que, na fórmula clássica da TPD, “toda prática social, em uma de suas dimensões, é articulatória”, isto é, uma relação que altera identidades como resultado da própria articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 188). Para Laclau e Mouffe (2015a), articulações se constituem a partir de pontos nodais que fixam sentido parcialmente num campo em que identidades são relacionais e significantes flutuantes escapam a qualquer fixação definitiva.

Partindo da concepção lacaniana da incompletude, a ontologia política do social pressupõe que todo ponto nodal é uma estabilização provisória numa intertextualidade que o excede (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Em termos de redes, isso significa que ‘conexões’ não são dadas por decreto: são produzidas por operações de fixação parcial que convertem elementos em momentos de um discurso, instituindo nós, enlaces e limites antagônicos na fluidez discursiva da vida social. Esse enunciado permite ver a rede como prática que não apenas conecta atores, mas refaz quem esses atores são, sua percepção, seus interesses, seus “nós” e seus “eles”.

A gramática desse refazer identitário aparece com nitidez quando observamos as lógicas políticas de equivalência e diferença. A prática articulatória opera conectando termos heterogêneos por meio de cadeias de equivalência, ao mesmo tempo em que diferencia posições e papéis – lógica da diferença. A lógica da equivalência simplifica o espaço político ao substituir diferenças por um denominador comum; a lógica da diferença expande a complexidade ao multiplicar posições e combinações possíveis. Redes, assim, oscilam entre unificação e diversificação, e seu ‘desenho topológico’ resulta desse jogo entre condensação e

proliferação. Os pontos de ancoragem dessa unificação parcial são chamados de pontos nodais, os quais se constituem a partir de um significante vazio: um termo que, esvaziado de significados particulares, pode representar uma “plenitude comunitária ausente”, condensando demandas diversas e tornando-se um ponto de convergência da rede - o ponto nodal da rede. É justamente a presença de significantes vazios que torna possível a hegemonia - e, por analogia, estabilizações temporárias em práticas articulatórias como a tessitura de redes (LACLAU, 2011; LACLAU; MUFFE, 2015a).

A primeira simplifica o espaço e erige fronteiras - condensa demandas heterogêneas contra um “outro” comum, enquanto a segunda reabre diferenças, diversifica posições e amplia a complexidade do campo (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Crucialmente, a combinação dessas lógicas não apenas reconfigura coalizões; elas “podem afetar e penetrar, de modo contraditório, a identidade do próprio sujeito”, mostrando que nenhuma identidade alcança fechamento pleno (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 209). Nas redes que se constituem no campo discursivo da cultura, quando se costumam equivalências (“pontos de cultura”, “campo democrático”, “desconcentração”) e, depois, se recalibram diferenças (linguagens, territórios, formatos de fomento), não se está apenas gerindo alianças, mas movendo as fronteiras do que conta como “nós” e “eles”, com efeitos diretos sobre quem cada ator é.

A lógica fantasmática, por sua vez, também é decisiva para entender por que certas redes “colam”, “pegam”; enquanto outras permanecem restritas aos seus formatos e desenhos institucionais, frustrando, muitas vezes, expectativas acadêmicas e políticas (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Trata-se de explorar a dimensão do investimento afetivo dos sujeitos, o qual pode ser observado mesmo diante de altos custos (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Glynos e Howarth explicam que, em termos lacanianos, a fantasia é a moldura que organiza o gozo. Ela não se confunde com prazer, pois o gozo pode ser vivido como sofrimento, culpa ou sacrifício. Ao nível político, a fantasia explica a resiliência de práticas e rituais e a força de certos ideais (ou ‘objetos’) causa de desejo que promete plenitude (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Pesquisas recentes que dialogam com a TPD mostram como afetos comuns operam como princípios articuladores capazes de organizar temporariamente elementos dispersos, dando corpo à rede e orientando sua ação (MOUFFE, 2003; LORDON, 2017). Desse modo, a rede é simultaneamente linguagem e investimento libidinal e afetivo: um ‘repositório’ de significantes (pontos nodais, fronteiras) e um circuito de investimentos afetivos que impulsionam a coordenação e o conflito (GLYNOS; HOWARTH, 2007; MOUFFE, 2003).

Aplicando esse quadro ao caso dos representantes de Pontos de Cultura de Santa Catarina, os ponteiros, a identidade do grupo aparece como efeito de uma articulação contingente que se intensifica num contexto de disputa com processos orientados pelos sentidos inerentes à lógica dominante de organização da administração pública. Observa-se que, historicamente e de forma não muito distinta daquilo que se apresentou no tópico de discussão sobre a trajetória do PNCV, as práticas articulatórias da Rede-SC foram constituídas a partir de um esvaziamento de significantes como ‘cultura de base comunitária’, ‘ponto de cultura’, ‘teia’, ‘gestão compartilhada’, os quais tornaram-se pontos de fixação e estruturação privilegiados na ordenação dos sentidos construídos coletivamente pelos Pontos de Cultura do estado (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Na experiência analisada, esse ‘enganche’ pode aparecer como a promessa de reconhecimento, de fortalecimento da cultura de base comunitária, de democratização efetiva do recurso da política cultural; sempre ameaçada por um obstáculo que rouba o gozo: a burocracia, o edital, a gestão pública, o “outro”. Nessas cenas, a fantasia estrutura tanto a esperança (o objeto que completaria a rede) quanto a denúncia (o obstáculo que a bloqueia), estabilizando provisoriamente identidades e estratégias. (GLYNOS; HOWARTH, 2007). No caso da Rede-SC, fica claro que essa dimensão afetiva não é adendo externo, mas parte constitutiva do processo articulatório. Ao lado da produção de equivalências e diferenças, são os afetos compartilhados que “colam” elementos em cadeias de identificação: indignação, esperança, medo da perda, orgulho de pertença.

O ponteiro, portanto, não preexiste à rede; ele se constitui na rede, por meio de cadeias de equivalência costuradas em torno de significantes privilegiados que operam como pontos nodais capazes de fixar parcialmente sentidos e, com isso, estabilizar práticas (assembleias *on-line*, atuação nos comitês, formação de gestões compartilhadas para pontões e consórcios de OSCs). Conforme relato de Ademar:

E aí essa questão de ser ponteiro é tipo uma militância, um estilo de vida, é uma coisa que te dá orgulho de estar lá. [...] Então virou isso, virou vestir a camisa. Todo mundo vestia a camisa, tinha orgulho disso. Executava as suas ações um contemplando o outro. Então foi assim.

Não obstante o intenso e profundo processo de desarticulação observado entre os anos de 2016 e 2022, a Rede-SC manteve-se ‘viva’, o que pode ser relacionado aos desdobramentos dos **processos** de sua **institucionalização**. Destaca-se, no entanto, que tal institucionalização não se deu apenas pela dimensão mais evidente das relações de **estruturação** do campo discursivo da cultura, fortalecida, em especial, pela aprovação da Lei Cultura Viva em 2014. A dimensão da **sedimentação** de sentidos parcialmente fixados na nas

práticas sociais de Pontos de Cultura ao longo dos últimos 20 anos também é de suma importância para a compreensão dessa ‘sobrevivência’ (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Neste período, os sentidos atribuídos a significantes que estruturam a ordem simbólica do discurso da PNCV foram ‘impregnando’ as práticas cotidianas de organização e do fazer cultural de um conjunto de coletivos de base comunitária do estado de Santa Catarina - transitando desde o plano da disputa política até o plano das práticas sociais, e vice-versa (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Logicamente, isso não elimina o caráter contingente e parcial dos processos de articulação, mas constitui um terreno no qual os sentidos reativados no âmbito das disputas políticas podem confrontar-se, uns aos outros, enquanto equivalentes a partir de um ‘repositório’ de significantes que constituem o que tenho identificado como um ‘imaginário comum’. Assim, em consonância com muitos dos participantes da organização, advogo que a Rede-SC reflete uma concepção de convívio de identidades distintas que se desenvolve em um movimento de articulação e organização da sociedade civil, ou, nas palavras dos ponteiros, enquanto um movimento social.

6.3 TENSÕES, CONFLITOS E ANTAGONISMOS NOS PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO DA REDE DE PONTOS DE CULTURA DE SANTA CATARINA NO CONTEXTO DOS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA LPG E DA PNAB

De maneira preliminar, a análise dos dados coletados nesta pesquisa pode ser apresentada a partir de dois recortes analíticos distintos e intimamente relacionados. No **primeiro recorte**, mais prontamente vinculado ao processo de implementação da LPG, evidencia-se que a rearticulação da Rede-SC não pode ser compreendida como simples retomada organizacional. Ao contrário, é efeito da dinâmica da hegemonia do campo discursivo da cultura. Enquanto prática articulatória, o discurso oficial de reconstrução do Ministério da Cultura (MinC), ancorado no mote ‘O MinC voltou’, configurou-se como resposta aos problemas do campo, reorganizou **fronteiras antagonísticas** em oposição às políticas do governo anterior e ativou **cadeias de equivalência** em torno de concepções bastante distintas de cultura: aquelas que se articularam em torno de uma **compreensão** mais voltada à lógica **desenvolvimentista** e que, portanto, conceberam primazia à dimensão econômica; e aquelas que, como a Rede-SC, **disputaram a descentralização, desconcentração e democratização** do acesso aos recursos para a cultura a partir de perspectivas relacionadas primordialmente à luta pelo reconhecimento de suas dimensões simbólica e cidadã.

Laclau e Mouffe (2015a) demonstram que uma formação discursiva não se constitui a partir de uma coerência lógica que ‘amarre’ seus argumentos. Assim, o rearranjo logrado em 2023, manteve aberta a zona de **significantes flutuantes** - expressa nas tensões com a FCC e com municípios, nas controvérsias entre audiovisual e demais áreas e nas ambivalências dos próprios mecanismos participativos -, revelando que a unidade alcançada em torno dos processos de implementação foi **parcial e precária**, sustentada por investimentos afetivos na promessa de reconstrução e sujeita a deslocamentos conforme se redefiniram as regras do jogo. A dinâmica própria das formações e dissoluções simbólicas que sustentam o equilíbrio hegemônico também pôde ser observada. Por um lado, a concepção desenvolvimentista de cultura foi mobilizada pelos representantes do segmento do audiovisual para defender sua reserva de recursos, articulando forças que **disputaram agonisticamente** com os ponteiros as concepções e sentidos de organização e cultura subjacentes aos editais e dispositivos da LPG.

Por outro, essa mesma concepção desenvolvimentista foi, por vezes, mobilizada pelos ponteiros para articular gestores de diversas prefeituras do estado de Santa Catarina aos processos de adesão e implementação da LPG. Essa dispersão auferida pode ser explicada a partir das lógicas de equivalência e da diferença concebidas nos termos de Laclau e Mouffe (2015a), e corrobora com a compreensão de que o discurso de retomada do MinC teve um forte potencial de rearticulação do campo discursivo.

Mesmo assim, a partir do acúmulo das tensões relativas aos processos de implementação da LPG e da PNAB em Santa Catarina e da conquista de reserva de recursos da PNAB para a PNCV, observa-se no estado um **deslocamento** importante a partir do qual (pelo menos, no âmbito dos processos de implementação da PNAB relativos à PNCV) ocorre uma fratura nas distintas concepções de cultura anteriormente articuladas, as quais passam a se defrontar em **relação de antagonismo**. Trata-se do movimento que caracteriza o **segundo recorte** analítico da pesquisa, mais diretamente relacionado ao processo de implementação do primeiro ciclo da PNAB. Principalmente após a publicação dos resultados da etapa de habilitação dos editais estaduais PNAB/PNCV - na qual mais de 100 proponentes foram considerados inabilitados -, a significação da PNAB como uma ameaça à própria Rede constitui-se como ponto de partida para a organização de uma nova fronteira de antagonismo frente às gestões federal e estadual e a grupos da sociedade civil não articulados. Nesse movimento, emerge a construção de um discurso de resistência e de reapropriação da PNCV que disputa a Cultura Viva não apenas como um espaço de acesso a recursos, mas como um campo político no qual os sentidos de pertencimento, participação e identidade de organizações e coletivos bastante distintos entre si são continuamente reconfigurados em

oposição (também) às concepções desenvolvimentistas de cultura (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Na dinâmica de reconfiguração desses limites, identificou-se centralidade assumida por dois significantes: ‘**cultura de base comunitária**’ e ‘**gestão compartilhada**’, cada qual com uma função estruturante para a Rede-SC. Tais significantes, históricos no âmbito das disputas da PNCV, passaram por um processo de **reativação**, voltando a ser politicamente disputados desde o recorte anterior. No âmbito da articulação da Rede-SC, a noção de **cultura de base comunitária** passa a cumprir um papel estruturante, constituindo-se como um **ponto nodal** capaz de, simultaneamente, **articular as posições diferenciais** dos ponteiros em **equivalência** e estabelecer **limites** a essa articulação **com base em critérios**, substancialmente **organizacionais** - como será destrinchado adiante neste tópico (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Já os tensionamentos e disputas junto aos entes da administração pública, que se multiplicaram a partir da publicação dos resultados dos editais estaduais PNAB/PNCV, foram articulados ao discurso da Rede-SC a partir de um esvaziamento do significante **gestão compartilhada**, em um processo no qual as dissidências de novos e antigos Pontos de Cultura com relação às práticas da administração pública passam a se confrontar em relação de equivalência.

Os argumentos expostos acima sumarizam e introduzem o cerne dos achados da pesquisa relativos às tensões, conflitos e antagonismos identificados nos processos de articulação da Rede-SC ao longo da implementação da LPG e do primeiro ciclo de implementação da PNAB. Cabe, a seguir, destrinchar os pontos de ancoragem que sustentam o raciocínio analítico apresentado.

6.3.1 Os Processos de Articulação da Rede-SC no contexto da implementação da LPG

O início do primeiro recorte da análise dos processos articulatórios da Rede-SC foi marcado por um contexto de rearticulação da mesma e pelo processo de reconstrução do Ministério da Cultura (MinC). No item 6.2 já foram apresentados os principais marcos do estágio anterior de desarticulação da Rede-SC no início do ano de 2023, os quais incluem: a não renovação da representação institucional da rede desde 2015; o hiato nas atividades realizadas em rede; a interrupção da agenda de reuniões; a interrupção das atividades de um número expressivo de Pontos de Cultura credenciados, e a perda de parte significativa da documentação e dos registros da rede. As entrevistas trouxeram indícios claros desse quadro. Conforme me relatou Ademar, “*em 2023, o que restava da Rede de Pontos de Cultura eram*

meia dúzia de gatos pingados". Andrea, fez referência aos *"remanescentes do Cultura Viva"* ao tratar daquele período.

Nos primeiros levantamentos que realizei acerca do número de pontos de cultura em atividade no estado, em meados de 2023, estimava-se a existência de cerca de 30 pontos de cultura ativos em Santa Catarina, cerca de metade da quantidade de pontos reconhecidos em 2015 em documento da Fundação Catarinense de Cultura (FCC, 2015). Em grande parte, essa descontinuidade das atividades dos pontos de cultura do estado pode ser relacionada à interrupção dos mecanismos de fomento aos Pontos de Cultura e dos repasses diretos de recursos ao PNCV. Não obstante, observou-se que mesmo após a execução da Lei Aldir Blanc I (LAB I) - a qual atingiu resultados históricos para o combate à crise de emergência cultural da pandemia da Covid-19 e incluía os Pontos de Cultura entre os coletivos prioritários -, houve pouca mudança no cenário identificado. Fazendo uma breve retrospectiva deste momento, Ademar apontou: *"nossa articulação na LAB I foi muito fraca, muito inicial, mas na LPG ela foi melhor"*.

Quanto aos marcos do início do processo de rearticulação da Rede-SC, destacam-se: a) a reativação do grupo de *WhatsApp* que reúne os ponteiros do estado; b) a realização de encontros, reuniões formais, reuniões informais e sessão de escuta específica; e, c) a participação ativa de membros da Rede-SC junto a outros coletivos e instâncias de organização e participação da sociedade civil, com destaque para o Comitê Nacional da LPG, para o Comitê LPG-SC, para o Comitê de Oitivas da FCC para o Audiovisual e o Comitê de Oitivas da FCC para as demais áreas (COMITÊ LPG-SC, 2023a, 2023c, 2023d, 2023e; FCC, 2023a, 2023b). Note-se que os principais marcos do processo de rearticulação da Rede-SC identificados neste primeiro recorte da pesquisa são também marcos da participação dos membros e representantes deste coletivo nos processos de implementação da LPG na busca de garantir espaço para a PNCV.

Isso não implica, obviamente, numa relação necessária de causa e efeito. Porém, corrobora com a interpretação de que a rearticulação da Rede-SC e a implementação da LPG são processos relacionados a partir de suas dimensões políticas. Conforme apontam Glynos e Howarth (2007, p. 15), a dimensão política relaciona-se às "condições de possibilidade e vulnerabilidade das práticas e regimes sociais", sendo a chave para explorar suas "dinâmicas de contestação e instituição". Desta forma, seguindo as concepções de Laclau e Mouffe (2015a) e de Glynos e Howarth (2007), pode-se afirmar que, dentre as condições de possibilidade dos processos articulatórios da Rede-SC observados, tem destaque o contexto de implementação da LPG.

Uma segunda condição de possibilidade deste processo de rearticulação da Rede-SC pôde ser observada no cenário mais amplo do campo discursivo da cultura no Brasil. Pode-se argumentar que, a partir de 2023, com a vitória da chapa Lula/Alckmin na eleição presidencial de 2022, mais do que a reconstrução de uma estrutura administrativa para a implementação de políticas públicas culturais, a volta do Ministério foi um marco fundamental da rearticulação do campo discursivo da cultura no Brasil. Partindo-se do postulado de Mouffe (2009), para quem os antagonismos políticos são inerentes à vida em sociedade, é possível compreender, ao menos parcialmente, as vias pelas quais o discurso que envolveu o processo de reconstrução do MinC obteve êxito na fixação parcial, instável e contingente de sentidos no campo da cultura no início do ano de 2023. Para mais, o conceito de hegemonia em Laclau e Mouffe (2015a) contribui para o estabelecimento de uma análise teoricamente orientada desta ‘condição’ em específico.

Conforme apontam Laclau e Mouffe (2015a, p. 29), “para que haja hegemonia, o requisito é que os elementos cuja própria natureza não os predetermina a fazerem parte de um arranjo ou de outro não obstante converjam, em decorrência de uma prática externa ou articuladora”. Nestes termos, é preciso compreender a crise de emergência cultural que se aprofunda com a pandemia da Covid-19 em 2020 - e da qual trata Nascimento (2021) - também como uma crise de hegemonia do campo discursivo da cultura. O discurso oficial das políticas culturais do Governo Bolsonaro, de caráter inequivocamente elitista, excludente e neoliberal, provou-se incapaz de articular a diversidade de demandas específicas do campo no contexto da crise (NASCIMENTO, 2021). No processo, as demandas diferenciais de um conjunto bastante significativo e heterogêneo de coletivos e segmentos culturais e artísticos articularam-se em antagonismo ao discurso do Governo Jair Bolsonaro, estabelecendo uma relação de equivalência entre si na luta pela construção e implementação da LAB I, da LPG e PNAB (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Não me parece arriscado admitir que estes processos tiveram também impacto na própria eleição presidencial de 2022.

Conforme discorre Laclau (2011, p. 172) “o antagonismo resulta do fato de que o social não é uma pluralidade de efeitos que irradiam de um centro previamente dado, mas construído pragmaticamente a partir de muitos pontos de partida”. Daí a centralidade das práticas articulatórias na ontologia política do social. Conforme demonstram Laclau e Mouffe (2015a, p. 82) “a conciliação, o caráter precário de todo arranjo, o antagonismo, são os fatos primários, e é só no contexto desta instabilidade que o momento da positividade e sua gestão se dão”.

Na transição no executivo federal brasileiro em 2023¹³¹, observei que a reconstrução do MinC estabeleceu-se como o principal elemento simbólico evocado para indicar uma nova conformação hegemônica do campo discursivo da cultura no Brasil - atuando, portanto, enquanto um elemento articulador de elementos ‘dispersos’ no campo. Nesta nova conformação, os limites de exclusão do campo foram claramente alicerçados em uma oposição frontal às práticas da gestão do Governo Bolsonaro, obtendo êxito em suturar uma unidade parcial e precária no campo discursivo da cultura a partir de fronteiras antagonísticas bem demarcadas (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Neste período, o mote ‘O MinC voltou’ foi utilizado à revelia por representantes do Ministério nos eventos de campo observados¹³² (COMITÊ LPG-SC, 2023a, 2023e; ALESC, 2023; FCC, 2023b); nos materiais informativos da LPG e das políticas públicas culturais em geral (BRASIL, 2023c, 2023d); em textos e publicações de autoridades governamentais (MENEZES, 2023); e em discursos oficiais. Segundo matéria oficial do próprio MinC;

a recriação do Ministério da Cultura é, acima de tudo, o resgate do direito à cultura. [...] No novo contexto do Brasil, recuperar, fortalecer e preservar são as palavras-chave que devem ser cultivadas na prática cotidiana das políticas públicas de cada região do país, com o objetivo de, em paralelo com as demandas emergenciais da sociedade, ter mais emprego, renda, combater a desigualdade social e os preconceitos, retomar a democracia e trazer a verdade à tona. Ou, nas palavras da Ministra da Cultura, Margareth Menezes, retomar o “reencantamento de um país propositadamente desencantado (BRASIL, 2023f, p. 17).

Por mais que os primeiros sinais de esgotamento do discurso de reconstrução do MinC tenham sido observados ainda durante o ano de 2023, a volta do Ministério da Cultura em um contexto de iminência de implementação de leis que garantiram o repasse direto de recursos para fomento, foi significada enquanto a resposta para um conjunto de demandas específicas dos coletivos, grupos e segmentos que compõem o campo da cultura em Santa Catarina. Mais especificamente, pode-se argumentar que o referencial foi capaz de articular as demandas dos coletivos e segmentos artísticos e culturais envolvidos nos processos de implementação da LPG no estado (LACLAU; MOUFFE, 2015a). O processo aponta para um esgarçamento dos sentidos atribuídos à reconstrução do Ministério, a qual, enquanto representação, passa a assumir uma função estruturante do campo discursivo da cultura - ou seja, emerge contingencialmente enquanto um **ponto nodal** deste discurso (HOWARTH; STRAVAKAKIS, 2000; LACLAU; MOUFFE, 2015a).

¹³¹ A qual ocorreu, cumpre notar, a despeito das supostas articulações e iniciativas golpistas, hoje já sob investigação em estágio avançado.

¹³² Nos eventos de campo observados, as participações de representantes do ministério frequentemente evocavam o tema, a partir de dizeres como: “[...] para o ministério que volta a ser criado”; “então a gente pode dizer, que ‘O MinC voltou’” (COMITÊ LPG-SC, 2023a, 2023e)

É bastante ilustrativo, enquanto evidência do processo articulatório indicado, o relato de participação de um dos membros da operativa do Comitê LPG-SC no evento de lançamento da lei em Salvador. Segundo ele (COMITÊ LPG-SC, 2023e, *online*)

A experiência que aconteceu em Salvador foi muito interessante, se não pelas informações que a regulamentação trouxe, pelo contato humano e pelo networking que se criou [...] Em Salvador, esse clima de abnegação, esse sentimento de entrega estava muito presente, pessoas dos confins do norte brasileiro, até pessoas do Rio Grande do Sul, passando por todo o Sudeste, Nordeste, de repente se encontraram. Pessoas que se conheciam através das lutas e batalhas da LABI, que depois se mobilizaram para se encontrar nos grupos de WhatsApp, pessoas que brincavam, que criaram até uma certa intimidade, mas que nunca haviam se visto e que de repente estavam ali, olho no olho, frente à frente'. Foi muito interessante a troca, a sinergia que se criou ali. Pessoas falando, olha eu to com um problema assim... e de repente eram os mesmos problemas que nós vivemos aqui. Incertezas, dúvidas de como fazer. O ambiente foi um ambiente cordial, de auxílio, de troca de informações. Houve inclusive uma inversão de pauta [...] por que no meio da apresentação, uma pessoa com dificuldade de locomoção caiu, e isso comoveu não só os representantes que estavam ali, mas toda a mesa [...]. Infelizmente não é uma coisa que a gente veja, no dia-a-dia, as nossas gestões estaduais e municipais fazendo. Nós não vemos os gestores fazendo essa inversão, ou tendo esse respeito.

No contexto de Santa Catarina, portanto, a articulação promovida pelo discurso de reconstrução do MinC teve um impacto significativo nos processos de implementação da LPG. Neste primeiro momento, observou-se que a maioria dos coletivos envolvidos na construção da Rede-SC se articularam a esse discurso a partir de posições diferenciais (LACLAU; MOUFFE, 2015a). A própria reincidência do uso do mote 'o MinC voltou' por parte de ponteiros do estado corrobora com a análise (COMITÊ LPG-SC, 2023a; 2023d; 2023e). Além disso, não parece ser coincidência o fato de que o processo de rearticulação da Rede-SC no período analisado por esta pesquisa tenha como seu primeiro marco a disputa em torno da indicação do coordenador do escritório regional do Ministério, conforme exposto no item 6.1.1. Também é ilustrativa a forma como a LPG, enquanto dispositivo do governo federal, era significada como uma 'promessa de plenitude': democrática, plural, descentralizadora. De acordo com uma das componentes da operativa do Comitê LPG-SC, a LPG:

[vinha] sendo desenhada de uma forma tão democrática, tão viva, tão participativa, sabe? De colocar a sociedade civil junto com a gestão para construírem esse desenho da distribuição adequada desse recurso conforme a sua realidade municipal, de território, ou estadual. Mas isso não significa só nos empoderar com a fala, com cobrar do ente a escuta. Isso significa responsabilidade nossa, então é uma via de duas mãos: a gente precisa cobrar dos entes, mas a gente precisa participar, ser colaborativo para que essa aplicação saia exatamente como é o espírito da lei - extremamente democrática! (COMITÊ LPG-SC, 2023b, *online*).

A fala é uma das evidências que corroboram com a interpretação de que o processo de implementação da LPG logrou articular distintas concepções de cultura. A precariedade e incompletude dessa sutura pode ser observada a partir da dinâmica das disputas agonísticas identificadas - as quais disputaram os sentidos inerentes ao 'espírito da lei' e se deram, em

especial, no âmbito da distribuição dos recursos entre o audiovisual e as demais áreas. Segundo Laclau (2011) e Laclau e Mouffe (2015a), a dinâmica de articulação de um campo discursivo enquanto formação hegemônica parte de duas condições fundamentais: a presença de forças antagonísticas e a instabilidade das fronteiras que as separam. Sendo assim, compreender uma formação enquanto hegemônica implica no reconhecimento de que esta formação é atravessada por uma “vasta área de elementos flutuantes”, os quais podem ser contingencialmente articulados a campos opostos (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 215). Tais processos de articulação implicam em uma constante redefinição dos limites desses campos (LACLAU, 2011).

Importa destacar, para fins da presente análise, que a articulação do segmento do audiovisual estabeleceu uma disputa pelos sentidos da LPG no território catarinense¹³³. Se a nível nacional, a articulação do segmento contribuiu para a garantia da reserva dos recursos provenientes do CONDECINE e do FSA para o audiovisual, a nível estadual essa força de organização ficou evidente, por exemplo, na própria composição dos Comitês de Oitivas da FCC para o segmento. Nesta composição, cerca de dois terços eram representantes da sociedade civil (COMITÊ LPG-SC, 2023. Segundo uma das representantes deste grupo, “foi liberada a indicação de diversas entidades de representação: cinemateca, sindicato patronal, sindicato dos trabalhadores; Instituto Catarinense de Cultura; diversos outros membros da sociedade civil” (COMITÊ LPG-SC, 2023g, *online*). Além disso, pode-se destacar a participação ativa de representantes do audiovisual de Santa Catarina nas mobilizações nacionais (COMITÊ LPG-SC, 2023g).

Apesar do potencial de organização e articulação do segmento audiovisual, o qual extrapola os limites de análise do presente estudo, houve diversas críticas e questionamentos nas assembleias, audiências e instâncias de debate analisados acerca dos percentuais da LPG (COMITÊ LPG-SC, 2023a, 2023g, 2023h). Conforme indicou uma das ponteiros, ante a “diversidade enorme de temas e espaços de manifestações” da cultura popular, era preciso esclarecer determinadas condições da lei, entre elas, o porquê de “apenas 30%” para quem não é do audiovisual”. Nas palavras da ponteira, “essa explicação te[ria] que ser muito clara durante todo o processo de divulgação para que as pessoas entend[essem]” (COMITÊ LPG-SC, 2023a, *online*).

Nesta disputa, mesmo depois da definição dos percentuais da lei por parte do MinC, houve uma atuação destacada dos ponteiros pela construção de dispositivos de fomento para o audiovisual que dialogassem com as possibilidades de coletivos e grupos menos estruturados,

ou organizados a partir de lógicas não-empresariais. No âmbito desta disputa, é ilustrativo o diálogo abaixo. Uma das representantes do Comitê LPG-SC discorreu:

E queria aproveitar para trazer uma fala que é muito importante, que é o espírito dessa lei é uma lei de emergência cultural.... é um recurso significativo que estava lá estancado do audiovisual, mas é democrática! Eu acho que a lei mais democrática que a gente tem! O recurso mais democrático, que vai pra todo esse tecido cultural do país, sabe. Então, sim, precisa ser enxergado tudo: desde a questão de mercado, eu tô falando especificamente do audiovisual, onde grandes produtoras poderão estar propondo ali e concorrer a recursos um pouquinho maiores. Mas a gente precisa entender que o recurso precisa chegar na ponta e para todos, que todos têm o mesmo direito e que precisamos fazer com que as pessoas que não têm uma grande produtora acessem também [o recurso] e possam construir formatos dentro da linguagem do visual. Dependendo da regulamentação, claro que tudo pode ser construído (COMITÊ LPG-SC, 2023a, *online*).

Por sua vez, a representante do audiovisual ponderou que a origem da lei era “trazer de volta o superávit dos fundos - Fundo Nacional de Cultura e Fundo Setorial do Audiovisual - para os setores” (COMITÊ LPG-SC, 2023a, *online*). Segundo ela;

As entidades do audiovisual estiveram presentes no congresso o tempo todo pra gente garantir essa lei [...]. Então é um valor importante que o setor está contando. A gente tem obras de fácil entrada né também, como curta-metragem, que é uma obra do audiovisual que pode ser - vamos ver como é que vai ficar, a regulação, e tudo - mas, assim, [pode ser acessada] como pessoa física. Não é impor uma visão somente empresarial do audiovisual, não é, assim, pensar que ‘ai só as grandes produtoras vão ter [acesso a] esses recursos’. Às vezes, não é tanto dinheiro assim, pra vocês terem uma ideia: o município de Florianópolis é 2 milhões para produção, o que hoje não paga um longa metragem.

Ana Lígia Becker, representante da FCC, em alinhamento às demandas do setor audiovisual, rebateu:

O espírito da lei é para mitigar os efeitos da pandemia no setor audiovisual e nas demais áreas. Então o espírito da lei não é para entrantes, é para mitigar os efeitos da pandemia para aqueles que já estavam atuando no audiovisual. Este é o espírito da lei, por isso que não será possível, isso é taxativo, até por que os recursos têm origens diferentes e o recurso do audiovisual tem de ser utilizado no audiovisual. Então o remanejamento não vai poder haver (COMITÊ LPG-SC, 2023a, *online*).

Há algumas reflexões teóricas que podem ser extraídas dos tensionamentos e disputas subjacentes ao diálogo acima destacado. Primeiro, o fato de que ambos os pólos da disputa deixam transparecer em suas posições sua articulação enquanto **momentos da totalidade** estruturada pelo discurso de reconstrução do MinC, nos termos de Laclau e Mouffe (2015a). Isso fica bastante evidente na medida em que a discussão se orienta por interpretações distintas do ‘espírito da lei’. A isso se relaciona uma segunda reflexão teórica pertinente, quer seja, o fato de que - enquanto a disputa travada com os órgãos gestores remete à dinâmica instável e contingencial dos processos de fixação dos limites antagonísticos do campo discursivo - este eixo de disputa remete às **dimensões agonísticas** da vida social, trabalhadas nos escritos de Mouffe (2009).

De acordo com Gonçalves (2023, p. 41), “Mouffe coloca a contestação no centro da política democrática, enfatizando o papel construtivo que a dissidência e as disputas

desempenham na vida política”. A autora apresenta reflexões sobre os espaços democráticos de cooperação que apresentam abertura às possibilidades de divergências e rupturas na ordenação simbólica do social (GONSALVES, 2023; MOUFFE, 2009).

o agonismo significa o envolvimento em uma forma de luta especificamente democrática (e, portanto, limitada), que envolve confronto entre adversários. Precisamente porque os adversários compartilham algo em comum, a gramática da vida democrática, sua luta e confronto não assume uma forma extrema e violenta (GONSALVES, 2023, p. 41).

O segundo ponto importante a ser destacado são os distintos sentidos de cultura subjacentes às posições defendidas no trecho do diálogo extraído. De um lado, reativando sentidos e concepções sedimentadas, em especial, a partir da implementação das políticas indiretas de fomento dos anos 1990, identificou-se um conjunto de concepções que significam a cultura como vetor do desenvolvimento, como cadeia produtiva, como segmento econômico fundamental - à qual estou caracterizando como uma perspectiva desenvolvimentista¹³⁴. De outro, em alusão às tensões que se aprofundam na esteira das políticas públicas culturais dos anos 2000 - da PNCV, em especial -, há um conjunto de posições diferenciais que disputam uma ampliação do sentido de cultura para a inclusão de coletivos informais, periféricos, nômades, da cultura popular, LGBTQIAPN+, indígena, quilombola, tradicional e de outros grupos minoritários ou vulnerabilizados.

A precariedade e a parcialidade dos pontos de fixação dessa articulação foram, por vezes, estrategicamente mobilizadas nos processos de implementação da LPG em Santa Catarina. Considerando-se o caráter descentralizado da proposta emergencial, a disposição das gestões estaduais e municipais em aderir e operacionalizar a lei, atentando para suas contrapartidas e exigências, se fazia fundamental. Em um estado de tradição política recente conservadora e no contexto das fronteiras antagônicas estabelecidas pelo discurso de reconstrução do MinC, as concepções desenvolvimentistas de cultura foram frequentemente mobilizadas, inclusive por ponteiros e coletivos por eles compostos, para a articulação das gestões municipais e estadual de maneira a garantir seu engajamento ao processo de implementação da LPG.

A dispersão observada, como mencionado anteriormente, pode ser explicada a partir das lógicas de equivalência e da diferença concebidas nos termos de Laclau e Mouffe (2015a), e corrobora com a compreensão de que o discurso de retomada do MinC teve um forte potencial de rearticulação do campo discursivo da cultura. Para Laclau e Mouffe (2015a, p.

¹³⁴ Essa perspectiva desenvolvimentista se diferencia da concepção neoliberal das políticas culturais dos anos 1990 a partir de uma premissa bastante simples: enquanto as políticas da década de 1990 propunham atribuir as prerrogativas de decisão e direcionamento do investimento público e privado na cultura ao mercado; a perspectiva desenvolvimentista reconhece a importância do papel estratégico e social do Estado na estruturação dos mecanismos de fomento à cultura.

178), “uma formação discursiva não é unificada pela coerência lógica de seus argumentos”. Membros da Rede-SC ‘apropriaram-se’ desses marcos discursivos em estratégia que revela uma espécie de ‘primazia do político’ nas lógicas que sustentam seus processos organizacionais (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Desta feita, pode-se refletir sobre as tensões do processo de implementação da LPG não como meros “desvios” a serem corrigidos por melhor engenharia institucional da administração pública, ou pela criação de novas ferramentas, mas como o modo de inscrição do político nas práticas corriqueiras e cotidianas da dimensão social - numa compreensão que busca apreender as tensões e disputas que trespasam os processos que, nesta tese, são identificados enquanto processos de institucionalização (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

No bojo dessa articulação discursiva do campo da cultura a nível nacional também se inserem as tensões entre os **diferentes sentidos de organização** que atravessam a implementação da LPG em Santa Catarina. Essas disputas podem ser definidas a partir de um claro tensionamento entre as diferentes concepções acerca de quais as organizações que deveriam ser privilegiadas no acesso aos recursos da LPG. Neste processo, observou-se um amplo envolvimento de membros da Rede-SC, especialmente através de sua participação junto a outros coletivos e instâncias, na disputa pela inclusão de coletivos culturais com processos organizacionais distintos da concepção dominante - calcada no processo de hegemonização da organização do tipo empresa, o qual se expressa na forma como essa se consolidou como ponto de referência e medida de legitimidade, ao mesmo tempo em que deslocou ou subordinou outras racionalidades organizacionais¹³⁵ (PARKER, 2002; BÖHM, 2006). Pode-se destacar algumas falas de diferentes representantes da operativa do Comitê da LPG para a compreensão dessa disputa. As falas abaixo ilustram essa posição defendida em dois momentos por representantes distintos do Comitê LPG-SC:

1 - Que a gente não pense que esse recurso é para o mercado, ele vem do mercado mas ele vem desenhado para ser distribuído. Não é apenas para uma grande produtora, é um recurso que vem para ser distribuído para os fazedores de cultura,

¹³⁵ Pode-se retomar que, para Parker (2002), a concepção dominante de organização nos Estudos Organizacionais está profundamente enraizada em um imaginário que naturaliza a forma empresarial como modelo universal de organizar. Essa leitura crítica mostra como, historicamente, outras formas de organização – comunitárias, associativas, autogestionárias – são marginalizadas ou invisibilizadas em função da centralidade conferida ao modelo corporativo. Parker argumenta que essa hegemonia não decorre de uma superioridade técnica, mas da capacidade de a empresa se instituir como referência normativa do que significa “organizar”, definindo valores, linguagens e práticas que orientam inclusive esferas não mercantis da vida social. Já Böhm (2006) sustenta que a hegemonia da empresa como forma organizacional é fruto de um processo político-discursivo que esvazia o significativo “organização”, permitindo que diferentes práticas sociais se alinhem a partir do horizonte empresarial. Em sua análise, a lógica corporativa expande-se para além do mercado, configurando uma sutura precária que articula desde grandes corporações até pequenos coletivos culturais e empreendimentos individuais (como o MEI), convertendo a diversidade organizacional em variações de um mesmo modelo.

seja empresa, seja pessoa física, seja grande, seja pequena, todos têm o direito. (COMITÊ LPG-SC, 2023b, *online*).

2 - Pensar em setor do audiovisual como só privilegiar empresas do setor do audiovisual é cair numa emboscada... há pessoas que trabalham no audiovisual e não querem pertencer ao sistema, então essas pessoas estão fora, como se não trabalhassem no setor - por que elas trabalham 'informalmente' mas não é informalmente, é em outra forma. Então quero dizer que há ainda muito chão pra rolar (COMITÊ LPG-SC, 2023g, *online*).

À essas concepções descentralizadoras, que atentaram para a importância de incluir um conjunto diverso de formas de organização da produção cultural, opuseram-se posições vinculadas às necessidades e imperativos, por exemplo, da cadeia do segmento audiovisual e de outros segmentos da indústria cultural, nas quais a mobilização de recursos para a realização de projetos assume, frequentemente, outras proporções. A posição pode ser retratada a partir da fala de outra componente da operativa do Comitê LPG-SC, representante desse segmento:

Não é impor uma visão somente empresarial do audiovisual, não é, assim, pensar que 'ai só as grandes produtoras vão ter [acesso a] esses recursos'. Às vezes, não é tanto dinheiro assim, pra vocês terem uma ideia: o município de Florianópolis é 2 milhões para produção, o que hoje não paga um longa metragem (COMITÊ LPG-SC, 2023a, *online*).

O distanciamento das perspectivas acima expostas não implicou numa ruptura com o viés subjacente de 'fazer valer' os dispositivos e interpretações da lei federal de lado a lado, dado que considero muito importante. Não obstante, a capacidade dos representantes dos executivos estaduais e municipais em operacionalizar a lei de forma a atender às demandas pela desconcentração e democratização dos recursos foi frequentemente posta em questionamento (COMITÊ LPG-SC, 2023a, 2023b, 2023e). São bastante ilustrativas desse tensionamento as falas dos ponteiros representantes do Comitê LPG-SC destacadas abaixo, na medida em que 'situam' a disputa com relação às diferentes concepções da gestão.

1 -Então a gente não está descentralizando apenas os recursos, essa descentralização é uma descentralização de forma de gestão da cultura! Que a 866 [Lei de Licitações] e que a 13.019 [MROSC] não dão conta! A lei é muito bem definida em seus princípios pelo artigo 17 e por seu caráter emergencial; que a gente possa também desburocratizar os nossos mecanismos estaduais: o [Edital de Premiação Elizabete] Anderle, o Prêmio Catarinense de Cinema. Por que se a LPG - que é um recurso Federal - está possibilitando uma prestação de conta por objeto e um chamamento de inscrições por outros formatos, que não somente o de escrita de projetos, então por que não fazer nos estados, por que não fazer nos municípios? Então a gente não está descentralizando apenas os recursos, essa descentralização é uma descentralização de forma de gestão da cultura! (COMITÊ LPG-SC, 2023g, *online*).

2- a gente já tem ouvido isso: que a LPG vai ser juntada com o Prêmio Catarinense de Cinema, adicionada à ele ou ao Elisabete Anderle, e isso tem que ser discutido. Por que a gente não quer adotar a forma do estado, a gente quer fazer como a LPG está propondo; então isso vai gerar uma grande discussão, vamos ficar de olho (COMITÊ LPG-SC, 2023g, *online*).

Segundo declarou uma ponteira em assembleia do Comitê LPG-SC do dia 23 de maio, no contexto do estado de Santa Catarina, era preciso "defender a aplicação dos recursos da LPG de forma a garantir a manutenção de alguns princípios básicos da Lei", ou seja, de forma

a garantir o acesso de grupos considerados prioritários no seu artigo 17 (COMITÊ LPG-SC, 2023g, *online*). Em outro exemplo acerca desse entendimento, outro ponteiro membro da operativa do Comitê LPG-SC (2023g, *online*), declarou em assembleia realizada em maio de 2023 que havia “um ‘gap’ entre o que os ‘novos tempos’ propõem e a efetiva realização por parte do poder público” no estado de Santa Catarina. Argumentando sobre a importância da participação da sociedade civil nas oitivas estaduais e municipais no território catarinense, outra representante da operativa do Comitê LPG-SC asseverou: “a gente sabe que temos disputas e ideias divergentes e, se não participarmos, fica tudo legitimado” (COMITÊ LPG-SC, 2023b, *online*).

Também as audiências públicas e os processos de escuta realizados pela FCC (2023b, 2023c, 2023d) corroboram com a interpretação apresentada, na medida em que foram atravessadas por dúvidas e insatisfações de coletivos e segmentos culturais no estado orientados, em sua maioria, para os entes responsáveis pela operacionalização da LPG, ou seja, estado e municípios. Neste contexto, em especial as audiências ficaram marcadas por uma lógica de organização bastante rígida, a qual prejudicou a efetiva participação social. Nas audiências públicas, a participação só podia ser feita mediante o preenchimento de formulário de inscrição do *Google Forms*. Havia um limite de horário para a inscrição, após o qual o formulário era encerrado para receber novas inscrições. Foram ainda estabelecidos curtos limites de tempo para a realização de perguntas (na primeira sessão de audiência, foram concedidos 2 minutos; posteriormente, o tempo foi flexibilizado para 3 minutos), e o limite de um questionamento por inscrição (o qual foi posteriormente revisto). Além disso, para cada manifestação da sociedade civil, era concedido um tempo de resposta para os gestores, o que dificultou a apresentação de ideias e propostas (FCC, 2023e, 2023f).

Entre os tensionamentos com relação aos mecanismos de participação estabelecidos pela FCC, estão: as insatisfações com o formulário de oitivas, considerado insuficiente e inadequado para fins de mapeamento e diagnóstico; a insatisfação com o formato das sessões de escuta e audiência pública, as quais levaram à revisão de alguns critérios durante o processo; a insatisfação com relação à participação social nas discussões sobre a aplicação dos recursos estaduais destinados às demais áreas (COMITÊ LPG-SC, 2023g, 2023h; FCC, 2023c, 2023d). Em reunião realizada no dia 06 de junho de 2023, houve muitas manifestações contrárias à condução das oitivas, tais como: “o que está sendo feito não é uma oitiva”; “não podemos aceitar as oitivas que estão sendo propostas pela fundação”; entre outras manifestações (COMITÊ LPG-SC, 2023g, *online*).

Dessa forma, pode-se argumentar que a articulação promovida pelo discurso oficial do MinC direcionou os tensionamentos protagonizados pelos representantes da Rede-SC para as relações com as prefeituras e com a gestão da FCC. Especialmente nos processos de mobilização promovidos pelo Comitê LPG-SC, observou-se que, em grande medida a partir da participação de ponteiros e ponteiros, houve um processo de **reativação**, nos termos de Laclau e Mouffe (2015a) e Glynos e Howarth (2007), **da disputa por um sentido mais amplo de cultura** no território catarinense, o qual veio acompanhado dos indícios de tensionamento com as gestões do estado e dos municípios - e com os **sentidos de organização** inerentes a suas práticas sociais e políticas - acima apresentados (GLYNOS; HOWARTH, 2007; LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Para Glynos e Howarth (2007, p. 70), “o papel principal que a política desempenha em nossa vida social é questionar e contestar - em suma, **reativar** - os conjuntos sedimentados de relações e práticas sociais em nossas sociedades”. Na reativação da disputa política por um sentido de cultura capaz de articular coletivos marcadamente heterogêneos e distintos, as noções de **descentralização**, **desconcentração** e **democratização** do acesso ao recurso foram recorrentemente mobilizadas por membros da Rede-SC, quase sempre em alusão ao artigo nº 17 da LPG¹³⁶ na busca por práticas mais democráticas e inclusivas. Conforme defendeu uma das ponteiros na primeira assembleia do Comitê LPG-SC (2023g, *online*) analisada, o desafio a ser encarado àquela altura era o de “mobilização das pessoas em todas as regiões do estado, mas principalmente de quem está ‘fora do circuito’”. Outra representante do Comitê LPG-SC no coletivo que discutiu as oitavas estaduais do segmento do audiovisual, fazendo referência explícita à participação de ponteiros no processo, discorreu:

Trazendo a inspiração da LPG e A lei é clara: medidas de descentralização do recurso, desconcentração do recurso, regionalização do investimento cultural (estados e municípios), democratização. Esse é o nosso atravessamento neste comitê. Tivemos discussões acirradas, [...] dialogando com o resto do setor e com a FCC com esse olhar distinto.

No âmbito dessa disputa, resta, por fim, destacar alguns elementos da estratégia de atuação política da Rede-SC neste primeiro recorte. Inicialmente, foi predominantemente marcada por iniciativas de articulação junto a representantes do MinC, com histórico de atuação no Cultura Viva. Conforme relataram Ademar e Andrea, foi a partir destas mediações

¹³⁶ Versa o referido artigo: “Na implementação das ações previstas nesta Lei Complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de mulheres, de negros, de indígenas, de povos tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, de populações nômades, de pessoas do segmento LGBTQIA+, de pessoas com deficiência e de outras minorias, por meio de cotas, critérios diferenciados de pontuação, editais específicos ou qualquer outro meio de ação afirmativa que garanta a participação e o protagonismo desses grupos, observadas a realidade local, a organização social do grupo, quando aplicável, e a legislação relativa ao tema” (BRASIL, 2022a, *online*).

que foi articulada, por exemplo, a sessão de escuta ampliada da FCC junto aos Pontos e Pontões de Cultura. Outro exemplo foram os encontros realizados em junho de 2023 com a presença de João Pontes, entre os quais articulou-se o reinício do trâmite da Lei Estadual de Cultura Viva e da Lei Municipal de Cultura Viva de Florianópolis¹³⁷ (TEIA SP DIGITAL, 2023). Para além disso, foi realizada uma reunião de alinhamento das pautas dos ponteiros antes da sessão de escuta ampliada da FCC específica para o Cultura Viva. Neste processo, foi concedida prioridade à demanda por inclusão explícita dos pontos de cultura entre os possíveis proponentes nos editais de fomento da LPG (FCC, 2023e, 2023f).

Por outro lado, observaram-se importantes movimentos estratégicos no âmbito da articulação de coletivos dispersos no campo, com destaque para: a) a estratégia de atuação descentralizada do Comitê LPG-SC e de ‘diluição’ nos espaços mesorregionais e municipais e, posteriormente, na 4ª Conferência Estadual de Cultura; b) a estratégia de lançar luz à diversidade cultural catarinense observada na 4ª Conferência Estadual de Cultura; c) a estratégia de ‘subversão’ da lógica competitiva dos editais a partir de processos de articulação em rede; d) a articulação da Rede-SC para a ocupação de posições consideradas estratégicas, como, por exemplo, o Pontão Catarina e o CCSC.

Pode-se argumentar que o período é marcado por um avanço nos processos de articulação da Rede-SC. Destaca-se, por exemplo, a estratégia de articulação para a participação na 4ª Conferência Estadual de Cultura e nas sessões de escuta da FCC com propostas coletivas, ‘em unidade’. Para mais, a despeito da continuidade na participação de ponteiros e ponteiros nos processos das operativas do Comitê Nacional da LPG e do Comitê LPG-SC, bem como em suas ramificações mesorregionais e municipais, concedeu-se prioridade à participação em espaços observados como estratégicos. Foi o caso dos editais de Pontões e de Comitês de Cultura - de âmbito nacional e desvinculados da LPG. Essa orientação denota uma leitura de conjuntura que provém de uma perspectiva de orientação política bastante evidente. Não obstante, a estratégia se deu às custas de uma espécie de centralização das ações de articulação da Rede-SC sob protagonismo de ponteiros homens, brancos, de mais de 40 anos, com trajetória de acúmulos no PNCV. Essa observação é corroborada pelo relato de Ademar, que reconhece, por exemplo, a histórica negação do espaço feminino nos espaços de representação e articulação da Rede-SC.

Na estratégia de disputa por espaços considerados estratégicos, observou-se que a lógica concorrencial dos editais nacionais foi tensionada por meio da atuação em rede, com

¹³⁷ O fato de que esses projetos de lei não tenham avançado em seu trâmite legislativo durante os anos de 2023 e 2024 pode ser relacionado ao próprio estágio inicial do processo de rearticulação da Rede-SC.

vistas a construir submissões de projetos elaborados em conjunto pelos pontos articulados à Rede-SC e evitar a dispersão de forças entre os ponteiros articulados à rede. Assim, buscou-se transformar uma lógica de competição em uma lógica de equivalência, na qual diferentes coletivos se reconheciam mutuamente em torno da defesa da PNCV representada por um projeto com o objetivo explícito de rearticular a rede - o projeto do Pontão Catarina. Ademais, um dos entrevistados da pesquisa que participou desse processo, indicou que a articulação se deu mediante a expectativa de uma concorrência ‘externa’ que não se confirmou:

Bom, articulamos e fizemos o projeto, ampliamos o comitê gestor [de 5 organizações exigidas em edital para 12]. [...] cercamos os caras e nos preparamos para a disputa. E eles não vieram para a disputa. Porque não tinha [ninguém], óbvio, [o pessoal] que se organizava antes para disputar não estava mais ativo; se não, viriam. Viriam, e viriam para ganhar.

Em suma, a rearticulação da Rede-SC observada a partir de 2023, ocorreu em estreita relação com o processo de reconstrução do MinC e com a implementação da LPG. Depois de quase uma década de desmobilização, marcada pela perda de registros e pela interrupção das atividades coletivas, a Rede-SC se reorganizou por meio da retomada de seus canais de comunicação, da realização de encontros e da inserção ativa em instâncias de participação social, tanto no estado quanto em âmbito nacional. Esse movimento não apenas recolocou a Rede em cena, mas também a vinculou a disputas políticas mais amplas do campo cultural, nas quais a evocação do mote “o MinC voltou” simbolizou a recomposição de uma hegemonia discursiva assentada em antagonismo ao governo anterior.

Nesse contexto, a LPG (e, posteriormente, a PNAB) foi(ram) significada(s) como dispositivo(s) que reabriu(iram) disputas pelos sentidos de cultura e de organização. De um lado, emergiram concepções desenvolvimentistas, que atribuem à cultura função estratégica na economia; de outro, ganharam força sentidos ampliados de cultura, ligados às práticas comunitárias, populares e não mercantilizadas. A Rede-SC, articulando-se a partir da lógica do “fazer com e não para”, reivindicou maior descentralização e democratização dos recursos, tensionando as formas hegemônicas de gestão e propondo arranjos coletivos nos processos concorrenciais. Isso será retomado em seguida para justificar a fratura dos recortes analíticos. Ante ao exposto é que se pode justificar a afirmação anteriormente realizada de que o processo de rearticulação da Rede não se deu apenas como reorganização administrativa, mas como expressão da dinâmica política do campo da cultura, em que antagonismos, equivalências e disputas revelaram a precariedade e a instabilidade próprias dos processos de institucionalização da PNCV.

6.3.2 O deslocamento e as novas fronteiras de antagonismo estabelecidas nos Processos de Articulação da Rede-SC no contexto da implementação do primeiro ciclo da PNAB

O segundo recorte analítico da pesquisa se caracteriza a partir da ocorrência de um **deslocamento** importante no processo de articulação da Rede-SC durante o período de observações da pesquisa de campo. Conforme já destacado, a partir desse deslocamento, observou-se a formulação de um discurso de resistência e de reapropriação da PNCV. Nessa reconfiguração, dois significantes assumem posição central: **cultura de base comunitária e gestão compartilhada**, ambos historicamente vinculados às disputas no âmbito da PNCV e **reativados** no período em análise. O primeiro passa a operar como ponto nodal no interior da Rede-SC, articulando posições diferenciais dos ponteiros em cadeias de equivalência e, simultaneamente, delimitando fronteiras do que é considerado, ‘de fato’, um Ponto de Cultura. Já os embates com os entes da administração pública, intensificados após a divulgação dos resultados dos editais estaduais PNAB/PNCV, foram incorporados ao discurso da Rede-SC mediante um esvaziamento do significante *gestão compartilhada*, permitindo que dissidências entre novos e antigos Pontos de Cultura em relação às práticas estatais fossem articuladas em uma relação de equivalência.

Mendonça (2014) assevera que a ideia de deslocamento é utilizada para significar os momentos nos quais um discurso entra em ‘crise’, sendo colocado em xeque, contestado, contraposto. “Ele ocorre justamente quando a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação” (GONSALVES, 2023, p. 134). Conforme aponta Gonçalves (2023, p. 180):

Se há deslocamento, é porque há sujeitos afetados. Sendo o deslocamento, o momento em que o discurso enfrenta uma crise, desarticulando a estrutura social; e [sendo] os afetos, justamente, o momento da passagem de um estado para outro, podemos inferir que o deslocamento é o momento privilegiado de manifestação dos afetos.

Glynos e Howarth (2007) propõem que as explicações críticas fundadas na ‘retrodução’ devem reconstituir as condições de possibilidade que tornam práticas inteligíveis (aceitáveis, desejáveis, odiáveis, etc.) em contextos específicos. Pelo menos, três condições da possibilidade do deslocamento identificadas merecem destaque na análise (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Essas condições remetem ao vínculo político entre os dois recortes de pesquisa analisados: todas elas se constituem a partir dos desdobramentos dos processos articulatórios do recorte anterior.

Uma primeira condição foi o processo no qual os Pontos de Cultura de diversas regiões do estado conseguem retomar suas atividades a partir dos recursos recebidos na LPG.

Isso se somou à reabertura dos trâmites de credenciamento simplificado de Pontos de Cultura no MinC, provocando uma expansão do quantitativo de coletivos credenciados na PNCV ativos no estado e de coletivos (credenciados, ou não) envolvidos no processo articulatório analisado. Neste cenário, o acesso dos ponteiros aos recursos emergenciais se deu, em especial, através dos editais municipais, o que possibilitou a retomada de atividades de Pontos de Cultura situados fora do ‘eixo litorâneo’ e/ou dos grandes municípios do estado.

A segunda condição da possibilidade do deslocamento provém do acúmulo dos resultados, avanços, derrotas e conquistas das estratégias de articulação observadas no período anterior. Em parte, tais resultados contribuíram para o acesso de ponteiros aos recursos dos editais da LPG, na medida em que a atuação política da Rede-SC disputou medidas para a descentralização, a desconcentração e a democratização dos recursos junto a gestões municipais e estaduais e nos espaços de deliberação da sociedade civil. Para mais, a ocupação de espaços estratégicos - como o CCSC - constituiu um alinhamento pouco comum a nível nacional entre os processos de articulação da Rede-SC e os processos de coletivos relacionados a outras políticas públicas. Entre as evidências desse alinhamento estão as ações de formação realizadas em parceria pelas equipes do CCSC e do Pontão Catarina e voltadas aos editais estaduais Conexão Cultural e de Premiação para Pontos de Cultura da FCC (COMITÊ DE CULTURA SC, 2024a, 2024b). Talvez o elemento mais importante dessa trajetória de acúmulos sejam as dissidências e tensões não resolvidas durante o processo de implementação da LPG, as quais foram se acumulando enquanto elementos dispersos até encontrarem uma nova relação de equivalência a partir do momento do deslocamento em voga.

Por fim, uma terceira condição de possibilidade do movimento que originou o segundo recorte da pesquisa foi a conquista da garantia de recursos da PNAB para o PNCV. Instituída ainda no ano de 2023, através da Portaria do MinC nº 80, de 27 de outubro, e significada por ponteiros do estado enquanto uma importante conquista, a portaria aparece como uma das chaves para a compreensão dos processos articulatórios e das disputas por sentidos de organização e cultura protagonizadas por representantes de Pontos de Cultura do estado de Santa Catarina. A portaria estabeleceu através do § 2º do seu artigo 17 que era “vedado ao ente federativo impedir a participação em seus editais de entidades e coletivos que ainda não sejam certificadas como Pontos ou Pontões de Cultura” (BRASIL, 2023q, *online*). O § 3º do artigo 17, complementa esse direcionamento, dispondo:

os editais deverão prever expressamente a possibilidade de certificação como Ponto ou Pontão de cultura das entidades e coletivos culturais classificados pelas comissões julgadoras, sem necessidade de nova análise da Comissão de Certificação

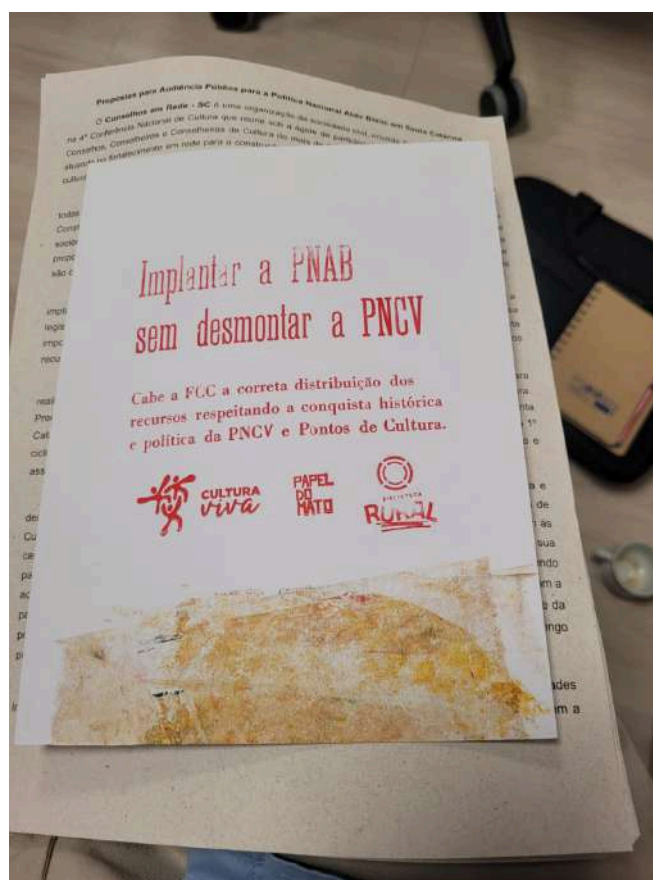
Simplificada de Pontos e Pontões de Cultura, desde que adotadas as minutas de editais padronizadas disponibilizadas pelo Ministério da Cultura. (BRASIL, 2023q, *online*).

Na prática, a medida atribuiu às gestões estaduais e municipais - muitas das quais não tinham, sequer, conhecimento da PNCV - a tarefa de credenciamento de novos Pontos de Cultura originalmente atribuída à Comissão de Certificação Simplificada de Pontos e Pontões de Cultura¹³⁸ em um contexto de investimentos e de expectativa de expansão inéditos na política. Essa decisão foi um marco significativo para os processos de articulação da Rede-SC que ocorreram em 2024. É no cenário das disputas pelos recursos reservados à PNCV que se constitui uma arena na qual os distintos sentidos de cultura articulados durante o processo de implementação da LPG confrontam-se como antagônicos na implementação da PNAB.

Por fim, a contingência que pode ser mais diretamente relacionada ao movimento articulatório identificado foi a publicação dos resultados da etapa de habilitação dos editais estaduais PNAB/PNCV, na qual mais de 100 pontos de cultura foram considerados inabilitados. É especialmente a partir deste evento que a PNAB passa a ser compreendida enquanto ameaça à Rede-SC, evidenciando um espaço de dissolução da sutura discursiva que manteve distintos sentidos de cultura em uma relação de equivalência. É a partir deste ponto também que se observa uma expansão do processo articulatório da Rede-SC, o qual passa a envolver um número considerável de novos pontos que vinham sendo credenciados na PNCV e de outros coletivos culturais. A Figura 25 ilustra um material distribuído na audiência pública da PNAB, realizada em maio de 2025, que ilustra essa guinada na compreensão da PNAB, na qual uma conquista anteriormente celebrada (a reserva de recursos) passa a ser encarada enquanto ameaçadora para a PNCV.

¹³⁸ A Comissão de Certificação Simplificada de Pontos e Pontões de Cultura é uma instância de gestão compartilhada composta por 60 membros, distribuídos de forma paritária entre representantes governamentais e representantes da sociedade civil

Figura 25 - Material distribuído na Audiência Pública sobre a PNAB na ALESC do dia 13 de maio de 2025: ‘Implementar a PNAB sem desmontar a PNCV’



Fonte: arquivo pessoal

Nesse cenário, conforme já apontado, a Rede-SC estruturou suas práticas em torno do significante **cultura de base comunitária**. Este significante teve um papel estruturante no processo articulatório da Rede-SC, funcionando tanto como princípio de unificação quanto como dispositivo que estabeleceu os critérios de pertencimento e, conseqüentemente, os limites do processo articulatório. A partir desse marco, consolidou-se uma equivalência entre Pontos de Cultura até então pouco articulados à Rede-SC. Isso reforçou a identidade política e diferenciou a Rede-SC de outros coletivos culturais do estado. Os trechos abaixo ajudam a ilustrar os sentidos atribuídos à ideia de cultura de base comunitária:

1 - [é aquela] que implica, que envolve as pessoas no fazer das suas comunidades, que atende às questões das comunidades. Você pode não morar lá, mas você está lá, você cria laços afetivos, você cria laços de comunidade, como o próprio nome já diz. Isso também leva a laços econômicos, de trabalho, enfim. Mas o importante é que você estabelece um processo de fruição de vida! Aí é um trabalho comunitário de fato, e isso é Ponto de Cultura. (COMITÊ DE CULTURA SC, 2024a, *online*).

2 - A cultura de base comunitária é, sobretudo, coletiva, a gente está tratando de comunidades. Comunidade numa definição ampla da palavra. Não estamos tratando de projetos individuais ou individualizados, estamos tratando de projetos comunitários, que vão trabalhar horizontes e sonhos comuns, utopias coletivas, e

isso é importante de ficar marcado. E pra isso é necessário que haja um trabalho em rede, um fortalecimento do trabalho em rede (COMITÊ DE CULTURA SC, 2025a, online).

3 - *Tem gente que é certificado e não tem essa cara de ponto, e tem gente que não é certificado e é ponto de cultura. Raça e na coragem total, com um exemplo que eu posso dar, eu posso estar falando errado, mas eu acredito que é isso mesmo. Tipo, a Batalha da Armação, né? Batalha de rima da Armação, que a Manjami participa, ela faz as funções lá. Não é um ponto cultural certificado, né? Mas, tipo, cara, atua como ponto de cultura, né* (LUCAS, entrevistado).

É preciso chamar a atenção para alguns elementos bastante importantes presentes nas falas para fins da presente análise. Primeiro, a ideia de cultura de base comunitária articula uma ampla gama de práticas e fazeres culturais, inserindo-se no âmbito da disputa histórica do PNCV por um sentido mais amplo de cultura. Segundo, essa compreensão estabelece contornos organizacionais bastante nítidos para o que pode ser considerado um Ponto de Cultura. As ideias de horizontalidade, coletividade, afetividade, trabalho em rede, ‘fazer com e não fazer para’, e engajamento comunitário implicam num tensionamento bastante evidente com as concepções hegemônicas de organização (BOHM, 2006; PARKER, 2002). O envolvimento comunitário no processo produtivo do fazer artístico implica em um fazer que desloca os pontos de fixação dos sentidos dominantes de organização da produção cultural.

Terceiro, o significante não apenas agregou coletivos diversos sob a lógica do “fazer com e não fazer para”, mas também traçou limites organizacionais fundamentais: não são considerados Pontos de Cultura organizações que seguem a lógica hegemônica do organizar - empresariais, secretarias municipais, entidades de caráter assistencialista, etc.. A fala abaixo, proferida pelo coordenador do Pontão Catarina no III Fórum de Pontos de Cultura e Santa Catarina ajuda a ilustrar esse recorte:

Eles prestam um serviço cultural, eles fazem para a sociedade e eles ganham muita grana no processo. Não existe um processo comunitário de fato! O Teatro Carlos Gomes foi ponto de cultura. A Univali foi Ponto de Cultura. A UNESCO é ponto de cultura, uma universidade. Então quando a gente fala desse lugar que eles não deveriam ser [Pontos de Cultura], é porque nós entendemos - como movimento de base comunitária - que essas pessoas são muito diferentes de nós. No entanto, a legislação não veta. Se ele consegue aprovar o portfólio e responder as perguntas, o processo de certificação [na PNCV] é o mesmo.

À luz da discussão lacaniana do Outro e da lógica fantasmática em Glynos e Howarth, é possível ler esse processo articulatório como uma cena na qual a rede projeta um **Outro** que encarna o obstáculo - o concorrente “externo à rede”, “o pessoal que está de olho também” - e, ao fazê-lo, confere direção e energia ao engajamento coletivo (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Por essas lentes, a fantasia não é entendida como um “erro cognitivo”, mas a moldura das operações de significação que mantém a radical contingência das práticas em segundo plano, explicando ao mesmo tempo uma aderência às rotinas (inércia) e a abertura inequívoca à possibilidade de novos pontos de fixação e ancoragem (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Mesmo quando o adversário esperado não comparece, a cena fantasmática persiste: o Outro permanece pressuposto como instância simbólica ‘faltante’, cuja própria ausência funciona como confirmação da ameaça e do dever de vigilância; é a lógica do gozo (*jouissance*) que estrutura o relato - tanto pela promessa de plenitude (“rearticular a rede”) quanto pela denúncia do obstáculo que a bloqueia (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Ao instituir uma fronteira equivalencial (“nós” que rearticulamos a PNCV) contra um Outro que poderia ocupar o espaço, os ponteiros estabilizaram, a partir da reativação de sentidos do PNCV, identidades e justificativas para ampliar o comitê gestor, multiplicar alianças e submeter um único projeto possível ao edital de Pontão de Cultura, deslocando diferenças internas sem suprimi-las (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Nesse sentido, o diagnóstico dos ponteiros acerca dos limites do próprio processo articulatório parece ter sido um dos fatores a orientar a estratégia política da Rede-SC. Conforme relato do coordenador do projeto em encontro de alinhamento da equipe do Pontão Catarina realizado em agosto de 2025 no Ponto de Cultura Biblioteca Rural, em Rodeio (SC), percebeu-se que a rede era muito branca, masculina, heterossexual e concentrada no litoral catarinense. No âmbito do marco de descentralização e expansão dos processos articulatórios da Rede-SC, observados a partir de 2025, um segundo significante muito importante neste processo foi a ideia de **gestão compartilhada**. Por um lado, ao ser acionada, permitiu articular demandas diversas, desde os conflitos sobre inabilitação de projetos até as críticas aos processos de avaliação conduzidos pela Fundação Catarinense de Cultura. Nesse caso, a gestão compartilhada operou como horizonte normativo capaz de tensionar práticas estatais e, ao mesmo tempo, de oferecer respostas institucionais, como a criação de departamentos específicos para o Cultura Viva.

Por outro lado, o significante *gestão compartilhada* também assumiu a representação de um conjunto de práticas organizacionais que caracterizam a própria dinâmica da Rede-SC e dos Pontos de Cultura. Entre elas, destacou-se: a ênfase na **presença física**, compreendida como prática de resistência; a busca pela **subversão da lógica competitiva dos editais**, elaborando projetos coletivos e estratégias de atuação em unidade para transformar disputas concorrenciais em processos de equivalência e cooperação; a ênfase nas **dinâmicas de mobilização de afetos**, que operaram tanto na criação de vínculos de solidariedade e reciprocidade quanto na construção de um sentimento de pertença. Além disso, a **horizontalidade** das relações internas foi constantemente reivindicada como princípio organizacional, manifestando-se em pactuações, repactuações e no esforço contínuo de escuta e inclusão das vozes historicamente marginalizadas. Nesse sentido, a gestão compartilhada

materializou-se não apenas como um horizonte normativo, mas como um princípio que orienta e dá forma às práticas cotidianas de articulação política da Rede-SC. As mini-teias, enquanto encontros voltados à articulação, expressaram também o encontro dessas estratégias.

Refletindo sobre o conceito de organizações culturais, Parada, Dellagnelo e Will (2016, p. 195) asseveram que existem “evidências significativas de que os padrões das organizações são muito variados” no campo da cultura. Versam os autores (2016, p. 195) que parcela significativa dessa diversidade ainda carece “da existência e do benefício de uma teoria articulada” e que, nesse sentido, dimensões como gestão e/ou liderança “acabam por serem normalmente praticadas de forma inconsciente, sem um exame minucioso por parte das pessoas” que compõem essas organizações. De acordo com os autores (2016), uma parcela significativa das organizações culturais se orienta por padrões organizacionais que seguem a natureza do fazer artístico em torno dos quais emergem.

Uma das evidências mais imediatas dessa constatação reside no fato de que as organizações culturais frequentemente assumem formas tais como: coletivos, associações, grupos, cooperativas, movimentos, etc. Formas de organização do campo da cultura vêm sendo categorizadas na literatura enquanto, autogestionárias (VECCHIO, 2007), de resistência, (BARCELLOS; DELLAGNELO; SALLES, 2014; GAMEIRO; MENEZES; CARVALHO, 2003; NASCIMENTO, 2021), alternativas (PARADA; DELLAGNELO; WILL, 2016; VAN NEUTGEM, 2018) ou que refletem aquilo que Guerreiro Ramos define como isonomias e fenonomias (PARADA, 2016).

A revisão da obra dos autores que tratam da temática, indica que, entre as principais características associadas a essas formas organizacionais, inclui-se: a informalidade, horizontalidade e a tomada de decisão por consenso; a divisão de trabalhos mínima ou *ad hoc*; o permanente conflito entre as racionalidades substantiva e instrumental, a flexibilidade e a efemeridade; a orientação segundo valores democráticos e inclusivos; uma primazia da autonomia e da autodeterminação dos sujeitos; o voluntarismo; as articulações em rede; a associação ao interesse público; a produção de bens e valores que constituem identidades pessoais e coletivas; e a primazia pela dimensão do encontro, da reunião e do ‘choque’ entre as pessoas e grupos (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014; FLACH; ANTONELLO, 2001; GAMEIRO; MENEZES; CARVALHO, 2003; HOFFMANN, et al., 2009; HOLANDA, 2010; MENDER, 2005; NASCIMENTO, 2021; PARADA; DELLAGNELO; WILL, 2016; VAN NEUTGEM, 2018; VECCHIO, 2007).

No âmbito da Rede-SC o conjunto de práticas que expressam as ideias e sentidos de organização alternativa na literatura dos EOR são, frequentemente, representados a partir dos

significantes ‘cultura de base comunitária’ e ‘gestão compartilhada’. É a partir dessas representações que uma miríade de práticas e processos de organização estabeleceram a sutura de sua relação equivalencial contingente (LACLAU; MOUFFE, 2015a). Os marcos organizacionais da relação de antagonismo com a concepção dominante de organização, ainda que muitas vezes implícitos, são bastante evidentes a partir de uma perspectiva situada desde os EOR. Isso corrobora com o argumento desta tese, de que a PNCV se constitui como espaço de uma disputa contra-hegemônica pelos sentidos do organizar e da organização.

Retornando ao processo de implementação da PNAB, no âmbito da aplicação dos recursos relativos à PNCV, o deslocamento observado evidenciou de forma contundente as tensões entre duas compreensões antagonicas: de um lado, a **cultura de base comunitária**, sustentada por práticas organizacionais que privilegiam a horizontalidade, a reciprocidade, o engajamento comunitário e a centralidade dos afetos; de outro, a compreensão **desenvolvimentista de cultura**, associada à ideia de setor produtivo, à mercantilização das linguagens artísticas e à ênfase na cultura como vetor econômico. Essas visões, embora tenham convivido de forma tensa em momentos de equivalência discursiva no contexto da LPG, colidiram de maneira mais evidente durante a operacionalização da PNAB, quando a distribuição dos recursos explicitou as fronteiras de cada concepção.

Nesse cenário, as críticas da Rede-SC à “**editalização**” da política cultural ganharam força. A percepção de que os editais impõem barreiras de acesso, reforçam a lógica competitiva e reiteram uma visão meritocrática de distribuição de recursos aproximou diferentes coletivos em torno da defesa de formatos mais democráticos e inclusivos de fomento. A aposta em processos coletivos, na elaboração conjunta de projetos e na tentativa de subverter a lógica concorrencial expressou uma prática de resistência que reafirma a cultura de base comunitária como horizonte. Os editais passaram a ser vistos não apenas como instrumentos burocráticos de seleção, mas como dispositivos que reproduzem desigualdades e limitam a pluralidade cultural ao privilegiar organizações mais estruturadas, em detrimento de coletivos periféricos, informais e populares. A Figura 26 ilustra um dos lambs distribuídos no III Fórum da Rede de Pontos de Cultura de SC, no qual essa perspectiva pode ser auferida.

Figura 26 - Foto de lamb distribuído no III Fórum dos Pontos de Cultura de Santa Catarina:
‘Cultura é identidade não competição’



Fonte: arquivo pessoa

O fechamento dessa análise permite sustentar que a PNAB, ao mesmo tempo em que ampliou os recursos para o campo da cultura, produziu fissuras nas suturas discursivas que haviam permitido a convivência de concepções distintas no interior da Rede-SC. A disputa entre a perspectiva desenvolvimentista e a comunitária não se resolve, mas se reinscreve em novas fronteiras de antagonismo. Nesse processo, cultura de base comunitária e gestão compartilhada reafirmaram-se como significantes estruturantes da Rede-SC, ao mesmo tempo em que revelaram a precariedade e a instabilidade de toda formação hegemônica. A rearticulação em torno desses eixos, tensionada pelas críticas à editalização e à competitividade meritocrática, evidencia o caráter político dos processos de institucionalização da PNCV analisados, nos quais a luta por sentidos de cultura e de organização permanece aberta, instável e permanentemente em disputa.

Encerrando o capítulo, torna-se possível sustentar que o processo de rearticulação da Rede-SC não foi um mero retorno da política, mas o efeito de uma disputa hegemônica que reordenou fronteiras simbólicas no campo da cultura. O discurso de “reconstrução” do Ministério - condensado no mote “O MinC voltou” - operou como ponto de amarração capaz de costurar, ainda que precariamente, expectativas e investimentos afetivos, ao mesmo tempo em que reposicionou antagonismos e ofereceu gramática de ação para coletivos heterogêneos no estado que se articula em oposição às práticas do governo Bolsonaro. Nessa chave, o Ministério funcionou como referência estruturante, ao articular demandas dispersas e instituir um horizonte de recomposição institucional que se materializou na implementação da LPG e na ativação de canais de participação, mas cuja unidade permaneceu instável e continuamente disputada.

O primeiro recorte analítico mostrou como essa sutura provisória impulsionou a retomada de práticas e instâncias de organização (grupos de mensagens, reuniões, comitês, oitivas), reposicionando a Rede-SC dentro de arenas decisórias e de deliberação pública. Tal retomada, ancorada na agenda da LPG, evidenciou o caráter politicamente orientado da rearticulação - efeito e motor da recomposição do campo, simultaneamente - e expôs as fraturas entre uma leitura **desenvolvimentista** da cultura (com centralidade setorial e ênfase econômico-produtiva) e leituras reivindicatórias de **descentralização**, **democratização** e **desconcentração** do acesso aos recursos, reativando o sentido ampliado de cultura disputado historicamente pela PNCV.

O segundo recorte evidenciou o **deslocamento**: à medida que a PNAB avançou, sobretudo na etapa de habilitação dos editais PNAB/PNCV, a antiga equivalência entre concepções distintas de cultura rompeu-se, e a política passou a ser significada por amplos segmentos da Rede-SC como ameaça à própria PNCV. A partir daí, condensaram-se dois significantes em torno dos quais a Rede reorganizou suas intervenções: **cultura de base comunitária** (operando como ponto nodal que unifica identidades e, simultaneamente, delimita critérios de pertencimento) e **gestão compartilhada** (funcionando como horizonte normativo e exigência procedimental frente às práticas estatais e como representação das práticas alternativas de organização e gestão inerentes ao fazer artístico e cultural dos Pontos de Cultura). Esse duplo movimento reativou memórias políticas do PNCV, articulou dissidências de novos e antigos Pontos de Cultura em cadeias de equivalência e reencenou os limites do discurso da Rede - agora traçados contra a “editalização” percebida como meritocrática, excludente e pouco permeável às formas organizacionais comunitárias.

Nesse percurso, as **práticas organizacionais** da Rede-SC (presença física como resistência; subversão da lógica competitiva por meio de projetos coletivos; mobilização de afetos para sustentar cooperação; horizontalização de decisões com pactuações reiteradas) foram, ao mesmo tempo, meio de construção e de orientação da disputa política - quer seja pela forma dos dispositivos (formulários, critérios, instâncias de avaliação), quer seja em outros espaços nos quais os pressupostos hegemônicos de organização e de gestão pública se fizeram presentes. Tais práticas demonstraram capacidade de ocupar espaços considerados estratégicos, ainda que com custos e assimetrias internas, e se voltaram a transformar concursos em cooperação, deslocando diferenças entre ponteiras e ponteiros.

Por fim, os editais estaduais de 2024 PNAB/PNCV cristalizaram o paradoxo: avanços normativos e indicadores de inclusão conviveram com limites institucionais e políticos (frágil aderência às demandas comunitárias, procedimentos de habilitação excludentes, participação social esvaziada), reforçando a crítica à **editalização** como mecanismo que reintroduz filtros meritocráticos e tecnicistas, em descompasso com a promessa de democratização da política como um todo. A decisão de admitir proponentes sem credenciamento prévio na PNCV, por exemplo, foi lida pela Rede-SC como enfraquecimento do sentido comunitário e da trajetória orgânica da política, ao mesmo tempo em que explicitou a distância entre retórica e operacionalização da descentralização e da democratização.

Em termos teórico-analíticos, o Capítulo 6 demonstra que a **institucionalização**, longe de ser um processo linear ou consensual, é atravessada por tensões constitutivas: ora agregando diferenças sob pontos nodais contingentes, ora reabrindo antagonismos quando dispositivos e rotinas de gestão estabilizam exclusões. Nesse vaivém, a Rede-SC exibiu uma “primazia do político” na organização do fazer cultural: ao reativar significantes históricos do PNCV e ao operar por equivalências e diferenças, conseguiu simultaneamente ampliar o repertório de pertencimento e disputar a forma da política pública, inclusive forçando respostas institucionais (novas áreas, departamentos, ajustes de critérios).

Assim, o capítulo sustenta três proposições: a) a recomposição hegemônica em torno da LPG foi condição de possibilidade para a rearticulação da Rede-SC, mas não suprimiu as zonas de indeterminação que alimentam disputa pela PNCV; b) o deslocamento do processo articulatório, durante a implementação da PNAB, expôs as fronteiras do possível ao recolocar, no centro, cultura de base comunitária e gestão compartilhada como critérios de pertencimento e de avaliação das práticas estatais; e c) a crítica à editalização e à competitividade meritocrática evidencia que as concepções e sentidos de cultura articulados

durante o processo de implementação da LPG, tornam-se irreconciliáveis no âmbito dos processos de implementação relativos à PNCV na PNAB.

Por fim, destaca-se que democratizar recursos requer democratizar também as formas de organizar, avaliar e decidir; ou seja, transformar dispositivos, temporalidades e linguagens de gestão para acolher o fazer com que caracteriza a cultura de base comunitária. Ao explicitar o nexo entre práticas articulatórias e formatos institucionais, o Capítulo 6 prepara o terreno para o debate subsequente: como, e até que ponto, esses embates reconfiguram o processo de institucionalização do campo, quais dispositivos se mostram capazes de sustentar inclusões duráveis e que limites persistem quando o conflito é administrado como exceção, e não como dimensão constitutiva da política cultural.

7. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL CULTURA VIVA NO CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LPG E DA PNAB: ENCANTAMENTO E RESISTÊNCIA

Este capítulo apresenta as reflexões finais do trabalho de tese, buscando explorar como o fenômeno da articulação da Rede-SC contribui para a compreensão dos processos de institucionalização da PNCV no contexto de implementação da LPG e da PNAB. Nos capítulos anteriores, defendi a ideia de que a disputa pela ampliação do sentido de cultura, histórica no âmbito da PNCV, tensiona a concepção hegemônica de organização na administração pública brasileira e que, nos processos articulatórios da Rede-SC analisados, a reativação dos significantes ‘base comunitária’ e ‘gestão compartilhada’ possibilitou a sutura de um conjunto de tensionamentos bastante diversos que emergiram em contraposição a essa concepção dominante do organizar.

Se faz necessário ainda discorrer sobre como a experiência analisada contribuiu para consolidar o argumento central da proposição teórica desta tese, quer seja: a de que *os processos de institucionalização são processos articulatórios, precários e contingentes, permeados por tensionamentos e antagonismos e constituídos através de sedimentações e reativações que, respectivamente, inscrevem sentidos fixados na arena das disputas políticas nas práticas sociais e (re)inscrevem sentidos anteriormente fixados nas práticas sociais no âmbito da arena das disputas políticas.*

Um ponto de partida interessante para desenvolver essa reflexão é o reconhecimento de que o percurso analítico desta tese nos coloca diante de um paradoxo ou de uma aparente contradição: como sustentar que uma política nacional consolidada, com 20 anos de trajetória, como a PNCV, possa operar, ainda hoje, como um ‘vetor’ contra-hegemônico? Em termos gramscianos, isso pode soar como impossibilidade, imprecisão, ou incoerência. Não obstante, trata-se de uma ‘impossibilidade’ com lastro histórico nas disputas políticas do campo da cultura no Brasil. Dessa forma, o caráter contra-hegemônico da PNCV vem sendo reconhecido em estudos e pesquisas há algum tempo (MELO, 2021; BRIZUELA, 2022; CANCLINI, 2015). Ainda assim, na ausência de um debate mais profundo acerca da questão, certa inquietude axiológica permanece em suspenso - não seria a construção de uma política nacional, afinal, o resultado de um equilíbrio de posições? Em que medida pode-se pensar esse equilíbrio como a hegemonização de um programa que se consolida em política nacional e, posteriormente garante uma reserva de recursos *sui generis* na PNAB?

A resposta proposta aqui desloca o foco do “dispositivo” para as práticas articulatórias que o (re)produzem e o disputam. A força contra-hegemônica não reside na norma em si, na conquista da lei em si; mas no trabalho de redes de sociedade civil - no caso analisado, a Rede-SC - que disputam sentidos de organização e cultura e, ao fazê-lo, mantêm aberta a contingência do campo (LACLAU; MOUFFE, 2015a; LACLAU, 2011). Conforme discorre Calabre (*apud* ENECULT, 2025, *online*):

as redes e as articulações do Cultura Viva foram fundamentais em vários momentos de crise política. Seja a própria mobilização da rede para a construção de uma política nacional. Ele passa de um programa de 10 anos para uma política nacional em 2014. Seja em 2016 no momento do movimento Fica MinC, da primeira crise política e da primeira extrusão que o ministério enfrenta quando da sua ruptura. Seja na luta pela sobrevivência dos trabalhadores da cultura durante a pandemia. Então o papel social do programa, os ‘ativamentos’ que ele provocou ao longo desses tempos, de alguma maneira, se refletem na forma como ele é olhado pelos estudos acadêmicos.

Essa concepção também se alinha à perspectiva dos próprios ponteiros, muitos dos quais compreendem-se como parte de um movimento social, ou de um ‘proto’ movimento social, como tenho insistido em ressaltar. Conforme Gilson Máximo, coordenador do Pontão Catarina, mencionou durante o primeiro dia de realização da Mini-Teia Sul/Gde. Florianópolis em Criciúma, *“a lei não garante nada”*. Essa fala foi seguida por uma dinâmica na qual um dos grupos responsáveis por montar frases sobre a trajetória da PNCV elaborou e apresentou ao coletivo o seguinte dizer: *“por muito tempo lutamos por uma lei, agora temos uma lei para lutar”*. Em termos da Teoria do Discurso Político (TDP), trata-se de mostrar que a hegemonia é sempre precária e que aquilo que aparece como ‘instituído’ é uma fixação parcial sujeita a reativações, deslocamentos e rearticulações (LACLAU; MOUFFE, 2015a; LACLAU, 2011).

Por este prisma, em meu entender, o paradoxo se desfaz: uma política pode sedimentar-se institucionalmente e, ao mesmo tempo, permanecer como terreno de antagonismo e equivalência. O caráter contra-hegemônico emerge dos processos de articulação de coletivos que, neste terreno, se provaram capazes de sedimentar e reativar sentidos, repolitizar rotinas e transformar ‘regras’ ou acordos anteriores em momentos de disputa no recorte observado. Isso pôde ser visto no ciclo recente de recomposição do campo - da LPG à PNAB - quando lógicas de equivalência costuraram demandas heterogêneas (descentralização, cidadania cultural, reconstrução do MinC) e lógicas de diferença reabriram fraturas (LACLAU, 2011; NASCIMENTO, 2021).

Tal entendimento não implica em desconsiderar o caráter inovador da PNCV, que constitui um ponto de inflexão na construção das políticas culturais no Brasil. Implica apenas em reconhecer a disputa pelos sentidos de alguns dos significantes que a PNCV introduz

como um marco importante para processos articulatórios do campo da cultura e, portanto, para a compreensão dos processos de institucionalização deste mesmo campo em sentido amplo. Na mesa temática ‘Entre redes e resistências: a pesquisa das políticas Cultura Viva’, que compôs a programação do 21º Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado em Salvador em agosto de 2025, arguiu-se que a “PNCV propôs deslocamentos importantes: do financiamento estatal para o fomento direto; da centralidade institucional para a potência das ruas, da cultura como espetáculo ou produto para a cultura como experiência, memória e reinvenção cotidiana” (ENECULT, 2025, *online*).

Para os debatedores da referida mesa, a política inaugurou um processo de disputa por diversos sentidos, entre os quais foram citados o de cultura, o de cidadania, o de política pública e o de desenvolvimento (ENECULT, 2025). No bojo deste reconhecimento, o presente trabalho propõe uma contribuição bastante modesta e evidente a partir da análise da experiência da Rede-SC, quer seja, a de ‘adicionar’ ao rol de embates, **a disputa pelo sentido de organização**. A análise empreendida evidenciou que a Rede-SC operou como espaço de articulação que transformou identidades e fronteiras no campo ao enlaçar ponteiros, gestores, fóruns, comitês, pontões e outros coletivos em disputas que reativaram politicamente a concepção hegemônica de organização sedimentada em práticas da administração pública de Santa Catarina, pondo-a em questionamento. A partir das disputas em torno da PNCV, foram observadas conquistas importantes no período da pesquisa de campo.

A nível nacional, destaca-se a consolidação da reserva de valores da PNAB para a PNCV (Portaria MinC nº 80/2023), que fixou um piso de 10% para estados e 25% para municípios com repasses a partir de R\$360 mil, configurando um ganho histórico para o Cultura Viva. Apesar de pontos de fricção na operacionalização - minutas de editais que reintroduziam léxicos gerencialistas (‘capacidade gerencial’, ‘qualidade técnica’) e a transferência do credenciamento para entes subnacionais -, a reserva foi celebrada nos espaços de participação social e, no campo, tornou-se pouco contestada como princípio de justiça distributiva (BRASIL, 2023q). Para além disso, a Portaria MinC nº 206/2025 (BRASIL, 2025b), editada no calor das críticas e aprendizados do primeiro ciclo, reorganizou os instrumentos do Cultura Viva dentro da PNAB (Termos de Compromisso para Pontos e Pontões; premiações; bolsas; apoio a fóruns/teias) e introduziu percentuais mínimos e escalas regionais para pontões - respondendo a demandas da sociedade civil e de redes estaduais, inclusive a Rede-SC (BRASIL, 2025b). Tais diretrizes são um avanço porque alinham a execução ao desenho organizacional da PNCV e reafirmam “rede” como critério substantivo de política (e não mero arranjo operacional).

No âmbito estadual, observaram-se avanços importantes relacionados à movimentação política dos membros da Rede-SC. Na implementação da LPG, destaca-se: a inclusão explícita dos pontos de cultura entre possíveis beneficiários dos editais; a conquista da não-obrigatoriedade de apresentação de comprovante de residência, a qual beneficiou coletivos e artistas nômades; a flexibilização dos critérios de participação em editais relativos aos recursos do audiovisual; e a sensibilização de diversas prefeituras municipais para a importância de fundamentação dos editais nos novos marcos do fomento à cultura. No âmbito do processo de implementação da PNAB, observou-se que a FCC introduziu medidas específicas para o Cultura Viva no seu segundo ciclo de implementação: criação de departamento específico para cuidar das questões pertinentes à política; lançamento de editais estaduais para o estabelecimento de Termos de Compromisso Cultural junto a Pontos de Cultura já credenciados, e verba específica para a realização de uma Teia estadual, todas medidas que contemplam as reivindicações da Rede-SC no primeiro ciclo.

Para mais, cerca de 30 municípios de Santa Catarina que não tinham obrigatoriedade de execução de recursos para a PNCV lançaram editais da PNAB para fomento à Cultura Viva. Pode-se afirmar que a reserva de recursos da PNAB para a PNCV foi muito pouco questionada ou debatida como princípio - um indicador de sedimentação da PNCV. Paradoxalmente, sua operacionalização, especialmente com a delegação de credenciamento a estados/municípios, reabriu fraturas: disputas sobre critérios, sentidos de “base comunitária” e riscos de recentralização tecnocrática. É nessa zona que a Rede-SC se rearticulou, conectando novos pontos, tensionando editais e exigindo coerência entre Cultura Viva e PNAB - um movimento típico de reativação que ‘repolitiza’ o instituído (BRASIL, 2023h; 2025g).

Estas conquistas foram resultados de disputa na qual a prática da rede confrontou lógicas meritocráticas, excludentes, gerencialistas e empresariais nos processos de implementação da LPG e da PNAB, bem como concepções desenvolvimentistas e neoliberais de cultura e das políticas públicas culturais. Confrontou processos de participação, avaliação, habilitação e concorrência verticalizados na mesma medida em que confrontou-se com as assimetrias de sua própria constituição. Assim, o enfrentamento com a concepção dominante de organização foi importante também na constante reconfiguração das práticas organizacionais que constituíram os encontros e ações da própria Rede-SC, tensionados pela orientação política da descentralização, desconcentração e regionalização. Assumir que este movimento se torna possível graças a um processo articulatório que é instável, precário e contingente não é o mesmo que assumir que este processo se dê de forma espontânea.

Compreender a dinâmica da hegemonia a partir da ontologia política do social “supõe um campo teórico dominado pela categoria de articulação” (LACLAU; MOUFFE, 2015a, p. 162). Assumir o caráter precário, parcial, afetivo e contingente de todo processo articulatório - desvinculando-o de toda determinação que se apresente como exterioridade - não se confunde com a ideia de que a hegemonia se forma ao acaso, como acontecimento, ou a partir da lógica do espontaneísmo. Ao contrário, é justamente a partir da prioridade do momento político que se pode conceber um espaço privilegiado para a discussão das estratégias de articulação das forças que disputam essa hegemonia. Nesta seara, abrem-se possibilidades de um exame de elementos estratégicos a partir de um viés não racionalista e não fundacionalista.

Daí que as estratégias de articulação da Rede-SC, especialmente aquelas mediadas pelo Pontão Catarina, voltadas à construção de espaços para encontros presenciais, à convivência, à criação de relações de afeto e de momentos de construção coletiva de saberes, sentidos, documentos e práticas, puderam ser analisadas, a partir da TDP, em suas dimensões fantasmática, política e social. A potência desta estratégia apareceu tanto no contexto da LPG, quanto no do primeiro ciclo da PNAB, quanto no do arranque do segundo ciclo desta política (força-tarefa de adesão, escutas ampliadas, acúmulos e reorientação de editais), indicando que a capacidade de articulação “desde baixo” foi decisiva para tensionar formatos, critérios e prioridades nos processos de institucionalização da PNCV no estado de Santa Catarina.

Partindo-se da análise da experiência de articulação da Rede-SC e das disputas protagonizadas por ponteiros nos processos de institucionalização da PNCV observados, pode-se tecer algumas reflexões mais gerais sobre os processos de institucionalização do campo da cultura no Brasil. Um primeiro ponto a ser salientado é o fato de que embora os elementos da chamada ‘pressão institucional’ - como normatizações, exigências burocráticas e a necessidade de conformação aos procedimentos legítimos para o Estado - sejam determinantes para muitas organizações que se credenciam na PNCV, a pesquisa mostrou que a articulação em rede em torno do significante “cultura de base comunitária” operou como espécie de ‘antídoto’ contra uma possível descaracterização da política no estado. Sabe-se que essa pressão tende a induzir práticas gerencialistas e formalistas que, em diversos momentos, ameaçam descaracterizar ou transformar os objetivos de coletivos culturais (GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2003; NOGUEIRA, 2007; PARADA, 2016; RODRIGUES; SILVA; DELLAGNELO, 2014; SOUZA; CARRIERI, 2011).

É nesse ponto que a articulação em rede assumiu papel decisivo no fenômeno observado: ao se articular em torno do ponto nodal cultura de base comunitária, construiu uma vigilância coletiva que combateu a neutralização do caráter político da PNCV, evocando

contingencialmente o antagonismo com relação à concepção dominante de organização. Assim, mais do que simples adequação institucional, o que se observou foi a emergência de uma prática de resistência que introduziu no processo de institucionalização valores da autonomia, da participação e da inclusão, funcionando como um contrapeso às ‘forças de descaracterização’ das organizações e coletivos articulados. A experiência analisada permite, assim, pensar as organizações da sociedade civil não apenas como beneficiárias ou parceiras na implementação de políticas públicas, mas como sujeitos que disputam sentidos, reconfiguram arranjos e constituem os processos de institucionalização.

Ao enfatizar que a institucionalização não se reduz a mecanismos de isomorfismo coercitivo, normativo ou mimético, mas se constitui como disputa discursiva em torno de significantes, esta tese contribui para repensar as limitações da teoria institucional no campo dos EOR. Em contraste com a tendência à reificação e ao apagamento do conflito identificada na literatura institucionalista (MUNIR, 2019; SUDDABY, 2014; VIEIRA; MISOCZKY, 2003), os achados evidenciam que práticas de redes da sociedade civil podem funcionar como arenas de produção de sentidos coletivos, abrindo fissuras no instituído e criando alternativas organizacionais que desafiam lógicas hegemônicas. Assim, os processos de institucionalização deixam de ser interpretados como estabilização progressiva e ‘quase’ linear de arranjos organizacionais e passam a ser compreendidos como sedimentação e reativação de sentidos em um campo de antagonismos, deslocamentos e resistências (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Um segundo ponto fundamental que emerge da análise e merece ser ressaltado é que, a partir das lentes da TDP, as fronteiras entre o institucional e o extra-institucional se tornam menos intransponíveis e mais borradas. Isso porque a institucionalização não é compreendida como algo externo ou separado da dinâmica política e discursiva, mas como resultado de disputas que atravessam tanto as estruturas estatais quanto os espaços autônomos da sociedade civil. A Rede-SC, em sua prática articulatória, jamais se limitou a ocupar espaços oferecidos pelo Estado, ainda que estes espaços tenham sido minuciosamente analisados e, sempre que possível, ocupados. Desta forma, incidindo nos dispositivos ‘duros’ da implementação sem abrir mão de disputar a criação de um imaginário coletivo junto aos Pontos de Cultura, a rede transformou as fronteiras do campo, redefinindo o possível no âmbito das políticas culturais. A pesquisa revelou a centralidade da sociedade civil nos processos de institucionalização das políticas estudadas, em especial, da PNCV, invertendo o olhar tradicional que a teoria institucional reserva às determinantes da institucionalização (BARBALHO, 2015a; RUBIM, 2008; DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019).

Um terceiro aspecto a ser explorado é que a mirada para os desafios da institucionalização do campo da cultura no Brasil ganham contornos distintos pela lente analítica utilizada. Desde a perspectiva tradicional dos EOR, o desafio do campo da cultura se apresenta sobretudo como o da superação de um estágio de não-institucionalização, de pré-institucionalização, de estruturação ou de institucionalização precária, ou seja, como a dificuldade de constituir estruturas estáveis e permanentes capazes de garantir previsibilidade às organizações. Já pela TDP, a institucionalização é compreendida como contingente, precária e instável por definição. Nesse quadro, os desafios do campo da cultura aparecem sob outra luz: não se trata apenas de construir sistemas estáveis (como o Sistema Nacional de Cultura ou a PNAB), mas de disputar sentidos sedimentados historicamente - elitistas, eurocêntricos e excludentes - que marcaram a trajetória da política cultural brasileira. Assim, mais do que falar em institucionalização precária, trata-se de reconhecer a precariedade instituída, isto é, uma sedimentação histórica de desigualdades que a Rede-SC e outros movimentos vêm tensionando. Essa perspectiva mostra que o problema não é apenas de ausência ou fragilidade institucional, mas da permanência de práticas sociais sedimentadas que reproduzem exclusões.

Os mesmos marcos que estruturam os desafios externos da institucionalização se refletem nos desafios internos da própria Rede-SC. A busca por maior pluralidade, democracia e descentralização está permanentemente tensionada pelos riscos de reprodução de assimetrias regionais, setoriais, de raça e de gênero. Mas o processo de articulação requer a movimentação das relações de identificação de todos aqueles que se articulam. Assim como o campo cultural mais amplo enfrenta a disputa contra sentidos sedimentados excludentes, a Rede precisa enfrentar suas próprias limitações internas. A experiência analisada mostra que a rede foi capaz de avançar em direção a processos mais inclusivos, mas também que a vigilância crítica não pode ser apenas dirigida ao Estado, ou aos 'Outros': ela deve ser exercida sobre as próprias práticas internas da rede, sob pena de reproduzir os mesmos padrões que busca superar.

Finalmente, pensar a institucionalização a partir dos recortes empírico e onto-epistemológico adotados implica em recolocar a centralidade dos momentos coletivos de produção de sentido. Na experiência analisada, as assembleias, teias, fóruns, escutas públicas e as conversas de bastidor foram arenas privilegiadas de operação das lógicas da equivalência e da diferença. É nesses encontros que demandas heterogêneas foram costuradas sob significantes capazes de condensá-las (equivalência), ao mesmo tempo em que se reabriram fraturas, papéis e posições (diferença). Em termos da TDP, antagonismos, fronteiras sempre

instáveis e a presença de elementos flutuantes constituem o terreno da prática hegemônica - e os encontros coletivos são o laboratório vivo onde isso se dá, sob investimentos afetivos e imaginários que sustentam provisoriamente identidades e estratégias.

No recorte empírico observado, a densidade desses momentos fica patente. Por exemplo, em maio de 2024, a FCC organizou uma sequência de escutas setoriais e territoriais (indígenas, quilombolas, periferias urbanas e rurais, artes, patrimônio, diversidade, PCD, espaços culturais, entre outras), culminando com a oitava dos Pontos de Cultura. A reunião dos ponteiros foi precedida por alinhamento interno e elaboração coletiva de demandas, difundidas e mobilizadas por grupos de *WhatsApp* e redes sociais. Retomo esse acontecimento para ilustrar o argumento de que a escuta pública, portanto, não foi um ‘ponto de partida ou de chegada’, mas o ponto de cruzamento entre uma preparação orgânica da rede e um rito institucional de participação - um bom exemplo de como o institucional e o extra-institucional se co-constituem na produção de sentidos.

As teias e fóruns cumprem função semelhante, mas com outra temporalidade: permitem condensar memórias, reposicionar antagonismos e emanar arranjos discursivos para ciclos mais longos. Longe de harmonizar diferenças, as teias e fóruns *visibilizam* antagonismos e os reinscrevem sob novos arranjos, justamente o que a TDP prevê para formações hegemônicas precárias. No interior desses momentos, *significantes vazios* desempenham papel técnico-político decisivo: operam como pontos nodais que ancoram equivalências, permitindo que coletivos distintos se reconheçam numa mesma pauta e aceitem custos de coordenação para agir em conjunto.

Em Santa Catarina, “cultura de base comunitária” assumiu clara função nodal. Ao mesmo tempo em que unificou pontos antes pouco articulados, estabeleceu limites do processo articulatório: ‘*quem é*’ e ‘*como age*’ um Ponto de Cultura aparecem definidos mais por vínculos comunitários, reciprocidade e trabalho em rede do que por formalismos cadastrais. Essa inflexão, aliás, torna legível a diferença entre certificação e *prática* de ponto, mostrando que os encontros produzem parâmetros de reconhecimento que podem tanto transbordar o institucional quanto ‘corrigi-lo’. O efeito prático é visível: documentos preparatórios, cartas, planos e posicionamentos emergem desses encontros e retornam ao circuito institucional (editais, conselhos, portarias, comissões), estabilizando certas interpretações por um tempo e orientando decisões de desenho e implementação.

Metodologicamente, a presente etnografia captou essa dupla vida dos encontros: de um lado, os ritos formais (escutas, audiências, sessões, plenárias); de outro, os intervalos e conversas informais, “de corredor”, os grupos de mensagens e os gestos de cuidado coletivo.

A própria estratégia analítica declarada - acompanhar contrastes entre momentos formalizados e momentos informais de articulação - assume a co-produção de sentido nesses espaços híbridos, recusando a separação rígida entre procedimento e política, e tomando a explicação como prática discursiva implicada no próprio campo.

Por isso, os momentos coletivos são também dispositivos de vigilância democrática sobre a política: são neles que a rede detecta derivações gerencialistas, barreiras de acesso dos editais, assimetrias regionais e tenta redefinir balizas (“o que é” base comunitária; “como” avaliar; “quem” pode participar). Quando a “editalização” ganhou força, foram justamente os encontros de fóruns, teias e plenárias que articularam a crítica à competitividade e à meritocracia, reposicionando o fomento a partir da cooperação e do reconhecimento de desigualdades estruturais.

Do ponto de vista da TDP, esses momentos de produção coletiva de sentidos também acionam a lógica fantasmática: produzem esperança, indignação, lealdade e sentido de missão, afetos sem os quais a rede não suporta a fricção cotidiana com a burocracia nem sustenta a paciência estratégica própria dos processos de credenciamento, execução, prestação de contas e controle social (GLYNOS; HOWARTH, 2007). A fantasia política - a promessa de reconhecimento e democratização efetiva do recurso, sempre ameaçada por um “obstáculo que rouba o gozo” (o edital, a norma, o ‘outro’) - ajuda a explicar por que as pessoas persistem e se organizam, mesmo quando os resultados são parciais. Em síntese, os momentos coletivos de produção de sentidos convertem antagonismos em pautas e tornam executáveis certas leituras da política. Ao fazê-lo, borram fronteiras entre o institucional e o extra-institucional, porque geram decisões e documentos que atravessam conselhos, portarias, editais e comissões, ao mesmo tempo em que mantêm vivo um certo imaginário coletivo sobre esses dispositivos (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

O percurso desenvolvido até aqui buscou endereçar respostas articuladas a cada um dos objetivos específicos traçados na introdução. A análise histórica e política do processo de institucionalização permitiu identificar três pontos de inflexão, bem como as continuidades históricas nas disputas pelas políticas culturais brasileiras. A investigação das práticas organizativas da Rede-SC revelou que são centrais os princípios de horizontalidade e reciprocidade, bem como o engajamento comunitário e a mobilização dos afetos. Essa lógica de organização atravessou os processos recentes de implementação da LPG e da PNAB, demonstrando como a Rede-SC tensiona fronteiras e reinscreve sentidos. A discussão sobre os significados disputados de cultura e organização mostrou como a Rede mobiliza antagonismos e constrói cadeias de equivalência em torno de noções como cultura de base

comunitária e gestão compartilhada. Por fim, a análise das tensões, deslocamentos e antagonismos ressaltou a dimensão política constitutiva da institucionalização, trazendo à tona o caráter contingente e precário das fixações de sentido. Assim, as contribuições da pesquisa residem tanto no avanço teórico para os Estudos Organizacionais, ao introduzir a Teoria do Discurso Político como lente para compreender a institucionalização, quanto na relevância prática, ao evidenciar a potência do grupo analisado em construir e contestar sentidos inerentes aos processos de institucionalização.

Encerrando esta discussão, cumpre destacar a riqueza desafiadora do fenômeno estudado nessa tese - a Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina (Rede-SC). Sua diversidade interna, sua capacidade de mobilização e sua inventividade política revelam não apenas a potência de sua atuação, mas também os limites de qualquer esforço analítico em abarcar plenamente a complexidade da experiência. Ao longo do presente estudo, buscou-se compreender os modos pelos quais a rede se constitui, resiste e disputa os sentidos de processos de institucionalização específicos, mas é preciso reconhecer que muito de sua vitalidade escapa às categorias teóricas e metodológicas mobilizadas. A Rede-SC, ao mesmo tempo em que foi fenômeno em análise, foi também vetor de afetos que desafiaram e reconfiguraram os próprios parâmetros da pesquisa. Ante ao exposto, o presente trabalho não encerra a questão, apontando para a necessidade de novos estudos que aprofundem a compreensão da dinâmica de organização dos Pontos de Cultura no Brasil, de modo a tornar possível a compreensão, em toda a sua densidade, dos processos de encantamento, resistência e criação que sustentam os coletivos da Política Nacional Cultura Viva.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.

AGÊNCIA GOV. **20 anos da Política Nacional Cultura Viva são celebrados com ações em todo o país**. Brasília, 15 jul. 2024. Acesso em: 3 set. 2025.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 12, n. 21, p. 11-26, jan./jun. 2008.

ALESC, 2023. **Ata da Audiência Pública** na Alesc realizada no dia 03 de abril de 2023.

ALESC. **Setor cultural apresenta críticas e sugestões à Política Nacional Aldir Blanc em SC**. 13 maio 2025. Acesso em: 2 set. 2025. Agência ALESC

ALMEIDA, J. L. S.; GARCIA, J. C. R.; FREIRE, G. H. Teoria da contingência no contexto capacitante da biblioteca multinível. **Perspectivas em Ciência da Informação**, n. 25, v. 1, p. 160-178.

ALMG. Assembléia Legislativa de Minas Gerais. [online] **Política Nacional de Cultura Viva será apresentada na ALMG**. Belo Horizonte, 4 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Politica-Nacional-de-Cultura-Viva-sera-apresentada-na-ALMG/>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ALQUIMÍDIA. **Pontão Ganesha de Cultura Digital**. Publicado em 21 de março de 2009. Disponível em: <<https://alquimidia.org/pontao-ganesha/>>

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ANGROSINO, M.; PEREZ, K. Rethinking observation: from method to context. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 673-702.

ANGROSINO, Michael. **Etnografía y observación participante en investigación cualitativa**. Ediciones Morata, 2012.

ANTÔNIO CARLOS (SC). **Edital de Chamamento Público nº 001/2023 – Audiovisual** (23 out. 2023). *...recurso destinado ao Comitê Municipal Organizador da LPG, Portaria n. 555/2023.* DOM/SC. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/5216069>.

BARBALHO, Alexandre Almeida. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A.; BARBALHO, A. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: edUFBA, 2007.

_____. Em busca da institucionalização: a adesão ao Sistema Nacional de Cultura. **Rev. Latino Americana de Estudos em Cultura**, ano IV, n. 7, 2014, pp. 70-82.

_____. O segundo tempo da institucionalização: o Sistema Nacional de Cultura no Governo Dilma. . In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Org.) **Políticas culturais no governo Dilma** (Coleção Cult). Salvador: EDUFBA, 2015a. p. 202-224.

_____. **Democracia radical e pluralismo cultural**. Para ler Chantal Mouffe. São Paulo: Lumme, 2015b.

_____. **Política Cultural e Desentendimento**. Fortaleza: IBD Cult, 2016.

_____. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v.22, n. 1, 2018.

BARBOSA, F.; CALABRE, L. **Pontos de Cultura**: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

BARCELLOS, R. R.; DELLAGNELO, E. H. L. A Teoria Política do Discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do Circuito Fora do Eixo. **Organizações & Sociedade** (Online), v. 21, p. 405-424, 2014

BARCELLOS, R.; DELLAGNELO, E. H. L.; SALLES, H. K. Práticas organizacionais e o estabelecimento de lógicas 180 de equivalência: o Circuito Fora do Eixo à luz da Teoria Política do Discurso. **RAUSP-e** (São Paulo) , v. 49, p. 684-697, 2014.

BARCELLOS, R. R.; DELLAGNELO, E. H. L.; SALLES, H. K. de. Reposicionando Conceitos: a organização fora dos eixos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 10- 21, fev. 2017.

BARNARD, C. **The Functions of the Executive**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1938.

BARROS, José Marcio; JÚNIOR, José de Oliveira. Por uma cultura do público: planos de cultura e diversidade cultural. **Planos municipais de cultura: reflexões e experiências**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019.

BARTLEY, T. How Foundations Shape Social Movements: the constructions of an Organizational Field and the Rise of Forest Certification. **Social Problems**, 2007, n. 54, v. 3, p. 229-255.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução de Marco Estêvão e Renato Aguiar; revisão técnica de Márcia Arieira. São Paulo: Hucitec, 1993. ISBN 978-8527102223..

BENDIXEN, P. **Managing art**: an introduction into principles and conceptions. Berlin: Lit Verlag, 2010.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENTES, Ivana. Redes colaborativas e precariado produtivo. In: Periferia, v.1., n.1., **Revista Periferia (UERJ)**, Baixada Fluminense, 2009.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BEZERRA, Aline Prazeres; BISPO, Danielle de Araújo; SANTOS, Elisabeth Cavalcante dos; PASCHOAL, Débora Coutinho. Mudanças de Posição no Campo da Cultura a Partir da Inserção do Programa Cultura Viva: O caso da Associação Estação da Cultura. **Enecult**. 2013.

BIGUAÇU (SC). Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer. **Edital de Chamamento Público nº 001/SECETUL/PMB/2024 – Lei Paulo Gustavo – Audiovisual**. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (Autopublicação nº 5737169). Biguaçu, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/5737169>.

BILL, J.; HARDGRAVE, R. L. **Comparative Politics**: The Quest for Theory. Washington, DC: Bell & Howell, University Press of America, 1981.

BLAU, P.; SCOTT, R. **Organizações Formais**. São Paulo: Editora Atlas, 1970.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BÖHM, S. **Repositioning organization theory**. New York: Palgrave MacMillan, 2006.

BOMMEL, Koen van; SPICER, André. Hail the Snail: Hegemonic Struggles in the Slow Food Movement. **Organization Studies**, v. 32, n. 12, pp. 1717-1744, 2011.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n.2, p. 73-83. 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: Polity Press, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BRANDÃO, M. Congresso derruba veto às leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo. **Agência Brasil (online)**, 05 de jul. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-07/congresso-derruba-veto-leis-aldir-blanc-e-paulo-gustavo>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm>. Acesso em: 4 set. 2023.

_____. 1993. **Lei nº 8685, de 20 de julho de 1993**. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. Brasília, Senado Federal, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8685compilado.html>. Acesso em: 4 set. 2023.

_____. Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011.

_____. **Lei complementar n. 195, de 8 de julho de 2022.** Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Brasília, Congresso Nacional, 2022a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm>.

_____. **Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.** Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Brasília, Congresso Nacional, 2022b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14399.htm>.

_____. Ministério da Cultura. **Edital SCC 02/2023** – Comitês de Cultura do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC). Diário Oficial da União / Ministério da Cultura, Brasília, 2023a. Disponível em: <https://mapa.cultura.gov.br/files/opportunity/2145/edital_232024_pncc.pdf>.

_____. Ministério da Cultura. **Edital de Seleção Pública MinC nº 9, de 31 de agosto de 2023: Cultura Viva – Fomento a Pontões de Cultura:** a política de base comunitária reconstruindo o Brasil. Brasília: MinC, 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/rede-cultura-viva/apoio-cultura-viva-cultura-popular-e-diversidade/pontos-de-cultura-tcc-e-premiacao/edital-no-09-2023-cultura-viva-fomento-a-pontoes-de-cultura.pd>>. Acesso em 21 ago. 2025.

_____. Ministério da Cultura. **Cartilha da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).** Brasília: MinC, 2023c. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnab>>.

_____. Ministério da Cultura. **Cartilha Lei Paulo Gustavo (LPG).** Brasília: MinC, 2023d. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo>>.

_____. **Da luta à execução: a trajetória da Lei Paulo Gustavo.** Ministério da Cultura, Brasília, 12 mai. 2023e (atualizado em 12 nov. 2024). Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/da-luta-a-execucao-a-trajetoria-da-lei-paulo-gustavo>>. Acesso em: 6 jun. 2025

_____. Ministério da Cultura. **Portaria nº 2,** de 15 de fevereiro de 2023f. Institui o Grupo de Trabalho com o objetivo de operacionalizar as disposições da Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 fev. 2023f. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/acao-a-informacao/institucional/atos-normativos/portarias>>.

_____. **Decreto nº 11.336,** de 1º de janeiro de 2023g. Dispõe sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º jan. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11336.htm>.

_____. **Decreto nº 11.525**, de 11 de maio de 2023h. Regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, que institui ações emergenciais destinadas ao setor cultural. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 91, p. 1, 12 maio 2023h. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11525.htm>. Acesso em: 19 jul. 2025.

_____. **Instrução Normativa nº 5**, de 10 de agosto de 2023i. Ministério da Cultura, Estabelece diretrizes para ações afirmativas e acessibilidade no âmbito da Lei Paulo Gustavo. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, agosto de 2023.

_____. **Instrução Normativa nº 6**, de 23 de agosto de 2023j. Ministério da Cultura. Orienta a coleta de dados pelos entes federados na implementação da Lei Paulo Gustavo. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 ago. 2023j.

_____. **Circula MinC: começa mais uma temporada de oficinas...** Ministério da Cultura. 14 jun. 2023l. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/>>.

_____. **Informações sobre as etapas Municipais, Intermunicipais e Livres (4ª CNC)**. Ministério da Cultura.. 09 ago. 2023m. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/>. Acesso em: 19 ago. 2025. Serviços e Informações do Brasil

_____. **Lei Complementar nº 202**, de 15 de dezembro de 2023n. Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar até 31 de dezembro de 2024 o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 dez. 2023n. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp202.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

_____. **Lei Paulo Gustavo**: entes federativos poderão utilizar os recursos até dezembro de 2024. Ministério da Cultura. Brasília, DF, 18 dez. 2023o. Atualizado em **11 dez. 2024**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-paulo-gustavo-entes-federativos-poderao-utilizar-os-recursos-ate-dezembro-de-2024>>.

_____. Ministério da Cultura. **Instrução Normativa nº 10**, de 28 de dezembro de 2023p. Estabelece regras para a implementação de ações afirmativas e acessibilidade na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao-e-normativas/instrucao-normativa-minc-no-10-de-28-de-dezembro-de-2023>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

_____. **Portaria nº 80**, de 27 de outubro de 2023q. Estabelece diretrizes complementares para solicitação e aplicação de recursos de que trata a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, nos anos de 2023 e 2024. Disponível em:

<<https://www.gov.br/cultura/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao-e-normativas/portaria-no-80-de-27-de-outubro-de-2023>>. Acesso em: 3 set. 2025.

_____. **Editais Premiação Cultura Viva – Sérgio Mamberti**. Ministério da Cultura. Brasília, DF, 1 set. 2023r. Atualizado em 25 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/editais/2023/inscricoes-abertas/anexos/edital-premiacao-cultura-viva-sergio-mamberti>>.

_____. Ministério da Cultura. **Lei Paulo Gustavo: Comitê Gestor divulga cronograma de liberação de recursos**. Publicado em 16 jun. 2023; atualizado em 12 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-paulo-gustavo-comite-gestor-divulga-cronograma-de-liberacao-de-recursos>>. Acesso em: 2 ago. 2025.

_____. Ministério da Cultura. **Valores — Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura**. Cultura: Governo Federal, 2024a. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/valores-2>>.

_____. Ministério da Cultura. **Brasil alcança a marca de 5 mil Pontos de Cultura**. Cultura: Governo Federal, 13 abr. 2024b. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-alcanca-a-marca-de-5-mil-pontos-de-cultura>>.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria MinC nº 119, de 28 de março de 2024e**. Estabelece o modelo do PAAR (PNAB). Brasília, 2024c.

_____. **Decreto nº 12.257, de 22 de novembro de 2024d**. Prorroga prazos de execução da PNAB (ciclo 1) até 30 de junho de 2025. Brasília, 2024d.

_____. **Lei nº 14.835**, de 4 de abril de 2024e. Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 5 abr. 2024e. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei+14.835-2024=&OpenDocument>.

_____. **Lei nº 14.903**, de 27 de junho de 2024f. Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura. Brasília, 2024. Acesso em: 2 set. 2025.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria MinC nº 137**, de 8 de julho de 2024g. Suspende prazo para implementação de Conselho, Plano e Fundo no termo de adesão da LPG. Brasília, 2024.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria MinC nº 133**, de 29 de maio de 2024h. Altera a Portaria MinC nº 119/2024 (PAAR). Brasília, 2024.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria MinC nº 200, de 11 de abril de 2025a**. Estabelece diretrizes complementares para solicitação e aplicação dos recursos oriundos da Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 jul. 2025a.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria MinC nº 206**, de 13 de maio de 2025b. Diretrizes para aplicação, na PNAB, dos recursos destinados à Política Nacional Cultura Viva. Brasília, 2025B.

_____. Ministério da Cultura (MinC). **Portaria nº 222**, de 30 junho de 2025c. Altera a Portaria MinC nº 200, de 11 de abril de 2025, que estabelece diretrizes complementares para solicitação e aplicação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. *Diário Oficial da União: seção I*, Brasília, DF, 1 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-minc-n-222-de-30-de-junho-de-2025-639244300>>

_____. **Santa Catarina executou quase 96% dos recursos da Lei Paulo Gustavo**: R\$ 126,6 milhões. Secom-Governo do Brasil, Brasília, 29 jan. 2025d. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/lei-paulo-gustavo-balanco/santa-catarina-executou-quase-96-dos-recursos-da-lei-paulo-gustavo-r-126-6-milhoes>. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. Ministério da Cultura. **Todos os municípios de Santa Catarina aderem ao segundo ciclo da lei Aldir Blanc**. Portal Gov.br, Brasília, 25 jun. 2025e. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/lei-aldir-blanc/todos-os-municipios-de-santa-catarina-aderem-ao-segundo-ciclo-da-lei-aldir-blanc>>. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL DE FATO. Lei Paulo Gustavo tem adesão recorde e vai destinar valor histórico para setor da cultura. **Brasil de Fato**, São Paulo (SP), 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/12/lei-paulo-gustavo-tem-adesao-recorde-e-vai-destinar-valor-historico-para-setor-da-cultura/>

BRITES, R. Ministério da Cultura reabre as portas após mais de quatro anos extinto. **Veja**, 24 jan. 2023. [online]. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/ministerio-da-cultura-reabre-as-portas-apos-mais-de-quatro-anos-extinto/>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRIZUELA, Juan I. Fora de Jogo? Territórios Latino-Americanos e Instituições Culturais no Brasil. In: CANCLINI, N. G.; BRIZUELA, J. I.; MELO, S. M. C.; MATADAMAS, M. M. **Emergências Culturais**: instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México. São Paulo: Editora da USP, 2022.

BRIZUELA, Juan Ignacio; MELO, Sharine Machado Cabral. Instituições em emergência cultural: da Cultura Viva Comunitária à Lei Aldir Blanc. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor; MELO, Sharine Machado Cabral; BRIZUELA, Juan Ignacio (Org.). **Cadernos de Pesquisa N.1: A institucionalidade da cultura e as mudanças socioculturais**. São Paulo: Amavisse, 2021, p. 43-53.

BRUSQUE. Fundação Cultural de Brusque. **Editais de Chamamento Público 03/2023 — LPG Audiovisual** — Brusque: anexos e cronograma do edital 03/2023. Brusque: Fundação Cultural de Brusque, 2023. Disponível em: <https://www.fcbrusque.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/ANEXOS-EDITAL-03.2023-FCB.-LPG-AUDIOVISUAL.od>

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. (org.) **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 59 - 74.

BURGESS, J. W. **Political Science and Comparative Constitutional Law**. Boston: Ginn, 1902.

BURGOS, Raul. Para uma teoria integral da hegemonia. Uma contribuição a partir da experiência latino-americana. **O Social em Questão**, n. 39, dez. 2017.

CAMARA, L. M.. Ecos da contribuição de Guerreiro Ramos para a divulgação da obra de Weber no campo de estudos organizacionais (EOs). **Revista De Administração Pública**, v. 46, n.1, 2012, pp. 315–331. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/CKYTSL8Fhg34mMf68mwbPHy/?lang=pt>>.

CAMPBELL J. L.; PEDERSEN, O. K. **Legacies of Change**: transformations of Postcommunist European Economies. New York: Aldine de Gruyter, 1996. ISBN 978-0202367088.

CANCLINI, N. G. Introdução - Instituições, Comunidades e Criadores: da precariedade à emergência. In: CANCLINI, N. G.; BRIZUELA, J. I.; MELO, S. M. C.; MATADAMAS, M. M. **Emergências Culturais**: instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México. São Paulo: Editora da USP, 2022.

CANCLINI, N. G.; BRIZUELA, J. I.; MELO, S. M. C.; MATADAMAS, M. M. **Emergências Culturais**: instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México. São Paulo: Editora da USP, 2022.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. M. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Rev. Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, n. esp., pp. 469-496, dez. 2012.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

CARVALHO, C. A. P., VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: **Anais do XXIII Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração**. ENANPAD, Foz do Iguaçu, 1999.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: Editora UFPE, 2003. Cap. 1, p. 23-40.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, P. R. *Corpos e Subjetividades: análise dos processos de embodiment dos ursos no Espírito Santo*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para titulação de mestre em Administração. Vitória, 2014.

CHANG, H. An Institutional Perspective on the Role of the State: towards an Institutional Political Economy. In: BURLAMAQUI, Leonardo; CASTRO, Ana Célia; CHANG, Ha-Joon. **Institutions and the Role of the State**. Aldershot: Edward Elgar, 2000.

CHANLAT, J. F. L'analyse sociologique des organisations: un regard sur la production anglo-saxonne contemporaine (1970-1988). **Sociologie du Travail**, n. 3, 1989.

CIRQUINHO DO REVIRADO / ARTES REVIRADAS (Ponto de Cultura). **Prorrogação de inscrições do VI Festival – com recursos da Lei Paulo Gustavo**. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DMJOIKxPBuM/>. Acesso em: 3 set. 2025. Instagram

CLEGG, S. **Frameworks of power**. 6. ed. London: Sage, 1997.

_____. **Modern Organizations**. Londres: SAGE Publications, 1990.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Lei Paulo Gustavo**: Senado aprova prorrogação da execução dos recursos; texto segue para a Câmara. CNM — Confederação Nacional de Municípios, 2024. Disponível em:

<https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/lei-paulo-gustavo-senado-aprova-prorrogacao-da-execucao-dos-recursos-texto-segue-para-a-camara>

COASE, Ronald. The nature of the firm (1937). In: WILLIAMSON, O.; WINTER, S. (ed.) **The nature of the firm**: origin, evolution and development. Oxford: Oxford University Press, 1991.

COELHO, K. S. A resistência à nova proposta de plano diretor apresentada pela prefeitura Municipal de Florianópolis: uma análise das práticas alternativas de organizar. Tese apresentada no Curso de PósGraduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração. Florianópolis, 2012.

COHEN, J. **De-Parsonizing Weber**: a critique of Parsons' interpretation of Weber's sociology. *American Sociological Review*, v. 40, p. 229-241, Apr. 1975.

COLIGNON, Richard; COVALESKI, Mark. A Weberian framework in the study of accounting. *Accounting, Organizations and Society*, v. 16, n. 2, p. 141-157, 1991.

COMITÊ DE CULTURA SC. Comitê de Cultura de Santa Catarina. **Política Nacional Cultura Viva: Cidadania e Encantamento, com Gilson Maximo**. Youtube, 26 jun. 2025a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g6VdLd2quvg&t=3362s>>.

_____. **Documento de acúmulos do Comitê de Cultura sobre o primeiro ciclo de execução da PNAB em Santa Catarina**. Elaborado entre setembro de 2024 e abril de 2025b.

_____. **Oficina dos Editais da PNAB para fomento à Política Nacional Cultura Viva em Santa Catarina**. Youtube, 13 nov. 2024a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KeBUBsCvDQ0&t=3146s>>.

_____. **2ª Oficina dos Editais da PNAB para fomento à Política Nacional Cultura Viva em Santa Catarina**. Youtube, 27 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yN6uB01XMwI&t=924s>>.

COMITÊ LPG-SC. Comitê Estadual da Lei Paulo Gustavo de Santa Catarina. **Plenária Comitê Lei Paulo Gustavo - SC 16/03/2023**. Youtube, 16 de março de 2023a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZLA2VvQ7pRM&t=2930s>>.

_____. **Plenária Lei Paulo Gustavo Mesoregião Oete de Santa Catarina 21/03/2023.** Youtube, 21 de mar. 2023b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QN4tE6g83Mc&t=2675s>>.

_____. **Plenária Comitê LPG Meso Norte SC 30/03/2023.** Youtube, 30 de mar. de 2023c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5f2POQqfU-8&t=5481s>>.

_____. **Reunião - LPG - Mesoregião Grande Florianópolis 04/04/2023 - 20 horas.** Youtube, 4 de abr. de 2023d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MLWmZodM4Jo&t=2138s>>.

_____. **Plenária Lei Paulo Gustavo mesoregião Vale do Itajaí 10/04/2023.** Youtube, 10 de abr. de 2023e. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pzpb8eQWzrU&t=580s>>.

_____. **Plenária Lei Paulo Gustavo Mesoregião Sul de Santa Catarina 10/04/2023.** Youtube, 10 de abr. de 2023f. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sQfL1Wk4chU&t=969s>>.

_____. **Plenária Operativa Estadual LPG.** Youtube, 23 de maio de 2023g. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pvB0ldRiXyg&t=3257s>>.

_____. **Plenária Comitê LPG/SC - Oitivas Estaduais.** Youtube, 6 jun. 2023h. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YLsmP2JVSRE&t=4175s>>.

_____. **Plenária LPG & Conferências & Orçamento FCC 2024.** Youtube, 4 out. 2023i. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W7poIOQ_DV8&t=10s>.

_____. **Plenária LPG & PNAB & Conferências de Cultura.** Youtube, 1 dez. 2023j. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zjvq7vB-vfs>>.

_____. **Live PNAB - Comitê LPG-SC - INVADIDA & CANCELADA.** Youtube, 12 abr. 2024a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=veYEge7wYhw&t=25s>>.

_____. **Live PNAB - Comitê LPG-SC.** Youtube, 17 abr. 2024b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aglSdpO3Cqg&t=406s>>

CONCEIÇÃO, O. A. C. As abordagens institucionalistas. In: **Instituições, Crescimento e Mudança na Ótica Institucionalista**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2000.

_____. **Além da transação**: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2008.

_____. Há compatibilidade entre a "tecnologia social" de Nelson e a "causalidade vebleniana" de Hodgson? **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 109-127, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Conquista**: suspensão do prazo para a implementação do Conselho, Plano e Fundo de Cultura atende pleito da CNM. 2024. Disponível em: <<https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/conquista-suspensao-do-prazo-para-a-implementacao-do-conselho-plano-e-fundo-de-cultura-atende-pleito-da-cnm>>. Acesso em: 08 julho. 2025.>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Lei Paulo Gustavo**: Senado aprova prorrogação da execução dos recursos; texto segue para a Câmara. Brasília, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/lei-paulo-gustavo-senado-aprova-prorrogacao-da-execucao-dos-recursos-texto-segue-para-a-camara>.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA (4.; 2024; Florianópolis, SC). **Moção de repúdio ao Prêmio Catarinense de Cinema (Lei Paulo Gustavo)** [moção aprovada em plenária]. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, jan. 2024a. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/editais-e-acoess/4-conferencia-estadual-de-cultura>>.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA (4.; 2024; Florianópolis, SC). **Moção de repúdio aos editais da Lei Paulo Gustavo** [moção aprovada em plenária]. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, jan. 2024b.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA (4.; 2024; Florianópolis, SC). **Moção de apoio e apelo – Programa Cultura Viva** [moção aprovada em plenária]. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, jan. 2024c. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/editais-e-acoess/4-conferencia-estadual-de-cultura>>.

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA (4.; 2024; Florianópolis, SC). **Recomendação: linguagem no PNCV** [moção aprovada em plenária]. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, jan. 2024d.

CONGESC. Confederação dos Gestores Municipais de Cultura de SC. **Carta de Lages**: gestores municipais de cultura de Santa Catarina reunidos no XI Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura. Lages (SC), 10-12 maio 2023. Disponível em: https://cdn-fecam.gestorlgpd.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Carta_de_Lages_2023_assinado.pdf

COSPITO, Giusepe. **El Ritmo del Pensamiento de Gramsci**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Continente, 2016

CRANG, Mike; COOK, Ian. **Doing Ethnographies**. London: Sage Publications, 2007.

CRUBELLATE, J. M. Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. **Revista De Administração Contemporânea**, v. 11, 2007.

CRUZ, R. P. Cultura volta à Esplanada dos Ministérios após quatro anos como secretaria. **Universe Online**, 24 jan. 2023. [online]. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/01/24/ministerio-da-cultura.htm>. Acesso em: 27 jul. 2023.

CULTURA CATARINA — **Plataforma da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina**. 2025a. Disponível em: <https://culturacatarina.com.br>.

CULTURA CATARINA. Audiência pública debate implementação da Política Nacional Aldir Blanc em Santa Catarina. *Cultura Catarina*, 2025b. Disponível em: <https://culturacatarina.com.br/audiencia-publica-debate-implementacao-da-politica-nacional-aldir-blanc-em-santa-catarina/>.

CULTURA CATARINA. **Novos Pontões fortalecem a Rede Cultura Viva em SC (resultado do Conexão Cultural)**. 30 jun. 2025c.

DEBATIN, M. T. Conquistas culturais e benefícios sociais. In: FCC. Fundação Catarinense de Cultura. **Pontos de Cultura de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Imprensa Oficial, 2015.

SILVA, F. A. B. da; LABREA, V. V. **As múltiplas redes do Programa Cultura Viva: Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017.

DELLAGNELO, Eloise L.; SALLES, Helena K.; SILVA, Rosimeri C. O processo de construção do Sistema Nacional de Cultura e a estruturação do campo das Políticas Culturais no Brasil. In: BARROS, J.M.; COSTA, K. (Orgs.). **Planos municipais de cultura: reflexões e experiências**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019.

DELLAGNELO, E. L.; BÖHM, S. Empirical studies and political discourse theory: a critical analysis of resistance from an organizational perspective. In: **VI Encontro de Estudos Organizacionais**, 2010, Florianópolis: ENEO, 2010.

DELLAGNELO, E. H. L.; BÖHM, S.; MENDONÇA, P. Organizing Resistance Movements: the contribution of Political Discourse Theory. **RAE (Impresso)**, v. 54, p. 141-153, 2013.

DENZIN, N. K.; LICOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006

DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. **Dealing in virtue**: international commercial arbitration and the construction of a transnational legal order. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

DIMAGGIO, P. J. State expansion and organization fields. In: HALL, R. H.; QUINN, R. E. (Eds.). **Organization theory and public policy**. Beverly Hills, CA: Sage, 1983.

_____. Constructing an Organizational Field as a Professional Project: U.S. Art Museums, 1920-1940. In: POWELL W. W.; DIMAGGIO P. J. (Eds.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**, edited by Walter W. Powell and Paul J. DiMaggio. Chicago: University of Chicago Press, p. 267-292, 1991.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (Eds.), **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

_____. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE Clássicos**, v. 45, n. 2, 2005.

DIMAGGIO, Paul J.; USEEM, Michael. Cultural democracy in a period of cultural expansion: The social composition of arts audiences in the United States. **Social problems**, v. 26, n. 2, p. 179-197, 1978.

DUARTE, Danilo. **Santa Catarina elege 11 pessoas LGBTQ+ para Conferência Nacional de Cultura**. Floripa.LGBT, Florianópolis, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://floripa.lgbt/politica/santa-catarina-elege-11-pessoas-lgbt-para-conferencia-nacional-de-cultura/>. Acesso em: 5 set. 2025.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ENECULT. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Mesa Entre redes e resistências: a pesquisa das políticas Cultura Viva. Salvador: UFBA, 2025. 1 vídeo (YouTube). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c-GnBxJKOc0&t=518s>

FABIAN, Johannes. **Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object.** New York: Columbia University Press, 1983.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language.** Londres: Longman, 1995.

_____. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, J. H. Poder e relações de poder nas organizações. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Organizações, Instituições e Poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

FCC. Fundação Catarinense de Cultura. **Editais dos Pontos de Cultura.** Florianópolis: FCC, 2009. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/?mod=pagina&id=5305>>.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Pontos de Cultura de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. Imprensa Oficial, 2015.

_____. **Teia Sul.** Cultura.SC, 05 dez. 2017a. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/7427-7427-teia-su>>.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Reunião de apresentação e orientação do formulário de oitivas da Lei Paulo Gustavo - Demais áreas SC.** Youtube, 18 mai. 2023a. [1h26min]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VTQv6suDqM>>. Acesso em 2 jul. 2023.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Oficina sobre a aplicação da Lei de Emergência Cultural Paulo Gustavo em SC - Programação Manhã.** Youtube, 13 jun. 2023b. [2h27min]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PXV08JoqnUI>>. Acesso em 4 jun. 2023.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Oficina sobre a aplicação da Lei de Emergência Cultural Paulo Gustavo em SC - Programação Tarde**. Youtube, 13 jun. 2023c. [2h46min]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mT_OrketYj8>. Acesso em: 4 jun. 2023.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Ajude a construir a lei Paulo Gustavo em Santa Catarina**. Instagram (*online*), 26 de maio de 2023d. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cst9sl9AlqV/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. **Audiência Pública da Lei Paulo Gustavo em SC para o setor audiovisual**. Youtube, 1º de junho de 2023e. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gamyysm4Q9s>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

_____. **Audiência Pública da Lei Paulo Gustavo em SC para demais áreas - 16/08/2023**. Youtube, 23 ago. 2023f. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q9vI3K0Yo54&t=5036s>>.

_____. **Chamamento para seleção de OSC** – operacionalização da PNAB. Florianópolis, nov. 2024.

FECAM – Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina. 97% dos municípios de Santa Catarina receberão recursos da Lei Paulo Gustavo. *Portal FECAM*, Florianópolis, 19 jul. 2023, *online*. Disponível em: <https://www.fecam.org.br/97-dos-municipios-de-santa-catarina-receberao-recursos-da-lei-paulo-gustavo/>.

FECAM – Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina. **XI Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura**. Disponível em: FECAM – XI Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura. Dados: realizado entre 10 e 12 de maio de 2023, em Lages (SC). Disponível em: [<https://www.fecam.org.br/xi-forum-catarinense-de-gestores-de-cultura/>].

FLACH, Leornado; ANTONELLO, Cláudia. Organizações culturais e a aprendizagem baseada em práticas. **SciELO**, Rio de Janeiro, mar. 2011. Seção Organizações culturais. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cebape/v9n1a10.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FLIGSTEIN, Neil. The spread of the multidivisional form among large firms, 1919- 1979. **American Sociological Review**, v. 50, p. 377-391, 1985.

FRANZ, Alice Hübner. Eu luto e não me rendo, caio e não me vendo: as organizações culturais como possibilidade de resistência ao discurso da economia criativa em Florianópolis/SC. 2024. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Bringing Society Back In: Symbols, Practices, and Institutional Contradictions. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago Press, 1991.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 dez. 1970. Ed. Coletivo Sabotagem.

GAMEIRO, R.; MENEZES, M. F.; CARVALHO, C. A. Maracatu pernambucano: resistência e adaptação na era da cultura mundializada. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Editora UFPE, 2003.

GARCÍA, M. E. B. Autovalorização: inclusão social e emoção. In: FCC. Fundação Catarinense de Cultura. **Pontos de Cultura de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Imprensa Oficial, 2015.

GEERTZ, Clifford. **Works and lives**: The anthropologist as author. Stanford University Press, 1988.

GIACAGLIA, M. Universalismo e particularismo: emancipação e democracia na teoria do discurso. In: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. (org.) **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p.93 - 108.

GIDDENS, A. **New Rules of Sociological Method**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Central Problems in Social Theory**: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis. Berkeley: University of California Press, 1979.

_____. **The constitution of society**. Berkeley: University of California Press, 1984.

GIDDENS; Anthony; TURNER; Jonathan (orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation in social and political theory**. Routledge, 2007.

GONÇALVES, Liszt Vieira. **Cidadania e globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONSALVES, Aghata Karoliny Ribeiro. O organizar enquanto fenômeno político, articulatório e afetivo: uma análise das disputas em torno das políticas de revitalização para o centro histórico leste de Florianópolis. 2023. 272 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2023

GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F. Desenvolvimento, poder local e estrutura simbólico-normativa das universidades. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.).

Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Editora UFPE, 2003.

GOULART, S.; MENEZES, M. F.; GONÇALVES, J. C. Composição e características do campo organizacional dos museus e teatros da região metropolitana do Recife. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional.** Recife: Editora UFPE, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 6.

_____. **Cadernos do cárcere.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. 3.

GRAZZIOTIN, H. A.; AVILA, R. I.; HERRLEIN JR, R. A Economia Política Institucionalista e o desenvolvimento. In: DATHEIN, R. (org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GREENWOOD, R.; OLIVER, C., LAWRENCE, T. B.; MEYER, R. E. **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism.** 3 ed. Londres: SAGE Publications, 2017.

GUARACIABA (SC). **Edital de Chamamento Público nº 53/2023** — Paulo Gustavo - Audiovisual. Guaraciaba: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/atos/5115220>>.

GUIMARÃES ROSA, J. “Aletria e Hermenêutica”. In: **Tutaméia** (terceiras estórias) 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GULICK, L.; URWICK, L. **Papers in the Science of Administration.** New York: Institute of Public Administration, Columbia University, 1937.

HANNAN, M. T.; FREEMANN, J. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, 82, 929–964, 1977.

HIRSCH, Paul M.; LOUNSBURY, Michael. Ending the family quarrel: Toward a reconciliation of “old” and “new” institutionalisms. **American behavioral scientist**, v. 40, n. 4, p. 406-418, 1997.

HODGSON, G. M. The return of institutional economics. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). **The handbook of economic sociology**. New York: Princeton University Press and Russell Sage Foundation, 1994.

_____. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**. v. 36, p. 166-192, mar. 1998.

HOFFMANN, S. R. B.; DELLAGNELO, E. H. L. Transformações nos objetivos de organizações culturais sem fins lucrativos. **Cadernos EBAPE**, v. 5, n. 1, mar. 2007.

HOFFMANN, Samara; SILVA, Fabiula; DELLAGNELO, Eloise. Objetivo de organizações culturais sem fins lucrativos e suas fontes financiadoras. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, junho. 2009. Seção Organizações culturais. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2015.

HOLANDA, Luciana Araújo. Resistência ao Management em Organizações da Cultura Popular. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. **Anais do VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**, Florianópolis-SC, 2010.

HOLCK, Lotte; VILLESECHE, Florence. Affective ethnography: interpreting body language in the workplace fieldwork. In: YBEMA, Sierk; RAVASI, Davide; YANOW, Dvora; LANGLEY, Ann (ed.). **Methodological Approaches for Workplace Research and Management**. 1. ed. [S. l.]: Routledge, 2023. cap. 3, p. 37–53.

HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A.; STAVRAKAKIS, Y. **Discourse theory and political analysis**; identities, hegemonies and social change. Manchester: Manchester University Press, 2000.

HULST, Merlijn van; YBEMA, Sierk; YANOW, Dvora. Ethnography and Organizational Processes. In: LANGLEY, Ann; TSOUKAS, Haridimos (eds.). *The SAGE Handbook of Process Organization Studies*. London: Sage Publications, 2017. Cap. 14, p. 223–236. ISBN 9781446297018.

HUSSERL, Edmund. **The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology**: An Introduction to Phenomenological Philosophy. Evanston: Northwestern University Press, 1970.

INDAIAL (SC). Decreto n.º 6703/2023 – Homologação do resultado final do edital de fomento para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Lei Complementar n.º 195/2022 (Lei Paulo Gustavo – Audiovisual). **Diário Oficial dos Municípios de SC**, 7 dez. 2023. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/5407332>. Acesso em: 3 set. 2025. Diário Municipal SC

INFORMAÇÃO E DEBATE. **Reunião híbrida dos Pontos de Cultura de Santa Catarina com João Pontes do Ministério da Cultura**. Youtube, 16 jun. 2023. [1h32min]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NMUBNdewJ-U&t=3959s>. Acesso em: 01. jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades: Santa Catarina*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Barbosa, Frederico Augusto Silva da; CALABRE, Lia Azevedo (org.). Brasília: Ipea, 2011. 245 p. ISBN 978-85-7811-104-5. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/8d5df81f-ca7c-402d-885c-dda8604345ec/download>

ITAJAÍ (SC). **Fundação Cultural de Itajaí**. *Fundação Cultural prorroga prazos dos editais da Lei Paulo Gustavo*. 01 nov. 2023. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticias/31238/fundacao-cultural-prorroga-prazos-dos-editais-da-lei-paulo-gustavo>.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

JACKSON, Alecia Y.; MAZZEI, Lisa A. **Thinking with Theory in Qualitative Research: Viewing Data Across Multiple Perspectives**. Londres: Routledge, 2012.

JEPPERSON, Ronald L.; MEYER, John W. **Institutional theory: The cultural construction of organizations, states, and identities**. Cambridge University Press, 2021.

JOAÇABA (SC). Prefeitura Municipal. *Edital Lei Paulo Gustavo – 01/2024 – Audiovisual*. Joaçaba, 2024. (Status: Publicado; data do concurso: 22 abr. 2024). Disponível em: <https://joacaba.sc.gov.br/concurso/edital-lei-paulo-gustavo-01-2024-audiovisual/>.

JÓFILI, R.; DIAS, T. F.; CARVALHO, C. A. Paixão de Cristo em Fazenda Nova: de referências locais a referências globais. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: Editora UFPE, 2003, pp. 204-222.

JUSTEN, Carlos Eduardo. Como a Representação Política Pode Tornar a Democracia mais democrática? Resignificando o Fenômeno Político da Representação a Partir da Teoria Laclauniana. **Org & Demo** (Unesp. Marília), v. 16, p. 109-128, 2015.

_____. Um olhar político sobre o fenômeno organizacional: a organização da resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública. 2017. 293f. Tese 225 (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Gradu

KAUARK, G. Oportuna Diversidade: a participação do MinC durante a negociação sobre a proteção e a promoção da diversidade de expressões culturais. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade. Salvador, 2009.

KIMBERLY, John R. Environmental constraints and organizational structure: A comparative analysis of rehabilitation organizations. **Administrative Science Quarterly**, v. 20, p. 1-9, 1975.

KLIKAUER, T. What is managerialism? **Critical Sociology**, 2015, v. 41, n. 7-8, pp. 1103–1119.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998..

LACERDA, Nara. Lei Paulo Gustavo tem adesão recorde e vai destinar valor histórico para setor da cultura. *Brasil de Fato*, São Paulo, 12 jul. 2023, 12h37. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/12/lei-paulo-gustavo-tem-adesao-recorde-e-vai-destinar-valor-historico-para-setor-da-cultura/>.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo** (1990). Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

_____. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

_____. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2014.

_____. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Ed. Intermeios, 2015a.

_____. Pós-marxismo sem pedido de desculpas. IN: LOPES, A.; MENDONÇA, D. **A teoria do discurso de Ernesto Laclau**: ensaios e entrevistas. São Paulo: Anablume Ed., 2015b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. (Eds.) **Institutional work**: Actors and agency in institutional studies of organizations. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LEÃO JÚNIOR, F. P. S. Formação e Estruturação de Campos Organizacionais: um Modelo para Análise do Campo Cultural. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001. 1 CD.

LEI ALDIR BLANC. Canal de transmissão da FCC no Youtube. **Reunião de Escuta com Pontos de Cultura**. [Youtube]. Publicado em 28 de maio de 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H4uloaWr7ag&list=PLKKPT99aYSpdoaJI6GoZO5J9NDren-iGq&index=5>>. Acesso em: 15 jul. 2025

LEWIN, Kurt. **Field Theory in Social Psychology**. New York: Harper, 1951.

LIGUORI, G.. VOZA, P. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOACKER, B. Becoming ‘culturpreneur’: How the ‘neoliberal regime of truth’ affects and redefines artistic subject positions. **Culture and Organization**, Abingdon-UK, v. 19, n. 2, p. 124-145, 2013

LIMA E DITTRICH - <http://www.vienecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload/24540.pdf>

LIMA, Deborah Rebello. “Programa Cultura Viva – 10 anos: continuidades e rupturas.” *Desigualdade & Diversidade*, PUC-Rio, 2014

LOPES, A. C.; MENDONÇA, D.; BURITY, J. A contribuição de Hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista**. São Paulo: Ed. Intermeios, 2015.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. Sobre a organização e os tradutores. In: LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

LOPES, Alice; OLIVEIRA, Anna; OLIVEIRA, Gustavo. A teoria do discurso na pesquisa em educação. Recife: Editora UFPE, 2018.

LORDON, Frédéric. **Los afectos de la política**. Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2017.

LOUNSBURY, M.; VENTRESCA, M. J.; HIRSCH, P. M. **Social movements, field frames, and industry emergence**: a cultural-political perspective. *Socio-Economic Review*, 1, 70–104, 2003.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, Agência e Interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, Edição Especial 2010, art. 4, pp. 77-107.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GUARIDO FILHO, Edson R.; ROSSONI, Luciano. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, p. 109-147, 2010.

MAGALHÃES, Renan Gustavo. Uma análise da institucionalidade da cultura a partir do Programa Cultura Viva: perspectivas pela Companhia Quatum Crescente. **Revista de Cultura e Políticas Públicas**, Maranhão, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2018. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/9234/5505/27812>>.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. **Organizations**. Nova York: John Wiley and Sons inc., 1958.

MARCH, J. G. **Handbook of Organizations**. Chicago: Rand McNally, 1965.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Rev. Sociologia Política, Curitiba**, v. 16, n. 31, p. 121-142, nov. 2008.

MARCHART, O. **El pensamiento político posfundacional**: La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2009.

_____. Teoria do discurso, pós-estruturalismo e paradigma da Escola de Essex. In: **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p.9-13

MARSHALL; ROSSMAN, 1989

MARKUS, H.; ZAJONC, R. B. The Cognitive Perspective in Social Psychology. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E (Eds.). **Handbook of Social Psychology**, v. 1, n. 3., p. 137-230. New York: Random House, 1985.

MARTINS, Júnia. Pontos de cultura: espaços da manifestação folkcomunicação. **Razón y Palabra**, n. 77, 2011.

MARX, K. **O Capital**: volume 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Teses Sobre Feuerbach**. Netmundi, 2023, *online*. Disponível em: <<https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2020/11/Teses-sobre-Feuerbach-por-Karl-Marx.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, v. 50, n. 4, pp. 370, 396, 1943.

MATITZ, Q. R. S.; VIZEU, F. Construção e uso de conceitos em estudos organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. **Revista De Administração Pública**, v. 46, n. 2, 2012, pp. 577–598.

MEDEIROS, Anny Karine de; ALVES, Mário Aquino; FARAH, Marta Ferreira. Programa Cultura Viva e o campo organizacional da cultura: análise de políticas públicas pela perspectiva institucionalista. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 49(5):1215-1235 set./out. 2015.

MELO, Sharine Machado Cabral. Acontecimento, alteridade e iminência: percurso e desdobramentos de uma pesquisa sobre a Lei Aldir Blanc. *Galáxia*, São Paulo, v. 49, e63665, 2024. DOI: 10.1590/1982-2553202463665. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202463665>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MELO, S. M. C. Pela Onda Luminosa. In: CANCLINI, N. G.; BRIZUELA, J. I.; MELO, S. M. C.; MATADAMAS, M. M. **Emergências Culturais**: instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México. São Paulo: Editora da USP, 2022.

MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. Em torno de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008, p. 25-33.

_____. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L.P. (org.) **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MENDONÇA, D. de. Antagonismo como identificação política. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 9, p. 205-228, dez. 2012.

MENEZES, Margareth. 2023: O ano em que a Cultura voltou! **Ministério da Cultura**, Brasília, DF, 26 dez. 2023. Atualizado em 17 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/2023-o-ano-em-que-a-cultura-voltou>

MENGER, P-M. **Retrato do artista enquanto trabalhador**: metamorfoses do Capitalismo. Lisboa: Roma Editora, 2005.

_____. Le travail créateur: s'accomplir dans l'incertain, Paris: Gallimard/EHESS, 2009.

MERTON, R. K. **Social Theory and Social Structure**. Nova Iorque: Free Press, 1968.

_____. **Social Theory and Social Structure**. 2nd ed. Glencoe, IL: Free Press, 1957.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myths and ceremony. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 83, n. 2, pp. 340-363, 1977.

MEYER, J. W. Centralization of funding and control in educational governance. In: MEYER, J. W.; SCOTT, R. W. **Organizational Environments**: Ritual and Rationality, p. 179-198. Beverly Hills: Sage, 1983.

MINC. Ministério da Cultura. **Programa Cultura Viva**. Brasília: Ministério da Cultura, DF, 2010a.

_____. **Cultura Viva: as práticas da pedagogia griô**. Brasília: MinC, 2010b.

_____. **Mapa da Plataforma Rede Cultura Viva**. Brasília: Ministério da Cultura, DF, 2023a. Disponível em: <<http://culturaviva.gov.br/busca>>. Acesso em 15 jul. 2023.

_____. **Aldir Blanc II vai injetar R\$3 bi no setor cultural em 2023**. Brasília: Ministério da Cultura, DF, 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/aldir-blanc-2-vai-injetar-r-3-bi-no-setor-cultural-em-2023>>. Acesso em 18 jul. 2023.

_____. **Histórico**. Portal do Sistema Nacional de Cultura (*online*). Brasília: Ministério da Cultura, DF, 2023c. Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

_____. **Lei Aldir Blanc**. Portal do Sistema Nacional de Cultura (*online*). Brasília: Ministério da Cultura, DF, 2023d. Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/auxilio-cultura/auxiliocultura/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. **Circula MinC Cultura Viva acontece em 19 estados**. Brasília: Ministério da Cultura, 18 de set. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/centrais-de-conteudo/sala-de-imprensa/pautas-e-releases-1/circula-minc-cultura-viva-comeca-nesta-segunda-18-editais-vao-investir-r-61-milhoes>>. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. Cultura Viva. **Campanha Julho Cultura Viva pelo Brasil**. Cultura Viva – Acesso à Informação. Publicado em 10 jun. 2024b. Atualizado em 23 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/cultura-viva-20-anos>>.

_____. **O fim do passivo de prestação de contas do Ministério da Cultura**. 09 abr. 2025a. Atualizado em 11 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/o-fim-do-passivo-de-prestacao-de-contas-do-ministerio-da-cultura>>.

MINSKY, H. Uncertainty and the Institutional Structure of Capitalist Economics. **Journal of Economic Issues**, n. 2, p. 357-368, jun. 1996.

MISOCZKY, 2003. Poder e Institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

MONTANARI, I. O Singular e o Plural: o processo de institucionalização do Sistema Nacional de Cultura. **Dissertação** apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São

Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Gestão de Políticas Públicas. São Paulo, 2022.

MOUFFE, Chantal. **La Paradoja Democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. **Prácticas artísticas y democracia agonística**. Barcelona, Bellaterra: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2007.

_____. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2009.

_____. **Sobre o Político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MUNIR, K. A. Challenging Institutional Theory's Critical Credentials. **Organization Theory**, v. 1, 2019.

NASCIMENTO, M. "Todos juntos, todos nós": o narcisismo das pequenas diferenças e a dinâmica de identificações entre os membros do CEC-SC no contexto da pandemia da covid-19, 2021. 276 f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

NASCIMENTO, M.; DELLAGNELO, E. H. L. Entre a Obrigação e o Prazer de Criar: uma análise Psicodinâmica do prazer-sofrimento trabalho artístico. **REAd. Rev. eletrôn. adm.**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 135-166, ago. 2018.

NASCIMENTO, Monique; SCHERER, Fernando; DELLAGNELO, Eloise Livramento. Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc: o papel da articulação de atores sociais do campo da cultura para o (re)organizar de um processo de luta. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 20., 2023, Salvador. Anais... Salvador: ENECULT, 2023. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/anais-20>. Acesso em: 1 set. 2025

NICOLAU, V. R. S. Lei Paulo Gustavo: o que é e pra que serve. **Politize online**, 22 de set. 2022. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lei-paulo-gustavo/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

NOGUEIRA, A. C.; ANDRADE, F. Pontos de Cultura, particularidades na gestão? Um estudo na primeira capital brasileira da cultura. 2007. Dissertação (Mestrado Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

NUNES, E. D. Merton e a sociologia médica. **Rev. História, Ciências, Saúde-manguinhos**, v. 14, n. 1, 2007, pp. 159–172.

OLIVEIRA, D. J. Direitos Culturais e Políticas Públicas: os marcos normativos do Sistema Nacional de Cultura. **Tese** apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direitos Humanos, sob a orientação do Professor Associado Dr. Dennis de Oliveira. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Gustavo GS. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. LOPES, Alice; OLIVEIRA, Anna; OLIVEIRA, Gustavo. **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE, 2018.

OLIVEIRA, G. G.; OLIVEIRA, A. L.; MESQUITA, R. G. **A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em educação**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, 16, 145–179, 1991.

PAES, K. D. ; DELLAGNELO, E. H. L. O Sujeito na Epistemologia Lacaniana e Sua Implicação Para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, p. 530-540, 2015.

PAES, K. D. O sujeito político e a organização da resistência: o caso do Centro de Mídia Independente Florianópolis à luz da Teoria do Discurso Político e da psicanálise lacaniana. **Tese** submetida ao Curso de Pós- Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (CPGA/UFSC) para a obtenção do Grau de Doutora em Administração. Florianópolis, 2015.

PARADA, A. E o palhaço o que é? O Circo da Dona Bilica na perspectiva da economia criativa: uma análise das dimensões de tecnologia, tamanho, espaço e tempo. **Tese** (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2016.

PARADA A. A.; DELLAGNELO, E. H. L.; WILL, F. Economia criativa, do discurso à realidade: o caso do Espaço Cultural Circo da Dona Bilica. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 188-209, 2016.

PARKER, M. **Against Management**: Organization in the Age of Managerialism. Cambridge: Polity, 2002.

PARSONS, T. **Structure and process in modern societies**. New York: Free Press, 1960.

_____. **The Structure of Social Action**. New York: McGraw-Hill, 1937.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**: Programa de políticas públicas de cultura. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002.

PASSO DE TORRES (SC). **Edital de Chamamento Público n.º 10/2023 – Lei Paulo Gustavo – Ponto de Cultura – Passo de Torres**. Diário Oficial dos Municípios de SC, 3 dez. 2023a. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/atos/5365833>. Acesso em: 3 set. 2025. Diário Municipal SC

PASSO DE TORRES (SC). Prefeitura Municipal. **Lista de inscritos e homologação – Edital n.º 10/2023 (Ponto de Cultura/LPG)**. DOM/SC, 4 dez. 2023b. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/atos/5394195>. Acesso em: 3 set. 2025. Diário Municipal SC

PASSO DE TORRES (SC). Prefeitura Municipal. **Prefeitura entrega premiação de Ponto de Cultura da Lei Paulo Gustavo**. 21 dez. 2023c. Disponível em: <https://passodetorres.sc.gov.br/prefeitura-entrega-premiacao-de-ponto-de-cultura-da-lei-paulo-gustavo/>. Acesso em: 3 set. 2025. Passo de Torres

PASSOLONGO, C.; ICHIKAWA, E. Y.; REIS, L. G. Contribuições da Teoria Institucional para os Estudos Organizacionais: o caso da Universidade Estadual de Londrina. **Rev. de Negócios**, Blumenau, v. 9, n. 1, 2004.

PATERSON, B. L.; BOTTORFF, J. L.; HEWAT, R. Blending observational methods: possibilities, strategies and challenges. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 2, n. 1, p. 29-38, 2003.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 1, 2006, pp. 01–12.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes antropológicos, n. 42, p. 377-391, 2014.

PEIXE, João Roberto. Sistema Nacional de Cultura: um novo modelo de gestão cultural para o Brasil. In: RUBIM, Albino (org). **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2016, p. 221-246.

PEREIRA, I. M. Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio: uma análise crítica de discurso. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2022.

PERROW, C. A society of organizations. **Theor. Soc.**, v. 20, p. 725-762, 1991.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000.

PONTÃO CATARINA. **A Rede-SC**. 2025a Disponível em: <<https://culturacatarina.com.br/redesc/>>. Acesso em: 15 jun. 2025a.

_____. **Mini-Teia Oeste/Serra (14–16 fev. 2025)**. Cultura Catarina, 15 fev. 2025b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DGGWSNURWjM/?img_index=1>. Acesso em: 2 set. 2025.

_____. [[@culturacatarina](#)] **Atividades do primeiro dia da Miniteia na mesorregião Oeste/Serra**. Publicado em 15 de fevereiro de 2025c. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DGHJQj3xuYe/?img_index=1>. Acesso em: 2 set. 2025.

_____. [[@culturacatarina](#)] **A mini-teia Norte/Vale**. Publicado em 11 abr. 2025d. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DIToAH7x362/?img_index=2>.

_____. [[@culturacatarina](#)] **Convocatória aos Pontos de Cultura de Santa Catarina!** Publicado em 5 mai. 2025f. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DJRWyW3x_Mn/>.

_____. [[@culturacatarina](#)] **Inscrições Abertas para o 2º Ciclo de Formação**. Publicado em 11 abr. 2025g. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DIUR3Ghxba1/>>.

_____. [[@culturacatarina](#)] **Convocação para a Assembleia dos Pontos de Cultura de Santa Catarina**. Publicado em 26 mai. 2025h. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DKIfgQRxYkz/>>.

_____. [[@culturacatarina](#)] **Pontos de Cultura de Santa Catarina, atenção para a convocação: Amanhã tem Assembleia virtual!** Publicado em 10 jun. 2025i. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DKvJ4g_RCB/>.

_____. [[@culturacatarina](#)] **Pontos de Cultura de Santa Catarina, hoje é dia Assembleia virtual!** Publicado em 17 jun. 2025j. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DLAfSf6g4wT/>>.

_____. **1º Ciclo de Formação (10–20 mar. 2025)**. Cultura Catarina, 5 mar. 2025. Acesso em: 2 set. 2025k.

_____. **A ATG realiza o ATG ARTE SHOW 2024 com recursos da Lei Paulo Gustavo SC...** (Ponto de Cultura Artes Reviradas, Criciúma). 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C8uVpuuM6HW/>>. Acesso em: 3 set. 2025

PONTOS DE CULTURA. Pontos de Cultura se mobilizam por garantia de recursos para a Política Nacional Cultura Viva. **Instagram**, 12 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CumaQ5pudyN/>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PONTOS SC. Pontos Catarina [Instagram]. **Governador, a cultura de SC pede urgência**. Publicado em 27 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CB9KSWjJvdc/>>. Acesso em 15 jun. 2025

PONTOS SC. Pontos Catarina [Instagram]. **Atenção Pontos de Cultura de Santa Catarina**. Publicado em 16 de maio de 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C7DLKfIMUfA/>>

PONTOS SC. Pontos Catarina [Instagram]. **Olha a delegação Catarinense na abertura do Encontro Cultura Viva 20 Anos!** Publicado em 3 de julho de 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C89kKtng4bU/>>.

PORTANTIERO, J. C. Los usos de Gramsci. **Cuadernos de Pasado y Presente**, n.54, México, 1978.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Neoliberalismo, antineoliberalismo, nuevo neoliberalismo. Episodios y Trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: **Neoliberalismo em América Latina: Crisis, tendências y alternativas**, 2015, p. 19-42.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

PRESTES MOTTA, F. **Organização e poder**: empresa, estado e escola. São Paulo: Atlas, 1990.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-130.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RAUBER, I. **Sujetos Políticos**: Rumbos estratégicos y tareas actuales de los movimientos sociales y políticos en América latina. Santo Domingo: Pasado y Presente, 2005.

REDE CULTURA VIVA. Rede de Incentivo e Disseminação de Iniciativas Culturais Cultura Viva. **Somos todos Pontos de Cultura**. 2023, *online*. Disponível em: <<http://culturaviva.gov.br/rede/faq/>>. Acesso em: 9 jul. 2023.

REDE RS. Rede RS de Pontos de Cultura. **Encontro estadual com a comissão da Rede RS de Pontos de Cultura**. Porto Alegre, 28 abr. 2023. [*online*]. Disponível em: <<https://pontosdeculturars.redelivre.org.br/category/comissao-rs-pontos-de-cultura/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

REDE-SC. Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina. **Acúmulos da Rede-SC para Audiência Pública da PNAB**. Documento elaborado coletivamente e validado na Assembleia dos Pontos de Cultura de Santa Catarina, 7 maio 2024.

RODEIO (SC). **Prefeitura Municipal**. *Edital de Prorrogação nº 001/2023 – LPG*. 04 out. 2023. Diário Oficial dos Municípios de SC. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/5200415>.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C.; DELLAGNELO, E. H. L. O processo de empresarização em organizações culturais brasileiras. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan. 2014.

RODRIGUES, Marcio Silva; DA SILVA, Rosimeri Carvalho. Empresarização no figueirense futebol club e no sport club internacional. **Gestão. Org**, v. 4, n. 3, p. 38-54, 2006.

ROETHLISBERGER, F. J.; DICKSON, W. J. **Management and the Worker**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1939.

ROSALDO, Renato. *Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis*. Boston, Mass.: Beacon Press, 1989.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1990 aos anos 2000**. In: Revista **CULT**, n. 119, 2007a.

_____. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições**. **Galáxia**, n. 13, p. 101-113, 2007b, Brasil.

_____. Três tristes tradições nas políticas culturais brasileiras. **Políticas Culturais em Revista**, v. 1, n. 1, Salvador, p. 15-23, jan./jun. 2007c.

_____. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.31, n.1, 2008 pp. 183-203.

_____. **Cultura e política: ensaios de mediações culturais**. Salvador: Edufba, 2015.

_____. Políticas Culturais no Governo Dilma: Patamar Rebaixado. In: RUBIM, A. A. C., BARBALHO, A.; CALABRE, L. (org). **Políticas Culturais no Governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p.11-31.

SANGÃO (SC). **Resultado – Vagas Reservadas às Cotas Raciais – Edital 04/2023** (08 nov. 2023). ...*Portaria SMEECT/2023 n° 001 e Decreto Municipal n° 68/2023 (04/07/2023)*. DOM/SC. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/5268461>.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. **Reuniões de escuta ampliada Lei Paulo Gustavo em SC: demais áreas**. Cultura.SC, 15 jun. 2023a. Disponível em: <https://cultura.sc.gov.br/programacao/2208-reunioes-de-escuta-ampliada-lei-paulo-gustavo-em-sc-demais-areas?date=2023-06-15-19-00>

_____. Governo do Estado de Santa Catarina. **Editais e Ações** – Editais. Cultura.SC, 2023b. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/editais-e-acoes/editais>.

_____. Tribunal de Contas do Estado de SC Santa Catarina. **TCE/SC vai colaborar para entendimento sobre aplicação da Lei Paulo Gustavo**. Florianópolis: TCE/SC, 06 jun. 2023c. Disponível em: <https://www.tcsc.tc.br/tcsc-vai-colaborar-para-entendimento-sobre-aplicacao-da-lei-paulo-gustavo>

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Prêmio Catarinense de Cinema — Edição Especial Lei Paulo Gustavo 2023** [página de seleção – FEPESE]. Florianópolis, 2023d. Disponível em: <https://ssl.fepese.org.br/2023/premiodecinema/?endpoint=f3abf4d8a4021ac2446b2539cee8e966&tk=9c7add0b68f8ecacd95b46bdd08f15cb>. Acesso em: 22 ago. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Prêmio de Exibição** — FCC & Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) [página de seleção – FEPESE]. Florianópolis, 2023e. Disponível em: <https://ssl.fepese.org.br/2023/exibicaoofcc/?endpoint=f3abf4d8a4021ac2446b2539cee8e966&tk=5fc741762ab5e60a433c63687942b2cd>. Acesso em: 22 ago. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Modernização e Adaptação de Salas de Cinema** — Lei Paulo Gustavo SC [página de seleção – FEPESE]. Florianópolis, 2023f. Disponível em: <https://ssl.fepese.org.br/2023/salasdecinema/?endpoint=f3abf4d8a4021ac2446b2539cee8e966&tk=6d42650c-a1f9-4bbd-b792-70f7f22364ab>. Acesso em: 22 ago. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Prêmio a Micro e Pequenas Empresas do Setor Audiovisual** [página de seleção – FEPESE]. Florianópolis, 2023g. Disponível em: <https://ssl.fepese.org.br/2023/premioempresas/?endpoint=f3abf4d8a4021ac2446b2539cee8e966&tk=4acd65de82521ea79a43fd892216d791>. Acesso em: 22 ago. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Prêmio de Mérito Cultural** — Lei Paulo Gustavo SC [página de seleção – FEPESE]. Florianópolis, 2023h. Disponível em: <https://ssl.fepese.org.br/2023/meritocultural/?endpoint=f3abf4d8a4021ac2446b2539cee8e966&tk=d4b2c67a9ff603746ae27af1718e2b9d>. Acesso em: 22 ago. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **LPG D+ SC 2023** — Fomento a projetos nas demais áreas da cultura [página de seleção – FEPESE]. Florianópolis, 2023i. Disponível em: <https://ssl.fepese.org.br/2023/lpgsc2023/?endpoint=f3abf4d8a4021ac2446b2539cee8e966&tk=fc9b92f7c8125bca9f196d59f2770619>. Acesso em: 22 ago. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **FCC promove série de reuniões virtuais de escuta ampliada sobre Política Nacional Aldir Blanc**. *Cultura.SC*, 2024a. Disponível em: <<https://cultura.sc.gov.br/noticias/24780-fcc-promove-serie-de-reunioes-virtuais-de-escuta-ampliada-sobre-politica-nacional-aldir-blanc>>.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Circuito Catarinense de Cultura** – PNAB 2024b: abertura de inscrições (19/10/2024). Florianópolis: FCC, 2024b. Publicações oficiais em redes sociais e imprensa local. Acesso em: 2 set. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Prêmio Pontos de Cultura** – PNAB 2024f. Florianópolis: FCC, 2024c. Publicações oficiais em redes sociais e imprensa local (dez. 2024). Acesso em: 2 set. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Edital Conexão Cultural** – PNAB 2024d (Pontões). Florianópolis: FCC, 2024d. Publicações oficiais em redes sociais e imprensa local (nov. 2024). Acesso em: 2 set. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Prêmio Expressões Culturais** – PNAB 2024c. Florianópolis: FCC, 2024e. Publicações oficiais em redes sociais (nov.–dez. 2024). Acesso em: 2 set. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Atas das Reuniões de Escuta Pública da Comissão de Organização e Acompanhamento da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, Santa Catarina, 2024f**. Florianópolis: FCC, 2024f. Documento digital, assinado eletronicamente, disponível em: <<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo>>. Acesso em: 3 set. 2025 .

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Revitaliza SC – PNAB 2024e**. Florianópolis: FCC, 2024. Publicações oficiais em redes sociais (nov. 2024–jan. 2025). Acesso em: 2 set. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Prêmio Mestres da Cultura Popular – PNAB 2024h**. Florianópolis: FCC, 2024h. Publicações oficiais em redes sociais (nov. 2024–fev. 2025). Acesso em: 2 set. 2025.

_____. Fundação Catarinense de Cultura. **Extrato digital de publicação: Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR)**. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, edição nº 22.319, matéria nº 1012210, 30 jul. 2024i. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/24780-fcc-promove-serie-de-reunioes-virtuais-de-escuta-ampliada-sobre-politica-nacional-aldir-blanc>>. Acesso em: 3 set. 2025

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

_____. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SANTOS, Izabel. **Pedagogia griô: ancestralidade, tradição oral e educação**. Salvador: 2018.

SÃO MIGUEL DO OESTE (SC). **Portaria nº 0501/2023** (26 set. 2023). Nomeia Comissão para fiscalizar e acompanhar a execução da LC 195/2022. Disponível em: <<https://transparencia.saomiguel.sc.gov.br/...0501-2023.pdf>>.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral** (1916). 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERER, Fernando Nichterwitz. Zero Hora e a construção do consenso sobre a monocultura de soja no Rio Grande do Sul: uma análise crítica de discurso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) — Departamento de Ciências Administrativas, Escola de Administração, UFRGS.

_____. A luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres na UFRGS e na UFPR: alternativas e desafios encontrados nos processos de articulação de atores sociais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) — Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, UFRGS.

SCHERER, Fernando N.; FRITZEN, Fabiano C. Workplace conflict: exploring dimensions of organizational tensions. **Ephemera: Theory & Politics in Organization**, v. 20, n. 1, p. 139-165, 2020. Disponível em: <<https://ephemerajournal.org/sites/default/files/2022-01/20-1SchererFritzen.pdf>>.

SCHERER, Fernando Nichterwitz; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. Superexploração do trabalho e Teoria Marxista da Dependência: precarização do trabalho para além dos processos de reestruturação produtiva na América Latina. In: ATZENI, Maurizio et al. (org.). **Clase, proceso de trabajo y reproducción social: ampliando las perspectivas de los estudios laborales**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CEIL-CONICET, 2021. p. 193-226. (Materiales, 3). ISBN 978-987-48047-0-9. Disponível em: <https://www.ceil-conicet.gov.ar/wp-content/uploads/2021/10/MA03-Atzeni-et-al.pdf>. Acesso em: 1 set. 2025.

SCHERER, Fernando; FRANZ, Alice; DELLAGNELO, Eloise Livramento. De paraíso turístico à cidade criativa: a supressão de demandas dos atores do campo da cultura no processo de rearticulação do projeto hegemônico de desenvolvimento de Florianópolis. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 11., 2020, Fortaleza. Anais... Fortaleza: EnEO, 2020. Disponível em: <<https://www.anpad.org.br/11-eneo>>. Acesso em: 1 set. 2025

SCHERER, F. ; DELLAGNELO, E. H. L.. A organização da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina: um olhar para os processos de institucionalização relacionados à LPG e à PNAB à partir da TDP. In: Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Anais...Florianópolis(SC) UFSC, 2024. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/viiiicbeo/829270-A-ORGANIZACAO-DA-REDE-DE-PONTOS-DE-CULTURA-DE->>>.

SCHNEIBERG, M., SOULE, S. A. Institutionalization as a contested, multilevel process. In G. F. Davis, D. McAdam, W. R. Scott, & M. N. Zald (Eds.), **Social movements and organization theory**. New York: Cambridge University Press, 2005.

SCHOELLER, Ana. **Presidente da FCC é exonerado por engano**. ND Mais, 16 dez. 2023. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/politica/presidente-da-fcc-e-exonerado-por-engano/>>. Acesso em: 6 set. 2025.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema: Estado, cultura e elites no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

SCOTT, Richard W. The Adolescence of Institutional Theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 32, n. 4., p. 493-511, dez., 1987.

_____. **Institutions and Organizations: foundations for organizational science**. Londres: Sage, 1995.

_____. Approaching adulthood: the maturing of institutional theory. **Theory and Society**, v. 37, n. 5, p. 427-442, Oct. 2008.

SCOTT, R. W.; MEYER, J. W. Environmental linkages and organizational complexity: Public and private schools. In: LEVIN, H. M.; JAMES, T (eds). **Comparing Public and Private Schools**. New York: Falmer Press, 1987.

SEARLE, John R. Language and Social Ontology. **Theory and Society**, v. 37, n. 5, p. 443-459, Oct. 2008.

SECULTBA. Secretaria de Cultura da Bahia. **Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc II devem beneficiar Pontos de Cultura da Bahia**. Salvador, 17 de maio de 2023. [online]. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/2023/05/21824/Lei-Paulo-Gustavo-e-Lei-Aldir-Blanc-II-devem-beneficiar-Pontos-de-Cultura-da-Bahia.html>>. Acesso em: 8 jul. 2023

SETORIAL DE ARTES VISUAIS (@setorial_de_artes_visuais). **Convite para Reunião Híbrida dos Pontos de Cultura de Santa Catarina**. Instagram, 15 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Ctg9la4L13j/>>.

SETORIAL LGBTQIAPN+ (@setorialculturalgbt). **Cultura Ocupa Largo da Alfândega**. Instagram, 12 de março de 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C4aov2FrlnU/>>.

SELZNICK, Philip. Foundations of the Theory of Organization. **American Sociological Review**, v. 13, p 25-35, 1948.

_____. **Leadership in Administration**. New York: Harper & Row, 1957.

_____. Institutionalism “old” and “new”. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, Jun. 1996, pp. 270-277.

_____. **Moral Commonwealth**: social theory and the promise of community. Berkeley: University of California Press, 1992.

SEMENSATO, C. A. G.; BARBALHO, A. A. A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC. **Pol. Cult. Rev.**, v. 14, n. 1, p. 85-108, 2021a. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/42565/24270>>. Acesso em: ago. 2023.

_____. Política Cultural em Tempos de Crise: Lei Aldir Blanc e o Sistema Nacional de Cultura. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 35, p. 17-37, 2021b.

SEO, M.; CREED, W. D. Institutional contradictions, praxis and institutional change: a dialectical perspective. **Academy of Management Review**, n. 27 v. 2, p. 222-247, 2002.

SILVA, Frederico A. B.; ARAÚJO, Herton E. — Cultura Viva: avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania (Programa Cultura Viva). Brasília: Ipea, 2010

SILVA JÚNIOR, J. R. Os desafios dos setores criativo e cultural brasileiros durante e depois da pandemia covid-19. **Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 344 – 363, jan./jun. 2021.

SILVEIRA, S. J. C. A Nova Economia Institucional é Institucionalista? **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 525-535, jan./jul. 2014.

SIMÕES, J. M.; VIEIRA, M. M. F. A atuação do estado e do mercado na trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil. In: VIEIRA, M. M. F.; SILVA, R. C. D.; RODRIGUES, M. S. **Cultura, mercado e desenvolvimento**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.

SIMÕES, Janaina Machado. O campo organizacional da cultura no Brasil: entre o estado e o mercado. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2006.

SIMON, H. A. **Administrative Behavior**. 2nd ed. New York: Macmillan, 1957 (Original work published 1945).

_____. A. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1979. (Trabalho original publicado em 1945).

_____. **Models of My Life**. New York: Basic Books, 1991.

SKARNIO, T. **Projeto de Lei Cultura Viva em Santa Catarina Ganha Novo Fôlego**. Skarnio TV online. Disponível em: <<https://skarnio.tv/lei-cultura-vivasc/>>. Acesso em 20 jul. 2023.

SOETENS, A; HUYBRECHTS, B. Resisting the Tide: The Roles of Ideology in Sustaining Alternative Organizing at a Self-managed Cooperative. **Journal of Management Inquiry**, v. 32, n. 2, p. 134–151, 2023.

SOUZA, M. M; CARRIERI, A. P. Racionalidades no fazer artístico: estudando a perspectiva de um grupo de teatro. **RAE**, v. 51, n. 4, p. 382-395, jul./ago. 2011.

SPRADLEY, J. P. Participant Observation. New York: Holt, Rinehart and Winston Ed. 1980

STRATHERN, Marilyn. *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1988; reimpresso 1991.

STARK, D. Recombinant property in East European capitalism. **American Journal of Sociology**, 101, 993–1027, 1996.

ST. PIERRE, Elizabeth A. Post-qualitative research: The critique and the coming after. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **The SAGE handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2011. p. 611-626.

STRAUSS, D.; DATHEIN, R. Institucionalismo Radical e o Pensamento Marxiano: uma análise comparativa de seus paradigmas com base em William Dugger. **Revista Oikos**, v. 18, n. 3, Rio de Janeiro, p. 57-72, 2019.

SUDDABY, R. Can Institutional Theory be Critical? **Journal of Management Inquiry**, n. 24, v. 1, 2014.

TEIA SP DIGITAL. **João Pontes - Diretor da política nacional de Cultura Viva - MinC**. Youtube, 31 mai. 2023. [9min]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TrFXon8FRHs>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

TORFING, J. **New theories of discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek. Oxford: Blackwell, 1999.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W. Institutional Logics. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C., LAWRENCE, T. B.; MEYER, R. E. **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. Londres: SAGE Publications, 2017.

THORNTON, P. H.. **Markets from culture**: institutional logics and organizational decisions in higher education publishing. Stanford, CA: Stanford University Press, 2004.

THROSBY, D. **Economics and Culture**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003;

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. Institutional Sources of Change in the Formal Structure of Organizations: The Diffusion of Civil Service Reform, 1880-1935. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, no. 1, p. 22-39, 1983.

TORO, Rolando. **Biodanza: uma proposta de educação biocêntrica**. São Paulo: Olavobrás, 2002.

TOUBIANA, M.; ZIETSMA, C. The message is on the wall? Emotions, social media and the dynamics of institutional complexity. **Academy of Management Journal**, n. 60, p. 922-953, 2017.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Atica, 1992.

_____. Sociologia e a crítica da economia capitalista em Max Weber. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 63, p. 119-138, 2018.

TURINO, Célio. *Cultura Viva: a política cultural do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2023.

TURINO, C. **Ponto de cultura**: o Brasil de baixo para cima. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

_____. Uma Defesa Poética e Acadêmica do Cultura Viva e seus Pontos de Cultura. **Youtube (online)** [3h13min]. 14 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hqkyxZ_4Gtk>. Acesso em: 14 jun. 2023.

TURINO, Célio. *Viagem à semente: uma anamnese da Cultura Viva*. Tese (Doutorado em Cultura) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura**: *O Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Carta de Salvador**. In: I Encontro Nacional de Cultura e Arte nas Universidades Brasileiras. Salvador, 3 a 5 de julho de 2023.

UNESCO; BID; SEGIB; OEI; MERCOSUR. **Evaluación del impacto del Covid-19 en las industrias culturales y creativas**: una iniciativa conjunta del Mercosur, UNESCO, BID, SEGIB e OEI. Paris: Unesco, 2021.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO, 2001. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127162_por.

VAN NEUTGEM, A. Por Outras Possibilidades de Organizar: a estética rancieriana como alternativa para estudos em organizações culturais. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Administração. Florianópolis, 2018.

VEBLEN, T. **The place of science in modern civilisation and other essays**. New York: Viking, 1952.

_____. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

VECCHIO, R. **A Utopia em Ação**. Porto Alegre: Terreira da Tribo, 2007.

VIDICH, A. J.; LYMAN, S. M. Métodos qualitativos: sua história na sociologia e na antropologia. In: DENZIN, N. K.; LICOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 49-90.

VIEIRA, M. M. F.; MISOCZKY, M. C. **Instituições e Poder**: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Editora UFPE, 2003.

VIEIRA, M. M. F.; SILVA, R. C. D.; RODRIGUES, M. S. **Cultura, mercado e desenvolvimento**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.

VIEIRA, M. M. F.; (Org.) **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: EDUFEPE, 2003

WATSON, John Broadus. O comportamentismo. in HERRNSTEIN, R. J.; BORING, E. G. **Textos básicos de história da psicologia**. São Paulo: Herder e EDUSP, 1971.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin-Claret, 2002

WILLIAMSON, O. E. **Organization Theory**: from Chester Barnard to the present and beyond. Oxford: Oxford University Press, 1990.

XANXERÊ (SC). Prefeitura Municipal. *Lei Paulo Gustavo: Prefeitura de Xanxerê publica edital de inscrição para projetos culturais*. Xanxerê, 8 abr. 2024. Atualizado em 5 jul. 2024. Disponível em: <<https://xanxere.sc.gov.br/lei-paulo-gustavo-prefeitura-de-xanxere-publica-edital-de-inscricao-para-projetos-culturais-2/>>.

XAVIER, Marina Coelho. **A representação de organização no discurso da Política Nacional de Cultura Viva**. 2015. 211 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

XAVIER, M.; DELLAGNELO, E. H. L.; NASCIMENTO, M. A ideia de organização cultural no discurso da Política Nacional de Cultura Viva: uma análise crítica do discurso. **Rev. Bras. de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 1, p. 214-245, jan. 2021.

YANOW, Dvora. Organizational ethnography: between toolbox and world-making. **Journal of Organizational Ethnography**, v. 1, n. 1, p. 31–42, 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/20466741211220633/full/html>. Acesso em: 29 maio 2025.

APÊNDICES

A) Roteiro de Observação Etnográfica

1. Aspectos Gerais da Observação

- **Objetivo:** compreender como práticas, interações e discursos atualizam disputas de sentido sobre cultura e organização nos processos de implementação da LPG e da PNAB.
- **Postura do pesquisador:** participante observador, assumindo reflexivamente as diferentes posições de sujeito vivenciadas (pesquisador, representante setorial, membro de comitê, integrante de equipe de formação).
- **Registro:** notas de campo detalhadas (descrição densa), documentos produzidos pelos coletivos, registros audiovisuais (quando autorizados), materiais de divulgação e memória (cartazes, posts, atas).

2. Eixos de Observação

a) Dimensão organizacional e práticas coletivas

- Como se estruturam as reuniões, assembleias e fóruns?
- Que práticas de gestão e organização são mobilizadas (horizontalidade, consenso, votação, liderança rotativa)?
- Como são produzidos documentos, atas, comunicados e como circulam?

b) Dimensão política e articulatória

- Quais são os significantes centrais mobilizados nos encontros (ex.: “cultura de base comunitária”, “gestão compartilhada”, “pluralidade”)?
- Como emergem disputas ou antagonismos entre atores ou grupos?
- Que fronteiras discursivas são estabelecidas (quem é incluído/excluído, quais demandas são reconhecidas ou silenciadas)?
- Como se articulam os diferentes níveis institucionais (Rede-SC, FCC, MinC, conselhos municipais)?

c) Dimensão afetiva e relacional

- Quais afetos circulam nos encontros (entusiasmo, frustração, esperança, cansaço)?
- Como esses afetos contribuem para a construção de equivalências ou para reforçar antagonismos?
- Que práticas de acolhimento e solidariedade aparecem no cotidiano organizativo?

d) Dimensão prática-social (cotidiano de implementação da LPG e PNAB)

- Como são tratados prazos, editais, prestações de contas, dispositivos legais?
- Quais estratégias coletivas emergem para lidar com burocracias e exigências normativas?
- Como a Rede-SC reativa sentidos históricos da Cultura Viva em meio a essas práticas?

3. Procedimentos Analíticos Vinculados à Observação

- **Identificação de momentos de sedimentação** (quando certos significados se estabilizam nas práticas).

- **Identificação de momentos de reativação** (quando sentidos históricos são retomados em novas disputas).
- **Reconhecimento de antagonismos e deslocamentos** (situações em que emergem rupturas, tensões ou redefinições).
- **Mapeamento de pontos nodais** (significantes que organizam discursos e práticas coletivas).

4. Resultados Esperados da Observação

- Reconstruir os modos como a Rede-SC disputa sentidos de cultura e organização.
- Evidenciar como os processos institucionais (LPG, PNAB) são vividos, traduzidos e apropriados pelas práticas locais.
- Demonstrar o caráter precário, contingente e politicamente disputado da institucionalização cultural.

B) Pré-roteiros de Entrevistas

1) Pré Roteiro das Entrevistas com Ponteiros

1. Primeiramente, peço que você se apresente e fale um pouco sobre a sua atuação na área da cultura e junto à (Ponto de Cultura/organização que a entrevistada participa)	1.1 Qual a sua atuação e tempo de experiência no campo da cultura?
	1.2 Quais os locais em que você atua?
	1.3 Quais os principais parceiros nessa atuação?
	1.4 Quais as principais possibilidades e dificuldades do trabalho na sua área?
	1.5 Como é o trabalho que você realiza junto à organização (Ponto de Cultura)?
	1.6. Você já teve acesso a recursos provenientes de algum mecanismo de fomento?
	1.7.a Se sim, qual? Como foi essa experiência?
	1.7.b Se não, ao que você atribui esse fato?
2. Você poderia comentar um pouco sobre a história da organização da qual você participa (Ponto de Cultura) a partir da sua perspectiva?	2.1 Como, quando e onde surgiu?
	2.2 Quais as pessoas envolvidas hoje? E antes?
	2.3 Como funciona essa organização?
	2.4 Como o trabalho é dividido e realizado?
	2.5 Como são distribuídas as tarefas?
	2.6 Como são tomadas as decisões?
	2.7 Existe preocupação a respeito do planejamento das atividades do grupo? Como isso é feito?
	2.8 Como, quando e por que essa organização se tornou um ponto de cultura?
	2.9 Qual a importância disso para a história da organização e para a sua trajetória profissional?
	2.10 Quais as principais fontes de recurso da organização?
	2.11 Houve algum tipo de captação através de editais da LPG ou da PNAB?

3. Na sua visão, o que faz dessa organização um ponto de cultura?	3.1 Quais as características de base comunitária da organização?
	3.3 Para você, o que significa ser um ponto de cultura?
	3.4 Quais as principais dificuldades enfrentadas pela organização desde o seu credenciamento?
	3.5 Quais as parcerias mais relevantes que foram estabelecidas na atuação da organização?
	3.6 Quais os principais desafios enfrentados pelos Pontos de Cultura de maneira geral, na sua opinião?
4. Você poderia comentar um pouco sobre a história da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina?	4.1 Como, onde e quando surgiu?
	4.2 Quais as pessoas envolvidas nessa origem?
	4.3 Quais os atores e organizações você destaca como importantes nessa história?
	4.4 Na sua opinião, qual a importância da realização das primeiras teias e mini-teias nesse processo?
	4.5 Que outras ações você destacaria como importantes historicamente?
	4.6 Quais os desafios enfrentados na constituição da Rede-SC?
	4.7 Você participou dessa construção? Se sim, como?
	4.8 Na sua opinião, qual o papel da Rede-SC?
5. De maneira geral, como você descreveria o trabalho e a atuação da Rede-SC?	5.1.a Como funciona a rede e qual o seu objetivo?
	5.2 No seu entender, por que a rede foi criada?
	5.3 Na sua opinião, quais as ideias defendidas por essa rede?
	5.4 Essas ideias são importantes para você? Se sim, por que?
	5.5 Como as tarefas são definidas e distribuídas na Rede-SC?
	5.6 Como a atuação junto à Rede-SC contribui para os objetivos do grupo cultural/coletivo?
	5.7 Quais as principais dificuldades para a atuação da Rede-SC?
	5.8 Você identifica diferenças entre as organizações que participam da Rede-SC? Se sim, quais?
	5.9 Você identifica mudanças recentes na Rede-SC? Se sim, quais?
	5.10 Ao que você atribui essas transformações?
	5.11 Como se dá a comunicação com os pontos de cultura e 'novos' pontos de cultura?
	5.12 Para você, qual o papel dos pontos de cultura nesse processo?
	5.13 Quais os principais desafios e dificuldades enfrentados nesse processo de articulação?
	5.14 Para você, como a articulação em rede contribui para a realização das atividades artísticas e culturais?
	5.15 Que tipo de ações voltadas aos pontos de cultura foram realizadas recentemente pela Rede-SC?
	5.16 Você identifica divergências ou conflitos sobre essas ações, ou sobre

	como deveriam ser realizadas? Quais?
	5.17 Nessas ações, quais os problemas e dificuldades comuns identificados entre os pontos de cultura do estado?
7. Na sua opinião, as mudanças nas políticas públicas culturais dos últimos anos (citar LPG e PNAB) afetam, de alguma forma, a atuação da Rede-SC e/ou da organização na qual você atua? Se sim, como você enxerga essas transformações?	7.1 Que mudanças você considera mais significativas?
	7.2 Como se deu a atuação da Rede-SC para divulgar informações sobre essas mudanças?
	7.3 Como tais mudanças impactam/impactaram o seu trabalho artístico/cultural?
	7.4 Houve algum planejamento relacionado a elas na organização em que você atua? Se sim, de que tipo?
	7.5 Que tipo de participação a Rede-SC teve nos processos de participação social da LPG e da PNAB?
	7.5.a Como a Rede-SC articulou participação em reuniões e/ou conferências?
	7.4.b A Rede-SC realizou outros tipos de ação relacionados a essas transformações? Se sim, quais?
	7.5 Para você, quais as dificuldades e desafios surgem a partir dessas mudanças?
	7.6 Houve alguma forma de captação de recursos da LPG e da PNAB na organização em que você atua?
	7.7.a Se não, ao que você atribui esse fato?
	7.7.b Se sim, como foi a experiência?
	7.7.c Se sim, essa participação exigiu algum tipo de aprendizado ou adaptação da organização? Qual(is)?
8. Na sua opinião, como a reserva de orçamento da Política Nacional Aldir Blanc pode afetar a construção da Política Nacional Cultura Viva e, consequentemente, da Rede-SC?	8.1 Como você enxerga essa previsão de recursos da PNAB para o PNCV?
	8.2 Ao que você atribui esse fato?
	8.3 Para você, como as fontes e mecanismos de financiamento impactam as organizações de base comunitária?
	8.4 Que outras alterações provocadas pela PNAB podem ser importantes para a PNCV?
	8.5 De maneira geral, como você avalia essas alterações?
	8.6 Essas alterações provocam algum tipo de divergência ou conflito, na sua opinião?
9. A rede atuou de alguma forma nos processos participativos previstos no processo de execução da LPG ou da PNAB?	9.1 Se sim, essa atuação foi organizada/planejada de alguma forma?
	9.2 Quais os atores/pessoas envolvidos nessa ação?
	9.3 Como você avalia os resultados dessa participação?
	9.4 Quais as principais dificuldades para a participação da Rede-SC e de seus atores nessas instâncias?
	9.5 Você identifica demandas ou reivindicações não atendidas nesse processo? Se sim, quais?
	9.6 Você identifica demandas parcial ou completamente atendidas nesse processo? Se sim, quais?

2) Pré-roteiro da Entrevista com Gestores

1. Primeiramente, peço que você se apresente e fale um pouco sobre a sua atuação no poder público e a relação dessa função com a área da cultura	1.1 Em que departamento/órgão/etc. você atua?
	1.2 Qual a sua função e há quanto tempo você a exerce?
	1.3 Que tipo de parcerias são realizadas no cumprimento dessa função?
	1.4 Quais os principais desafios dessa função?
	1.5 Você identifica mudanças recentes na implementação das políticas públicas culturais?
	1.6 Se sim, como essas transformações impactam/têm impactado o exercício da sua função?
2. Você atuou em algum processo administrativo, de gestão, ou decisório relativo à implementação da LPG ou da PNAB? Se sim, poderia contar um pouco sobre essa experiência?	2.1 Qual foi o processo e qual a sua função nele?
	2.2 Quais as outras pessoas/órgãos/departamentos envolvidos nesse processo?
	2.3 Como e quando foi realizada a atividade?
	2.4 Esse processo envolveu alguma instância de participação social?
	2.5.a Se sim, qual?
	2.5.b Quais as principais demandas que emergiram nesse processo?
	2.5.c Elas foram atendidas em alguma medida nos resultados?
	2.6 Houve experiência de discordância ou mesmo de conflitos no processo?
	2.7 Se sim, qual a sua avaliação sobre esses acontecimentos?
	2.8 Quais foram as principais limitações, desafios e dificuldades enfrentados nesse processo?
3. Como você enxerga as oportunidades e desafios relacionados à execução da LPG e à implementação e execução da Política Nacional Aldir Blanc?	3.1 Que implicações você considera mais significativas?
	3.2 Como elas impactam o seu trabalho?
	3.3 E como essas mudanças impactam os trabalhadores da cultura de maneira geral?
	3.4 Para você, quais as dificuldades e desafios surgem a partir dessas políticas?
	3.5 Na execução da LPG, que aprendizados você destacaria?
	3.6 No primeiro ano de implementação da PNAB, que aprendizados você destacaria?
	3.7 Como você enxerga essa previsão de recursos da PNAB para o PNCV?
	3.8 Ao que você atribui esse fato?
	3.9 Na sua avaliação, quais os resultados do primeiro ano de implementação da PNAB?
	3.10 Quais os principais fatores que levaram a esses resultados?
4. Nesse contexto, como você enxerga as oportunidades desafios	4.1 Quais as principais mudanças que as novas fontes de financiamento trazem para o PNCV!?

que se colocam para a Política Nacional Cultura Viva?	4.2 Como você avalia essas mudanças?
	4.3 Para além da questão orçamentária, que outros impactos você destacaria?
	4.3 Você identifica divergências ou conflitos relacionados a essas mudanças?
	4.5 No âmbito da construção do PNCV, qual papel você atribui aos pontões e às redes de pontos de cultura?
	4.5 Quais os principais desafios para o cumprimento desse papel?
	4.6 Na sua opinião, quais são as principais ideias envolvidas na construção da PNCV!?
	4.7 Como essas ideias se aproximam ou se afastam das compreensões presentes na administração pública?
	4.8 Quais as principais dificuldades e desafios para a construção do PNCV! na sua perspectiva?

ANEXO I

Roteiro Oficina CCSC e Pontão Catarina



Oficina dos Editais da PNAB para fomento à Política Nacional Cultura Viva! em Santa Catarina

Tema: Edital de chamamento público nº 53/2024 Rede Estadual de Pontos e Pontões de Cultura de Santa Catarina

Objetivo: contribuir para a capacitação de agentes culturais do estado de Santa Catarina no âmbito do entendimento dos objetivos e fundamentos do PNCV! e da escrita de projetos voltados aos editais PNAB/PNCV, mobilizando o engajamento e a participação dos agentes culturais catarinenses na construção dessas políticas.

Público-alvo: artistas, agentes culturais e gestores do estado de Santa Catarina, com foco especial nos agentes interessados em concorrer aos editais PNAB/PNCV.

Dias e Horários: dias 13/11/2024 e 27/11/2024, sempre das 19h às 20:30h.

Local: *online*

Ministrantes: Catarina Kinas¹, Fernando Scherer², Gilson Maximo³

¹ Fundadora da Cia Circo-íris (2015) onde atua como palhaça e produtora, integra a Rede Catarina de Palhaças, Presidenta da Federação Catarinense de Teatro (Fecate) nas gestões 2020/2022 e 2022/2024, Conselheira Municipal de Cultura da cadeira de Circo, Dança e Teatro de Canelinha (2023 a 2025), foi representante de Santa Catarina na Operativa Nacional do Comitê da Lei Paulo Gustavo, delegada Intermunicipal da Grande Florianópolis na 4ª Conferência Estadual de Cultura e delegada de Santa Catarina na 4ª Conferência Nacional de Cultura. Está coordenadora da meta Agente Cultura Viva no Pontão Cultura Catarina.

² Assessor de Projetos e Parcerias do Comitê de Cultura de Santa Catarina e integrante do Observatório da Realidade Organizacional de Santa Catarina. Administrador especialista em assessoria e apoio para desenvolvimento, execução e comprovação de projetos culturais. Atua como pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSC, realizando pesquisa de doutorado com foco em organizações culturais.

³ Ator, griô aprendiz, facilitador de Biodanza, produtor cultural e gerente de projetos. Colaborador da Matakiterani Associação, coordenador do Pontão Catarina e representante da Rede de Pontos de Cultura de Santa Catarina. Trabalha com culturas de tradição oral com destaque para os povos de terreiro de Lages, as recomendadas de alma e as tradições joaninas. Especializado em Gerenciamento em Projetos pela Faculdade Senac (2016), especialização em Gestão de Projetos Culturais MinC/FGV (2012) e Elaboração de Projetos Culturais MinC/SENAC, (2013/2014).

ROTEIRO

Dia 11/11/24 das 19h às 20:30h - 1º Encontro

Início - 19h

- Acolhida
- O que é o Comitê de Cultura de SC?
- O que é o Pontão Catarina?
- O que é o PNCV!?
- Editais PNAB/PNCV
- Encerramento

Término - 20:30h

Dia 27/11/24 das 19h às 20:30h - 2º Encontro

Início - 19h

- Edital Prêmio Pontos de Cultura
- Edital Conexão Cultural
- Editais dos municípios de SC
- Encerramento

Término - 20:30h

ANEXO II

Roteiro da Mini-teia Norte/Vale



Mini-TEIA NORTE/VALE PROGRAMAÇÃO

DIA 04/04 - SEXTA FEIRA		
Período	Atividade	Hora
Tarde Noite	Acolhida e acomodação	14h00 às 22h00
Noite	Jantar	20h00 às 21h00
Noite	Roda de Conversa - ESPAÇO NZO	21h00 às 22h00

DIA 05/04 - SÁBADO		
Período	Atividade	Hora
Manhã	Café da manhã	07h30 às 08h30
	Translado ACCAIA -> AMORABI	08h30 às 9h00
	Roda de Conversa - ESPAÇO TEATRO AMORABI	9h às 9h30
	Vivência IMPAR	9h30 às 10h30
	Lanche manhã	10h30 às 10h50
	Vivência de integração e atividade formativa em Política Nacional Cultura Viva	11h
	Translado AMORABI -> ACCAIA	12h15 - 12h30
	Almoço	12h30
Tarde	Translado ACCAIA -> AMORABI	13h30 - 13h45
	Mística NEIVA	14h
	Atividades formativas: Cidadania e direitos culturais, Políticas públicas e instrumentos de fomento	14h15 - 15h15
	Autogestionada - ESPAÇO BIBLIOTECA AMORABI	15h15 - 16h
	Intervalo	16h00 às 16h15

culturacatarina.com.br | pontao@culturacatarina.com.br | 49 3223 7993 / 49 99805 6967





	AUTOGESTIONADA:	16h15 - 17h
	Atividade formativa: Cultura digital	17h15
	Translado AMORABI -> ACCAIA	18h30 - 18h45
Noite	Jantar	19h30 às 20h30
	Translado ACCAIA -> TEKO PIRAI	20h30 as 20h45
	Vivência MBYA QUERY	20h45 - 22h00
	Translado TEKO PIRAI -> ACCAIA	22h00 - 22h15

DIA 06/04 - DOMINGO		
Período	Atividade	Hora
Manhã	Café da manhã	07h30 às 08h30
	Translado ACCAIA -> AMORABI	08h30 às 9h00
	Vivencia Griô: MAKITERANIK	9h00
	Formação Jilson	9h15 -10h15
	Lanche	10h15 - 10h30
	Formação Cristiano: MAPEAMENTO	10h30
	CARTOGRAFIA DE PONTO A PONTO	11h30 - 11h45
	FÓRUM MINI-TEIA	11h45 - 12h45
	Translado AMORABI - ACCAIA	12h45 - 13h00
	Almoço	13h00
Tarde	Retorno	14h00

culturacatarina.com.br | pontao@culturacatarina.com.br | 49 3223 7993 / 49 99805 6967





SALVE PONTEIROS E PONTEIRAS. Grande alegria receber esse evento e vocês qui na comunidade do bairro Itinga em Joinville e Araquari!!

NECESSIDADES PESSOAIS PARA ALOJAMENTO (simples mas preparado com grande carinho):

- Roupas de cama (lençol pro colchão, fronha, travesseiro, lençol para se cobrir);
- Higiene pessoal (sabonete, escova de dente, pasta de dente);
- Toalha de banho;
- Copos para utilizar durante o evento (disponibilizaremos descartáveis plásticos, porém importante a consciência ambiental);
- Para quem toma mate, importante trazer uma garrafa térmica (temos como esquentar água, mas não teremos térmicas para reservar);
- Repelente;

*Obs.: Quem sente mais frio, trazer uma mantinha para se cobrir 🧸

ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO:

Ponto de Cultura ACCAIA

Rua Arildo José da Silva, 99 - bairro Itinga - Araquari/SC

CONTATO: João Vitor França (47) 997090179

LOCAL DO EVENTO:

Ponto de Cultura AMORABI

Rua dos Esportistas, 510 - bairro Itinga - Joinville/SC

CONTATO: Letícia Helena da Maia (47) 992779554

👉 Seja bem vind@s e bora deixar esse rastro na Areia !!

culturacatarina.com.br | pontao@culturacatarina.com.br | 49 3223 7993 / 49 99805 6967



ANEXO III

ACÚMULOS DA REDE-SC PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA PNAB

Documento elaborado coletivamente, finalizado e validado na Assembleia dos Pontos de Cultura de Santa Catarina realizada virtualmente no dia 7 de maio de 2024, às 19h.

INTRODUÇÃO

Ao final do ano de 2024, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e diversos municípios de Santa Catarina, em especial 11 deles que receberam repasse superior a R\$ 360.000,00, lançaram editais de Ponto e Pontão de Cultura, como parte dos editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

O lançamento desses certames para os entes federados acima citados era obrigatório, uma vez que a PNAB previa o investimento mínimo na Política Nacional Cultura Viva (PNCV) de 10% no caso de estados e 25% no caso de municípios.

Isso representou em Santa Catarina o lançamento dos seguintes editais:

- Edital nº 53/2024 - Conexão Cultural, para Pontões de Cultura, na ordem de R\$ 900.000,00, dividido em 03 prêmios de 300.000,00;
- Edital nº 49/2024 - Prêmio Pontos de Cultura, na ordem de R\$ 4.950.000,00 dividido em 110 prêmios de R\$ 30.000,00 e R\$ 60.000,00;

Durante o processo de oitivas realizadas pela FCC, aquela realizada para a Rede Cultura Viva SC contou com a presença de diversos Pontos de Cultura que, junto do Pontão Catarina, elaboraram um documento de sugestões para subsidiar a escrita dos editais. Além disso, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), do Ministério da Cultura (MinC), elaborou minutas dos editais da PNCV para facilitar o trabalho dos gestores municipais e estaduais.

As minutas de edital escritas pelo MinC foram consideradas no processo. O documento da Rede Cultura Viva SC, aparentemente, não;

1.0 DOS EDITAIS LANÇADOS PELA FCC

Os editais 52 e 49 foram lançados no final de 2024, estando neste momento ainda em tramitação burocrática. Na opinião da Rede Cultura Viva SC, o processo teve uma série de equívocos, os quais se expressam nos resultados alcançados. Comentamos abaixo por edital, os principais problemas:

- Ausência da celebração de Termos de Compromisso Culturais (TCCs)

A PNCV incentiva a ação de base comunitária continuada, na qual a elaboração de um plano de trabalho que subsidia a assinatura de um TCC é um documento fundamental para se medir o fortalecimento dessa ação ao longo do tempo. Ao lançar um edital exclusivamente de premiação, privilegia-se uma lógica de reconhecimento de trajetória, sem um compromisso com a continuidade da ação.

- Ausência de cota reservada para Pontos de Cultura já certificados

Pontos de Cultura com trajetória de mais de uma década de serviços concorreram à premiação junto de coletivos e entidades que estavam buscando a certificação. São duas realidades distintas, pois quem já possui certificação

poderia se ocupar de preparar um bom plano de trabalho para a continuidade de suas ações, em vez de reunir portfólio para comprovar serviços prestados;

- **Pareceristas sem especialização na PNCV**

Considerando o teor dos pareceres dos projetos inscritos, aparentemente os pareceristas não detinham conhecimento aprofundado da PNCV. Ela se baliza de forma central na cultura de base comunitária, feita **pelas comunidades, com as comunidades** e não **para as comunidades**. Além disso, a PNCV estimula a atuação em rede, na qual as iniciativas demonstram sua articulação e mobilização com outros Pontos de Cultura, de maneira solidária e cooperativa. Observa-se que grande parte das iniciativas aprovadas adota uma lógica de prestação de serviços às comunidades, em detrimento do reconhecimento e valorização de ações efetivamente desenvolvidas a partir da base comunitária.

- **Análises de mérito arbitrárias**

Não bastasse a aparente dificuldade dos pareceristas com os princípios da PNCV, as análises de mérito, ainda que passíveis de serem objeto de recurso, quando estes questionavam o mérito das análises, retornaram informando que a decisão dos pareceristas eram soberanas. Ora, se tais decisões não podem ser questionadas, elas são arbitrárias, e não deveriam sequer ser objeto de recurso.

- **Discrepância de pontuação entre avaliadores**

- **Dificuldades com a plataforma de inscrição**

A plataforma de inscrições da Fepese, também utilizada em outros editais da FCC, apresenta instabilidade no que tange ao arquivamento das informações. Diversos proponentes fizeram upload de documentos solicitados em edital e foram surpreendidos por um resultado que trazia o indeferimento com base na ausência de documentos entregues. Isso cria um ambiente de incerteza e insegurança sobre os documentos apensados aos processos.

- **Pontuação extra não considerada**

- **Aprovação de projeto de Pontão de Cultura que não articula Rede de Pontos de Cultura**

Talvez a maior distorção do conjunto dos editais da PNCV aconteceu no edital 53, para seleção de Pontão de Cultura. Cabe inicialmente uma crítica ao nome do edital, ele se trata de um edital para **Pontões de Cultura**, e é assim que deveria ser amplamente divulgado, e não pela nomenclatura “Conexão Cultural”. A nomenclatura, por si, já induz a uma visão equivocada do objeto do edital. No entanto, o mais grave é a aprovação de um projeto que não cumpre o papel definido em lei para um Pontão de Cultura, conforme definido no inciso II do artigo 4º da Lei 13.018/2014, que institui a Política Nacional Cultura Viva, abaixo copiado:

II - pontões de cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas;

Sem tecer crítica à entidade premiada que tão somente inscreveu seu projeto no edital, a iniciativa em questão possui ações restritas a um único município catarinense e destinadas, em sua maioria, ao beneficiário final, de uma entidade que sequer fazia parte da Rede Cultura Viva de Santa Catarina, e mesmo assim, foi melhor pontuada que outras iniciativas com histórico de atuação na rede e articulações em diferentes mesorregiões do estado. Essa decisão equivocada dos pareceristas não pôde ser questionada ou reformada, pois, pelo desenho do edital, ela foi soberana. Isso trará prejuízo em termos de articulação, formação e mobilização da Rede SC. A Rede, hoje, conta com 208 Pontos de Cultura certificados, o que resulta em uma média de 69 Pontos de Cultura atendidos por projeto de Pontão de Cultura premiado, um número bastante grande em relação ao recurso disponível em cada projeto.

- **Ausência da gestão compartilhada**

A PNCV institui em lei o processo de gestão compartilhada entre o Poder Público e a sociedade civil, conforme Inciso III do artigo 2º da Lei 13.018/2014, que institui a Política Nacional Cultura Viva, abaixo copiado:

III - promover uma gestão pública **compartilhada e participativa**, amparada em **mecanismos democráticos de diálogo** com a sociedade civil;

Além da oitiva, mecanismo obrigatório e instituído pela PNAB, a Rede Cultura Viva SC não participou de nenhum outro momento de construção e gestão dos editais da PNCV. Se faz necessária a participação da Rede por meio da Comissão Estadual de Pontos de Cultura instância civil, democraticamente eleita pelos seus pares e com legitimidade para representar os Pontos de Cultura de Santa Catarina no diálogo com as instâncias governamentais.

- Critérios de debate público sobre os editais, inclusive para os editais de pareceristas;

2.0 DAS SUGESTÕES DA REDE CULTURA VIVA SC

- Edital para celebração de TCCs, exclusivamente para a Rede Cultura Viva SC;
- Edital certificador para concessão de prêmios, para coletivos e entidades não certificados;
- Contratação de pareceristas que tenham conhecimento da PNCV, preferencialmente ponteiras e ponteiras de cultura de outros estados da federação;
- Alteração no fluxo de seleção dos projetos, permitindo que a análise de mérito possa ser objeto de recurso efetivo, sendo esse apreciado por outra comissão, diferente daquela que proferiu o parecer;
- Aprimoramento da plataforma de inscrição, dando maior segurança ao processo;
- Criação de espaços para o exercício da gestão compartilhada, conforme prevê a Lei Cultura Viva.

3.0 Solicitação da Rede Cultura Viva de SC ao MinC:

- Que os princípios de gestão compartilhada também sirvam ao Ministério da Cultura, pois este liberou modelos de editais para os estados e municípios que induziram ao erro nos processos estaduais e municipais no que diz respeito à PNCV;
- Caráter restritivo dos editais e quais são as bases de orientação para que o Gestor possa “convidar” pareceristas sem remuneração para realizar as atividades de avaliação das inscrições nos editais da PNCV;
- Criação de um Grupo de Trabalho do Ministério da Cultura para aferição dos Pontos que foram certificados de forma compulsória pelos editais de Santa Catarina, uma vez que os pareceristas foram arbitrários aos interesses da PNCV;

Por fim, fazemos coro aos pontos representados pelos Conselhos em Rede e ao Comitê de Cultura, no que diz respeito à valorização da participação social, dos conselhos de cultura e da calendarização da PNAB.